



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

João Róger de Souza Sastre

**O EDIFÍCIO ESCOLAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO:
Rio Grande do Sul, 1999-2006**

Porto Alegre

2010

João Róger de Souza Sastre

**O EDIFÍCIO ESCOLAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO:
Rio Grande do Sul, 1999-2006**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Luce

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão de Processos Educacionais

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S252e Sastre, João Róger de Souza

O edifício escolar nas políticas públicas de educação: Rio Grande do Sul, 1999-2006 / João Róger de Souza Sastre; orientadora: Maria Beatriz Moreira Luce. – Porto Alegre, 2010.

316 f. + Apêndices.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010, Porto Alegre, BR-RS.

1. Espaço físico. 2. Escola. 3. Instalação escolar. 4. Política educacional. 5. Políticas públicas. 6. Financiamento da educação. I. Luce, Maria Beatriz Moreira. II. Título.

CDU – 371.62

João Róger de Souza Sastre

**O EDIFÍCIO ESCOLAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO:
Rio Grande do Sul, 1999-2006**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em 22 out. 2010.

Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Luce – Orientadora

Prof.^a Dr.^a Nalú Farenzena – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Beatriz Maria Fedrizzi – UFRGS

Prof. Dr. Elomar Antônio Callegaro Tambara – UFPel

Dedico

A DEUS, por tudo.

Aos meus pais, João e Loni, pela vida.

À vida, por Fabiane.

À Fabiane, por Laura.

À Laura, por me devolver à vida.

Agradeço em Especial

Com respeito e admiração, à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Luce, pela confiança e acolhida.

Agradeço

Aos professores e colegas do Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

À equipe PDE-PAR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas inesquecíveis experiências que me proporcionaram, tanto pelo convívio, como pelas inúmeras viagens pela Educação no Rio Grande do Sul.

Aos amigos e colegas Nogueira, Clóris, Gizele, Milena e Gládis.

À administração do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, na pessoa do Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Prof. Dr. Lúcio Almeida Hecktheuer.

À Prof.^a Dr.^a Martha Costa Poetsch, cuja amizade e incentivo me fizeram iniciar nesta temática.

Aos professores do Curso Técnico de Edificações do Campus Pelotas do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, que me permitiram esta conquista, em especial, aos colegas Everardo, Lórgio, Luis Fernando, Maria Elena e Miguel, pelo feliz período em que convivemos.

À Prof.^a Dr.^a Nalú Farenzena, pela amizade e ajuda em muitos momentos desta investigação.

À Marlise Conceição Haertel, cujo apoio foi fundamental nos momentos mais difíceis desta travessia.

À Tereza Pons Morelli, pela competente contribuição na finalização deste trabalho.

A Luciano Nunes Peixoto, servidor do Departamento de Logística e Suprimentos, Divisão de Tecnologia da Informação, da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, pela presteza no envio dos inúmeros dados que lhe solicitei.

À Elena, Maria Sílvia, Mariângela, Cleusa, Neusa e Isabel, queridas colegas nesta empreitada, meu muito obrigado.

À Prof.^a Dr.^a Eva Lizety Ribes, minha orientadora de Mestrado, pelo estímulo e amizade.

Aos meus amigos e familiares que souberam, tão bem, entender minhas ausências.

A todos aqueles que, de alguma forma, me ajudaram nesta importante conquista.

RESUMO

Esta investigação focaliza os edifícios escolares nas políticas públicas do estado do Rio Grande do Sul no período 1999-2006. Foram consideradas duas categorias de análise, as *Políticas de Governo* e a *Infra-Estrutura*, especificamente no atinente ao *Edifício Escolar*. Para cada uma das categorias de análise, foram observadas diversas fontes de informação. Para as *Políticas de Governo*, foram utilizadas as *Propostas de Governo* das coligações vencedoras das eleições para governador do Estado em 1998 e 2002, os *Planos Plurianuais 2000-2003* e *2004-2007*, os *Relatórios de Gestão*, compreendendo as *Mensagens do Governador à Assembléia Legislativa*, os *Relatórios Parciais*, os *Relatórios Finais* e os *Relatórios Financeiros*, este último abrangendo os *Balanços Gerais*, todos referentes ao período 1999-2006. Para a *Infra-Estrutura*, foram utilizados os *Questionários do Censo Escolar* e os *Microdados do Censo Escolar* do período 1999-2007 e o *Ordenamento Normativo do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul*, vigente em igual momento. Para a análise do reflexo das políticas públicas de educação incidentes sobre os Edifícios Escolares da Rede Estadual de Educação Básica no Rio Grande do Sul, foi utilizado o *Dispositivo para Mapear as Decisões em Educação* de Cortesão, Stoer e Magalhães (2000). Quanto ao *Ordenamento Normativo*, pode-se afirmar que os *Pareceres CEED 1400/02* (Estabelece normas para oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul) e *CEED 580/00* (Estabelece condições para a oferta de Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino) urgem por atualização, ampliação de exigências, maiores detalhamentos e pelo estabelecimento de um prazo de vigência, evitando assim que os documentos se tornem obsoletos diante da dinâmica do processo educacional. Com relação às *Políticas de Governo*, não foi possível constatar uma política específica, direcionada aos edifícios escolares, no período 1999-2006 que compreende duas distintas administrações no Estado; contudo, é visível, a partir das constatações numéricas que, mesmo que a gestão 2003-2006 (Germano Rigotto) tenha previsto, no *PPA 2004/2007*, uma despesa maior para a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares, é a gestão 1999-2002 (Olívio Dutra) a que mais investe na *Aquisição de Imóveis, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, Obras e Instalações e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* para a melhoria da Rede de Edifícios Escolares Estaduais. Assim sendo, os resultados deste estudo indicam que, no período 1999-2006, não obstante os inúmeros avanços quantitativos observados, realizações e investimentos, os *Pareceres do Conselho Estadual de Educação* e as *Políticas de Governo* não se constituem como políticas geridas ou indutores dessas. Nesse contexto, o advento do *Levantamento da Situação Escolar* (LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR, 2008), ainda que esteja em fase de implementação, tende, em um futuro próximo, à criação de um importante instrumento quali-quantitativo capaz de ser o instigador de políticas públicas realmente eficazes, ou seja, que considerem a sistemática do problema, apresentem estratégias para a sua solução e possam realmente ir à raiz desse.

Palavras-chave: **Escola. Espaço físico. Instalação escolar. Política educacional. Políticas públicas. Financiamento da educação.**

ABSTRACT

This investigation focus on scholar buildings within the public politics of the state of Rio Grande do Sul-Brazil, in the 1999-2006 period. Two categories of analysis have been considered: Government politics and the infra-structure, especially concerning the scholar building. To each one of the categories of analysis, diverse sources of information were observed. For the government politics, it was considered the following: the Government Proposals of the winner colligations in the elections for the State Governor in 1991 and 2002, the 2000-2003 and 2004-2007 pluriannual plans, the Reports of Management, comprising the Governor Messages to the Legislative Assembly, the partial Reports, the Final Reports and the Financial Reports, the latter including the General Balances, all referred to the 1999-2006 period. For the Infra-Structure, it was utilized the following: The Scholar Census Questionnaires and the Scholar Census Micro-data of the 1999-2007 period, and the Normative Legal Rule of the Rio Grande do Sul State Council, valid in equal moment. For the analysis of the education public politics reflection incident on the Scholar Buildings of the Public Network of Basic Education in Rio Grande do Sul, it has been used the Devise to map the Decisions in Education created by Cortesão, Stoer and Magalhães (2000). As for the Legal Normative Rule, we can assert that the 1400/02 CEED Judgments (which establish rules for the Fundamental School offer in the Rio Grande do Sul State Teaching System) and the 580/00 CEED (which establishes the conditions for the High School offer in the State Teaching System) are in need of updating, demands enlargement, more details and the establishment of a validity term, avoiding documents to become obsolete towards the educational process dynamics. In relation to the Government politics, it hasn't been possible to verify specific politics, addressed to scholar buildings, in the 199-2006 period that comprises two distinct administrations in the State. However, it is visible, based on numeric data that, even though the 2003-2006 administration (Germano Rigotto) have previewed, in the 2004/2007 PPA, a bigger investment in the construction, maintenance and scholar building outfit, it is the 1999-2002 administration (Olívio Dutra) the one that invests more in real state acquisition, maintenance and conservation of properties, works and installations and equipment and permanent materials acquisition for the improvement of the State Scholar Buildings. In this matter, outcomes of this study indicate that, in the 1999-2006 period, notwithstanding innumerable quantitative advances observed, accomplishments and investments, the State Education Council and the Government politics do not constitute themselves as politics managed or inductors of those politics. In this context, the advent of the Scholar Situation Survey (SCHOLAR SITUATION SURVEY, 2008), even being in the implementation phase, tends, in the near future, to the creation of an important quali-quantitative instrument capable of being the really efficient trigger of public politics, that is, that take into consideration the problem systematics, present strategies for its solution and go to its root.

Keywords: **School. Physical space. School constructions. Educational politics. Public politics. Education of financing.**

RESUMEN

Esta investigación enfoca el tema de los edificios escolares en las políticas públicas del estado de Rio Grande do Sul en el período 1999-2006. Se consideraron dos categorías de análisis, las Políticas de Gobierno y la Infraestructura, específicamente en lo concerniente al Edificio Escolar. Para cada una de las categorías de análisis se observaron diversas fuentes de información. Para las Políticas de Gobierno, se utilizaron las Propuestas de Gobierno de las coligaciones vencedoras de las elecciones para gobernador del Estado en 1998 y 2002, los Planes Plurianuales 2000-2003 y 2004-2007, los Informes de Gestión, comprendiendo los mensajes del Gobernador a la Asamblea Legislativa, los Informes Parciales, los Informes Finales y los Informes Financieros, estos últimos abarcando los Balances Generales, todos referentes al período 1999-2006. Para la Infraestructura se utilizaron los Cuestionarios del Censo Escolar y los Microdatos del Censo Escolar del período 1999-2007 y el Ordenamiento Normativo del Concejo Estadual de Educación de Rio Grande do Sul, vigente en igual momento. Para el análisis del reflejo de las políticas públicas de educación incidentes sobre los Edificios Escolares de la Red Estadual de Educación Básica en Rio Grande do Sul se utilizó el Dispositivo para Mapear las Decisiones en Educación de Cortesão, Stoer y Magalhães (2000). En cuanto al Ordenamiento Normativo, se puede afirmar que los Pareceres CEED 1400/02 (establece normas para oferta de Enseñanza Fundamental en el Sistema Estadual de Enseñanza de Rio Grande do Sul) y CEED 580/00 (establece condiciones para la oferta de Enseñanza Media en el Sistema Estadual de Enseñanza) urgen por actualización, ampliación de exigencias, mayores detallamientos y por el establecimiento de un plazo de vigencia, evitándose así que los documentos se vuelvan obsoletos frente a la dinámica del proceso educativo. Con relación a las Políticas de Gobierno, no fue posible constatar una política específica, dirigida a los edificios escolares, en el período 1999-2006, que comprende dos administraciones distintas en el Estado; no obstante, es visible, a partir de las constataciones numéricas, que, aunque la gestión 2003-2006 (Germano Rigotto) haya previsto, en el PPA 2004/2007, un gasto mayor para la construcción, mantenimiento y mejoría de edificios escolares, es la gestión 1999-2002 (Olivio Dutra) la que más invierte en la Adquisición de Inmuebles, Mantenimiento y Conservación de Bienes Inmuebles, Obras e Instalaciones y Adquisición de Equipos y Materiales Permanentes para la mejoría de la Red de Edificios Escolares Estaduales. Siendo así, los resultados de este estudio indican que, en el período 1999-2006, no obstante los innumerables avances cuantitativos observados, realizaciones e inversiones, los Pareceres del Concejo Estadual de Educación y las Políticas de Gobierno no constituyen políticas geridas o inductores de las mismas. En ese contexto, el advenimiento del Levantamiento de la Situación Escolar (LEVANTAMIENTO DE LA SITUACIÓN ESCOLAR, 2008), aunque esté en fase de implementación, tiende, en un futuro cercano, a la creación de un importante instrumento cuali-cuantitativo, capaz de ser el instigador de políticas públicas realmente eficaces, o sea, que consideren la sistemática del problema, presenten estrategias para su solución y puedan realmente dirigirse a su raíz.

Palabras-chaves: **La escuela. El espacio físico. Instalaciones de la Escuela. La política educativa. Las políticas públicas. Financiamiento de la educación.**

LISTA DE SIGLAS

AGM – Associação Gaúcha de Municípios

BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul

CAIC – Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEED/RS – Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CEPE – Comissão Estadual de Prédios Escolares

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CPERS/Sindicato – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul –
Sindicato dos Trabalhadores em Educação

CPM – Círculo de Pais e Mestres

CPOE – Centro de Pesquisas e Orientação Educacional

CORSAN – Companhia Rio-Grandense de Saneamento

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

CRT – Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações

EDUDATABRASIL – Sistema de Estatísticas Educacionais

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para
Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades no
Rio Grande do Sul

FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

FUNDERGS – Fundação do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul

FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola

FURG – Fundação Universidade do Rio Grande

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LSE – Levantamento da Situação Escolar

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional
PAR – Plano de Ações Articuladas
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMFE – Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE – Portador de Necessidades Especiais
PPA – Plano Plurianual
PPAH – Pessoa Portadora de Altas Habilidades
PPD – Pessoa Portadora de Deficiência
PRP – Partido de Representação Popular
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAFE – Relatório do Sistema de Administração Financeira do Estado
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SE – Secretaria da Educação
SEC – Secretaria da Educação
SEDEP – Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
SUEPRO – Superintendência da Educação Profissional
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPeI – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO – Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Brizoleta</i> LINDOLFO COLLOR – Pelotas/RS	62
Figura 2 – Escola Estadual de Ensino Fundamental NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES – Pelotas/RS.....	64
Figura 3 – Página 03 do Prospecto de Propaganda do PROJETO NOVA ESCOLA.....	66
Figura 4 – Página 04 do Prospecto de Propaganda do PROJETO NOVA ESCOLA.....	68
Figura 5 – Escola Estadual de Educação Básica OSMAR DA ROCHA GRAFULHA (CIEP) – Pelotas/RS.....	72
Figura 6 – Escola Municipal de Ensino Fundamental FRANCISCO CARUCCIO – Escola HERBERT DE SOUZA (CAIC) – Pelotas/RS	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Matrícula Inicial da Rede Estadual – 1999-2007	131
Gráfico 2 – Número de Escolas da Rede Estadual – 1999-2007	134
Gráfico 3 – Número de Escolas Estaduais na Zona Urbana – 1999-2007	135
Gráfico 4 – Número de Escolas Estaduais na Zona Rural – 1999-	135
Gráfico 5 – Percentual de Presença das Dependências Administrativas nas Escolas Estaduais – 1999-2007	149
Gráfico 6 – Percentual de Presença das Dependências Pedagógicas nas Escolas Estaduais – 1999-2007	154
Gráfico 7 – Percentual de Presença das Dependências de Serviço nas Escolas Estaduais – 1999-2007	160
Gráfico 8 – Percentual de Presença das Dependências de Convivência e Recreação nas Escolas Estaduais – 1999-2007	166
Gráfico 9 – Percentual de Presença das Dependências Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais nas Escolas Estaduais – 1999-2007	179
Gráfico 10 – Percentual de Presença dos Sanitários Adequados a Portadores de Necessidades Especiais nas Escolas Estaduais – 1999-2007.....	180
Gráfico 11 – Percentual de Presença de Laboratórios de Informática nas Escolas Estaduais – 1999-2007	182
Gráfico 12 – Percentual de Presença de Acesso à <i>Internet</i> nas Escolas Estaduais – 1999-2007	182
Gráfico 13 – Percentual de Presença de Laboratórios de Informática nas Escolas Estaduais Urbanas e Rurais – 1999-2007.....	183
Gráfico 14 – Percentual de Presença de Acesso à <i>Internet</i> nas Escolas Estaduais Urbanas e Rurais – 1999-2007	184
Gráfico 15 – Percentual Médio de Presença das Dependências Administrativas, Pedagógicas, de Serviço e de Convivência e Recreação nas Escolas Estaduais – 1999-2006	190
Gráfico 16 – Percentual Médio de Presença das Dependências Administrativas nas Escolas Estaduais Urbanas e Rurais – 1999-2006	192

Gráfico 17 – Percentual Médio de Presença das Dependências Pedagógicas nas Escolas Estaduais Urbanas e Rurais – 1999-2006	192
Gráfico 18 – Percentual Médio de Presença das Dependências de Serviço nas Escolas Estaduais Urbanas e Rurais – 1999-2006	193
Gráfico 19 – Percentual Médio de Presença das Dependências de Convivência e Recreação nas Escolas Estaduais Urbanas e Rurais – 1999-2006	193
Gráfico 20 – Previsão Total de Despesa no PPA 2000/2003 para a Secretaria da Educação e Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios Escolares.....	236
Gráfico 21 – Despesa Realizada de 1999 a 2002 para a Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações	238
Gráfico 22 – Despesa Realizada de 1999 a 2002 com Prédios, Equipamentos e Materiais Permanentes	240
Gráfico 23 – Despesa Realizada de 1999 a 2002 com a Secretaria da Educação, Gabinete e Órgãos Centrais e Prédios, Equipamentos e Materiais Permanentes	243
Gráfico 24 – Despesa Realizada de 1999 a 2002 com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Educação, Gabinete e Órgãos Centrais e Prédios, Equipamentos e Materiais Permanentes.....	243
Gráfico 25 – Previsão Total de Despesa no PPA 2004/2007 para a Secretaria da Educação e Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios Escolares.....	257
Gráfico 26 – Despesa Realizada de 2003 a 2006 para a Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações	259
Gráfico 27 – Despesa Realizada de 2003 a 2006 com Prédios, Equipamentos e Materiais Permanentes	261
Gráfico 28 – Despesa Realizada de 2003 a 2006 com a Secretaria da Educação, Gabinete e Órgãos Centrais e Prédios, Equipamentos e Materiais Permanentes.....	264

Gráfico 29 – Despesa Realizada de 2003 a 2006 com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Educação, Gabinete e Órgãos Centrais e Prédios, Equipamentos e Materiais Permanentes.....	264
Gráfico 30 – Despesa Realizada de 1999 a 2006 com a Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações	268
Gráfico 31 – Despesa Realizada de 1999 a 2006 com Prédios, Equipamentos e Materiais Permanentes	268

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Planos de Construção – Gestão Leonel Brizola (Edifícios Escolares).....	63
Quadro 2 – Resumo das Realizações Governamentais na Área de Edifícios Escolares por Período e por Gestão Governamental no Rio Grande do Sul (1959-1963/1987-1991/1991-1995).....	74
Quadro 3 – Dispositivo para Mapear as Decisões em Educação.....	78
Quadro 4 – O Ciclo de Políticas (Ball & Bowe).....	79
Quadro 5 – Instrumentos e Indicadores da Infra-Estrutura Escolar (Questionários do Censo Escolar).....	88
Quadro 6 – Instrumentos e Indicadores da Infra-Estrutura Escolar (Microdados Censo Escolar).....	89
Quadro 7 – Instrumentos e Indicadores da Infra-Estrutura Escolar (Ordenamento Normativo).....	90
Quadro 8 – Instrumentos e Indicadores das Políticas de Governo (Políticas de Governo – Propostas de Governo – Relatórios de Gestão – Relatórios Financeiros).....	90
Quadro 9 – Classificação das Dependências Escolares segundo Setores, Características, Atividades e Dependências.....	103
Quadro 10 – Pareceres Normativos do CEED/RS sobre Infra-Estrutura Escolar (Ensino Fundamental e Médio).....	104
Quadro 11 – Governadores do Rio Grande do Sul (1999-2006).....	104
Quadro 12 – Ementário das Despesas Realizadas Unidade Orçamentária: Gabinete e Órgãos Centrais – Período 1999-2006.....	318
Quadro 13 – Ementário das Despesas Realizadas Unidade Orçamentária: Gabinete e Órgãos Centrais (Especificações – Rubrica).....	319
Quadro 14 – Índices Utilizados para a Correção de Valores (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009).....	108
Quadro 15 – Questionários do Censo Escolar, sua organização em Blocos/Formulários (Cadastro) e seus Títulos– Censo Escolar 1999-2007.....	320
Quadro 16 – Questionários do Censo Escolar (1999-2006) e Níveis/Modalidades de Ensino ofertados pela Escola – Censo Escolar 1999-2006.....	321

Quadro 17 – Questionários do Censo Escolar e Modalidades/Etapas de Ensino oferecidos pela Escola – Censo Escolar 2007	323
Quadro 18 – Questionários do Censo Escolar (1999-2007), considerando o Zoneamento (Urbano/Rural) da Escola – Censo Escolar 1999-2007.....	324
Quadro 19 – Questionários do Censo Escolar (1999-2007), considerando o Local de Funcionamento da Escola, a Entidade Proprietária do Imóvel, a Forma de Ocupação do Prédio e o Compartilhamento do Prédio com outra Escola – Censo Escolar 1999-2007	325
Quadro 20 – Questionários do Censo Escolar (1999-2007), considerando as Dependências Existentes na Escola – Censo Escolar 1999-2007	326
Quadro 21 – Questionário do Censo Escolar (1999-2007), considerando a existência de Biblioteca e Sala de Leitura na Escola e os Equipamentos e/ou Utensílios Disponíveis – Censo Escolar 1999-2007	328
Quadro 22 – Questionários do Censo Escolar (1999-2007), considerando os Utensílios de Copa e Cozinha em Uso na Escola – Censo Escolar 1999-2007	329
Quadro 23 – Questionários do Censo Escolar (1999-2007), considerando os Equipamentos Utilizados na Escola – Censo Escolar 1999-2007	330
Quadro 24 – Questionários do Censo Escolar (1999-2007), considerando os Equipamentos de Informática em Uso na Escola – Censo Escolar 1999-2007.....	331
Quadro 25 – Questionários do Censo Escolar (1999-2007), considerando os Equipamentos de Informática Existentes na Escola – Censo Escolar 1999-2007	332
Quadro 26 – Questionários do Censo Escolar (1999-2007), considerando as Fontes e Formas de Abastecimento (Energia Elétrica, Água e Esgoto) e a Destinação do Lixo nas Escolas – Censo Escolar 1999-2007	334
Quadro 27 – Questionários do Censo Escolar (1999-2007), considerando o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas nas Escolas – Censo Escolar 1999-2007	335
Quadro 28 – Forma de Ocupação do Prédio – Questionários do Censo Escolar 1999-2006	122
Quadro 29 – Salas de Aula Existentes – Questionário do Censo Escolar 1999-2006.....	128

Quadro 30 – Maiores Percentuais de Presença das Dependências Administrativas nas Escolas Urbanas e Rurais (Quadro Comparativo) – Censo Escolar 2006	150
Quadro 31 – Maiores Percentuais de Presença das Dependências Pedagógicas nas Escolas Urbanas e Rurais (Quadro Comparativo) – Censo Escolar 2006	155
Quadro 32 – Maiores Percentuais de Presença das Dependências de Serviço nas Escolas Urbanas e Rurais (Quadro Comparativo) – Censo Escolar 2006	160
Quadro 33 – Maiores Percentuais de Presença das Dependências de Convivência e Recreação nas Escolas Urbanas e Rurais (Quadro Comparativo) – Censo Escolar 2006	167
Quadro 34 – Porte da Escola segundo o Número de Alunos e o Número de Salas de Aula Existentes Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio (Quadro Comparativo) – Censo Escolar 2007.....	170
Quadro 35 – Percentuais Médios de Presença das Dependências Administrativas, Pedagógicas, de Serviço e de Recreação e Convivência nas Escolas Urbanas e Rurais (Quadro Comparativo) – Censo Escolar 2006	188
Quadro 36 – Percentuais Médios de Presença das Dependências Administrativas, Pedagógicas, de Serviço e de Convivência e Recreação nas Escolas Urbanas (Quadro Comparativo) – Censo Escolar 2006.....	191
Quadro 37 – Percentuais Médios de Presença das Dependências Administrativas, Pedagógicas, de Serviço e de Convivência e Recreação nas Escolas Rurais (Quadro Comparativo) – Censo Escolar 2006.....	191
Quadro 38 – Necessidades do Ensino Fundamental	201
Quadro 39 – Edifício Escolar para Estabelecimentos de Ensino Fundamental Localizado em Zona Urbana	202
Quadro 40 – Necessidades Mínimas do Edifício Escolar para Estabelecimentos de Ensino Fundamental Localizado em Zona Urbana.....	203
Quadro 41 – Princípios Básicos para a Escola do Campo	207
Quadro 42 – Necessidades Mínimas do Edifício Escolar para Estabelecimentos de Ensino Fundamental Localizado em Zona Rural – 1.º ao 4.º ano	209
Quadro 43 – Edifício Escolar para Estabelecimentos de Ensino Médio	214
Quadro 44 – Necessidades Mínimas do Edifício Escolar para Estabelecimentos de Ensino Médio.....	215
Quadro 45 – Necessidades Mínimas do Edifício Escolar para Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio – Quadro Comparativo.....	221

Quadro 46 – Resultado do Segundo Turno das Eleições de 1998 para Governador do Rio Grande do Sul.....	222
Quadro 47 – Propostas na Área da Educação no Período 1999-2002.....	336
Quadro 48 – Realizações na Área da Educação (Realizações do Governo do Estado 1999-2002).....	337
Quadro 49 – Realizações na Área da Educação (Relatórios da Gestão 1999-2002 – Secretaria da Educação).....	338
Quadro 50 – Realizações na Área da Educação no Período 1999-2002 (Governo Olívio Dutra) para Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul.....	339
Quadro 51 – Resultado do Segundo Turno das Eleições de 2002 para Governador do Rio Grande do Sul.....	245
Quadro 52 – Propostas na Área da Educação no Período 2003-2006.....	340
Quadro 53 – Realizações na Área da Educação (Relatório de Trabalho: Principais Projetos e Realizações 2003-2004).....	341
Quadro 54 – Realizações na Área da Educação (Rio Grande do Sul, o Estado que Não Pára de Crescer: Relatório de Trabalho – Setembro de 2004).....	342
Quadro 55 – Realizações na Área da Educação (Relatório de Trabalho: Projetos e Realizações 2003-2005).....	343
Quadro 56 – Realizações na Área da Educação (O Rio Grande da Conciliação: Administração Germano Rigotto 2003/2006).....	343
Quadro 57 – Realizações na Área da Educação no Período 2003-2006 (Governo Germano Rigotto) para Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul.....	344
Quadro 58 – Levantamento da Situação Escolar (LSE) – Organização em Blocos, Títulos e Sub-Títulos.....	275
Quadro 59 – Campo Quantidade para Fins de Avaliação do Material Didático e Escolar, Equipamentos, Mobiliário e Componentes Construtivos de Área Molhada – Levantamento da Situação Escolar (LSE).....	278
Quadro 60 – Alternativas para os Campos de Infra-Estrutura – Levantamento da Situação Escolar (LSE).....	279

Quadro 61 – Campo – Abastecimento de Água – Levantamento da Situação Escolar (LSE)	279
Quadro 62 – Campo – Esgoto Sanitário – Levantamento da Situação Escolar (LSE).....	280
Quadro 63 – Campo – Energia – Levantamento da Situação Escolar (LSE)	280
Quadro 64 – Campo – Destinação do Lixo – Levantamento da Situação Escolar (LSE)	281
Quadro 65 – Alternativas para a Avaliação dos Aspectos Estruturais e das Instalações – Levantamento da Situação Escolar (LSE).....	282
Quadro 66 – Codificação para Fins de Avaliação do Prédio – Levantamento da Situação Escolar (LSE)	282
Quadro 67 – Elementos para Avaliação dos Aspectos Gerais do Edifício Escolar – Levantamento da Situação Escolar (LSE).....	283
Quadro 68 – Caracterização dos Ambientes de Área Molhada – Levantamento da Situação Escolar (LSE)	284
Quadro 69 – Caracterização dos Ambientes de Área Seca – Levantamento da Situação Escolar (LSE)	285
Quadro 70 – Usos Predominantes no Entorno da Escola – Levantamento da Situação Escolar (LSE)	286
Quadro 71 – Caracterização dos Tipos de Salas de Aula – Levantamento da Situação Escolar (LSE)	287
Quadro 72 – Técnicos Envolvidos no Preenchimento do Levantamento da Situação Escolar (LSE)	289

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Escolas com Ensino Fundamental da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando Ambientes Existentes (Biblioteca, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Quadra de Esportes), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 2003-2006	345
Tabela 2 – Número de Escolas com Ensino Médio da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando Ambientes Existentes (Biblioteca, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Quadra de Esportes), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 2003-2006.....	346
Tabela 3 – Número de Escolas com Ensino Fundamental da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando Infra-Estrutura em Informática (Laboratório de Informática, Escola com Microcomputadores e Escola com acesso à <i>Internet</i>), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 2003-2006.....	347
Tabela 4 – Número de Escolas com Ensino Médio da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando Infra-Estrutura em Informática (Laboratório de Informática, Escola com Microcomputadores e Escola com acesso à <i>Internet</i>), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 2003-2006	348
Tabela 5 – Escolas Estaduais, considerando o Zoneamento, Função Original do Prédio e a Situação do Prédio quanto à Pertença – Rede Estadual de Edifícios Escolares – Pelotas – 1994.....	349
Tabela 6 – Escolas Estaduais, considerando o Proprietário do Prédio, o Projeto Original e os Ambientes Existentes – Rede Estadual de Edifícios Escolares – Pelotas (Zona Urbana) – 2000	350
Tabela 7 – Escolas Estaduais segundo o Nível de Ensino, considerando a existência de por Laboratório de Informática e por Acesso à <i>Internet</i> – Rede Estadual de Edifícios Escolares – Pelotas (Zona Urbana) – 2007	351
Tabela 8 – Número de Teses sobre Edifícios Escolares, no Nível de Doutorado, considerando Expressões Pesquisadas e Instituição de Origem – 1987-2006	352

Tabela 9 – Número de Teses sobre Edifícios Escolares, no Nível de Doutorado, considerando Expressões Pesquisadas e Área de Conhecimento – 1987-2006	352
Tabela 10 – Questionários do Censo Escolar, considerando os Títulos de seus Blocos/Formulários (Cadastro) e o Número de Itens Pesquisados – Censo Escolar 1999-2007	353
Tabela 11 – Matrícula Inicial na Rede Estadual do Rio Grande do Sul, segundo os Níveis e Modalidades de Ensino – Censo Escolar 1999-2007	355
Tabela 12 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio), segundo sua Situação (Abertura, Fechamento e/ou Municipalização) – Censo Escolar 1999-2007	356
Tabela 13 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio), segundo as Alterações no Nível de Ensino e Zoneamento – Censo Escolar 1999-2007	357
Tabela 14 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	358
Tabela 15 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	359
Tabela 16 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	360
Tabela 17 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	361
Tabela 18 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	362

Tabela 19 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	363
Tabela 20 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	365
Tabela 21 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	367
Tabela 22 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	369
Tabela 23 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	371
Tabela 24 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	372
Tabela 25 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	373
Tabela 26 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	374
Tabela 27 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio), e a Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	375

Tabela 28 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	376
Tabela 29 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	377
Tabela 30 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	378
Tabela 31 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	379
Tabela 32 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	380
Tabela 33 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	381
Tabela 34 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	382
Tabela 35 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	383
Tabela 36 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	384

Tabela 37 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	385
Tabela 38 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	386
Tabela 39 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	387
Tabela 40 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	389
Tabela 41 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	391
Tabela 42 – Escolas da Rede Estadual no Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	393

Tabela 43 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	395
Tabela 44 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	397
Tabela 45 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	399
Tabela 46 – Escolas da Rede Estadual no Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	401
Tabela 47 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências de Convivência Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007.....	403
Tabela 48 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	405

Tabela 49 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências de Convivência e Recreação e Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	407
Tabela 50 – Escolas da Rede Estadual no Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	409
Tabela 51 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	411
Tabela 52 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	412
Tabela 53 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007.....	413
Tabela 54 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio), por Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	414
Tabela 55 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	415
Tabela 56 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007.....	416

Tabela 57 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	417
Tabela 58 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	418
Tabela 59 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	419
Tabela 60 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	420
Tabela 61 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007.....	421
Tabela 62 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	422
Tabela 63 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	423
Tabela 64 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007.....	425
Tabela 65 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	427

Tabela 66 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007.....	429
Tabela 67 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	431
Tabela 68 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007.....	432
Tabela 69 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	433
Tabela 70 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007.....	434
Tabela 71 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	435
Tabela 72 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	436
Tabela 73 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	437
Tabela 74 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-20074	438

Tabela 75 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	439
Tabela 76 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	440
Tabela 77 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	441
Tabela 78 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) – Censo Escolar 1999-2007	442
Tabela 79 – Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2000-2003 da Secretaria de Educação – SE.....	443
Tabela 80 – Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2000-2003 para Construção, Manutenção e Aproveitamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo a Diretriz Construção Coletiva da Escola Democrático-Popular em Todos os Níveis e Modalidades de Ensino, pelo Programa Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental e suas Metas.....	444
Tabela 81 – Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2000-2003 para Construção, Manutenção e Aproveitamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo a Diretriz Construção Coletiva da Escola Democrático-Popular em Todos os Níveis e Modalidades de Ensino, pelo Programa Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas e de Lazer das Comunidades Escolares e suas Metas	445

Tabela 82 – Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2000-2003 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo a Diretriz Construção Coletiva da Escola Democrático-Popular em Todos os Níveis e Modalidades de Ensino, pelo Programa Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Médio e suas Metas	446
Tabela 83 – Previsão de Despesas Totais no Plano Plurianual 2000-2003 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo a Diretriz Construção Coletiva da Escola Democrático-Popular em Todos os Níveis e Modalidades de Ensino, pelos Programas Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental, Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas e de Lazer das Comunidades Escolares e Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Médio.....	447
Tabela 84 – Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2004-2007 da Secretaria da Educação – SE.....	448
Tabela 85 – Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2004-2007 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo o Programa Acesso à Educação Básica e suas Ações	449
Tabela 86 – Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2004-2007 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo o Programa Qualificação da Educação Básica e suas Ações.....	450
Tabela 87 – Previsão de Despesas Totais no Plano Plurianual 2004-2007 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo os Programas Acesso à Educação Básica e Qualificação da Educação Básica	451

Tabela 88 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais – Balanço Geral 1999	452
Tabela 89 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais – Balanço Geral 2000	453
Tabela 90 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais – Balanço Geral 2001	454
Tabela 91 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais – Balanço Geral 2002	455
Tabela 92 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais – Balanço Geral 2003	456
Tabela 93 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais – Balanço Geral 2004	457
Tabela 94 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais – Balanço Geral 2005	458

Tabela 95 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais – Balanço Geral 2006	459
Tabela 96 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais – Gestão 1999-2002	460
Tabela 97 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais – Gestão 2003-2006	461
Tabela 98 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação – Gestão 1999-2002	462
Tabela 99 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação – Gestão 2003-2006	463
Tabela 100 – Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação – Gestões 1999-2002 e 2003-2006	464
Tabela 101 – Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias – Balanço Geral 1999.....	465
Tabela 102 – Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias – Balanço Geral 2000.....	466
Tabela 103 – Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias – Balanço Geral 2001.....	467

Tabela 104 – Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias – Balanço Geral 2002.....	468
Tabela 105 – Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias – Balanço Geral 2003.....	469
Tabela 106 – Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias – Balanço Geral 2004.....	470
Tabela 107 – Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias – Balanço Geral 2005.....	471
Tabela 108 – Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias – Balanço Geral 2006.....	472

SUMÁRIO

O CROQUI	37
1 A VIABILIDADE DA OBRA	46
2 A SONDAGEM DO TERRENO	50
2.1 EDIFÍCIOS ESCOLARES: debatendo esta construção	50
2.1.1 A Temática Edifícios Escolares na Academia	55
2.1.2 Quando o Edifício Escolar é a Fachada Principal	57
2.2.2.1 As <i>Brizoletas</i> : nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul.....	60
2.2.2.2 O Projeto Nova Escola	63
2.2.2.3 CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública	68
3 O PLANO DIRETOR	76
3.1 POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS	76
4 O CANTEIRO DE OBRAS	83
4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	83
4.2 O PERÍODO ESTUDADO	86
4.3 O PROBLEMA.....	86
4.4 AS HIPÓTESES	86
4.5 OBJETIVO GERAL	87
4.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	87
4.7 CATEGORIA DE ANÁLISE, INSTRUMENTOS E INDICADORES	88
4.8 OS QUESTIONÁRIOS DO CENSO ESCOLAR	91
4.9 OS MICRODADOS DO CENSO ESCOLAR	95
4.10 O ORDENAMENTO NORMATIVO DO CEED/RS	103
4.11 AS PROPOSTAS DE GOVERNO	104
4.12 OS PLANOS PLURIANUAIS.....	105
4.13 OS RELATÓRIOS DE GESTÃO	107
4.14 A DESPESA REALIZADA	107
4.15 O LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR	111
4.16 O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	111
5 A EXECUÇÃO DA OBRA	113
5.1 OS QUESTIONÁRIOS DO CENSO ESCOLAR	114
5.2 OS MICRODADOS DO CENSO ESCOLAR	129
5.3 O ORDENAMENTO NORMATIVOS DO CEED/RS	197

5.3.1 Parecer CEED 1402/02	198
5.3.2 Parecer CEED 580/00	212
5.4 O CRONOGRAMA DA OBRA 1999-2006	222
5.4.1 O Período 1999-2002	222
5.4.1.1 O Plano de Governo (Frente Popular)	223
5.4.1.2 As Realizações da Gestão 1999-2002	227
5.4.1.3 O Plano Plurianual 2000-2003	233
5.4.1.4 A Despesa Realizada	236
5.4.2 O Período 2003-2006	244
5.4.2.1 O Plano de Governo (União pelo Rio Grande)	246
5.4.2.2 As Realizações da Gestão 2003-2006	250
5.4.2.3 O Plano Plurianual 2004-2007	255
5.4.2.4 A Despesa Realizada	258
6 A CLARABÓIA	271
6.1 LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR (LSE)	271
O ACABAMENTO	292
REFERÊNCIAS	306
APÊNDICES	317
APÊNDICE A – Quadros	318
APÊNDICE B – Tabelas	345

O CROQUI¹

O ponto de partida desta investigação é o estudo que resultou na apresentação, no ano de 2001, da dissertação denominada *Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas: um diagnóstico da rede estadual*. Naquele momento, assegurou-se que o *Edifício Escolar* cumpria um papel de significativa importância no contexto educacional, pois materializava a figura da escola e, com a mesma, possuía um estreito vínculo, a ponto de levar a uma fusão entre ambos. Nenhuma escola existe sem um edifício escolar, seja ele um prédio construído para fins educacionais, seja apenas uma construção adaptada para uma nova função.

Por outro lado, também se afirmou que, nos últimos anos, diversos governos estaduais tentaram *contornar* o problema dos edifícios escolares, seja através da construção de novas unidades, seja através da ampliação das existentes. Estava muito claro que a rede encontrada revelava um significativo descuido por parte dos governantes, pois, nos edifícios escolares, eram flagrantes a carência de espaços adequados, falta de manutenção e as constantes adaptações.

Em outra etapa do trabalho, de análise do ordenamento normativo do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEED/RS), ou seja, dos Pareceres 200/84 (Ensino Fundamental) e 909/92 (Ensino Médio), ambos em vigência naquele momento, verificou-se que eram pouco claros os critérios e exigências sobre o espaço físico das escolas, situação que permitia a abertura de inúmeras exceções.

Finalmente, a análise efetuada na rede de edifícios escolares estaduais urbanos de Pelotas revelou diversos problemas, materializados nos conflitos de uso, nas realocações inadequadas dos espaços e na carência de inúmeros ambientes, além da falta de qualidade e manutenção dos existentes.

Tudo isso levou à conclusão de que, mesmo os edifícios escolares estando de acordo com as normas do CEED/RS, não necessariamente atendiam às necessidades de seu público, os alunos, professores e funcionários.

¹ Segundo o Dicionário da Construção: **Croqui** é o *primeiro esboço de um projeto arquitetônico*.

Ainda que centrado na cidade de Pelotas, o trabalho desenvolvido me foi de fundamental importância para a compreensão da realidade educacional no Rio Grande do Sul. A discussão sobre o tema não se esgotou naquele momento, uma vez que o dinamismo da sociedade, com visíveis conseqüências no processo educacional, quer pela crescente demanda, quer pelas novas tecnologias e propostas pedagógicas, faz com que os sujeitos envolvidos com a escola, ainda que essa esteja evidentemente defasada, tentem sanar as suas mazelas, levando a inúmeras transformações no decorrer dos anos, embora muito aquém das reais necessidades de uma sociedade em constante modificação.

Portanto, mesmo transcorrida quase uma década após *Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas: um diagnóstico da rede estadual*, é possível constatar que a problemática situação dos Edifícios Escolares da rede estadual do Rio Grande do Sul ainda persiste.

Em 2000, a situação verificada nas escolas estaduais urbanas com oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio, em Pelotas, demonstrava que 84,78% das escolas não possuíam Laboratório de Informática, 63,04%, Laboratório de Ciências, 36,96%, Quadras de Esporte e 30,43%, Sala de TV/Vídeo.

Já nas escolas de mesmo tipo, para a totalidade da rede estadual, segundo os *Microdados do Censo Escolar*, constata-se que o percentual de escolas sem Laboratório de Informática foi de 80,08%, em 2000, e 54,15%, em 2006; sem Laboratório de Ciências, de 44,98%, em 2000, e 39,49%, em 2006; sem Quadras de Esporte, de 32,72%, em 2000, e 23,81%, em 2006; e, sem Sala de TV/Vídeo, de 48,11%, em 2000, e 34,51%, em 2006².

Portanto, observa-se que, no período analisado, os percentuais de ausência dos ambientes citados caíram, porém ainda podem ser considerados significativos. Primeiro, porque representam dados meramente quantitativos que, se vistos por um viés qualitativo, podem revelar uma situação ainda mais grave. Segundo, porque a amostra de escolas estaduais está localizada na zona urbana, geralmente mais bem aparelhada que as localizadas na zona rural. Terceiro, porque tais dependências, não obstante cumpram papéis importantes no espaço escolar, ainda apresentam percentuais elevados de ausência, em alguns casos, passando ou beirando os 50%.

² Conquanto o último Censo Escolar da Educação Básica seja referente a 2009, neste trabalho foram utilizados dados até 2007, pois o período compreendido nesta investigação vai de 1999 a 2006. Portanto, a inclusão dos dados de 2007, objetiva contemplar a totalidade do ano de 2006 e não apenas as informações existentes até a data de seu preenchimento que, em 2006, ocorreu na última quarta-feira do mês de março.

Verifica-se, por conseguinte, que, muito embora os números observados de 2000 a 2006 demonstrem uma evolução positiva, a situação ainda revelava inúmeras carências.

Conseqüentemente, buscando-se resgatar e aprofundar os estudos sobre os *Edifícios Escolares* e se considerando a problemática evidenciada a partir dos dados numéricos correspondentes ao período 2000-2006, foi elaborada a seguinte questão para esse contexto:

Quais são os reflexos das políticas públicas de educação e do ordenamento normativo do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, na efetiva melhoria da rede estadual de edifícios escolares de Educação Básica?

Também, no sentido de fundamentar esta investigação, foram elaboradas três hipóteses, para as quais a comprovação é buscada ao longo deste estudo. Tais assertivas asseguram que apesar:

- a) dos diagnósticos obtidos sobre o *Edifício Escolar* através dos *Microdados do Censo Escolar*, estes dados têm pouco ou nada contribuído para a solução das carências existentes na rede estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul que ofertam a Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio);
- b) das exigências normativas do *Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul*, relativas à questão espacial e equipamentos, inúmeros Edifícios Escolares na rede estadual de ensino não se enquadram nas mesmas;
- c) das propostas constantes nos *Programas de Governo* das gestões 1999-2002 e 2003-2006, no Rio Grande do Sul, de suas realizações, das previsões de despesas contidas nos Planos Plurianuais 2000/2003 e 2004/2007 e da despesa realizada na construção, manutenção e aparelhamento dos *Edifícios Escolares*, as realizações têm ficado aquém do realmente necessário para que a rede escolar atenda às exigências do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul quanto à questão espacial.

Para que o processo de investigação chegasse ao seu intento, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

a) Objetivo Geral

1. Analisar o reflexo das políticas públicas de educação incidentes sobre os Edifícios Escolares da rede estadual de Educação Básica no Rio Grande do Sul.

b) Objetivos Específicos

1. Identificar o espaço ocupado pelo *Edifício Escolar* nos Questionários do Censo Escolar (1999-2007)³, comparando-os quanto aos indicadores que interferem no *Edifício Escolar* ou a ele se referem.
2. Analisar o ordenamento normativo do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, nos itens que tratam da questão espacial e de equipamentos nas escolas de Educação Básica (Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio).
3. Elaborar um diagnóstico da rede estadual de *Edifícios Escolares*, a partir dos Microdados do Censo Escolar (1999-2007)³.
4. Identificar e analisar, nos Programas de Governo das coligações vencedoras das eleições estaduais de 1998 e 2002 no Rio Grande do Sul, as propostas para o *Edifício Escolar*, comparando-as com os Relatórios de Gestão, Planos Plurianuais e Despesa Realizada pela Secretaria de Educação, nos períodos 1999-2002 e 2003-2006, no que tange à construção, manutenção e aparelhamento de *Edifícios Escolares*.
5. Quantificar e comparar a despesa realizada na construção, manutenção e aparelhamento da rede estadual de *Edifícios Escolares* do Rio Grande do Sul no período 1999-2006.

Portanto, para que esta investigação obtivesse êxito, este estudo foi dividido em oito partes: *O Croqui, A Viabilidade da Obra, A Sondagem do Terreno, O Plano Diretor, O Canteiro de Obras, A Execução da Obra, A Clarabóia e O Acabamento*.

³ Note-se que, não obstante o estudo abranger as gestões de 1999 a 2006, para captar a situação dos prédios escolares no período, foi pertinente usar os dados do Censo Escolar 2007, os quais foram coletados tendo como referência o dia 30/05/2007.

A denominação dos capítulos busca uma analogia com etapas e/ou termos pertinentes a construção civil, compreendendo alguns aspectos desde os primeiros esboços até a finalização da obra.

A introdução e as considerações finais estão inseridas respectivamente nas partes denominadas *O Croqui* e *O Acabamento*, estando o núcleo do trabalho distribuído nas demais partes.

Em *A Viabilidade da Obra*, procurou-se destacar a importância da temática *Edifícios Escolares*, a partir da pouca ênfase dada a essa no contexto das discussões educacionais, não obstante a situação de desamparo e abandono a que estão relegados inúmeros edifícios escolares. A partir dessa constatação e da problemática evidenciada após uma breve análise de dados coletados sobre a rede estadual junto ao *site* do Sistema de Estatísticas Educacionais do INEP, reforça-se a importância e a urgente necessidade do aprofundamento das investigações sobre a temática *Edifícios Escolares*.

No capítulo *A Sondagem do Terreno*, faz-se um histórico do envolvimento com a temática, destacando-se estudos como *Edifícios Escolares em Pelotas*, publicado em 1996, e *Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas: um diagnóstico da rede estadual*, dissertação de mestrado defendida em 2001. A seguir, há uma incursão ao tema *Edifícios Escolares*, a partir de autores como Mello (1970), Lima (1989), Quadros (2003), Ambrogi (2003/2004), Frago e Escolano (1998), França (1994), Rocha (2000), Enguita (1989), Alves (1995), Buffa e Pinto (2002), Azevedo e Bastos (2002), Rodrigues (2003), Moussatche, Alves-Mazzotti e Mazzotti (2002). Esses autores, ao discorrerem sobre o objeto, destacam aspectos como: sua importância no contexto do processo educacional, a vinculação da arquitetura escolar ao currículo, o problema do significativo número de edifícios construídos primitivamente para outros fins, a rigidez dos projetos arquitetônicos escolares, a vinculação da disposição espacial com a demarcação pedagógica, a falta de investimentos no setor, entre outros. Ainda, neste capítulo, destaca-se o número de estudos realizados sobre a temática, a partir de um levantamento feito junto ao Banco de Teses da CAPES. Finaliza-se com um breve resgate histórico de governos estaduais que privilegiaram o edifício escolar em suas políticas educacionais, transformando-os em verdadeiras *fachadas principais* de suas gestões. Entre eles, estão: Leonel Brizola (1959-1963), com suas *Brizoletas*; Pedro Simon e Sinval Guazelli (1987-1991), com o *Projeto Nova Escola*; e Alceu Collares, com os *CIEPs*.

Em *O Plano Diretor*, são abordados os temas *política* e *políticas públicas* a partir do viés analítico de diversos autores. Ainda neste capítulo, destaca-se que os termos *política* e *políticas públicas* são parte do cotidiano de toda a sociedade, a qual vivencia, no seu dia-a-dia, as conseqüências de diversas políticas públicas gestadas e implantadas por diferentes governos ou governantes. Sobre a temática, Bobbio (2003) afirma que a ação política objetiva o bem comum, constituindo-se, portanto, em um bom governo aquele que visa a este atendimento. Já um mau governo é aquele que direciona suas ações para o atendimento de seus próprios interesses, ou, pelo menos, dos interesses de uma minoria. Parada (2002) afirma que o conceito tradicional de políticas públicas corresponde ao conjunto de ações e resultados de uma autoridade pública investida de poder público e legitimidade governamental e que essas incluem tanto as *Políticas de Estado*, como as *Políticas de Governo*. As *Políticas de Estado* são aquelas em que as ações perpassam governos, ou em sua elaboração e/ou execução há a participação do conjunto dos poderes estatais. Já, para a análise de políticas em educação, Cortesão, Magalhães e Stoer (2002) propõem um dispositivo que adota três modos de lidar com a mudança social. Nesse dispositivo, uma política poderia ser: (a) *surfada*, quando as decisões são de curto prazo e objetivam a eliminação dos sintomas considerados indesejáveis; (b) *pilotada*, quando as decisões são de médio prazo e objetivam a conciliação de interesses; (c) *gerida*, quando as decisões são de longo prazo e objetivam chegar à raiz dos problemas visando a solucioná-los.

Em *O Canteiro de Obras*, é abordada a questão metodológica, incluindo: o problema, as hipóteses, o objetivo geral, os objetivos específicos, o enquadramento da pesquisa, o referencial teórico-metodológico para a análise das políticas, as categorias, os instrumentos e os indicadores.

Já o capítulo *A Execução da Obra* está dividido em quatro partes, sendo elas: *Os Questionários do Censo Escolar*, *Os Microdados do Censo Escolar*, *O Ordenamento Normativo do CEED/RS* e *O Cronograma da Obra 1999-2006*.

- a) *Os Questionários do Censo Escolar*: compreende um estudo sobre estes, abrangendo o período de 1999 a 2007⁴. De 1999 a 2006 os

⁴ Complementando a nota à página 40, como os *Questionários do Censo Escolar* referem-se aos dados do ano em curso, foi incluído o questionário de 2007 para que o diagnóstico elaborado a partir dos *Microdados do Censo Escolar* fosse mais representativo, ou seja, pudesse contemplar a totalidade do ano de 2006 e não apenas as informações existentes até a data de seu preenchimento, o que comprometeria o diagnóstico.

questionários estão estruturados em blocos, os quais contemplam informações cadastrais, caracterização física da escola, salas de aula e recursos humanos, número de turmas e matrícula inicial por série/ano, por sexo, por raça, informações sobre transporte escolar, merenda e programas de que a escola participa, entre outras informações. Para efeitos da análise, foram consideradas apenas as questões inseridas nos blocos que possuem alguma vinculação com o objeto de estudo, o *Edifício Escolar*. Portanto, foram analisados os seguintes blocos: *Cadastro da Escola – Identificação Básica da Escola* (1999 a 2006), *Caracterização Física da Escola* (1999 a 2004), *Caracterização Física e Dados Gerais da Escola* (2005 e 2006), *Dados Gerais da Escola – Sala de Aula e Pessoal* (1999 a 2003) e *Salas de Aula e Recursos Humanos* (2004 a 2006). Em 2007, o questionário tem outra formatação, apresenta-se com a denominação *Educacenso* e deve ser respondido via *Internet*, está dividido em formulários denominados de *Cadastro de Escola* (onde estão inseridas as questões vinculadas com o objeto deste estudo, o *Edifício Escolar*), *Cadastro de Turma*, *Cadastro de Aluno* e *Cadastro de Docente em Regência de Classe e Auxiliar de Educação Infantil*.

- b) *Os Microdados do Censo Escolar*: onde é elaborado um diagnóstico da rede escolar estadual do Rio Grande do Sul sobre a oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio no período 1999-2007⁵. Para tal, foram utilizados os *Microdados do Censo Escolar* de igual período, que nada mais são do que o conjunto de informações que cada uma das escolas estaduais fornece por meio do *Censo Escolar*. Para a construção desse diagnóstico, foram elaboradas e analisadas 68 (sessenta e oito tabelas), contemplando as seguintes informações: *Matrícula Inicial, Dinâmica Escolar, Escolas Estaduais e Zoneamento, Número de Alunos, Local de Funcionamento, Entidade Proprietária do Imóvel, Forma de Ocupação do Prédio, Compartilhamento do Prédio, Dependências Existentes no Prédio (Administrativas, Pedagógicas, Serviço e Recreação e Convivência), Salas de Aula Existentes, Salas*

⁵ Para que o diagnóstico elaborado a partir dos *Microdados do Censo Escolar* fosse mais representativo, ou seja, pudesse contemplar a totalidade do ano de 2006 e não apenas as informações existentes até a data de seu preenchimento, o que comprometeria o diagnóstico, foram incluídos os dados referentes ao ano de 2007.

de Aula Existentes e Utilizadas, Abastecimento (Água, Energia Elétrica e Rede de Esgoto), Acessibilidade e Informática.

- c) *O Ordenamento Normativo do CEED/RS: com uma análise dos Pareceres CEED 1400/02 (Estabelece normas para oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul) e CEED 580/00 (Estabelece condições para a oferta de Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino), que apresentam as principais normatizações direcionadas ao Edifício Escolar.*
- d) *O Cronograma da Obra 1999-2006: está subdividido em dois períodos, 1999 a 2002 e 2003 a 2006, contemplando as gestões dos governadores Olívio Dutra (1999-2002) e Germano Rigotto (2003-2006). Nessa etapa do trabalho, foram estudados, para cada uma das gestões: os Planos de Governo, os Relatórios de Gestão, os Planos Plurianuais (2000/2003 e 2004/2007) e a Despesa Realizada a partir do Balanço Geral da Administração Direta. O estudo dos Planos de Governo e dos Relatórios de Gestão buscou informações sobre os projetos e as realizações direcionadas aos Edifícios Escolares. A análise dos PPAs 2000/2003 e 2004/2007 compilaram as previsões de despesa para a Construção, Manutenção e Aparelhamento dos Edifícios Escolares. E, finalmente, o estudo dos Balanços Gerais da Administração Direta levantou a despesa realizada com a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares. Todos os valores coletados foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009.*

No capítulo denominado *A Clarabóia*, foi estudado o *Levantamento da Situação Escolar (LSE)*. O LSE é um instrumento para a coleta de informações junto às escolas de Educação Básica e Educação Profissional que objetiva o planejamento da educação. Assim sendo, caracteriza-se como um importante auxílio na determinação das necessidades de reforma, ampliação e aparelhamento das escolas, contribuindo efetivamente na definição de prioridades e, conseqüentemente, para a melhoria da rede de edifícios escolares. O LSE está

estruturado em cinco blocos que contemplam: (a) o *Cadastro da Escola*; (b) o *Material Didático e Escolar, Equipamentos e Mobiliário*; (c) as *Características do Prédio*; (d) *Salas de Aula e Turmas*; (e) *Institucional*.

No capítulo final, *O Acabamento*, algumas percepções evidenciadas ao longo do estudo são retomadas, objetivando responder aos questionamentos levantados no conjunto da investigação. As normatizações contidas nos Pareceres CEED 1400/02 e 580/00, mesmo fazendo uma série de exigências, também não chegam à base do problema. Parecem tão somente tentar eliminar sintomas e conciliar interesses. Isso se evidencia quando se observa que inúmeras escolas não se enquadram em suas normatizações, verificando-se que não há, por parte desse Conselho, uma efetiva fiscalização, ou, caso essa ocorra, não são tomadas as devidas providências no sentido de se solucionar o problema. As políticas de governo, observadas no período 1999-2006, não obstante seus projetos, realizações e investimentos, não conseguiram resolver a problemática. Observa-se que, em ambas as gestões, os *Edifícios Escolares* não são objeto de políticas específicas, ou seja, o tratamento dado a este essencial elemento da educação ficou diluído no contexto das políticas educacionais dos referidos períodos, pois estas pareciam ter como objetivo tão somente à resolução de questões de curto prazo ou, pior, de sintomas com decisões limitadas ao contexto e sem estratégias bem definidas. Neste contexto, o surgimento do LSE (Levantamento da Situação Escolar) é destacado como um importante estímulo a essa continuidade.

1 A VIABILIDADE⁶ DA OBRA

Os problemas existentes na educação brasileira, quando abordados pelos meios de comunicação, pela sociedade e pelos políticos, quase sempre estão direcionados à inoperância de sucessivos governos, aos baixos salários pagos ao magistério, à falta de material de apoio pedagógico, à falta de investimentos na atualização tecnológica, à violência do cotidiano escolar que afronta alunos e professores, às sucessivas greves do magistério e à visão de que a educação é a redenção de todas as mazelas sociais. Porém, quanto ao edifício escolar, que materializa a escola, pouco ou quase nada é falado, mesmo que o problema seja gritante, haja vista a realidade dos prédios escolares, que certamente é resultado da falta de investimentos compatíveis com as reais necessidades de manutenção dos edifícios. A realidade de abandono é visível, quando se observa a situação em que estão a maioria dos edifícios escolares públicos: aparência desamparada, com visíveis sinais de depredação e de profundo desleixo; improvisação de espaços; falta de conforto térmico e estético, de aconchego, o que, cada vez mais, torna-os distantes de sua comunidade, fazendo com que essa não se sinta responsável pelos prédios, já que esses não atendem às reais necessidades de alunos, professores e demais pessoas envolvidas no processo, transformando-se, muitas vezes, em objetos sem importância na paisagem da comunidade.

Ao observarmos informações anteriormente levantadas, tanto em *Edifícios Escolares em Pelotas*, com dados coletados no ano de 1994, como em *Edifícios Escolares em Pelotas: um diagnóstico da rede estadual*, com dados coletados no ano de 2000, ou, ainda, em números mais recentes, como os do artigo *A Escola na Era do Acesso: um estudo da rede escolar estadual na cidade de Pelotas-RS*, de 2007, e, também, em números mais abrangentes, disponíveis no *site* do Sistema de Estatísticas Educacionais⁷ do INEP, verifica-se o quanto é urgente e importante a discussão sobre a temática *Edifícios Escolares*. Veja-se a prévia da problemática encontrada nas Tabelas 1 a 7, às páginas 345 a 351.

Em uma breve análise, constata-se o quanto alguns elementos chamam a atenção pela sua singularidade, ou, ainda, pela sua pouca evolução ao longo de

⁶ Segundo o Glossário de Termos da Construção Civil: **Viabilidade** é o estudo do potencial a ser edificado em um terreno, seja ele comercial ou residencial.

⁷ <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>

vários anos, mesmo que a pauta *educação*, contemplando as suas inúmeras variantes, esteja no discurso de diferentes governos e governantes.

Relativamente aos dados encontrados no Censo Escolar do estado do Rio Grande do Sul, verifica-se que, apesar do avanço constatado, ainda está muito longe uma melhora significativa na rede. Como exemplo, vale citar os baixos percentuais de escolas com Laboratório de Informática (2006, 44,93% das urbanas, e 11,31% das rurais com Ensino Fundamental, e 68,41% das urbanas e 46,03% das rurais com Ensino Médio), além de outros espaços, como Biblioteca, Laboratório de Ciências, Salas para TV/Vídeo e Quadras de Esportes. Não obstante representarem locais de evidente importância no ambiente escolar, ainda não atingem a totalidade da rede ou, mesmo existindo, não necessariamente possuem a condição esperada. Em outro momento, é possível verificar o quão significativo é o número de escolas que ocupam prédios escolares construídos para fins residenciais. Na cidade de Pelotas são cerca de 20%. Destaca-se, ainda, no percentual de prédios alugados, de 24%, em 1994, para 26,09%, em 2000, um agravante significativo, considerando os edifícios destinados ao Ensino Fundamental (34,37%). Analisando-se a presença de espaços destinados aos Laboratórios de Informática, descobre-se que, apesar de todo o avanço na questão da informatização no País, a rede escolar estadual em Pelotas ainda possui números pouco relevantes: apenas 15,22%, em 2000, e 36,96% das escolas, em 2007, tinham Laboratórios de Informática, apesar da perspectiva de esse número vir a atingir 56,52% em 2008. Tais números são ainda irrelevantes, pois se sabe o quão importante é o papel da escola pública na inclusão digital. Convém, ademais, evidenciar que os números apresentados na questão dos espaços específicos (ambientes) são meramente quantitativos, ou seja, não atestam a qualidade desses ambientes. A existência desse ou daquele espaço, em uma escola não garante que se atenda de forma adequada seu público alvo, fato esse observado em um levantamento qualitativo efetuado em três escolas da rede estadual, na pesquisa *Edifícios Escolares em Pelotas: um diagnóstico da rede estadual*.

As carências constatadas nesta área de estudo, o *Edifício Escolar*, muitas vezes parece corresponder à falta de políticas públicas, ou à aparente falta de políticas públicas para o setor, mas, na verdade, revelam uma política bem definida e articulada que se faz passar por uma falta de política, como escrevi antes:

Poderíamos, enfim, afirmar que a realidade encontrada nos edifícios escolares estaria condicionada à realidade da educação e que ambas seriam fruto das políticas educacionais existentes, da *aparente* falta de políticas ou, como prefeririam alguns, da indefinição das políticas, esta última evidente na total falta de uma política em educação a contemplar um planejamento que fosse ao encontro da coletividade, não um *planejamento* de quem estaria primeiramente pensando em colher dividendos, fossem eles políticos, financeiros ou de outra natureza. Antes de mais nada, se quiséssemos mudar a educação e conseqüentemente o espaço onde ela ocorre, seria necessária a adoção de políticas que contemplassem o planejamento constante, capaz de se reavaliar e se reciclar a todo momento, com a participação de todos na direção de todos, com o grande objetivo de atender a todos (SASTRE, 2001, p.28).

Nesse sentido, Kuenzer (1990) assevera que a política é não ter política definida, pois a escolha de prioridades e metas físicas e financeiras conduzem o Estado a uma gestão racionalizada e organizada, o que permite o seu controle pela sociedade, impedindo as práticas ditas clientelistas.

Verifica-se, portanto, que, ao que tudo indica, existem políticas públicas para o *Edifício Escolar*, porém essas parecem não estar voltadas para o atendimento equitativo da coletividade e, sim, para o atendimento dos interesses de quem detém o poder e, portanto, escolhe o *quê* e a *quem* priorizar.

Tais políticas somente levariam a um resultado positivo se houvesse, no setor de edifícios escolares e, conseqüentemente, na área educacional como um todo, um planejamento continuado, em que os interesses da maioria prevalecessem sobre os interesses de uns poucos. Somente dessa maneira seria possível crescer como sociedade educada e democrática, no caminho do real progresso e da distribuição de renda advinda de uma educação realmente comprometida com todos e com a transformação de nossa realidade. O aprofundamento dos estudos no campo dos edifícios escolares procura, de certa maneira, contribuir para essa discussão. Sem dúvida, há muito para ser feito e muito para ser discutido, já que toda e qualquer transformação passa pela escola, que, indiscutivelmente, existe porque se materializa na figura do *Edifício Escolar*.

A retomada e o aprofundamento de estudos nesta área objetivam tentar responder à problemática da rede de edifícios escolares estaduais no Rio Grande do Sul. Afinal, pode-se efetuar o seguinte questionamento, quanto à temática aqui abordada:

Quais são os reflexos das políticas públicas de educação e do ordenamento normativo do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, na efetiva melhoria da rede estadual de edifícios escolares de Educação Básica?

Portanto este trabalho tentará elucidar, dentro de suas limitações a essa interrogação, que é resultado dos dados e questionamentos anteriormente enfatizados.

Para respondê-la, faz-se necessária uma seqüência de etapas (capítulos) a serem percorridas, as quais passam, pela incursão ao tema *Edifícios Escolares (A Sondagem do Terreno)*, ao estudo do assunto *política e políticas públicas (O Plano Diretor)*, à abordagem dos aspectos metodológicos (*O Canteiro de Obras*), pela análise dos tópicos que compõem os objetivos específicos desta pesquisa (*A Execução da Obra*), pela apreciação do instrumento de coleta de informações denominado *Levantamento da Situação Escolar (A Clarabóia)* para, enfim, culminar com retomada de algumas percepções evidenciadas ao longo da exploração no capítulo denominado *O Acabamento*.

2 A SONDAGEM DO TERRENO

Ao iniciar este capítulo, é importante destacar que a utilização do termo *sondagem*, muito conhecido na área da construção civil, busca dar ênfase ao propósito deste tópico, que é o de reconhecer o terreno, ou seja, o de fazer uma incursão pela temática deste estudo, os *Edifícios Escolares*. Conforme Houaiss (1986) *sondagem* significa a:

[...] investigação de um meio (ar, água, solo etc.) feita metodicamente num local através de aparelhagem e métodos especiais [...] perfuração que se faz num terreno para verificar-lhe a natureza hidrológica, geológica etc. (p. 2607).

Assim sendo, constata-se que *sondar* ou *sondagem* nada mais é do que verificar, tomar conhecimento de uma realidade, ou de uma situação já existente, a qual terá como função contribuir na elaboração de um projeto com vistas a uma nova construção, ou ampliação de uma já existente.

2.1 Edifícios Escolares: Debatendo essa construção.

Ao se iniciar este debate, é preciso compreender que o *Edifício Escolar* não representa apenas um prédio ou um conjunto de edificações em que estão inclusas inúmeras dependências. O *Edifício Escolar* também compreende os espaços abertos ou parcialmente abertos, cobertos ou não, como a quadra de esportes, o parque infantil, o jardim, os pátios coberto e descoberto, enfim locais que, mesmo não inseridos no corpo da edificação, constituem-se partes do edifício escolar.

Inúmeros autores, ao longo do tempo, têm-se dedicado ao estudo da temática *Edifícios Escolares*, salientando a sua importância, o problema do significativo número de edifícios construídos primitivamente para outros fins, bem como vinculando a arquitetura escolar ao currículo. Assim, o edifício escolar tem sido objeto de muitos estudos, com o propósito de diminuir as carências que se parecem abater sobre esse elemento essencial da educação.

Segundo Mello (1970), assim como as questões didáticas são de grande relevância, o ambiente também o é, não podendo ficar o edifício escolar restringido a um mero abrigo para professores e alunos. O autor afirma que o edifício escolar

deve oferecer tanto boas condições para as atividades escolares, como deve proporcionar o bem estar físico e emocional de seus usuários.

Já Lima (1989), ao comentar sobre a temática, assevera que as escolas são concebidas apenas como um edifício capaz de receber certo número de classes, apontando dois efeitos considerados fundamentais para os governantes, secretários de educação e autoridades da área: os dividendos políticos que a inauguração de escolas pode trazer e o atendimento das pressões oriundas de empreiteiros e da comunidade. Afirma, ainda, que o terreno escolhido para a construção de uma escola geralmente não o é pelas suas condições de salubridade, acesso, topografia e orientação. O que vale é a doação de terrenos por gestores municipais e particulares, para a construção de escolas onde essas não existem, ou, mesmo, a destinação de restos de loteamentos, áreas inundáveis e locais comercialmente inviabilizados, minimizando assim o confronto com loteadores e possibilitando a diminuição de custos de implantação e construção. Enfim, resta às crianças uma educação de segunda classe ofertada em edifícios mal construídos e mal conservados.

Outro aspecto que tem sido muito discutido pelos estudiosos da temática é a necessidade de que as escolas ocupem prédios precipuamente construídos para tal fim, assunto já abordado em *Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas: um diagnóstico da rede estadual* (2001), quando se verificou que quase 20% das escolas ocupavam prédios construídos primitivamente para fins residenciais. Essa constatação corrobora o que Quadros (2003) salientou, quando apresentava números que demonstravam que, no ano de 1946, havia uma rede de edifícios escolares destinados ao ensino elementar (de propriedade pública), com um percentual próximo aos 40% de construções não edificadas para fins escolares.

Em 1946, existiam, no País, cerca de 28.300 prédios escolares destinados ao ensino elementar, dos quais 4.927 (17,4%) eram prédios públicos e, desses, apenas pouco mais de 3.000 haviam sido construídos para fins exclusivamente escolares (QUADROS, 2003, p.45).

Já Ambrogi (2003/2004) reforça o problema, ao constatar que os edifícios escolares públicos são alvo de soluções paliativas e baratas na tentativa de dirimir o problema da falta de vagas, o que, na sua opinião, tem-se demonstrado um problema sem solução.

Principalmente quando falamos em equipamentos ou em edifícios escolares públicos, o que parece predominar é a busca de formas paliativas e baratas para suprir a falta de vagas e de qualidade, e esse parece ser, infelizmente, um problema eterno (AMBROGI, 2003/2004, p.168).

Pesquisadores como Frago e Escolano (1998) afirmam que a arquitetura escolar é por si mesma um programa e, portanto, traz consigo toda uma peculiaridade que precisa e deve ser respeitada, o que lhes leva a assegurar que uma escola somente deveria ocupar um espaço devidamente projetado, estudado e desenhado para o fim a que se destina. Segundo os mesmos, a arquitetura escolar é um tipo de discurso que estabelece todo um sistema de valores tendo em vista a ordem, a disciplina e vigilância, os referenciais para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia contemplando símbolos estéticos, culturais e ideológicos.

Mello (1970), ao comentar o assunto, salienta que edifícios construídos para outras finalidades não satisfazem as exigências da higiene e da pedagogia, são geralmente de manutenção mais cara, além do que uma escola não deveria ser projetada para uma duração *quase eterna*, pois as exigências didáticas, demográficas ou técnicas mudam ao longo do tempo. Deveriam, sim, os edifícios escolares serem projetados dentro de uma visão de adaptabilidade visando ao atendimento de requisições futuras. Conforme o autor, a flexibilidade das construções aumenta o valor da escola, pois possibilita o atendimento constante das necessidades dos alunos e da comunidade, além de proporcionar a economia na construção, pois estruturas e instalações projetadas e construídas visando a possibilidades futuras apresentam maior facilidade de readequação. Mello (1970, p. 110-1) ainda enfatiza que:

As possibilidades de expansão de um edifício dependem do grau de flexibilidade de sua composição espacial, de sua solução estrutural e da disposição de suas instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, além da área necessária para que as ampliações se façam sem prejuízo na orientação das novas construções nem em detrimento da iluminação e ventilação das partes existentes. Tampouco deve a expansão do prédio gerar conflitos de circulação ou criar áreas inúteis que iriam quebrar a unidade do conjunto.

França (1994) também atenta para a importante questão dos projetos pouco adaptáveis às novas exigências, afirmando que os edifícios escolares parecem, salvo raras exceções, ter ficado parados no tempo, seja em termos de projeto, seja

em termos de mobiliário. Os edifícios escolares ainda são construídos com uma divisão espacial antiga, ficando o novo apenas relegado a uma concepção arquitetônica de viés estético ou a algum novo material empregado.

A configuração do espaço sempre foi importante para caracterizar a instituição escolar e a própria sociedade num determinado período, porque materializa as aspirações, conflitos e incertezas vividas. Entretanto, sua evolução parece ter estagnado, já que, praticamente, o mesmo tipo de escola vem sendo construído e mobiliado, de modo bastante desatualizado, fazendo-nos inferir qual a razão desse hiato criado e quais as intenções existentes atrás da descontextualização do espaço escolar. Salvo um ou outro elemento que parece destoar do conjunto, a visão de uma sala de aula nos remete a um espaço – tempo passado, fazendo-nos crer que o processo de ensino se “congelou” e as reações ocorridas nessa situação são mecânicas e impensadas (FRANÇA, 1994, p.57).

Em outra concepção de estudo, Rocha (2000) compara a disposição espacial dos edifícios escolares a uma demarcação não apenas arquitetural, mas também pedagógica. Tal constatação residiria no fato de que é no interior dos prédios escolares que ocorre o exercício pedagógico. Ao privilegiar este ou aquele espaço, por exemplo, uma biblioteca, em detrimento a um refeitório, ou uma sala de professores, em detrimento ao gabinete da direção, é que se evidenciam as escolhas pedagógicas através da questão espacial. O cuidado dado a cada espaço demonstra os objetivos perseguidos, os privilégios evidenciados, as práticas adotadas, enfim, as escolhas feitas.

A disposição espacial – seja aquela da localização da escola no tecido urbano, da distribuição do(s) edifício(s) no terreno, da organização interna (salas de aula, espaços cheios e vazios, abertos e fechados, corredores, fluxos de entrada e saída, salas de professores, espaço reservado à administração e direção, entre outros), e mesmo, aquela da distribuição interna entre os vários elementos (móveis, portas, janelas, etc.) que compõem os diversos ambientes/espaços escolares – é sempre um elemento de demarcação não somente arquitetural, mas, consideravelmente, pedagógico. São as práticas escolares – aí incluídos os espaços técnica e pedagogicamente constituídos – que contribuem fortemente para fazer de nós aquilo que somos. Pois, dentro destes espaços escolares – e a partir deles e suas diversas relações e inter-relações – é que se dá o exercício pedagógico (ROCHA, 2000, p.07).

Segundo Mello (1970), todos os ambientes da escola são espaços onde a educação deve ser praticada; mesmo aqueles que aparentemente não são locais de grande evidência, se bem aproveitados, podem contribuir para o favorecimento do convívio social. Apesar de ver a escola como um todo, Mello salienta que a sala de

aula é o mais importante espaço da escola e, portanto, deve receber um tratamento diferenciado. A sala de aula, como elemento principal da escola, precisa ter prioridade na localização e no tratamento recebido, devendo nela ocorrer as mais diversas atividades. Já Enguita (1989), ao comentar sobre a importância da sala de aula, afirma que ela deve ser muito mais do que um local com um quadro-negro e diversos bancos alinhados. Deve a sala de aula permitir diferentes tipos de atividades, o que certamente não só a tornaria mais custosa aos cofres públicos, mas também levaria os jovens a outra relação com o processo de ensino-aprendizagem. Indiscutivelmente uma educação que preza a liberdade é uma educação que tem maior probabilidade de levar o aluno a um destino social mais nobre.

Conforme Sales (2000), os edifícios escolares para serem valorizados socialmente, devem proporcionar uma estrutura física grande, áreas de lazer, conforto, segurança, boa aparência e sinais de modernidade. Ainda, segundo o autor, a localização em espaços geográficos empobrecidos ou a construção com materiais pouco valorizados contribuem para a sua desvalorização social.

Indica Alves (1995) que inúmeros são os esforços no sentido de minimizar as carências e as dificuldades existentes na escola e oriundas da precariedade espacial a que a mesma está atrelada, tais como uma pintura feita com a ajuda da comunidade e patrocinada por alguma festividade ou campanha organizada pelos professores, pais, servidores e alunos. Basta que circulemos por nossas cidades para que vejamos o quanto é visível o abandono e a situação precária da maioria das escolas.

Ao mesmo tempo, aqui e ali, com variada frequência e continuidade nada garantida, surgiam esforços, geralmente coletivos, de superar esta situação: aqui, uma pintura da escola feita com a ajuda dos pais e financiada com o dinheiro arrecado na festa junina; ali, uma campanha de doação de livros para a formação de uma biblioteca; lá, uma escola feita com material precário, para durar cinco anos e que dura já há mais de trinta; em tudo isto, corações e mentes dos construtores de um cotidiano que julgam ser possível mudar a vida (ALVES, 1995, p.14).

Já conforme Buffa e Pinto (2002), toda e qualquer melhoria no campo da educação e, conseqüentemente, nas instalações físicas das escolas, passa por um equilíbrio entre necessidades e investimentos. Até o momento, o que observamos parece confirmar a existência de um desequilíbrio, marcado pela fartura de

necessidades não atendidas e pela aplicação de exíguos investimentos, o que, ao longo dos anos, tem aumentado o fosso entre o possível e o necessário.

Certamente a necessidade de maiores investimentos no setor é evidente, porém apenas o aumento nos investimentos não representará uma melhoria efetiva para os edifícios escolares. Há que se repensar uma concepção de projeto mais participativa e menos individualista.

Segundo Azevedo e Bastos (2002):

Os educadores raramente incluem o prédio escolar em suas propostas pedagógicas, e os arquitetos, por sua vez, tratam o projeto como uma atividade individualista e intuitiva, considerando terem saber e autonomia suficientes para equacionar o problema. (p. 154).

Por outro lado, Rodrigues (2003) afirma que a qualidade necessária e a definição de parâmetros para o urbanismo e a arquitetura escolar passa pela cooperação entre arquitetos, pedagogos, professores, gestores e usuários mobilizados, pois, segundo o autor, “o prédio escolar traz, embutidos, conceitos e idéias que traduzem a forma de ensino e a função educadora em mudança (p. 118)”.

Portanto, somente uma arquitetura escolar concebida a partir da colaboração efetiva entre os diferentes segmentos envolvidos no processo poderá reverter a atual situação, buscando-se, assim, uma concepção de edifício escolar comprometida com o atendimento das necessidades de seus usuários. Como bem afirmam Moussatche, Alves-Mazzotti e Mazzotti (2002): “Se pretendemos a produção de uma arquitetura escolar de qualidade, a principal questão relacionada a adequação do espaço é avaliar se esses ambientes atendem às expectativas e necessidades de seus usuários [...] (p. 158)”.

2.1.1 A Temática *Edifícios Escolares* na Academia

Por meio de pesquisas no Banco de Teses da CAPES sobre a produção acadêmica em nível de Doutorado, verifica-se a existência de 24 (vinte e quatro) produções contemplando a temática.

Tal pesquisa, na tentativa de encontrar o maior número possível de produções enfocando o assunto, utilizou diversas expressões que pudessem levar ao tema, como: *ambiente escolar, arquitetura escolar, construção(ões) escolar(es), edifício(s) escolar(es), espaço escolar e prédio(s) escolar(es)*.

Na utilização do sistema, disponível através do *site* da CAPES⁸, foram encontradas mais de 100 (cem) teses, as quais foram detalhadamente analisadas em aspectos como título, palavras-chave, área de conhecimento e resumo disponível, na tentativa de encontrar vinculação com o assunto, resultando, então, 24 (vinte e quatro) trabalhos pertinentes, considerando este estudo, como anteriormente citado (ver Tabelas 8 e 9, à página 352).

Essas produções, oriundas de diversas instituições, na sua quase totalidade públicas (23 de 24 teses), estão concentradas em praticamente três universidades (16 de 24 teses): Universidade de São Paulo (09 – 37,50%), Universidade Federal do Rio de Janeiro (04 – 16,67%) e Universidade Estadual de Campinas (03 – 12,50%).

Quanto à área de conhecimento às quais estão vinculados, esses trabalhos, privilegiam Educação (11 – 45,83%), Arquitetura e Urbanismo (05 – 20,83%), Engenharia Civil (02 – 8,33%) e História (02 – 8,33%).

Outro aspecto interessante é a diversidade de palavras-chave atribuídas às teses com vinculação ao edifício escolar. Entre elas, podem-se destacar: *arquitetura escolar, pré-fabricado de concreto, história da educação, escola pública, avaliação pós-ocupação, ambiente escolar, conforto, educação infantil, currículo, arqueologia, fotografia, Anísio Teixeira, edificações escolares, representações sociais, educação, planejamento urbano, educação especial, ambiente de sala de aula, inclusão, violência, participação, cultura política, ruído urbano, percepção*, entre outras. Tal verificação leva a enfatizar o quanto a temática *Edifícios Escolares* é plural nas suas possibilidades de pesquisa, o que só vem a reforçar a sua importância como objeto de estudo, vinculado à educação ou à construção civil, ou, até mesmo, a ambas. Outrossim, também se deve destacar o número de trabalhos encontrados, certamente muito aquém do esperado para o assunto.

Entre os 24 trabalhos encontrados, pode-se destacar os seguintes:

- a) *A Construção do Ambiente Educativo: uma pesquisa-ação colaborativa em um Centro de Educação Infantil*, de Adriana Freyberger, pesquisa vinculada à Educação e produzida na USP. Tal trabalho afirma que a arquitetura escolar, na sua criação, ao ter a participação de professores,

⁸ www.capes.gov.br

gestores, arquitetos e comunidade, resulta na produção de ambientes mais ricos e em consonância com as linhas de projeto político-pedagógico e especificidades locais.

- b) *Currículo e Arquitetura Escolar: olhares cruzados na Educação Infantil*, de Analúcia de Moraes Vieira, pesquisa vinculada à Educação e produzida na USP. Tal trabalho tem como objetivo revelar a relação entre arquitetura e currículo, partindo da hipótese que nenhum dos dois é neutro.
- c) *Espaços Educativos para a Escola de Ensino Médio: proposta para as escolas do Estado de São Paulo*, de Nanci Saraiva Moreira, pesquisa vinculada à Arquitetura e Urbanismo e produzida na USP. Tal trabalho salienta a necessidade da revisão do Programa de Necessidades do edifício escolar de Ensino Médio, assegurando que a arquitetura interfere no desempenho das práticas pedagógicas e na identidade do aluno com o espaço.
- d) *O Prédio Escolar como Expressão de Projeto Educacional na Cidade do Rio de Janeiro (1930-1990)*, de Sul Brasil Pinto Rodrigues, pesquisa vinculada à Educação e produzida na UFRJ. Tal trabalho analisa a importância do edifício escolar e a sua localização no espaço urbano para a qualidade da política de escolarização, tendo como local a cidade do Rio de Janeiro.
- e) *O Valor Simbólico do Prédio Escolar*, de Luis Carlos Sales, pesquisa vinculada à Educação e produzida na UFRN. Tal trabalho discute o valor simbólico do prédio escolar, objetivando compreender as leituras que o edifício escolar provoca nos diferentes grupos sociais.

2.1.2 Quando o Edifício Escolar é a Fachada Principal⁹

Ao longo dos anos, no Estado do Rio Grande do Sul, inúmeros governos, na tentativa de sanar a problemática educacional, investiram significativamente na construção de edifícios escolares padronizados e/ou de características semelhantes e elementos padronizados, acréscimo importante no aumento da rede estadual de edifícios escolares e no conseqüente aumento na oferta de vagas. Pode-se salientar, entre outras, as escolas conhecidas como *Brizoletas*, construídas no

⁹ Segundo o Glossário de Termos da Construção Civil: **Fachada** é cada uma das faces de qualquer construção, a da frente é denominada fachada principal, e as demais: fachada posterior ou fachada lateral. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: **Fachada** é qualquer dos lados de um edifício, geralmente o da frente.

governo de Leonel Brizola (1959-1963) e, mais recentemente, o Projeto Nova Escola, do governo de Pedro Simon e Sinval Guazelli (1987-1991) e os CIEPs, da gestão de Alceu Colares (1991-1995).

Se tais construções, por um lado, representam uma melhora na rede existente, por outro, marcam de forma significativa a passagem de alguns governantes pelo poder no Estado do Rio Grande do Sul, os quais, muitas vezes, são lembrados, não pelo conjunto de sua atuação, mas por aquilo que deixaram como marca concreta de sua gestão; no caso, a construção de inúmeros edifícios escolares, com características muito semelhantes ou com uma padronização arquitetônica com o visível objetivo de identificá-los por todo o território estadual.

Durante a investigação que resultou no trabalho *Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas: um diagnóstico da rede estadual*, foram objeto de pesquisa, em 2000, 46 escolas na zona urbana de Pelotas, porém o número de edifícios escolares era de 45, pois duas escolas ocupavam o mesmo edifício escolar, uma durante o dia e outra à noite. Verificou-se que, desse total, 48,89% (22 de 45 edifícios escolares) foram classificados como edifícios com projeto escolar padronizado e/ou de características semelhantes e elementos padronizados. Se forem analisadas apenas as escolas localizadas em edifícios escolares construídos para fins efetivamente escolares, esse percentual sobe para 61,11% (22 de 36 edifícios escolares), uma vez que, dos 45 edifícios escolares existentes, 09 eram adaptados, ou seja, haviam sido construídos para fins residenciais. Já, quando analisado o número de salas de aula, o percentual encontrado foi de 55,86% (310 de 555 salas de aula), ou ainda, levando em consideração apenas as escolas localizadas em edifícios escolares construídos para tanto, o percentual também apresentou acréscimo, sendo de 63,79% (310 de 486 salas de aula). Tais números demonstram, com razoável clareza, a importância dos edifícios escolares de projeto escolar padronizado e/ou de características semelhantes ou elementos padronizados, uma vez que os números quase sempre se encontram próximos ou superiores a cinquenta por cento, o que nos leva a acreditar que tais propostas têm um relevante significado na realidade educacional no Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que tais percentuais provavelmente se mantêm em todo o território gaúcho.

No entanto, a construção de edifícios escolares com projeto escolar padronizado e/ou de características semelhantes ou elementos padronizados nem sempre é a garantia de uma escola com espaços adequados a professores, alunos e

servidores, uma vez que a total padronização e a conseqüente racionalização, muitas vezes, implicam queda de qualidade e possibilidade de se ter, em todo o território, edifícios escolares que não levam em consideração as peculiaridades de cada região do estado ou da localidade, ou sequer as particularidades do terreno disponível.

Alguns estudiosos do assunto têm questionado a padronização de projetos para edifícios escolares:

[...] a escola não pode ser uma confecção em série, e sim sob medida, portanto terá o arquiteto que considerar sempre os aspectos próprios de cada projeto escolar, cujo *tamanho* será fixado pelos *fatores quantitativos* (áreas para as diversas atividades, número de alunos, terreno disponível, etc.) e cuja forma será estabelecida em função dos *fatores qualitativos* (programa educacional, relevo e orientação do terreno, etc.) (MELLO, 1970, p.73-4).

Afinal, os ambientes, as condições geológicas e a disponibilidade econômica variam de região para região. Daí, a inclinação para uma solução em que haja diversidade, mas com unidade. Mas unidade como? [...] essa unidade precisa ser expressa através de normas técnicas e certas padronizações de componentes (OLIVEIRA, 1986, p.44).

Se, por um lado, há uma crítica em ambas as colocações relativamente aos projetos padronizados, por outro, há o posicionamento de que a padronização de componentes, como portas, esquadrias, telhados, pisos etc. ajudaria a compor a unidade, a qual é defendida por Oliveira (1986). Tal medida certamente reduziria custos, quer da implantação, quer da manutenção dos edifícios escolares. Pode-se, assim, dar uma identidade ao edifício escolar, reduzindo custos, criando prédios com uma arquitetura de elementos de padronização, que poderiam servir não a mandatos e governos, especificamente, mas a um planejamento de longo prazo, capaz de suplantar as esferas dos mandatos, criando uma educação pensada para a coletividade, minimizando as possíveis mazelas, fruto da ambição política de alguns, em detrimento das aspirações de todos.

Também muitos estudiosos da temática *Edifícios Escolares* têm discorrido acerca da importância da qualidade e do significado que a arquitetura escolar é capaz de transmitir aos seus usuários e à sociedade, o que pode torná-la facilmente refém de ambições políticas, visando à perpetuação de um dado governo ou governante no imaginário da sociedade. Observa-se o que disseram Hugo Segawa (1986), em artigo para a revista Projeto, e Ana Paula Puppo Correia (2005) e Irineu

Colombo (2005), em artigos publicados na obra *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*.

Segawa (1986) assevera que o importante não é saber quantas salas de aula foram construídas, mas sim qual é a qualidade existente nesses espaços, o que eles podem estar materializando em termos de intenções e quais as perspectivas para as gerações futuras.

Já Correia (2005) afirma que a escola, seja pedagogicamente, seja arquitetonicamente, recebe influências e mudanças a partir dos discursos e projetos políticos dos diferentes governos em períodos históricos diversos.

E, finalmente, Colombo (2005) ressalta que a função simbólica do edifício escolar, levando em consideração sua aparência e localização, está estreitamente ligada a um momento político e a uma mensagem que se objetiva transmitir a quem o visualiza.

Embora o quesito qualidade seja fundamental, ao longo do tempo, inúmeros governos e governantes têm tratado a questão *Edifício Escolar*, meramente, pelo aspecto quantitativo; porém a escola ou, melhor dizendo, o *Edifício Escolar*, tem uma *função simbólica*, ou seja, materializa uma tendência, num determinado momento, dentro de certo contexto político, residindo aí um fator de peso para o seu uso com objetivos politicamente duvidosos.

2.1.2.1 Brizoletas – Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul

Como citado anteriormente, o Rio Grande do Sul, em diversos momentos, foi contemplado com uma série de políticas públicas que tinham, na construção de *Edifícios Escolares*, um de seus aspectos mais significativos.

Ao se resgatar essa história, é impossível não trazer à tona o governo do Engenheiro Leonel de Moura Brizola (1959-1963), que, no ano de 1958, representando a coligação formada pelos partidos PTB-PSP-PRP, elegeu-se para o cargo de Governador de Estado no Rio Grande do Sul.

Durante sua campanha eleitoral, as propostas relativas à educação tiveram um papel de destaque, o que certamente contribuiu, e muito, para sua eleição. Tais propostas contemplavam a erradicação do analfabetismo e a criação de escolas em todo o Estado.

Naquele momento, algumas estimativas da Secretaria da Educação-SEC eram muito significativas e certamente foram decisivas para que o Governo tomasse

certas deliberações, as quais, indiscutivelmente, marcaram a gestão Leonel Brizola de maneira perene na história e na memória do Rio Grande do Sul:

[...] para oferecer matrícula a todas as crianças de 7 a 14 anos, o sistema de ensino estadual deveria manter a matrícula anterior, aumentá-la em proporção ao crescimento vegetativo da população, além disso, absorver o déficit escolar estimado. Para tanto, uma vez mantida a linha ascensional das matrículas no ensino municipal e particular, o Estado deveria arcar com um esforço adicional capaz de elevar matrículas de 281.370, em 1958, para 350.000, em 1960; 586.090, em 1961, e 605.066 em 1962. O Estado precisaria, ainda, até 1962, contratar 23.000 professores e construir dez mil salas de aula (QUADROS, 2003, p.52).

Verifica-se, assim, a complexa situação em que se encontrava o Estado do Rio Grande do Sul naquele momento, bem como a gestão que, em 1959, iniciava-se alicerçada na Educação, conforme promessas de campanha, obtendo o êxito que a conduziu ao Palácio Piratini. Para resolver tal carência, seria necessária – em um cálculo estimado – a construção de 500 escolas, com 20 salas de aula cada uma, o que daria uma média de 125 escolas por ano de mandato.

Foi assim que, a partir dos dados levantados pela SEC, o governo elaborou um *Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário*, o qual objetivava a escolarização de todas as crianças em idade escolar (07 aos 14 anos), bem como a erradicação do analfabetismo. Nascia assim o lema que marcaria a gestão Leonel Brizola: *Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*.

Para que fossem atingidos os objetivos do Governo, foram utilizados, conforme Quadros (2003), os seguintes caminhos: o *Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP)*; a *Comissão Estadual de Prédios Escolares (CEPE)*; a *contratação de professores*; a *cedência de professores estaduais a escolas particulares em troca de vagas e a concessão de bolsas de estudo*. Com tais expedientes, o Governo tentava sanar a problemática apresentada, buscando, assim, atingir suas metas relativas à educação.

O SEDEP:

[...] apresentava características de uma experiência de descentralização da educação e tinha como lema *expandir, descentralizando*, baseava-se na celebração de convênios de colaboração envolvendo o Estado e os municípios. Por meio desses, os municípios informavam ao governo do Estado quais eram as suas necessidades em termos de prédios escolares e de salas de aula, e o Estado fornecia-lhes os meios técnicos e financeiros para a execução das obras (QUADROS, 2003, p.55).

Já a CEPE:

[...] tinha a incumbência de superintender, estudar, planejar, projetar e executar as tarefas de conservação, reparos, adaptação, construção, reconstrução e aparelhamento de prédios escolares. Deste órgão, colegiado e especializado, participavam, ainda, o secretário das Obras Públicas, os subsecretários de Educação e a diretoria do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional (CPOE) (QUADROS, 2003, p.56).

As escolas que foram construídas através do SEDEP e da CEPE tinham algumas características similares, ou seja, eram geralmente de madeira e tinham uma ou duas salas de aula; foram elas que se popularizaram como as *Brizoletas*, ou ainda, como as *Escolinhas do Brizola*. Constata-se o quanto foi significativa a vinculação entre uma determinada política pública e a figura do governante, o que levou inclusive à identificação do conjunto de sua obra pelo seu nome.



Figura 01: *Brizoleta* LINDOLFO COLLOR – Pelotas/RS
(atualmente desativada e ocupada por diversos sindicatos)

Segundo Quadros (2003):

Nos quatro anos do governo Brizola, foram construídos 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula e capacidade para 235.200 alunos; foram iniciados 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos, e planejados 258 prédios, com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos.

Além dessas obras, foram executadas trezentas outras complementares, como construção de muros, cercas, sanitários e instalações de água, e 1.229 obras de conservação nos prédios já existentes (p.65).

Ainda conforme Quadros (2003), a construção de edifícios escolares na gestão Leonel Brizola contemplava a existência de oito planos de construção, sendo que cada um deles tinha suas características e peculiaridades, conforme consta no Quadro 1:

Quadro 1
Planos de Construção – Gestão Leonel Brizola
(Edifícios Escolares)

Planos de Construção	
Prédio Piloto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1959: Lançado o edital da concorrência-concurso para a construção de edifícios escolares; ▪ Empresas que participaram da concorrência e foram classificadas e habilitadas à construção de edifícios escolares do Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário: Toigo, Asmuz, Wocbeke, Gaúcha, Delta e Copepsa; ▪ As seis empresas construíram na cidade de Porto Alegre (1960) um edifício escolar cada, objetivando a avaliação e o julgamento de suas condições técnicas e deficiências; ▪ Nos casos em que havia convênio entre o Estado e os municípios, cabia aos últimos a escolha da empresa construtora mediante licitação.
Plano A	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Edifícios escolares completos, construídos em madeira ou alvenaria, com duas a oito salas de aula, setor administrativo, sanitários e pátio coberto; ▪ Eram construídos nas sedes de municípios ou distritos como novas unidades escolares em substituição a prédios considerados irrecuperáveis ou como anexos de grupos escolares objetivando o aumento do número de matrículas.
Plano B	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Edifícios escolares construídos geralmente em madeira, através de administração direta da CEPE; ▪ Edifícios construídos em zonas rurais ou de pequena densidade populacional; ▪ Também eram construídas como anexos em escolas já existentes que apresentavam um excesso de matrículas;
Projeto ou Plano Especial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Edifícios escolares de maior porte, edificados em alvenaria, com até 17 salas de aula, auditório, pavilhão para educação física e demais dependências; ▪ Eram construídos sob administração direta da Cepe ou por concorrência pública; ▪ Eram os grupos escolares de primeira categoria, as escolas de ensino médio e/ou as escolas técnicas.
Retomadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Este grupo contemplava a conclusão dos edifícios escolares com construção já iniciada, mas que estavam com suas obras paralisadas.
Plano F	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eram edifícios escolares remanescentes do Plano A; ▪ Diferenciava-se do anterior por ser um plano financiado em 18 meses e sob a responsabilidade de uma única construtora, a Toigo S.A. ▪ Eram edificados em alvenaria, possuíam de três a oito salas de aula, administração, moradia para professor e demais dependências.
Plano FM	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eram edifícios escolares remanescentes do Plano A; ▪ Diferenciava-se do anterior por ser um plano financiado em 18 meses e sob a responsabilidade de uma única construtora, a Azmus Ltda. ▪ Eram edificados em madeira, possuíam de três a oito salas de aula, administração, moradia para professor e demais dependências.
Ampliações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Este grupo contemplava a ampliação de edifícios escolares existentes.

Fonte:

- QUADROS, Claudemir de. **As Brizoletas Cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

Verifica-se, portanto, quão significativa foi a gestão Brizola para a expansão da rede de edifícios escolares no Rio Grande do Sul, seja pelo incremento quantitativo que representou, seja pelo destaque dado à área da educação naquele momento, a qual fora trazida para o centro das atenções e discussões de toda a sociedade gaúcha.

2.1.2.2 O Projeto Nova Escola

Em um momento mais recente da história do Rio Grande do Sul, a construção de edifícios escolares aparece novamente como um indicador da relevância dada à educação por um determinado governo; isso nas gestões de Pedro Simon e Sinval

Guazelli (1987-1991), que resgatavam a questão da construção de edifícios escolares sob a proposta intitulada *Projeto Nova Escola*.

É importante destacar que o Projeto Nova Escola contemplou a zona urbana de Pelotas, conforme dados obtidos no trabalho *Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas: um diagnóstico da rede estadual (2001)*, com quatro edifícios escolares, os quais se localizam em importantes regiões da cidade.

Analisando quantitativamente os dados encontrados (no ano de 2000, quando foram coletados), acerca dos quatro edifícios escolares do Projeto Nova Escola existentes em Pelotas, salienta-se que os mesmos representam 8,89% do total de edifícios escolares da rede estadual urbana (04 de 45), 11,11% sobre o total de edifícios projetados para fins escolares (04 de 36) e 18,18% sobre



Figura 02: Escola Estadual de Ensino Fundamental NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES – Pelotas/RS

o total de edifícios com projeto escolar padronizado e/ou de características semelhantes e elementos padronizados (04 de 22). Já em relação ao número de salas de aula, os dados são os seguintes: 8,82% sobre o total de salas de aula da rede estadual urbana (49 de 555), 10,08% sobre o total de salas de aula existentes em edifícios projetados para fins escolares (49 de 486) e 15,81% sobre o total de salas de aula existentes em edifícios com projeto escolar padronizado e/ou de características semelhantes e elementos padronizados (49 de 310).

Implantados durante o governo de Pedro Simon, posteriormente substituído por Sinval Guazelli (que, em abril de 1990, assumiu a titularidade da função por desincompatibilização do governador para concorrer ao Senado Federal), no período de 1987 a 1991, os edifícios escolares do Projeto Nova Escola, conforme evidenciado em publicidade, através de prospecto de propaganda institucional do Governo do Estado, foram mostrados à sociedade gaúcha com chamadas de impacto, como, por exemplo: *Estamos Construindo uma Escola Pública Nova e Mais Forte*, *A Nova Imagem da Nossa Escola*, *A Tecnologia*, *O Aspecto Pedagógico e a Comunidade* e, finalmente, *A Revolução*. Tais chamadas, indiscutivelmente, em um primeiro momento, parecem querer atrair a atenção da sociedade por meio da

utilização do edifício escolar do Projeto Nova Escola como algo novo, forte e representativo de uma nova imagem da escola pública gaúcha. Num segundo momento, procuram justificar tais títulos, salientando o viés tecnológico, a importância dada à questão pedagógica e à comunidade, para, finalmente, chegar ao seu objetivo maior: demonstrar o Projeto Nova Escola como algo revolucionário no setor de edifícios escolares.

O texto institucional do governo do Estado, a princípio, dirige seu foco para a questão quantitativa, chamando atenção para o número de prédios escolares existentes no início do governo Simon, salientando a completa situação de abandono de grande parte da rede, bem como a prioridade dada à solução do problema encontrado. Sobre suas realizações, o Governo cita o número de obras realizadas e, também, o montante investido na época para tal, culminando com a apresentação do *Projeto Nova Escola*, evidenciando sua origem gaúcha, racionalidade, simplicidade e caráter revolucionário. Observa-se o que consta na propaganda do *Projeto Nova Escola*:

A Nova Imagem da Nossa Escola

Em março de 1987, o Estado possuía 3.379 prédios escolares, sendo que 2/3 deles estavam em situação de completo abandono.

A solução foi atacar o problema por etapas. Foi feito um programa de obras que atendeu, prioritariamente, a recuperação dos prédios existentes.

Nos casos em que os prédios não tinham condições de serem reformados, foi feita a demolição e a construção de um novo prédio. Até hoje, foram realizadas 1120 obras de recuperação, proporcionando melhores condições para 6.720 salas de aula. E mais 897 obras, entre ampliações e prédios novos, num total de 4.083 salas de aula, além das áreas administrativas. Dos novos prédios construídos, 170 são legítimos padrão Nova Escola, com no mínimo 10 salas cada um. Até agora já foram investidos mais de 5,5 bilhões de cruzeiros para ampliar e construir mais 438.155 m² de área escolar no nosso Estado.

O projeto Nova Escola foi criado e desenvolvido pelos técnicos da Secretaria de Obras, buscando, principalmente, uma racionalização na construção civil. Foi criada uma nova concepção de prédio escolar, levando em consideração fatores como o clima, a funcionalidade, manutenção e até mesmo o envolvimento comunitário com a escola. É um projeto simples, mas racional. E que, por isso mesmo, já está sendo copiado por outros Estados, sendo encarado como algo revolucionário no setor (PROJETO NOVA ESCOLA, [s.d.], p.02).

Em outro momento, a propaganda aborda a questão tecnológica, salientando a racionalização, que objetivava um custo de manutenção menor e uma durabilidade maior. Apresenta os materiais empregados, justificando seu uso através de questões como segurança, estética, funcionalidade, conforto, praticidade, higiene, durabilidade, fator custo-benefício, etc. Já a preocupação com o aspecto pedagógico e a inserção da comunidade se justificam, pela não dispersão em vários prédios, pela organização dos espaços internos e externos. Tais justificativas, tanto na questão tecnológica, como na questão pedagógica e comunitária, são reforçadas por imagens devidamente explicadas, inseridas no material de propaganda, com um claro objetivo de, em não ocorrendo a leitura por parte do público, o problema ser minimizado com

a utilização de fotografias explicativas do Projeto Nova Escola. Observe-se o que a propaganda apresenta, quanto aos aspectos tecnológico, pedagógico e comunitário:



Figura 03: Página 03 do Prospecto de Propaganda do PROJETO NOVA ESCOLA

- a) Tecnologia: o ponto básico é a racionalização. Tal idéia parte da necessidade de se buscar um custo de manutenção muito baixo e uma maior durabilidade das instalações. Para tanto, utilizam-se utilizados materiais típicos da região, como o tijolo e a telha de barro: o tijolo à vista, objetivando a diminuição do vandalismo e das áreas a serem pintadas; a telha de barro, colocando-se como um material mais resistente às chuvas de granizo e aos ventos. Nas janelas, sempre de basculante, os tamanhos dos vidros são reduzidos, minimizando os custos com possíveis manutenções e tornando a própria esquadria uma grade, aumentando a segurança. Nas salas de aula, aspectos como a boa orientação solar, ventilação e iluminação são contemplados. Finalmente, os

banheiros, com piso de basalto e azulejos brancos até o teto, visam a facilitar a limpeza e dar um aspecto de higiene.

- b) Comunidade: há uma grande preocupação em proporcionar, dentro da escola, espaços para o uso da comunidade (integração comunidade-escola). Os prédios são compactos, porém, sem serem fechados, todos os edifícios têm uma ampla área que pode ser utilizada pelos Grêmios Estudantis, CPMs, Clube de Mães, etc.
- c) Aspectos Pedagógicos: os prédios, através da organização de seu espaço interno, com amplos corredores de circulação, podem oferecer espaços para atividades múltiplas. A adoção de um prédio único para a escola favorece a aproximação dos alunos, estimulando o convívio e a troca de idéias. A biblioteca tem o seu acesso facilitado, tanto à comunidade como aos alunos, proporcionando, assim, um maior contato com a cultura.

Finalmente, a propaganda mostra o Projeto Nova Escola como algo revolucionário e moderno, por aproveitar a realidade encontrada, salientando esse fato como algo *novo, moderno, inteligente*, o que acabaria por mudar a imagem da escola pública no Rio Grande do Sul.

A Revolução

O Projeto Nova Escola representa o que existe de mais moderno e revolucionário, porque aproveita a realidade encontrada. Os prédios são construídos levando em conta as diferenças de terrenos, prédios ou equipamentos já existentes, e, principalmente, a continuidade das aulas, sem interrupção ou prejuízo dos alunos da escola em obras. O sistema é modular, que permite a adaptação a qualquer situação. Isso é novo, é moderno. É inteligente. O Projeto Nova Escola está mudando a imagem da escola pública no Rio Grande. E mudando para melhor (PROJETO NOVA ESCOLA, [s.d.], p. 04).

Em uma análise preliminar acerca da propaganda divulgada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul sobre o *Projeto Nova Escola*, fica evidenciada a importância dada ao projeto pelo poder público, que parecia estar extremamente empenhado em revolucionar a educação no Estado pela construção do que chamava de uma *Nova Escola*, ficando claro que os governantes que ocuparam o poder estadual de 1987 a 1991 tinham uma política muito definida a respeito da

educação, que transparecia ser a de que educar é construir escolas, pois tal instrumento de divulgação não fazia maiores alusões à rede instalada (apresentava apenas meros dados quantitativos), ao investimento no aperfeiçoamento, contratação e melhoria salarial do magistério estadual e, também, aos investimentos em equipamentos necessários e em materiais de consumo, entre outros. Tais constatações trazem à tona a discussão acerca das políticas implantadas por diferentes governos para a construção de edifícios escolares, com projeto escolar padronizado e/ou de características semelhantes e elementos padronizados, que, se bem divulgados, podem desviar o foco de um real tratamento dado à questão educacional, em que se evidenciam

aqueles aspectos que visam a perpetuar um determinado momento através da priorização da construção de escolas, em detrimento de um investimento na educação como um todo. Parece isso muito claro, quando se verifica que, encerrado o mandato do Governador Guazzelli, em 1991, seu sucessor, o Governador Alceu Colares, tratou de também criar sua política de construção de edifícios escolares, naquele momento, os CIEPs. Ao que tudo indica, o *Projeto Nova Escola*, como uma política educacional, provavelmente perdera seu caráter revolucionário.

2.1.2.3 CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública

Encerrada a gestão Simon/Guazzelli, que teve no *Projeto Nova Escola* sua alavanca na área da educação, o Rio Grande do Sul viveu um novo período em que a educação e o edifício escolar estiveram em evidência, com os CIEPs (Centros Integrados de Educação Básica), construídos e implantados na gestão do então governador Alceu Colares.



Figura 04: Página 04 do Prospecto de Propaganda do PROJETO NOVA ESCOLA

Ao se iniciar a apreciação sobre esse período da história recente do Rio Grande do Sul, primeiramente faz-se necessário responder o que eram os CIEPs, qual sua origem e qual sua proposta.

É impossível falar nos CIEPs sem resgatar a figura do ex-governador gaúcho Leonel Brizola, uma vez que os CIEPs foram as grandes realizações, no campo da educação, durante a sua gestão à frente do governo do Estado do Rio de Janeiro, no período 1983-1987.

Darcy Ribeiro, na publicação *O Livro dos CIEPs* (1986), evidenciou o que seriam os CIEPs, bem como o que representou a gestão Brizola, em sua opinião, no campo da educação:

[...] os Centros Integrados de Educação Pública — CIEPs — que o povo passou a chamar de Brizolões. Eles também estão sendo implantados nas áreas de maior densidade e de maior pobreza. Projetados por Oscar Niemeyer, são edificações de grande beleza que constituem orgulho dos bairros onde se edificam. Cada um deles compreende um edifício principal, de administração e salas de aula e de estudo dirigido, cozinha, refeitório e um centro de assistência médica e dentária. Num outro edifício fica o ginásio coberto que funciona também como auditório e abriga os banheiros. Um terceiro edifício é destinado à biblioteca pública que serve tanto à escola como à população vizinha. No edifício principal se integram também instalações para abrigar 24 alunos-residentes.

[...]

A posse do Governador Leonel Brizola, em março de 1983, representou o início de uma ação verdadeiramente transformadora no campo da Educação, de amplitude e profundidade jamais alcançadas na história do país. Nunca tantas escolas foram restauradas, jamais a rede de ensino foi tão ampliada — e nunca foi tão intenso o esforço de participação e aperfeiçoamento do magistério. Coroando todo esse processo está à implantação progressiva de 500 CIEPs — Centros Integrados de Educação Pública — que representam a generalização de um padrão de escola pública, capaz de oferecer um ensino de melhor qualidade às crianças, principalmente à maioria proveniente das camadas populares (RIBEIRO, 1986, p.17-9).

Constata-se, portanto, que os CIEPs fluminenses são edificações concebidas pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer, que deveriam ser erguidas em regiões de grande densidade populacional e de evidente pobreza. Por outro lado, um aspecto chama a atenção neste pequeno relato que demonstra o que seriam os CIEPs: *edificações de grande beleza*, motivos de *orgulho dos bairros onde se edificam* e teriam sido apelidados pelo povo de *Brizolões*, deixando transparecer, assim, o quanto tal realização ficou ligada à pessoa de Leonel Brizola, fato muito semelhante ao que ocorrera nos idos de 1959-1963 no Rio Grande do Sul.

Ainda quanto aos CIEPs fluminenses, segundo Ribeiro (1986), esses deveriam ser escolas de tempo integral, com capacidade para o atendimento de 1.000 alunos, construídos a partir de projetos padronizados e com uma proposta de construção racionalizada através de elementos pré-moldados, o que tornava a construção mais econômica, se comparada aos processos tradicionais, bem como mais rápida na sua execução. Nos casos em que o terreno não possibilitava a construção do projeto padrão, seria construído o que era chamado de *CIEP compacto*, com as mesmas exigências do projeto padrão, porém com uma proposta mais enxuta.

Ao iniciar seu governo, no ano de 1991, o então Governador Alceu Colares propunha fazer, no campo da educação, uma verdadeira revolução, que seria construída através de um *planejamento efetivo de ações criativas*, o que levaria à constituição de *um novo homem, uma nova sociedade e uma nova visão de mundo*. Observe-se o que diz o seu Plano de Ação Governamental (1992), para o campo da educação:

A proposta do Governo Alceu Collares é a de revolucionar o contexto educacional atual no RS, através do planejamento efetivo de ações criativas, capazes de produzir um novo homem, uma nova sociedade e uma nova visão de mundo, furtando-se ao imobilismo, à reprodução e à acomodação em que se encontrava a educação no RS (p. 34).

[...]

Neste sentido, uma política educacional, verdadeiramente democrática deverá atender aos seguintes objetivos:

1. recursos financeiros - prioritários e expressivos;
 2. instalações adequadas - assim como hospitais e fábricas, as escolas devem ser adequadas às inúmeras atividades abrangidas pela educação [...]
- (p.44).

Observa-se, também, que, ao indicar o que uma política educacional *verdadeiramente democrática* deva contemplar nos seus objetivos, encontra-se, nesse plano, a questão referente às instalações físicas, ou seja, o edifício escolar, segundo o Plano de Ação Governamental, deve ser adequado às diversas atividades abarcadas pela educação. Inicia-se, assim, uma nova etapa na história do Rio Grande do Sul, em que o edifício escolar reassume um papel de evidência nas políticas públicas educacionais.

Para poder atingir suas metas, o Governo tinha uma série de propostas, como o Projeto Mutirão, cujo objetivo era a recuperação da rede de edifícios escolares existentes através da restauração e da execução de obras emergenciais. Em uma

primeira etapa, seriam contemplados 45% dos prédios e, em um segundo momento, os restantes 55%. Outra proposta refere-se à construção de 150 (cento e cinquenta) CIEPs, que seriam construídos em três etapas; na primeira etapa, 11 (onze) CIEPs, na segunda, 68 (sessenta e oito) CIEPs e, na terceira, 71 (setenta e um) CIEPs. Ainda a proposta governamental discorre sobre a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o atendimento da rede instalada e dos novos edifícios a serem construídos; a melhoria das condições de conforto ambiental através da compra de ventiladores de teto, bebedouros, cortinas, etc.; a recuperação do mobiliário escolar; a informatização das escolas por meio da aquisição de microcomputadores, impressoras e mesas digitalizadoras; a melhoria das Escolas Técnicas estaduais através da compra de equipamentos e da recuperação de suas instalações; bem como a implantação de um repasse trimestral às Escolas para a sua manutenção e compra de material.

Entre as propostas que fazem alusão ao edifício escolar, duas merecem destaque, seja pela repercussão junto à sociedade, seja pela importância que representam na expansão da rede de edifícios escolares estaduais: a implantação da proposta denominada Sistema de Aproveitamento Integral do Espaço Escolar (Calendário Rotativo) e a construção e/ou implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs).

Através do Plano de Ação Governamental, fica evidente a atenção dada aos edifícios escolares pela gestão Colares, seja pela tentativa de aproveitamento máximo dos espaços físicos das escolas através do polêmico Calendário Rotativo em que, a partir de três inícios diferentes de ano letivo, o Governo tentaria minimizar a ociosidade dos edifícios escolares, o que certamente diminuiria a necessidade de investimento em novas construções; seja pela implantação e/ou construção de CIEPs, que deveriam ofertar aos alunos da rede pública estadual uma escola de turno integral, com uma infra-estrutura capaz de atender às crianças e aos jovens em todas as suas necessidades relativas à escola, bem como estender esses benefícios à comunidade.

É interessante notar que o projeto de construção de CIEPs contemplou a zona urbana de Pelotas, conforme dados obtidos no trabalho *Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas: um diagnóstico da rede estadual (2001)*, com um edifício escolar, a Escola de Educação Básica Osmar da Rocha Grafulha, localizada na rua Olenka L. Souza Soares, n.º 20, no Bairro Fragata, a qual, em 2000, possuía 20 salas de

aula e ofertava a Educação Infantil (Pré-Escola) (manhã e tarde), o Ensino Fundamental (manhã e tarde), o Ensino Médio (manhã e noite) e a Educação de Jovens e Adultos (noite).

Analisando quantitativamente os dados encontrados (no ano de 2000, quando foram coletados), acerca do CIEP existente em Pelotas, salienta-se que esse representava 2,22% do total de edifícios escolares da rede estadual urbana (01 de 45), 2,78% sobre o total de edifícios projetados para fins escolares (01 de 36) e 4,55% sobre o total de edifícios com projeto escolar padronizado



Figura 05: Escola Estadual de Educação Básica OSMAR DA ROCHA GRAFULHA (CIEP) – Pelotas/RS

e/ou de características semelhantes e elementos padronizados (01 de 22). Já em relação ao número de salas de aula, os dados são os seguintes: 3,60% sobre o total de salas de aula da rede estadual urbana (20 de 555), 4,12% sobre o total de salas de aula existentes em edifícios projetados para fins escolares (20 de 486) e 6,45% sobre o total de salas de aula existentes em edifícios com projeto escolar padronizado e/ou de características semelhantes e elementos padronizados (20 de 310).

Por fim, a gestão Colares, ao relatar as realizações de seu governo através do Relatório do Período 1991-1994, ressalta o quanto foi feito pela educação a partir dos investimentos aplicados na rede de edifícios escolares, tanto na implantação e construção de CIEPs, como na adoção do Calendário Rotativo; e o faz a partir de um tom defensivo, como que tentando justificar tais medidas a partir dos possíveis questionamentos feitos pela sociedade. Observe-se o que o referido relatório diz sobre as realizações governamentais:

Este governo entrega a área da educação, com um grande volume de obras que como as noventa e quatro escolas de turno integral (Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs – e Centros de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente – CAICs), dotadas de infra-estrutura capaz de enfrentar as necessidades da educação no ano 2.000. Alguns questionamentos surgiram ao longo do governo quanto à necessidade da construção e implantação dessas escolas em municípios com população reduzida. No entanto, cabe ressaltar que, ao projetar essas escolas, pensou-se, sobretudo, em dotar essa ou aquela comunidade, com uma escola de qualidade. Ao estabelecer no CIEP uma escola-pólo, muitas

pequenas escolas, sem infra-estrutura foram fechadas, independente de serem estas estaduais ou municipais.

[...]

O Calendário Rotativo – Aproveitamento Integral do Espaço Escolar – foi a fórmula encontrada por este governo, para solucionar o problema da falta de vagas e algumas questões como a ociosidade dos prédios escolares a falta de um período determinado para aperfeiçoamento dos professores, entre outros. Para atender a demanda de excedentes, divulgada em 1991, era necessário construir duas mil salas de aula novas ou duzentas escolas com dez salas cada uma. Se isso tivesse sido feito, não seria possível a recuperação de quase 100% da rede escolar, através do Projeto Mutirão, e a construção dos cinquenta e cinco Centros Integrados de Educação Pública, já em funcionamento, espalhados por todo o Estado do Rio Grande do Sul. (RELATÓRIO DO PERÍODO 1991-1994, 1994, p.73-4)

Nesse sentido, um fato que merece consideração reside na afirmativa feita pelo Governo, que traz para si a implantação e construção dos CAICs (Centros de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente), bem como os coloca como realizações feitas durante sua gestão. Os CAICs, baseados na proposta dos CIEPs, foram implantados na gestão do Presidente



Figura 06: Escola Municipal de Ensino Fundamental FRANCISCO CARUCCIO – Escola HERBERT DE SOUZA (CAIC) – Pelotas/RS

Fernando Collor de Mello, sendo que compreendiam uma parceria entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), competindo aos governos estaduais *assegurar os recursos humanos necessários ao funcionamento — dirigentes e docentes — e compartilhar com os municípios as despesas de operação e manutenção dos CAICs*, conforme artigo intitulado CAIC: Solução ou Problema?, publicado pelo IPEA, de autoria de José Amaral Sobrinho e Marta Maria de Alencar Parente (1995). Em Pelotas, foi construído um CAIC, localizado na zona norte da cidade, em uma área bastante carente. Atualmente esse CAIC é administrado pela esfera municipal, ali funcionando duas escolas (Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Caruccio e Escola Herbert de Souza), além de um posto de saúde da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Enfim, verifica-se, a partir dessa breve exposição, o quanto algumas gestões governamentais investiram na ampliação da rede de edifícios escolares, bem como o quanto tais medidas foram significativas em determinados momentos da história gaúcha, pois certamente o crescimento da população e o aumento da urbanização

foram indicadores importantes da necessidade de ampliação da rede, tanto pela otimização da já existente (aumento do número de salas, laboratórios, etc.), como pela construção de novas unidades em diferentes regiões do Estado. No Quadro 2 observa-se, resumidamente, o quanto cada um dos governantes que priorizaram o aumento da rede instalada fez pelos edifícios escolares estaduais do Rio Grande do Sul:

Quadro 2
Resumo das Realizações Governamentais na Área de Edifícios Escolares por Período e por Gestão Governamental no Rio Grande do Sul (1959-1963/1987-1991/1991-1995)

Período	Gestão	Realizações
1959-1963 ⁽¹⁾	Leonel de Moura Brizola	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de 1.045 prédios escolares com 3.360 salas de aula e capacidade para 235.200 alunos; • obras iniciadas: 113 prédios escolares com 483 salas de aula e capacidade para 33.810 alunos; • obras planejadas: 258 prédios escolares com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos; • execução de 300 obras complementares como construção de muros, cercas, sanitários e instalações de água; • execução de 1.229 obras de conservação nos prédios escolares já existentes.
1987-1991 ⁽²⁾	Pedro Jorge Simon Sinval Sebastião Duarte Guazelli	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de 1.120 obras de recuperação, melhorando as condições de 6.720 salas de aula; • execução de 897 obras entre ampliações e construção de prédios escolares novos, em um total de 4.083 salas de aula e áreas administrativas; • entre os prédios novos construídos, 170 foram no padrão Nova Escola.
1991-1995 ⁽³⁾	Alceu de Deus Colares	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e implantação de 55 CIEPs, com atendimento para 55.000 alunos no Calendário A; • conclusão e implantação de 12 CIEPs no ano de 1995; • construção e implantação de 21 CAICs; • conclusão e implantação de 06 CAICs no ano de 1995; • término de 108 obras iniciadas no governo anterior; • implantação do Projeto Mutirão com 4.026 atendimentos em 3.200 escolas (o projeto visava à recuperação emergencial de edifícios escolares – em uma primeira etapa foram atendidos 45% dos edifícios e, em uma segunda etapa, os restantes 55%).

Fontes:

- (1) QUADROS, Claudemir de. *As Brizoletas Cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.
- (2) RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DO INTERIOR E OBRAS. *Projeto Nova Escola: estamos construindo uma escola pública nova e mais forte*. (s.d.).
- (3) RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Relatório do Período 1991-1994*. Porto Alegre, 1994.

Concluída essa explanação sobre os Edifícios Escolares e sobre as gestões que os evidenciaram no Rio Grande do Sul, constata-se o quanto é presente a necessidade de cada governo de assinalar com obras sua passagem, sendo que tal propósito atinge seu maior grau de sucesso quando as obras são identificadas com o próprio nome do gestor. Mas também é imperativo que se dê a sensação de que tudo está começando e que *de novo* será feito o novo, o revolucionário, a reconstrução de um nova etapa. O que reforça o que afirma Alves (1995): o tom mantido, o tempo todo, é o tom fundador, nele fica visível a necessidade de cada

governo selar com obras o seu período e também passar a sensação de que se está começando tudo novamente.

No próximo capítulo, denominado *O Plano Diretor*, são abordados os temas *política* e *políticas públicas*. Tal abordagem torna-se importante, pois ambos os conceitos são partes do cotidiano de toda a sociedade, a qual experimenta concretamente os reflexos de diferentes políticas públicas gestadas e implantadas por diferentes governos, estando, portanto, os *edifícios escolares* também sob tais influências.

3 O PLANO DIRETOR

Plano Diretor é o instrumento fundamental da política de desenvolvimento de um município, tendo como principal finalidade nortear as ações do poder público e da iniciativa privada na ocupação dos espaços e na oferta de serviços, objetivando proporcionar condições de vida satisfatórias para a população.

Portanto, espera-se que um *Plano Diretor*, entre outros aspectos: incentive a participação popular na gestão municipal, indique soluções para uma gestão pública mais eficiente, estabeleça os rumos de um desenvolvimento que contemple aspectos econômicos e sociais justos, forneça diretrizes para que os serviços públicos beneficiem a população como um todo e proveja instrumentos para a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

Neste contexto, o estudo de *política e políticas públicas* exerce um papel vital na compreensão da situação atual dos *edifícios escolares*, pois simbolizam a figura do *Plano Diretor*.

3.1 Política e Políticas Públicas

Há muito tempo, os termos *política e políticas públicas* fazem parte do dia-a-dia de todos. De alguma maneira, os cidadãos, em geral, vivenciam as conseqüências de políticas públicas gestadas e implantadas por alguns ou por diferentes governos. Muitas vezes, essas políticas públicas se tornam bastante visíveis, a ponto de marcarem, de maneira perene, a passagem de governantes ou governos; noutros momentos, a aparente *falta* de políticas públicas para um determinado setor essencial como a educação afeta toda uma coletividade. Aliás, a indefinição de políticas públicas nem sempre significa a inexistência das mesmas, porque, como bem se posicionou a esse respeito Kuenzer (1990, p. 61), muitas vezes, “a política é não ter política definida, pois que a definição de prioridades e o estabelecimento de metas físicas e financeiras bem definidas e consolidadas levariam o Estado a uma gestão mais racional e organizada”, o que certamente evitaria o nascimento e fortalecimento de práticas clientelistas.

Diversos autores têm pesquisado sobre as temáticas *política e política pública*, o que tem levado a inúmeros conceitos e discussões a respeito delas. Vejamos o que alguns autores têm tratado sobre os dois assuntos:

Bobbio (2003, p. 137) diz que o termo *política* é empregado *para* “designar a esfera das ações que têm relação direta ou indireta com a conquista e o exercício do poder último (supremo ou soberano) sobre uma comunidade de indivíduos em um território”. Constata-se, assim, que o termo *política* tem uma estreita vinculação com o exercício do poder sobre um determinado grupo dentro de um território. Bobbio (op.cit., p. 137) afirma, ainda que, o poder deve ser entendido “como a capacidade de um sujeito influir, condicionar e determinar o comportamento de outro indivíduo”, sendo que a conexão entre governantes e governados, em que ocorre a relação política principal, é uma característica relação de poder. Logo, sendo a relação política uma relação de poder, o poder político estaria identificado com o exercício da força, o que o definiria como um poder que, para a obtenção de seus objetivos, teria o direito de usar da força, mesmo que em última instância.

Esse autor também assegura que a relação política é uma das diferentes formas de relação de poder existentes entre os homens, sendo que existiriam três diferentes critérios para identificá-la: “a função que desempenha, os meios de que se serve e o fim que persegue” (BOBBIO 2003, p. 138). Quanto à finalidade da ação política, ele assevera que a política tem por fim o bem comum, ou seja, o bem da comunidade, o que levaria a classificar um bom governo como aquele que procura o atendimento do bem da comunidade. Já um mau governo seria aquele que procura o atendimento de seus próprios interesses, ou, pelo menos, dos interesses de uma minoria. Sob tal ótica, a do poder político, Bobbio (2003, p.173) construiu uma interessante comparação que, em poucas palavras, consegue sintetizar o quanto a política, como uma relação de poder, tem o direito, se não o dever, de perseguir o necessário: “Um velho ditado afirma que não se pode exigir que alguém faça o impossível. Com base na mesma lógica, deve-se dizer que não se pode proibir alguém de fazer o necessário”.

Frey (2000) afirma que o termo *política*, em Inglês, pode ser visto sob três dimensões: a *polity*, contemplando a dimensão institucional (sistema jurídico e estrutura do sistema político-administrativo); a *politics*, a dimensão processual (é o processo político, em que ocorre a interação entre os diversos atores); e a *policy*, a dimensão material (nesta dimensão, localizam-se os conteúdos concretos, os programas políticos, o conteúdo material de ações e decisões políticas).

Cortesão, Magalhães e Stoer (2000), ao criarem um dispositivo para mapear as decisões políticas em educação, propõem a adoção de três modos (decisões) de

lidar com a mudança social, a saber, uma política poderia ser *surfada*, *pilotada* ou *gerida*. A política *surfada* é aquela em que seriam tomadas decisões de curto prazo, visando principalmente a eliminar os sintomas considerados indesejáveis. A política *pilotada*, é aquela em que seriam tomadas as decisões de médio prazo, visando à conciliação de interesses. Já a política *gerida* é aquela cujas decisões seriam tomadas tendo em vista o longo prazo, visando a chegar à raiz dos problemas, com o objetivo de solucioná-los.

É significativo que os autores acima afirmem que tais modos de lidar com as mudanças sociais (*surfada*, *pilotada* e *gerida*) nem sempre se apresentam em separado e de forma clara e evidente:

Quando se analisa uma decisão concreta através desta grelha de análise, provavelmente verificar-se-á que essa decisão não revela exclusivamente as características atribuídas apenas a *surfada*, a *pilotada* ou a *gerida*, isoladamente considerados. É, por isso, importante enfatizar que nenhum dos parâmetros indicados é exclusivamente marcado por apenas um destes tipos-ideais. Assim como também é improvável que eles estejam, em todas as suas características, presentes no decurso de uma dada tomada de decisão em todos os três tipos de decisão (CORTESÃO; MAGALHÃES; STOER, 2000, p. 55).

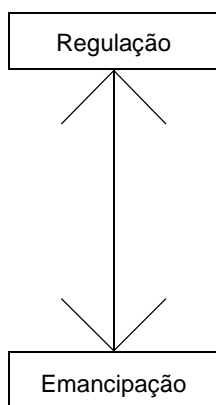
Observa-se no Quadro 3 as categorias analíticas sobre as tomadas de decisão:

Quadro 3
Dispositivo para Mapear as Decisões em Educação

Parâmetros de Análise Modos de Lidar com a Mudança Social	Quadro Teórico	Timing da Decisão	Relação com o Contexto	Modus Operandi	Objetivo
Surfar	Funcionalismo	Curto Prazo	Decisões limitadas ao contexto	Tática sem estratégia	Eliminação dos sintomas
Pilotar	Interacionismo	Médio Prazo	Decisões que reconhecem o contexto, mas não o tomam suficientemente em consideração	Escolha tática das estratégias	Conciliação de interesses
Gerir	Teoria Crítica	Longo Prazo	Consideração sistemática do problema	Predominância das estratégias sobre as táticas	Tentativa de ir à raiz dos problemas; desocultar

Fonte:

- CORTESÃO, Luiza; MAGALHÃES, Antônio M.; STOER, Stephen R. Mapeando decisões no campo da educação no âmbito do processo da realização das políticas educativas. *Educação, sociedades & culturas*. Porto, Afrontamento, n. 14, 2000. p. 45-58.



Outro autor que tem pesquisado sobre as formas de análise de políticas é Jefferson Mainardes, que, em seu artigo *Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais* (2006), faz uma discussão sobre as contribuições da abordagem do ciclo de políticas para a análise de políticas educacionais. Tal abordagem foi elaborada por Stephan Ball e Richard Bowe, sendo a mesma utilizada para o estudo de políticas educacionais como um referencial teórico analítico. Tal abordagem, segundo o autor, “permite uma análise crítica e contextualizada de programas e políticas educacionais desde sua formulação até a sua implementação no contexto da prática, bem como os seus resultados/efeitos” (MAINARDES, 2006, p. 47).

No Quadro 4, verificam-se os diferentes contextos do Ciclo de Políticas de Ball & Bowe, formado por cinco contextos: o da *influência* (construção do discurso), o da *produção de texto* (elaboração dos textos políticos), o da *prática* (interpretação e recriação da política), o dos *resultados* (efeitos) e o da *estratégia política* (conjunto de atividades sociais e políticas).

Quadro 4
O Ciclo de Políticas (Ball & Bowe)

Contextos	
de Influência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ as políticas são iniciadas e os discursos políticos construídos; ▪ os grupos de interesse disputam objetivando influenciar na definição das finalidades; ▪ as redes sociais atuam no interior e no entorno dos partidos políticos, do governo e do legislativo; ▪ os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso que servirá de base para a política.
da Produção de Texto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ os textos políticos geralmente estão articulados com a linguagem do interesse público; ▪ representam à política; ▪ possuem várias formas: <i>textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos, etc.</i>; ▪ não são sempre internamente coerentes e claros, podem muitas vezes ser contraditórios; ▪ são o resultado de disputas e acordos.
da Prática	<ul style="list-style-type: none"> ▪ onde a política está sujeita à interpretação e a recriação; ▪ onde produz seus efeitos e conseqüências; ▪ podem ocorrer mudanças significativas na política original.
dos Resultados (efeitos)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ preocupação com a justiça, a igualdade e a liberdade individual; ▪ as políticas têm efeito e não resultados; ▪ análise em termos de impacto e de interação com as desigualdades existentes; ▪ os efeitos podem ser gerais ou específicos: os efeitos gerais tornam-se claros quando os pectos específicos são agrupados e analisados; ▪ dois tipos de efeitos: de primeira ordem (mudança na prática ou na estrutura, evidentes em lugares específicos ou no sistema como um todo), de segunda ordem (impacto das mudanças nos padrões de acesso social, oportunidades e justiça social).
da Estratégia Política	<ul style="list-style-type: none"> ▪ [...] a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada. (p. 56)

Fonte:

- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

Com relação ao tema *políticas públicas*, diversos autores têm abordado o assunto. Pode-se salientar, entre outros, Parada (2002) e Souza (2006).

Parada (2002) afirma que o conceito tradicional de políticas públicas corresponde ao conjunto de ações e resultados de uma autoridade pública investida de poder público e legitimidade governamental. Afirma ainda que:

[...] una política pública corresponde a cursos de acción y flujos de información relacionados con un objetivo público definido en forma democrática; los que son desarrollados por el sector público y, frecuentemente, con la participación de la comunidad y el sector privado. Una política pública de calidad incluirá orientaciones o contenidos, instrumentos o mecanismos, definiciones o modificaciones institucionales, y la previsión de sus resultados (PARADA, 2002, p. 15-16).

Também Parada (2002) assegura que o conceito de *políticas públicas* inclui tanto as políticas de governo como as políticas de Estado. Segundo o autor, as políticas de Estado seriam aquelas pertinentes a mais de um governo, sendo que também podem ser consideradas políticas de Estado aquelas em cuja elaboração e/ou execução houve a participação do conjunto dos poderes estatais. O autor, ao se referir às políticas públicas e aos governos, garante que:

Las políticas públicas resultan útiles para estudiar el conjunto de la política, incluyendo la discusión de la agenda pública por toda la sociedad, las elecciones entre candidatos y sus programas, las actividades del gobierno y la oposición, así como los esfuerzos analíticos sobre estos temas (PARADA, 2002, p. 31).

Los gobiernos son instrumentos para la realización de políticas públicas. Así como el logro principal de una empresa privada no es su organigrama, sino sus utilidades, lo importante en el gobierno son los resultados de bienestar social (PARADA, 2002, p. 34).

Souza (2006, p. 24), ao estudar o mesmo objeto, *políticas públicas*, assevera que “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”, fazendo, logo em seguida, a citação de diversos conceitos atribuídos ao tema por diferentes autores, conforme segue:

- a) Mead (1995) define a política pública como uma área de estudo da política, que focaliza os governos a partir de grandes questões públicas.
- b) Lynn (1980) a conceitua como um conjunto de atos de governo que produzirão efeitos específicos.

- c) Peters (1986) vê a política pública como o conjunto das atividades de governo que produzem efeitos na vida dos cidadãos.
- d) Dye (1984) a classifica como aquilo que o governo decide fazer ou não fazer.
- e) Laswell (1936/1958) afirma que as decisões e as análises sobre políticas públicas precisam responder quem, o quê e por quê ganha, e que diferença tudo isso faz.

Ao tentar resumir todos os conceitos trazidos para a discussão, Souza (2006) faz a seguinte afirmação:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Nesse sentido, Souza (2006) refere-se as idéias de Theodor Lowi, o qual, segundo a autora, elaborou a mais conhecida tipologia sobre políticas públicas, a partir da afirmativa de que a política pública faz a política. Segundo a autora, Lowi, com essa afirmativa, assume que “cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas” (Souza, 2006, p. 28). Segundo Souza (2006), considerando as idéias de Lowi, existem quatro formatos de políticas públicas:

- a) as *distributivas*, que são as decisões de governo que considerando os recursos limitados, geram impactos mais individuais, ao privilegiar certos grupos ou regiões em prejuízo do todo;
- b) as *regulatórias*, que são visíveis ao público, envolvendo a burocracia, os políticos e os grupos de interesse;
- c) as *redistributivas*, que são as que atingem um número maior de pessoas, impondo perdas e ganhos para diferentes grupos, sendo as de mais difícil encaminhamento;
- d) as *constitutivas*, que são as que lidam com procedimentos.

Souza (2006) afirma, ainda, que, dentre as diferentes definições e modelos sobre políticas públicas, é possível extrair alguns de seus elementos principais, ou seja, as políticas públicas, as quais:

- a) possibilitam diferenciar o que o governo pretende fazer do que realmente faz;
- b) envolvem diversos atores e níveis de decisão, não se restringindo apenas a participantes formais;
- c) são abrangentes e não se limitam a regras e leis;
- d) são ações que possuem intencionalidade e objetivos a serem perseguidos;
- e) são políticas de longo prazo, embora os seus impactos sejam de curto prazo;
- f) envolvem processos que se seguem após a sua decisão e proposição, ou seja, passam pela implementação, execução e avaliação.

Encerrando esta análise na qual procurei discorrer sobre temas como *Edifício Escolar, Política e Políticas Públicas*, faz-se mister observar as inúmeras afinidades que cercam tais objetos. A *política* se mostra como um conjunto de ações que têm relação direta ou indireta com a aquisição e o exercício do poder de um indivíduo ou grupo sobre outro. A *política pública* se configura como o programa de ações e resultados de uma autoridade investida de poder público. E o *edifício escolar* se coloca como uma ferramenta a serviço da política e das políticas públicas, evidenciando-se como mais um objeto de barganha política, mais um personagem dos discursos e programas de governo que tratam da educação e da promessa, ainda que ilusória, de uma escola de qualidade para todos.

A organização e a metodologia do trabalho de pesquisa são a seguir apresentados no capítulo *O Canteiro de Obras*.

4 O CANTEIRO DE OBRAS

Canteiro de Obras, segundo o Glossário de Termos da Construção Civil (p. 10), é o “local da construção onde se armazenam os materiais (cimento, ferro, madeira, etc.) e se realizam os serviços auxiliares durante a obra (preparação da argamassa, dobragem de ferro, etc.)”. Portanto, verifica-se que o canteiro de obras é um espaço de suporte à construção, conseqüentemente sua organização é fundamental para que se evitem desperdícios de tempo e de materiais, problemas de execução e perda de qualidade final na edificação.

Logo, para que esta investigação obtenha êxito, faz-se necessário uma estruturação prévia da mesma, objetivando o alcance de um resultado satisfatório, neste contexto, a organização do Canteiro de Obras desta pesquisa passa por diferentes momentos, os quais visam sua classificação, recorte de tempo, identificação do problema, hipóteses, objetivo geral, objetivos específicos, categoria de análise, instrumentos e indicadores. Também compõem este capítulo, aspectos referentes aos *Questionários do Censo Escolar*, aos *Microdados do Censo Escolar*, ao *Ordenamento Normativo do CEED/RS*, as *Propostas de Governo*, aos *Planos Plurianuais*, aos *Relatórios de Gestão*, a *Despesa Realizada*, ao *Levantamento da Situação Escolar* e ao referencial teórico-metodológico adotado neste trabalho.

4.1 Classificação da Pesquisa

Considerando os objetivos desta pesquisa e o que a orienta, pode-se classificar a presente proposta de trabalho como um estudo exploratório, uma vez que nele, entre outras finalidades, está a busca de uma maior familiaridade sobre a temática *Edifícios Escolares* com o intento de salientar sua importância no contexto educacional. Appolinário (2009, p. 87), ao se referir sobre os *estudos exploratórios*, afirma que estes “tem por objetivo aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não perfeitamente delineado”.

Em um segundo momento, ao classificar este trabalho segundo o seu delineamento, o qual “expressa em linhas gerais o desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nos procedimentos técnicos e de coleta e análise de dados”, conforme Gil (1987, p. 48), é possível inferir que esta se enquadra no conjunto daquelas que

utilizam “dados provenientes de fontes documentais” (APPOLINÁRIO, 2009, p. 151) e que, portanto, são classificadas como *pesquisas bibliográficas* ou *pesquisas documentais*.

Muito embora Gil (1987) afirme que ambas possuem características semelhantes, assegura que existem diferenças entre ambas. Segundo Gil (1987, p. 51), na *pesquisa bibliográfica*, são utilizadas contribuições de diferentes autores sobre determinado assunto e, na *pesquisa documental*, são utilizados materiais “que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Logo, a partir dessas características e segundo as fontes que são utilizadas nessa investigação, a mesma se enquadra como uma *pesquisa documental*.

Apesar dessa distinção entre ambas, segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), alguns autores consideram as *pesquisas bibliográficas* e *documentais* como sinônimas, pois ambas têm o documento como seu objeto de investigação.

Appolinário (2009, p. 85), no *Dicionário de Metodologia Científica*, também considera *pesquisas bibliográficas* e *documentais* como unívocas. Para esclarecer esta questão, indica que todas as pesquisas possuem estratégias de coleta de dados, sendo que essas se referem ao local da coleta ou à fonte da coleta, afirmando que: “Sempre que uma pesquisa se utiliza apenas de fontes documentais (livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídia eletrônica, diz-se que a pesquisa possui estratégia documental”. Portanto, segundo o autor a distinção entre *pesquisa bibliográfica* e *documental* não é procedente, pois, segundo ele, *documental* não é o tipo de pesquisa, mas sim a sua *estratégia de coleta de dados*.

Não obstante essa possível distinção entre *pesquisa bibliográfica* e *pesquisa documental*, considera-se que este estudo, por ter como fontes documentos diversos, adotará uma estratégia documental para a sua coleta de dados. Para tal, as fontes documentais utilizadas são as seguintes: (a) os *Questionários do Censo Escolar (1999-2007)*; (b) os *Microdados do Censo Escolar (1999-2007)*; (c) os *Pareceres Normativos CEED 1400/02 (Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul)* e *CEED 580/00 (Estabelece condições para a oferta do ensino médio no Sistema Estadual de Ensino)*; (d) os *Programas de Governo* das gestões 1999-2002 e 2003-2006; (e) os *Relatórios de Gestão* dos Governos 1999-2002 e 2003-2006; (f) os *Planos*

Plurianuais 2000/2003 e 2004/2007; (g) os Balanços Gerais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (período 1999-2006).

Outro aspecto merecedor de atenção refere-se à abordagem deste estudo, a qual pode ser enquadrada como quantitativa, qualitativa ou quali-quantitativa. Objetivando o correto enquadramento desta investigação, observe-se o que alguns estudiosos assumiram sobre cada uma dessas abordagens, suas características e compatibilidades:

a) Pesquisas Quantitativas

A pesquisa quantitativa [...] é aquela que, utilizando instrumentos de coleta de informações numéricas, medidas ou contadas, aplicados a uma amostra representativa de um universo a ser pesquisado, fornece resultados numéricos, probabilísticos e estatísticos (ALMEIDA; RIBES, 2000, p. 98).

As pesquisas quantitativas caracterizam-se por grandes amostras e perguntas fechadas, para que possam atingir um maior número de respostas (ALMEIDA; RIBES, 2000, p. 100).

Numa abordagem quantitativa, definida a população, busca-se um critério de representatividade numérica que possibilite a generalização dos conceitos teóricos que se quer testar (MINAYO, 1996, p. 102).

b) Pesquisas Qualitativas

A pesquisa qualitativa é aquela que, utilizando entrevistas individuais, técnicas de discussão em grupo, observações, estudo documental, procura explorar a fundo conceitos, atitudes, comportamentos, opiniões e atributos do universo pesquisado [...].

As pesquisas qualitativas, portanto, trabalham com pequenas amostras, para que possam ampliar os aspectos exploratórios em perguntas abertas, permitindo ao participante expor sua opinião completa, e os resultados são expostos em relatórios conceituais, baseados nas opiniões dos entrevistados (ALMEIDA; RIBES, 2000, p. 98-100).

Numa busca qualitativa, preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação (MINAYO, 1996, p.102).

c) Pesquisas Quali-quantitativas

Existe, ainda, a possibilidade de conjugar os dois tipos de pesquisa, como fazem algumas empresas de consultoria, levantando idéias sobre o universo, ao mesmo tempo que quantificam os resultados. É o que se pode chamar de pesquisa quali-quantitativa (ALMEIDA; RIBES, 2000, p. 98 e 99).

Os dois tipos de abordagem e os dados delas advindos, porém, não são incompatíveis. Entre elas há uma oposição complementar que, quando bem

trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa (MINAYO, 2008, p. 22).

Conseqüentemente, constata-se que esta proposta tem uma abordagem quali-quantitativa, pois são utilizadas fontes numéricas e análise documental com o propósito de atingir os objetivos deste estudo.

4.2 Período Estudado

Para efeitos deste estudo, o período escolhido vai de 1999 a 2006. A escolha desse intervalo de tempo foi adotada pelos seguintes motivos: (a) compreende exatamente dois mandatos governamentais completos na esfera estadual, o que facilita a análise comparativa entre *Planos de Governo*, *Relatórios de Gestão*, *Planos Plurianuais* e *Despesas Realizadas*; (b) abrange um período histórico recente, o que ajuda a construir um diagnóstico mais atualizado da rede estadual de *Edifícios Escolares*.

4.3 O Problema

Quais são os reflexos das políticas públicas de educação e do ordenamento normativo do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, na efetiva melhoria da rede estadual de edifícios escolares de Educação Básica?

4.4 Hipóteses

Esta investigação trabalha com três hipóteses sobre a problemática dos *Edifícios Escolares* da rede estadual do Rio Grande do Sul, segundo as quais, apesar:

- a) dos diagnósticos obtidos sobre o *Edifício Escolar* através dos *Microdados do Censo Escolar*, estes dados têm pouco ou nada contribuído para a solução das carências existentes na rede estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul que ofertam a Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio);
- b) das exigências normativas do *Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul*, relativas à questão espacial e equipamentos, inúmeros Edifícios Escolares na rede estadual de ensino não se enquadram nas mesmas;

- c) das propostas constantes nos *Programas de Governo* das gestões 1999-2002 e 2003-2006, no Rio Grande do Sul, de suas realizações, das previsões de despesas contidas no Planos Plurianuais 2000/2003 e 2004/2007 e da despesa realizada na construção, manutenção e aparelhamento dos *Edifícios Escolares*, as realizações têm ficado aquém do realmente necessário para que a rede escolar atenda às exigências do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul quanto à questão espacial.

4.5 Objetivo Geral

Este trabalho tem, como objetivo geral, *analisar o reflexo das políticas públicas de educação incidentes sobre os Edifícios Escolares da rede estadual de Educação Básica no Rio Grande do Sul.*

4.6 Objetivos Específicos

São objetivos específicos deste trabalho:

- a) identificar o espaço ocupado pelo *Edifício Escolar* nos Questionários do Censo Escolar (1999-2007), comparando-os quanto aos indicadores que interferem no *Edifício Escolar* ou a ele se referem;
- b) analisar o ordenamento normativo do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, nos itens que tratam da questão espacial e de equipamentos nas escolas de Educação Básica (Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio);
- c) elaborar um diagnóstico da rede estadual de *Edifícios Escolares*, a partir dos Microdados do Censo Escolar (1999-2007);
- d) identificar e analisar, nos Programas de Governo das coligações vencedoras das eleições estaduais de 1998 e 2002 no Rio Grande do Sul, as propostas para o *Edifício Escolar*, comparando-as com os Relatórios de Gestão, Planos Plurianuais e Despesa Realizada pela Secretaria de Educação, nos períodos 1999-2002 e 2003-2006, no que tange à construção, manutenção e aparelhamento de *Edifícios Escolares*;
- e) quantificar e comparar a despesa realizada na construção, manutenção e aparelhamento da rede estadual de *Edifícios Escolares* do Rio Grande do Sul no período 1999-2006.

4.7 Categoria de Análise, Instrumentos e Indicadores

Para que esta investigação possa atingir os seus propósitos, ou seja, confirmar as hipóteses lançadas, responder o problema proposto e atingir os objetivos geral e específicos, são estabelecidas categorias de análise, instrumentos e indicadores que devem contribuir para o êxito desta investigação, conforme os Quadros 5 a 8.

Quadro 5
Instrumentos e Indicadores da Infra-Estrutura Escolar
(Questionários do Censo Escolar)

Categoria de Análise	Instrumentos	Indicadores	
Infra-Estrutura (Edifício Escolar)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Questionários do Censo Escolar (1999-2007) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização/Zona da Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Urbano ▪ Rural
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Local de Funcionamento da Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prédio Escolar ▪ Casa do Professor ▪ Galpão/Rancho/Paiol/Barracão ▪ Salas de Empresa ▪ Salas em outra Escola ▪ Templo/Igreja ▪ Unidade de Internação ▪ Outros
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entidade Proprietária do Imóvel 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Federal ▪ Estadual ▪ Municipal ▪ Particular
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forma de Ocupação do Prédio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Próprio ▪ Alugado ▪ Cedido
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prédio Compartilhado com outra Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sim ▪ Não
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de Salas de Aula Existentes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Permanentes ▪ Provisórias
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de Salas de Aula Utilizadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ No Estabelecimento ▪ Fora do Estabelecimento
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dependências Existentes na Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Almoxarifado ▪ Auditório ▪ Biblioteca ▪ Cantina ▪ Cozinha ▪ Dependências e Vias adequadas a Alunos com Necessidades Especiais ▪ Dependências e Vias adequadas a Portadores de Necessidades Especiais ▪ Depósito de Alimentos ▪ Diretoria ▪ Ginásio de Esportes ▪ Laboratório de Ciências ▪ Laboratório de Informática ▪ Lavanderia ▪ Parque Infantil ▪ Pátio Coberto ▪ Quadra de Esportes Coberta ▪ Quadra de Esportes Descoberta ▪ Quadra de Esportes ▪ Refeitório ▪ Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos ▪ Sala de Leitura ▪ Sala de Professores ▪ Sala de Recursos para Alunos com Necessidades Especiais ▪ Sala para TV/Vídeo ▪ Sanitário adequado a Alunos com Necessidades Especiais/Acessibilidade ▪ Sanitário adequado a Portadores de Necessidades Especiais ▪ Sanitário adequado à Pré-Escola ▪ Sanitário dentro do Prédio ▪ Sanitário fora do Prédio ▪ Secretaria ▪ Videoteca

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Quadro 6
Instrumentos e Indicadores da Infra-Estrutura Escolar
(Microdados Censo Escolar)

Categoria de Análise	Instrumentos	Indicadores		
Infra-Estrutura (Edifício Escolar)	▪ Microdados do Censo Escolar (1999-2007)	▪ Rede Estadual de Ensino – Educação Básica – Ensino Fundamental, Ensino Fundamental e Médio e Ensino e Médio	▪ Localização/Zona da Escola <ul style="list-style-type: none"> ▪ Urbano ▪ Rural 	
			▪ Local de Funcionamento da Escola <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prédio Escolar ▪ Casa do Professor ▪ Galpão/Rancho/Paiol/Barracão ▪ Salas de Empresa ▪ Salas em outra Escola ▪ Templo/Igreja ▪ Unidade de Internação ▪ Outros 	
			▪ Entidade Proprietária do Imóvel <ul style="list-style-type: none"> ▪ Federal ▪ Estadual ▪ Municipal ▪ Particular 	
			▪ Forma de Ocupação do Prédio <ul style="list-style-type: none"> ▪ Próprio ▪ Alugado ▪ Cedido 	
			▪ Prédio Compartilhado com outra Escola <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sim ▪ Não 	
			▪ Número de Salas de Aula Existentes <ul style="list-style-type: none"> ▪ Permanentes ▪ Provisórias 	
			▪ Número de Salas de Aula Utilizadas <ul style="list-style-type: none"> ▪ No Estabelecimento ▪ Fora do Estabelecimento 	
			▪ Dependências Existentes na Escola	▪ Setor Administrativo <ul style="list-style-type: none"> ▪ Almoxarifado ▪ Diretoria ▪ Sala de Professores ▪ Secretária
				▪ Setor Pedagógico <ul style="list-style-type: none"> ▪ Biblioteca ▪ Laboratório de Ciências ▪ Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos ▪ Sala de Leitura ▪ Sala de TV/Video ▪ Videoteca
				▪ Setor de Serviço <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cozinha ▪ Depósito de Alimentos ▪ Lavanderia ▪ Refeitório ▪ Sanitário dentro do Prédio ▪ Sanitário fora do Prédio
				▪ Setor de Convivência e Recreação <ul style="list-style-type: none"> ▪ Auditório ▪ Cantina ▪ Ginásio de Esportes ▪ Parque Infantil ▪ Pátio Coberto ▪ Refeitório ▪ Quadra de Esportes Coberta ▪ Quadra de Esportes Descoberta ▪ Quadro de Esportes Coberta e/ou Descoberta
			▪ Infra-Estrutura de Abastecimento de Água <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede Pública ▪ Cacimba/Cisterna ▪ Fonte ▪ Poço Artesiano ▪ Misto ▪ Inexistente 	
			▪ Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede Pública ▪ Energia Eólica ▪ Energia Solar ▪ Gerador Próprio ▪ Misto ▪ Outros/Energia Alternativa ▪ Inexistente 	
			▪ Infra Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede Pública ▪ Fossa ▪ Misto ▪ Inexistente 	
▪ Infra-Estrutura de Acessibilidade <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dependências Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais ▪ Sanitário para Portadores de Necessidades Especiais 				
▪ Infra-Estrutura de Informática <ul style="list-style-type: none"> ▪ Laboratório de Informática ▪ Acesso à Internet na Escola 				

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).
- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Quadro 7
Instrumentos e Indicadores da Infra-Estrutura Escolar
(Ordenamento Normativo)

Categoria de Análise	Instrumentos		Indicadores
Infra-Estrutura (Edifício Escolar)	<ul style="list-style-type: none"> Ordenamento Normativo (CEED/RS) 	<ul style="list-style-type: none"> Parecer Normativo 1400/02 (Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul) 	<ul style="list-style-type: none"> Rede Estadual de Ensino – Educação Básica – Ensino Fundamental e Ensino Médio <ul style="list-style-type: none"> ÁREA URBANA Sala de Aula Área Administrativo-Pedagógica (Salas para Direção, Apoio Pedagógico, Secretaria, de Recursos Didáticos e de Professores) Biblioteca Espaço para Educação Física e Recreação Cozinha Refeitório Instalações Sanitárias <ul style="list-style-type: none"> ÁREA RURAL Sala de Aula Sala para Secretaria/Direção Local para Guarda de Livros Área para Educação Física e Recreação Refeitório/Cozinha Instalações Sanitárias
		<ul style="list-style-type: none"> Parecer Normativo 580/00 (Estabelece condições para a oferta do ensino médio no Sistema Estadual de Ensino) 	<ul style="list-style-type: none"> Rede Estadual de Ensino – Educação Básica – Ensino Fundamental e Médio e Ensino e Médio <ul style="list-style-type: none"> Área para Educação Física Bebedouro Biblioteca Corredores Direção Escadas Laboratório de Ciências Orientação Educacional Portaria Recreação Sala de Aula Sala de Recursos Didáticos Sala dos Professores Sanitários Secretaria Supervisão Pedagógica

Fonte:

- Parecer CEE 580/00 (Estabelece condições para a oferta do ensino médio no Sistema Estadual de Ensino).
- Parecer CEE 1400/02 (Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul).

Quadro 8
Instrumentos e Indicadores das Políticas de Governo
(Políticas de Governo – Propostas de Governo – Relatórios de Gestão – Relatórios Financeiros)

Categoria de Análise	Instrumentos		Indicadores
Políticas de Governo (Edifício Escolar)	<ul style="list-style-type: none"> Governo Olívio Dutra (1999-2002) Governo Germano Rigotto (2003-2006) 	<ul style="list-style-type: none"> Propostas de Governo (Área da Educação) Relatórios de Gestão (Secretaria da Educação) 	<ul style="list-style-type: none"> Edifício Escolar (Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios Escolares)
		<ul style="list-style-type: none"> Relatórios Financeiros (Secretaria da Fazenda) 	<ul style="list-style-type: none"> Edifício Escolar (Aquisição de Imóveis, Locação de Imóveis, Conservação de Bens Imóveis, Manutenção e Conservação das Escolas Públicas Estaduais, Conservação de Bens Móveis e Equipamentos, Equipamento e Material Permanente, Obras e Instalações e Outros Serviços de Terceiros)

Fontes:

- Balanço Geral – Exercícios 1999-2006 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Mensagens do Governador à Assembléia Legislativa 2000-2003 – Governador Olívio Dutra.
- Mensagens do Governador à Assembléia Legislativa 2004-2005 – Governador Germano Rigotto.
- Plano Plurianual 2000-2003 – Secretaria da Coordenação e Planejamento – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Plano Plurianual 2004-2007 – Secretaria da Coordenação e Planejamento – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Proposta de Governo Candidatura: Olívio Dutra.
- Proposta de Governo Candidatura: Germano Rigotto.
- Relatórios de Gestão 1999-2002 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Relatórios de Gestão 2003-2006 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Nota:

- Os valores serão atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/site/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).

4.8 Os Questionários do Censo Escolar

Quanto aos *Questionários do Censo Escolar da Educação Básica*, são objetos de estudo 09 (nove) exemplares, compreendendo os questionários de 1999 a 2007, disponibilizados no *site* do INEP¹⁰.

Não obstante o período abordado neste estudo compreender os anos de 1999 a 2006, para que o levantamento pudesse mostrar de forma mais fidedigna a evolução ocorrida no intervalo estudado, optou-se por incluir os *Microdados do Censo Escolar* de 2007 e, conseqüentemente, o questionário de igual ano. Tal decisão fundamenta-se no fato de que o questionário de 2006 reflete, conforme a carta de apresentação do *Censo Escolar* dirigida aos Diretores de Escolas e assinada pelo Ministro da Educação Fernando Haddad, “a situação existente no Dia Nacional do Censo Escolar, que é a última quarta-feira do mês de março”. Portanto, a não inclusão do ano de 2007 neste estudo, não contemplaria um espaço de 09 (nove) meses comprometendo assim esta investigação.

Estruturados em blocos (ver Quadros 15 a 27, às páginas 320 a 335), com exceção do questionário de 2007, nos quais estão inseridas inúmeras questões, os questionários coletam diversas informações referentes a: (a) Cadastro da Escola; (b) Caracterização Física da Escola; (c) Dados Gerais da Escola; (d) Salas de Aula; (e) Recursos Humanos; (f) Níveis e Modalidades de Ensino; (g) Transporte Escolar; (h) Merenda Escolar.

Destaca-se que os questionários, de 1999 a 2006, apresentam diversas alterações, as quais se caracterizam por mudanças na nomenclatura de blocos, na subdivisão de blocos e na inclusão e/ou exclusão de blocos e questões.

Este estudo analisa até 04 (quatro) blocos, os quais concentram os dados referentes ao objeto de estudo deste trabalho, o *Edifício Escolar*, e aquelas questões que, inseridas nesses blocos, contemplam a temática abordada. Os blocos que concentram os itens analisados são os de número 1, 2, 3 e 4, denominados, ao longo do período, pelos seguintes títulos:

- a) *Cadastro da Escola – Identificação Básica da Escola* – (Bloco 1: 1999-2006);
- b) *Caracterização Física da Escola* – (Bloco 2: 1999 a 2004);

¹⁰ <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/>

- c) *Caracterização Física e Dados Gerais da Escola* – (Bloco 2: 2005 e 2006);
- d) *Dados Gerais da Escola – Sala de Aula e Pessoal* – (Bloco 3: 1999 a 2003);
- e) *Salas de Aula e Recursos Humanos* – (Bloco 4: 2004 e Bloco 3: 2005 e 2006).

A partir dos blocos considerados neste estudo, são analisadas as questões que contemplam as seguintes informações, conforme a sua presença nos diferentes questionários:

- a) *Cadastro da Escola – Identificação Básica da Escola*
 - 1. localização – zoneamento da escola (*Urbano ou Rural*);
 - 2. níveis e modalidades de ensino que a escola oferece (*Classe de Alfabetização, Curso Normal, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Infantil, Educação Profissional, Ensino Fundamental e Ensino Médio*).
- b) *Caracterização Física da Escola – Caracterização Física e Dados Gerais da Escola*
 - 1. local em que a escola funciona (*Prédio Escolar, Casa do Professor, Galpão/Rancho/Paiol/Barracão, Salas de Empresa, Salas em outra Escola, Templo/Igreja, Terra Indígena, Unidade de Internação e outros*);
 - 2. entidade proprietária do imóvel (*Federal, Estadual, Municipal ou Particular*);
 - 3. forma de ocupação do prédio (*Próprio, Alugado e Cedido*);
 - 4. compartilhamento do prédio com outra escola (*Sim ou Não*);
 - 5. dependências existentes na escola (*Almoxarifado, Auditório, Berçário, Biblioteca, Brinquedoteca, Cantina, Cozinha, Dependências e Vias Adequadas a Alunos com Necessidades Especiais, Dependências e Vias Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais, Depósito de Alimentos, Diretoria, Dormitório, Fraldário, Ginásio de Esportes, Laboratório de Ciências, Laboratório de Informática, Lactário, Lavanderia, Outros Laboratórios/Oficinas, Parque Infantil, Pátio Coberto, Piscina, Quadra de Esporte Coberta, Quadra de Esporte*

Descoberta, Quadras de Esporte, Refeitório, Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Sala de Leitura, Sala de Professores, Sala de Recursos para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, Sala para TV/Vídeo, Sanitário Adequado a Alunos com Necessidades Especiais/Acessibilidade, Sanitário Adequado a Portadores de Necessidades Especiais, Sanitário Adequado à Pré-Escola, Sanitário dentro do Prédio, Sanitário fora do Prédio, Secretaria Solário, Videoteca e Nenhuma das Dependências Relacionadas);

6. *Energia Elétrica (Rede Pública, Gerador, Energia Solar, Energia Eólica e Inexistente);*
7. *Rede de Água (Rede Pública, Cacimba/Cisterna/Poço, Caminhão Pipa, Fonte/Rio/Igarapé/Riacho/Córrego e Inexistente);*
8. *Esgoto Sanitário (Rede Pública, Fossa e Inexistente);*
9. *destinação do lixo (Coleta Periódica, Enterra, Joga em outra Área, Queima, Recicla e Reutiliza).*

c) *Dados Gerais da Escola – Sala de Aula e Pessoal – Salas de Aula e Recursos Humanos*

1. *número de salas de aula existentes (Permanentes ou Provisórias);*
2. *número de salas de aula utilizadas (no Estabelecimento ou Fora do Estabelecimento).*

Diferente dos questionários de 1999 a 2006, o de 2007 além de apresentar outra formatação (ver Quadros 15 a 27, às páginas 320 a 335), traz como novidade a sua denominação, *Educacenso*, e a necessidade de ser respondido via Internet. Quanto à formatação, apresenta-se dividido em formulários denominados de: (a) *Cadastro de Escola*; (b) *Cadastro de Turma*; (c) *Cadastro de Aluno* e; (d) *Cadastro de Docente em Regência de Classe e Auxiliar de Educação Infantil*.

Este estudo analisa o formulário *Cadastro de Escola*, o qual concentra os dados referentes ao objeto de estudo deste trabalho, o *Edifício Escolar*, e aquelas questões que, inseridas nesse formulário, contemplam a temática abordada. Neste formulário são analisadas as questões que contemplam as seguintes informações:

a) *Identificação*

1. *dependência administrativa (Federal, Estadual, Municipal e Privada);*

2. localização – zoneamento da escola (*Urbana ou Rural*).

b) *Caracterização e Infra-Estrutura*

1. local de funcionamento da escola (*Prédio Escolar, Casa do Professor, Galpão/Rancho/Paiol/Barracão, Salas de Empresa, Salas em outra Escola, Templo/Igreja, Unidade de Internação/Prisional e outros*);
2. compartilhamento do prédio com outra escola (*Sim ou Não*);
3. *rede de água (Rede Pública, Poço Artesiano, Cacimba/Cisterna/Poço, Fonte/Rio/Igarapé/Riacho/Córrego e Inexistente)*;
4. *energia elétrica (Rede Pública, Gerador, outros – Energia Alternativa e Inexistente)*;
5. *esgoto sanitário (Rede Pública, Fossa e Inexistente)*;
6. *destinação do lixo (Coleta Periódica, Enterra, Joga em outra Área, Queima, Recicla e outros)*;
7. *dependências existentes na escola (Biblioteca/Sala de Leitura, Cozinha, Dependências e Vias Adequadas a Alunos com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, Diretoria, Laboratório de Ciências, Laboratório de Informática, Parque Infantil, Quadra de Esporte, Sala de Professores, Sala de Recursos para Atendimento Educacional Especializado, Sanitário Adequado a Alunos com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, Sanitário dentro do Prédio, Sanitário fora do Prédio e Nenhuma das Dependências Relacionadas)*;
8. número de salas de aula existentes na escola;
9. *número de salas utilizadas como salas de aula (dentro e fora do prédio)*.

c) *Dados Educacionais*

1. *modalidades (Ensino Regular, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos)*;
2. *etapas (Educação Infantil – Creche e Pré-Escola, Ensino Fundamental – 08 anos e 09 anos, Ensino Médio – Médio, Integrado, Normal/Magistério e Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental e Ensino Médio)*.

4.9 Os Microdados do Censo Escolar

A compilação dos *Microdados do Censo Escolar* e sua posterior análise objetiva a construção de um diagnóstico dos *Edifícios Escolares* da rede estadual do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2006. Convém enfatizar que, não obstante o período abordado neste estudo compreender os anos de 1999 a 2006, para que o levantamento pudesse mostrar de forma mais fidedigna a evolução ocorrida no intervalo estudado, fez-se necessário a inclusão dos *Microdados do Censo Escolar* de 2007. Os *Microdados do Censo Escolar* correspondem às respostas fornecidas por cada uma das escolas aos *Questionários do Censo Escolar* no período abordado. A obtenção dessas informações ocorreu através de contatos mantidos com a Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul e com o INEP. Tais órgãos públicos possuem em seu banco de dados diversas informações referentes ao *Censo Escolar*, as quais, conforme solicitação, são enviadas pré-organizadas em arquivos *Microsoft Office Excel*, para posterior estudo. Assim, a partir dos arquivos fornecidos, foi possível reorganizar e/ou descartar informações, conforme os objetivos desta investigação.

Para a elaboração do diagnóstico dos *Edifícios Escolares* da rede estadual, foram adotados procedimentos em etapas, buscando facilitar sua execução. Tais etapas estão assim organizadas:

1.^a Etapa

- a) Levantamento do número total de estabelecimentos da rede estadual de ensino no período abordado, os quais representam o seguinte número de escolas: 2.995 em 1999, 3.027 em 2000 e 2001, 3.044 em 2002, 3.041 em 2003, 3.002 em 2004, 2.885 em 2005, 2.856 em 2006 e 2.815 em 2007.
- b) Classificação dos estabelecimentos escolares em escolas de Ensino Fundamental, escolas de Ensino Fundamental e Médio e escolas de Ensino Médio, conforme a oferta desses níveis de ensino nos estabelecimentos.
- c) Descarte dos estabelecimentos escolares sem a oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio, os quais representam o seguinte número de escolas: 53 em 1999, 50 em 2000, 55 em 2001, 52 em 2002, 61 em 2003, 61 em 2004, 63 em 2005, 66 em 2006 e 65 em 2007. O descarte

foi adotado, pois esses estabelecimentos não estão sob as normatizações do CEED/RS referentes às escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, que são objeto de estudo desta investigação.

- d) Organização das escolas que constituirão a amostra do diagnóstico segundo a oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio e conforme o zoneamento urbano ou rural.
- e) Definição da amostra, segundo os parâmetros acima, apresentando a seguinte configuração:

1. 1999

- 2.942 escolas, sendo 2.294 de Ensino Fundamental, 575 de Ensino Fundamental e Médio e 73 de Ensino Médio;
- 1.844 escolas urbanas, sendo 1.211 de Ensino Fundamental, 563 de Ensino Fundamental e Médio e 70 de Ensino Médio;
- 1.098 escolas rurais, sendo 1.083 de Ensino Fundamental, 12 de Ensino Fundamental e Médio e 03 de Ensino Médio.

2. 2000

- 2.977 escolas, sendo 2.260 de Ensino Fundamental, 647 de Ensino Fundamental e Médio e 70 de Ensino Médio;
- 1.852 escolas urbanas, sendo 1.158 de Ensino Fundamental, 627 de Ensino Fundamental e Médio e 67 de Ensino Médio;
- 1.125 escolas rurais, sendo 1.102 de Ensino Fundamental, 20 de Ensino Fundamental e Médio e 03 de Ensino Médio.

3. 2001

- 2.972 escolas, sendo 2.216 de Ensino Fundamental, 684 de Ensino Fundamental e Médio e 72 de Ensino Médio;
- 1.855 escolas urbanas, sendo 1.118 de Ensino Fundamental, 668 de Ensino Fundamental e Médio e 69 de Ensino Médio;
- 1.117 escolas rurais, sendo 1.098 de Ensino Fundamental, 16 de Ensino Fundamental e Médio e 03 de Ensino Médio.

4. 2002

- 2.992 escolas, sendo 2.197 de Ensino Fundamental, 707 de Ensino Fundamental e Médio e 88 de Ensino Médio;

- 1.858 escolas urbanas, sendo 1.092 de Ensino Fundamental, 688 de Ensino Fundamental e Médio e 78 de Ensino Médio;
 - 1.134 escolas rurais, sendo 1.105 de Ensino Fundamental, 19 de Ensino Fundamental e Médio e 10 de Ensino Médio.
5. 2003
- 2.980 escolas, sendo 2.145 de Ensino Fundamental, 743 de Ensino Fundamental e Médio e 92 de Ensino Médio;
 - 1.851 escolas urbanas, sendo 1.054 de Ensino Fundamental, 717 de Ensino Fundamental e Médio e 80 de Ensino Médio;
 - 1.129 escolas rurais, sendo 1.091 de Ensino Fundamental, 26 de Ensino Fundamental e Médio e 12 de Ensino Médio.
6. 2004
- 2.941 escolas, sendo 2.072 de Ensino Fundamental, 769 de Ensino Fundamental e Médio e 100 de Ensino Médio;
 - 1.849 escolas urbanas, sendo 1.023 de Ensino Fundamental, 739 de Ensino Fundamental e Médio e 87 de Ensino Médio;
 - 1.092 escolas rurais, sendo 1.049 de Ensino Fundamental, 30 de Ensino Fundamental e Médio e 13 de Ensino Médio.
7. 2005
- 2.822 escolas, sendo 1.913 de Ensino Fundamental, 806 de Ensino Fundamental e Médio e 103 de Ensino Médio;
 - 1.854 escolas urbanas, sendo 996 de Ensino Fundamental, 767 de Ensino Fundamental e Médio e 91 de Ensino Médio;
 - 968 escolas rurais, sendo 917 de Ensino Fundamental, 39 de Ensino Fundamental e Médio e 12 de Ensino Médio.
8. 2006
- 2.790 escolas, sendo 1.828 de Ensino Fundamental, 856 de Ensino Fundamental e Médio e 106 de Ensino Médio;
 - 1.869 escolas urbanas, sendo 970 de Ensino Fundamental, 806 de Ensino Fundamental e Médio e 93 de Ensino Médio;
 - 921 escolas rurais, sendo 858 de Ensino Fundamental, 50 de Ensino Fundamental e Médio e 13 de Ensino Médio.

9. 2007

- 2.750 escolas, sendo 1.755 de Ensino Fundamental, 893 de Ensino Fundamental e Médio e 102 de Ensino Médio;
 - 1.852 escolas urbanas, sendo 922 de Ensino Fundamental, 840 de Ensino Fundamental e Médio e 90 de Ensino Médio;
 - 898 escolas rurais, sendo 833 de Ensino Fundamental, 53 de Ensino Fundamental e Médio e 12 de Ensino Médio.
- f) Verificação, a partir da variação numérica apresentada no período abordado, da quantidade de escolas que abriram, fecharam ou foram municipalizadas. Em alguns poucos casos, foram consideradas as escolas que passaram ou deixaram de ofertar o Ensino Fundamental e/ou Médio, porém já existiam ou continuaram existindo, com a oferta de outros níveis e modalidades de ensino. Nessa investigação, estão todas as escolas cuja abertura, fechamento ou municipalização, início ou término da oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio, representou a sua inclusão ou exclusão da amostra a ser pesquisada.
- g) Averiguação do quantitativo de escolas que, no período abordado, alteraram o zoneamento (de urbano para rural e vice-versa), e apresentaram alterações na oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio, seja pela sua abertura, seja pelo seu fechamento (por exemplo: escolas de Ensino Fundamental que passaram a escolas de Ensino Fundamental e Médio). Nessa inquirição, estão todas as escolas cuja alteração no zoneamento, no início ou término da oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio não representou a sua inclusão ou exclusão na amostra a ser pesquisada.

2.ª Etapa

- a) Compilação dos dados em tabelas e posterior análise. Nesta etapa, foram confeccionadas 68 (sessenta e oito) tabelas, as quais estão organizadas da seguinte forma:
1. 01 (uma) tabela contendo a matrícula inicial total e por nível e modalidade de ensino no período abordado (Tabela 11, à página 355);

2. 02 (duas) tabelas contendo a *dinâmica escolar*, considerada a partir da abertura, fechamento ou municipalização de escolas; alterações no zoneamento; início ou término da oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio nas escolas (Tabelas 12 e 13, às páginas 356 e 357);
3. 01 (uma) tabela contendo o número total de escolas e o número de escolas segundo a oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio, considerando o zoneamento urbano ou rural (Tabela 14, à página 358);
4. 64 (sessenta e quatro) tabelas, abordando 16 (dezesesseis) variáveis, como:
 - *Número de Alunos* (Tabelas 15 a 18, às páginas 359 a 362), contendo a subdivisão das escolas em escolas de até 50 alunos, de 51 a 100 alunos, de 101 a 300 alunos e mais de 300 alunos. A adoção desses intervalos teve como referência os mesmos considerados para esta variável no *site* do *Sistema de Estatísticas Educacionais*¹¹ (Edudatabrasil).
 - *Local de Funcionamento da Escola* (Tabelas 19 a 22, às páginas 363 a 369), contendo os indicadores *Prédio Escolar*, *Casa do Professor*, *Empresa*, *Galpão*, *Templo*, *Unidade de Internação* (a partir de 2004), *Outra Escola*, *Outros* e *Misto*. O indicador *Misto*, inexistente nos *Questionários do Censo Escolar*, foi criado objetivando incluir as situações em que mais de um local de funcionamento foi marcado como reposta pela escola.
 - *Entidade Proprietária do Imóvel* (Tabelas 23 a 26, às páginas 371 a 374), contendo os indicadores *Estadual*, *Federal*, *Municipal* e *Particular*. A Entidade Proprietária do Imóvel não foi pesquisada no Censo Escolar de 2007.
 - *Forma de Ocupação do Prédio* (Tabelas 27 a 30, às páginas 375 a 378), contendo os indicadores *Próprio*, *Alugado* e *Cedido*. A Forma de Ocupação do Prédio não foi pesquisada no Censo Escolar de 2007.

¹¹ <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>

- Compartilhamento do Prédio, (Tabelas 31 a 34, às páginas 379 a 382), contendo a resposta afirmativa, porém elaborada a partir dos indicadores *Sim e Não*.
- Dependências Administrativas Existentes (Tabelas 35 a 38, às páginas 383 a 386) contendo os indicadores *Almoxarifado* (de 2001 a 2006), *Sala da Direção* (até 2006), *Sala dos Professores* e *Secretaria* (até 2006).
- Dependências Pedagógicas Existentes (Tabelas 39 a 42, às páginas 387 a 393), contendo os indicadores *Biblioteca*, *Laboratório de Ciências*, *Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos* (a partir de 2004), *Sala de Leitura* (de 2001 até 2006), *Sala de TV/Vídeo* (até 2006) e *Videoteca* (até 2006).
- Dependências de Serviço Existentes (Tabelas 43 a 46, às páginas 395 a 401), contendo os indicadores *Cozinha*, *Depósito de Alimentos* (até 2006), *Lavanderia* (de 2004 a 2006), *Sanitário dentro e/ou fora do Prédio*, *Sanitário dentro do Prédio* e *Sanitário fora do Prédio*.
- Dependências de Convivência e Recreação Existentes (Tabelas 47 a 50, às páginas 403 a 409), contendo os indicadores *Auditório* (de 2004 a 2006), *Cantina* (de 2001 a 2006), *Parque Infantil* (não considerado para as escolas de Ensino Médio), *Pátio Coberto* (até 2000), *Refeitório* (até 2006), *Ginásio de Esportes* (de 2004 a 2006), *Quadra de Esportes Coberta e/ou Descoberta*, *Quadra de Esportes Coberta* (de 2001 a 2006) e *Quadra de Esportes Descoberta* (de 2001 a 2006).
- Número Total de Salas de Aula Existentes (Tabelas 51 a 54, às páginas 411 a 414), contendo a subdivisão das escolas em escolas com 01 sala de aula, de 02 a 05 salas de aula, de 06 a 10 salas de aula e mais de 10 salas de aula. A adoção desses intervalos teve como referência os mesmos

considerados para esta variável no *site* do *Sistema de Estatísticas Educacionais*¹² (Edudatabrasil).

- Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas (Tabelas 51 a 58, às páginas 411 a 418), contendo os indicadores *Salas Existentes* e *Salas Utilizadas*.
- Infra-estrutura de Abastecimento de Água (Tabelas 59 a 62, às páginas 419 a 422), contendo os indicadores *Rede Pública*, *Cacimba/Cisterna*, *Fonte*, *Poço Artesiano*, *Misto* e *Inexistente*. O indicador *Misto*, ausente nos *Questionários do Censo Escolar*, foi criado objetivando incluir as situações em que mais de um sistema de abastecimento foi marcado pela escola.
- Infra-estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica (Tabelas 63 a 66, às páginas 423 a 429), contendo os indicadores *Rede Pública*, *Energia Eólica* (de 2004 a 2006), *Energia Solar* (de 2000 a 2006), *Gerador Próprio*, *Outros/Energia Alternativa* (em 2007), *Misto* e *Inexistente*. O indicador *Misto*, ausente nos *Questionários do Censo Escolar*, foi criado objetivando incluir as situações em que mais de um sistema de abastecimento foi marcado pela escola.
- Infra-estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto (Tabelas 67 a 70, às páginas 431 a 434), contendo os indicadores *Rede Pública*, *Fossa*, *Misto* e *Inexistente*. O indicador *Misto*, ausente nos *Questionários do Censo Escolar*, foi criado objetivando incluir as situações em que mais de um sistema de abastecimento foi marcado pela escola.
- Infra-estrutura de Acessibilidade (Tabelas 71 a 74, às páginas 435 a 438), contendo os indicadores *Dependências Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais* e *Sanitário para Portadores de Necessidades Especiais*.

¹² <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>

- Infra-estrutura de Informática (Tabelas 75 a 78, às páginas 439 a 442), contendo os indicadores *Laboratório de Informática e Acesso à Internet na Escola*.
- 5. Para cada uma das 16 (dezesesseis) variáveis, foram confeccionadas 04 (quatro) tabelas, considerando o quantitativo total das escolas, as escolas de Ensino Fundamental, as de Ensino Fundamental e Médio e as de Ensino Médio.
- 6. Para contribuir na análise do diagnóstico elaborado a partir dos *Microdados do Censo Escolar*, foram confeccionados 19 (dezenove) gráficos de linhas, objetivando a visualização dos indicadores no período abordado.
- 7. Todas as tabelas contêm percentuais sobre o total geral de escolas, o total de escolas urbanas e o total de escolas rurais.
- 8. Para o estudo das dependências, foram descartadas as que, inseridas nos *Questionários do Censo Escolar*, não foram consideradas relevantes para a confecção do diagnóstico.
- 9. As dependências existentes foram classificadas em *Administrativas, Pedagógicas, Serviço e Convivência e Recreação*, conforme o Quadro 9.

Quadro 9
Classificação das Dependências Escolares segundo Setores Características, Atividades e Dependências

Setores	Caracterização	Atividade	Dependências
Administrativo	▪ Espaços necessários à administração da escola.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Guarda de: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Materiais de escritório; ▪ Materiais de uso administrativo em geral. ▪ Local para: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Arquivo morto (histórico de ex-alunos); ▪ Atendimento burocrático a alunos, pais, professores e servidores; ▪ Atividades administrativas e burocráticas da escola; ▪ Localização do gestor escolar (diretor); ▪ Reuniões de professores e/ou servidores; ▪ Atividades de preparação de aulas e atividades em geral para professores. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Almoarifado ▪ Sala da Direção ▪ Sala dos Professores ▪ Secretaria
Pedagógico	▪ Espaços destinados às atividades de ensino.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Guarda de: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Materiais didáticos em geral; ▪ Materiais bibliográficos para consulta. ▪ Locais para: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento a alunos e pais (Orientação Educacional); ▪ Atendimento a professores (Supervisão Pedagógica); ▪ Atividades de leitura e pesquisa para alunos; ▪ Atividades pedagógicas em geral (aulas expositivas, práticas, com uso de recursos audiovisuais, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Biblioteca ▪ Laboratório de Ciências ▪ Laboratório de Informática ▪ Sala da Orientação Educacional⁽¹⁾ ▪ Sala da Supervisão Pedagógica⁽¹⁾ ▪ Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos ▪ Sala de Aula ▪ Sala de Leitura ▪ Sala de TV/Vídeo ▪ Videoteca
Serviço	▪ Espaços necessários ao funcionamento e ao conforto dos usuários da escola.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Guarda e/ou armazenamento de: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alimentos; ▪ Materiais de serviço e limpeza; ▪ Materiais em geral. ▪ Local para: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Higiene de alunos, professores e servidores; ▪ Higienização de roupas e utensílios em geral; ▪ Preparação de alimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cozinha ▪ Depósito⁽¹⁾ ▪ Depósito de Alimentos ▪ Lavanderia
Convivência e Recreação	▪ Espaços destinados à convivência e recreação dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Local para: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atividades coletivas; ▪ Atividades culturais em geral; ▪ Atividades de contemplação; ▪ Atividades esportivas; ▪ Festas e brincadeiras; ▪ Interação entre alunos; ▪ Refeições coletivas de alunos; ▪ Reuniões de alunos, de pais ou para a comunidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Auditório ▪ Cantina ▪ Ginásio de Esportes ▪ Jardim⁽¹⁾ ▪ Parque Infantil ▪ Pátio Descoberto⁽¹⁾ ▪ Pátio Coberto ▪ Quadra de Esportes Coberta ▪ Quadra de Esportes Descoberta ▪ Refeitório

Fontes:

- MELLO, Suzy de. **Escolas Elementares**. 2. ed. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1970. Tese a Concurso de Livre Docência, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 1970.
- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).
- SASTRE, João Róger de Souza. **Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas**: um diagnóstico da rede estadual. Pelotas: UFPel, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2001.

Notas:

- (1) Dependências não incluídas nos Questionários do Censo Escolar.
- Espaços como: corredores, elevadores, escadas, *halls*, passarelas e rampas interligando diferentes pavimentos, são classificados como unidades de circulação.
- Os recursos de infra-estrutura de acessibilidade (rampas, sanitários adaptados, etc.), não são classificados em separado, pois são considerados como inseridos nas características das dependências ou das unidades de circulação.

4.10 O Ordenamento Normativo do Conselho Estadual de Educação do RS

Para o estudo do ordenamento normativo do CEED/RS, foram objeto de estudos seus Pareceres ou Resoluções Normativas direcionados às escolas de Ensino Fundamental (1.º grau) e Ensino Médio (2.º grau), vigentes no período de 1999 a 2006, conforme o Quadro 10.

Quadro 10
Pareceres Normativos do CEED/RS sobre Infra-Estrutura Escolar
(Ensino Fundamental e Médio)

Nível de Ensino	Vigência	Parecer Normativo
Ensino Fundamental	2002 (vigente)	1400/02 <i>Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul</i>
Ensino Médio	2000 (vigente)	580/00 <i>Estabelece condições para a oferta do ensino médio no Sistema Estadual de Ensino</i>

Fontes:

- Parecer CEE 580/00 (Estabelece condições para a oferta do ensino médio no Sistema Estadual de Ensino). Porto Alegre: 2000.
- Parecer CEE 1400/02 (Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: 2002.

Destaca-se que a análise desses Pareceres Normativos está direcionada às normatizações sobre as questões espaciais inclusas em cada um deles.

Ao final da análise, é possível classificar os espaços citados nos Pareceres como: *necessários* (obrigatórios), *recomendados* (não obrigatórios), *que podem ocupar locais cedidos e citados, porém não detalhados*.

4.11 As Propostas de Governo

Na análise das *Propostas de Governo*, são identificadas e estudadas as políticas direcionadas à área da Educação, principalmente aquelas cujo foco dirige-se aos *Edifícios Escolares*. Esse estudo se baseia nas *Propostas de Governo* das coligações vencedoras das eleições estaduais de 1998 e 2002 no Rio Grande do Sul.

Quadro 11
Governadores do Rio Grande do Sul
(1999-2006)

Mandato	Coligação Vencedora	Governador
1999-2002	PT – PC do B – PSB – PCB (Frente Popular)	Olívio de Oliveira Dutra
2003-2006	PMDB – PHS – PSDB (União pelo Rio Grande)	Germano Antônio Rigotto

Fonte:

- TSE (www.tse.gov.br)

4.12 Os Planos Plurianuais

O estudo dos *Planos Plurianuais* tem o intento de verificar a previsão de despesas na *Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*.

São objetos de estudo, nessa investigação, o *Plano Plurianual 2000/2003*, elaborado no primeiro ano de mandato da gestão Olívio Dutra, e o *Plano Plurianual 2004/2007*, elaborado no primeiro ano de mandato da gestão Germano Rigotto.

Os Planos Plurianuais, para fins de verificação da previsão de despesas com a *Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*, são analisados a partir do previsto para a Secretaria da Educação.

Para a compilação dos valores previstos nas despesas, foram confeccionadas 09 (nove) tabelas, sendo 05 (cinco) referentes ao *PPA 2000/2003* e 04 (quatro) ao *PPA 2004/2007* (ver Tabelas 79 a 87, às páginas 443 a 451). A elaboração das tabelas obedece à seguinte configuração:

a) PPA 2000/2003

1. 01 (uma) tabela contendo a previsão de despesa da Secretaria da Educação, considerando as fontes (Tesouro, Convênios com a União e Operações de Crédito) e o tipo de despesa (Corrente ou de Capital).
2. 01 (uma) tabela contendo a previsão de despesa com a *Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios Escolares*, segundo o programa *Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental*.
3. 01 (uma) tabela contendo a previsão de despesa com a *Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios Escolares*, segundo o programa *Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas, Recreativas e de Lazer das Comunidades Escolares*.
4. 01 (uma) tabela contendo a previsão de despesa com a *Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios Escolares*, segundo o programa *Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Médio*.
5. 01 (uma) tabela contendo a previsão de despesa com a *Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios Escolares*, segundo os programas *Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental; Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas,*

Recreativas e de Lazer das Comunidades Escolares; e Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Médio.

b) PPA 2004/2007

1. 01 (uma) tabela contendo a previsão de despesa da Secretaria da Educação, considerando as fontes (Tesouro e Convênios com a União) e o tipo de despesa (Corrente ou de Capital).
2. 01 (uma) tabela contendo a previsão de despesa com a *Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios Escolares*, segundo a diretriz *Acesso à Educação Básica*.
3. 01 (uma) tabela contendo a previsão de despesa com a *Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios Escolares*, segundo a diretriz *Qualificação da Educação Básica*.
4. 01 (uma) tabela contendo a previsão de despesa com a *Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios Escolares*, segundo as diretrizes *Acesso à Educação Básica* e *Qualificação da Educação Básica*, considerando a previsão de despesa da Secretaria da Educação e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Para o estudo dos *Planos Plurianuais*, são consideradas as despesas previstas que:

- a) contemplam a *Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios Escolares*;
- b) estão direcionadas às escolas de Ensino Fundamental e/ou Médio, com exceção do *PPA 2000/2003*, em que foram consideradas as despesas previstas no programa *Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas, Recreativas e de Lazer das Comunidades Escolares*, pois o mesmo inclui também os estabelecimentos de Ensino Fundamental e/ou Médio.

Também são adotados os seguintes procedimentos:

- a) Todos os valores são corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009, conforme o Quadro 14, à página 108.

- b) Para contribuir na análise das despesas previstas nos *Planos Plurianuais*, foram confeccionados 02 (dois) gráficos de colunas, objetivando a visualização dos montantes previstos.

4.13 Os Relatórios de Gestão

Na análise dos *Relatórios de Gestão*, são averiguadas as políticas implementadas na área da Educação, dirigindo-se o foco, principalmente, às políticas direcionadas aos *Edifícios Escolares*. Esse estudo se baseia nos *Relatórios de Gestão* dos governos estaduais dos períodos 1999-2002 e 2003-2006.

Os relatórios avaliados compreendem relatórios parciais e totais de todas as áreas do Governo ou, em especial, da área da Educação. Devido à carência de relatórios mais detalhados, principalmente na gestão 2003-2006, são estudadas todas as mensagens do Governador dirigidas à Assembléia Legislativa, as quais contêm as realizações do ano anterior e as propostas para o ano seguinte, contemplando todas as áreas de atuação do Governo, inclusive a área da Educação.

Todos os valores citados nos relatórios de gestão são corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009, conforme o Quadro 14, à pagina 108.

4.14 A Despesa Realizada

Para o estudo da despesa realizada com a *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul*, são analisados os *Balanços Gerais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul* no período 1999-2006.

A análise dos *Balanços Gerais* contempla o estudo da despesa realizada pela Secretaria da Educação, a partir da *Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais*, na qual constam as despesas realizadas com a *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul*.

Todos os valores são obtidos na *Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais*, a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária) dos *Balanços Gerais* de 1999 a 2006. Esses mesmos valores são corrigidos pelo Índice Geral de Preços –

Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009, conforme o Quadro 14.

Quadro 14
Índices Utilizados para a Correção de Valores
(Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI
da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009)

Mês de Referência	Documento Atualizado	Índice
Janeiro 1999	▪ Plano Plurianual 2000-2003.	2,701591378
Dezembro 1999	▪ Balanço Geral 1999; ▪ Mensagem do Governador a Assembléia Legislativa 2000.	2,279467725
Dezembro 2000	▪ Balanço Geral 2000; ▪ Mensagem do Governador a Assembléia Legislativa 2001.	2,066210924
Dezembro 2001	▪ Balanço Geral 2001; ▪ Mensagem do Governador a Assembléia Legislativa 2002.	1,860803908
Maio 2002	▪ Realizações do Governo do Estado 1999-2002.	1,835752494
Dezembro 2002	▪ Balanço Geral 2002; ▪ Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2003; ▪ Relatório da Gestão 1999/2002.	1,509059869
Janeiro 2003	▪ Plano Plurianual 2004-2007.	1,469411731
Dezembro 2003	▪ Balanço Geral 2003.	1,372914352
Dezembro 2004	▪ Balanço Geral 2004.	1,223313691
Dezembro 2005	▪ Balanço Geral 2005.	1,203070605
Dezembro 2006	▪ Balanço Geral 2006.	1,161398263

Fonte:

- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Gestão. Fundação de Economia e Estatística. **Atualização de Valores**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php>.

Para que os valores correspondentes às despesas realizadas com a *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul* sejam estabelecidos, é necessário um minucioso estudo dos *Balanços Gerais* e do *Ementário das Despesas Realizadas* (ver Quadros 12 e 13, às páginas 318 e 319).

Após esse estudo, é possível constatar que todas as despesas consideradas nessa investigação estão inseridas na *Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais*.

Para a análise das despesas realizadas são confeccionadas:

- 08 (oito) tabelas, considerando a despesa realizada anual, contemplando os seguintes gastos (ver Tabelas 88 a 95, às páginas 452 a 459):

1. Prédio
 - *Aquisição de Imóveis;*
 - *Locação de Imóveis;*
 - *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;*
 - *Obras e Instalações;*
 - *Outros Serviços de Terceiros.*
 2. Equipamentos e Materiais Permanentes
 - *Conservação de Bens Móveis e Equipamentos;*
 - *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes.*
 3. Despesa Total para *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul.*
 4. Despesa Realizada Total da *Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.*
 5. Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação.
 6. Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta).
- b) 02 (duas) tabelas (ver Tabelas 96 e 97, às páginas 460 e 461), mantendo a mesma configuração das despesas realizadas das tabelas anteriores, porém considerando os períodos 1999-2002 e 2003-2006;
- c) 03 (três) tabelas (ver Tabelas 98 a 100, às páginas 462 a 464), mantendo a mesma configuração das despesas realizadas das tabelas anteriores, porém considerando os períodos 1999-2002 e 2003-2006, com demonstrativo anual, e o período 1999-2006, com demonstrativo quadrianual;
- d) 08 (oito) tabelas (ver Tabelas 101 a 108, às páginas 465 a 472), considerando a despesa realizada anual, contemplando os gastos das seguintes Unidades Orçamentárias:
1. Gabinete e Órgãos Centrais;
 2. Encargos Gerais da Secretaria da Educação;
 3. Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no RS (a partir de 2002, o nome consta como Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPD e PPAH no RS) (de 1999 a 2002);

4. Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC (de 1999 a 2002);
5. Superintendência da Educação Profissional do Estado RS – SUEPRO;
6. Universidade Estadual do RS (2001 e 2002).

Na elaboração das Tabelas 88 a 97, os valores que compõem os indicadores da despesa realizada, a partir da *Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais*, estão subdivididos em diferentes especificações como: (a) Ensino Fundamental; (b) Ensino Médio; (c) Assistência a Educandos; (d) Educação da Criança de 0 a 6 anos; (e) Educação Especial; (f) Educação Física e Desportos; (g) Ensino Supletivo; (h) Desporto de Rendimento; (i) Ensino Infantil; (j) Prevenção e Conservação Ambiental; (k) Formação de Recursos Humanos; (l) Normatização e Fiscalização; (m) Difusão Cultural; e (n) Tecnologia da Informação.

Salienta-se que cada uma dessas especificações contempla gastos com a *Aquisição e/ou Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e/ou Aparelhamento de Edifícios Escolares*, porém não há especificação nos Balanços de quais estabelecimentos são contemplados com esses recursos. As exceções ficam por conta das especificações *Ensino Fundamental* e *Ensino Médio*, que se julga beneficiarem as escolas com a oferta desses mesmos níveis de ensino.

Torna-se impraticável a identificação desses estabelecimentos, sabendo-se que, nas escolas de Ensino Fundamental e/ou Médio, podem existir conjuntamente outros níveis e modalidades de ensino. Além disso, o número de escolas que não ofertam o Ensino Fundamental e/ou Médio é pouco significativo, diante do universo das escolas estaduais. Tendo em vista que o investimento oriundo de outras especificações realizado em escolas com a oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio representa um benefício indireto a esses níveis de ensino, portanto se optou por considerar na compilação das despesas realizadas, todos os gastos incluídos nessas especificações.

Complementando as tabelas confeccionadas, foram elaborados 10 (dez) gráficos de linhas, objetivando contribuir na melhor análise das despesas realizadas com a *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul* no período 1999-2006.

4.15 O Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Esta investigação também inclui o Levantamento da Situação Escolar (LSE), o qual foi elaborado para determinar as condições físicas dos edifícios escolares, verificando a disponibilidade de ambientes, mobiliário e equipamentos, material pedagógico e recursos humanos, estando, atualmente, ainda em fase de implementação.

No LSE, foram estudados os 05 (cinco) blocos que o compõem: (a) Cadastro da Escola; (b) Material Didático e Escolar, Equipamentos e Mobiliário; (c) Características do Prédio; (d) Salas de Aula e Turmas; e (e) Institucional.

Mesmo não constando como um objeto de investigação neste estudo, conforme os objetivos específicos, a opção pela inserção de um capítulo direcionado ao LSE se deu pela sua recente universalização e significativa importância como instrumento capaz de elaborar diagnósticos quali-quantitativos, sempre atuais, da rede de edifícios escolares. Portanto, o LSE, no contexto deste trabalho, apresenta-se como um novo aparelho para a coleta de dados referentes à temática *Edifícios Escolares* e, pela sua singularidade e incipiente universalização, é merecedor de estudos mais específicos e aprofundados.

4.16 O Referencial Teórico-Metodológico

Para a análise do reflexo das políticas públicas de educação incidentes sobre os *Edifícios Escolares* da rede estadual de Educação Básica no Rio Grande do Sul, foi utilizado o *Dispositivo para Mapear as Decisões em Educação* de Cortesão, Stoer e Magalhães (2000). Este dispositivo classifica as políticas em três tipos: *Surfadas*, *Pilotadas* e *Geridas*.

Para o estudo das políticas e sua posterior classificação, leva-se em consideração os seguintes parâmetros de análise:

a) *Política Surfada*

1. *timing* da decisão: Curto Prazo;
2. relação com o contexto: Decisões limitadas ao contexto;
3. *modus operandi*: Tática sem estratégia;
4. objetivos: Eliminação dos sintomas.

b) *Política Pilotada*

1. *timing* da decisão: Médio prazo;

2. relação com o contexto: Decisões que reconhecem o contexto, mas não o tomam suficientemente em consideração;
3. *modus operandi*: Escolha tática das estratégias;
4. objetivos: Conciliação de interesses.

c) *Política Gerida*

1. *timing* da decisão: Longo prazo;
2. relação com o contexto: Consideração sistemática do problema;
3. *modus operandi*: Predominância das estratégias sobre as táticas;
4. objetivos: Tentativa de ir à raiz dos problemas.

Ao concluir este conjunto de capítulos, os quais podem ser considerados como introdutórios, nos quais o trabalho foi apresentado (*O Croqui*), a justificativa e importância da temática foram destacadas (*A Viabilidade da Obra*), a temática *Edifícios Escolares* foi debatida (*A Sondagem do Terreno*), o assunto *política e políticas públicas* foi estudado (*O Plano Diretor*) e os aspectos metodológicos abordados (*O Canteiro de Obras*), inicia-se um novo conjunto de capítulos, nos quais os objetivos desta investigação são detalhadamente desenvolvidos (*A Execução da Obra*), o instrumento de coleta de informações denominado *Levantamento da Situação Escolar* é analisado (*A Clarabóia*) e, finalmente, algumas percepções evidenciadas ao longo da exploração são retomadas (*O Acabamento*).

5 A EXECUÇÃO DA OBRA¹³

Neste capítulo, que objetiva contribuir na análise do reflexo das políticas públicas de educação incidentes sobre os *Edifícios Escolares* da rede estadual de Educação Básica no Rio Grande do Sul, são abordados os seguintes assuntos:

- a) os *Questionários do Censo Escolar* no período 1999-2007;
- b) os *Microdados do Censo Escolar*, que são base para a construção de uma diagnóstico da rede de Edifícios Escolares no período considerado;
- c) o *Ordenamento Normativo do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul*, considerando os Pareceres CEED 1400/02 (*Estabelece normas para oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*) e CEED 580/00 (*Estabelece condições para a oferta de Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino*);
- d) os *Programas de Governo* das coligações vencedoras das eleições para Governador do Estado em 1998 e 2002, no que tange as suas propostas direcionadas aos *Edifícios Escolares*;
- e) os *Relatórios de Gestão* dos governos Olívio Dutra (1999-2002) e Germano Rigotto (2003-2006), considerando suas realizações referentes aos *Edifícios Escolares*;
- f) os *Planos Plurianuais*, a partir dos PPAs 2000-2003 e 2004-2007, considerando a despesa prevista com a construção, manutenção e aparelhamento de *Edifícios Escolares*;
- g) e a *Despesa Realizada*, no período 1999-2006, a partir dos Balanços Gerais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, considerando a despesa realizada na aquisição e locação de imóveis, construção, ampliação, manutenção e aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares.

¹³ Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico – Área Profissional Construção Civil (disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/constciv.pdf>), **Execução** abrange a dimensão do fazer. Nesta, a obra é transferida do papel para a realidade. Executar a obra envolve inúmeros processos técnicos e de controle da produção e produtividade. Os sistemas construtivos a serem empregados variam segundo as características do projeto e do local onde a obra é realizada.

5.1 Os Questionários do Censo Escolar

Os *Questionários do Censo Escolar* são um instrumento para a coleta de dados estatístico-educacionais de toda a rede pública e privada do país, realizado anualmente sob a supervisão do INEP, em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de Educação.

Por sua importância, abrangência e regularidade é o principal instrumento de coleta de dados da Educação Básica, abarcando seus diferentes níveis e modalidades. As informações coletadas no Censo Escolar servem como referência para a construção de um panorama nacional da educação básica brasileira, para a formulação de políticas públicas voltadas à educação e para a implementação de diversos programas na área da educação, como a transferência de recursos públicos (merenda e transporte escolar), a distribuição de materiais didáticos e pedagógicos e a implantação de bibliotecas, entre outros.

O Censo Escolar coleta, através de seus questionários, inúmeros dados, entre os quais se destacam:

- 1) 1999-2006
 - a. informações cadastrais (nome, endereço, situação de funcionamento, dependência administrativa, localização, níveis e modalidades que a escola oferece, etc.);
 - b. caracterização física (local de funcionamento, entidade proprietária do imóvel, forma de ocupação, compartilhamento do prédio, dependências e equipamentos existentes, abastecimento de energia elétrica, água, esgoto sanitário, etc.);
 - c. salas de aula e recursos humanos (número de salas existentes e utilizadas, total de funcionários e professores, etc.);
 - d. número de turmas e matrícula inicial por série/ano, por sexo, por raça, além de outras informações dos diferentes níveis e modalidades de ensino;
 - e. informações sobre o transporte escolar, merenda e programas de que a escola participa.

2) 2007

- a. cadastro de escola (identificação, caracterização e infra-estrutura, equipamentos, recursos humanos, programas FNDE – livro didático e alimentação escolar, dados educacionais, etc.);
- b. cadastro de turma (nome da turma, horário de funcionamento, modalidade, etapa, tipo de atendimento e disciplinas);
- c. cadastro de aluno (identificação, documento, endereço residencial, etc.);
- d. cadastro de docente (identificação, documento, endereço residencial, etc.).

Estruturados em blocos, os *Questionários do Censo Escolar* no período 1999-2006, não apresentam significativas alterações na sua estruturação, principalmente nas questões que contemplam o objeto deste estudo, o *Edifício Escolar*. As modificações observadas se situam no reordenamento dos blocos, na inclusão, exclusão e/ou redefinição de blocos, títulos e/ou questões. Ou seja, nada que evidencie uma alteração muito significativa na metodologia desse instrumento de coleta de dados.

Analisando a organização dos *Questionários do Censo Escolar* em blocos (ver Quadro 15, à página 320), pode-se verificar que o número de blocos em que o Censo Escolar está dividido apresenta alterações durante o período 1999-2006. Enquanto, em 1999, havia uma divisão em 08 (oito) blocos, em 2004, houve um aumento para 13 (treze) e, em 2005, uma diminuição para 10 (dez).

Na Tabela 10, à página 353, é possível verificar um acréscimo significativo no quantitativo de itens coletados durante o período 1999-2006. Se, em 1999, o Censo Escolar apresentava até 87 (oitenta e sete) itens para serem respondidos (nem todos os itens são obrigatoriamente respondidos, pois muitos dependem de respostas positivas ou negativas de questões anteriores), em 2005, esse número aumentou para 146 (cento e quarenta e seis), tendo permanecido o mesmo número de itens no ano de 2006. Também é possível constatar que o questionário de 2004 apresentou o maior número de itens, ou seja, 186 (cento e oitenta e seis), fato que coincide com o ano em que o censo apresentou o maior número de blocos em sua estruturação. Esse expressivo aumento de itens foi resultado da inserção de 28 (vinte e oito) questões no bloco *Avaliação do PNAE* e do desdobramento do bloco

Dados Gerais da Escola – Sala de Aula e Pessoal (que, em 2003, apresentava seis itens) em dois blocos distintos em 2004, a saber, *Dados Gerais da Escola*, com 12 (doze) itens, e *Salas de Aula e Recursos Humanos*, com 08 (oito) itens.

Apesar do expressivo número de blocos e questões, este estudo centra sua observação em 03 (três) blocos, conforme o ano, os quais concentram os dados referentes ao objeto de estudo, o *Edifício Escolar*, e naquelas questões que, inseridas nesses blocos, contemplam a temática abordada. Os blocos que concentram os itens analisados são denominados, ao longo do período, pelos seguintes títulos:

- a) *Cadastro da Escola – Identificação Básica da Escola* (Bloco 1 – 1999-2006);
- b) *Caracterização Física da Escola* (Bloco 2 – 1999-2004) e *Caracterização Física e Dados Gerais da Escola* (Bloco 2 – 2005-2006);
- c) *Dados Gerais da Escola – Sala de Aula e Pessoal* (Bloco 3 – 1999-2003) e *Salas de Aula e Recursos Humanos* (Bloco 4 – 2004 e Bloco 3 – 2005-2006).

Em 2004, os dados sobre as salas de aula, até então incluídos no bloco denominado *Dados Gerais da Escola – Sala de Aula e Pessoal*, foram desmembrados e inseridos em um bloco chamado *Salas de Aula e Recursos Humanos* (Bloco 4), fazendo com que o bloco 3, *Dados Gerais da Escola* não esteja entre os estudados, visto que apenas a questão relativa às salas de aula seja de interesse da pesquisa.

No primeiro bloco (Bloco 1), *Cadastro da Escola – Identificação Básica da Escola*, cuja denominação não se modifica ao longo do período, estão inseridas questões de caráter cadastral.

No segundo bloco (Bloco 2), primeiramente denominado *Caracterização Física da Escola*, nos questionários de 1999 a 2004, e *Caracterização Física e Dados Gerais da Escola*, título presente nos questionários de 2005 e 2006, resultado da transferência dos *Dados Gerais da Escola*, situados no Bloco 3 até 2004, estão inseridas as questões referentes ao local de funcionamento da escola, à entidade proprietária do imóvel, à forma de ocupação do prédio, ao compartilhamento ou não do prédio com outra escola, às dependências existentes e os equipamentos

existentes ou em uso, às informações sobre o uso da informática e os aspectos relativos à infra-estrutura de abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário e destinação do lixo.

No terceiro bloco (Bloco 3), denominado *Salas de Aula e Recursos Humanos*, em 2005 e 2006, e, *Dados Gerais da Escola – Salas de Aula e Pessoal*, de 1999 a 2003, estão inseridas questões referentes ao número de salas de aula existentes e utilizadas, ao total de funcionários da escola (considerando-se também professores), de professores em sala de aula, de profissionais auxiliares de educação infantil, de professores por etapa/modalidade de atuação e de professores e profissionais auxiliares de Educação Infantil por escolaridade e etapa/modalidade de atuação. No questionário de 2004, *Salas de Aula e Recursos Humanos*, encontra-se no Bloco 4.

Organizado em formulários, o Censo Escolar de 2007, denominado de *Educacenso*, trouxe como inovação, além da nova formatação, a necessidade de ser respondido via *Internet*.

Analisando a organização do Questionário do Censo Escolar 2007 em formulários (ver Quadro 15, à página 320), verifica-se que este está dividido em 04 (quatro) formulários denominados de: (a) *Cadastro de Escola*; (b) *Cadastro de Turma*; (c) *Cadastro de Aluno*; (d) *Cadastro de Docente em Regência de Classe e Auxiliar de Educação Infantil*.

Comparativamente aos anos de 2005 e 2006 (ver Tabela 10, à página 353), constata-se um acréscimo no quantitativo de itens coletados, passando de 146 (cento e quarenta e seis), para 152 (cento e cinquenta e dois) em 2007.

Não obstante a existência de 04 (quatro) formulários no Censo Escolar de 2007, este estudo centra sua observação no formulário denominado de *Cadastro de Escola*, o qual concentra os dados referentes ao objeto de estudo, o *Edifício Escolar*.

O *Cadastro de Escola*, por sua vez, está subdividido em 07 (sete) partes denominadas de: (a) *Identificação*; (b) *Caracterização e Infra-Estrutura*; (c) *Equipamentos*; (d) *Recursos Humanos*; (e) *Programas FNDE – Livro Didático e Alimentação Escolar*; (f) *Dados Educacionais*; (g) *Educação de Jovens e Adultos – EJA (ano anterior)*; (h) *Autenticação*. Destas subdivisões, foram analisadas a *Identificação*, a *Caracterização e Infra-Estrutura*, *Equipamentos* e *Dados Educacionais*, pois concentram as informações relativas ao *Edifício Escolar*.

Na *Identificação*, estão inseridas questões de caráter cadastral, como nome da escola, endereço, município, dependência administrativa, localização (urbana/rural), etc.

Na *Caracterização e Infra-Estrutura*, estão inseridas questões referentes ao local de funcionamento da escola, ao compartilhamento do prédio ou não com outra escola, às dependências existentes, o número de salas de aula existentes na escola, o número de salas utilizadas como sala de aula e os aspectos relativos à infraestrutura de abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário e destinação do lixo, etc.

Nos *Equipamentos*, estão inseridas questões referentes aos equipamentos existentes na escola.

Nos *Dados Educacionais*, estão inseridas questões referentes às modalidades e etapas ofertadas na escola, aspectos sobre a Educação Indígena e ao atendimento educacional especializado.

Dos itens que compõem cada um dos blocos ou formulários anteriormente citados, foram analisados e comentados os seguintes: (a) Localização – Zona da Escola; (b) Níveis e Modalidades de Ensino; (c) Local e Funcionamento da Escola; (d) Entidade Proprietária do Imóvel; (e) Prédio Compartilhado com outra Escola; (f) Dependências Existentes na Escola; (g) Energia Elétrica; (h) Água; (i) Esgoto Sanitário; (j) Destinação do Lixo; (k) Salas de Aula Existentes e Salas de Aula Utilizadas.

LOCALIZAÇÃO – ZONA DA ESCOLA

Esta questão solicita a localização da escola ou na zona urbana, ou na zona rural do município. O zoneamento está presente em todos os questionários do período em estudo (ver Quadro 18, à página 324).

Ao se analisar a questão alusiva ao zoneamento da escola, ou seja, a informação quanto à sua localização urbana ou rural, constata-se o quanto isso pode induzir a respostas equivocadas. Primeiramente, com exceção do questionário de 2007, o qual adota em seu Caderno de Instruções a delimitação definida pelo IBGE, não há um maior esclarecimento sobre o que seriam zona urbana e zona rural e quais seriam os marcos delimitadores de ambas. Em muitos municípios, a zona urbana é delimitada por uma linha imaginária (perímetro urbano), instituída pelo Plano Diretor ou pela municipalidade, que, na maioria das vezes, considera como

zona urbana áreas que têm características eminentemente rurais, mas estão localizadas em espaços cuja ocupação urbana já avança naturalmente ou é incentivada dentro da política urbana municipal. Assim sendo, a questão referente ao zoneamento da escola deve receber um tratamento mais cuidadoso e esclarecedor, visando a facilitar o trabalho dos responsáveis pelo preenchimento do questionário, evitando assim incorreções nos dados do Censo.

Como a definição de zona urbana ou rural pode ser considerada difícil de ser balizada, principalmente em municípios de pequeno porte, onde, muitas vezes, as características urbanas e rurais se confundem ou estão muito próximas, faz-se importante a adoção de algum tipo de conceito para o zoneamento.

No portal¹⁴ do IBGE e no volume 25 da Série Relatórios Metodológicos, Metodologia do Censo democrático 2000, encontram-se algumas definições que podem ser utilizadas para o esclarecimento dessa problemática e são indicadas no LSE (Levantamento da Situação Escolar) e no Censo Escolar 2007 como referenciais para a escolha do zoneamento escolar.

Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.

Área urbana

Área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal. Para as cidades ou vilas onde não existe legislação que regulamente essas áreas, deve-se estabelecer um perímetro urbano para fins da coleta censitária, cujos limites devem ser aprovados pelo prefeito local.

Área urbana isolada

Área definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal.

Área rural

Área externa ao perímetro urbano.

Área urbanizada de cidade ou vila

São classificadas como área urbanizada aquelas legalmente definidas como urbana caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano; e aquelas reservadas à expansão urbana (p. 224).

Constata-se assim que, mesmo consideradas como áreas urbanas, as sedes municipais, as sedes distritais ou as áreas urbanas isoladas, o delimitador principal tende a ser o perímetro urbano, que engloba, no seu interior, a zona urbana e, no seu exterior, a rural.

¹⁴ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/notas_sintese.pdf

NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

Esta questão demanda informações sobre os níveis e modalidades que a escola oferece. Tais informações são importantes, pois a existência de um ou mais níveis e modalidades de ensino tendem a determinar o tamanho da unidade escolar, assim como as normatizações a que o edifício escolar deve obedecer, em nível municipal ou estadual, refletindo-se isso na dinâmica espacial da edificação.

Nos Quadros 16 e 17, às páginas 321 e 323, é possível visualizar os itens pesquisados, suas nomenclaturas e definições constantes nos questionários do Censo Escolar durante o período estudado.

De 1999 a 2006, enquanto a abordagem de alguns níveis e modalidades de ensino apresenta modificações, outras permanecem inalteradas. Está presente em todos os questionários a Educação Infantil; o Ensino Fundamental, com alterações a partir de 2004 referentes à transformação de 08 (oito) para 09 (nove) anos; o Ensino Médio, com modificações relativas a sua desvinculação e posterior reintegração à Educação Profissional; a Educação de Jovens e Adultos, com pequenas diferenças referentes à modalidade semipresencial/presença flexível; e a Educação Especial, com variações quanto à forma de organização/estruturação. Foram incluídas ou excluídas dos questionários, no período observado, as Classes de Alfabetização, retiradas a partir de 2004; o Curso Normal, presente nos questionários de 2001 a 2003; e a Educação Profissional, incluída nos questionários a partir de 2001.

Em 2007, as questões referentes aos níveis e modalidades de ensino, estão inseridas no subitem *Dados Educacionais*, destaca-se as questões sobre as *Modalidades (Ensino Regular, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos)* e as *Etapas (Educação Infantil – Creche e Pré-Escola; Ensino Fundamental – 08 anos e 09 anos; Ensino Médio – Médio, Integrado, Normal/Magistério e Educação Profissional; Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental e Ensino Médio)*.

LOCAL E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

Esta questão requer informações sobre o tipo de local em que a escola funciona (ver Quadro 19, à página 325), ou seja, sobre o projeto original do edifício que abriga o educandário. As opções de resposta são: *Prédio Escolar, Casa do Professor, Galpão/Rancho/Paiol/Barracão, Salas de Empresa, Salas em outra Escola, Templo/Igreja e Outros*, que constam como opções em todos os questionários do período. Já a opção *Terra Indígena*, considerando o período

abordado, consta somente em 1999 e a opção *Unidade de Internação* se inclui a partir de 2004, recebendo, em 2007, uma alteração para *Unidade de Internação/Prisional*. Um aspecto a ser evidenciado é que, em todos os questionários, foi possível a indicação de mais de uma opção, já que muitas escolas ocupam anexos ou até mesmo as suas ampliações, geralmente projetadas como um prédio escolar, diferem do prédio principal, muitas vezes projetado com outro fim e adaptado posteriormente para o uso educacional.

Com relação ao local de funcionamento, com exceção do Censo Escolar 2007, que conceitua os locais de funcionamento em seu Caderno de Instruções, os questionários falham por não disporem de uma conceituação para cada tipo de opção, assim como por não disponibilizarem as opções Prédio Comercial, Prédio Industrial e, principalmente, Prédio Residencial, já que é notória a existência de prédios residenciais adaptados para fins escolares. Outro fator que merece destaque é, certamente, a dificuldade de preenchimento das opções, já que o possível desconhecimento do projeto original do edifício que abriga a escola pode induzir a prováveis erros de preenchimento, pois muitas escolas localizadas em prédios construídos para outros fins e inúmeras vezes reformados, visando a adaptações para o seu novo uso, tendem a levar à crença de que a construção foi motivada para fins escolares, principalmente a pessoas leigas no assunto.

Assim sendo, esse item necessita um melhor esclarecimento e a orientação de que, ao preenchê-lo, o responsável pelo questionário busque, junto às Secretarias de Educação ou Secretarias de Obras, informações corretas e consistentes sobre o projeto original do edifício.

ENTIDADE PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL

Esta questão demanda informações sobre a esfera administrativa da entidade proprietária do imóvel que a escola ocupa, ou seja, se é do âmbito *Federal, Estadual, Municipal* ou *Particular*. No caso de a escola funcionar em mais de um imóvel, a pergunta deve ser respondida com base no prédio sede, observação esta que também tende a distorcer os resultados do Censo, pois pode ocultar informações sobre a cedência ou a locação de imóveis para o uso escolar. As opções, anteriormente citadas, estão inclusas nos questionários de 1999 a 2006. Em 2007 a questão referente à entidade proprietária do imóvel foi excluída do questionário (ver Quadro 19, à página 325).

FORMA DE OCUPAÇÃO DO PRÉDIO

Esta questão requer informações sobre a forma de ocupação do prédio (ver Quadro 19, à página 325). As opções disponibilizadas nos questionários de 1999 a 2006 são: *Próprio*, *Alugado* e *Cedido*. Nestes questionários, há uma breve definição das opções, conforme o quadro a seguir. Este item também ressalta que, no caso de a escola ocupar mais de um imóvel, a resposta seja baseada na situação ocupacional do prédio sede, o que também pode refletir-se nos dados estatísticos, visto que, existindo prédios anexos, esses podem ter outra situação ocupacional em relação ao prédio sede.

Quadro 28
Forma de Ocupação do Prédio
Questionários do Censo Escolar 1999-2006

Opção	Definição
Próprio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O prédio é de propriedade da escola.
Alugado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O prédio é de uso da escola por contrato de locação com prazo e preços determinados.
Cedido	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O prédio foi entregue para o uso da escola sem qualquer ônus.

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2006 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

PRÉDIO COMPARTILHADO COM OUTRA ESCOLA

Esta questão solicita informações sobre a forma do compartilhamento de prédios entre escolas, ou seja, casos em que duas escolas diferentes ocupam o mesmo prédio, geralmente uma no turno do dia e outra no turno da noite. Como exemplos, há na cidade de Pelotas, a Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Pedro Osório, que utiliza o prédio durante o dia, e a Escola Técnica Estadual João XXIII, que o utiliza no turno da noite. Tal situação encobre a existência de uma escola sem prédio. Nesse caso, a escola do turno da noite não possui um prédio de sua propriedade para o seu funcionamento e a outra, do turno do dia, não pode expandir seu funcionamento para a noite, pois seu prédio está ocupado.

Esse item, analisado sob outro enfoque, pressupõe a existência de escolas sem prédio, ou, ainda, de escolas que poderiam ter sua estrutura administrativa enxugada, visto que a escola *detentora* do prédio poderia ter sua atuação expandida para o turno ocupado pela outra, fundindo-se duas escolas em uma.

O compartilhamento do prédio (ver Quadro 19, à página 325) foi inserido nos questionários a partir de 2001, sendo que, em 2004, começou a ser solicitado o código (código do INEP) da escola com a qual compartilha o prédio.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito à maneira como a pergunta tem sido apresentada em todos os questionários. Apenas se solicita a informação sobre a existência de um compartilhamento ou não, conduzindo a uma falta de clareza sobre a relação entre as escolas, pois não se esclarece qual delas detém a posse real do prédio e qual o utiliza por empréstimo.

DEPENDÊNCIAS EXISTENTES NA ESCOLA

Esta questão demanda informações sobre quais são as dependências existentes na escola (ver Quadro 20, à página 326), oferecendo diversas opções de dependências, para que sejam assinaladas, no caso de existirem na escola.

Analisando-se a questão de 1999 a 2007, é possível constatar a inclusão, a exclusão e a alteração na nomenclatura de diversos ambientes. Estão presentes em todos os questionários: *Biblioteca* (em 2004 figurou em uma questão em separado e em 2007 apareceu conjugada com a *Sala de Leitura*), *Cozinha*, *Dependências e Vias para Portadores de Necessidades Especiais*, *Diretoria*, *Laboratório de Ciências*, *Laboratório de Informática*, *Parque Infantil*, *Quadra de Esportes* (com uma divisão em *Coberta* ou *Descoberta* de 2001 a 2006), *Sala de Professores*, *Sanitário Adequado a Portadores de Necessidades Especiais*, *Sanitário Dentro do Prédio*, *Sanitário Fora do Prédio*, e a opção *Nenhuma das Dependências Relacionadas*.

Outras dependências foram incluídas e uma foi excluída no período abordado. Em 2000, o *Pátio Coberto* figurou pela última vez no questionário. De 2001 a 2006, estiveram nos questionários o *Almoxarifado*, a *Cantina*, a *Piscina* e a *Sala de Leitura*. A *Sala de Leitura*, em 2004, figurou em uma questão em separado, conjuntamente com a *Biblioteca* e, em 2007, apareceu conjugada com esta (*Biblioteca/Sala de Leitura*). De 2004 a 2006, estiveram inclusos o *Auditório*, a *Brinquedoteca*, o *Fraldário*, o *Ginásio de Esportes*, a *Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos* e o *Solário*.

A introdução de novas dependências nos questionários do Censo Escolar, principalmente em 2001 e 2004, proporcionou um conhecimento mais abrangente dos edifícios escolares, porém tais mudanças não contribuíram para um conhecimento qualitativo desses, pois, nos questionários, esse viés não foi

contemplado, já que a questão apenas solicitava que fossem assinaladas as dependências existentes.

Já a exclusão do Pátio Coberto dos questionários a partir de 2001 é merecedora de destaque, visto que tal dependência cumpre um papel muito significativo na qualidade dos momentos de lazer dos alunos. Não se deve esquecer a diversidade climática existente (calor, frio, sol e chuva) e, principalmente, que corredores e saguões não são espaços adequados para os momentos de descanso e recreação dos alunos e dos professores e servidores da escola.

Em 2007, diversos ambientes que figuraram em todos os questionários de 1999 a 2006 foram excluídos do levantamento, sendo eles: o *Berçário*, o *Depósito de Alimentos*, o *Dormitório*, os *Outros Laboratórios/Oficinas*, o *Refeitório*, a *Sala para TV/Vídeo*, o *Sanitário Adequado a Pré-Escola*, a *Secretaria* e a *Videoteca*. Se por um lado a significativa redução do número de ambientes levantados no questionário de 2007 certamente contribuiu negativamente para o conhecimento mais abrangente dos edifícios escolares, por outro lado, a inclusão no Caderno de Instruções de uma conceituação dos ambientes, facilitou o preenchimento do mesmo.

Mesmo que outros ambientes tenham sido incluídos no período, verifica-se a ausência da opção *Pátio Descoberto* ou de ambientes de trabalho em grupo (direção e coordenadores) e de um quadro que defina cada uma das dependências listadas (aspecto este contemplado no questionário de 2007), pois tal deficiência pode conduzir a equívocos no momento do preenchimento do instrumento de pesquisa, já que, em nenhum dos questionários, há orientações sobre espaços que abrigam dois tipos diferentes de ambientes. O único cuidado exigido é a verificação dos ambientes que foram assinalados nos anos anteriores, exigência sem maiores esclarecimentos.

Conseqüentemente, o simples preenchimento das opções, ainda que aparentemente correto, não traduz a real situação da rede de edifícios escolares, pois não contempla nenhum aspecto qualitativo e, ainda, induz a erros ou equívocos. A solução para o problema relativo à caracterização e infra-estrutura da escola poderia passar pela sua retirada dos questionários do Censo e subsequente transferência para o LSE (ver página 272), o qual assumiria essa função, certamente com resultados muito mais satisfatórios, pois o mesmo, além dos aspectos quantitativos, também levanta dados que contribuem para um conhecimento qualitativo dos espaços escolares.

Ainda na *Caracterização Física da Escola* (1999-2006), algumas informações solicitadas são merecedoras de destaque. Elas se referem aos equipamentos de copa e cozinha, aos equipamentos utilizados na escola e aos equipamentos de informática.

Presentes em todos os questionários do período 1999-2006, as questões solicitam informações sobre os equipamentos de copa/cozinha em uso na escola, sobre os equipamentos (em geral) e sobre as tecnologias de informação e comunicação utilizadas na escola. Essas questões apresentaram alterações ao longo do período analisado, através da inclusão ou exclusão de equipamentos, alteração de nomenclaturas, além de mudanças e inserções de perguntas (ver Quadros 22 e 23, às páginas 329 e 330).

A questão referente aos equipamentos de copa e cozinha abordou, no período 1999-2003, o tema *Utensílios de Copa e Cozinha em Uso na Escola*, solicitando apenas que fossem assinalados, entre os listados, quais equipamentos estariam em uso na escola, não sendo solicitada a quantidade desses.

Na questão relativa aos equipamentos utilizados na escola, a pergunta apresentou diversas alterações durante o período estudado. De 1999 a 2003, o título era *Equipamentos em Uso na Escola*, porém a nota explicativa existente apresentou modificações. Em 1999 e 2000, a nota solicitava que se informasse as quantidades dos equipamentos que a escola possuía e, de 2001 a 2003, que se informasse as quantidades dos equipamentos que a escola utilizava. Essa última nota explicativa se manteve até 2006. Em 2004 e 2005, o título da pergunta foi *Equipamentos em Condições de Uso na Escola* e, em 2006, *Equipamentos Utilizados na Escola*. Embora as alterações pareçam pequenas, demonstram uma mudança de enfoque na pergunta, pois o fato de a escola possuir um equipamento não significa que o utilize, o que pode mascarar as informações.

A questão relativa às tecnologias de informação e comunicação utilizadas na escola passou por inúmeras transformações durante o período 1999-2006 (ver Quadros 24 e 25, às páginas 331 e 332). Esse levantamento pode ser considerado bastante abrangente, visto que engloba informações sobre os equipamentos em uso na escola, conexão à *Internet*, localização e uso dos equipamentos.

No Censo de 2007, o levantamento sobre os equipamentos existentes na escola, surge como um subitem do formulário *Cadastro de Escola* e coleta as seguintes informações: (a) *Equipamentos Existentes na Escola (Aparelho de*

Televisão, Videocassete, DVD, Antena Parabólica, Copiadora, Retroprojektor, Impressora e Impressora Braille; Computadores (Possui ou Não Possui); Quantidade de Computadores na Escola, Quantidade de Computadores de Uso Administrativo; Quantidade de Computadores para Uso dos Alunos; Acesso à Internet (Sim ou Não). Constata-se, portanto, uma significativa redução no quantitativo de informações coletadas comparativamente aos questionários do período 1999-2006.

Não obstante tais itens estejam diretamente vinculados à questão espacial, a sua presença ou ausência tem reflexo nos espaços escolares. Uma escola de maior porte certamente demanda a existência, por exemplo, de uma cozinha com maiores dimensões devido à necessidade de um quantitativo de equipamentos mais pujante. Por outro lado, uma escola para ser considerada como bem aparelhada em equipamentos de informática necessita de uma boa infra-estrutura para o uso eficaz de tais tecnologias. Tais assertivas levam a constatação de que todas as escolas deveriam, nas suas instalações, ter igualdade de condições.

Ainda que o levantamento de diferentes equipamentos possibilite a construção de um diagnóstico do aparelhamento da rede escolar, a ausência de informações qualitativas e, até mesmo, quantitativas com respeito a alguns itens compromete a confiabilidade do diagnóstico. Mais uma vez se percebe a necessidade de uma reestruturação desse bloco, o qual poderia ser substituído pelo LSE.

Também nos aspectos referentes à infra-estrutura, as questões sobre abastecimento de energia elétrica, água e esgoto, além da destinação do lixo, são itens importantes.

Os itens sobre abastecimento de energia elétrica, água e esgoto estiveram presentes em todos os questionários, durante o período abordado, acrescentando-se apenas opções de abastecimento, sendo que, apenas no questionário de 2007 houve a caracterização de cada um deles, o que certamente dificultou o preenchimento dos questionários de 1999 a 2006, gerando respostas erradas ou equivocadas. Os questionários também não proíbem, nem tornam evidentes, a possibilidade de se marcar mais de uma opção, recurso necessário quando da existência de mais de uma forma e/ou fonte de abastecimento. Com relação à destinação do lixo, esta foi incluída nos questionários a partir de 2001, com alterações em 2004 e 2007. A falta de uma caracterização de cada uma das opções

até 2006, certamente pode ter sido geradora dos mesmos equívocos anteriormente destacados.

ENERGIA ELÉTRICA

Esta questão solicita informações sobre quais são as fontes/formas de abastecimento de energia elétrica da escola (ver Quadro 26, à página 334). Na questão, são disponibilizadas várias opções, como *Rede Pública*, *Gerador* (a partir de 2005 houve a mudança de *Gerador Próprio* para *Gerador*), *Energia Solar* (presente nos questionários de 2000 a 2006), *Energia Eólica* (presente nos questionários de 2004 a 2006), *Outros (Energia Alternativa)* (incluída no questionário de 2007) e *Inexistente*. Também faz parte do levantamento, até 2006, a voltagem da rede, 110 ou 220 volts.

ÁGUA

Esta questão requer informações sobre as fontes/formas de abastecimento de água da escola (ver Quadro 26, à página 334). Na questão, são disponibilizadas várias opções, como *Rede Pública*, *Cacimba/Cisterna/Poço*, *Caminhão Pipa* (incluída a partir de 2005), *Fonte/Rio/Igarapé/Riacho/Córrego* (até 2000, constava na opção apenas o termo *Fonte*) e *Inexistente*.

ESGOTO SANITÁRIO

Esta questão demanda informações sobre quais são as formas de esgoto sanitário (ver Quadro 26, à página 334). Nela são disponibilizadas várias opções, como *Rede Pública*, *Fossa* e *Inexistente*.

DESTINAÇÃO DO LIXO

Esta questão solicita informações sobre a destinação dada ao lixo da escola (ver Quadro 26, à página 334). Nessa são disponibilizadas várias opções, como *Coleta Periódica*, *Enterra* (incluída a partir de 2004), *Joga em outra Área*, *Queima*, *Recicla*, *Reutiliza* (presente nos questionários de 1999 a 2006) e *Outros* (incluída no questionário de 2007). Nesta questão observa-se a ausência de opções ou referências a coleta seletiva do lixo ou a destinação a cooperativas solidárias de reciclagem.

SALAS DE AULA EXISTENTES E SALAS DE AULA UTILIZADAS

Na questão *Número de Salas de Aula Existentes*, de 1999 a 2006, são solicitadas informações (quantidade) de salas denominadas *Permanentes* e *Provisórias* (ver Quadro 27, à página 335). Em 2007, a solicitação restringe-se ao *Número de Salas de Aula Existentes na Escola*. Já na questão *Número de Salas de Aula Utilizadas*, de 1999 a 2006, são solicitadas informações (quantidade) das salas localizadas *No Prédio* ou *Fora do Prédio* (ver Quadro 27, à página 335). Em 2007, não há separação entre as salas localizadas dentro ou fora do prédio, há apenas a solicitação do *Número de Salas Utilizadas como Sala de Aula (dentro e fora do prédio)*.

No quadro a seguir, é possível verificar a definição dada aos tipos de salas existentes, como suporte para o preenchimento do questionário.

Quadro 29
Salas de Aula Existentes
Questionários do Censo Escolar 1999-2006

Opção	Definição
Permanentes	▪ Salas de aula construídas ou adaptadas para uso permanente na atividade de ensino-aprendizagem.
Provisórias	▪ Salas adaptadas provisoriamente para a atividade de ensino-aprendizagem.

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2006 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Não obstante o esclarecimento do que sejam *salas permanentes* ou *provisórias*, tal elucidação não resolve de forma adequada as dúvidas que podem advir. Primeiramente seria importante ao responsável pelo preenchimento do questionário obter a planta baixa original do prédio ou a disponível junto às Secretarias de Educação ou de Obras. Afinal, pela definição dada às *Salas Permanentes*, pressupõe-se que o caráter provisório se torna permanente, conseqüentemente, fica difícil distinguir corretamente o permanente do provisório, devido à dinâmica escolar, com efeitos diretos nas mudanças espaciais da escola.

Há escolas que têm acréscimos ou extinção de níveis ou modalidades de ensino, aumento ou diminuição de alunos, tudo com reflexo na demanda por salas de aula. Não seria mais coerente considerar como permanentes as salas projetadas para tal? Enfim, a sala *permanente-provisória* de hoje poderá não ser necessária amanhã.

É importante salientar que salas ocupadas provisoriamente provavelmente provêm da desocupação/desativação de outros ambientes, muitas vezes considerados não prioritários ou subutilizados. Seria interessante constar junto à informação referente a salas provisórias quais ambientes foram desativados para que o espaço apresentasse um novo fim.

Finalizando esta breve análise sobre os itens dos *Questionários do Censo Escolar* constata-se que há um enfoque basicamente quantitativo, ou simplesmente de “indicativo”, sim e não. Se por um lado, propicia a construção de um amplo diagnóstico numérico da realidade educacional, por outro, oculta deficiências que somente ficariam evidentes se o questionário buscasse conciliar o quantitativo com o qualitativo, principalmente nas questões referentes à infra-estrutura física.

Portanto, não obstante as dificuldades detectadas cumpre destacar a importância dos *Questionários do Censo Escolar* na construção de uma panorama da educação brasileira. Apesar de não incluir uma avaliação qualitativa, os *Questionários do Censo Escolar* são uma fonte expressiva de coleta de dados que permitem uma noção da qualidade da infra-estrutura escolar. Por isso o *Censo Escolar* tem um papel de suma importância para gestores, pesquisadores e para a sociedade, na elaboração, sugestão e reivindicação de políticas públicas educacionais. Indiscutivelmente, necessita o *Censo Escolar* ser aprimorado, tornar-se mais qualitativo, quem sabe, transferir para o instrumento denominado Levantamento da Situação Escolar uma série de itens, principalmente os referentes à *Caracterização Física das Escolas* (ver página 272). Assim seria evitada a dupla coleta de dados e possibilitado um melhor conhecimento da rede de escolas, pois o LSE, além dos dados quantitativos, também conduz a um conhecimento qualitativo dos estabelecimentos de ensino.

5.2 Os Microdados do Censo Escolar

Para a elaboração do diagnóstico da rede escolar estadual do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2006, foram utilizados os Microdados do Censo Escolar do

período 1999 a 2007¹⁵, que nada mais são do que o conjunto de informações que cada uma das escolas estaduais fornece por meio do Censo Escolar.

Para a construção deste diagnóstico, foram elaboradas 68 (sessenta e oito) tabelas, conforme a explanação feita no capítulo 05, à página 113. Para uma melhor apreciação dos dados coletados e organizados, optou-se pela elaboração de considerações a partir de cada tabela ou conjunto de tabelas, que poderão estar agrupadas, conforme a afinidade existente entre elas.

MATRÍCULA INICIAL

- Tabela 11 – Matrícula Inicial na Rede Estadual do Rio Grande do Sul, segundo os Níveis e Modalidades de Ensino (página 355).

Considerações:

Ao se analisar a matrícula inicial da rede estadual no período 1999-2007 (ver Gráfico 1, à página 131), constata-se que essa, após uma linha ascendente de 1999 a 2002, entra em declínio, chegando a 2007 com um número de matriculados inferior ao de 1999.

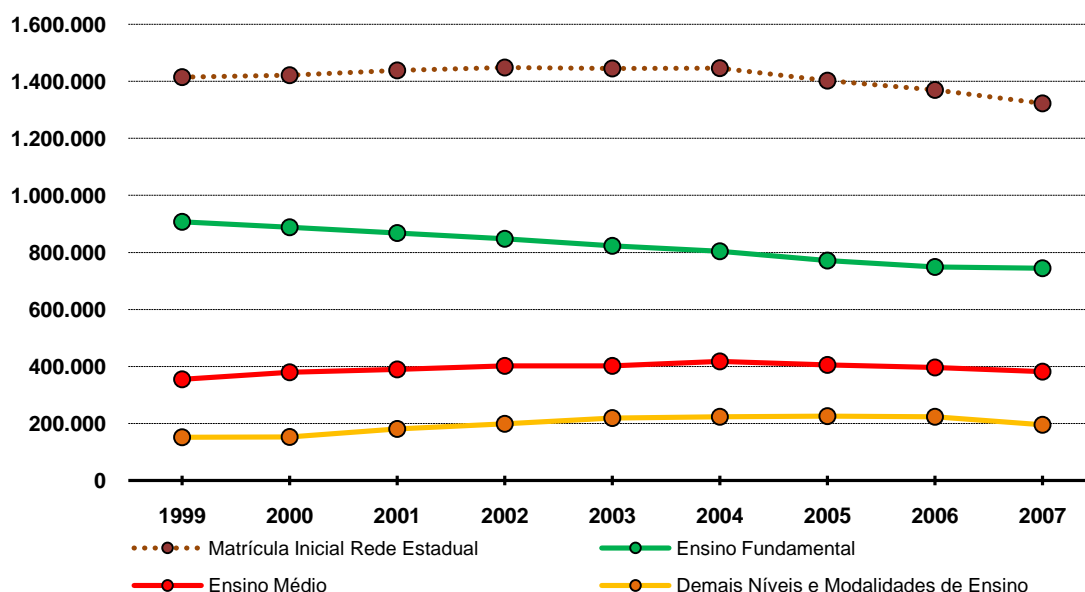
Verifica-se que a diminuição de matrículas ocorre principalmente no Ensino Fundamental, mas também no Ensino Médio, não obstante este ter aumentado sua participação na matrícula estadual. A diminuição verificada no Ensino Fundamental parece ser uma tendência irreversível, principalmente em decorrência da municipalização e do fechamento de escolas de Ensino Fundamental da rede estadual, como da correção no fluxo escolar, ou seja, pela diminuição das taxas de repetência, como, em muitos casos, de menores taxas de natalidade.

Quanto ao Ensino Médio, este apresenta também uma diminuição em números absolutos, apesar de apresentar um crescimento em números relativos. Seria esperado que a matrícula no Ensino Médio tivesse crescido bastante em números absolutos e relativos, porque à medida que aumenta a conclusão do Ensino Fundamental, o Ensino Médio deveria tornar-se progressivamente obrigatório (Constituição Federal, art. 208 e Lei n.º 9394/96, art. 4.º). No entanto,

¹⁵ Não obstante o período abordado neste estudo compreender os anos de 1999 a 2006, para que o levantamento pudesse mostrar de forma mais fidedigna a evolução ocorrida no intervalo estudado, optou-se por incluir os *Microdados do Censo Escolar* de 2007 e, conseqüentemente, o questionário de igual ano. Tal decisão fundamenta-se no fato de que o questionário de 2006 reflete, conforme a carta de apresentação do *Censo Escolar* dirigida aos Diretores de escolas e assinada pelo Ministro da Educação Fernando Haddad, "a situação existente no Dia Nacional do Censo Escolar, que é a última quarta-feira do mês de março". Portanto, a não inclusão do ano de 2007 neste estudo, não contemplaria um espaço de 09 (nove) meses comprometendo assim esta investigação (p. 92-3).

diferentemente do que se verifica no Brasil, no período estudado, o Rio Grande do Sul não conseguiu promover a expansão do Ensino Médio, o que é fato lastimável para a democratização da educação.

Gráfico 1
Matrícula Inicial Rede Estadual
1999-2007



Fontes:
Microdados Censo Escolar 1999-2007

DINÂMICA ESCOLAR

- Tabela 12 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio), segundo sua Situação (Abertura, Fechamento e/ou Municipalização) (página 356).
- Tabela 13 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio), segundo as Alterações no Nível de Ensino e Zoneamento (página 357).

Considerações:

A partir do observado nas Tabelas 12 e 13, é possível constatar que um expressivo número de escolas, ao longo do período estudado, abriram, fecharam, ou foram municipalizadas, passaram a ofertar, ou deixaram de ofertar o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio.

O significativo aumento de escolas que começaram a ofertar o Ensino Médio vai ao encontro do constatado na Tabela 11, à página 355, onde é possível verificar o crescente aumento da participação do Ensino Médio na matrícula estadual. Já o fechamento, municipalização ou término da oferta de Ensino Fundamental, principalmente na zona rural, é indiscutivelmente o reflexo tanto do êxodo rural, como da urbanização com redefinição de áreas rurais como urbanas. Também pode-se perceber um novo perfil na matrícula estadual, com o aumento em números relativos da matrícula no Ensino Médio, em detrimento de uma diminuição em números absolutos e relativos da matrícula no Ensino Fundamental. A rede estadual tende a concentrar-se mais no Ensino Médio.

Outro fator merecedor de destaque é o significativo número de escolas que ora são rurais, ora são urbanas. No período 1999-2007, 184 (cento e oitenta e quatro) escolas rurais foram alteradas para urbanas e 202 (duzentos e duas) fizeram a transformação inversa. É importante destacar que tais mudanças ocorreram mais de uma vez com a mesma escola, o que evidencia uma dificuldade referente à identificação da escola como localizada em zona urbana ou rural, fato já destacado no capítulo anterior, pois os questionários do Censo Escolar, de 1999 a 2006, não tratam dessa questão com muita clareza. Tais mudanças, ocorridas diversas vezes, também poderiam estar vinculadas a algum tipo de problema de ordem técnica no momento da compilação dos dados.

Independentemente da segunda possibilidade, é evidente a dificuldade de localização, por parte dos responsáveis pelo preenchimento dos questionários, quanto ao zoneamento de suas escolas. Provavelmente muitas escolas ditas urbanas estão inseridas em uma realidade rural, ocorrendo também o inverso. Somente o conhecimento da demarcação dos limites do perímetro urbano poderia resolver ou minimizar tal dificuldade. Para tanto, os questionários do Censo Escolar deveriam esclarecer de forma objetiva o que é urbano e o que é rural, sob pena de se compilarem resultados que podem não refletir a real situação.

ESCOLAS ESTADUAIS E ZONEAMENTO

- Tabela 14 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 358).

Considerações:

Na Tabela 14, é possível comprovar que, apesar do avanço do Ensino Médio, o número de escolas com Ensino Fundamental ainda é maioria nas escolas da rede estadual. Em 1999, de um total de 2.995 escolas, 2.869 ofertavam o Ensino Fundamental (95,79%) e 648 o Ensino Médio (21,64%). Já em 2007, de um total de 2.815 escolas, 2.648 ofertavam o Ensino Fundamental (96,29%) e 995 o Ensino Médio (36,18%). Sob a ótica dos estabelecimentos, podemos considerar este avanço do Ensino Médio significativo e a diminuição da oferta do Ensino Fundamental discreta, nos estabelecimentos estaduais.

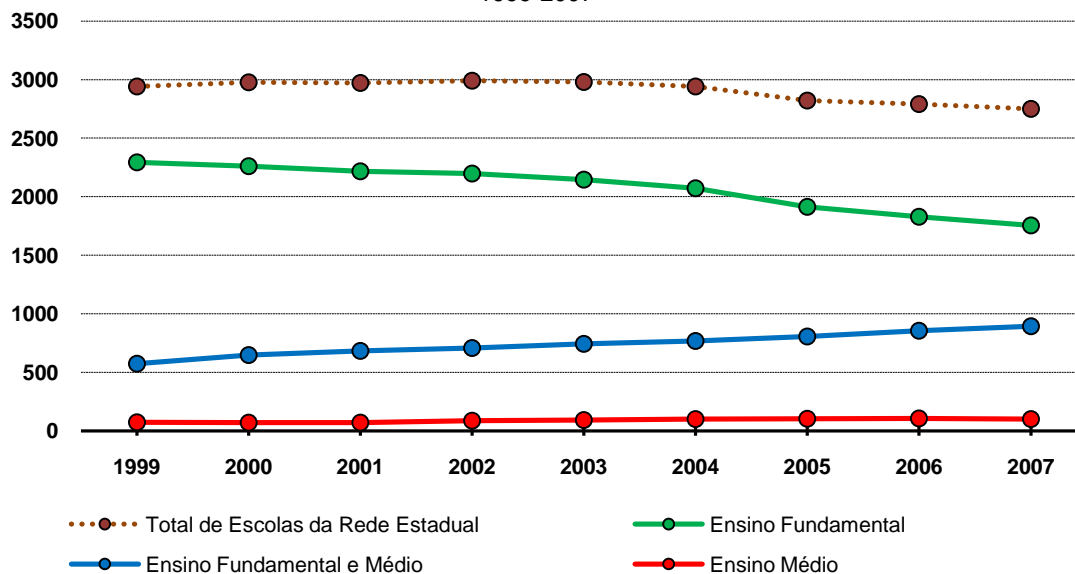
O avanço do Ensino Médio na rede estadual vai ao encontro do verificado no aumento da matrícula desse nível de ensino, assim como no acréscimo de escolas de Ensino Fundamental que passaram a ofertar também o Ensino Médio.

Com relação ao zoneamento das escolas, apesar das constatações observadas na Tabela 13, à página 357, é possível verificar que há uma maior concentração de escolas nas zonas urbanas, cuja participação evoluiu de 62,68%, em 1999, para 67,35% em 2007. Um avanço significativo em números absolutos e relativos se observa nas escolas com oferta de Ensino Médio na zona rural, pois, em 1999, essas eram 15 (quinze) escolas, passando, em 2006, para 65 (sessenta e cinco), ou seja, houve um aumento de 333% no número de escolas estaduais com a oferta de Ensino Médio localizadas na zona rural.

Com os Gráficos 2, 3 e 4, é possível estabelecer o comportamento das escolas estaduais no período 1999-2007.

No Gráfico 2, quando analisadas no conjunto, observa-se que a linha balizadora para as escolas de Ensino Fundamental no período tem um comportamento descendente, porém para as Escolas de Ensino Fundamental e Médio o seu comportamento é ascendente. Já para os estabelecimentos de Ensino Médio, apesar de a linha possuir um comportamento ascendente, sua evolução é mais discreta.

Gráfico 2
Número de Escolas da Rede Estadual
1999-2007



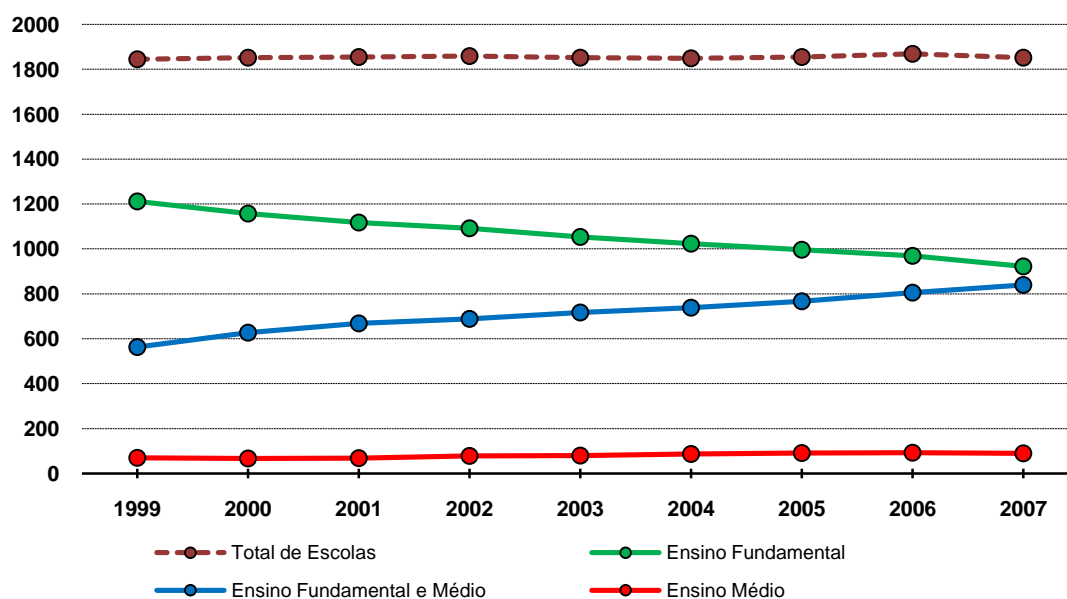
Fontes:
Microdados Censo Escolar 1999-2007

Nos Gráficos 3 e 4, que analisam as escolas separadamente segundo o zoneamento, urbano ou rural, verifica-se que o comportamento apresentado é totalmente diverso.

Para as escolas urbanas (Gráfico 3), é possível constatar uma pequena evolução positiva no conjunto de escolas e nas de Ensino Médio, porém para as demais, a linha balizadora apresenta uma evolução mais evidente. Para as de Ensino Fundamental, descendente; e para as de Ensino Fundamental e Médio, ascendente.

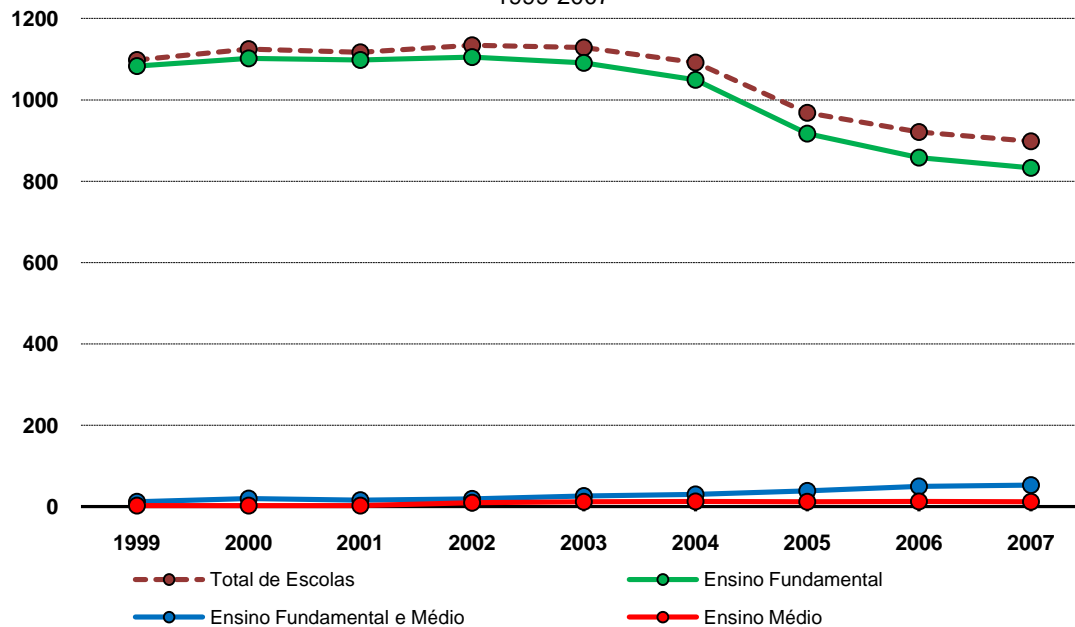
Para as escolas rurais (Gráfico 4), é visível que o número total de estabelecimentos cresceu até 2002, entrando em significativo declínio a partir desse ano. Com relação às escolas de Ensino Fundamental, as quais apresentam a maioria na zona rural, constata-se que a partir de 2002, estas entram em uma linha descendente, com uma inclinação mais acentuada a partir de 2003. Ainda, neste gráfico, é possível inferir que as escolas de Ensino Fundamental e Médio, a partir de 2001, entram em uma linha ascendente e as de Ensino Médio apresentam um comportamento praticamente estável.

Gráfico 3
Número de Escolas Estaduais da Zona Urbana
1999-2007



Fontes:
Microdados Censo Escolar 1999-2007

Gráfico 4
Número de Escolas Estaduais da Zona Rural
1999-2007



Fontes:
Microdados Censo Escolar 1999-2007

A partir do observado nos gráficos podemos inferir que o número total de escolas estaduais apresenta um decréscimo mais significativo na zona rural e as escolas de Ensino Fundamental diminuem tanto na zona urbana como na rural. Já as escolas de Ensino Fundamental e Médio apresentam uma evolução positiva,

mais significativa na zona urbana e as de Ensino Médio demonstram um progresso mais ponderado.

NÚMERO DE ALUNOS

- Tabela 15 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 359).
- Tabela 16 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental), e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 360).
- Tabela 17 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 361).
- Tabela 18 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 362).

Considerações:

Nas Tabelas 15 a 18, as escolas se classificam segundo o número de alunos. Tal divisão propicia uma vinculação do número de alunos ao porte da escola, gerando, assim, uma classificação denominada: muito pequeno porte (até 50 alunos), pequeno porte (51 a 100), médio porte (101 a 300) e grande porte (mais de 300 alunos).

Observando-se a rede estadual na sua totalidade (Tabela 15, à página 359), verifica-se que as escolas de grande porte (mais de 300 alunos), que, em 1999, representavam 49,80%, (1.465 de 2.942), em 2007, evoluíram para 53,06% (1.459 de 2.750). Caso se agrupem as escolas de médio e grande porte, constata-se uma prevalência ainda mais significativa, das escolas maiores. Ou seja, se, em 1999 estas representavam 72,85% das escolas (2.143 de 2.942), em 2007, o percentual

evoluiu para 76,11% (2.093 de 2.750), não obstante a diminuição de estabelecimentos estaduais.

Apesar da preponderância das escolas de médio e de grande porte, as escolas com menos de 50 alunos (muito pequeno porte) representavam, em 1999, 21,07% das escolas estaduais (620 de 2.942), percentual que caiu, em 2007, para 15,24% (419 de 2.750). Tais números são ainda significativos no contexto estadual, visto que os estabelecimentos de 51 a 100 alunos (pequeno porte), mesmo tendo aumentado a sua participação no período, mantiveram-se com os menores percentuais.

Sob a ótica do zoneamento, a zona urbana concentrava, em 2007, 76,62% das escolas de grande porte (1.419 de 1.852), que, somadas às de médio porte, resultava em um percentual de 97,68% das escolas (1.809 de 1.852). Já a zona rural apresentava uma realidade inversa, ou seja, as escolas pequenas predominavam, em 2007, sendo que 45,32% das escolas (407 de 898) eram de muito pequeno porte, e, somadas às de pequeno porte, representavam 68,37% (614 de 898).

Observando-se as escolas de Ensino Fundamental (Tabela 16, à página 360), constata-se que, em 2007, as escolas de médio e grande porte representavam 63,25% das escolas (1.110 de 1.755). Na zona urbana, a prevalência era de escolas de médio e grande porte, com 96,31% (888 de 922) e, na zona rural, sobressaem-se as escolas de muito pequeno e pequeno porte, 73,35% (611 de 833), sendo que somente as de muito pequeno porte eram 48,62% (405 de 833).

Com relação às escolas de Ensino Fundamental e Médio (Tabela 17, à página 361), constata-se que predominavam as escolas de grande porte, as quais, em 1999, eram 96,35% das escolas (554 de 575) e, em 2007, 88,58% (791 de 893). Já as escolas de muito pequeno e pequeno porte, que inexistiam em 1999, apresentam-se, em 2007, respectivamente, com 02 (dois) e 04 (quatro) estabelecimentos. Na zona urbana, em 2007, havia uma prevalência de escolas de grande porte, 91,07% (765 de 840) e, na zona rural, uma distribuição bastante equilibrada entre escolas de grande porte e escolas de médio porte, ambas com 49,06% (26 de 53).

Entre as escolas de Ensino Médio, os números encontrados mostram significativas alterações no período estudado. Se, em 1999, as escolas de médio e grande porte eram a maioria, 98,63% (72 de 73), em 2007, o percentual apresentou uma pequena redução para 94,12% (96 de 102). A exemplo das situações anteriores

(2007), na zona urbana, as escolas de médio e grande porte eram a maioria, 95,56% (86 de 90), na zona rural, predominavam as escolas de médio porte, com 50,00% das escolas (06 de 12), seguindo-se as de grande porte, com 33,34% (04 de 12).

A partir da análise das quatro tabelas, pode-se constatar que, em todas as situações, na rede estadual, há uma prevalência, em números absolutos e relativos, das escolas de médio e grande porte, principalmente entre as escolas de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio. Com relação ao zoneamento, observa-se o predomínio dos estabelecimentos de médio e grande porte na zona urbana. Já na zona rural, as escolas de muito pequeno e pequeno porte são a maioria apenas entre as de Ensino Fundamental. Nos demais tipos de escolas, há uma proximidade numérica entre as escolas de médio e grande porte.

LOCAL DE FUNCIONAMENTO

- Tabela 19 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 363).
- Tabela 20 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 365).
- Tabela 21 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 367).
- Tabela 22 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 369).

Considerações:

Nas Tabelas 19 a 22, observa-se que, em todas as situações estudadas, há um predomínio da opção *Prédio Escolar* como Local de Funcionamento dos estabelecimentos. Esta prevalência, quer na rede analisada como um todo, quer na

análise feita a partir do tipo de escola, supera quase sempre o percentual de 90%, com um único senão nas escolas de Ensino Médio. Estas, em 1999, funcionavam em 93,15% dos estabelecimentos (68 de 73) em prédios escolares. Porém, em 2007, tal percentual diminuiu para 72,55% (74 de 102), em função do aumento do número de estabelecimentos que funcionavam em prédios classificados como *Mistos* e representavam 20,59% (21 de 102) em 2007, ou seja, a oferta de Ensino Médio está crescendo, porém sem o devido investimento em prédios próprios e com projeto adequado a este nível de ensino. Contata-se que a demanda por espaço físico vem sendo atendida, ora pela cedência de locais em outras escolas, ora pela ampliação de prédios com características mistas (com mais de um tipo de local de funcionamento), os quais caracterizam-se como edificações geralmente adaptadas para fins escolares.

Com relação ao zoneamento, os números apresentados seguem a tendência geral, ou seja, a localização em prédios escolares é prevalente na zona urbana e na zona rural.

Em virtude dos números encontrados, que evidenciam uma predominância maciça de estabelecimentos funcionando em prédios escolares no ano de 2007, alguns questionamentos precisam ser feitos. Na Tabela 06, à página 350, conforme dados obtidos junto à rede estadual na cidade de Pelotas, relativos ao ano de 2000, havia um percentual de 19,56% de estabelecimentos escolares estaduais (09 de 46) funcionando em prédios construídos para fins residenciais, ou seja, apenas 80,44% das escolas ocupavam edifícios projetados para fins escolares. Em função da discrepância dos percentuais encontrados, seria provavelmente a ocupação de prédios residenciais por escolas apenas uma característica da cidade de Pelotas, visto que a cidade teve uma urbanização mais antiga, com a construção de grandes residências durante o seu apogeu econômico. Com o declínio da economia pelotense, o Poder Público ao não investir na construção de novos prédios escolares, principalmente na zona central da cidade, opta pelo aluguel ou pela compra de antigos casarões, resquícios de uma burguesia falida, porém, ainda influente.

Outro aspecto a ser considerado, está no conhecimento pleno, ou não, pelos responsáveis pelo preenchimento dos questionários do Censo Escolar, do projeto original do edifício ocupado por suas escolas. Não se pode esquecer que inúmeros prédios, devido a uma sucessão de reformas, ampliações e/ou adaptações, acabam

tendo a sua função original descaracterizada, dando a sensação de que foram projetados para a finalidade atual, não obstante terem sido projetados para outras funções.

Assim sendo, a não disponibilidade de opções como prédio residencial ou comercial, a vinculação do local de funcionamento ao prédio (ou bloco) principal, o possível desconhecimento por parte dos responsáveis pelo preenchimento do questionário do histórico da edificação e as inúmeras intervenções sofridas pelo edifício, na tentativa de adaptá-lo à nova função, poderiam induzir à escolha pela opção *prédio escolar*, ainda que não fosse essa a finalidade do projeto original da edificação.

Por conseguinte, a prevalência da opção *Prédio Escolar*, na quase totalidade das escolas, como local de funcionamento, não necessariamente pode ser considerada como um resultado altamente positivo, visto que possíveis vícios originados no questionário em si ou, ainda, no momento de seu preenchimento, podem na verdade esconder números menos significativos.

ENTIDADE PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL¹⁶

- Tabela 23 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 371).
- Tabela 24 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 372).
- Tabela 25 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 373).
- Tabela 26 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 374).

¹⁶ A Entidade Proprietária do Imóvel não foi pesquisada no Censo Escolar de 2007.

Considerações:

Nas Tabelas 23 a 26, constata-se que há um predomínio, durante todo o período estudado, da esfera Estadual como proprietária dos imóveis. Essa prevalência da esfera Estadual se traduz em percentuais geralmente superiores a 95%, seja na análise efetuada sobre o total das escolas, seja na observação segundo o tipo (Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio).

A única exceção encontrada diz respeito às escolas de Ensino Médio, cujo percentual mínimo encontrado (2006) foi de 83,02% (88 de 106) dos imóveis pertencentes à esfera estadual.

Apesar da prevalência da esfera Estadual como proprietária dos imóveis, verifica-se que as esferas Municipal e Particular encontram-se com os maiores percentuais, se comparadas à esfera Federal.

Em 2006, a esfera Municipal era proprietária de 1,61% (45 de 2.790) do total de imóveis ocupados pelas escolas estaduais, sendo o percentual de 0,98% (18 de 1.828) entre as escolas de Ensino Fundamental, de 1,29% (11 de 856) entre as de Ensino Fundamental e Médio e 15,09% (16 de 106) entre as de Ensino Médio. Já a esfera Particular, possuía 1,65% (46 de 2.790) do total de imóveis, sendo o percentual de 1,81% (33 de 1.828) entre as de Ensino Fundamental, de 1,29% (11 de 856) entre as de Ensino Fundamental e Médio e 1,89% (02 de 106) entre as de Ensino Médio.

Assim, destacam-se as escolas de Ensino Médio, em que a esfera Municipal se apresenta com o percentual mais significativo, se comparada com as demais, ou seja, 15,09% (16 de 106) dos imóveis são de sua propriedade.

Quando analisadas a partir do zoneamento, não se observam alterações mais significativas, ou seja, tanto as escolas urbanas, como as rurais, em sua ampla maioria, são de propriedade da esfera estadual. Não obstante a prevalência da esfera estadual, entre as escolas de Ensino Médio da zona rural, o percentual encontrado (2006) foi o menor entre todos, pois 76,92% (10 de 13) eram de propriedade do estado, seguidas de 23,08% (03 de 13) de propriedade da esfera municipal.

FORMA DE OCUPAÇÃO DO PRÉDIO¹⁷

- Tabela 27 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 375).
- Tabela 28 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando Nível de Ensino (Fundamental) e a Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 376).
- Tabela 29 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 377).
- Tabela 30 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 378).

Considerações:

Nas Tabelas 27 a 30, que tratam da Forma de Ocupação do Prédio pelos estabelecimentos escolares (*Próprio*, *Alugado* ou *Cedido*), pode-se verificar uma coesão com as tabelas que abordam a Entidade Proprietária dos Imóveis.

Isso se traduz no significativo percentual de estabelecimentos escolares cuja Forma de Ocupação do Prédio se encontra na opção *Próprio*. Verifica-se que, em 2006, 95,13% (2.654 de 2.790) das escolas ocupavam prédios próprios. Entre as de Ensino Fundamental, o percentual é o mesmo, 95,13% (1.739 de 1.828), entre as de Ensino Fundamental e Médio, 97,55% (835 de 856) e, entre as de Ensino Médio, 75,47% (80 de 106).

Por conseguinte, sendo os percentuais na Forma de Ocupação opção *Próprio* pouco inferiores aos percentuais Entidade Proprietária, opção *Estadual*, é possível deduzir que, mesmo ocupando prédios pertencentes à esfera estadual, muitos desses não pertencem à Escola ou à Secretaria de Educação, sendo cedidos ou

¹⁷ A Forma de Ocupação do Prédio não foi pesquisada no Censo Escolar de 2007.

locados por outras Secretarias, órgãos estaduais ou compartilhados com outras escolas.

Entre as demais formas de ocupação, a cedência apresenta geralmente percentuais superiores à locação, fato verificado durante todo o período entre o total das escolas e as escolas de Ensino Fundamental. Com relação às escolas de Ensino Fundamental e Médio, ocorrem alternâncias entre os percentuais (segundo lugar): ora os locados são maioria, ora os cedidos ocupam tal posição.

Apesar dos números animadores de escolas que ocupam prédios próprios, os estabelecimentos de Ensino Médio, cujos percentuais sempre são os menores, registram, em 2006, percentuais significativos de prédios cedidos, 21,70% (23 de 106), assim como de imóveis locados, 2,83% (03 de 106). Provavelmente tais números refletem a expansão do Ensino Médio em condições precárias, sem construções próprias, seja por serem instalações originalmente do Ensino Fundamental ou porque não são de propriedade do Poder Executivo Estadual.

Analisando-se a partir do zoneamento, não se observam alterações mais significativas, ou seja, tanto as escolas urbanas, como as rurais, ocupam, em sua ampla maioria, prédios próprios.

COMPARTILHAMENTO DO PRÉDIO

- Tabela 31 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 379).
- Tabela 32 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 380).
- Tabela 33 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 381).
- Tabela 34 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 382).

Considerações:

O compartilhamento do prédio, abordado nas Tabelas 31 a 34, foi introduzido nos questionários do Censo Escolar a partir de 2001, revelando números pouco expressivos, com exceção das escolas de Ensino Médio.

O uso do mesmo prédio por duas escolas diferentes, em turnos diversos, recebe o nome de compartilhamento. Esse uso que, aparentemente, poderia visar à racionalização, ocorre apenas na questão espacial, visto que administrativamente há uma duplicidade traduzida em duas estruturas burocráticas que ocupam um mesmo espaço. Tal fato tende a ocorrer em escolas criadas sem o devido investimento na construção de um prédio próprio e adequado a faixa etária e ao currículo do Ensino Médio.

Analisando-se os percentuais de compartilhamento (2007), verifica-se que 0,73% (20 de 2.750) de escolas dividem um mesmo prédio. Entre as escolas de Ensino Fundamental, esse percentual é de 0,23% (04 de 1.755), entre as de Ensino Fundamental e Médio, é de 0,78% (07 de 893) e, entre as de Ensino Médio, 8,82% (09 de 102).

O significativo percentual de compartilhamento encontrado entre as escolas de Ensino Médio, não obstante o significativo declínio percentual de 2006 para 2007, reflete a tardia e agora mais rápida expansão desse nível de ensino, sem a devida construção de prédios específicos para essa finalidade, gerando-se um expressivo número de estabelecimentos escolares a ocupar prédios que, além de cedidos, certamente não foram projetados para as necessidades daquele nível de ensino, nem mesmo para fins escolares.

É importante salientar que, nos questionários de 2002, 2003 e 2005, inúmeras escolas não prestaram informações sobre o compartilhamento, cujo número foi mais expressivo entre as escolas de Ensino Fundamental. Apesar de tais supressões, é possível traçar um panorama do compartilhamento de prédios na rede estadual.

A análise segundo o zoneamento das escolas revela que, na totalidade, o compartilhamento ocorre sempre em maior número entre as urbanas. Em 2007, o percentual de escolas compartilhadas era de 0,73% (20 de 2.750); desse total, 18 (dezoito) eram urbanas e 02 (duas), rurais. Nas escolas de Ensino Fundamental, no mesmo ano, de um total de 04 (quatro) com compartilhamento, 03 (três) eram urbanas e, entre as de Ensino Fundamental e Médio, de um total de 07 (sete) escolas com compartilhamento, todas eram urbanas.

Analisando-se o todo, a partir dos percentuais, constata-se que o compartilhamento é sempre maior entre as escolas urbanas e entre as escolas de Ensino Fundamental. Já entre os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, quando há ocorrências de compartilhamento em escolas rurais, essas apresentam um percentual mais significativo do que as urbanas. Já nas escolas de Ensino Médio, apesar dos números absolutos mostrarem uma supremacia do compartilhamento na zona urbana, os números relativos revelam que, em termos percentuais, o compartilhamento na zona rural, de 2002 a 2006, é muito superior ao da zona urbana, visto que, em 2006, 46,15% (06 de 13) das escolas rurais compartilhavam o prédio, contra 19,35% das urbanas (18 de 93). Logo, o compartilhamento de prédios escolares, em termos percentuais, é mais significativo entre as escolas de Ensino Médio localizadas na zona rural, durante a maior parte do período estudado.

DEPENDÊNCIAS EXISTENTES NO PRÉDIO (ADMINISTRATIVAS)

(Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria)

- Tabela 35 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 383).
- Tabela 36 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 384).
- Tabela 37 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 385).
- Tabela 38 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e Dependências as Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da

Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 386).

Considerações:

Por meio da observação das 20 (vinte) tabelas que compõem o levantamento de dados sobre as dependências existentes, é possível traçar um panorama da rede estadual no período 1999-2007¹⁸, estabelecendo-se quais e que tipo de ambientes são os mais presentes nos prédios escolares, ainda que diversos ambientes tenham sido excluídos do questionário do Censo Escolar de 2007.

Como os questionários não deixam clara a necessidade de exclusividade de uso para o ambiente, provavelmente muitos deles ocupam o mesmo espaço físico, ou seja, o compartilhamento encontrado em muitas escolas também pode ser uma característica observada em muitas dependências.

Outro fator que se faz necessário salientar é o tipo de levantamento efetuado, que é meramente quantitativo, não possibilitando a construção de um diagnóstico qualitativo das dependências existentes. Isso advém da forma como os questionários do Censo foram estruturados, não contribuindo para um diagnóstico quali-quantitativo das redes escolares, o que seria o desejável, para que se pudesse obter subsídios para a elaboração de políticas realmente saneadoras das carências quali-quantitativas dos espaços escolares.

Não obstante o enquadramento das dependências em Administrativas, Pedagógicas, de Serviço ou de Convivência e Recreação, este estudo não se propõe a nomear nenhum tipo de enquadramento ou dependência como mais ou menos importante que outra. Entende-se que, apesar do enquadramento, todas as dependências da escola devem cumprir um papel pedagógico: o de serem instrumentos a serviço do processo educacional, para alunos, professores e servidores.

Nas Tabelas 35 a 38, é possível observar a evolução dos ambientes classificados como *Administrativos* na rede escolar estadual.

O *Almoxarifado*, presente nos questionários do Censo de 2001 a 2006, está presente em 13,22% (393 de 2.972) das escolas, percentual este que foi alçado, em 2006, para 44,91% (1.253 de 2.790). Certamente este aumento significativo dos

¹⁸ Como diversos ambientes foram excluídos do questionário do Censo Escolar 2007, em algumas situações, o período analisado ficará compreendido entre os anos de 1999 a 2006.

percentuais de presença do *Almoxarifado* no período 1999-2006, é o reflexo de políticas de maior investimento na educação, com o aumento do custeio para materiais de consumo, os quais demandam a existência deste ambiente.

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que o *Almoxarifado* está presente em 34,57% (632 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 65,19% (558 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 59,43% (63 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), verifica-se que o *Almoxarifado* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas de Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio, com exceção das escolas de Ensino Médio, nas escolas rurais.

A *Sala da Direção*, presente nos questionários do Censo de 1999 a 2006, em 1999, está presente em 65,64% (1.931 de 2.942) do total de escolas, percentual este que foi alçado, em 2006, para 75,88% (2.117 de 2.790). Tal dependência durante o período estudado apresenta variação percentual negativa do ano de 2000 para o de 2001, porém, a partir de 2002, entra em um processo ascendente.

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que a *Sala da Direção* está presente em 64,93% (872 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 97,55% (835 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 89,92% (95 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), verifica-se que a *Sala da Direção* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas, sendo que, nas escolas de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio, os percentuais estão mais próximos, porém, com uma discreta vantagem para as escolas urbanas.

A *Sala dos Professores*, em 1999, está presente em 69,85% (2.055 de 2.942) das escolas, percentual este que foi alçado, em 2007, para 82,25% (2.262 de 2.750).

A análise por tipo de escola, em 2007, revela que a *Sala dos Professores* está presente em 72,76% (1.277 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, em 99,10% (885 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 98,04% (102 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2007), observa-se que a *Sala dos Professores* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas de Ensino Fundamental, índices bastante próximos nas escolas urbanas e rurais de Ensino

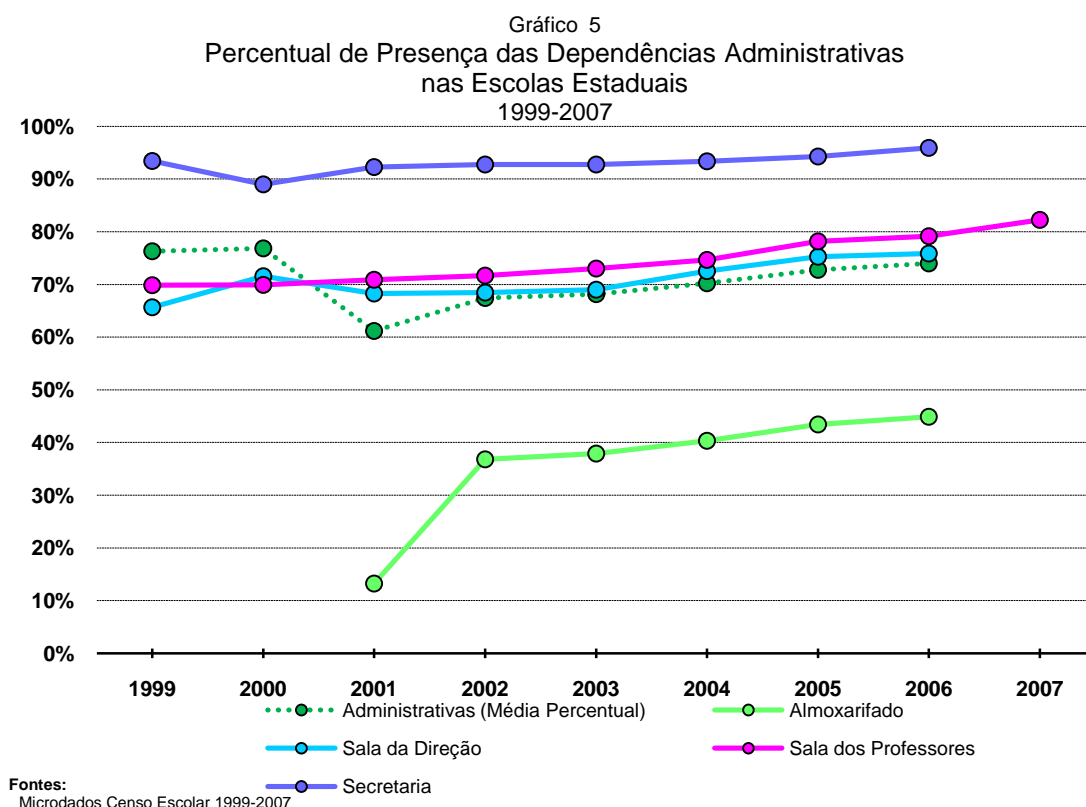
Fundamental e Médio e, índices percentuais de presença maior nas escolas rurais de Ensino Médio.

Quanto ao percentual de presença da *Sala de Professores* nas escolas de Ensino Fundamental, constata-se que este em 2007, nas escolas urbanas, é praticamente o dobro, comparativamente as escolas rurais. Estes percentuais ocorrem, provavelmente, pelo maior porte das escolas localizadas na zona urbana, diferentemente das escolas de Ensino Fundamental da zona rural, onde há um predomínio de escolas pequenas que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental, e onde os professores tem sala de aula própria. Não obstante a existência de uma sala própria para o professor, a *Sala dos Professores* constitui-se em importante ambiente de trabalho, de reuniões, de convivência e também de troca de experiências, devendo assim, também existir nas escolas menores.

A *Secretaria*, presente nos questionários do Censo de 1999 a 2006, em 1999, está presente em 93,41% (2.748 de 2.942) das escolas, percentual alçado, em 2006, para 95,95% (2.677 de 2.790). Tal dependência, durante o período observado, apresenta variação percentual negativa do ano de 1999 para o de 2000, porém, a partir de 2001, os números relativos a essa dependência entram em um processo ascendente.

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que a *Secretaria* está presente em 93,87% (1.716 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 100% das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 99,06% (105 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), verifica-se que a *Secretaria* geralmente apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas, sendo que, nas escolas de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio, os percentuais estão mais próximos, mantendo-se, porém, a vantagem para as escolas urbanas. Os maiores índices de presença nas escolas urbanas, provavelmente ocorram em função do maior porte dos estabelecimentos com esta localização, o que requer mais trabalho administrativo, guarda de documentos e atendimentos em geral.



No Gráfico 5 é possível analisar o comportamento das dependências classificadas como *Administrativas* no período 1999-2006¹⁹. Observa-se que, não obstante alguns períodos de evolução negativa, o traçado balizador dos ambientes apresenta uma trajetória ascendente.

Observando-se a linha que demonstra o percentual médio desses ambientes, é possível constatar que essa apresenta um significativo decréscimo no momento da inclusão do *Almojarifado* no levantamento, voltando, a partir de então, a comportar-se ascendentemente. Também é possível verificar que, com exceção do *Almojarifado*, todos os ambientes *Administrativos* situam-se acima da linha do percentual médio, com uma grande vantagem para a *Secretaria*.

Diante dos números encontrados, consta-se que, mesmo não se contemplando a totalidade das escolas estaduais, os números referentes aos ambientes classificados como *Administrativos* são bastante significativos e apresentam uma evolução quantitativa positiva no período compreendido entre os anos de 1999 e 2006.

¹⁹ A ênfase dada ao período 1999-2006 é resultado das alterações ocorridas no questionário do Censo Escolar 2007, que diminuiu consideravelmente o número de ambientes pesquisados. Com relação às dependências classificadas como *Administrativas*, apenas a *Sala dos Professores* continuou sendo pesquisada no Censo 2007.

Outrossim, os maiores percentuais de presença, em 2006, das dependências analisadas ocorrem conforme o quadro a seguir:

Quadro 30
Maiores Percentuais de Presença
das Dependências Administrativas nas Escolas Urbanas e Rurais
(Quadro Comparativo)
Censo Escolar 2006

Dependências	Escolas Urbanas	Escolas Rurais
Almoxarifado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 65,76% (530 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 69,23% (09 de 13) ▪ Ensino Médio
Sala da Direção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 97,77% (788 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 94,00% (47 de 50) ▪ Ensino Fundamental e Médio
Sala dos Professores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 99,13% (799 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 92,00% (46 de 50) ▪ Ensino Fundamental e Médio
Secretaria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100% ▪ Ensino Fundamental e Médio ▪ Ensino Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100% ▪ Ensino Fundamental e Médio

Fontes:

▪ Microdados Censo Escolar 2006 (MEC/INEP – SE/RS)

Nota:

▪ O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Resumidamente, tendo por referência os dados do Quadro 30, pode-se inferir que, tanto entre as escolas rurais, como entre as urbanas, os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio são os que apresentam os mais elevados índices percentuais relativos à existência de dependências *Administrativas*. Com exceção do Almoxarifado, os percentuais encontrados são maiores entre as escolas urbanas, do que entre as escolas rurais.

DEPENDÊNCIAS EXISTENTES NO PRÉDIO (PEDAGÓGICAS)

(Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca)

- Tabela 39 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 387).
- Tabela 40 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e Dependências as Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e

Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 389).

- Tabela 41 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 391).
- Tabela 42 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 393).

Considerações:

Nas Tabelas 39 a 42, é possível observar evolução dos ambientes classificados como *Pedagógicos* na rede escolar estadual.

A *Biblioteca*, em 1999, está presente em 79,10% (2.327 de 2.972) das escolas, percentual alçado, em 2007, para 88,04% (2.421 de 2.750). Tal dependência apresenta variação percentual negativa entre os anos de 1999 e 2000 e de 2004 e 2005, voltando a evoluir positivamente a partir de 2006.

A análise por tipo de escola, em 2007, revela que a *Biblioteca* está presente em 81,94% (1.438 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, em 98,88% (883 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 98,04% (100 de 102) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2007), verifica-se que a *Biblioteca* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas, com exceção das escolas de Ensino Médio rural, onde o índice percentual é de 100%.

O *Laboratório de Ciências*, em 1999, está presente em 37,05% (1.090 de 2.942) das escolas, percentual alçado, em 2007, para 45,93% (1.263 de 2.750). Tal dependência, apresenta variação percentual negativa entre os anos de 2000 e 2001, porém, em 2002, entra em um processo ascendente.

A análise por tipo de escola, em 2007, revela que o *Laboratório de Ciências* está presente em 21,71% (381 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, em 89,92% (803 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 77,45% (79 de 102) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2007), observa-se que o *Laboratório de Ciências* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas rurais de Ensino Médio, sendo que, nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio, a vantagem percentual aponta para as escolas urbanas.

A *Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos*, a qual foi incluída nos questionários do Censo a partir de 2004, está presente em 8,74% (257 de 2.941) das escolas, percentual alçado, em 2007, para 19,71% (542 de 2.750).

A análise por tipo de escola, em 2007, revela que a *Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos* está presente em 13,56% (238 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, em 31,91% (285 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 18,63% (19 de 102) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2007), constata-se que a *Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas, sendo que, nas escolas de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio, os percentuais se encontram mais próximos, mantendo-se a vantagem percentual para as escolas urbanas.

A *Sala de Leitura*, presente nos questionários do Censo de 2001 a 2006, está presente em 5,01% (149 de 2.972) das escolas, percentual que alçado subiu em 2006 para 8,71% (243 de 2.790). Tal dependência apresenta variação percentual negativa entre os anos de 2004 e 2005, voltando a evoluir positivamente em 2006.

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que a *Sala de Leitura* está presente em 5,09% (93 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 16,24% (139 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 10,38% (10 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento, verifica-se que a *Sala de Leitura* geralmente apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas rurais de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio, com exceção das escolas de Ensino Fundamental, cuja vantagem é das escolas urbanas.

A *Sala de TV/Vídeo*, presente nos questionários do Censo de 1999 a 2006, em 1999, está presente em 40,14% (1.181 de 2.942) das escolas, subindo esse

percentual, em 2006, para 51,04% (1.424 de 2.790). Essa dependência apresenta variação percentual negativa entre os anos de 1999 e 2000, porém, em 2001, entra em um processo ascendente.

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que a *Sala de TV/Vídeo* está presente em 39,39% (720 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 75,23% (644 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 56,60% (60 de 106) das escolas de Ensino Médio.

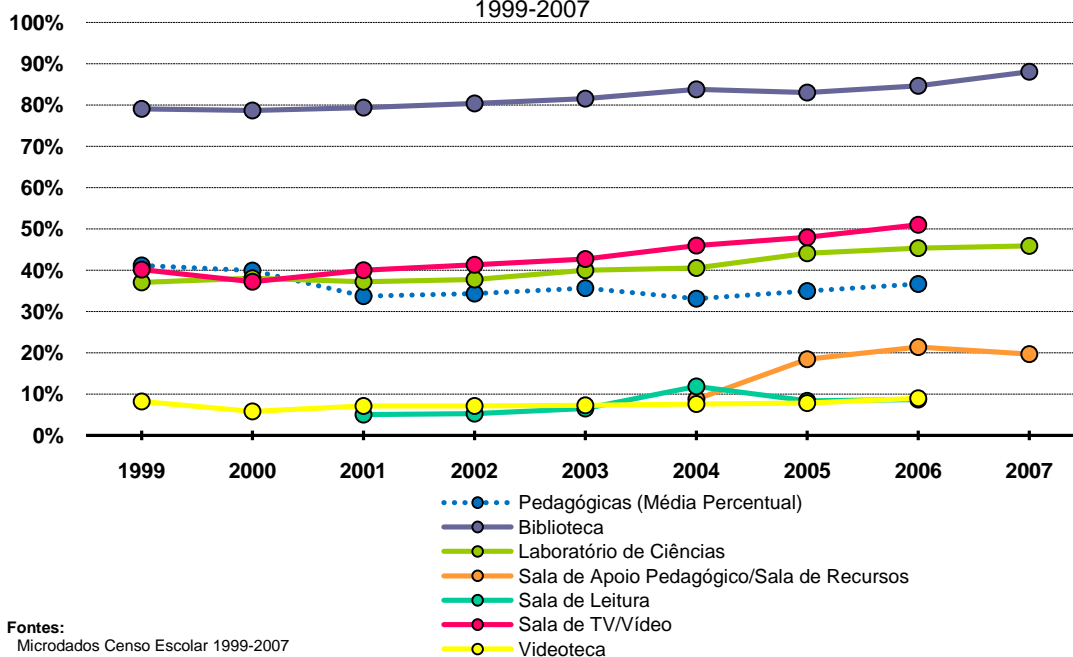
Quanto ao zoneamento (2006), constata-se que a *Sala de TV/Vídeo* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas, sendo que, nas escolas de Ensino Médio, os percentuais estão mais próximos, mantendo-se porém, a vantagem para as escolas urbanas.

A *Videoteca*, presente nos questionários do Censo de 1999 a 2006, em 1999, se encontra em 8,23% (242 de 2.942) das escolas, sendo esse percentual alçado, em 2006, para 8,96% (250 de 2.790). Essa dependência apresenta variação percentual negativa durante o período compreendido entre os anos de 1999 e 2000 e de 2001 e 2002, porém, em 2003, entra em um processo ascendente.

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que a *Videoteca* está presente em 4,32% (79 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 18,69% (160 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 10,38% (11 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), observa-se que a *Videoteca* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio, com exceção das de Ensino Médio, em que a vantagem pertence as escolas rurais.

Gráfico 6
 Percentual de Presença das Dependências Pedagógicas
 nas Escolas Estaduais
 1999-2007



No Gráfico 6 é possível analisar o comportamento das dependências classificadas como *Pedagógicas* no período compreendido entre os anos de 1999 e 2006²⁰. Observa-se que, não obstante, alguns períodos de evolução negativa, fica evidente que o traçado balizador dos ambientes apresenta uma trajetória ascendente, com exceção da *Sala de Leitura* e da *Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos* (2007).

Observando-se a linha que demonstra o percentual médio de presença desses ambientes, é possível constatar que essa apresenta decréscimos no momento da inclusão da *Sala de Leitura* e da *Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos*, voltando a partir de então, a comportar-se ascendentemente. Verifica-se também, que a *Biblioteca*, o *Laboratório de Ciências* e a *Sala de TV/Vídeo* situam-se acima da linha do percentual médio de presença e a *Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos*, *Sala de Leitura* e *Videoteca* estão abaixo.

Diante dos números encontrados, embora se verifique uma evolução positiva no período 1999-2006, constata-se que, mesmo esses não contemplando a

²⁰ A ênfase dada ao período 1999-2006 é resultado das alterações ocorridas no questionário do Censo Escolar 2007, que diminuiu consideravelmente o número de ambientes pesquisados. Com relação às dependências classificadas como *Pedagógicas*, foram excluídas, em 2007, do levantamento a *Sala de Leitura* (pesquisada conjuntamente com a *Biblioteca*), a *Sala de TV/Vídeo* e a *Videoteca*.

totalidade das escolas estaduais, os números referentes aos ambientes classificados como *Pedagógicos* denotam uma situação precária.

Outrossim, os maiores percentuais de presença, em 2006, das dependências analisadas se apresentam conforme o quadro a seguir:

Quadro 31
Maiores Percentuais de Presença das
Dependências Pedagógicas nas Escolas Urbanas e Rurais
(Quadro Comparativo)
Censo Escolar 2006

Dependências	Escolas Urbanas	Escolas Rurais
Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 95,91% (773 de 856) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 92,31% (12 de 13) ▪ Ensino Médio
Laboratório de Ciências	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 89,58% (722 de 856) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 92,31% (12 de 13) ▪ Ensino Médio
Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 36,85% (297 de 856) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 92,31% (12 de 13) ▪ Ensino Médio
Sala de Leitura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 16,87% (136 de 856) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 15,38% (02 de 13) ▪ Ensino Médio
Sala de TV/Vídeo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 76,80% (619 de 856) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 53,85% (07 de 13) ▪ Ensino Médio
Videoteca	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 19,23% (155 de 856) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 15,38% (02 de 13) ▪ Ensino Médio

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 2006 (MEC/INEP – SE/RS)

Nota:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Em suma, tendo por referência os dados sintetizados no Quadro 31, é possível inferir que, entre as escolas urbanas, os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio são os que apresentam os mais elevados índices percentuais relativos às dependências *Pedagógicas*, já, entre as escolas rurais, os maiores índices se encontram nas escolas de Ensino Médio.

DEPENDÊNCIAS EXISTENTES NO PRÉDIO (SERVIÇO)

(Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários)

- Tabela 43 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 395).
- Tabela 44 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências

de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 397).

- Tabela 45 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 399).
- Tabela 46 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 401).

Considerações:

Nas Tabelas 43 a 46, é possível observar a evolução dos ambientes classificados como de *Serviço* na rede escolar estadual.

A *Cozinha*, em 1999, está presente em 96,60% (2.842 de 2.942) das escolas, percentual este que decresce, em 2007, para 97,89% (2.692 de 2.750). Tal dependência apresenta variação percentual negativa entre os anos de 1999 e 2000, voltando a evoluir positivamente em 2001, para novamente regredir de 2003 a 2004. Em 2005, há um aumento no índice, seguindo-se um novo retrocesso em 2006 e novo aumento em 2007.

A análise por tipo de escola, em 2007, revela que a *Cozinha* está presente em 98,52% (1.729 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, em 98,99% (884 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 77,45% (79 de 102) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2007), verifica-se que a *Cozinha* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas rurais de Ensino Médio; quanto às escolas de Ensino Fundamental e Fundamental e Médio, a vantagem nesse quesito é das escolas urbanas.

O *Depósito de Alimentos*, presente nos questionários do Censo de 1999 a 2006, em 1999, está presente em 43,07% (988 de 2.942) das escolas, percentual este que caiu, em 2006, para 40,70% (744 de 2.790). Tal dependência apresenta

variação percentual negativa entre 2000 e 2001, voltando a evoluir positivamente em 2002; porém, de 2003 a 2004, volta a apresentar índices negativos. Em 2005, há uma melhora no índice, com um novo retrocesso em 2006.

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que o *Depósito de Alimentos* está presente em 40,70% (744 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 68,34% (585 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 12,26% (13 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), verifica-se que o *Depósito de Alimentos* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas de Ensino Fundamental e de Ensino Fundamental e Médio. Considerando-se as escolas de Ensino Médio, onde a vantagem percentual é das escolas rurais.

A *Lavanderia*, presente nos questionários do Censo de 2004 a 2006, em 2004 está presente em 6,09% (179 de 2.941) das escolas, percentual alçado, em 2006, para 7,89% (220 de 2.790).

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que a *Lavanderia* está presente em 6,07% (111 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 11,10% (95 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 13,21% (14 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), verifica-se que a *Lavanderia* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas rurais de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio, exceto quanto às escolas de Ensino Fundamental, em que a vantagem é das escolas urbanas.

Com relação aos *Sanitários*, como nos questionários do Censo não são apresentados maiores esclarecimentos sobre o que poderia ser considerado um sanitário *dentro do prédio* ou *fora do prédio*, deduz-se que, nos classificados como *fora do prédio* o acesso a eles ocorreria por meio de algum espaço aberto para o exterior, coberto ou não (exemplos: pátio coberto, quadra coberta, alpendre, avarandado, etc.), ou ainda, por meio de um espaço totalmente sem cobertura (exemplos: pátio descoberto, jardim, área, etc.). Já nos sanitários considerados *dentro do prédio*, o acesso seria através de alguma dependência interna do prédio, como corredores, saguões fechados ou qualquer outra sala.

Os *Sanitários*, em 1999, se encontram presentes em 97,04% (2.855 de 2.942) das escolas, percentual que evolui em 2007 para 99,53% (2.737 de 2.750). Ao se observarem os índices acima, constata-se que, tanto em 1999, como em 2007,

alguns estabelecimentos informam não possuir sanitários, o que se traduz em importante constatação face às necessidades de uma escola, que não pode prescindir de banheiros para o seu pleno funcionamento.

A análise por tipo de escola, em 2007, revela que os *Sanitários* estavam presentes em 99,32% (1.743 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, em 99,89% (892 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 100% (102 de 102) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2007), verifica-se que os *Sanitários* existem em 100% das escolas de Ensino Fundamental e Médio rurais e de Ensino Médio urbanas e rurais. Nas demais, apesar de os percentuais de presença serem altos, não se atingem a totalidade dos estabelecimentos.

O *Sanitário dentro do Prédio*, em 1999, está presente em 91,94% (2.705 de 2.942) das escolas. Esse percentual evoluiu, em 2007, para 96,98% (2.667 de 2.750). Tal dependência apresenta variação percentual negativa de 1999 a 2000, voltando a evoluir positivamente em 2001; porém, de 2001 a 2002, volta a apresentar índices negativos. Em 2003, os índices entram em ascensão.

A análise por tipo de escola, em 2007, revela que o *Sanitário dentro da Escola* está presente em 95,50% (1.676 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, em 99,78% (891 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 98,04% (100 de 102) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2007), verifica-se que o *Sanitário dentro do Prédio* apresenta percentuais de presença altos, porém não atinge a totalidade dos estabelecimentos.

O *Sanitário fora do Prédio*, em 1999, está presente em 14,14% (416 de 2.942) das escolas, percentual que evolui, em 2007, para 15,53% (427 de 2.750). Tal dependência apresenta variação percentual negativa de 2000 a 2001, voltando a evoluir positivamente em 2002; porém, de 2002 a 2005, volta a apresentar índices negativos. A partir de 2006, há um aumento nos índices comparados a 2005.

A análise por tipo de escola, em 2007, revela que o *Sanitário fora da Escola* está presente em 14,02% (246 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, em 17,92% (160 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 20,59% (21 de 102) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2007), verifica-se que o *Sanitário fora do Prédio* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio urbanas e, Ensino Fundamental e Médio rurais.

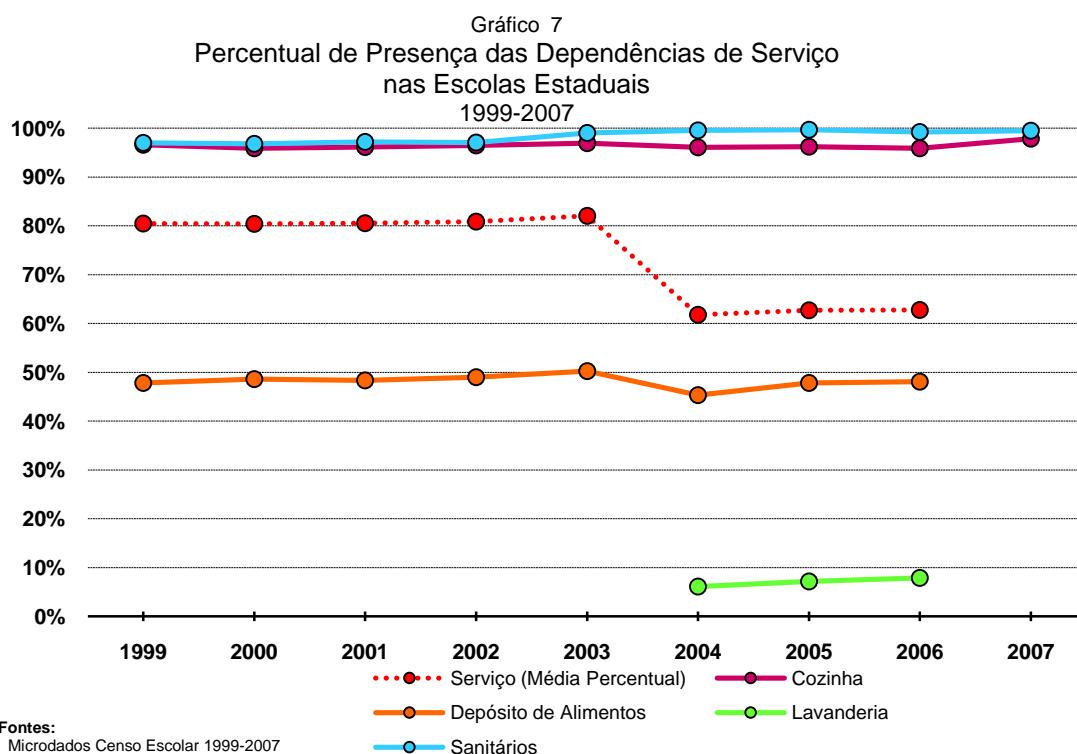
Neste contexto, a importância dos percentuais está vinculada à existência ou não de sanitários, ainda que a sua presença não signifique ambientes salubres, bem conservados e em número suficiente para o atendimento da demanda. O que se observa a partir dos índices encontrados, é a existência de estabelecimentos que possuem tanto sanitários dentro, como fora do prédio, o que, não necessariamente caracteriza-se como um aspecto negativo. O mais preocupante é a existência, ainda que em números baixíssimos, de escolas que, segundo o respondido no Censo, não possuem sanitários, ou, se os possuem não são assim considerados, possivelmente devido à improvisação ou a precariedade de seu estado. Outro aspecto a ser destacado é a não caracterização dos tipos de sanitário, pois isto poderia incluir como sanitário as conhecidas “casinhas”, ou seja, pequenos compartimentos construídos de alvenaria de tijolos ou de madeira, porém sem qualquer instalação sanitária e totalmente insalubres.

No Gráfico 7 é possível analisar o comportamento das dependências classificadas como de Serviço no período 1999-2006²¹.

Observa-se que o traçado balizador das dependências, ou tem se mantido constante, ou tem apresentado alguma discreta evolução positiva, alternados com períodos descendentes, como constatados na *Cozinha* e no *Depósito de Alimentos*.

Observando-se a linha que demonstrava o percentual médio de presença desses ambientes, constata-se que essa apresenta um decréscimo quando da inclusão da *Lavanderia* no Censo, voltando a partir de então a ter um comportamento discretamente ascendente. Também verificam-se, que a *Cozinha* e os *Sanitários* estão acima da linha do percentual médio de presença, já o *Depósito de Alimentos* e a *Lavanderia* encontram-se abaixo. Essa última na pior situação entre os ambientes de *Serviço*.

²¹ A ênfase dada ao período 1999-2006 é resultado das alterações ocorridas no questionário do Censo Escolar 2007, que diminuiu consideravelmente o número de ambientes pesquisados. Com relação às dependências classificadas como de Serviço, foram excluídas, em 2007, do levantamento o *Depósito de Alimentos* e a *Lavanderia*.



Diante dos números encontrados, pode-se constatar que as dependências classificadas como de *Serviço* ainda apresentam índices pouco relevantes, com exceção da *Cozinha* e dos *Sanitários*, com percentuais próximos a totalidade.

Outrossim, em 2006, os maiores percentuais de presença das dependências analisadas ocorrem conforme o quadro seguinte:

Quadro 32
Maiores Percentuais de Freqüência das
Dependências de Serviço nas Escolas Urbanas e Rurais
(Quadro Comparativo)
Censo Escolar 2006

Dependências	Escolas Urbanas	Escolas Rurais
Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 98,01% (790 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 96,39% (827 de 970) ▪ Ensino Fundamental
Depósito de Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 69,73% (562 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 46,00% (23 de 50) ▪ Ensino Fundamental e Médio
Lavanderia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 10,75% (10 de 93) ▪ Ensino Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 30,77% (04 de 13) ▪ Ensino Médio
Sanitários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100% ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100% ▪ Ensino Médio
Sanitário dentro do Prédio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100% ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100% ▪ Ensino Médio
Sanitário fora do Prédio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 19,35% (18 de 93) ▪ Ensino Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 16% (08 de 50) ▪ Ensino Fundamental e Médio

Fontes:
▪ Microdados Censo Escolar 2006 (MEC/INEP – SE/RS)

Nota:

▪ O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tendo por referência os dados sintetizados no Quadro 31, infere-se que, entre as escolas urbanas, os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio são os que apresentam os mais elevados índices percentuais relativos às dependências de *Serviço*, porém, nas escolas rurais, os estabelecimentos de Ensino Médio apresentam os maiores indicadores.

DEPENDÊNCIAS EXISTENTES NO PRÉDIO (CONVIVÊNCIA E RECREAÇÃO)

(Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta)

- Tabela 47 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 403).
- Tabela 48 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 405).
- Tabela 49 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 407).
- Tabela 50 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências de

Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 409).

Considerações:

Nas Tabelas 47 a 50, é possível observar evolução dos ambientes classificados como de *Convivência e Recreação* na rede escolar estadual.

O *Auditório*, presente nos questionários do Censo de 2004 a 2006, em 2004 está apenas em 12,27% (361 de 2.941) das escolas, sendo esse percentual alçado, em 2006, para 14,48% (404 de 2.790).

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que o *Auditório* está presente em 5,74% (105 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 30,72% (263 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 33,96% (36 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), verifica-se que o *Auditório* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas de Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio, com exceção das escolas de Ensino Médio, em que a vantagem é das escolas rurais.

A *Cantina*, presente nos questionários do Censo de 2001 a 2006, em 2001 se encontra em 13,22% (393 de 2.972) das escolas, percentual este alçado, em 2006, para 17,13% (478 de 2.790).

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que a *Cantina* está presente em 7,00% (128 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 38,32% (328 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 20,75% (22 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), verifica-se que a presença da *Cantina* apresenta maiores índices percentuais nas escolas urbanas.

O *Parque Infantil*, em 1999, está presente em 40,40% (1.159 de 2.869) das escolas, elevando-se esse percentual, alçado em 2007, para 57,10% (1.512 de 2.648). Tal dependência durante o período apresenta variação negativa de 2003 a 2004, voltando a evoluir positivamente em 2005. De 2005 a 2006, volta a apresentar índices negativos, porém volta a evoluir positivamente de 2006 para 2007. O *Parque*

Infantil, quando analisado na totalidade das escolas da rede estadual, está computado apenas considerando as escolas de Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio.

A análise por tipo de escola, em 2007, revela que o *Parque Infantil* está presente em 52,93% (929 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental e em 65,29% (583 de 893) das de Ensino Fundamental e Médio.

Quanto ao zoneamento (2007), observa-se que o *Parque Infantil* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas de Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio.

Pelas características relativas ao público alvo, o *Parque Infantil* é direcionado aos alunos da Educação Infantil e dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental, portanto, em virtude dessa particularidade, o mesmo não está incluído no levantamento das escolas de Ensino Médio.

O *Pátio Coberto*, excluído dos questionários do Censo a partir de 2000, está presente, em 1999, em 19,41% (571 de 2.942) das escolas, percentual esse alçado, em 2000, para 19,35% (576 de 2.977).

A análise por tipo de escola, em 2000, revela que o *Pátio Coberto* está presente em 14,73% (333 de 2.260) das escolas de Ensino Fundamental, em 35,86% (232 de 647) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 15,71% (11 de 70) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2000), verifica-se que o *Pátio Coberto* geralmente apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas de Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio, sendo que, nas escolas de Ensino Médio rural, ele sequer existe.

O *Refeitório*, presente nos questionários do Censo de 1999 a 2006, em 1999, está em 54,08% (1.591 de 2.942) das escolas, sendo que esse, em 2006, eleva-se para 66,63% (1.859 de 2.790).

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que o *Refeitório* está presente em 59,85% (1.094 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 86,45% (740 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 23,58% (25 de 106) das escolas de Ensino Médio. Constata-se, portanto, um percentual muito pequeno de presença do *Refeitório* nas escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), verificamos que o *Refeitório* apresentava maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas de Ensino

Fundamental e Ensino Fundamental e Médio, exceto quanto às escolas de Ensino Médio, em que a vantagem é das escolas rurais.

O *Ginásio de Esportes*, presente nos questionários do Censo de 2004 a 2006, em 2004, se encontra em 11,05% (325 de 2.941) das escolas, percentual alçado, em 2006, para 12,01% (335 de 2.790). Tal dependência, durante o período estudado, apresenta uma variação percentual negativa muito pequena de 2005 a 2006.

A análise por tipo de escola, em 2006, revela que o *Ginásio de Esportes* está presente em 4,76% (87 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 26,64% (228 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 18,87% (20 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), observa-se que o *Ginásio de Esportes* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas.

A denominação *Quadra de Esportes* se utiliza nos questionários de 1999 a 2000, subdividindo-se de 2001 a 2006, em quadra coberta ou descoberta. Diante dessa alteração, optou-se por analisar a *Quadra de Esportes* de três maneiras, abrangendo todo o período e considerando os dois tipos de quadras, coberta e descoberta, de 2001 a 2006.

A *Quadra de Esportes*, em 1999, está presente em 51,36% (1.511 de 2.942) das escolas, sendo que, em 2007, esse percentual sobe para 66,22% (1.821 de 2.750). Tal dependência apresenta variação percentual negativa entre 2001 e 2002, e entre 2003 e 2004, porém, em 2005, entra em um processo ascendente.

A análise por tipo de escola, em 2007, revela que a *Quadra de Esportes* está presente em 55,95% (982 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, em 86,11% (769 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 68,63% (70 de 102) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2007), verifica-se que a *Quadra de Esportes* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas de Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio, sendo que, nas escolas de Ensino Médio, a vantagem é das escolas rurais.

A *Quadra de Esportes Coberta*, em 2001, encontra-se presente em 13,19% (392 de 2.972) das escolas, percentual que decresce, em 2006, para 12,83% (358 de 2.790). Tal dependência oscila, em termos percentuais, subindo de 2001 a 2003, caindo de 2003 a 2004, subindo novamente de 2004 a 2005, para novamente cair de 2005 a 2006.

A análise por tipo de escola revela, em 2006, que a *Quadra de Esportes Coberta* está presente em 7,06% (129 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 24,65% (211 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 16,98% (18 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), verifica-se que a *Quadra de Esportes Coberta* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas urbanas.

A *Quadra de Esportes Descoberta*, em 2001, está presente em 53,57% (1.592 de 2.972) das escolas, percentual este que se eleva, em 2006, para 57,92% (1.616 de 2.790). Tal dependência apresenta variação percentual negativa de 2001 a 2003, porém, em 2004, entra em um processo ascendente.

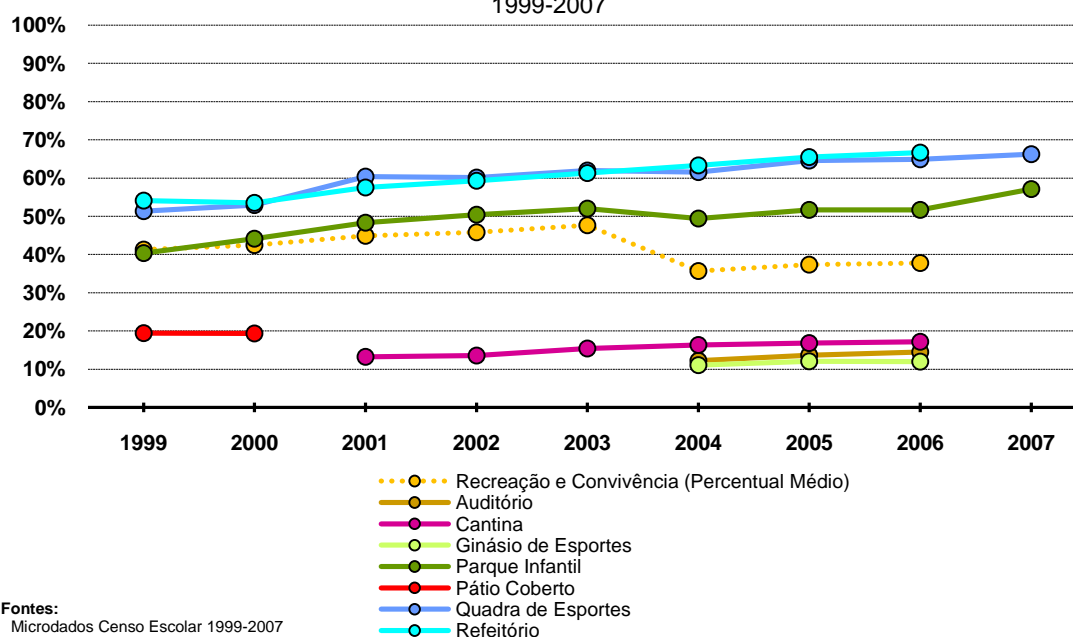
A análise por tipo de escola, em 2006, revela que a *Quadra de Esportes Descoberta* está presente em 51,91% (949 de 1.828) das escolas de Ensino Fundamental, em 71,96% (715 de 856) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 48,11% (51 de 106) das escolas de Ensino Médio.

Quanto ao zoneamento (2006), verifica-se que a *Quadra de Esportes Descoberta* apresenta maiores índices percentuais de presença nas escolas rurais de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio, com exceção das escolas de Ensino Fundamental cuja vantagem pertence às escolas urbanas.

Os índices observados em dependências como *Pátio Coberto* (2000: 19,35%), *Quadra Esportiva Coberta* (2006: 12,83%) e *Ginásio de Esportes* (2006: 12,01%) revelam a precariedade na infra-estrutura de lazer e atividade física dos alunos, principalmente levando-se em conta as situações climáticas adversas.

Apesar dos baixos índices verificados, um aspecto preocupante é a possibilidade de compartilhamento desses espaços, fato que, por conta da estruturação dos questionários do Censo, pode ocorrer. Assim, é provável que haja casos em que a *Quadra Coberta* e o *Ginásio de Esportes* sejam também o *Pátio Coberto*, ou, ainda, em que a *Quadra Coberta* seja confundida com o *Ginásio de Esportes*; afinal, em todos os ginásios, há uma quadra. São situações que podem acontecer, visto que os questionários não conceituam tais espaços e apenas solicitam a informação quanto a sua existência, não obstante compartilharem o mesmo local.

Gráfico 8
 Percentual de Presentça das Dependências de Convivência e Recreação
 nas Escolas Estaduais
 1999-2007



No Gráfico 8 é possível analisar o comportamento das dependências classificadas como de *Convivência e Recreação* no período 1999-2006²².

Observa-se que o traçado balizador das dependências tem apresentado uma evolução positiva praticamente constante.

Observando-se a linha que demonstra o percentual médio de presença desses ambientes, constata-se que esta apresenta um decréscimo no momento da inclusão do *Auditório* e do *Ginásio de Esportes*, voltando a partir de então, a apresentar um comportamento discretamente ascendente. Também verifica-se, que o *Parque Infantil*, a *Quadra de Esportes* e o *Refeitório* estão acima da linha do percentual médio e o *Auditório*, a *Cantina*, o *Ginásio de Esportes* e o *Pátio Coberto* (até 2000) encontram-se abaixo.

Diante dos números encontrados, pode-se constatar que as dependências classificadas como de *Convivência e Recreação*, nos 08 (oito) ambientes estudados (*Auditório*, *Cantina*, *Parque Infantil*, *Refeitório*, *Ginásio de Esportes*, *Quadra de Esportes Coberta e/ou Descuberta*, *Quadra de Esportes Coberta* e *Quadra de Esportes Descuberta*) com dados disponíveis no ano de 2006, apenas 03 (três) possuem índices de presença superiores a 50%, no total das escolas estaduais com

²² A ênfase dada ao período 1999-2006 é resultado das alterações ocorridas no questionário do Censo Escolar 2007, que diminuiu consideravelmente o número de ambientes pesquisados. Com relação às dependências classificadas como de *Convivência e Recreação*, foram excluídas, em 2007, do levantamento o *Auditório*, a *Cantina* e o *Ginásio de Esportes*.

oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio, o que revela uma situação bastante precária na rede estadual. Não obstante as evoluções percentuais serem positivas, na maioria das vezes, os percentuais atingidos, nos casos superiores a 50%, não ultrapassam os 66,63% dos estabelecimentos, percentual de presença referente ao *Refeitório* em 2006.

Outrossim, os maiores percentuais de presença, em 2006, das dependências analisadas ocorrem conforme o quadro a seguir:

Quadro 33
Maiores Percentuais de Presença das
Dependências de Convivência e Recreação nas Escolas Urbanas e Rurais
(Quadro Comparativo)
Censo Escolar 2006⁽¹⁾

Dependências	Escolas Urbanas	Escolas Rurais
Auditório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 32,26% (30 de 50) ▪ Ensino Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 46,15% (06 de 13) ▪ Ensino Médio
Cantina⁽¹⁾	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 39,83% (321 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 14,00% (07 de 50) ▪ Ensino Fundamental e Médio
Parque Infantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 61,79% (498 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 46,00% (23 de 50) ▪ Ensino Fundamental e Médio
Pátio Coberto⁽²⁾	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 36,68% (232 de 627) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 10,00% (02 de 20) ▪ Ensino Fundamental e Médio
Refeitório⁽¹⁾	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 87,10% (702 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 76,00% (38 de 50) ▪ Ensino Fundamental e Médio
Ginásio de Esportes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 27,79% (224 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 15,38% (02 de 13) ▪ Ensino Médio
Quadra de Esportes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 83,75% (675 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 84,62% (11 de 13) ▪ Ensino Médio
Quadra de Esportes Coberta	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 25,56% (206 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 10,00% (05 de 50) ▪ Ensino Fundamental e Médio
Quadra de Esportes Descoberta	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 71,84% (579 de 806) ▪ Ensino Fundamental e Médio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 76,92% (10 de 13) ▪ Ensino Médio

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 2000 e 2006 (MEC/INEP – SE/RS)

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A *Cantina* e o *Refeitório*, não obstante serem locais com fins semelhantes, o primeiro é visto como um local para venda e consumo de alimentos (Bar) e o segundo, como um local de consumo de alimentos, que podem ser ofertados pela própria escola, ou trazidos de casa para consumo em um momento específico.
- (2) Na dependência Pátio Coberto os dados são referentes ao Censo Escolar de 2000.

Em suma, tendo por referência os dados do Quadro 33, infere-se que, entre as escolas urbanas e rurais, os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio são os que apresentam os mais elevados índices percentuais de presença relativos às dependências de *Convivência* e *Recreação*, porém, nas escolas rurais, os estabelecimentos de Ensino Médio apresentam os melhores índices em 04 (quatro) das 09 (nove) situações levantadas.

SALAS DE AULA EXISTENTES

- Tabela 51 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 411).
- Tabela 52 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 412).
- Tabela 53 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 413).
- Tabela 54 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 414).

Considerações:

Nas Tabelas 51 a 54, as escolas são classificadas segundo o número de salas de aula existentes. Tal divisão propicia uma vinculação do número de salas de aula ao porte da escola, gerando, assim, uma classificação de acordo com a seguinte nomenclatura: muito pequeno porte (até 01 sala de aula), pequeno porte (02 a 05), médio porte (06 a 10) e grande porte (mais de 10 salas).

Observando-se as escolas em sua totalidade, segundo essa classificação, verifica-se que, em 1999, as escolas de muito pequeno e pequeno porte representam 36,61% (1.077 de 2.942) e as de médio e grande porte, 63,39% (1.865 de 2.942). Já, em 2006, esses números evoluem respectivamente para 30,46% (850 de 2.790) e 69,54% (1.940 de 2.790), revelando um avanço percentual das escolas de médio e grande porte.

Tais números mostram o avanço das escolas de grande porte, que passam de 34,57% (1.017 de 2.942), em 1999, para 39,16% (1.077 de 2.750), em 2007. Já os estabelecimentos de médio porte, que representam 28,82% (848 de 2.942) passam para 31,53% (867 de 2.750). A participação das escolas de muito pequeno

e pequeno porte decresce no período, sendo que em 2007 estas representavam respectivamente 1,82% (50 de 2.750) e 27,49% (756 de 2.750).

Realizando-se a análise a partir dos tipos de escolas (Ensino Fundamental, Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio), os números revelam diferenças na predominância de escolas maiores ou menores, conforme tal classificação.

Nas escolas de Ensino Fundamental, o predomínio é das escolas de pequeno porte (2007), que representam 41,37% (726 de 1.755), porém, quando agrupados, os estabelecimentos de médio e grande porte detêm o maior percentual, 55,84% (980 de 1.755). Com relação ao zoneamento, entre as escolas rurais, as de pequeno porte são a maioria, 73,47% (612 de 833) e, entre as urbanas, as de médio e grande porte representam 87,20% (804 de 922).

O panorama verificado entre as escolas de Ensino Fundamental e Médio (2007) demonstra o predomínio de escolas de grande porte, 74,80% (668 de 893), que, somando-se às de médio porte, elevam o número para 98,32% (878 de 893). Quanto ao zoneamento, entre as escolas rurais, as de médio porte são a maioria, 66,04% (35 de 53), e, entre as urbanas, as de grande porte representam 77,62% (652 de 840).

Já, entre as escolas de Ensino Médio (2007), o predomínio é de escolas de médio e grande porte, 84,31% (86 de 102). Quanto ao zoneamento, entre as escolas rurais, as de médio porte são a maioria, 66,67% (08 de 12) e, entre as urbanas, as de grande porte representam 51,11% (46 de 90).

A partir da análise dessas tabelas, constata-se que há uma preponderância das escolas de médio e grande porte, quando agrupadas, porém, quando visualizadas segundo o tipo de escola e, sem agrupamentos, algumas alterações são observadas: Nas escolas de Ensino Fundamental, durante todo o período analisado (1999-2007), as escolas de pequeno porte são a maioria (1999: 42,50% – 2007: 41,37%); já as escolas de grande porte representam a maioria das escolas de Ensino Fundamental e Médio (1999: 81,74% – 2007: 74,80%) e de Ensino Médio (1999: 52,05% – 2007: 46,08%).

Como, nas Tabelas 15 a 18, as escolas também são classificadas segundo o seu porte, porém têm como parâmetro, o número de alunos matriculados, a seguir se apresenta um quadro comparativo com as duas situações, a classificação segundo o número de alunos e a classificação segundo o número de salas de aula existentes.

Quadro 34
 Porte da Escola segundo o Número de Alunos e o Número de Salas de Aula Existentes
 Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio
 (Quadro Comparativo)
 Censo Escolar 2007

Porte da Escola	Número de Alunos		Número de Salas de Aula Existentes			
Muito Pequeno Porte	Até 50	Número de Escolas	419	Até 01	Número de Escolas	50
		Percentual de Escolas	15,24%		Percentual de Escolas	1,82%
Pequeno Porte	51 – 100	Número de Escolas	238	02 – 05	Número de Escolas	756
		Percentual de Escolas	8,65%		Percentual de Escolas	27,49%
Médio Porte	101 – 300	Número de Escolas	634	06 – 10	Número de Escolas	867
		Percentual de Escolas	23,05%		Percentual de Escolas	31,53%
Grande Porte	Mais de 300	Número de Escolas	1.459	Mais de 10	Número de Escolas	1.077
		Percentual de Escolas	53,06%		Percentual de Escolas	39,16%
Total de Escolas						2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 2007 (MEC/INEP – SE/RS)

Nota:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Avaliando-se os dados encontrados no quadro acima, pode-se constatar que o porte da escola, considerado ou a partir do número de salas de aula existentes, ou a partir do número de alunos matriculados, apresenta diferenças em termos percentuais. No primeiro caso, conforme o número de alunos, pela ordem, o resultado é: grande porte com 53,06% (1.459 de 2.750), médio porte com 23,05% (634 de 2.750), muito pequeno porte com 15,24% (419 de 2.750) e pequeno porte com 8,65% (238 de 2.750). No segundo caso, conforme o número de salas de aula existentes, pela ordem, o resultado é: grande porte com 39,16% (1.077 de 2.750), médio porte com 31,53% (867 de 2.750), pequeno porte com 27,49% (756 de 2.750) e muito pequeno porte com 1,82% (50 de 2.750).

Portanto, tais divergências, dependendo da classificação, são consequência de uma série de fatores como: turnos de funcionamento da escola, o que permite uma maior matrícula em um mesmo número de salas de aula; localização, ou seja, um estabelecimento com o mesmo número de salas de outro, porém, localizado em um local mais densamente povoado, tende a ter mais alunos matriculados; e diferentes níveis e modalidades de ensino ofertadas pela escola, o que pode representar um incremento na matrícula e um melhor aproveitamento do espaço físico em diferentes turnos. Logo, a classificação das escolas pelo seu porte, seja

pelo número de alunos, seja pelo número de salas de aula existentes, pode apresentar variações devido a um conjunto de fatores.

SALAS DE AULA EXISTENTES E UTILIZADAS

- Tabela 55 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 415).
- Tabela 56 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 416).
- Tabela 57 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 417).
- Tabela 58 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 418).

Considerações:

Nas Tabelas 55 a 58, que abordam as *Salas de Aula Existentes* e as *Salas de Aula Utilizadas*, verifica-se em todas elas, que o percentual de salas utilizadas em relação às existentes é superior ou beira os 90% durante todo o período estudado.

Com algumas alternâncias, observa-se que os percentuais de utilização das salas de aula apresentaram um incremento de 1999 a 2007, mesmo que, em alguns anos (2001 a 2006), o percentual seja superior ao encontrado no último ano analisado. Visto a partir do conjunto das escolas, o percentual de utilização foi de 91,02%, em 1999, para 97,06% em 2007. Com relação às escolas de Ensino Fundamental, em 1999, havia 89,18% e, em 2007, 96,73%; quanto às de Ensino Fundamental e Médio, em 1999, o percentual, que era de 94,25%, foi para 97,50%, em 2007, e, quanto às de Ensino Médio, foi de 91,98% para 95,74%.

Os percentuais acima não foram calculados a partir de um número constante de salas de aula existentes, durante 1999-2007, mas sim dentro de uma realidade bastante dinâmica, em que o incremento no período foi de 839 salas, havendo um decréscimo de 3.852 salas nas escolas de Ensino Fundamental e um acréscimo de 4.325 salas nas escolas de Ensino Fundamental e Médio e, um acréscimo de 366 salas nas de Ensino Médio.

Tais acréscimos não resultam apenas da construção de novas salas ou escolas, mas também da transformação de outros ambientes em salas de aula, visto que são consideradas salas existentes o somatório das salas permanentes (construídas ou adaptadas permanentemente para esse fim) e as provisórias (adaptadas provisoriamente para tal). Assim sendo, em ambos os casos, o aumento das salas de aula pode ser resultado apenas da desativação de ambientes que, em função da necessidade iminente, transformam-se em salas de aula.

Portanto, face a percentuais de utilização que beiram à totalidade das salas de aula existentes, constata-se a situação limite em que se encontra a rede estadual, não obstante a diminuição na matrícula (ver Tabela 11, à pagina 355), sendo possível concluir que o incremento percentual muitas vezes ocorre às custas da desativação de ambientes, geralmente menos valorizados pelos gestores escolares, com a conseqüente ocupação de espaços não projetados para funcionar como salas de aula.

Como o levantamento das salas de aula utilizadas não contempla o seu uso em diferentes horários, mas apenas a sua utilização em algum momento do dia, infere-se que muitas salas de aula existentes são utilizadas por diferentes grupos em diferentes horários, o que certamente contribui para uma deterioração mais rápida desse espaço e de seus equipamentos e mobiliário, além de provável inadequação para alguns dos grupos.

A utilização observada a partir do zoneamento revela que não difere muito, em termos percentuais, a zona urbana da zona rural. A primeira apresenta, em 2007, uma discreta vantagem sobre a segunda, com exceção das salas de aula existentes em escolas de Ensino Médio, onde a ocupação na zona rural é de 82,76% das salas em comparação com a zona urbana, que atinge 96,66%.

Por conseguinte, apesar da ocorrência de salas sem utilização, ainda que em pequena quantidade, é imperativa a elaboração de um estudo objetivando mapear as carências quantitativas e qualitativas das salas de aula da rede estadual, visto

que, conforme dados de 2007, a sua utilização se aproxima, em alguns casos, dos 100%.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Tabela 59 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 419).
- Tabela 60 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 420).
- Tabela 61 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 421).
- Tabela 62 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 422).

Considerações:

Nas Tabelas 59 a 62, constata-se que a maioria das escolas é abastecida pela *Rede Pública*, pois, conforme dados de 2007, 72,62% (1.997 de 2.750) têm essa fonte de abastecimento. Convém evidenciar que as escolas com um sistema misto de abastecimento podem também ser abastecidas pela *Rede Pública* conjuntamente com outro sistema, o que tende a aumentar os percentuais da *Rede Pública*.

Quando analisados pelo tipo de instituição, os percentuais verificados em 2007 também apontam para uma prevalência da *Rede Pública*, a principal fonte de abastecimento em 63,02% (1.106 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, em 90,15% (805 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 84,32% (86 de 102) das escolas de Ensino Médio.

Dentre as opções existentes nos questionários, o *Poço Artesiano* é apontado, em 2007, como a fonte de abastecimento em 19,02% (523 de 2.750) das escolas. Sendo que, entre as escolas de Ensino Fundamental, o percentual aumenta para 26,33% (462 de 1.755).

Analisando-se a partir do zoneamento, verifica-se uma obviedade: na zona rural, há um predomínio do abastecimento por *Poço Artesiano* em todas as tabelas, porém, na zona urbana, a prevalência é a *Rede Pública*, com percentuais superiores aos 90% durante todo o período estudado.

Um fator merecedor de destaque, no sentido crítico negativo, é a existência de escolas sem abastecimento de água, as quais representam, em 2007, 0,07% (02 de 2.750) da rede, ambas localizadas na zona rural e de Ensino Fundamental.

ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

- Tabela 63 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 423).
- Tabela 64 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 425).
- Tabela 65 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 427).
- Tabela 66 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 429).

Considerações:

Nas Tabelas 63 a 66, constata-se que a maioria das escolas é abastecida pela *Rede Pública*, pois, conforme dados de 2007, 99,60% (2.739 de 2.750) têm essa fonte de abastecimento. Convém evidenciar que as escolas com um sistema

misto de abastecimento podem também estar sendo abastecidas pela *Rede Pública* conjuntamente com outro sistema, o que tende a aumentar os percentuais da *Rede Pública*.

Quando analisados pelo tipo de escola, os percentuais verificados em 2007 também apontam para uma prevalência da *Rede Pública*, que é a principal fonte de abastecimento, em 99,60% (1.748 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, em 99,78% (891 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 98,04% (100 de 102) das escolas de Ensino Médio.

Analisando-se os dados a partir do zoneamento, verifica-se que tanto na zona rural, como na zona urbana, há um predomínio do abastecimento através da *Rede Pública*.

Um fator merecedor de destaque é a existência de escolas sem abastecimento de energia elétrica, as quais representam, em 2007, 0,11% (03 de 2.750) da rede, ambas localizadas na zona rural e de Ensino Fundamental.

ABASTECIMENTO DE REDE DE ESGOTO

- Tabela 67 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 431).
- Tabela 68 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 432).
- Tabela 69 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 433).
- Tabela 70 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 434).

Considerações:

Nas Tabelas 67 a 70, constata-se que a maioria das escolas é abastecida pelo sistema de *Fossa*, pois, conforme dados de 2007, 55,35% (1.522 de 2.750) dos estabelecimentos de ensino têm esse sistema de abastecimento. Convém evidenciar a existência de que escolas com um sistema misto de abastecimento, conjuntamente *Fossa* e *Rede Pública*, faz aumentar os percentuais de ambos os sistemas.

Quando analisados pelo tipo de escola, os percentuais verificados em 2007 também apontam para situações distintas. A *Fossa* prevalece em 60,97% (1.070 de 1.755) das escolas de Ensino Fundamental, e a *Rede Pública*, em 50,73% (453 de 893) das escolas de Ensino Fundamental e Médio e em 53,92% (55 de 102) das escolas de Ensino Médio.

Dentre as opções existentes nos questionários, verifica-se que a *Fossa* e a *Rede Pública* predominam, restando ao sistema *Misto*, existente em duas escolas, percentuais ínfimos.

Analisando-se os dados a partir do zoneamento, observa-se que, na zona rural, há um predomínio absoluto do sistema de *Fossa* em todas as tabelas, porém, na zona urbana, a prevalência é principalmente para a Rede Pública, seguida do sistema de *Fossa*. Entre as escolas de Ensino Médio, a zona rural, apresenta uma prevalência de *Fossa*, porém sem a preponderância absoluta desse sistema.

Um fator merecedor de destaque é a existência de escolas sem ligação a uma rede de esgoto, que representam, em 2007, 0,54% (15 de 2.750) da rede. Dessas, 10 (dez) são rurais, todas de Ensino Fundamental e, 05 (cinco) são urbanas, sendo 01 (uma) de Ensino Fundamental, 02 (duas) de Ensino Fundamental e Médio e 02 (duas) de Ensino Médio.

ACESSIBILIDADE

- Tabela 71 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 435).
- Tabela 72 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 436).

- Tabela 73 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 437).
- Tabela 74 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 438).

Considerações:

Nas Tabelas 71 a 74, é possível constatar o quanto a infra-estrutura de acessibilidade ainda é precária na rede estadual, apesar do avanço ocorrido no período 1999-2007.

Pela análise da rede estadual, verifica-se que as *Dependências Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais*, que, em 1999, existem em 1,80% (53 de 2.942) das escolas, chegam a 18,62% (512 de 2.750) em 2007. Já, os *Sanitários para Portadores de Necessidades Especiais*, que em 1999, existem em 1,29% (38 de 2.942) das escolas, evoluem, em 2007, para 12,73% (350 de 2.750). Logo, é possível constatar que muitos estabelecimentos, possuíam uma infra-estrutura de acessibilidade incompleta, pois ao que tudo indica neles havia dependências adequadas, porém não havia sanitários adaptados, o que provavelmente tornava a situação ainda mais precária.

Quanto à adequação de espaços a portadores de necessidades especiais, os percentuais observados, se encontram muito aquém do desejado, também havendo um desequilíbrio entre a zona urbana e a zona rural, estando a primeira em vantagem sobre a segunda. Se analisarem os dados de 2007, constata-se que, na zona urbana, 22,73% (421 de 1.852) das escolas possuem dependências adequadas e 15,23% (282 de 1.852) sanitários adaptados. Já, na zona rural, os números referentes aos espaços para portadores de necessidades especiais, são 10,13% (91 de 898) para as dependências e 7,57% (68 de 898) para os sanitários, o que evidencia uma carência ainda maior nas escolas rurais quanto à acessibilidade.

Quando estudadas separadamente, as escolas também apresentam números diferentes, observando-se que as escolas de Ensino Fundamental têm os menores

índices, sendo os maiores nas escolas de Ensino Fundamental e Médio e de Ensino Médio.

Em 2007, os percentuais para as escolas de Ensino Fundamental são de 12,71% (223 de 1.755) para dependências adequadas e, 9,34% (164 de 1.755), para sanitários adaptados; nas escola de Ensino Fundamental e Médio, os números são, respectivamente, 29,68% (265 de 893) e 17,81% (159 de 893), e, nas escolas de Ensino Médio, 23,53% (24 de 102) e 26,47% (27 de 102).

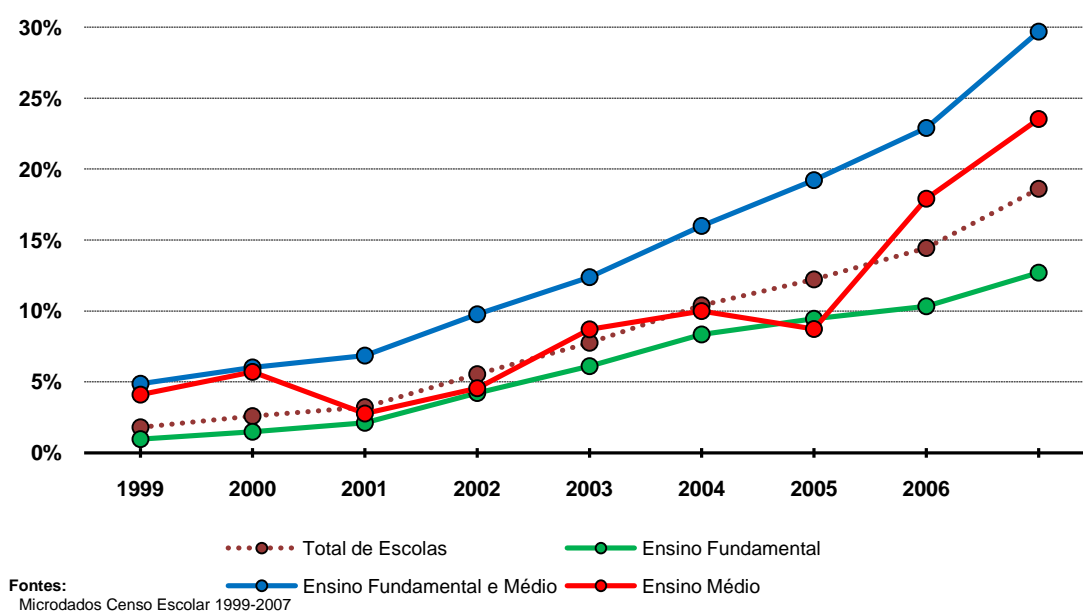
Em todos os casos, com exceção das escolas de Ensino Fundamental, a zona rural apresenta percentuais superiores aos da zona urbana.

Ainda, conforme observado anteriormente, os percentuais de dependências adequadas, com exceção das escolas de Ensino Médio, também apresentam percentuais maiores, se comparados aos números referentes aos sanitários adaptados. Tal situação, provavelmente, seja resultado do fato de que a existência de dependências adequadas na escola esteja vinculada à presença de uma simples rampa de acesso ao prédio, ao pátio ou a alguns ambientes em desnível, o que certamente é mais fácil e menos oneroso do que a construção ou adaptação de um sanitário para portadores de necessidades especiais.

Nos Gráficos 9 e 10 é possível visualizar a evolução da infra-estrutura de acessibilidade no período 1999-2007, a partir dos percentuais de presença destes espaços nas escolas da rede estadual.

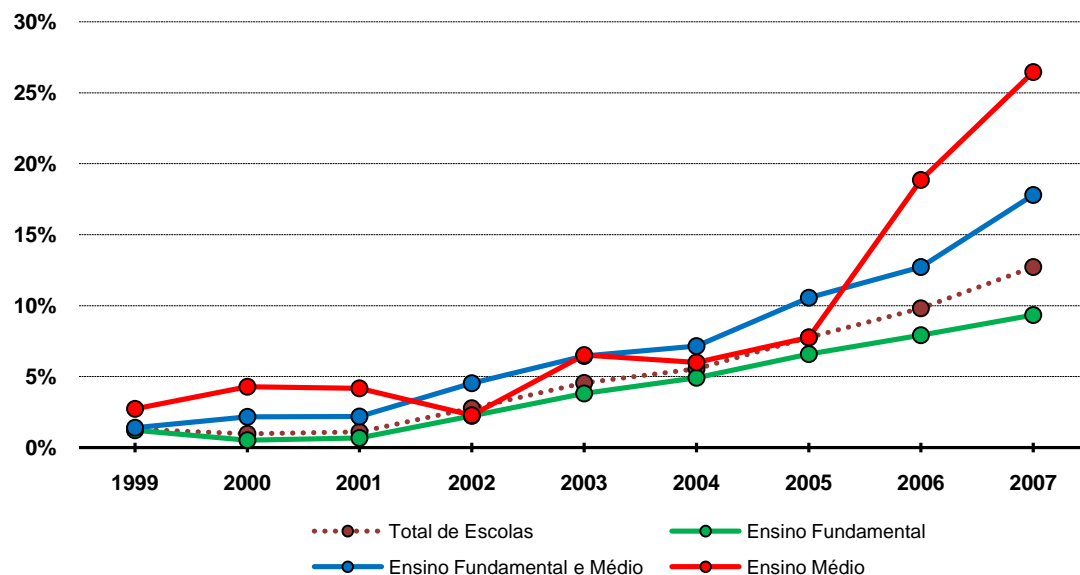
No Gráfico 9, o qual retrata o percentual de adequação das dependências aos PNEs, é possível observar que as linhas balizadoras apresentam uma evolução ascendente constante, com exceção das escolas de Ensino Médio, onde em dois momentos distintos esta evolução foi descendente. Também é possível observar que as escolas de Ensino Fundamental e Médio apresentam a melhor evolução e os maiores percentuais, posicionando-se sempre acima do percentual médio da rede, diferentemente das de Ensino Fundamental sempre posicionadas abaixo.

Gráfico 9
 Percentual de Presença de Dependências Adequadas a Portadores de
 Necessidades Especiais nas Escolas Estaduais
 1999-2007



Já no Gráfico 10, não obstante alguns períodos de crescimento percentual negativo nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, a evolução tem características positivas. Também podemos constatar que em relação a média das escolas, os estabelecimentos de Ensino Fundamental sempre apresentam os piores índices, comparativamente aos demais.

Gráfico 10
 Percentual de Presença de Sanitários Adequados a Portadores de
 Necessidades Especiais nas Escolas Estaduais
 1999-2007



Fontes:
 Microdados Censo Escolar 1999-2007

Assim, é possível supor que a adequação da escola ocorra quando se matricula um aluno portador de necessidades especiais, ou seja, a escola se adapta ao aluno em virtude do *problema* apresentado. Na verdade, deveria haver escolas adaptadas para receber todo tipo de portadores de necessidades especiais, sejam eles alunos, professores, servidores, familiares ou da comunidade em geral. Tal atitude, certamente, contribuiria para a inclusão social e para a quebra de muitos preconceitos.

INFORMÁTICA

- Tabela 75 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 439).
- Tabela 76 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 440).
- Tabela 77 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-

Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 441).

- Tabela 78 – Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) (página 442).

Considerações:

A partir das observações das Tabelas 75 a 78, é possível constatar o quanto a infra-estrutura de informática avança no período 1999-2007, não obstante serem estes dados meramente quantitativos, ou seja, não há um levantamento qualitativo dos *Laboratórios de Informática* e da qualidade do *acesso à Internet*. Os dados observados, apesar de refletirem números mais promissores, se comparados a 1999, podem também mascarar deficiências não evidenciadas por meio de levantamentos meramente numéricos.

Em 1999, apenas 9,11% (268 de 2.942) das escolas possuíam laboratórios de informática e 0,82% (24 de 2.942), acesso à *Internet*. Esses números, em 2007, mostram um crescimento de 41,42% (1.139 de 2.750) de escolas com laboratórios de informática e 55,82% (1.535 de 2.750) de escolas com acesso à *Internet*. Não obstante esses números não atinjam a totalidade da rede, certamente resultam do esforço no sentido de melhorar a infra-estrutura de informática das escolas.

Nos Gráficos 11 e 12 é possível observar este avanço ocorrido no período, embora alguns momentos de crescimento negativo e uma preponderância numérica das escolas de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio, a evolução ascendente das linhas balizadoras revela um importante progresso na infra-estrutura de informática da rede estadual.

Gráfico 11
 Percentual de Presença de Laboratórios de Informática
 nas Escolas Estaduais
 1999-2007

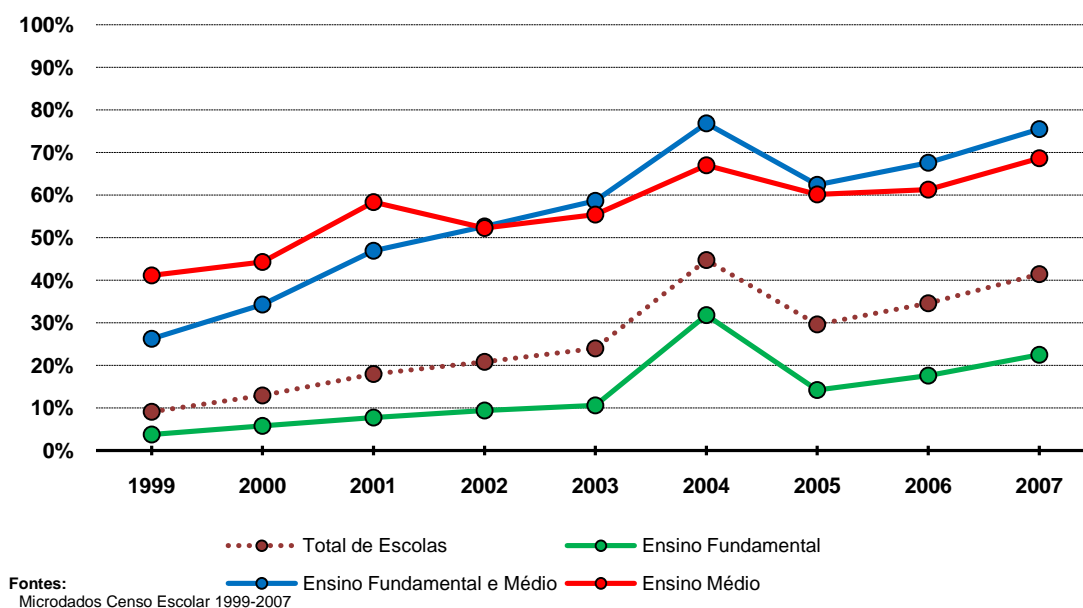
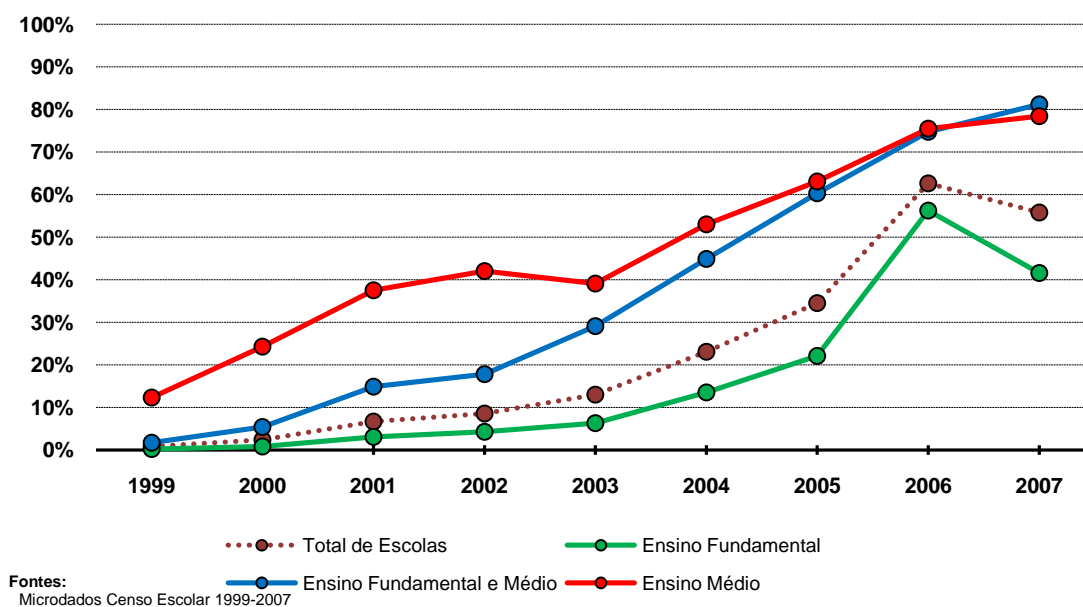


Gráfico 12
 Percentual de Presença de Acesso à Internet
 nas Escolas Estaduais
 1999-2007



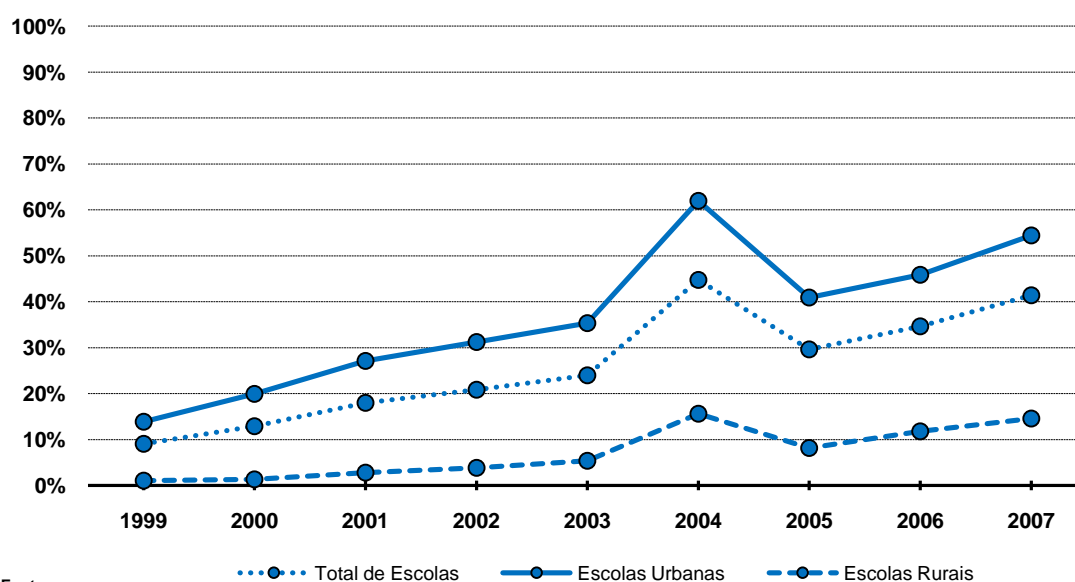
Os percentuais acima, quando analisados a partir do zoneamento das escolas, revelam que, apesar do avanço no todo, as escolas rurais ainda possuem percentuais inferiores aos das escolas urbanas. Em 1999, apenas 1,09% (12 de 1.098) das escolas rurais possuíam *Laboratório de Informática* e esse percentual, em 2007, evoluiu para 14,59% (131 de 898) das escolas. Quanto à zona urbana, em

1999, 13,88% (256 de 1.844) das escolas apresentam *Laboratório de Informática*, passando, em 2007 para 54,43% (1.008 de 1.852) das escolas. Consta-se que o incremento percentual das escolas da zona rural é bastante superior aos da zona urbana, porém aquém do necessário para igualar as duas zonas em termos percentuais.

Nas escolas da zona rural, o acesso à *Internet* que, em 1999, não existia, apresenta, em 2007, um percentual de 13,92% (125 de 898) das escolas, contrapondo-se a um percentual de 76,13% (1.410 de 1.852) das escolas urbanas.

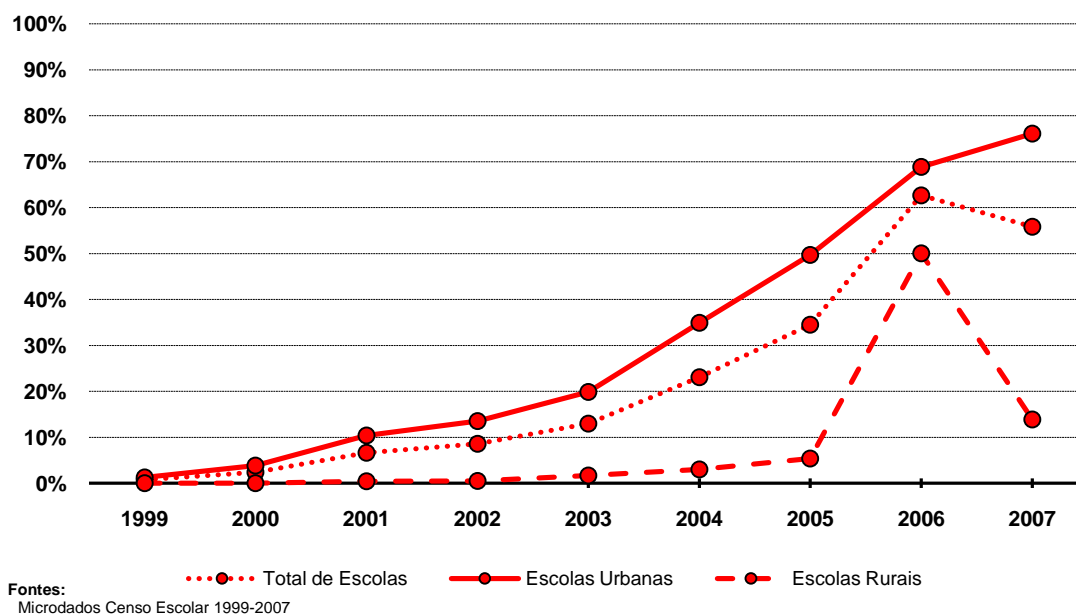
Nos Gráficos 13 e 14, é possível visualizar o comportamento da infraestrutura de informática no período 1999-2007, ficando evidente a supremacia das escolas localizadas na zona urbana sobre as escolas localizadas na zona rural, sendo as primeiras melhor servidas quantitativamente tanto em *Laboratórios de Informática*, como no *acesso à Internet*.

Gráfico 13
Percentual de Presença de Laboratórios de Informática
nas Escolas Estaduais Urbanas e Rurais
1999-2007



Fontes:
Microdados Censo Escolar 1999-2007

Gráfico 14
 Percentual de Presença de Acesso à Internet
 nas Escolas Estaduais Urbanas e Rurais
 1999-2007



Logo, se a implantação de *Laboratórios de Informática* nas escolas rurais pode, por um lado esbarrar num maior número de estabelecimentos de muito pequeno ou pequeno porte, para os quais se poderia considerar inviável a implantação, por outro lado o acesso à *Internet* na escola rural poderia apresentar números mais animadores, seja pelas novas tecnologias que possibilitam o acesso em regiões remotas, seja pela possibilidade de ofertar aos alunos e servidores uma conexão com a rede mundial e um provável acesso à informática através de alguns computadores disponibilizados aos usuários dessas escolas.

Quando estudadas separadamente (ver Gráficos 11 e 12), as escolas de Ensino Fundamental apresentam os menores índices: em 2007, 22,51% (395 de 1.755) dessas possuíam *Laboratório de Informática* e 41,60% (730 de 1.755), acesso à *Internet*. Tais percentuais, nas escolas rurais, diminuem respectivamente para 11,76% (98 de 833) e 50,93% (437 de 858), reforçando, assim, o explanado no parágrafo anterior.

Entre as escolas de Ensino Fundamental e Médio, os percentuais, em 2007, são de 75,48% (674 de 893) para o *Laboratório de Informática* e de 81,19% (725 de 893) para o acesso à *Internet*, com números menores para as escolas rurais comparativamente às urbanas.

Para as escolas de Ensino Médio, os percentuais de presença, em 2007, são de 68,63% (70 de 102) para os *Laboratórios de Informática* e 78,43% (80 de 102) para o acesso à *Internet*, também apresentando números inferiores para as escolas rurais.

Por conseguinte, enquanto o *Laboratório de Informática* atinge o percentual máximo de 77,02% (647 de 840), considerando-se as escolas urbanas de Ensino Fundamental e Médio, ele chega, no máximo, a 50,94% (27 de 53) no mesmo tipo de estabelecimento, considerando a zona rural. Já o acesso à *Internet*, cujo percentual máximo vai a 83,93% (705 de 840) das escolas urbanas de Ensino Fundamental e Médio, atinge o pico de 41,67% (05 de 12) das escolas rurais de Ensino Médio.

Embora os números mostrem avanços na infra-estrutura de informática na rede estadual, algumas considerações são necessárias diante dos dados disponíveis. Observa-se que, de 1999 a 2003, inúmeros estabelecimentos não prestam informações sobre sua conexão à *Internet*. Em 2001, ocorre o maior contingente de estabelecimentos que não informam sobre a conexão, ou seja, 1.064 estabelecimentos. Mesmo que todos eles estivessem conectados, o percentual passaria dos 6,66% calculados, para 42,46%, índice inferior ao encontrado em 2007. Conseqüentemente, apesar da omissão de informações, pode-se inferir que isso não compromete a evolução verificada entre 1999 e 2007.

Outro aspecto observado refere-se ao ano de 2004, quando ocorre um aumento significativo dos percentuais de escolas com *Laboratório de Informática*; no ano seguinte esses percentuais sofrem uma diminuição, entrando no contexto ascendente, verificado no cômputo geral compreendendo os anos de 1999 a 2007. Analisada a questão referente aos laboratórios encontrada no questionário de 2004, a qual estava inserida no tópico *Dependências Existentes na Escola*, não foi observada nenhuma alteração que pudesse justificar tal comportamento nos percentuais daquele ano, assim sendo, os resultados atípicos podem ser resultado de algum problema no registro ou na compilação dos dados.

Enfim, apesar do aumento significativo dos números na infra-estrutura de informática, a rede estadual ainda tem pela frente um considerável desafio, o de promover uma inclusão digital mais abrangente quantitativamente e certamente qualitativamente, através da implantação de *Laboratórios de Informática*, do acesso

à *Internet*, da capacitação de professores e funcionários e da criação de uma política de manutenção dessa estrutura.

Ao se finalizar esta etapa do estudo, em que se procurou elaborar um diagnóstico da rede estadual de escolas de Ensino Fundamental e/ou Médio do Rio Grande do Sul no período 1999-2007, a partir dos Microdados do Censo Escolar, algumas constatações, pela sua importância e/ou singularidade, necessitam ser destacadas.

A elaboração de um diagnóstico compreendendo um período de 08 (anos), a partir da análise dos questionários de 1999 a 2007, e incluindo uma imensa rede de escolas que se aproxima de 3.000 estabelecimentos, em alguns momentos, configurou-se num grande desafio, devido ao enorme quantitativo de informações e à complexa dinâmica do objeto de estudo ao longo do período estudado.

Este diagnóstico potencialmente pode destacar outras tantas variáveis, que não cabem no objetivo deste estudo. Portanto seria importante que, no futuro, estudos desse tipo continuassem e se aprofundassem, devido às rápidas transformações por que passam os edifícios escolares, em função de inúmeros fatores.

Este estudo, apesar de revelar dados significativamente importantes sobre a rede estadual, apenas o fez a partir de um viés quantitativo, ainda que, em muitos momentos, esse nos transporte ou, pelo menos, induza a tentar visualizar seus *números* sob um olhar qualitativo. Acredita-se que um olhar mais amplo sobre esta rede, ou seja, a construção de um diagnóstico quali-quantitativo contribuiria enormemente para que pudesse existir um conhecimento mais completo e mais verdadeiro da mesma. Ao que tudo indica, tal estudo supriria uma imensa lacuna, seria o alicerce para a elaboração de políticas públicas objetivando à melhoria dos espaços físicos escolares, já não mais vistos apenas como números, mas também sob a ótica da ênfase em aspectos qualitativos, o que indiscutivelmente resultaria em uma escola melhor.

Sinteticamente, pode-se afirmar que, em 2007²³, a rede estadual de escolas de Ensino Fundamental e/ou Médio apresenta uma matrícula superior a 50% de alunos no Ensino Fundamental. Além do que 63,82% (1.755 de 2.750) dos estabelecimentos existentes são de Ensino Fundamental, ou ainda, 96,29% (2.648

²³ Em alguns indicadores são utilizados dados referentes ao Censo de 2006, visto que o Censo de 2007 reduziu significativamente o número de indicadores comparativamente ao ano anterior.

de 2.750) ofertam este nível de ensino. Já as escolas de Ensino Médio são 3,71% (102 de 2.750), ou ainda 36,18% (995 de 2.750) que ofertam tal nível.

Conclui-se, portanto, ser bastante significativa a defasagem entre esses níveis de ensino, ainda mais quando se sabe que as redes municipais ofertam maciçamente o Ensino Fundamental. Apesar desse aspecto negativo, o Ensino Médio, não obstante uma retração da matrícula verificada em 2006 e 2007, certamente deverá ser expandido nos próximos anos, tornando-se indispensáveis políticas públicas que venham ao encontro desta nova demanda e deste novo perfil que, seguramente, tende a dominar a rede estadual.

Realizando-se uma análise a partir do número de alunos matriculados, desvenda-se uma rede em que as escolas maiores, com mais de 300 (trezentos) alunos (grande porte), são a maioria, ou seja, 53,06% (1.459 de 2.750) das escolas de Ensino Fundamental e/ou Médio. Considerando-se os dados a partir do zoneamento, verifica-se que a situação encontrada apresenta diferenças, ou seja, na zona urbana, prevalecem as escolas com mais de 300 (trezentos) alunos (76,62% – 1.419 de 1.852); já na zona rural, a preponderância é de escolas consideradas de muito pequeno porte, ou seja, com até 50 (cinquenta) alunos, com um percentual de 45,32% (419 de 898).

Em indicadores como o *Local de Funcionamento*, constata-se que a ampla maioria das escolas ocupa *Prédios Escolares*; não obstante as indagações já realizadas anteriormente, este índice é, sem dúvida, animador.

Relativamente à *Entidade Proprietária do Imóvel* (2006), os índices apontaram para a esfera estadual como detentora de mais de 95% dos imóveis ocupados por escolas estaduais, índice que diminui quando analisadas separadamente as escolas de Ensino Médio (83,02% – 88 de 106).

Outro indicador com índices bastante positivos diz respeito à *Forma de Ocupação do Prédio* (2006), em que se constatam percentuais acima de 95% para a opção *Próprio*, com exceção das escolas de Ensino Médio, cujo percentual de estabelecimentos ocupando prédios cedidos chega a 21,70% (23 de 106).

Ainda na questão referente ao prédio, o compartilhamento é uma realidade em 0,73% (20 de 2.750) escolas, índice que sobe consideravelmente nas escolas de Ensino Médio (8,82% – 09 de 102).

Ante tais indicadores, constata-se que a maior necessidade, em 2007, refere-se aos estabelecimentos de Ensino Médio, cuja expansão, verificada no período

1999-2007 não se acompanha de um correto investimento em prédios e instalações, haja vista o grande percentual de escolas ocupando prédios cedidos e/ou compartilhados. Tal problema assume uma proporção significativa, quando é possível presumir que a rede estadual passará por uma mudança em seu perfil, no qual o Ensino Médio deverá, em alguns anos, assumir os maiores índices percentuais de matrícula.

Nas dependências existentes, as quais foram enquadradas em dependências *Administrativas, Pedagógicas, de Serviço e de Convivência e Recreação*, inúmeras considerações são significativas nesse conjunto.

Como o questionário do Censo Escolar 2007 reduziu significativamente o número de dependências pesquisadas, optou-se por analisar os dados referentes ao Censo Escolar de 2006.

Quando se verifica os percentuais médios a partir do enquadramento feito com os ambientes estudados, alguns índices são valiosos. Nos quadros comparativos, a seguir, é possível verificar o percentual médio de presença de cada um dos enquadramentos.

Quadro 35
Percentuais Médios de Presença das Dependências Administrativas, Pedagógicas, de Serviço e de Convivência e Recreação nas Escolas Urbanas e Rurais (Quadro Comparativo)
Censo Escolar 2006

Dependências	Percentual Médio de Presença			
	Oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio (2.790 escolas)	Ensino Fundamental (1.828 escolas)	Ensino Fundamental e Médio (856 escolas)	Ensino Médio ⁽¹⁾ (106 escolas)
Administrativas	73,98%	65,64%	90,36%	85,38%
Pedagógicas	36,69%	27,44%	55,34%	45,76%
Serviço	62,77%	60,49%	69,31%	49,29%
Convivência e Recreação	37,79%	30,18%	54,42%	31,51%

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 2000 e 2006 (MEC/INEP – SE/RS)

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) Nas escolas de Ensino Médio, o Parque Infantil não foi computado para o cálculo do percentual médio de presença.

No quadro anterior, a partir dos percentuais médios de presença encontrados, constata-se que na rede estadual, os índices encontrados por tipo de dependência, pela ordem, são os seguintes: *Administrativos, de Serviço, de Convivência e Recreação e Pedagógicos*. Tais percentuais também seguem a mesma ordem nas escolas de Ensino Fundamental, com exceção das escolas de Ensino Fundamental

e Médio e escolas de Ensino Médio, em que as dependências *Pedagógicas* possuem um índice maior que as de *Convivência e Recreação*.

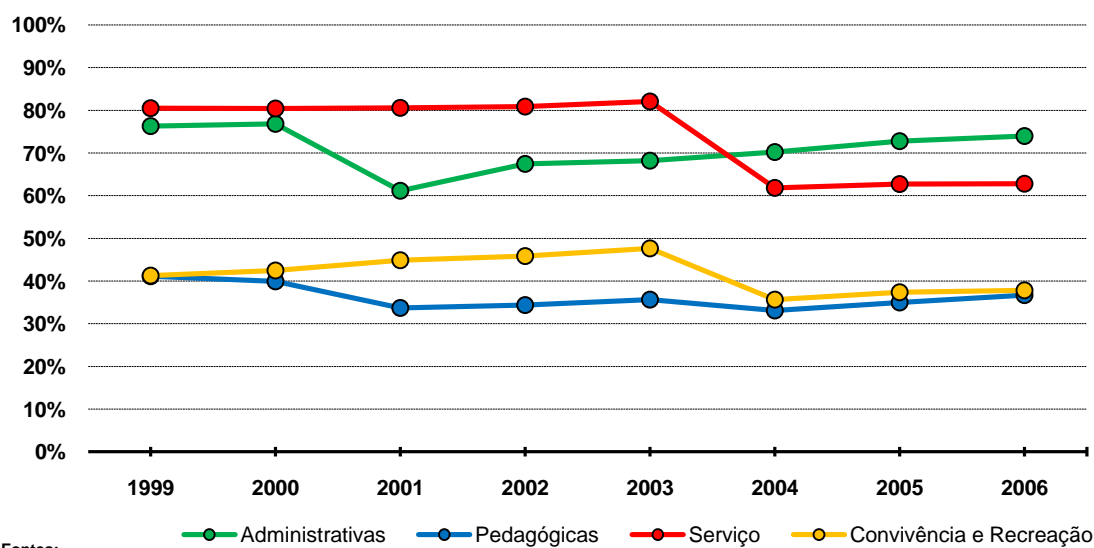
Ao se observar cada uma das escolas classificadas segundo o seu nível de ensino, constata-se que as de Ensino Fundamental e Médio apresentam os maiores percentuais, seguidas, pela ordem, das de Ensino Médio e de Ensino Fundamental.

Verifica-se, então, que os percentuais médios de presença observados, em todo o período analisado, retratam uma rede de escolas, em que os ambientes *Administrativos* e de *Serviço*, que atendem aos alunos de forma indireta, são os que apresentam os maiores índices de presença (ver Gráfico 15), seguindo-se os de *Convivência e Recreação* e, em última colocação, os *Pedagógicos*, apresentando os piores índices.

Nesse contexto, certamente, vislumbra-se uma rede de escolas que quantitativamente não privilegia a equidade e a igualdade de condições, possuindo índices díspares, conforme o nível e/ou a quantidade de níveis de ensino ofertados pelo estabelecimento.

No Gráfico 15 é possível observar, que não obstante o traçado observado pela linha balizadora dos percentuais médios, que em alguns momentos apresenta uma evolução negativa devido a inclusão de novas dependências nos questionários do Censo Escolar, os melhores percentuais médios foram uma constante de 1999 a 2006 para as dependências *Administrativas e de Serviço*.

Gráfico 15
 Percentual Médio de Presença das Dependências Administrativas,
 Pedagógicas, de Serviço e de Convivência e Recreação nas Escolas
 Estaduais
 1999-2006



Em outra análise, quando separadas em função do zoneamento, constata-se que as escolas urbanas são as que apresentam os maiores índices, com respeito à presença de dependências *Pedagógicas*, de *Serviço* e de *Convivência e Recreação*, com exceção das escolas rurais de Ensino Médio, as quais possuem os maiores percentuais dessas dependências se comparadas às escolas urbanas. Nesse sentido, se destacam as escolas de Ensino Fundamental e Médio, que têm os maiores percentuais de presença, se comparadas com a totalidade dos estabelecimentos, com as de Ensino Fundamental e com as de Ensino Médio, sejam urbanas ou rurais.

Quadro 36
 Percentuais Médios de Presença das Dependências Administrativas, Pedagógicas,
 de Serviço e de Convivência e Recreação nas Escolas Urbanas
 (Quadro Comparativo)
 Censo Escolar 2006

Dependências	Percentual Médio de Presença			
	Oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio (1.869 escolas)	Ensino Fundamental (970 escolas)	Ensino Fundamental e Médio (806 escolas)	Ensino Médio ⁽¹⁾ (93 escolas)
Administrativas	85,57%	81,32%	90,67%	85,75%
Pedagógicas	45,30%	36,51%	55,87%	45,34%
Serviço	66,09%	64,98%	69,60%	47,31%
Convivência e Recreação	45,61%	38,61%	55,28%	29,89%

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 2000 e 2006 (MEC/INEP – SE/RS)

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) Nas escolas de Ensino Médio, o Parque Infantil não foi computado para o cálculo do percentual médio de presença.

Quadro 37
 Percentuais Médios de Presença das Dependências Administrativas, Pedagógicas,
 de Serviço e de Convivência e Recreação nas Escolas Rurais
 (Quadro Comparativo)
 Censo Escolar 2006

Dependências	Percentual Médio			
	Oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio (921 escolas)	Ensino Fundamental (858 escolas)	Ensino Fundamental e Médio (50 escolas)	Ensino Médio ⁽¹⁾ (13 escolas)
Administrativas	50,46%	47,93%	85,50%	82,70%
Pedagógicas	19,22%	17,17%	46,67%	48,72%
Serviço	56,03%	55,42%	64,50%	63,46%
Convivência e Recreação	22,04%	20,65%	40,67%	43,08%

Fontes:

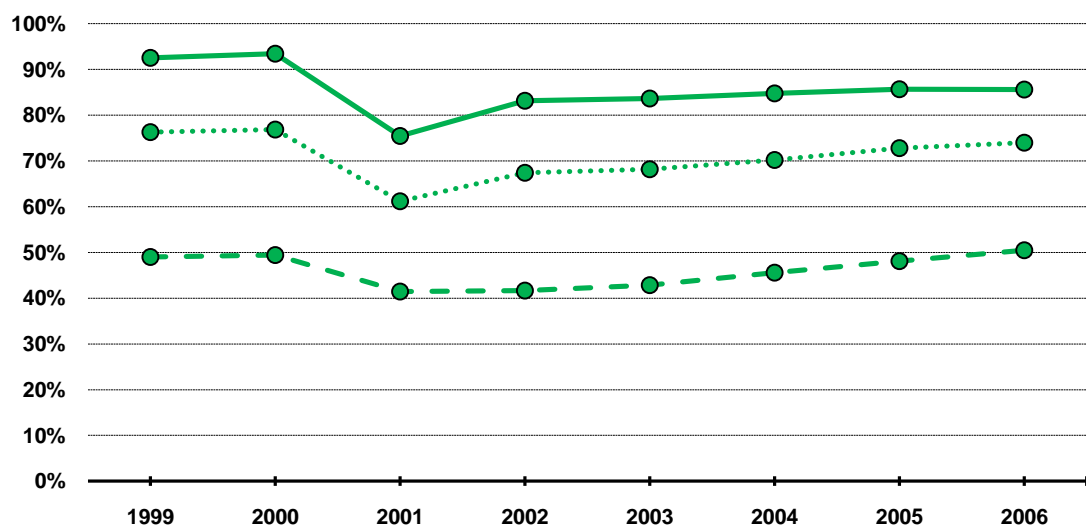
- Microdados Censo Escolar 2000 e 2006 (MEC/INEP – SE/RS)

Nota:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) Nas escolas de Ensino Médio, o Parque Infantil não foi computado para o cálculo do percentual médio de presença.

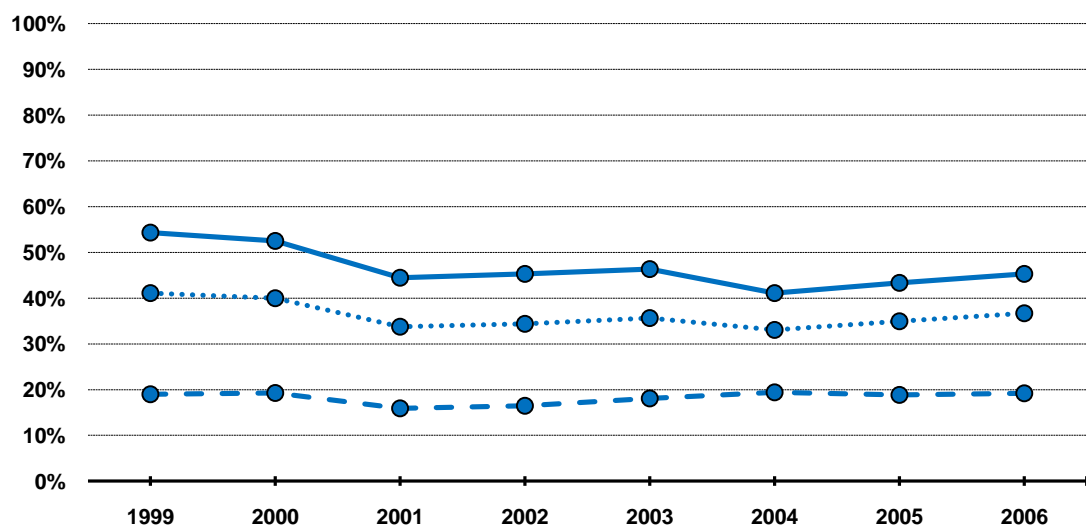
Nos Gráficos 16 a 19, os quais demonstram a evolução dos percentuais médios das dependências *Administrativas*, *Pedagógicas*, de *Serviço* e de *Convivência e Recreação* de 1999 a 2006, é possível constatar que as escolas urbanas sempre apresentaram melhores índices em relação as rurais. Tal realidade evidencia a necessidade de investimentos por parte do poder público nas escolas rurais, objetivando diminuir tais diferenças e proporcionando ao alunado do campo uma escola com uma maior diversidade de espaços, mesmo que consideradas suas características e peculiaridades.

Gráfico 16
 Percentual Médio de Presença das Dependências Administrativas nas
 Escolas Estaduais Urbanas e Rurais
 1999-2006



Fontes:●..... Administrativa ——●—— Administrativas Urbanas - - -●- - - Administrativa Rural
 Microdados Censo Escolar 1999-2006.

Gráfico 17
 Percentual Médio de Presença das Dependências Pedagógicas nas
 Escolas Estaduais Urbanas e Rurais
 1999-2006



Fontes:●..... Pedagógicas ——●—— Pedagógicas Urbanas - - -●- - - Pedagógicas Rurais
 Microdados Censo Escolar 1999-2006.

Gráfico 18
 Percentual Médio de Presença das Dependências de Serviço nas Escolas
 Estaduais Urbanas e Rurais
 1999-2006

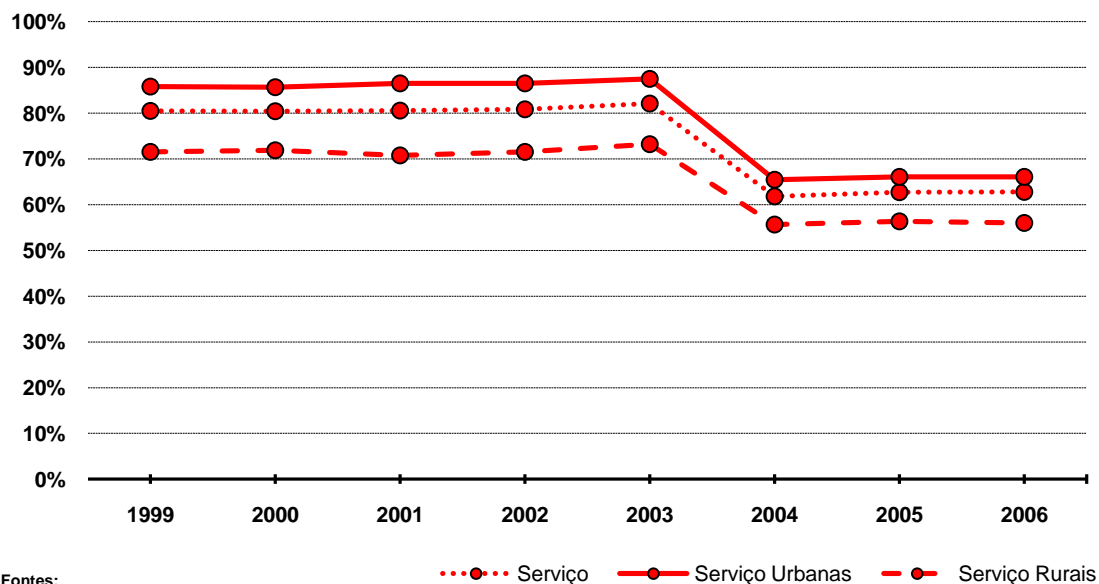
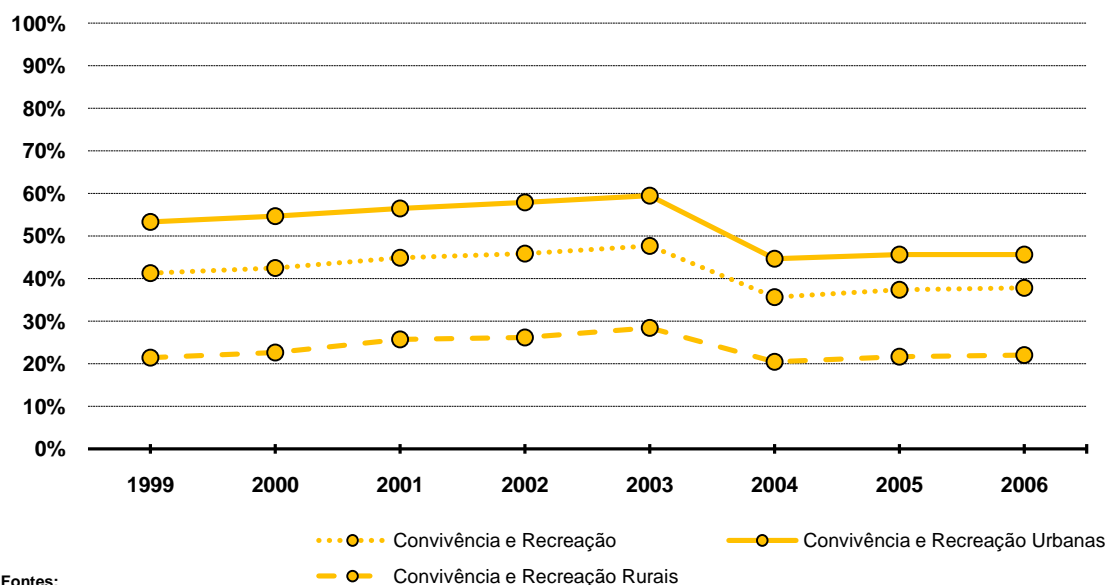


Gráfico 19
 Percentual Médio das Dependências de Convivência e Recreação nas
 Escolas Estaduais Urbanas e Rurais
 1999-2006



Quanto aos sanitários, mesmo havendo índices próximos de 100%, em 13 (treze) estabelecimentos, foi verificada a sua inexistência. Tal fato, devido à singularidade da situação encontrada, leva a crer que se deva à extrema precariedade dos sanitários existentes, ou ainda, ao fato de que o sanitário não

exista no sentido convencional, isto é, de alvenaria de tijolos, com pintura impermeável ou azulejado, com metais e louças, provavelmente, encontrando-se seus elementos em locais separados, conforme a função. O lavatório se pode localizar em algum espaço de fácil acesso, enquanto que a bacia sanitária pode estar improvisada em algum espaço localizado fora das dependências do prédio.

Apesar de não se possuírem dados realmente concretos sobre o motivo da inexistência de sanitários em algumas escolas, deve-se destacar que a sua simples presença não significa que esses se constituam em ambientes salubres e existam, em quantidade suficiente para o atendimento da demanda.

Quando se analisa a situação a partir do número de salas de aula existentes (2007), encontra-se uma rede em que as escolas maiores, com mais de 10 (dez) salas (grande porte) são a maioria entre as escolas de Ensino Fundamental e Médio (74,80% – 668 de 893) e Ensino Médio (46,08% – 47 de 102). Já, entre as escolas de Ensino Fundamental, predominam as escolas de 02 a 05 salas, denominadas de pequeno porte (41,37% – 726 de 1.755). Levando-se em conta o zoneamento, verifica-se que, na zona urbana, prevalecem as escolas com mais de 10 salas (grande porte) e, na zona rural, as escolas de 02 a 05 salas (pequeno porte), o que certamente confirma ambas as realidades, a urbana, de povoação mais densa, e a rural, de povoação mais rarefeita.

Analisando-se comparativamente as salas de aula existentes e as utilizadas, averigua-se uma rede que trabalha no seu limite, visto que os percentuais de utilização das salas são próximos ou superiores a 95%, com exceção das escolas rurais de Ensino Médio (82,76%). Partindo do fato de que a utilização significa o uso da sala tão somente (pode ser em um ou mais turnos), é possível inferir que o uso maciço das salas certamente contribui para a sua rápida deterioração (espaço físico, mobiliário e equipamentos), criando-se a necessidade de manutenção efetiva e constante.

Nos itens referentes à infra-estrutura, abastecimento de água, de energia elétrica e de rede de esgoto, constata-se que os índices podem ser considerados satisfatórios.

Quanto ao abastecimento de água, a *Rede Pública* é a principal fonte informada pelas escolas da rede, seguida do *Poço Artesiano*. A *Rede Pública* apresenta os maiores índices, pela ordem, nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, Ensino Médio e Ensino Fundamental. O *Poço Artesiano* destaca-se nas

escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Na zona rural, a principal fonte de abastecimento é o *Poço Artesiano* e, na zona urbana, há a prevalência quase absoluta da *Rede Pública*.

No abastecimento de energia elétrica, a preponderância, em todas as situações, é da *Rede Pública*, com índices próximos a 100%.

A inexistência de abastecimento de água e de energia elétrica também se constata em dois e três estabelecimentos, respectivamente, ambos de Ensino Fundamental e localizados na zona rural.

Na infra-estrutura de Rede de Esgoto, a *Fossa* é o sistema prevalente nas escolas de Ensino Fundamental e a *Rede Pública*, nas de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio. Na zona rural, a *Fossa* é o principal sistema de abastecimento de esgoto, enquanto que na zona urbana, a *Rede Pública* cumpre esse papel, seguida da *Fossa*. Verifica-se também, a inexistência de rede de esgoto, ainda que em percentuais mínimos, em algumas escolas, principalmente localizadas na zona rural.

Na acessibilidade, é possível averiguar os baixos índices de dependências e sanitários adequados a portadores de necessidades especiais. Os maiores índices se verificam nas escolas de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio, porém, certamente, muito aquém do desejável.

Na infra-estrutura de informática, os percentuais encontrados relativos à existência de *Laboratório de Informática* e ao acesso à *Internet* na escola são maiores nas escolas urbanas de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio. Em todas as situações, os índices referentes ao acesso à *Internet* são superiores aos dos *Laboratórios de Informática*. Constata-se então que a escola pública, que cumpre um importante papel como inclusora digital, ainda não supre tal lacuna, pois os índices encontrados ainda estão distantes dos 100%, principalmente nas escolas de Ensino Fundamental.

Assim sendo, pode-se resumir a rede estadual, a partir deste diagnóstico, em alguns tópicos que traduzem objetivamente a realidade encontrada no ano de 2007:

- a) preponderância do Ensino Fundamental na matrícula inicial (56,32%);
- b) diminuição significativa dos estabelecimentos classificados como de Ensino Fundamental (fechamento, municipalização ou acréscimo na oferta de nível de ensino); aumento do número de escolas de Ensino Fundamental e Médio (principalmente pelo acréscimo da oferta do Ensino

- Médio nas escolas de Ensino Fundamental) e abertura de novas escolas de Ensino Médio (período 1999-2007);
- c) prevalência dos estabelecimentos com oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio (97,69% – 2.750 de 2.815);
 - d) predomínio dos estabelecimentos de Ensino Fundamental (63,82% – 1.755 de 2.750);
 - e) preponderância das escolas com mais de 300 alunos (53,56% – 1.459 de 2.750);
 - f) localização das escolas, na sua ampla maioria, em prédios escolares e em edifícios próprios e pertencentes à esfera estadual;
 - g) compartilhamento significativo de prédios pelas escolas de Ensino Médio (8,82% – 09 de 102);
 - h) prevalência dos maiores índices de percentuais de presença para os ambientes enquadrados como *Administrativos* e de *Serviço*, em detrimento das dependências *Pedagógicas* e de *Convivência e Recreação* (2006);
 - i) presença de maiores índices de percentuais de presença de dependências nas escolas de Ensino Fundamental e Médio (2006);
 - j) presença de maiores índices de percentuais de presença de dependências nas escolas urbanas (2006);
 - k) existência, ainda que em pequeno número, de estabelecimentos sem sanitários;
 - l) preponderância de escolas com mais de 06 salas de aula existentes (70,69% – 1.944 de 2.750); utilização em alto índice das salas de aula em relação às existentes (97,06% – 26.838 de 27.651);
 - m) preponderância da *Rede Pública* no abastecimento de água (72,62% – 1.997 de 2.750) e no abastecimento de energia elétrica (99,60% – 2.739 de 2.750) e do sistema de Fossa, para o esgoto (55,35% – 1.522 de 2.750);
 - n) presença de baixo percentual de *Laboratório de Informática* nas escolas estaduais (41,42% – 1.139 de 2.750);
 - o) existência de acesso à *Internet* em mais da metade das escolas (55,82% – 1.535 de 2.750);
 - p) presença de baixo percentual de *Dependências e Sanitários adequados aos Portadores de Necessidades Especiais* nas escolas estaduais.

Na próxima parte será feita uma análise do *Ordenamento Normativo do CEED/RS* vigente no mesmo período relativo aos *Microdados do Censo Escolar* (1999-2007), contemplando os Pareceres CEED 1400/02 (*Estabelece normas para oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*) e 580/00 (*Estabelece condições para a oferta de Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino*). Esta análise busca subsidiar a compreensão da realidade observada a partir dos *Microdados do Censo Escolar* referente as escolas estaduais de Ensino Fundamental e/ou Médio.

5.3 O Ordenamento Normativo do CEED/RS

Os Pareceres Normativos do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul estudados objetivam o estabelecimento de normas para a oferta de Ensino Fundamental e Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino.

Tanto o Parecer CEED 1400/02 (*Estabelece normas para oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*), como o Parecer CEED 580/00 (*Estabelece condições para a oferta de Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino*), devido à dinâmica escolar, fruto de uma sociedade em constante transformação, já poderiam ser considerados longevos, o primeiro com uma vigência de 07 (sete) anos e o segundo encaminhando-se para uma década em vigor.

A longevidade de ambos os Pareceres, na verdade, não se constitui em fato novo, visto que os pareceres que antecederam aos atuais vigoraram respectivamente por 18 (dezoito) e 08 (oito) anos. O primeiro estabeleceu normas para o Ensino Fundamental (Parecer CEED 200/84 – *Normas para autorização de funcionamento de escolas e de séries do ensino de 1º grau*), e o segundo, para o Ensino Médio (Parecer CEED 909/92 – *Estabelece diretrizes para autorização para funcionamento de estabelecimento e habilitação profissional de ensino de 2º grau*).

Não obstante as *atualizações* ocorridas em 2000 e 2002, os Pareceres continuaram desatualizados, diante das exigências educacionais de então. Essa já foi minha opinião sobre os antigos pareceres, em *Edifícios Escolares em Pelotas: um diagnóstico da rede estadual*:

As transformações que ocorreram na sociedade nos últimos anos foram extremamente significativas e, conseqüentemente, também resultaram em transformações no processo educacional, principalmente nos aspectos

tecnológico e pedagógico, com a popularização do uso do computador, do vídeo e da televisão, como instrumentos do referido processo. Quando observamos que os dois Pareceres que normatizam o funcionamento tanto de escolas de 1.º grau (ensino fundamental), como de escolas de 2.º grau (ensino médio), nos itens que tratam de prédios e instalações, objetivo desta análise, sequer mencionam espaços destinados a laboratórios de informática, verificamos, assim, o quanto ambos, em suas exigências, estão desatualizados (SASTRE, 2001, p.53).

Como exposto anteriormente, novamente constata-se que a desatualização dos atuais Pareceres, antes de ser uma conseqüência do seu longo tempo de vigência, também é resultado de um vício de origem, visto que, em 2001, já havia sido constatada a ausência de normatizações para dependências que, naquele momento, já se demonstravam necessárias diante das transformações do processo educacional.

Conseqüentemente, as alterações necessárias em ambos os Pareceres, ainda que vinculadas à inserção de novas e detalhadas normatizações, passam obrigatoriamente pela sua atualização constante, que poderia estar regulamentada através de uma possível validade, ou, ainda, pela exigência de atualizações dentro de um determinado espaço de tempo.

5.3.1 Parecer CEED 1400/02

Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul em dezembro de 2002, o Parecer CEED 1400/02 objetiva estabelecer *normas* para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema de Ensino estadual.

Organizado em 06 (seis) partes, o Parecer inicia destacando que é competência sua a fixação de normas para a oferta do Ensino Fundamental.

Na sua introdução, o Parecer destaca que a Comissão de Ensino Fundamental, objetivando propor as alterações necessárias para a oferta dessa etapa de ensino, diante da nova LDB e de outras normas complementares criadas por aquele Colegiado, examinou qualitativamente a realidade da oferta do Ensino Fundamental no RS.

Em face dessa realidade, em dezembro de 2000, o Conselho realizou um Seminário sobre o Contexto e Diagnóstico do Ensino Fundamental no Rio Grande do Sul, do qual participaram diferentes instituições vinculadas à educação. Saliencia também que, nesse evento, foram apresentados elementos da realidade educacional, os quais contribuíram para a elaboração desse Parecer.

A *Introdução* do Parecer destaca, ainda, a redução do número de alunos no Ensino Fundamental e o crescimento das matrículas desse nível de ensino na rede municipal, em detrimento da estadual, ainda que o Ensino Fundamental na rede estadual permanecesse com a maior matrícula. Como fatores para tais transformações, o Parecer sinalizava para a redução nos índices de natalidade, os efeitos da criação do FUNDEF e a maior exigência da população por escolarização.

Na segunda parte do Parecer, destaca-se que o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito tem como fundamento a legislação federal e a estadual, sobressaindo-se a Constituição do Brasil, a do Rio Grande do Sul, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Planejamento, padrões mínimos de qualidade e políticas públicas são tratados na terceira parte do documento. Ao tratar do planejamento, destaca que esse é essencial e que as mantenedoras, ao criarem ou ampliarem suas escolas, devem levar em consideração os elementos que indicarão as necessidades e possibilidades para tal efetivação.

Ao discorrer sobre os padrões mínimos de qualidade, o Parecer salienta que devem existir pré-condições para a sua garantia, destacando fatores como recursos humanos qualificados, bem remunerados e em número suficiente; escolas equipadas; salas de aula organizadas; e um currículo que evidencie a qualidade do ensino.

Conforme o Parecer, as mantenedoras devem, ao construir, reformar ou replanejar os espaços escolares, estar comprometidas com padrões mínimos de qualidade, pois tais espaços devem cumprir um papel efetivo no campo pedagógico e da socialização.

Finalmente, ao abordar políticas públicas e educação, o Parecer afirma que

A educação deve ser vista como componente substancial de políticas públicas de desenvolvimento e como eficaz instrumento de cidadania e deve ser tratada como produtora de conhecimento e transformadora da sociedade. Assim, muito mais que apenas na infra-estrutura e equipamentos, é necessário que a escola seja planejada para ser um fator positivo ao desenvolvimento social e econômico da população como um todo para melhorar a qualidade de vida. Assim, a qualidade na educação passa a ser qualidade educativa em termos qualitativos e quantitativos, apoiando-se no acesso ao conhecimento e às condições de reconstruí-lo, possibilidades de pesquisa, atitude crítica diante da realidade domínio da informação e comunicação e criatividade na busca da universalização (Parecer CEED 1400/02, p. 05).

Portanto, o documento considera a educação como parte fundamental das políticas públicas de desenvolvimento, como instrumento de cidadania, como produtora de conhecimento e transformadora da sociedade. Afirma, ainda, que a qualidade na educação precisa ser vista nos aspectos quantitativos e qualitativos.

Ao destacar a importância do quali-quantitativo na educação, o Parecer também corrobora a ideia de que a rede de edifícios escolares, muito mais do que uma rede quantitativa, precisa ter qualidade. De pouco adianta uma adequada oferta numérica, se essa não tem qualidade. De nada adiantam inúmeros espaços, se esses estão sem adequada manutenção, não possuem conforto térmico e acústico, estão mal mobiliados ou, ainda, mal equipados, entre outros fatores.

No quarto item do Parecer, abordam-se a proposta pedagógica e o regimento escolar. Quanto à proposta pedagógica, o mesmo evidencia que ela deve ser resultante da reflexão ocorrida na comunidade escolar, traduzindo seus anseios, necessidades e demandas. Em relação ao regimento, destaca que esse deve ser a tradução legal do descrito, esclarecido, definido e fixado pela proposta pedagógica.

Na quinta parte, denominada *O Ensino Fundamental*, o documento inicia salientando que esse nível de ensino, com duração de 08 (anos), necessita de inúmeros fatores (ver Quadro 38).

Quadro 38
Necessidades do Ensino Fundamental

Necessidades do Ensino Fundamental (duração mínima de 08 anos)	
Proposta Pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construída pela Comunidade Escolar.
Recursos Pedagógicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Que permitam a efetivação da Proposta Pedagógica e dos Planos de Estudo da escola.
Regimento Escolar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Que represente a Proposta pedagógica da escola.
Corpo Docente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Devidamente habilitado.
Acervo Bibliográfico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Armazenado em local seco e arejado; ▪ Disponível para alunos, professores, funcionários e comunidade; ▪ Organizado e classificado segundo as Normas Técnicas; ▪ Deverá possuir livros de literatura nacional e regional, textos científicos, livros técnicos e de referência, revistas atualizadas e todos os materiais necessários ao desenvolvimento da Proposta Pedagógica da escola e do Plano de Trabalho dos Professores.
Recursos Audiovisuais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Que permitam o uso de tecnologias educacionais e a sua constante atualização.
Infra-Estrutura Física	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apropriada às características desse nível de ensino; ▪ Em conformidade com o Regimento Escolar.
Áreas Verdes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Com sombreamento, bancos e praças de brinquedos; ▪ Deverá ser um espaço de convivência adequado à faixa etária dos alunos.
Adequação dos Espaços aos Portadores de Necessidades Especiais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os espaços deverão estar adequados aos Portadores de Necessidades Especiais, conforme as determinações das normas estaduais e federais.
Espaços Especializados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para as atividades artístico-culturais, esportivas e recreativas, devendo servir como espaços efetivos nos aspectos pedagógicos e de socialização.
Aeração, Iluminação e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os espaços, em tais aspectos, deverão atender as exigências dos Códigos de Obras dos municípios.

Fonte:

- Parecer CEED 1400/02 (Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul).

Dentre os 11 (onze) fatores relacionados, pode-se afirmar que pelo menos 08 (oito) têm alguma ligação explícita ou remetem a questão espacial: (a) Recursos Pedagógicos; (b) Acervo Bibliográfico; (c) Recursos Audiovisuais; (d) Infra-estrutura; (e) Áreas Verdes; (f) Espaços adequados a Portadores de Necessidades Especiais; (g) Espaços Especializados; (h) Aeração, Iluminação e Segurança.

Por conseguinte, verifica-se que o Parecer, ao tratar das necessidades do Ensino Fundamental, refere-se inúmeras vezes à questão espacial, a qual desponta como tendo um papel de primordial significância no quantitativo de tais necessidades.

O documento, ao abordar os aspectos referentes aos recursos de infraestrutura física e de equipamentos, o faz abordando e tratando separadamente as escolas urbanas e as escolas rurais.

Inicialmente, o Parecer traz orientações sobre as escolas de Ensino Fundamental localizadas na zona urbana, explicitando quais pressupostos que prédio deve atender para a oferta do referido nível de ensino.

A seguir, no Quadro 39, observa-se a relação de características que o prédio deve possuir:

Quadro 39
Edifício Escolar para Estabelecimentos de Ensino Fundamental
Localizado em Zona Urbana

Edifício Escolar de Ensino Fundamental – Zona Urbana	
Características do Prédio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusivo para atividade educacional; ▪ Dispor de segurança e privacidade; ▪ Entrada própria desde o logradouro público; ▪ Para os anos iniciais da oferta, deverá utilizar até os três primeiros pavimentos (segundo andar).

Fonte:

- Parecer CEED 1400/02 (*Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*).

Entre as exigências especificadas, destaca-se a necessidade do uso exclusivo do prédio para a atividade educacional, o que certamente é um fator positivo, pois tende a propiciar um espaço de melhor qualidade e identificado com a atividade educacional. Apesar desse requisito, o texto não estabelece que o prédio seja projetado e construído para tal, o que permite a ocupação de espaços construídos para outros fins para uso da atividade escolar.

Após discorrer sobre as características do prédio, o documento relaciona 11 (onze) demandas que o prédio deve atender, que contemplam aspectos relativos aos ambientes, ao mobiliário, aos equipamentos e à infra-estrutura. (ver Quadro 40).

Quadro 40
Necessidades Mínimas do Edifício Escolar para Estabelecimentos
de Ensino Fundamental Localizado em Zona Urbana

Edifício Escolar de Ensino Fundamental – Zona Urbana		
Dependências	Prédio	Equipamentos, Mobiliário e/ou outras Informações
Salas de Aula	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número suficiente para o atendimento do alunado; ▪ Proporção de 1,20 m² por aluno na sala de aula; ▪ Número máximo de alunos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.º ano: até 25 alunos; ▪ 2.º até o 4.º ano: até 30 alunos; ▪ 5.º até o 8.º ano: até 35 alunos. ▪ Aeração e iluminação natural direta. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As salas de aula deverão estar equipadas com: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mesa/carteira escolar e uma cadeira por aluno (adequada à faixa etária e/ou às necessidades dos alunos); ▪ Mesa e cadeira para o professor; ▪ Armário e quadro de giz ou similar; ▪ Proteção adequada nas janelas com incidência do sol.
Área Administrativo Pedagógica (Sala para Direção, Apoio Pedagógico, Secretaria, de Recursos Didáticos, dos Professores)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala dos Professores: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala exclusiva. ▪ Secretaria: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala exclusiva; ▪ Local de fácil acesso e dotado de privacidade e segurança. ▪ Recomendação para utilização de outros espaços escolares que qualifiquem a atividade pedagógica como: Laboratórios, Salas de Conrecreação e convivência para professores e funcionários, Salas de Ciência e Sala de Artes. Tais espaços deveriam possuir móveis adequados a sua utilização, inclusive com equipamentos de informática. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala dos Professores: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaço de trabalho com mesa para reuniões, armários individuais, móveis necessários para o descanso e trabalho coletivo. ▪ Secretaria: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipada para os serviços de escrituração escolar, provida de legislação de ensino e de arquivo com os dados de cada educando.
Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala exclusiva; ▪ Aeração e iluminação natural e direta; ▪ Espaço físico e mobiliário para consulta simultânea contemplando a proporção de 50% dos alunos da maior turma. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção nas janelas com incidência de sol; ▪ Estar adequada aos cursos que a escola oferece; ▪ Profissional qualificado responsável pelo seu funcionamento (recomendação: que seja habilitado para a função).
Espaços para Educação Física e Recreação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação Física: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Área térrea própria; ▪ Junto à escola; ▪ Espaço coberto e ao ar livre; ▪ Recomendação de disponibilização de pavilhão coberto ou quadra de esportes para a prática de Educação Física. ▪ Recreação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Área livre coberta para recreação no estabelecimento: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não inclusa à área destinada exclusivamente a circulação; ▪ Possuir área equivalente a 1/3 da soma de todas as áreas das salas de aula. ▪ Área livre descoberta: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Superfície não inferior a duas vezes a soma das áreas de todas as salas de aula; ▪ Poderá ter a mesma área destinada a área coberta. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ -
Cozinha e Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ - 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Devidamente equipados; ▪ Com local para guarda de alimentos quando a merenda for preparada no local.
Corredor(es)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Largura mínima de 1,20m; ▪ Piso revestido de material não escorregadio; ▪ Provido(s) de iluminação e ventilação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ -
Escadaria(s)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Largura mínima de 1,20m; ▪ Piso revestido de material não escorregadio; ▪ Provida(s) de iluminação e ventilação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Provida(s) de corrimãos nos dois lados.
Bebedouro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ - 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipado com dispositivo de filtro; ▪ Localizado na área de recreação ou nos corredores; ▪ Proporção de 01 (um) para cada 150 alunos ou fração; ▪ Mínimo de 01 (um) por pavimento.
Instalações Sanitárias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para alunos (independentes por sexo); ▪ Para professores e funcionários; ▪ Construídos em alvenaria; ▪ Providos de ventilação natural; ▪ Pisos e paredes revestidos de material liso e lavável. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipamentos nas seguintes proporções por turno: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 01 (um) lavatório para cada 50 alunas ou fração; ▪ 01 (um) vaso sanitário para cada 25 alunas ou fração; ▪ 01 (um) lavatório e 01 (um) vaso sanitário para cada 50 alunos ou fração; ▪ 01 (um) mictório para cada 30 alunos ou fração; ▪ 01 (um) lavatório e 01 (um) vaso sanitário para cada 20 (vinte) professores/funcionários ou fração; ▪ 01 (um) vestiário com chuveiro(s).
Água Potável	<ul style="list-style-type: none"> ▪ - 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para uso diário dos alunos; ▪ Em condições de higiene e saúde.
Iluminação Temporária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ - 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em escolas que funcionam no turno da noite, a iluminação temporária deverá estar disponível em todos os ambientes.

Fonte:

- Parecer CEED 1400/02 (Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul).

Sobre as recomendações constantes no documento para as escolas urbanas com oferta de Ensino Fundamental, pode-se ressaltar as seguintes:

a) Salas de Aula

1. Ao orientar sobre o número máximo de alunos por turma, o texto o faz como recomendação, e não como determinação, o que futuramente pode ser utilizado como argumentação no caso de turmas maiores que o apontado.
2. Ao determinar que as salas devem ter aeração e iluminação direta, não aponta nenhuma normatização a ser seguida, ainda que anteriormente o texto tenha apresentado tais exigências ao tratar das necessidades do Ensino Fundamental. Portanto essa informação parece carecer de maiores detalhes.
3. A proteção adequada às dependências com incidência de sol também carece de maiores detalhes. O que seria mais adequado, uma proteção interna, como cortinas, persianas, etc., ou uma proteção externa como brises²⁴, os quais, além de apresentarem maior durabilidade, podem ser mais eficientes e contribuindo no resguardo das esquadrias contra as intempéries e vandalismo.

b) Área Administrativo-Pedagógica

1. O documento relaciona a salas da Direção, de Apoio Pedagógico, Secretaria, de Recursos Didáticos e dos Professores, porém trata com maiores detalhes apenas a Secretaria e a Sala dos Professores; as demais dependências foram omitidas no texto.
2. Ao determinar que a Secretaria e a Sala dos Professores ocupem espaços exclusivos, afirma que todas as escolas urbanas com oferta de Ensino Fundamental tenham ambas as dependências de forma não compartilhada com outro tipo de ambiente.
3. Ao não detalhar as salas da Direção, de Apoio Pedagógico e de Recursos Didáticos como espaços exclusivos, o documento abre a possibilidade de compartilhamento dessas dependências com outros espaços.
4. Ao recomendar a utilização de outros espaços escolares, como Laboratórios, Sala de Recreação e Convivência para professores e funcionários, Ciências e Artes, o texto deixa implícito que os mesmos

²⁴ Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: **Brise** é um elemento arquitetônico em forma de placas horizontais ou verticais, fixas ou móveis, aplicada sobre a fachada de um edifício, para barrar a incidência direta dos raios solares.

estejam disponibilizados no prédio, porém não torna clara esta exigência.

c) Biblioteca

1. Ao determinar que a Biblioteca ocupe um espaço exclusivo, afirma que todas as escolas urbanas com oferta de Ensino Fundamental tenham essa dependência de forma não compartilhada com outro tipo de ambiente.
2. A exemplo do constatado nas exigências sobre a Sala de Aula, a proteção nas janelas com incidência de sol também carece de maiores detalhes.
3. Outra determinação carente de maiores esclarecimentos e que tende a ser motivo de controvérsias é a orientação sobre o espaço físico e o mobiliário para consulta simultânea, contemplando a proporção de 50% da maior turma. Certamente o fator gerador das maiores dúvidas parece ser a proporção em relação ao espaço físico da Biblioteca. Que índices seriam utilizados para a determinação deste espaço físico (relação área/aluno?), e, ainda, que este índice exista para salas de aula, o texto não aponta para as bibliotecas.

d) Espaço para Educação Física e Recreação

1. O Parecer afirma que, para a prática de Educação Física, a escola deve dispor de uma área térrea, própria e junto à escola, a qual deve ser coberta e ao ar livre.
2. O documento também determina que a área livre coberta para recreação não seja a mesma destinada exclusivamente a circulação, assim como afirma que esta tenha área equivalente a $\frac{1}{3}$ do somatório das áreas das salas de aula. A determinação relativa à área para Educação Física e recreação, em escolas com um número muito reduzido de salas de aula, talvez inviabilize a disponibilização do mesmo, pois a área destinada a essa dependência assumiria proporções mínimas.
3. O documento recomenda a existência de área livre descoberta com área igual ou superior a 02 (duas) vezes o somatório das áreas das salas de aula, porém observa que tal área pode ser a mesma destinada para a área coberta.

4. O texto não menciona nada sobre os equipamentos (bancos, lixeiras, etc.), assim como a vegetação que deve estar disponibilizada nesses espaços, objetivando torná-los mais agradáveis e confortáveis, visto que são espaços destinados, acima de tudo, ao convívio.
 5. O texto, ao apenas recomendar a disponibilização de pavilhão coberto ou quadra de esportes, não torna obrigatória a existências desses espaços, o que certamente vem em prejuízo das escolas e do alunado.
- e) Cozinha e Refeitório
1. O texto não traz maiores detalhes sobre esses espaços, não há nenhuma exigência sobre as dimensões e o detalhamento do mobiliário e equipamentos.
 2. O local para a guarda de alimentos, citado nesse item, não apresenta esclarecimentos capazes de diferenciá-lo de uma parte do mobiliário da cozinha ou de uma dependência exclusiva para tal (depósito de alimentos/despensa).
- f) Sanitários
1. Apesar de fornecer orientações sobre a quantidade de equipamentos por usuário, da presença de sanitários separados para alunos e professores/servidores, o texto não faz referência à exigência de sanitários em prédios com mais de 01 (um) pavimento, assim como não mostra orientações para os sanitários destinados aos Portadores de Necessidades Especiais, ainda que essa demanda tenha sido tratada na relação de necessidades para a oferta de Ensino Fundamental.

Ainda, na quinta parte do Parecer, é abordado o Ensino Fundamental no campo; nessa abordagem, o texto destaca uma série de problemas identificados nas escolas de ensino fundamental localizadas na zona rural, como: analfabetismo, desvalorização da cultura local, existência do professor leigo, formação basicamente urbana do professor, dificuldade no acesso à informação, distanciamento da escola em relação ao espaço rural e currículos inadequados. Sobre a problemática da escola rural, o documento destaca uma série de dados estatísticos, que em 1999, indicavam uma reprovação de 12,92% e uma evasão de 3,63% no Ensino Fundamental.

O Parecer afirma que o contexto evidenciado deve conduzir para a elaboração de políticas educacionais direcionadas às populações do campo. Segundo o documento, os alunos do campo necessitam de um tratamento diferenciado baseado na sua realidade, afirmando ainda, que a escola rural deve vincular-se à cultura local. Por fim, destaca que os professores precisam ter uma formação específica para atuar nessa escola, condições de trabalho compatíveis para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e, também, que o calendário escolar necessita sair do foco urbano.

O Parecer enumera 11 (onze) princípios básicos para a escola do campo (ver Quadro 41), dentre os quais destaca-se o IX, o qual tem o seguinte enunciado: *qualificação dos espaços escolares, devendo atender aos pré-requisitos mínimos de qualidade em relação a prédio, instalações, equipamentos e recursos didáticos*. Nesse princípio, fica evidente que a qualificação dos espaços escolares passa pelo atendimento dos pré-requisitos mínimos de qualidade em relação ao edifício, às instalações, aos equipamentos e aos recursos didáticos. Porém, ao se observarem as exigências constantes no Quadro 42, pode-se constatar que os pré-requisitos mínimos exigidos, além de serem muito inferiores aos das escolas de Ensino Fundamental urbanas, na verdade, são mínimos no sentido literal do termo, além de possuírem pouquíssimos esclarecimentos sobre cada um.

Quadro 41
Princípios Básicos para a Escola do Campo

Princípios Básicos para a Escola do Campo Ensino Fundamental	
I	▪ <i>Exercício da democracia e da cidadania;</i>
II	▪ <i>Articulação com políticas públicas para qualificar o ensino do campo;</i>
III	▪ <i>Busca do conhecimento técnico;</i>
IV	▪ <i>Resgate e valorização do saber local através do currículo;</i>
V	▪ <i>Contextualização da produção e da vida na atualidade observando a natureza do trabalho no campo;</i>
VI	▪ <i>Formação permanente do professor para que atue identificado com as realidades locais;</i>
VII	▪ <i>Recreação e convivência ambiental;</i>
VIII	▪ <i>Gestão democrática, na forma da lei;</i>
IX	▪ <i>Qualificação dos espaços escolares, devendo atender aos pré-requisitos mínimos de qualidade em relação a prédio, instalações, equipamentos e recursos didáticos;</i>
X	▪ <i>Acesso aos recursos tecnológicos como direito;</i>
XI	▪ <i>Disponibilização de acervo bibliográfico contextualizado e qualificado.</i>

Fonte:

- Parecer CEED 1400/02 (*Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*).

Ao relacionar os pré-requisitos mínimos para as escolas rurais de Ensino Fundamental, o Parecer o faz para as escolas de Ensino Fundamental incompleto (1.º ao 4.º ano), afirmando que o Poder Público deve manter estabelecimentos rurais com a oferta de Ensino Fundamental completo para o atendimento da demanda da população não urbana e oriunda de outras escolas rurais de Ensino Fundamental.

Verifica-se assim, que a proposta para as escolas rurais com Ensino Fundamental tem como base o conceito de rede nucleada, na qual pequenas escolas são articuladas com uma escola maior com a função de absorver nas séries mais adiantadas o alunado oriundo dos pequenos estabelecimentos, além de compor com as menores um só projeto pedagógico. Tal situação é compreensível, em função das grandes dimensões da zona rural e de sua população rarefeita, o que inviabilizaria, em muitos casos, a oferta completa do Ensino Fundamental, em todas as escolas, para um alunado diminuto. Então o aluno, em suas séries/anos iniciais, quando ainda tem pouca idade, é direcionado a esses pequenos estabelecimentos para posteriormente terminar seus estudos do Ensino Fundamental em uma escola maior e, provavelmente, com melhores condições de infra-estrutura.

Não obstante essa realidade, o Parecer não deixa claro quais serão as exigências para as escolas rurais com Ensino Fundamental completo, se as exigências seriam mantidas, ou se, seria seguido o estabelecido para as escolas urbanas de Ensino Fundamental.

No Quadro 42, observa-se as 08 (oito) demandas a que prédio deve atender, que contemplam aspectos relativos aos ambientes, ao mobiliário, aos equipamentos e à infra-estrutura.

Quadro 42
Necessidades Mínimas do Edifício Escolar para Estabelecimentos
de Ensino Fundamental Localizado em Zona Rural – 1.º ao 4.º ano

Edifício Escolar de Ensino Fundamental – Zona Urbana – 1.º ao 4.º ano		
Dependências	Prédio	Equipamentos, Mobiliário e/ou outras Informações
Salas de Aula	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salas de aula com capacidade para abrigar o alunado; ▪ Proporção de 1,20 m² por aluno na sala de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ -
Sala para Secretaria/Direção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Secretaria: ▪ Espaço com privacidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Secretaria: ▪ Equipamentos para os serviços de escrituração escolar e arquivo com os dados de cada educando.
Guarda de Livros e/ou outros Materiais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A escola deverá contar com um local para guarda dos livros e outros materiais como jogos, mapas, materiais específicos para Ciências, Artes, Educação Física ou de outros componentes curriculares. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ -
Espaços para Educação Física e Recreação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os espaços deverão estar junto à escola; ▪ Poderão ser espaços disponibilizados pela comunidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ -
Equipamentos e Materiais Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ - 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em quantidade suficiente para o desenvolvimento dos componentes curriculares; ▪ Adequados à faixa etária dos educandos.
Refeitório/Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ - 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ -
Instalações Sanitárias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adequadas ao número de educandos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ -
Água Potável	<ul style="list-style-type: none"> ▪ - 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em condições de higiene; ▪ Suficiente para o consumo individual dos educandos e para as necessidades da escola.

Fonte:

- Parecer CEED 1400/02 (Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul).

Sobre as recomendações constantes no documento para as escolas rurais com oferta de Ensino Fundamental, pode-se ressaltar as seguintes:

a) Salas de Aula

1. O documento não traz maiores esclarecimentos, apenas aponta para uma proporção de 1,20 m² por aluno na sala, porém não estabelece limite de alunos por turma, nem traz nenhuma orientação sobre o mobiliário ou alguma característica da sala.

b) Sala para Secretaria/Direção

1. Há apenas uma referência à necessidade de privacidade para a Secretaria. O texto declara que o prédio deve ter um espaço para a Secretaria, com os equipamentos para a escrituração escolar. Ao usar o termo *espaço* e não *sala*, há a possibilidade de esse ser interpretado como um local que pode estar sendo compartilhado com outro, desde que seja atendido o requisito da privacidade e dos equipamentos necessários.

2. Não há qualquer referência à Sala da Direção, que é apenas relacionada.
- c) Local para Guarda dos Livros
1. O Parecer não estabelece a necessidade de um espaço exclusivo para Biblioteca; determina apenas a obrigatoriedade de um local para a guarda dos livros e outros materiais, que pode ser um ou mais armários dispostos em um ambiente capaz de abrigá-los.
- d) Área para Educação Física e Recreação
1. Não há qualquer exigência quanto a espaços cobertos ou quadras de esportes; o texto apenas se refere à necessidade de um local junto à escola, podendo inclusive ser cedido pela comunidade.
 2. O texto não menciona nada sobre os equipamentos (bancos, lixeiras, etc.), assim como a vegetação que deve estar disponibilizada nos espaços para recreação, objetivando torná-los mais aprazíveis e confortáveis, visto que são espaços destinados, acima de tudo, ao convívio.
- e) Refeitório/Cozinha
1. O Parecer apenas cita os dois espaços, não trazendo qualquer exigência mais detalhada sobre dimensões, equipamentos, mobiliário, etc.
 2. Pela forma como são citadas tais dependências, não pode ser excluída a possibilidade de ambas, refeitório e cozinha, compartilharem o mesmo espaço.
- f) Instalações Sanitárias
1. O documento apenas evidencia que essas deverão estar adequadas ao número de alunos; não há qualquer referência a números ou parâmetros a serem obedecidos, assim como não há referência à adequação desses aos Portadores de Necessidades Especiais.

Nas considerações gerais, uma série de observações são feitas, objetivando o esclarecimento de algumas situações, entre as quais destacam-se as seguintes:

- a) Os estabelecimentos devem contar com espaços que permitam a realização de atividades conjuntas, concentrações e reuniões comunitárias.
- b) As escolas com Ensino Fundamental devem estar providas de acessos que facilitem o deslocamento de pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, porém não se faz referência à necessidade de sanitários adequados aos mesmos.
- c) Os prédios escolares devem estar providos de equipamentos para o combate a incêndio, conforme a legislação.

A partir do analisado no Parecer CEED 1400/02 (*Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*), é possível constatar uma série de situações que refletem diretamente na problemática dos edifícios escolares, seja pela pouca clareza do documento, pela falta de maiores critérios e exigências seja pelo tratamento diferenciado dado às escolas urbanas e rurais, que parece preterir a segunda.

Ao distinguir o tratamento dado às escolas urbanas e rurais, o Parecer, cujo texto defende uma individualização visando à melhoria qualitativa do ensino rural, na verdade, conduz a um resultado contrário, pois, ao se compararem ambas as exigências, constata-se que as escolas urbanas, ainda que com o Ensino Fundamental ofertado na sua totalidade, são mais exigidas do que as rurais. Essa situação poderá resultar em um conjunto de escolas, que por estarem localizadas na zona urbana, apresentam melhores condições do que outras, localizadas na zona rural. Outro aspecto preocupante é a não existência de menção para as escolas rurais com Ensino Fundamental completo, o que as coloca também em situação de desvantagem em relação às urbanas, pois não existem regras claras para as mesmas.

Essa diferenciação fica evidente, quando se comparam as necessidades obrigatórias, citadas no Parecer, para cada uma das situações, além das Salas de Aula. Para as escolas urbanas, é determinada a existência de Sala para a Secretaria, Sala de Professores, Biblioteca, espaço para Educação Física e Recreação coberta e ao ar livre (esse espaço tem as características de um Pátio Coberto), área descoberta (Pátio), Cozinha, Refeitório e Sanitários. Já, para as escolas rurais (1.º ao 4.º ano), é determinada a existência de Sala para

Secretaria/Direção (com possibilidade de compartilhamento), Cozinha/Refeitório (com possibilidade de compartilhamento) e Sanitários (esses apenas mencionados quanto à sua quantidade adequada, sem nenhuma referência ao tipo de construção ou outras exigências).

Assim, além dos espaços considerados como obrigatórios para as escolas urbanas, outros surgem como recomendados ou sugerem um compartilhamento, não constando para as escolas rurais. São eles: Laboratórios (Ciências), Sala de Recreação e Convivência para professores e funcionários, Sala de Artes, Pavilhão Coberto ou Quadra de Esportes, Sala da Direção, Sala de Apoio Pedagógico e Sala de Recursos Didáticos.

Por fim destaca-se também que o documento não determina e nem estabelece prazo de adequação às escolas que já dispõem de autorização para funcionamento e que estariam em desacordo com as novas determinações façam as alterações necessárias visando ao enquadramento às novas exigências. Tal omissão contribui para uma maior disparidade na rede que, além das diferenças entre as escolas urbanas e rurais, criaria outra, a defasagem entre os estabelecimentos autorizados antes desse Parecer e os permitidos após sua aprovação.

5.3.2 Parecer CEED 580/00

Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul em julho de 2000, o Parecer CEED 580/00 objetiva estabelecer *condições* para a oferta do Ensino Médio no Sistema de Ensino estadual.

Organizado em 07 (sete) partes, o Parecer inicia destacando que é competência sua a fixação de normas para o funcionamento, reconhecimento e inspeção dos estabelecimentos de Ensino Médio.

Na sua introdução, o Parecer destaca que, pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Médio, com duração de três anos, passa a integrar a etapa final da Educação Básica.

Afirma, ainda, que a organização curricular do Ensino Médio deve exprimir uma concepção de contemporaneidade, assim como as mudanças nas áreas do conhecimento. Deve contemplar as áreas científicas, tecnológicas, socioculturais e de linguagens, como subsídios que objetivam conduzir o alunado a uma leitura

crítica do mundo e à construção de competências importantes para o seu desenvolvimento pessoal.

A partir desses desígnios, o documento explicita que:

Este Conselho, mais uma vez, manifesta sua preocupação quanto à qualidade do ensino de nível médio no Estado, em especial na instalação de novas escolas, ou naquelas que pretendem oferecer mais este nível de ensino. Para realizarem com eficiência seu propósito, não podem prescindir de profissionais devidamente habilitados, de requisitos institucionais, de prédio, equipamentos e materiais próprios suficientes e adequados. Essas condições devem ser efetivamente comprovadas na realidade e não apenas estabelecidas em compromissos formais.

O presente Parecer, por sua vez, dirige seu foco para a orientação dos estabelecimentos de ensino quanto aos requisitos necessários com vistas a garantir a qualidade do ensino (Parecer CEED 580/00, p. 02).

Ao mencionar sua inquietação com a necessidade de qualidade do ensino de nível Médio, o texto o faz afirmando que o atendimento desse pressuposto ocorrerá através da existência de profissionais habilitados, de requisitos institucionais e de prédios, equipamentos e materiais próprios e adequados em quantidade suficiente. Por conseguinte, o Parecer assevera que tem no seu foco as orientações quanto aos requisitos para que os estabelecimentos que ofertam o Ensino Médio alcancem a almejada qualidade do ensino.

Ao término da parte introdutória, o documento relaciona os aspectos considerados essenciais para que os estabelecimentos possam ofertar o Ensino Médio.

A primeira exigência relacionada, referente à segunda parte do documento, diz respeito aos Requisitos Institucionais. Nessa etapa do documento, são relacionados e explicitados aspectos relativos aos requisitos, que são: o Projeto Pedagógico da Escola, o Regimento, os Planos de Estudo e os Planos de Trabalho.

Na terceira parte do texto, concernente aos Profissionais da Educação, o documento diz que para a oferta do Ensino Médio, é necessária uma equipe de profissionais com atribuições específicas na área educacional. O Parecer os classifica em: Direção (diretor), Corpo Docente (professores habilitados), Coordenação Pedagógica (supervisor e orientador educacional), Apoio (responsáveis pela biblioteca e laboratórios) e Serviços (secretários e serviços gerais). Apesar de relacionar os profissionais necessários, o documento não esclarece o número desses, nem quais seriam os indicadores para o estabelecimento de tal quantitativo.

No item denominado Recursos Físicos, são abordados os requisitos para prédios e equipamentos das escolas com oferta de Ensino Médio.

Sobre o edifício escolar, o texto traz algumas características que devem ser seguidas. (ver Quadro 43)

Quadro 43
Edifício Escolar para Estabelecimentos de Ensino Médio

Edifício Escolar de Ensino Médio	
Características do Prédio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclusivo para atividade educacional; ▪ Acesso próprio desde o logradouro público; ▪ Condições de habitabilidade e segurança; ▪ Adequação do uso no que se refere a higiene, conforto higrométrico, térmico, acústico e lumínico.

Fonte:

- Parecer CEED 580/00 (*Estabelece condições para a oferta do ensino médio no Sistema Estadual de Ensino*).

Entre as características do prédio, pode-se destacar algumas: a sua exclusividade para a atividade educacional, ainda que não se oponha a utilização de prédios adaptados para tal. O documento ainda cita as condições de habitabilidade e segurança, assim como a sua adequação no que se refere a aspectos como higiene, conforto higrométrico, térmico, acústico e lumínico, que, apesar de positivas, não recebem pelo texto os devidos esclarecimentos sobre quais seriam os critérios para o atendimento das condições exigidas.

Posteriormente, ainda no item relativo aos Recursos Físicos, o texto trata separadamente o prédio e os equipamentos, listando, para cada um, diversas condições que devem ser atendidas.

No Quadro 44, é possível observar cada uma delas, que incluem Sala de Aula, Laboratório de Ciências, Biblioteca, Área para Educação Física, Recreação, Direção, Sala dos Professores, Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional, Secretaria, Sala de Recursos Didáticos, Sanitários, Corredores, Escadas, Portaria e Bebedouro.

Quadro 44
Necessidades Mínimas do Edifício Escolar para Estabelecimentos de Ensino Médio

Edifício Escolar de Ensino Médio		
Dependências	Prédio	Equipamentos, Mobiliário e/ou outras Informações
Sala de Aula	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pé-direito com 2,60 m; ▪ Largura não excedente a 2,5 vezes a medida entre o piso e o limite superior das janelas principais; ▪ Comprimento de até 10,00 m; ▪ Janelas principais localizadas nas paredes de maior extensão, laterais à posição dos alunos, com superfície correspondente a 1/5 da área do piso da sala, e abertura para ventilação de 50%; ▪ Proporção de 1,20 m² por aluno na sala de aula; ▪ Área não inferior a 15 m²; ▪ Limite máximo de 50 alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 01 (uma) mesa e 01 (uma) cadeira por aluno, adequadas à faixa etária; ▪ Mesa e cadeira para o professor; ▪ 01 (um) quadro verde, azul ou branco; ▪ Proteção adequada nas janelas com incidência de sol.
Laboratório de Ciências	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 01 (uma) sala exclusiva; ▪ Área não inferior a 35 m²; ▪ Proporção mínima de 1,20 m² por aluno. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 01 (uma) ou mais bancadas, com acesso aos seus contornos, considerando 60 cm por aluno da maior turma possível; ▪ 02 (duas) cubas, instalações elétricas e hidrossanitárias; ▪ Instalações adequadas ao tipo de fonte de calor a ser usada; ▪ Banco ou banqueteta para cada aluno; ▪ Armários para a guarda, com segurança, de objetos cortantes e reagentes perigosos.
Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 01 (uma) sala exclusiva com área não inferior à área média das salas de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prateleiras com espaço suficiente para o acervo bibliográfico; ▪ Mesas e cadeiras adequadas para alunos; ▪ Mesa e cadeira para o responsável pela biblioteca; ▪ Proteção adequada nas janelas com incidência direta de sol; ▪ Espaço físico e mobiliário para consulta simultânea de 50% dos alunos da maior turma possível, não menos de 15 alunos.
Área para Educação Física	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pavilhão coberto; ▪ Área térrea ao ar livre com dimensões de uma quadra poliesportiva devidamente drenada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Material necessário para práticas de atividades programadas nos Planos de Estudo da Escola.
Recreação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área livre coberta: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não inclusa a destinada exclusivamente à circulação; ▪ Equivalente a 1/3 da soma das áreas de todas as salas de aula. ▪ Área livre descoberta: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Superfície não inferior a 02 (duas) vezes a soma das áreas de todas as salas de aula; ▪ Em estabelecimentos que ofertam exclusivamente a Educação para Jovens e Adultos, esta área pode ser reduzida a 20% do previsto. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ -
Direção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala exclusiva e adequada; ▪ Iluminação e ventilação natural direta. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mesa de trabalho; ▪ Cadeiras; ▪ Armário; ▪ Proteção adequada nas janelas com incidência direta de sol.
Sala dos Professores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala exclusiva e adequada; ▪ Iluminação e ventilação natural direta. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mesa com cadeiras; ▪ Armário com espaços individuais para cada professor; ▪ Proteção adequada nas janelas com incidência direta de sol.
Supervisão Pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala exclusiva e adequada; ▪ Iluminação e ventilação natural direta. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mesa de trabalho; ▪ Cadeiras; ▪ Armário para a guarda adequada do material; ▪ Cortinas nas janelas com incidência direta do sol.
Orientação Educacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala exclusiva e adequada; ▪ Iluminação e ventilação natural direta. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mesa de trabalho; ▪ Cadeiras; ▪ Armário para guarda adequada do material; ▪ Proteção adequada nas janelas com incidência direta do sol.
Secretaria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala exclusiva e adequada; ▪ Iluminação e ventilação natural direta. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mesa de trabalho e cadeiras; ▪ Balcão de atendimento ao público; ▪ Proteção adequada nas janelas com incidência direta do sol; ▪ Mobiliário próprio para a guarda da documentação escolar com segurança.
Sala de Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala exclusiva e adequada; ▪ Iluminação e ventilação natural direta. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mesa de trabalho; ▪ Cadeira; ▪ Prateleira; ▪ Proteção adequadas nas janelas com incidência direta do sol.
Sanitários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de alvenaria; ▪ Ventilação natural; ▪ Pisos e paredes revestidos com material liso e lavável, nestas, até 1,50 m do piso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 01 (um) lavatório para cada 50 alunas ou fração; ▪ 01 (um) vaso sanitário para cada 25 alunas ou fração; ▪ 01 (um) lavatório e um vaso sanitário para cada 50 alunos ou fração; ▪ 01 (um) mictório para cada 30 alunos ou fração; ▪ 01 (um) lavatório e um vaso sanitário para cada 20 professores/funcionários ou fração; ▪ 01 (um) vestiário com chuveiro.
Corredores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Largura de 1,20m; ▪ Piso de material não escorregadio; ▪ Iluminação e ventilação natural direta a cada 20,00 m de extensão ou fração. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ -
Escadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Largura de 1,20 m; ▪ Piso de material antiderrapante; ▪ Iluminação e ventilação natural direta; ▪ Localizada a 30,00m da porta da sala de aula mais distante. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Corrimão nos dois lados da escada.
Portaria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Guarita junto ao portão principal ou espaço no hall junto à porta de entrada principal. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cadeira ou banqueteta.
Bebedouro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ - 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipamento com dispositivo de filtro; ▪ Localização na área de recreação ou corredor; ▪ Proporção de 01 (um) para cada 150 alunos, ou fração, garantindo, no mínimo, 01 (um) por pavimento.

Fonte:

- Parecer CEED 580/00 (Estabelece condições para a oferta do ensino médio no Sistema Estadual de Ensino).

Sobre as recomendações constantes no documento para as escolas com oferta de Ensino Médio, pode-se ressaltar as seguintes:

a) Sala de Aula

1. O documento aponta uma série de orientações a serem seguidas, as quais contemplam o pé-direito²⁵, proporções sobre a largura da sala e o limite superior das janelas, comprimento, localização e dimensionamento das janelas, incluindo a área para ventilação, área mínima por aluno, área mínima da sala e número máximo de alunos.
2. Ao estabelecer algumas dimensões, como pé-direito com 2,60 m e comprimento de 10,00 m, o texto não deixa claro se essas dimensões, ao que tudo indica mínimas, poderiam ser ultrapassadas, assim como quais deveriam ser seus limites.
3. Apesar de fornecer dimensões e proporções a serem seguidas, o Parecer não enfatiza que, acima de tudo, as escolas devem respeitar os respectivos códigos municipais, principalmente se neles constarem dimensões e/ou proporções superiores às indicadas no documento.
4. Ao orientar sobre o número máximo de alunos por turma, o texto o faz enquanto recomendação, e não como determinação, o que futuramente poderia ser utilizado como argumentação no caso de turmas maiores que o apontado.
5. A proteção adequada às dependências com incidência de sol também carece de maiores detalhamentos sobre o que seria mais adequado, uma proteção interna como cortinas, persianas, etc., ou uma proteção externa, como brises, os quais, além de apresentarem maior durabilidade, podem ser mais eficientes e contribuir no resguardo das esquadrias contras as intempéries e vandalismo.

b) Laboratório de Ciências

1. Ao se referir a esse espaço, o Parecer destaca que ele deve ocupar um espaço exclusivo, logo, além de existir na escola, não pode ser compartilhado com nenhuma outra dependência.
2. O texto também estipula uma área mínima e uma proporção área/aluno, porém não menciona qual seria essa proporção, se o limite

²⁵ Segundo o Glossário de Termos da Construção Civil: Pé-direito é a altura entre o piso e o teto.

para cálculo seria uma turma com 50 (cinquenta) alunos (maior número, conforme o Parecer), ou se haveria algum outro critério.

3. Também o documento não traz nenhuma referência a aspectos relativos à iluminação direta e ventilação, principalmente por ser o Laboratório de Ciências um espaço onde há o manejo de elementos químicos. Apenas há uma referência, sem maiores esclarecimentos, sobre a adequação do espaço à fonte de calor a ser utilizada no mesmo.

c) Biblioteca

1. Ao se referir a essa dependência, o documento enfatiza que ela deve ocupar um espaço exclusivo, logo, além de estar presente na escola, não pode compartilhar seu espaço com nenhum outro ambiente.
2. Quanto à área da Biblioteca, o texto afirma que essa deve não ser inferior a área médias das salas de aula. Tal orientação pode incorrer em problemas, principalmente em escolas que ocupam prédios adaptados, onde a diferença de área entre as salas pode ser grande, resultando em uma Biblioteca com uma capacidade inferior para as turmas maiores. O ideal seria que fosse estipulado algum tipo de proporção (área/aluno/turma) e ainda uma área mínima para esse espaço.
3. A exemplo do constatado nas exigências sobre a Sala de Aula, a proteção nas janelas com incidência de sol também carece de maiores detalhamentos.
4. Outra determinação carente de maiores esclarecimentos e que tende a ser motivo de controvérsias, é a orientação sobre o espaço físico e o mobiliário para consulta simultânea, contemplando a proporção de 50% da maior turma. Certamente o fator gerador das maiores dúvidas parece ser a proporção em relação ao espaço físico da Biblioteca, afinal, quais índices seriam utilizados para a determinação desse espaço físico (relação área/aluno?) e, ainda que esse exista para salas de aula, o texto não aponta para tal, com respeito à Biblioteca.

d) Área para Educação Física

1. O Parecer assegura que deve existir um Pavilhão Coberto e uma área ao ar livre (descoberta) com as dimensões de uma quadra esportiva e

devidamente drenada. Apesar da referência à quadra esportiva, o texto não indica que sua existência seria obrigatória tanto ao ar livre como sob o Pavilhão Coberto.

2. Não há nenhuma referência à área e/ou dimensões para o Pavilhão Coberto.

e) Recreação

1. O documento também determina que a área livre coberta para recreação não seja a mesma destinada exclusivamente à circulação, assim como que essa tenha área equivalente a 1/3 do somatório das áreas das salas de aula. A determinação relativa à área livre coberta, em escolas com um número muito reduzido de salas de aula, talvez inviabilize a disponibilização desse espaço, pois a área destinada a essa dependência assumiria proporções mínimas.
2. Quanto à área descoberta, afirma que essa deve ter medidas equivalentes e não inferiores ao somatório de todas as salas de aula.
3. O texto não menciona nada sobre os equipamentos (bancos, lixeiras, etc.), assim como sobre a vegetação que deveria estar disponibilizada nesses espaços, objetivando torná-los mais aprazíveis e confortáveis, visto que são espaços destinados, acima de tudo, ao convívio.

f) Direção, Sala dos Professores, Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional, Secretaria e Sala de Recursos Didáticos

1. Ao se referir a todos esses espaços, o Parecer enfatiza que os mesmos devem ocupar espaços exclusivos, ou seja não poderá haver compartilhamento entre eles ou entre outras dependências.
2. O texto não indica, sobre nenhuma dessas dependências, uma área e/ou dimensões mínimas, ou, ainda, algum tipo de proporção professor/área, principalmente no caso da Sala dos Professores.
3. Segundo o Parecer todos esses espaços devem possuir iluminação e ventilação natural direta, porém o texto não conduz a algum tipo de normatização, nem ressalta o código de construção dos municípios.
4. O texto faz uma referência à possibilidade da Sala de Recursos Didáticos ser apenas um espaço para guarda desse tipo de material.

5. A exemplo do constatado nas exigências sobre a Sala de Aula, a proteção nas janelas com incidência de sol também carece de maiores detalhes.

g) Sanitários

1. Apesar de fornecer orientações sobre a quantidade de equipamentos por usuário e sobre a presença de sanitários separados para alunos e professores/servidores, o texto não faz referência à exigência de sanitários em prédios com mais de 01 (um) pavimento, assim como não mostra orientações para os sanitários destinados aos Portadores de Necessidades Especiais.

Ao final deste item, diversas considerações procuram detalhar as orientações ou esclarecer possíveis dúvidas existentes. Entre elas, pode-se enfatizar as seguintes:

- a) para efeito de cálculos, sempre será considerado o número alunos pela capacidade máxima de todas as salas de aula;
- b) quanto aos professores e funcionários, para efeito de cálculo, será considerado o número máximo desses por turno;
- c) o estabelecimento deve contar com um local que viabilize atividades conjuntas, concentrações e demais reuniões, estando devidamente equipado para tal;
- d) a área para a Educação Física pode ser substituída por local cedido, desde que o estabelecimento possua comprovante da cedência, o cedente seja proprietário do imóvel e não exista nenhum custo para os alunos;
- e) a área para Recreação pode ser a mesma da Educação Física, desde que junto ao prédio da escola. Essa referência pode produzir uma dupla interpretação, na primeira, o espaço para Recreação somente poderia ocupar o da Educação Física se este estivesse localizado na própria escola (compartilhamento); no segundo caso, se o espaço cedido estiver em terreno contíguo ao da escola, a exigência poderia ser considerada como atendida, pois *estaria junto ao prédio da escola*. Conseqüentemente, há o risco da escola não possuir espaços destinados tanto para a

Educação Física como para a Recreação, constituindo-se ambos em locais cedidos e, portanto, passíveis de desocupação;

- f) o prédio deverá dispor de instalações elétricas, iluminação artificial, energia iluminação, equipamentos de prevenção de incêndio (incluindo o Laudo Técnico expedido por órgão competente) e iluminação temporária de emergência em escolas com funcionamento a noite;
- g) finalmente, o Parecer, exige que exista um Alvará de Localização específico para a atividade educacional, comprovando que a escola está de acordo com as exigências legais do município.

Em função do observado no Parecer CEED 580/00 (*Estabelece condições para a oferta do Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*) foi possível inferir que o mesmo em muitos aspectos carece de maiores esclarecimentos.

Constatamos que inúmeros espaços considerados importantes no contexto funcional ou pedagógico da escola não foram exigidos como condição para a oferta de Ensino Médio nas escolas. Dentre os quais destacamos o Laboratório de Informática, a Cozinha e o Refeitório.

Para as escolas que ofertam o Ensino Médio é determinada a existência de Laboratório de Ciências, Biblioteca, Salas para Direção, Professores, Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional, Secretaria e Sanitários. Outros espaços, poderiam ocupar locais cedidos, como: a área para Educação Física e a Recreação, ou ainda poderiam ser apenas um local para guarda de material, como a Sala de Recursos Didáticos.

É importante destacar que o Parecer, em momento algum, menciona a adequação de espaços e/ou sanitários aos Portadores de Necessidades Especiais, o que, em virtude da importância do documento, pode-se considerar como uma grave omissão, ainda que tal exigência exista em outro documento do referido Conselho.

Ao contrário do Parecer destinado à oferta do Ensino Fundamental, há uma referência bastante clara no que tange às escolas com Ensino Médio já autorizado e que se encontram em desacordo com a atual normatização. Para essas, foi dado um prazo até o dia 31/12/2002 para que ocorressem as devidas alterações.

Ao compararmos os Pareceres que tratam da oferta de Ensino Fundamental e do Ensino Médio, é possível verificar que o último apresenta um número maior de exigências, se comparado ao anterior. Já o próprio Parecer destinado ao Ensino Fundamental também apresenta suas prioridades, no caso, uma exigência maior para as escolas localizadas no meio urbano (ver Quadro 45).

Quadro 45
Necessidades Mínimas do Edifício Escolar para Estabelecimentos
de Ensino Fundamental e Ensino Médio – Quadro Comparativo

Ensino Fundamental		Ensino Médio
Escola Rural (1.º ao 4.º ano)	Escola Urbana (Ensino Fundamental completo)	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaços necessários (obrigatórios): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala de Aula. ▪ Secretaria/Direção (possibilidade de compartilhamento). ▪ Cozinha/Refeitório (possibilidade de compartilhamento). ▪ Sanitários. ▪ Espaços que podem ocupar locais cedidos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Área para Educação Física e Recreação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaços necessários (obrigatórios): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala de Aula. ▪ Biblioteca. ▪ Secretaria. ▪ Sala de Professores. ▪ Área para Educação Física (coberta e ao ar livre). ▪ Área para Recreação (descoberta). ▪ Cozinha. ▪ Refeitório. ▪ Sanitários. ▪ Espaços recomendados (não obrigatórios): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Laboratório de Ciências. ▪ Sala de Artes. ▪ Sala de Recreação e convivência para Professores e Funcionários. ▪ Área para Educação Física (Pavilhão Coberto ou Quadra de Esportes). ▪ Espaços citados, porém não detalhados (sugerem compartilhamento): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala da Direção. ▪ Sala de Apoio Pedagógico. ▪ Sala de Recursos Didáticos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaços necessários (obrigatórios): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala de Aula. ▪ Biblioteca. ▪ Laboratório de Ciências. ▪ Sala da Direção. ▪ Secretaria. ▪ Sala de Professores. ▪ Supervisão Pedagógica. ▪ Orientação Educacional. ▪ Sanitários. ▪ Espaços que podem ocupar locais cedidos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Área para Educação Física (Pavilhão Coberto e área térrea ao ar livre). ▪ Área para Recreação (coberta e descoberta). ▪ Espaço passível de ser substituído por local para guarda de material: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala de Recursos Didáticos.

Fontes:

- Parecer CEED 580/00 (*Estabelece condições para a oferta do ensino médio no Sistema Estadual de Ensino*).
- Parecer CEED 1400/02 (*Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*).

Por conseguinte pode-se inferir que os Pareceres Normativos dirigidos às escolas com oferta de Ensino Fundamental e Ensino Médio urgem por atualização, ampliação de exigências, maiores detalhamentos e pelo estabelecimento de um prazo de vigência, evitando que os documentos se tornem obsoletos diante da dinâmica do processo educacional e das novas tecnologias que se tornam coadjuvantes nesse sentido.

A seguir é abordado o período 1999-2006, que contempla duas gestões governamentais do estado do Rio Grande do Sul. O primeiro, de 1999 a 2002, refere-se ao governo Olívio Dutra, e o segundo, de 2003 a 2006, ao governo Germano Rigotto.

5.4 O Cronograma da Obra²⁶ 1999-2006

Objetivando possibilitar uma visão mais abrangente dos *Edifícios Escolares* neste período, conjuntamente com os *Questionários do Censo Escolar*, os *Microdados do Censo Escolar* e o *Ordenamento Normativo do CEED/RS*, torna-se importante examinar os *Planos de Governo*, os *Relatórios de Gestão*, os *Planos Plurianuais 2000-2003 e 2004-2007* e a *Despesa Realizada* de igual momento.

5.4.1 O Período 1999-2002

A eleição de 1998, no Rio Grande do Sul, foi marcada por um intenso debate político, em que a atuação do então governador Antônio Britto, que tentava a reeleição, era questionada por sua gestão marcada pela privatização de empresas estatais, como a CEEE e a CRT, criação dos pólos rodoviários, com posterior implantação de praças de pedágio, fusão do BANRISUL e Caixa Econômica Estadual e atração de grandes empresas automobilísticas através de benefícios fiscais. Além do que, seu governo fora balizado por uma ferrenha oposição liderada pelo Partido dos Trabalhadores, apoiado por entidades sindicais, em especial pelo CPERS, representante do magistério estadual, devido à insatisfação com política adotada.

Mesmo não tendo obtido a maioria dos votos no primeiro turno das eleições, Olívio Dutra venceu as eleições no segundo turno, com 50,78% dos votos válidos (ver Quadro 46).

Quadro 46
Resultado do Segundo Turno das Eleições 1998
Para Governador do Rio Grande do Sul

Mandato	Coligação Vencedora	Governador	Votos Nominais	Percentual de Votos Válidos
1999-2002	PT – PC do B – PSB – PCB (Frente Popular)	Olívio de Oliveira Dutra	2.844.767	50,78%
	PMDB – PPB – PRP – PT do B – PSDB PSD PSC – PL – PFL – PSL – PTB (Rio Grande Vencedor)	Antônio Britto Filho	2.757.401	49,22%

Fonte:
• TSE (www.tse.gov.br)

²⁶ Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: **Cronograma** é representação gráfica ou plástica das pretensões de um projeto, empreendimento, trabalho ao longo do tempo, destacando as operações, objetivos, prazos e limites de cada etapa.

A gestão Olívio Dutra, entre outros fatos, foi assinalada pela suspensão dos acordos feitos com empresas automobilísticas pelo seu antecessor, Antônio Britto. Esses acordos eram compostos de elevadas isenções fiscais e de empréstimos a juros abaixo do mercado, objetivando o financiamento da instalação de tais fábricas. Com as negociações ocorridas, apenas uma empresa permaneceu no Estado, tendo a outra desistido de sua implantação em solo gaúcho, o que gerou uma onda de fortes críticas oriundas de alguns segmentos da sociedade e sustentada vigorosamente pelos partidos políticos de oposição. Outros destaques dessa gestão foram a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, a realização do Fórum Social Mundial e a implantação do Orçamento Participativo em todo o Rio Grande do Sul.

Em 2002, o governador Olívio Dutra, que buscava a reeleição, perdeu as prévias do Partido dos Trabalhadores, que optou pelo candidato Tarso Genro, como seu sucessor para a disputa ao Governo Estadual. No entanto, seguindo a sua tradição, os gaúchos optaram pela oposição, ou seja pela alternância de partidos no poder.

5.4.1.1 O Plano de Governo (Frente Popular)

A proposta de governo da Frente Popular era composta de três eixos denominados:

- a) *Desenvolvimento de Verdade;*
- b) *Qualidade de Vida para Todos;*
- c) *Participação Popular, Autonomia e Dignidade – Gestão Democrática do Estado.*

No primeiro item, *Desenvolvimento de Verdade*, o texto introdutório traz uma radiografia das gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso e do então governador Antônio Britto, fazendo as seguintes afirmações:

11,5 milhões de brasileiros desempregados é o resultado da aposta neoliberal dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Antônio Britto para o Brasil e o RS. O Brasil apresentou uma taxa de crescimento de apenas 3,4% ao ano durante o Governo FHC. No Rio Grande do Sul o PIB praticamente não cresceu (1,7% em média ao ano). Os resultados obtidos pela economia brasileira e a gaúcha são muito menores do que suas respectivas médias históricas de crescimento, [...] (PROPOSTA DE GOVERNO DA FRENTE POPULAR – DESENVOLVIMENTO DE VERDADE, 1998, p. 04).

Verifica-se, portanto, que, segundo o diagnóstico apresentado pela Frente Popular, os pífios resultados da economia brasileira e gaúcha foram atribuídos à adoção de um modelo neoliberal. Com seu posicionamento contrário ao rumo dado por ambos os governantes, o programa da Frente Popular para um *Desenvolvimento de Verdade* citava uma série de propostas direcionadas à:

- a) geração de empregos, contemplando propostas de políticas ativas de emprego urbano, política industrial, crédito para o desenvolvimento, política tecnológica e infra-estrutura para o desenvolvimento;
- b) melhoria da renda das famílias rurais e reforma agrária, incluindo um diagnóstico da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, 13 (treze) diretrizes para um Projeto de Desenvolvimento Rural, políticas públicas para a agricultura e o objetivo de transformar o campo em um lugar agradável para se viver;
- c) transformação por meio do desenvolvimento integrado-integrador, incluindo proposições para o progresso regional, Mercosul e cooperação internacional e desenvolvimento sustentável.

No segundo item, denominado *Qualidade de Vida para Todos*, a Frente Popular trabalha sua programação para os setores da saúde, educação, segurança pública, habitação, assistência social, direitos humanos, esporte e lazer, e da mulher. Desses, aqui se aborda o da educação, mais precisamente as propostas que, direta ou indiretamente, contemplam o objeto de estudo deste trabalho: o *Edifício Escolar*.

O programa de governo, ao descrever sua concepção de educação, assevera que:

[...] cabe ao poder público garantir o ensino de qualidade para todos. Não cabe, como fazem os neoliberais, considerar democracia como descentralização de responsabilidades, retirando do Estado a obrigação de garantir o direito de todos ao ensino público de qualidade. Democratizar o ensino significa também assumir a educação pública como um direito de todos os cidadãos e dever do estado (PROPOSTA DE GOVERNO DA FRENTE POPULAR – QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS, 1998, p. 31).

A partir dessa visão de democracia para a educação, a proposta apresenta três dimensões básicas, as quais são a democratização:

- a) *da Gestão;*
- b) *do Acesso – Escola para Todos;*
- c) *do Conhecimento – Aprendizagem para Todos.*

Na primeira dimensão, o objetivo é, através da *Democratização da Gestão*, alterar as relações de poder, possibilitando a participação, nas decisões administrativas e pedagógicas da escola, de todos os segmentos da comunidade escolar.

A proposta de *Escola para Todos*, objetiva a viabilização de projetos de inclusão que proporcionem o acesso à educação para todos, independentemente de faixa etária, cor, gênero, sexo, etc.

A terceira e última dimensão, considerada a mais complexa, pretende garantir o acesso ao conhecimento para todos que estão na escola.

A partir dessa concepção e das dimensões básicas para a democratização da educação, o programa mostra uma série de proposições (ver Quadro 47, à página 336), os quais contemplam os seguintes segmentos:

- a) Formação e valorização da educação;
- b) Ensino Fundamental;
- c) Educação de Jovens e Adultos;
- d) Ensino Médio;
- e) Educação Infantil;
- f) Educação Especial;
- g) Educação Básica no Campo;
- h) Universidade Estadual;
- i) Municipalização, Financiamento e Regime de Colaboração.

Esse programa de governo, apesar de contemplar inúmeros aspectos sobre a educação pública no Rio Grande do Sul, não apresenta de forma objetiva sua proposta para a melhoria da rede de edifícios escolares estaduais; além do mais essa proposição inicia sua discussão sobre o tema, afirmando que o governo Britto, embora tenha anunciado uma melhoria da rede física de escolas estaduais, materializada na realização de obras em 285 escolas e prevista no orçamento do

Estado, em 1995, praticamente nada fez, visto que apenas 22% do orçado foi executado.

A única citação explícita sobre prédios escolares está vinculada ao item sobre a Educação Especial, cujo programa assegura que uma política de integração dos Portadores de Necessidades Especiais viabilizará a gradativa adequação dos prédios escolares, facilitando a acessibilidade.

Analisando-se o texto, pode-se inferir que a política proposta para o período 1999-2002, direcionada aos edifícios escolares estaduais, fica envolta no discurso sobre a melhoria da qualidade da educação, principalmente a partir de uma mudança radical na sua concepção, ou seja, sua democratização, traduzida na democratização da gestão, do acesso e do conhecimento.

No último item, denominado, *Participação Popular, Autonomia e Dignidade – Gestão Democrática do Estado*, o programa contempla propostas sobre:

- a) O Orçamento Participativo suas características e seu processo de implantação em nível estadual.
- b) Finanças Públicas, incluindo um diagnóstico dessas, englobando as ações em nível nacional, no governo Britto, na experiência em Porto Alegre, assim como na proposta de Política Fiscal da Frente Popular.
- c) Gestão Pública e Funcionalismo, composta de um diagnóstico visando ao resgate da dignidade do servidor, com a gestão participativa da previdência estadual e da informatização.
- d) Comunicação Social, abordando aspectos sobre o que se considerava ser demagogia no governo Britto e como deveria ser uma política de comunicação em um estado democrático.

Verifica-se, portanto, que, apesar de bastante extensas e detalhadas, as propostas da coligação vencedora das eleições estaduais de 1998, pouco, ou quase nada, referem a projetos visando à melhoria da rede de edifícios escolares estaduais no Rio Grande do Sul; ainda que criticassem o pouco investimento na área, não detalharam o que precisaria e deveria ser feito para um avanço significativo nesse importante segmento da educação pública.

5.4.1.2 As Realizações da Gestão 1999-2002

Analisando-se os documentos denominados *Realizações do Governo do Estado – 1999-2002* e *Relatório da Gestão 1999/2002*, o primeiro, incluindo as realizações do governo no período 1999-2002 em todas as áreas, e o segundo, abordando detalhadamente as atividades da Secretaria da Educação, é possível relacionar, a partir dos destaques contidos nos textos, em linhas gerais, as realizações na área da Educação (ver Quadros 48 a 50, às páginas 337 a 339).

Esses destaques contemplam ações direcionadas ao investimento de recursos, à comunidade escolar, ao esporte e lazer, à informática, aos materiais pedagógicos, ao meio ambiente, à merenda escolar, a obras, a parcerias, a programas, a professores e servidores, a repasses financeiros, ao transporte escolar e a diferentes níveis e modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Indígena, Educação Infantil, Educação no Campo, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante e Ensino Superior). Tais destaques não significam que a Secretaria da Educação não tenha realizado outras ações, mas essas foram destacadas em relatórios de gestão; por conseguinte, provavelmente são as consideradas mais importantes no contexto educacional do período abordado.

A seguir, é possível constatar o que foi destacado em cada um dos direcionamentos acima citados:

a) Investimentos

1. aplicação de 35% da receita líquida de Impostos em educação;
2. aplicação de R\$ 13,21 bilhões de 1999 a 2001.

b) Comunidade Escolar

1. convocação da Constituinte Escolar;
2. construção participativa dos projetos político-pedagógicos, regimentos, planos de estudo e de cursos;
3. formação continuada direcionada a diversos segmentos.

c) Esporte e Lazer

1. implementação de políticas de esporte e lazer escolar;
2. criação da Fundação do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS).

- d) Informática
 - 1. Aquisição de equipamentos de informática para as CRE e a SE;
 - 2. Implementação do *Informática Educativa* (Laboratórios de Informática);
 - 3. Criação dos Núcleos de Tecnologia Educacional em 20 (vinte) Coordenadorias Regionais.
- e) Material Pedagógico
 - 1. produção e socialização de materiais pedagógicos.
- f) Meio Ambiente
 - 1. implementação de uma política ambiental.
- g) Obras
 - 1. 1.482 entregues e 2.345 em execução;
 - 2. qualificação de 1.365 espaços pedagógicos.
- h) Merenda Escolar
 - 1. expansão do *Programa de Alimentação Escolar* para as escolas indígenas e itinerantes;
 - 2. introdução de gêneros *in natura* e agroecológicos na merenda;
 - 3. garantia de repasse de recursos para as escolas estaduais com a merenda municipalizada.
- i) Parcerias
 - 1. estabelecimento de um regime de colaboração com a FAMURS e AGM;
 - 2. diálogo permanente com o CPERS/Sindicato;
 - 3. estabelecimento de parcerias, circulação de idéias e troca de experiências;
 - 4. intercâmbio com a França, Itália e Inglaterra.
- j) Programas
 - 1. implantação da *Rede/RS* nas 30 Coordenadorias Regionais de Educação;
 - 2. implementação da *Rede Escolar Livre* em 48 escolas estaduais.
- k) Professores e Servidores
 - 1. realização de concursos públicos;
 - 2. concessão de reajustes salariais;
 - 3. nomeação de professores e servidores;
 - 4. resgate e construção de Planos de Carreira;

5. término da sobreposição de níveis;
 6. pagamento de promoções atrasadas.
- l) Repasses
1. Integralidade do Salário Educação.
- m) Transporte Escolar
1. subsídio ao transporte escolar dos alunos da rede estadual.
- n) Educação de Jovens e Adultos
1. construção do novo paradigma do EJA;
 2. implantação do *Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA* e dos *Núcleos de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular*;
 3. elaboração de novos programas para os exames Supletivos.
- o) Educação Especial
1. criação da Escola Estadual de Ensino Médio para surdos;
 2. implantação do *Centro de Apoio aos Surdos* e do *Centro de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual*;
 3. implantação do paradigma da diferença, da heterogeneidade e da cidadania, como política para os Portadores de Necessidades Educativas Especiais.
- p) Educação Indígena
1. reconstrução curricular;
 2. integração e regularização de escolas indígenas;
 3. implantação da primeira escola de formação para educadores indígenas.
- q) Educação Infantil
1. regularização e qualificação do funcionamento das classes de pré-escola na rede estadual.
- r) Educação no Campo
1. implantação de uma política de Educação Básica para o Campo.
- s) Ensino Médio
1. projeto Alternativo de Ensino Médio;
 2. expansão do Ensino Médio através da criação de novas escolas e do aumento da matrícula.

- t) Ensino Profissionalizante
 1. fortalecimento das 103 Escolas Normais;
 2. qualificação das 135 Escolas Técnicas Estaduais.
- u) Ensino Superior
 1. criação da Universidade Estadual (UERGS).

Em relação ao *Edifício Escolar*, a partir dos relatórios de gestão do período 1999-2002, pode-se constatar que não houve nenhuma política de destaque direcionada aos prédios escolares. Observa-se a existência de um trabalho constante na área de infra-estrutura escolar, porém com o intuito de construir, manter e aparelhar os prédios, conforme as necessidades existentes, ou em função da vontade demonstrada em processos de escolha popular. Essa constatação se evidencia, a partir das ações destacadas na área da Educação, em que o item ligado a prédios escolares surge no contexto das ações e não, em separado, ou com ênfase. Além disso a informação ali constante se refere tão somente ao número de obras em execução, entregues e espaços pedagógicos qualificados.

O *Relatório da Gestão 1999/2002*, da Secretaria da Educação, contempla de forma pormenorizada todas as atividades da Secretaria, inclusive as referentes à construção, manutenção e aparelhamento de prédios escolares. Ainda que esse relatório seja mais detalhado, ele também não evidencia que os prédios escolares tenham sido objeto de alguma política, ou programa tratado com especificidade; ou seja, todo o tratamento dado aos prédios escolares, na gestão 1999-2002, esteve incluído dentro da política geral da Secretaria da Educação, o que confirma o constatado na *Proposta de Governo* da Frente Popular, que não apresentava uma política específica para o *Edifício Escolar*.

Embora a gestão 1999-2002 não tenha apresentado uma política específica para os prédios escolares, não significa que essa possibilidade não tenha sido debatida. Em novembro de 2000, conforme consta no relatório denominado *Solução Arquitetônica para o Novo Projeto Pedagógico da Escola de Ensino Democrático e Popular – Escola da Democracia*, uma equipe de trabalho intersecretarial, composta por membros da Secretaria da Educação e da Secretaria de Obras e Saneamento, realizou uma série de reuniões. Esse trabalho tinha por propósito a elaboração de um projeto arquitetônico para as escolas públicas estaduais dentro dos métodos da

democracia participativa, em que agentes pedagógicos, políticos e comunidade escolar organizada contribuiriam na construção dos grandes eixos do projeto.

Ao todo, conforme o relatório, realizaram-se 10 (dez) encontros, que se iniciaram em novembro de 2000 e terminaram em janeiro de 2001. Nesses foram debatidos assuntos pertinentes ao tema, sendo convidados para palestras profissionais vinculados à área. Ao final dos encontros, foi elaborado um cronograma com três fases distintas, definidas como: (a) *acúmulo teórico e conceitual*; (b) *participação coletiva dos setores envolvidos no processo*; (c) *materialização gráfica da solução arquitetônica do projeto*.

Apesar do propósito de concluírem o projeto até junho de 2001, data limite para sua inclusão no Orçamento Participativo para aquele exercício, esse não foi adiante, provavelmente devido à sua complexidade e ao exíguo espaço de tempo para a discussão, elaboração e implementação de uma proposta de tamanha envergadura.

Não obstante esse revés, o discurso que se apresenta na proposta é, sem dúvida, interessante, pois objetiva discutir com a sociedade uma solução arquitetônica para as escolas públicas estaduais. Isso não reduz o debate apenas aos profissionais da área (arquitetos e engenheiros), mas considera a participação de todos os segmentos envolvidos, na tentativa de construir um projeto, provavelmente com características generalistas, porém sem esquecer as especificidades de cada região ou grupo envolvido. O documento, ao referir a proposta, assevera que:

A Secretaria Estadual da Educação poderia ter chamado os melhores arquitetos do País ou mesmo de outros países e solicitar um projeto para os prédios de suas escolas estaduais. Certamente teríamos bons projetos, talvez ótimos projetos, talvez projetos revolucionários.

Mas não é isso que se pretende. O que se pretende é que a comunidade seja ouvida, como o foi durante a Constituinte Escolar. E, ao ser auscultada, transmita seus anseios, suas grandes e pequenas necessidades com relação aos seus espaços pedagógicos. Novamente temos um espaço de criação coletiva, em que os técnicos, no caso os arquitetos e engenheiros envolvidos no processo serão os “decodificadores” técnicos de um projeto que ao fim e à cabo, será gerado pela comunidade escolar. Poderá não ser o projeto ideal, mas será certamente, fruto da soma de inúmeros consensos (RELATÓRIO – SOLUÇÃO ARQUITETÔNICA PARA O NOVO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE ENSINO DEMOCRÁTICO E POPULAR – ESCOLA DA DEMOCRACIA, 2001, p. 08).

No entanto, apesar do propósito de implantação de uma política específica para os prédios escolares, a gestão Olívio Dutra não ficou marcada na política educacional pela construção de prédios escolares com características e propósitos específicos.

Embora o insucesso no projeto de uma política específica para os prédios escolares, a gestão 1999-2002, em seus relatórios de gestão e também nas mensagens do Governador dirigidas à Assembléia Legislativa, relata uma série de ações efetuadas no sentido de atender a demanda referente aos prédios escolares e ao seu aparelhamento (ver Quadro 50, à página 339).

Segundo os documentos analisados, as ações referentes à construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares realizadas, que incluíam repasses da Gestão Democrática, objetivando o atendimento necessário à manutenção, aquisição de mobiliário e equipamentos e pequenas obras nas escolas, a Consulta Popular, o Orçamento Participativo e as Obras Emergenciais/Institucionais, foram as seguintes:

a) 1999

1. R\$ 76,43 milhões para a Gestão Democrática.
2. Ampliação, construção e reformas em 549 escolas.
3. Construção de 131 Quadras Esportivas e/ou Ginásios.
4. Aquisição de equipamentos e material permanente para 716 escolas.

b) 2000

1. R\$ 76,98 milhões para a Gestão Democrática.
2. Ampliação, construção e reformas em 727 escolas.
3. Construção de 32 Quadras Esportivas.
4. Aquisição de 02 imóveis para funcionamento de escolas.
5. Aquisição de equipamentos e material permanente para 401 escolas.

c) 2001

1. R\$ 81,46 milhões para a Gestão Democrática;
2. Ampliação, construção e reformas em 602 escolas;
3. Aquisição de equipamentos e material permanente para 404 escolas.

d) 2002

1. R\$ 87,32 milhões para a Gestão Democrática.
2. Ampliação, construção e reformas em 407 escolas.

3. Construção de 72 Quadras Esportivas.
4. Aquisição de equipamentos e material permanente para 401 escolas.

Constata-se, assim, que a gestão 1999-2002, apesar de não apresentar uma política específica para os prédios escolares, não os excluiu de sua política educacional. É possível verificar que, no período, foram realizadas ampliações, construções e reformas em 2.285 escolas. Ainda que muitas dessas intervenções tenham ocorrido mais de uma vez na mesma escola, tais números são expressivos, diante de uma realidade que contemplava um universo pouco superior a 3.000 escolas. Também foram construídas 235 Quadras Esportivas e/ou Ginásios, adquiridos 02 imóveis, investidos R\$ 322,19 milhões na Gestão Democrática, assim como houve a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para 1.922 escolas.

Mesmo que os números divulgados pareçam substanciais, é possível afirmar que as carências observadas nos edifícios escolares não foram sanadas na sua totalidade; basta que se faça o resgate de números apresentados em 2003 e referentes a 2002, nos *Microdados do Censo Escolar*, neles; 33,70% das escolas de Ensino Médio compartilham prédios e, entre os estabelecimentos com oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio, 18,42% não possuem Biblioteca, 59,97%, Laboratório de Ciências, 38,02%, Quadras Esportivas, 95,44%, Sanitários adaptados aos Portadores de Necessidades Especiais, 76,01%, Laboratórios de Informática e 87,01%, acesso à *Internet*. Esses índices podem ser maiores ou menores, conforme o zoneamento da escola ou o nível de ensino ofertado, porém não alcançam níveis quantitativos desejáveis. Logo, vislumbra-se uma realidade que, apesar do esforço em equacionar essa problemática, o investimento previsto, ou possível, não foi capaz de resolver todas as deficiências.

5.4.1.3 O Plano Plurianual 2000-2003

O Plano Plurianual, também denominado PPA, responde a uma exigência legal e se traduz em um instrumento de planejamento de médio prazo (quatro anos), que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas de uma administração.

O Plano Plurianual 2000-2003²⁷, elaborado no primeiro ano da gestão Olívio Dutra (1999-2002), prevê um gasto total de R\$ 51,57 bilhões²⁸ para o quadriênio, sendo aproximadamente R\$ 9 bilhões em despesas previstas para a Secretaria da Educação, ou seja, 17,45% (ver Tabelas 79 e 83, às páginas 443 e 447).

O PPA referente à Secretaria da Educação, composto por diretrizes, programas e metas, prevê as seguintes despesas com a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares (ver Tabelas 80 a 83, às páginas 444 a 447):

a) Programa *Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental*

1. construção, reconstrução, ampliação e aparelhamento de escolas de Ensino Fundamental, com uma despesa prevista de R\$ 189,11 milhões;
2. adaptação de 467 Salas de Integração de Recursos, com uma despesa prevista de R\$ 12,97 milhões;
3. conservação e manutenção de 2.939 prédios escolares, com uma despesa prevista de R\$ 264,76 milhões;
4. adequação gradativa de 2.939 escolas aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais, com uma despesa prevista de R\$ 5,40 milhões;
5. criação de mecanismos de participação da comunidade escolar, com vistas à redefinição de critérios de repasse de recursos para 2.939 escolas (Gestão Democrática – atendimento necessário à manutenção, aquisição de mobiliário e equipamentos e pequenas obras nas escolas), com uma despesa prevista de R\$ 575,89 milhões;
6. Despesa Prevista no Programa – R\$ 1,05 bilhão.

b) Programa *Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas, Recreativas e de Lazer das Comunidades Escolares*

1. aquisição de 600 kits de equipamentos de lazer para as escolas, com uma despesa prevista de R\$ 16,21 milhões;

²⁷ No PPA 2000/2003, os gastos com pessoal, despesa de custeio, despesas da dívida e transferências legais e constitucionais a municípios, estão computadas no Plano Plurianual.

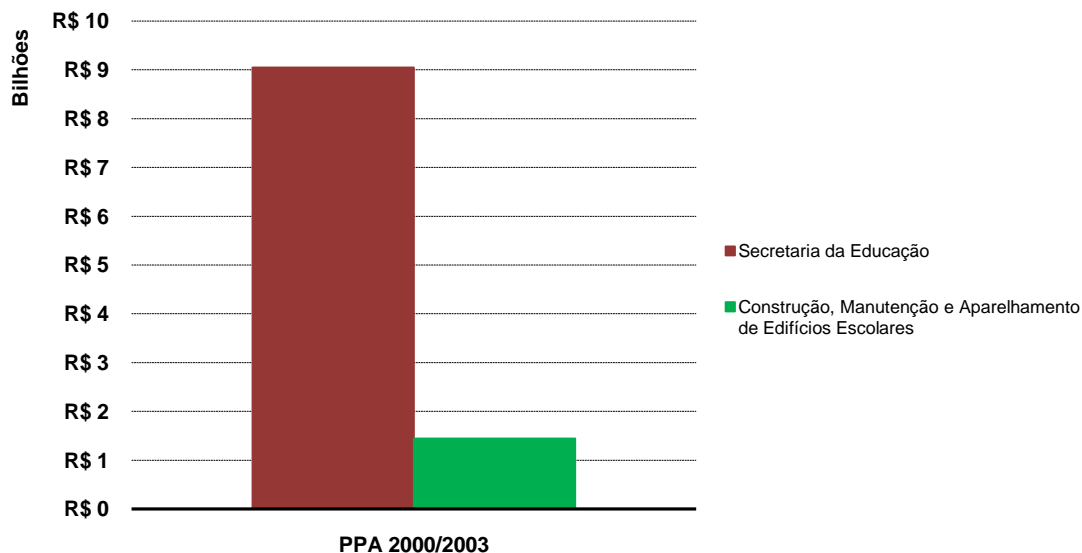
²⁸ Todos os valores estão atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).

2. construção de 600 quadras esportivas, com uma despesa prevista de R\$ 64,84 milhões;
3. Despesa Prevista no Programa – R\$ 81,05 milhões.

c) Programa *Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Médio*

1. criação, construção, ampliação e transformação de 140 escolas, com uma despesa prevista de R\$ 167,91 milhões;
2. ampliação gradativa dos espaços físicos e dos equipamentos das escolas técnicas estaduais, com uma despesa prevista de R\$ 27,02 milhões;
3. conservação e manutenção de 619 prédios escolares, com uma despesa prevista de R\$ 8,10 milhões;
4. aquisição de materiais, mobiliário, equipamentos para bibliotecas, laboratórios de Ciências Físicas e Biológicas e oficinas para 150 escolas, com uma despesa prevista de R\$ 13,51 milhões;
5. qualificação e expansão dos espaços de informática, com uma despesa prevista de R\$ 30,26 milhões;
6. adequação gradativa de 619 escolas aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais, com uma despesa prevista de R\$ 2,70 milhões;
7. criação de mecanismos de participação da comunidade escolar, com vistas à redefinição de critérios de repasse de recursos para 619 escolas (Gestão Democrática – atendimento necessário à manutenção, aquisição de mobiliário e equipamentos e pequenas obras nas escolas), com uma despesa prevista de R\$ 64,73 milhões;
8. Despesa Prevista no Programa – R\$ 314,23 milhões.

Gráfico 20
Previsão Total de Despesa no PPA 2000/2003 para a
Secretaria da Educação e Construção, Manutenção e Aparelhamento de Edifícios
Escolares



Fontes:
• PPA 2000/2003.

Constata-se que a previsão de despesas para a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares é de R\$ 1,44 bilhão, representando 16,04% do previsto para a Secretaria da Educação e 2,80% do previsto para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

No Gráfico 20, é possível visualizar a proporção entre o previsto para a Secretaria da Educação e o previsto para a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares. Através da análise visual, constata-se a pouca representatividade dos gastos previstos para a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares no cômputo dos valores previstos para a Secretaria da Educação.

A constatação, que traduz a realidade já observada na análise dos relatórios de gestão configura-se na inexistência de um programa específico, no contexto do PPA 2000-2003, direcionado aos edifícios escolares, os quais têm a sua previsão de despesa incluída no conjunto dos programas e metas da Secretaria da Educação.

5.4.1.4 A Despesa Realizada

A despesa realizada no período 1999-2002, referente à Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi de R\$ 74,54 bilhões; desses, R\$

16,41 bilhões correspondem à despesa realizada pela Secretaria da Educação, ou seja, representam um percentual de 22,02%.

Comparando-se a despesa realizada com a *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*, que, no período, foi de R\$ 1,02 bilhão, constata-se que essa representou 6,19% do total da Secretaria.

A Secretaria da Educação é composta por diversas Unidades Orçamentárias (ver Tabelas 101 a 104, às páginas 465 a 468). Entre elas, encontra-se a denominada Gabinete e Órgãos Centrais, a qual representa mais da metade do gasto realizado pela Secretaria e inclui toda a despesa referente à *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*. No período abordado, a Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais* apresenta uma despesa realizada de R\$ 9,81 bilhões, correspondendo a 59,76% da despesa da Secretaria da Educação.

Logo, no período 1999-2002 (ver Tabelas 88 a 91, 96 e 98, às páginas 452 a 455, 460 e 462), a despesa realizada com a *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares* apresenta a seguinte configuração:

a) Prédios

1. Locação de Imóveis – R\$ 5,81 milhões (0,77%).
2. Aquisição de Imóveis – R\$ 13,87 milhões (1,85%).
3. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis – R\$ 460,99 milhões (61,25%).
4. Obras e Instalações – R\$ 271,93 milhões (36,13%).
5. Total em Prédios – R\$ 752,59 milhões.

b) Equipamentos e Materiais Permanentes

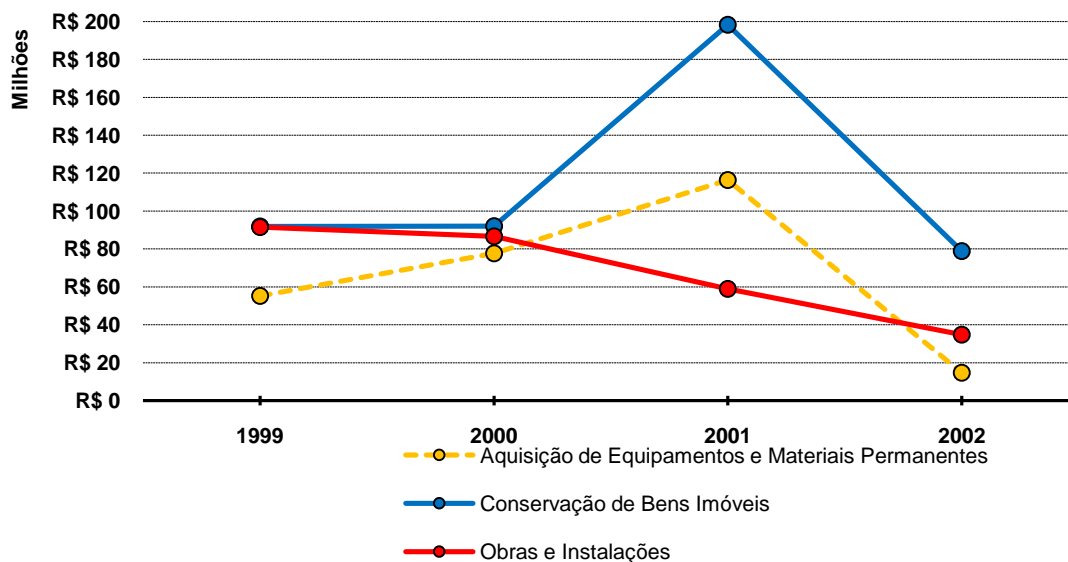
1. Conservação e Manutenção de Bens Móveis – R\$ 0,02 milhão (0,01%).
2. Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes – R\$ 263,93 milhões (99,99%).
3. Total em Equipamentos e Materiais Permanentes – R\$ 263,95 milhões.

Comparando-se as despesas realizadas com prédios e equipamentos às realizadas com materiais permanentes, verifica-se que aquelas atingem a 74,03%,

ao passo que estas chegam a 25,97% do total gasto com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*.

Separadamente, é possível inferir que as maiores despesa realizadas representando 98,06% (R\$ 996,85 milhões) do total gasto com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*, referem-se, respectivamente: (a) à *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis*, com R\$ 460,99 milhões (45,35%); (b) a *Obras e Instalações*, com R\$ 271,93 milhões (26,75%); (c) a *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes*, com R\$ 263,93 milhões (25,96%). Logo, a maior despesa realizada refere-se à *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis*, a qual representa 45,35% do total gasto com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*.

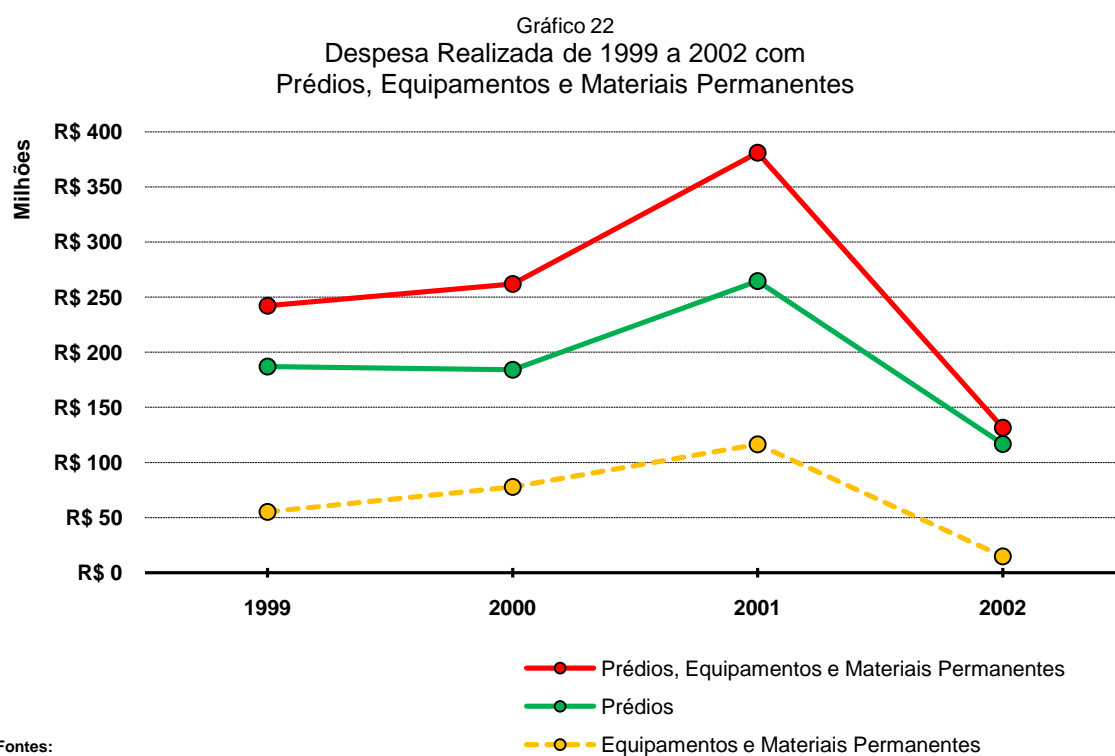
Gráfico 21
Despesa Realizada de 1999 a 2002 para a
Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Conservação de
Bens Imóveis e Obras e Instalações



Fontes:
▪ Balanço Geral 1999-2002.

No Gráfico 21, é possível visualizar o comportamento das despesas realizadas com a *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*. A partir deste gráfico, é possível fazer as seguintes afirmações:

- a) A despesa realizada com a *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* é a maior em todo o período (1999: R\$ 91,83 milhões; 2000: R\$ 92,03 milhões; 2001: R\$ 198,29 milhões; 2002: R\$ 78,83 milhões).
- b) Em 1999, as despesas com a *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (R\$ 91,83 milhões) e *Obras e Instalações* (R\$ 91,59 milhões) são muito próximas.
- c) As linhas balizadoras das despesas com a *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (1999: R\$ 55,22 milhões; 2000: R\$ 77,76 milhões; 2001: R\$ 116,32 milhões; 2002: R\$ 14,62 milhões) e *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (1999: R\$ 91,83 milhões; 2000: R\$ 92,03 milhões; 2001: R\$ 198,29 milhões; 2002: R\$ 78,83 milhões) são ascendentes no período 1999-2001 e, descendentes no período 2001-2002.
- d) A linha balizadora das despesas com *Obras e Instalações* é descendente em todo o período (1999: R\$ 91,59 milhões; 2000: R\$ 86,55 milhões; 2001: R\$ 59,02 milhões; 2002: R\$ 34,77 milhões).
- e) Em 1999, ocorre a maior despesa referente a *Obras e Instalações* (R\$ 91,59 milhões).
- f) Em 2001, ocorrem as maiores despesas referentes à *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (R\$ 116,32 milhões) e *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (R\$ 198,29 milhões).
- g) Em 2002, ocorrem as menores despesas referentes à *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (R\$ 14,62 milhões), *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (R\$ 78,83 milhões) e *Obras e Instalações* (R\$ 34,77 milhões).



No Gráfico 22, visualizam-se as linhas balizadoras referentes às despesas com prédios, equipamentos e materiais permanentes. A partir do comportamento das linhas balizadoras, que apresentam algumas semelhanças com o Gráfico anterior, observa-se o que se segue:

- a) A linha balizadora das despesas realizadas com prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*) apresenta um comportamento ascendente no período 1999-2001 e, descendente no período 2001-2002 (1999: R\$ 242,12 milhões; 2000: R\$ 262 milhões; 2001: R\$ 380,97 milhões; 2002: R\$ 131,43 milhões).
- b) As demais linhas balizadoras, referentes às despesas realizadas com prédios (1999: R\$ 186,89 milhões; 2000: R\$ 184,24 milhões; 2001: R\$ 264,66 milhões; 2002: R\$ 116,80 milhões) e equipamentos e materiais permanentes (1999: R\$ 55,23 milhões; 2000: R\$ 77,76 milhões; 2001: R\$ 116,33 milhões; 2002: 14,63 milhões) apresentam comportamento semelhante ao da linha balizadora relativa aos prédios, equipamentos e

materiais permanentes, com exceção do período 1999-2000 para as despesas realizadas com prédios, que apresenta um pequeno declínio.

- c) A despesa realizada com prédios (1999: R\$ 186,89 milhões; 2000: R\$ 184,24 milhões; 2001: R\$ 264,66 milhões; 2002: R\$ 116,80 milhões) é maior do que a realizada com equipamentos e materiais permanentes (1999: R\$ 55,23 milhões; 2000: R\$ 77,76 milhões; 2001: R\$ 116,33 milhões; 2002: 14,63 milhões) em todo o período abordado.
- d) Em 2001, ocorreram as maiores despesas referentes a prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*) (R\$ 380,99 milhões), prédios (R\$ 264,66 milhões) e equipamentos e materiais permanentes (R\$ 116,33 milhões).
- e) Em 2002, ocorreram as menores despesas referentes a prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*) (R\$ 131,43 milhões), prédios (R\$ 116,80 milhões) e equipamentos e materiais permanentes (R\$ 14,63 milhões).

Observando-se os Gráficos 23 e 24, à página 243, é possível constatar que as linhas balizadoras referentes às despesas realizadas com prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*), com a Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais*, com a Secretaria da Educação e com a Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, apresentam comportamentos semelhantes.

Nos Gráficos 23 e 24, constata-se o seguinte:

- a) As linhas balizadoras referentes à despesa realizada com prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*) (1999: R\$ 242,12 milhões; 2000: R\$ 262 milhões; 2001: R\$ 380,99 milhões; 2002: R\$ 131,43 milhões), com a Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais* (1999: R\$ 2,30 bilhões; 2000: 2,46 bilhões; 2001: R\$ 2,66 bilhões; 2002: R\$ 2,39 bilhões), com a

Secretaria da Educação (1999: R\$ 4 bilhões; 2000: R\$ 4,19 bilhões; 2001: R\$ 4,38 bilhões; 2002: R\$ 3,85 bilhões) e com a Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1999: R\$ 18,46 bilhões; 2000: R\$ 19,41 bilhões; 2001: R\$ 19,34 bilhões; 2002: R\$ 17,33 bilhões) são ascendentes no período 1999-2001 e, descendentes no período 2001-2002, com exceção da despesa realizada pela Administração Direta, que apresenta um comportamento descendente a partir de 2000.

- b) Em 2001, ocorrem as maiores despesas referentes a prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*) (R\$ 380,99 milhões), com a Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais* (R\$ 2,66 bilhões), com a Secretaria da Educação (R\$ 4,38 bilhões).
- c) Em 2000, ocorre a maior despesa com a Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (R\$ 19,41 bilhões).
- d) Em 2002, ocorrem as menores despesas com prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*) (R\$ 131,43 milhões), com a Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais* (R\$ 2,39 bilhões), com a Secretaria da Educação (R\$ 3,85 bilhões) e com a Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (R\$ 17,33 bilhões).

Gráfico 23
Despesa Realizada de 1999 a 2002 com a
Secretaria da Educação, Gabinete e Órgãos Centrais e Prédios,
Equipamentos e Materiais Permanentes

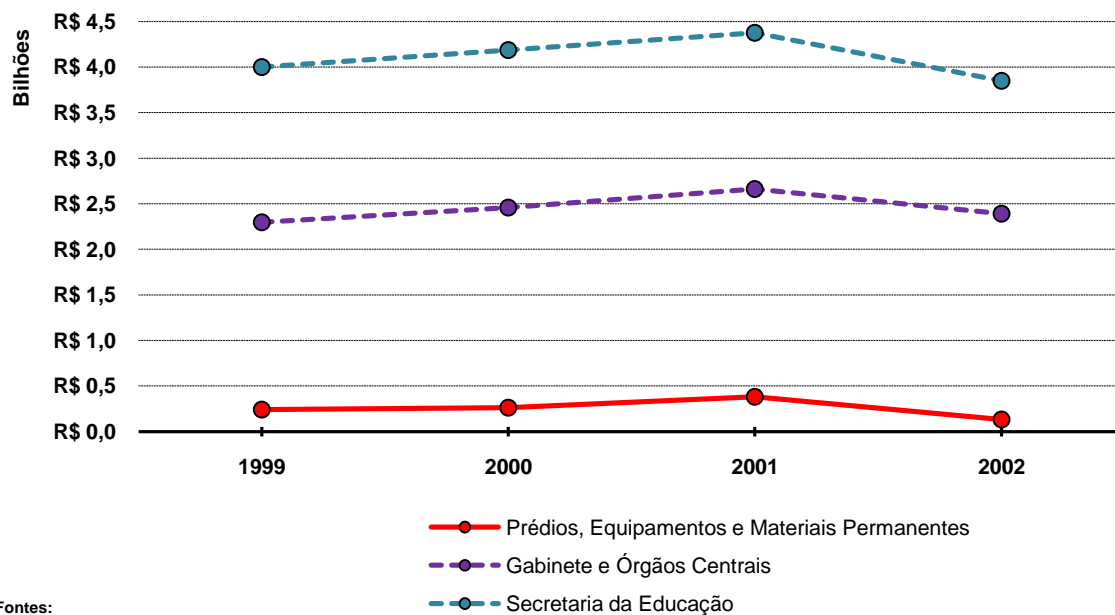
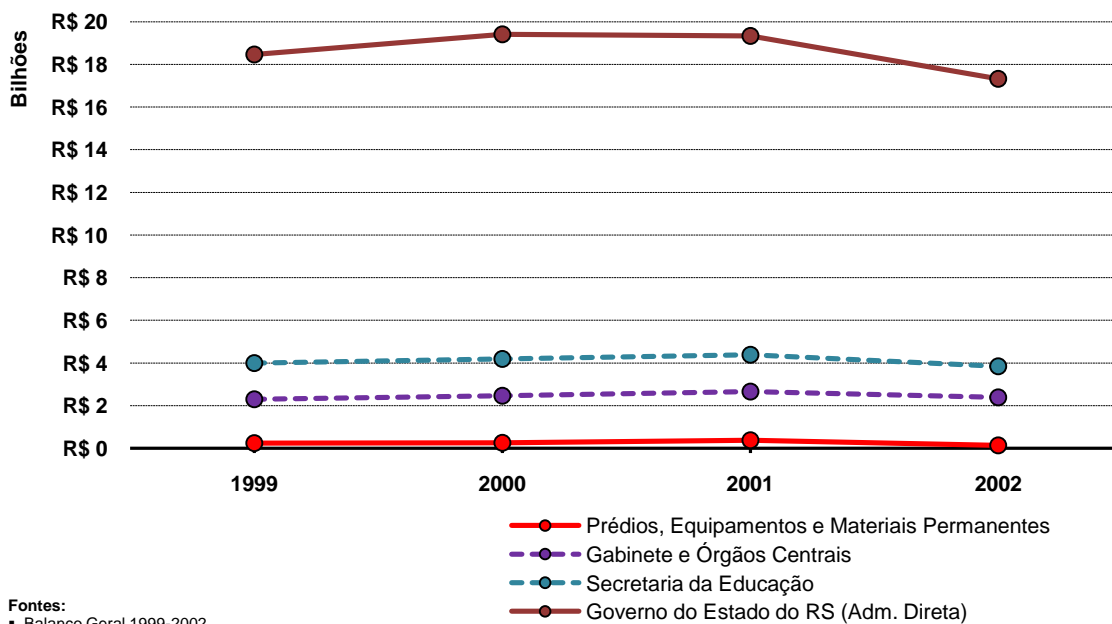


Gráfico 24
Despesa Realizada de 1999 a 2002 com o Governo do Estado do Rio Grande
do Sul, Secretaria da Educação, Gabinete e Órgãos Centrais e Prédios,
Equipamentos e Materiais Permanentes



Ao se concluir a análise da despesa realizada no período 1999-2002, é importante destacar que:

- a) Não obstante os investimentos realizados com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*, não há evidências da existência de uma política específica para os edifícios escolares no período abordado. Essa afirmativa é sustentada na observação de que não há qualquer vinculação entre o investido em obras e instalações e algum tipo de projeto específico para o setor, estando tais despesas vinculadas ao gasto geral da Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais*, vinculada à Secretaria da Educação.
- b) A despesa realizada com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares* é de R\$ 1,02 bilhão.
- c) O conjunto formado pelas despesas com *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (R\$ 460,99 milhões), *Obras e Instalações* (R\$ 271,93 milhões) e *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (R\$ 263,93 milhões) representa 98,06% (R\$ 996,85 milhões) do montante gasto com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*.
- d) A despesa com a *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* representa 45,35% (R\$ 460,99 milhões) do gasto com *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*, constituindo-se, assim, como a maior despesa isolada.

5.4.2 O Período 2003-2006

A eleição de 2002 no Rio Grande do Sul, a exemplo do que ocorrera em 1998, também foi marcada por um intenso debate político, entre Antônio Britto, que tentava retornar ao comando do Estado, e o candidato da situação, Tarso Genro. Esse embate político foi fundamental para que surgisse uma terceira via, cujo discurso era o da conciliação, ou seja, o de alertar que a danosa polarização presente no Rio Grande estaria condenando o Estado a uma alternância entre os extremos ideológicos existentes. Assim, a candidatura de Germano Rigotto se colocava como um caminho para a superação desse impasse político instalado no Estado.

Diante dessa perspectiva, a estratégia adotada pela candidatura Germano Rigotto se mostrou correta, visto que atingiu, no primeiro turno, 41,17% dos votos válidos, contra 37,25% de Tarso Genro e 12,31% de Antônio Britto, que ficou excluído do segundo turno.

Com a manutenção da estratégia conciliadora, aliada a fortes críticas ao governo Olívio Dutra pelos partidos de oposição e segmentos da sociedade, que o associavam à *expulsão* de uma das montadoras prometidas por Britto, a invasões de propriedades rurais, a problemas na segurança pública e à ideologização do governo, Tarso Genro, candidato da situação, acabou perdendo as eleições.

Confirmava-se assim a escolha que já se havia delineado no primeiro turno, a de que o projeto que se apresentava como conciliador seria o vencedor, assim sendo, com 52,67% dos votos válidos, os gaúchos elegeram Germano Rigotto para o período 2003-2006 (ver Quadro 51).

Quadro 51
Resultado do Segundo Turno das Eleições de 2002
para Governador do Rio Grande do Sul

Mandato	Coligação Vencedora	Governador	Votos Nominais	Percentual de Votos Válidos
2003-2006	PMDB – PHS – PSDB (União pelo Rio Grande)	Germano Antônio Rigotto	3.148.788	52,67%
	PT – PC do B – PMN – PCB (Frente Popular)	Tarso Fernando Herz Genro	2.829.527	47,33%

Fonte:
• TSE (www.tse.gov.br)

Na gestão de Rigotto, o Rio Grande do Sul foi apontado pela UNESCO como o Estado com a melhor educação pública do Brasil (Relatório de Trabalho 2003-2004, p.39). Não obstante essa opinião que seria um trunfo político e sendo considerado favorito nas pesquisas de intenção de votos, Germano Rigotto não foi reeleito; sequer foi conduzido, pelo eleitorado, ao segundo turno, pois ficou em terceiro lugar no primeiro turno das eleições de 2006.

5.4.2.1 O Plano de Governo (União pelo Rio Grande)

A proposta de governo da *União pelo Rio Grande* salienta, em seu texto introdutório, que o principal problema do Rio Grande do Sul é político, resultado do confronto entre os chamados *brittistas* e *petistas*, cujo enfrentamento impede a criação de um núcleo básico e permanente de interesses para o Estado. Logo, a alternância de poder entre os dois grupos representa uma ruptura radical, com graves reflexos na continuidade de programas e soluções adotadas, com a conseqüente perda de eficiência, eficácia e resolutividade pelo Estado gaúcho.

Germano Rigotto e as forças políticas que sustentavam a sua candidatura afirmavam que era necessário, acima de tudo, no Rio Grande do Sul, o reestabelecimento de um clima de cooperação e confiança e que tal era uma das características da coligação *União pelo Rio Grande*.

Essa candidatura trazia, como proposta, um conjunto de diretrizes consideradas fundamentais para uma nova agenda político-administrativa para o Rio Grande do Sul. Esse conjunto de diretrizes era composto por uma série de idéias e propostas:

- a) a visão otimista do Rio Grande do Sul, na qual se evidencia a importância da criação de uma mentalidade e uma cultura de otimismo em relação ao Estado, como um fator indutor do aproveitamento das imensas oportunidades de que dispõe esta unidade federativa;
- b) a retomada da política de atração de grandes investimentos, estímulo (através de incentivos fiscais e disponibilização de crédito) à modernização dos sistemas industriais, recuperação das áreas economicamente degradadas do Estado, incentivo à Metade Sul, apoio efetivo à diversificação e ao incremento da produção agrícola e incentivo à criação e preservação de pequenas e médias empresas;
- c) o desenvolvimento regional, funcional e equilibrado, através da indução e geração de novos focos dinâmicos na economia do Estado, redução das diferenças de renda e bem-estar social e geração de ocupação e empregos na base social;
- d) o pacto entre o Governo, os Servidores Públicos e a Sociedade, constituído por uma aliança entre os três segmentos, a qual deve ser balizada por uma mudança de paradigma, em que o Estado deixa de ver

os servidores como um custo ou despesa a ser cortada, a sociedade abandona a visão negativa do serviço público e os próprios servidores resgatam o seu importante papel;

- e) a prioridade à Área Social, englobando a Educação, a Saúde, a Segurança e a Assistência Social, consideradas na proposta como o núcleo fundamental das funções do Estado e, portanto, imprescindíveis em uma sociedade marcada pelo desequilíbrio de renda, de educação, de saúde e de bem-estar;
- f) as prioridades em Infra-Estrutura, incluindo questões relativas à Energia, Estradas e Saneamento Básico. O programa se posicionava contrário à alteração do sistema misto existente no setor elétrico, considerado globalmente satisfatório; destacava a necessidade de alguns ajustes no sistema das concessões rodoviárias; e na área do saneamento, colocava-se pela preservação da CORSAN, como o principal instrumento da atuação do poder público estadual no setor;
- g) as iniciativas em relação às finanças estaduais, deveriam contemplar quatro áreas de intervenção: a receita, o perfil dos gastos públicos, o financiamento do déficit e a implementação de uma nova política de investimentos.

Quanto à Educação, incluída no contexto das prioridades da Área Social, considerada, no texto programático, como o núcleo fundamental das funções do Estado e, portanto, essencial em uma sociedade balizada pelo desequilíbrio social, o programa da *União pelo Rio Grande*, afirmava que:

A maior rede de serviços públicos ou privados, existente no Rio Grande do Sul é a constituída pela rede estadual de educação pública.

Esta rede tem a maior população alvo de qualquer serviço ou empresa existente no Estado (em 2000, em números redondos: 888 mil alunos no Ensino Fundamental e 379 mil no Ensino Médio, totalizando 1 milhão e 277 mil matrículas), o maior número em servidores (em 2000, somente o contingente de professores em exercício era de 74.957) e o maior número de estabelecimentos: nada menos do que 3012 escolas.

Em vista desta ordem de grandeza, é preciso repetir: não há no Rio Grande do Sul nenhum serviço de maior impacto e importância social, nenhum serviço que apresente desafios gerenciais comparáveis, nenhuma área mais decisiva para determinação do futuro – das condições de vida e bem-estar – das novas gerações.

Além disso, é preciso incansavelmente reafirmar o imenso potencial da educação com relação à melhoria de todos os indicadores sociais, pois

nenhuma variável social de base é mais fortemente correlacionada ao nível de renda dos indivíduos e famílias do que o nível de escolaridade. O que é dizer que o acesso ao ensino de qualidade é o principal mecanismo de compensação das desigualdades econômicas de base e o principal canal de viabilização da mobilidade social ascendente (DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO: GERMANO RIGOTTO, 2002, p. 24).

Assim, é possível inferir que a educação pública era concebida, no programa da candidatura Rigotto, como a maior rede de serviços existente no Rio Grande do Sul, por incluir os maiores quantitativos de população alvo, servidores e estabelecimentos. Em virtude de tal grandeza, a educação pública representaria o *serviço de maior impacto e importância social*, assumindo, no contexto do programa, uma posição de expressivo destaque.

Ainda, nos parágrafos introdutórios do texto, é evidente tal importância, pois a Educação era considerada como um grande agente de transformação social e um alicerce indispensável para a construção de uma sociedade capaz de garantir, minimamente, um contexto de igualdade de oportunidades.

O conteúdo programático também afirmava que, em face das dimensões do aparelho educacional público e da importância dos seus serviços, como o mais relevante instrumento de promoção social existente no Estado, seria inconcebível que todo o esforço das lideranças e gestores estivesse direcionado à *pauta salarial e corporativa dos professores*. Tal posicionamento não minimizaria a importância da pauta de reivindicações do magistério estadual, mas apontaria para uma mudança na exclusividade dessa, cuja prevalência seria detrimental aos interesses mais amplos da sociedade rio-grandense. O texto assevera que:

Por essa razão é vital para o Estado, para a educação das crianças e jovens que constituem a clientela natural do sistema de educação pública, que a educação volte a ser preocupação e cuidado essenciais tanto do magistério, quando dos gestores públicos – a começar pelo próprio Governador do Estado –, resgatando-se com seriedade e determinação a verdade simples de que a rede pública de educação existe para bem servir àqueles que a procuram e que precisam dela.

[...] Por essa razão, o compromisso com a educação tem que ser também um compromisso com o magistério, a ser celebrado, porém, com realismo e sinceridade, dentro das condições de possibilidade de financiamento do setor público gaúcho e em horizontes de tempo compatíveis com o tamanho do problema a resolver (DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO: GERMANO RIGOTTO, 2002, p. 25).

Logo, é possível inferir que essa diretriz programática não minimiza a questão salarial do magistério, porém busca tirar o foco dessa, dentro da questão

educacional, posicionando-se diante de um contexto mais abrangente, que trata a Educação como um compromisso de todos, magistério, gestores e o próprio Governador. Afirma, ainda, que o sentido da rede estadual de ensino é *bem servir* ao seu público alvo. Nessa visão, a questão salarial não deixa de existir, porém entra em uma conjuntura vinculada à realidade financeira estadual, em um horizonte de tempo conciliado com a dimensão da problemática.

Assim, ao finalizar as considerações introdutórias, o texto do *Programa de Governo* apresenta resumidamente os desafios considerados fundamentais da política educacional no Rio Grande do Sul (ver Quadro 52, à página 340), que contemplam, na ordem, os seguintes segmentos: (a) Ensino Fundamental; (b) Ensino Médio; (c) Educação Profissional; (d) Educação de Jovens e Adultos; (f) Educação Especial; (g) Educação Infantil; (h) Ensino Superior.

Não obstante o amplo leque de segmentos inclusos no texto, nenhum deles contempla ou faz referência direta aos edifícios escolares, ficando a temática incluída na retórica da necessidade de um ensino de qualidade.

O conteúdo programático ainda se refere ao esforço a fim de garantir a qualidade do ensino público como sendo complexo e multifacetado, listando 05 (cinco) diretrizes:

- a) a qualificação dos professores, através da promoção e do fomento de um processo de atualização e formação permanentes;
- b) a inclusão de provas específicas, nos concursos públicos para a contratação de docentes, objetivando a avaliação da capacidade dos candidatos em suas respectivas áreas;
- c) a necessidade de um esforço especial para equipar as escolas estaduais com Laboratórios e Bibliotecas, ainda que paulatinamente, devido à realidade fiscal do Estado;
- d) o apoio aos procedimentos de avaliação externa do aprendizado, não apenas como um balizador da situação da educação pública, mas como um fator de incentivo a professores e alunos;
- e) a fixação de metas com relação aos indicadores educacionais existentes.

Verifica-se, assim, que esteve explícita a questão espacial no conteúdo programático da candidatura Rigotto. Ainda que contemplasse apenas ambientes

como os Laboratórios e as Bibliotecas, o texto afirma que tais investimentos devem estar atrelados à realidade fiscal do Estado.

O conteúdo programático ainda destaca:

- a) a necessidade de desideologização da rede pública;
- b) o surgimento de novos desafios na educação estadual, face à necessidade de ampliação da rede de pré-escolas e à criação da Universidade Estadual. Na primeira situação, assevera que, mesmo sendo a Educação Infantil uma responsabilidade precípua dos municípios, o Estado precisa assumir o seu papel como um coordenador dos esforços municipais e um balizador dos padrões pedagógicos adequados. Quanto à criação da Universidade Estadual, reconhece a necessidade de ampliação dos encargos do Estado e de concursos públicos para professores e servidores técnico-administrativos;
- c) a garantia da continuidade dos repasses financeiros para a Educação, assim como o aperfeiçoamento de tais mecanismos.

Constata-se, por conseguinte, que o *Programa de Governo* para a Educação da candidatura Rigotto, mesmo apresentando um amplo espectro de segmentos e propostas, pouco, ou quase nada, refere-se aos edifícios escolares. Estão esses inclusos no discurso referente à qualidade da educação, ou, ainda, na citação da necessidade de provimento de espaços, como laboratórios ou bibliotecas nas escolas da rede estadual.

5.4.2.2 As Realizações da Gestão 2003-2006

Considerando-se os documentos denominados *Relatório de Trabalho: Principais Projetos e Realizações 2003-2004*, *Rio Grande do Sul, o Estado que Não Pára de Crescer: Relatório de Trabalho*, *Relatório de Trabalho: Projetos e Realizações 2003/2005* e *O Rio Grande da Conciliação: Administração Germano Rigotto 2003/2006*, que abordam, parcial ou totalmente, as atividades desenvolvidas em todas as áreas, na gestão 2003-2006, é possível relacionar, em linhas gerais, as realizações na área da Educação (ver Quadros 53 a 57, às páginas 341 a 344).

Esses destaques contemplam ações direcionadas à comunidade escolar, ao esporte e lazer, a obras e/ou aparelhamento, a parcerias, a programas, a

professores e servidores e a diferentes níveis e modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior). Tais destaques não significam que a Secretaria da Educação não tenha realizado outras ações, porém essas foram as indicadas em relatórios de gestão, ou seja, seriam consideradas pelos próprios dirigentes como as mais significativas no período 2003-2006.

O fato de maior destaque, nos relatórios de gestão do período 2003-2006, é o reconhecimento, pela UNESCO e pelo MEC, da educação pública gaúcha como a melhor do Brasil. Nos relatórios, é possível observar que essa escolha teria ocorrido em função de ações do governo estadual, as quais contemplam: (a) a qualificação de docentes; (b) a contratação de docentes e servidores; (c) o debate do Plano Estadual de Educação; (d) a priorização da educação pública; (e) o atendimento à demanda de novos alunos; (f) o resultado da adoção de programas como o *Escola Aberta para a Cidadania* e o *Escola de Tempo Integral*.

A seguir, é possível verificar o que foi destacado em cada um dos direcionamentos anteriormente listados:

a) Comunidade Escolar

1. a discussão do Plano Estadual de Educação por mais de 60 mil pessoas, com o envolvimento de mais de 4,5 mil entidades.

b) Esporte e Lazer

1. a organização dos Jogos Escolares, com a participação de mais de 370 mil estudantes, 435 municípios e 2,5 mil instituições estaduais, federais e municipais.

c) Obras e/ou Aparelhamento

1. a criação de Bibliotecas.

d) Programas

1. a implementação do *Escola Aberta para a Cidadania*, em parceria com a UNESCO, com a participação de 150 estabelecimentos, em 84 municípios, e com a redução da violência e do uso de drogas em até 90%, nas áreas beneficiadas;
2. implementação do *Escola de Tempo Integral*, atendendo a 14 mil estudantes, em 23 escolas (2004 e 2005);

3. implementação do *Projeto Saúde Escolar*, que objetiva beneficiar 200 mil estudantes e seus familiares.
- e) Professores e Servidores
 1. realização de concursos públicos para professores e servidores;
 2. nomeação de professores e servidores;
 3. qualificação e aperfeiçoamento de mais de 4,5 mil professores.
 - f) Educação de Jovens e Adultos
 1. implementação do *Alfabetiza Rio Grande*, atendendo mais de 94 mil jovens e adultos, em 225 municípios;
 2. realização de Exames Supletivos, beneficiando 221 mil pessoas, com adaptação às realidades regionais e uma redução de custos de 70% em comparação a 2003.
 - g) Educação Especial
 1. atendimentos diretos a 2 mil PPDs e PPAHs e indireto a 20 mil pessoas através da FADERS.
 - h) Educação Profissional
 1. aumento em 38% na oferta geral da Educação Profissional;
 2. implantação de novos cursos;
 3. capacitação de professores;
 4. realização de obras beneficiando 09 escolas, assim como conserto de maquinários em 06 escolas e a aquisição de insumos para 02 estabelecimentos.
 - i) Ensino Fundamental
 1. manutenção e ampliação da qualificação do Ensino Fundamental.
 - j) Ensino Médio
 1. expansão do Ensino Médio para todos os municípios do Estado.
 - k) Ensino Superior
 1. realização de concursos;
 2. reorganização interna;
 3. abertura de novos cursos;
 4. melhoria na qualificação dos professores (84% com mestrado ou doutorado).

Analisando-se as realizações destacadas nos relatórios de gestão do período 2003-2006, é possível constatar a inexistência de uma política direcionada aos prédios escolares. A partir dos relatórios, que pouco ou nada se referem aos edifícios escolares, deduz-se que a infra-estrutura educacional recebe um tratamento que objetiva, dentro das possibilidades orçamentárias e das necessidades apresentadas, construir, manter e aparelhar os prédios escolares. É evidente nestes documentos que as realizações referentes aos prédios escolares surgem através da criação de Bibliotecas e de obras, estas em escolas de Educação Profissional.

Não obstante as poucas ações realçadas nos relatórios de gestão do período 2003-2006, conforme contatos mantidos junto à Secretaria da Educação, inexistem documentos que abordem o investimento em obras e o aparelhamento dos edifícios escolares. Torna-se, assim, evidente que o tema foi tratado de forma subordinada a política educacional do período; o tratamento dispensado aos prédios escolares esteve inserido na política geral da Secretaria da Educação, o que reafirma o Plano de Governo da gestão Rigotto, que não apresentou uma política específica para o setor.

Como os relatórios de gestão não apresentam detalhes referentes ao investimento em obras e aparelhamento dos edifícios escolares e a Secretaria da Educação não possui nenhum documento específico sobre tais realizações, a coleta de dados ocorreu a partir das mensagens do Governador à Assembléia Legislativa (ver Quadro 57, à página 344), nas quais discorreu sobre as ações realizadas e as previstas em todas as áreas do Governo. Segundo os documentos analisados, as ações levadas a efeito, referentes à construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares, que incluem repasses da Gestão Democrática e os programas Acesso à Educação Básica e Qualificação da Educação Básica, são as seguintes:

a) 2003

1. R\$ 85,77 milhões para Gestão a Democrática.
2. 104 obras concluídas ou em andamento, 206 em processo licitatório, 17 em fase de empenho e 172 com autorização para início.
3. Repasse financeiro para aquisição de equipamentos e/ou mobiliário (expansão do Ensino Médio) a 40 escolas.

4. Implantação de 02 bibliotecas infantis, aquisição de acervo para 51 e de material didático para 855 escolas de Ensino Médio (Recursos MEC/BID);
 5. Conexão de 110 escolas à *Internet* de banda larga em parceria com o Governo Federal.
- b) 2004
1. Repasse de recursos para a Gestão Democrática;
 2. Ampliação de 239 espaços escolares;
 3. Implantação de 30 salas para alunos com altas habilidades;
 4. Disponibilização de material pedagógico para 53 salas de recursos;
 5. Manutenção e conservação de 497 prédios escolares;
 6. Disponibilização de tecnologia para aluno e comunidade em 537 escolas;
 7. Qualificação de 437 espaços escolares.
- c) 2005
1. Repasse de recursos para Gestão a Democrática;
 2. Ampliação de espaços escolares em 243 escolas;
 3. Implantação de 25 salas de recursos para alunos com altas habilidades;
 4. Manutenção e conservação de 652 prédios escolares;
 5. Disponibilização de tecnologia para aluno e comunidade em 846 escolas;
 6. Qualificação de 350 espaços escolares.
- d) 2006 (meta)
1. Repasse de recursos para Gestão a Democrática;
 2. Ampliação de espaços escolares em 192 escolas;
 3. Manutenção e conservação de 1.009 prédios escolares;
 4. Disponibilização de tecnologia para aluno e comunidade em 847 escolas;
 5. Qualificação de 310 espaços escolares.

Constata-se, assim, que a gestão 2003-2006, embora não apresente uma política específica para os prédios escolares, não os exclui de sua política educacional. No período foram realizadas melhorias em 1.097 espaços escolares, disponibilizaram-se tecnologias para os alunos e a comunidade em 2.230 escolas e

foi feita a manutenção e conservação em 2.158 escolas. Ainda que várias intervenções, em anos diferentes, possam ter ocorrido mais de uma vez na mesma escola, tais números, embora menores que no período anterior, são significativos diante de uma realidade que contempla um universo aproximado de 3.000 escolas.

Mesmo que os números apresentados sejam substanciais e correspondam a avanços muitas vezes significativos, é possível afirmar que as carências observadas nos edifícios escolares não foram sanadas na sua totalidade. Para tal, basta que se faça o resgate de números apresentados em 2007 e referentes a 2006 nos Microdados do Censo Escolar: 8,82% das escolas de Ensino Médio compartilham prédios, e entre os estabelecimentos com oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio, 11,96% não possuem Biblioteca, 54,07%, Laboratório de Ciências, 33,78%, Quadras Esportivas, 87,27%, Sanitários adaptados aos Portadores de Necessidades Especiais, 58,58%, Laboratórios de Informática e 44,18%, acesso à *Internet*. Esses índices podem ser maiores ou menores, conforme o zoneamento da escola ou o nível de ensino ofertado, porém não alcançam níveis quantitativos desejáveis. Logo, vislumbra-se uma realidade que, mesmo apresentando avanços no período abordado, ainda não é capaz de equacionar essa problemática, ainda que considerando o investimento realizado e materializado em inúmeras obras, bem como a qualificação de espaços escolares e repasses de recursos.

5.4.2.3 O Plano Plurianual 2004/2007

O Plano Plurianual 2004-2007²⁹, elaborado no primeiro ano da gestão Germano Rigotto (2003-2006), prevê um investimento total de R\$ 36,26 bilhões para o quadriênio, sendo R\$ 4,47 bilhões em despesas previstas para a Secretaria da Educação, ou seja, 12,32% do total (ver Tabelas 84 e 87, às páginas 448 e 451).

O PPA referente à Secretaria da Educação, composto por programas e ações, prevê as seguintes despesas para a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares (ver Tabelas 85 a 87, às páginas 449 a 451):

²⁹ No PPA 2004/2007, conforme a Lei n.º 11.945/03, as despesas com pessoal e encargos sociais, juros e amortização da dívida pública, transferências constitucionais aos municípios, precatórios e outras que, por sua natureza, não resultem em contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, não estão computadas no Plano Plurianual.

a) Programa *Acesso à Educação Básica*

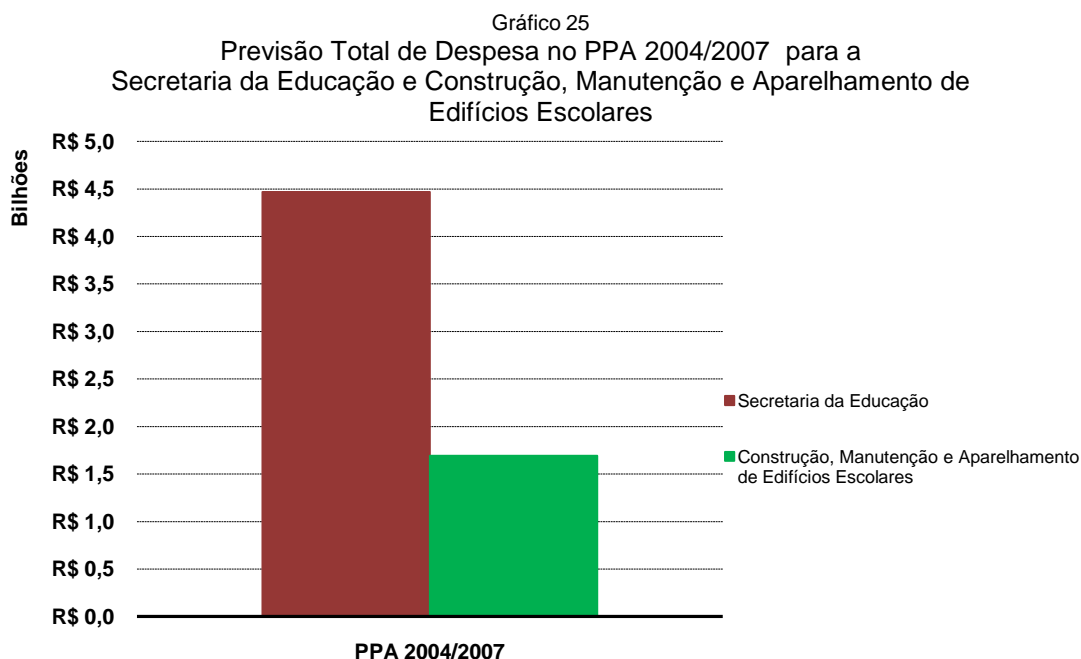
1. obras e aquisição de materiais e equipamentos em 530 escolas, com uma despesa prevista de R\$ 290,49 milhões;
2. obras e aquisição de materiais e equipamentos em 35 escolas do Vale do Taquari, com uma despesa prevista de R\$ 22,31 milhões;
3. manutenção, conservação e adaptação³⁰ de 5.435 espaços escolares³¹, com uma despesa prevista de R\$ 319,89 milhões;
4. manutenção, conservação e adaptação de 128 espaços escolares no Vale do Taquari, com uma despesa prevista de R\$ 7,51 milhões;
5. Despesa Prevista no Programa – R\$ 640,21 milhões.

b) Programa *Qualificação da Educação Básica*

1. disponibilização de tecnologia para os alunos e comunidade escolar em 2.565 escolas, com uma despesa prevista de R\$ 222,88 milhões;
2. autonomia financeira e pedagógica das escolas (Gestão Democrática – atendimento necessário à manutenção, aquisição de mobiliário e equipamentos e pequenas obras nas escolas), com uma despesa prevista de R\$ 491,22 milhões;
3. realização de obras e aquisição de materiais e equipamentos para as bibliotecas escolares, laboratórios de ciências e informática, salas de multimeios, ambientes para a Educação Especial, Educação Infantil, educação física e recreação, em 740 escolas, com uma despesa prevista de R\$ 337,66 milhões;
4. Despesa Prevista no Programa – R\$ 1,05 bilhão.

³⁰ O termo *adaptação* refere-se à adaptação dos espaços escolares para Portadores de Necessidades Especiais.

³¹ No PPA 2004-2007, consta como unidade de medida para esta ação *escolas*, porém, como a quantidade de estabelecimentos da rede estadual não alcança o número previsto de intervenções, acredita-se que esse refira-se ao número de espaços escolares e, não, ao número de escolas.



Fontes:
• PPA 2004/2007.

Observa-se que a previsão de despesas para a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares é de R\$ 1,69 bilhão, representando 37,87% da previsão da Secretaria da Educação e 4,67% da previsão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

No Gráfico 25, é possível visualizar a proporção entre o previsto para a Secretaria da Educação como um todo e montante específico previsto para a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares. Através dessa análise visual, constata-se uma representatividade bastante significativa, comparativamente com anos anteriores, para os gastos com a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares no cômputo dos valores previstos para a Secretaria da Educação.

Embora o percentual previsto de despesa para a construção, manutenção e aparelhamento dos edifícios escolares no PPA 2004-2007 tenha sido significativo, não se observa nenhuma evidência de política específica para os prédios escolares estaduais. Esses têm sua previsão de despesa inclusa no conjunto de programas e ações da Secretaria da Educação.

5.4.2.4 A Despesa Realizada

A despesa realizada no período 2003-2006, referente à Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi de R\$ 70,41 bilhões. Desses, R\$ 14,48 bilhões correspondem à despesa realizada pela Secretaria da Educação, ou seja, um percentual de 20,57%.

Comparando-se a despesa realizada com a *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares* que, no período, foi de R\$ 547,12 milhões, constata-se que essa representou 3,78% do total da Secretaria.

A Secretaria da Educação é composta por diversas Unidades Orçamentárias (ver Tabelas 105 a 108, às páginas 469 a 472) entre as quais se encontra a denominada Gabinete e Órgãos Centrais, que representa mais da metade do gasto realizado pela Secretaria e inclui toda a despesa referente à *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*. No período abordado, a Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais* apresenta uma despesa realizada de R\$ 7,87 bilhões, correspondendo a 54,32% da despesa da Secretaria da Educação.

Logo, no período 1999-2002 (ver Tabelas 92 a 95, 97 e 99, às páginas 456 a 459, 461 e 463), a despesa realizada com a *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares* apresenta a seguinte configuração:

a) Prédios

1. Aquisição de Imóveis – R\$ 1,46 milhões (0,32%).
2. Locação de Imóveis – R\$ 15,13 milhões (3,32%).
3. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis → R\$ 374,66 milhões (82,22%).
4. Obras e Instalações – R\$ 64,26 milhões (14,10%).
5. Outros Serviços de Terceiros – R\$ 0,18 milhões (0,04%).
6. Total em Prédios – R\$ 455,68 milhões.

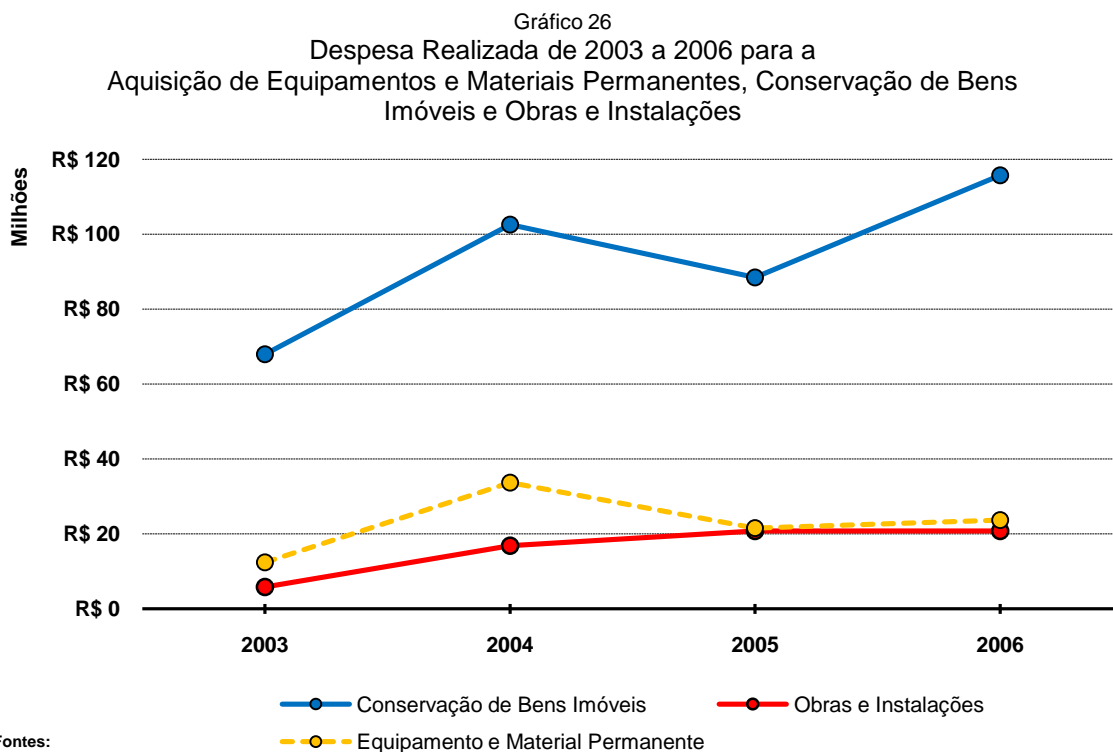
b) Equipamentos e Materiais Permanentes

1. Conservação e Manutenção de Bens Móveis – R\$ 0,08 milhão (0,09%).
2. Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes – R\$ 91,35 milhões (99,91%).

3. Total em Equipamentos e Materiais Permanentes – R\$ 91,43 milhões.

Comparando-se as despesas realizadas com prédios e equipamentos às referentes a materiais permanentes, verifica-se que aquelas representam 83,29% e essas, 16,71% do total gasto com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*.

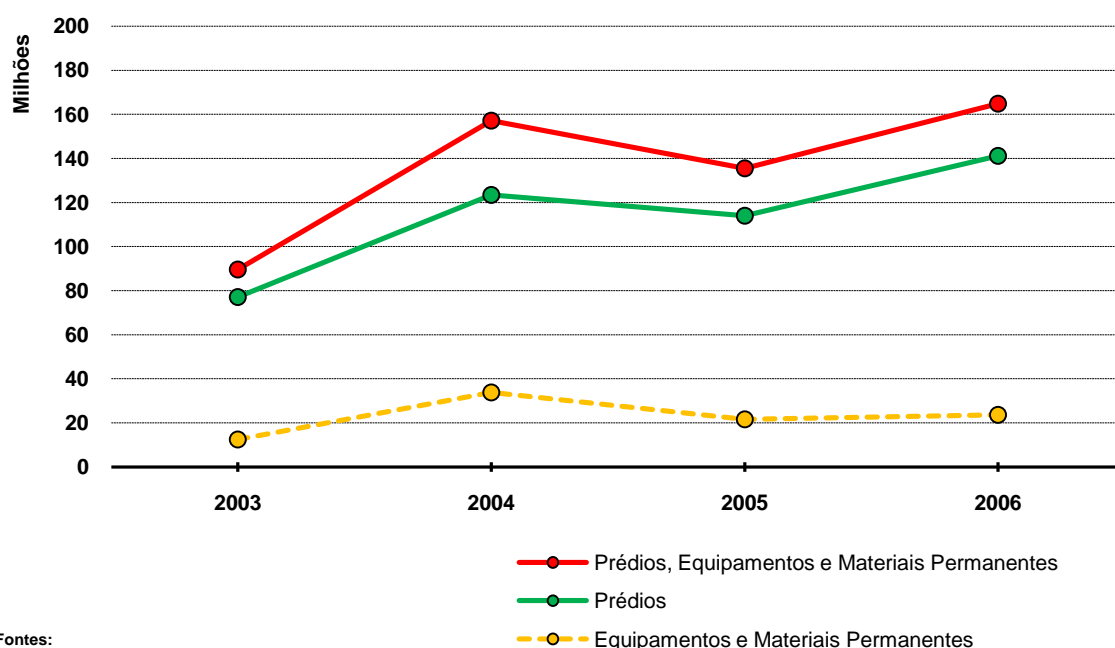
Separadamente, é possível verificar que as maiores despesas realizadas, totalizando 96,92% (R\$ 530,28 milhões) do gasto com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*, referem-se, respectivamente, (a) *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis*, com R\$ 374,66 milhões (70,65%); (b) *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes*, com R\$ 91,35 milhões (17,23%); e (c) *Obras e Instalações*, com R\$ 64,26 milhões (12,12%). Logo, a maior despesa realizada refere-se à *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis*, que representa 70,65% do total gasto com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*.



No Gráfico 26, é possível visualizar o comportamento das despesas realizadas com a *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes*, *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* e *Obras e Instalações*. A partir desse gráfico, é possível fazer as seguintes afirmações:

- a) A despesa realizada com a *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* é a maior em todo o período (2003: R\$ 67,98 milhões; 2004: R\$ 102,52 milhões; 2005: R\$ 88,45 milhões; 2006: R\$ 115,71 milhões).
- b) As linhas balizadoras das despesas com a *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (2003: R\$ 12,41 milhões; 2004: R\$ 33,73 milhões; 2005: R\$ 21,54 milhões; 2006: R\$ 23,67 milhões) e *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (2003: R\$ 67,98 milhões; 2004: R\$ 102,52 milhões; 2005: R\$ 88,45 milhões; 2006: R\$ 115,71 milhões) são ascendentes nos períodos 2003-2004 e 2005-2006 e descendentes no período 2004-2005.
- c) A linha balizadora das despesas com *Obras e Instalações* é ascendente em todo o período (2003: R\$ 5,86 milhões; 2004: R\$ 16,83 milhões; 2005: R\$ 20,79 milhões; 2006: R\$ 20,79 milhões).
- d) Em 2004, ocorrem as maiores despesas referentes à *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (R\$ 33,73 milhões) e *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (R\$ 102,52 milhões).
- e) Em 2006, ocorre a maior despesa referente a *Obras e Instalações* (R\$ 20,79 milhões).
- f) Em 2003, ocorrem as menores despesas referentes à *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (R\$ 12,41 milhões), *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (R\$ 67,98 milhões) e *Obras e Instalações* (R\$ 5,86 milhões).

Gráfico 27
Despesa Realizada de 2003 a 2006 com
Prédios, Equipamentos e Materiais Permanentes



No Gráfico 27, visualizam-se as linhas balizadoras referentes às despesas com prédios, equipamentos e materiais permanentes. A partir dessas, observa-se que:

- a) A linha balizadora das despesas realizadas com prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Imóveis e Obras e Instalações*) apresenta um comportamento ascendente no período 2003-2004 e 2005-2006 e descendente no período 2004-2005 (2003: R\$ 89,56 milhões; 2004: R\$ 157,19 milhões; 2005: R\$ 135,55 milhões; 2006: R\$ 164,82 milhões).
- b) As demais linhas balizadoras, referentes às despesas realizadas com prédios (2003: R\$ 77,14 milhões; 2004: R\$ 123,42 milhões; 2005: R\$ 113,98 milhões; 2006: R\$ 141,14 milhões) e equipamentos e materiais permanentes (2003: R\$ 12,41 milhões; 2004: R\$ 33,76 milhões; 2005: R\$ 21,57 milhões; 2006: 23,67 milhões) apresentam comportamento semelhante ao da linha balizadora relativa aos prédios, equipamentos e materiais permanentes.

- c) A despesa realizada com prédios (2003: R\$ 77,14 milhões; 2004: R\$ 123,42 milhões; 2005: R\$ 113,98 milhões; 2006: R\$ 141,14 milhões) é maior do que a realizada com equipamentos e materiais permanentes (2003: R\$ 12,41 milhões; 2004: R\$ 33,76 milhões; 2005: R\$ 21,57 milhões; 2006: 23,67 milhões), em todo o período abordado.
- d) Em 2004, ocorre à maior despesa referente a equipamentos e materiais permanentes (R\$ 33,76 milhões).
- e) Em 2006, ocorrem as maiores despesas referentes a prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*) (R\$ 164,83 milhões) e prédios (R\$ 141,14 milhões).
- f) Em 2003, ocorrem as menores despesas referentes a prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Imóveis e Obras e Instalações*) (R\$ 89,56 milhões), prédios (R\$ 77,14 milhões) e equipamentos e materiais permanentes (R\$ 12,42 milhões).

Observando-se os Gráficos 28 e 29, à página 264, é possível constatar que as linhas balizadoras referentes às despesas realizadas com prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Imóveis e Obras e Instalações*), da Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais*, da Secretaria da Educação e da Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresentam comportamentos diversos.

Nos Gráficos 28 e 29, constata-se que:

- a) A linha balizadora referente à despesa realizada com prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*) (2003: R\$ 89,56 milhões; 2004: R\$ 157,19 milhões; 2005: R\$ 135,55 milhões; 2006: R\$ 164,82 milhões) é ascendente nos períodos 2003-2004 e 2005-2006 e descendente no período 2004-2005. Já as referentes à Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais* (2003: R\$ 2,02 bilhões; 2004: 1,91 bilhões; 2005: R\$ 1,91 bilhão; 2006: R\$

- b) 2,02 bilhões), com a Secretaria da Educação (2003: R\$ 3,68 bilhões; 2004: R\$ 3,51 bilhões; 2005: R\$ 3,52 bilhões; 2006: R\$ 3,76 bilhões) e com a Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2003: R\$ 17,34 bilhões; 2004: R\$ 15,93 bilhões; 2005: R\$ 18,11 bilhões; 2006: R\$ 19,03 bilhões) são descendentes no período 2003-2004 e ascendentes no período 2004-2006.
- c) Em 2003, ocorre a maior despesa referente à Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais* (R\$ 2,02 bilhões).
- d) Em 2006, ocorrem as maiores despesas com prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*) (R\$ 164,82 milhões), com a Secretaria da Educação (R\$ 3,76 bilhões) e com a Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (R\$ 19,03 bilhões).
- e) Em 2003, ocorre a menor despesa com prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Obras e Instalações*) (R\$ 89,56 milhões).
- f) Em 2004, ocorrem as menores despesas com a Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais* (R\$ 1,91 bilhão), com a Secretaria da Educação (R\$ 3,51 bilhões) e com a Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (R\$ 15,93 bilhões).

Gráfico 28
Despesa Realizada de 2003 a 2006 com a
Secretaria da Educação, Gabinete e Órgãos Centrais e Prédios,
Equipamentos e Materiais Permanentes

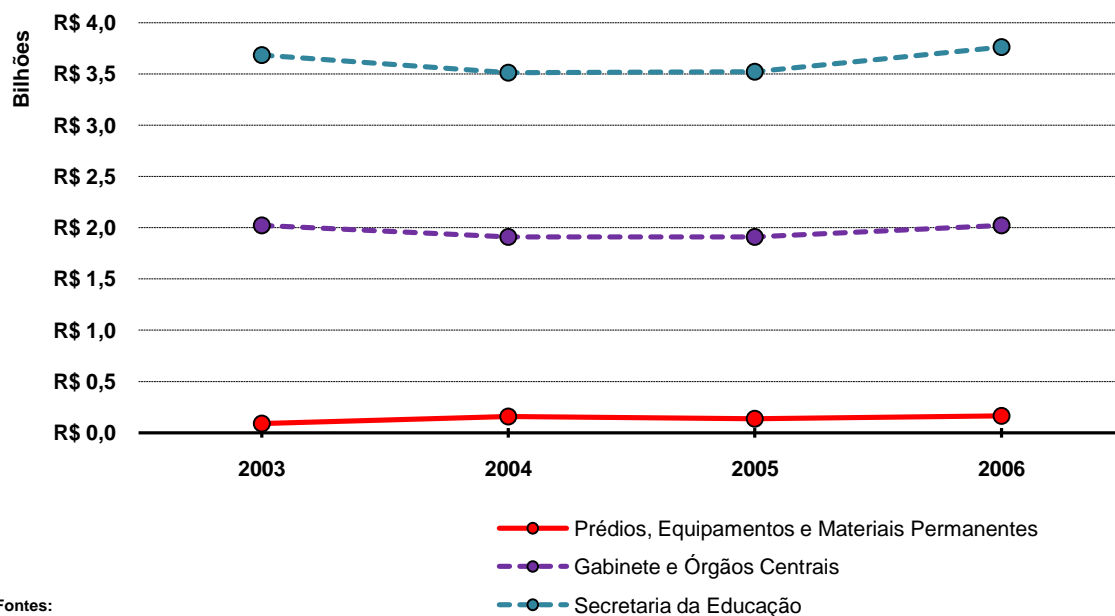
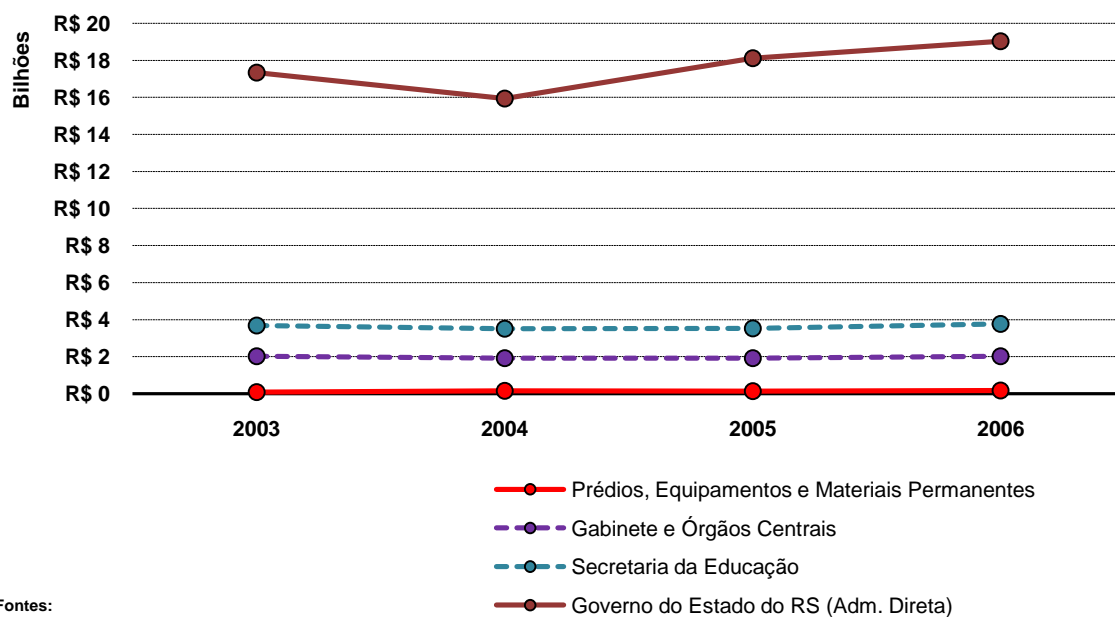


Gráfico 29
Despesa Realizada de 2003 a 2006 com o Governo do Estado do Rio Grande
do Sul, Secretaria da Educação, Gabinete e Órgãos Centrais e Prédios,
Equipamentos e Materiais Permanentes



Ao se concluir a análise da despesa realizada no período 2003-2006, é importante destacar que:

- a) Não obstante os investimentos realizados com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*, a situação encontrada é semelhante à do período 1999-2002, em que não há evidências da existência de uma política específica para os edifícios escolares no período abordado. Não há qualquer vinculação entre o investido em obras e instalações e algum tipo de projeto específico para o setor, estando tais despesas vinculadas ao gasto geral da Unidade Orçamentária *Gabinete e Órgãos Centrais*, vinculada à Secretaria da Educação.
- b) A despesa realizada com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares* é de R\$ 547,12 milhões.
- c) O conjunto formado pelas despesas com *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (R\$ 374,66 milhões), *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (R\$ 91,35 milhões) e *Obras e Instalações* (R\$ 64,26 milhões) representa 96,92% (R\$ 530,28 milhões) do montante gasto com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*.
- d) A despesa com a *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* representa 70,65% (R\$ 374,66 milhões) do gasto com *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*, constituindo-se, assim, na maior despesa isolada.

Comparativamente, o período 1999-2006, correspondente às gestões dos Governadores Olívio Dutra e Germano Rigotto, permite diversas considerações:

- a) Analisando-se os *Programas de Governo* de ambas as candidaturas, constata-se que, nas duas situações, não há uma política específica direcionada aos edifícios escolares, encontrando-se esses inseridos no contexto da política educacional dos governos.

- b) A constatação da inexistência de uma política específica para os edifícios escolares pode ser confirmada a partir da análise dos relatórios de gestão de ambos os governos, dos Planos Plurianuais 2000/2003 e 2004/2007 e da despesa realizada nos períodos 1999-2002 e 2003-2006.
- c) Quanto aos relatórios de governo, há uma configuração diversa, pois na gestão Olívio Dutra verifica-se a existência de um relatório bastante detalhado da Secretaria da Educação enquanto que na gestão Rigotto os relatórios são gerais e abrangentes. Todavia em ambos os casos, o tratamento dispensado aos edifícios escolares não apresenta qualquer especificidade.
- d) Na gestão Olívio Dutra, o relatório da Secretaria da Educação permite uma ampla e detalhada análise do tratamento dispensado aos edifícios escolares; já nos relatórios da gestão Germano Rigotto, devido ao tratamento amplo dado às ações de governo, isso se torna impossível. Para efetuar a análise, houve a necessidade de utilizar as mensagens do Governador Rigotto à Assembléia Legislativa, nas quais constam as realizações e as metas anuais do período.
- e) No que diz respeito à despesa prevista para a construção, manutenção e aparelhamento dos edifícios escolares, no PPA 2000/2003, há uma previsão de R\$ 1,44 bilhão. Já no PPA 2004/2007, essa previsão é de R\$ 1,69 bilhão, ou seja, há um incremento de 17,22%, em relação ao previsto no PPA 2000/2003.
- f) Os Balanços Gerais da Administração Direta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul demonstram que, no período 1999-2002, a despesa realizada com a Administração Direta é de R\$ 74,54 bilhões e, com a Secretaria da Educação, é de R\$ 16,41 bilhões. No período 2003-2006, a despesa realizada é, respectivamente, R\$ 70,41 bilhões e R\$ 14,48 bilhões. Verifica-se que redução ocorrida entre os períodos é de 5,54%, na despesa realizada pela Administração Direta, e de 11,77% na despesa realizada pela Secretaria da Educação, o que revela uma diminuição mais acentuada nos gastos da área da Educação.
- g) Quanto às despesas realizadas com prédios, equipamentos e materiais permanentes (*Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*), a

análise dos Balanços Gerais da Administração Direta (ver Tabela 100, à página 464), demonstra que, no período 1999-2000, a despesa realizada é de R\$ 1,02 bilhão e, no período 2003-2006, é de R\$ 547,12 milhões. Constata-se, assim, que houve uma redução, entre os períodos, de 46,18% na despesa realizada com prédios, equipamentos e materiais permanentes;

- h) Observa-se que, entre as reduções verificadas, a imposta aos gastos referentes a prédios, equipamentos e materiais permanentes foi a maior, 46,18%, comparativamente a subtração notada nas despesas da Administração Direta, 5,54%, e Secretaria da Educação, 11,77%.
- i) Analisando-se cada um dos tipos de despesas que compõem os gastos com prédios, equipamentos e materiais permanentes, é possível constatar que, na maioria dos casos, entre os períodos 1999-2002 e 2003-2006, há uma redução nos valores dispendidos.
- j) A redução pode ser observada nas despesas com *Aquisição de Imóveis* (74,94%), *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (18,73%), *Obras e Instalações* (76,37%) e *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (65,39%).
- k) Pode-se observar um aumento nas despesas com *Outros Serviços de Terceiros* (12,961%) e *Conservação de Bens Móveis e Equipamentos* (269,33%).
- l) Analisando-se as despesas realizadas com prédios, constata-se que a redução, entre os períodos 1999-2002 e 2003-2006, é de 39,45%; com equipamentos e materiais permanentes é de 65,36%;
- m) Nos Gráficos 30 e 31, é possível visualizar o comportamento das despesas realizadas nos períodos 1999-2002 e 2003-2006.

Gráfico 30
Despesa Realizada de 1999 a 2006 com a
Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Conservação de Bens
Imóveis e Obras e Instalações

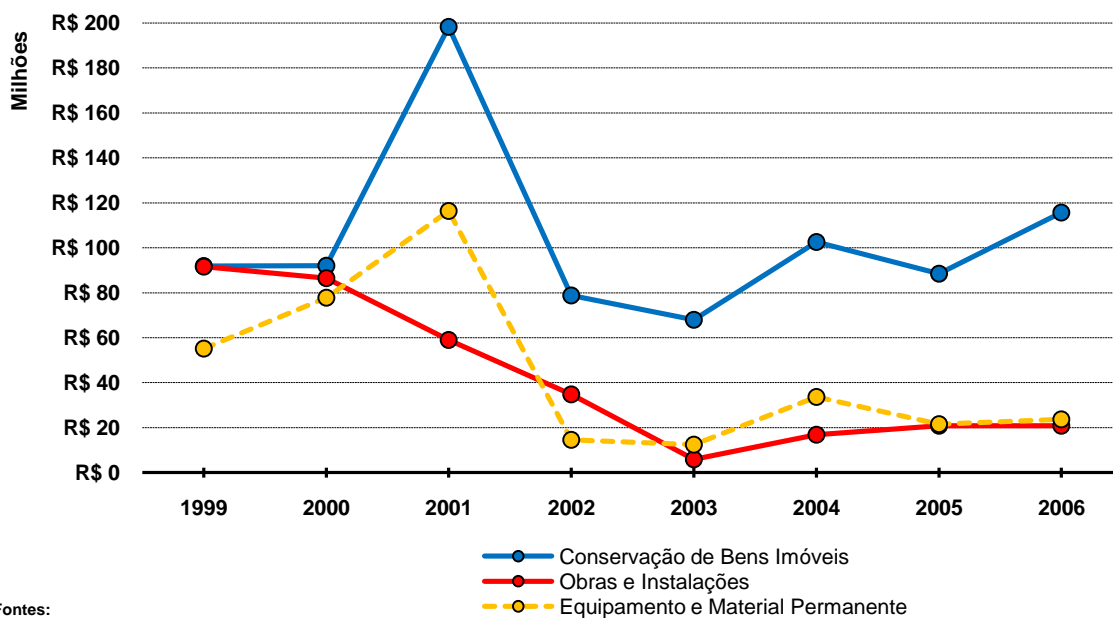
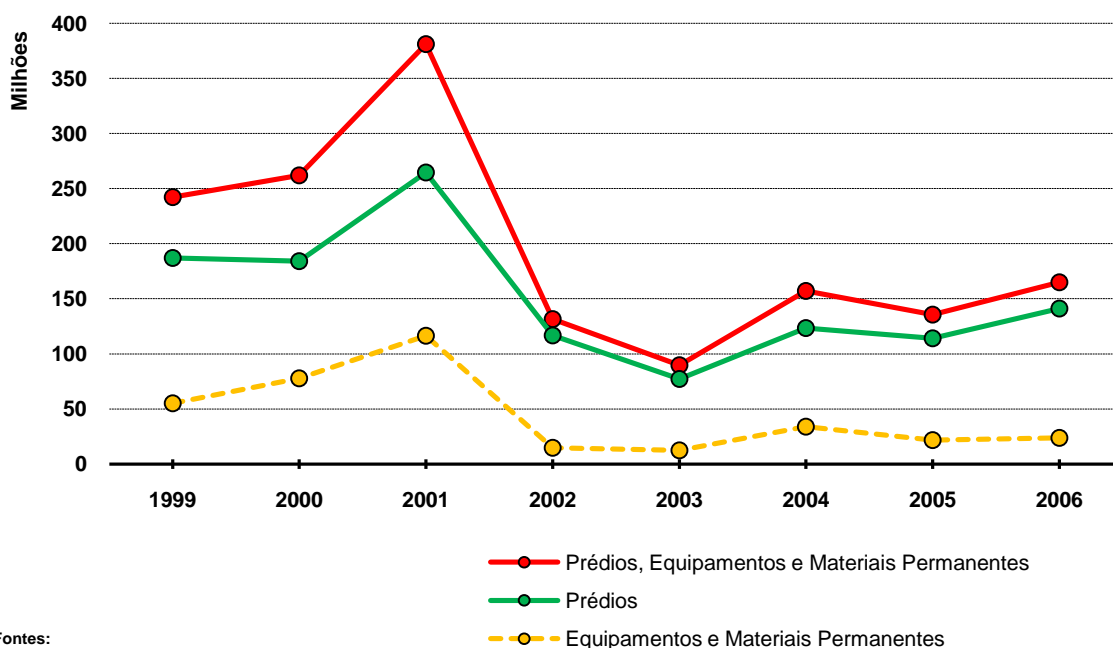


Gráfico 31
Despesa Realizada de 1999 a 2006 com
Prédios, Equipamentos e Materiais Permanentes



- a) Não obstante o PPA 2004/2007 prever uma despesa com a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares superior ao PPA 2000/2003, o que se observa, a partir das despesas realizadas, evidencia o contrário, pelo menos nos três primeiros anos de cada governo. Enquanto o PPA 2000/2003 prevê R\$ 1,44 bilhão, o gasto referente ao período 2000-2002 é de R\$ 764,01 milhões³²; já com relação ao PPA 2004/2007, com previsão de R\$ 1,69 bilhão, o gasto referente ao período 2004-2006 é de R\$ 445,74 milhões³². Verifica-se que enquanto a gestão 1999-2002 realizou gastos referentes a 52,93%, do previsto no PPA 2000/2003, a gestão 2003-2006 realizou gastos referentes a 26,34%, do previsto no PPA 2004/2007.
- b) Analisando-se todo o período (1999-2006), constata-se que a despesa acumulada realizada com a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares é de R\$ 1,56 bilhão. Desses, R\$ 1,21 bilhão são referentes a despesas com prédios e R\$ 355,39 milhões com equipamentos e materiais permanentes. As maiores despesas realizadas no período 1999-2006 dizem respeito à *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (R\$ 835,64 milhões), *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (R\$ 355,28 milhões) e *Obras e Instalações* (R\$ 336,19 milhões).

Portanto é possível afirmar que, embora não exista uma política específica direcionada aos edifícios escolares, no período 1999-2006, o qual representa a passagem de dois governos pela administração do Estado, é visível, a partir das constatações numéricas que, mesmo que a gestão 2003-2006 (Germano Rigotto) tenha previsto, no PPA 2004/2007, uma despesa maior para a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares, é a gestão 1999-2002 (Olívio Dutra) a que mais investe na *Aquisição de Imóveis, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, Obras e Instalações e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* para a melhoria da Rede de Edifícios Escolares Estaduais.

³² Para efeitos da comparação, foram descontadas as despesas com Locação de Imóveis por serem consideradas despesas de custeio e não estarem computadas no levantamento das previsões de despesas com a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares dos PPAs.

Conclui-se aqui a parte analítica desta pesquisa, que focalizou os edifícios escolares estaduais no Rio Grande do Sul, a partir dos *Questionários do Censo Escolar* (1999-2007), dos *Microdados do Censo Escolar* (1999-2007), do *Ordenamento Normativo do CEED/RS*, dos *Planos Plurianuais* (2000/2003 e 2004/2007) e das gestões Olívio Dutra (1999-2002) e Germano Rigotto (2003-2006), segundo os seus *Programas de Governo*, *Relatórios de Gestão* e *Despesa Realizada* no que se refere a aquisição e locação de imóveis, construção, ampliação, manutenção e aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares. No próximo capítulo será estudado o LSE, *Levantamento da Situação Escolar*.

6 A CLARABÓIA

Clarabóia, segundo o Dicionário da Construção (p. 24), “é uma abertura no teto da construção, fechada por caixilho com vidro ou outro material transparente para iluminar o interior”. Portanto, constata-se que a clarabóia é um elemento construtivo que tem como objetivo proporcionar iluminação natural aos ambientes, sendo muito utilizada naqueles que, por sua localização, não possuem paredes em contato com o exterior.

Neste contexto, a inclusão do Levantamento da Situação Escolar (LSE) nesta pesquisa ocorreu, tanto pelo seu importante papel como instrumento capaz de iluminar diagnósticos quali-quantitativos, sempre atuais, da rede de edifícios escolares e que, pela sua singularidade e incipiente universalização, não obstante existir a mais de uma década, é merecedor de estudos mais específicos e aprofundados, como por significar a possibilidade de uma nova luz para a solução da problemática situação dos *Edifícios Escolares*.

6.1 O Levantamento da Situação Escolar (LSE)

O LSE (Levantamento da Situação Escolar) é um instrumento para coleta de informações junto às escolas de Educação Básica e Educação Profissional, objetivando o planejamento da educação. Assim sendo, caracteriza-se como um aparelho de auxílio na determinação das necessidades de reforma, ampliação e aparelhamento das escolas, contribuindo de forma efetiva na construção de prioridades e, conseqüentemente, na melhoria da rede de edifícios escolares.

O LSE foi criado em junho de 1998 pelo Ministério da Educação, como uma das ações do FUNDESCOLA³³, para determinar as condições físicas dos edifícios escolares, verificando a disponibilidade de ambientes, mobiliário e equipamentos,

³³ Segundo o Ministério da Educação, disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8132&catid=222: *Fundescola* é um programa do FNDE realizado em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com financiamento do Banco Mundial e do Tesouro Nacional. São objetivos do programa: promover a eficácia, eficiência e equidade no ensino fundamental público das três regiões, por meio de serviços, produtos e assistência técnico-financeira inovadores e de qualidade, que focalizam o processo de ensino-aprendizagem e as práticas gerenciais das escolas e secretarias de educação.

[...]

O Fundescola contempla 12 ações: Planejamento Estratégico da Secretaria (PES); Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE); Projeto de Melhoria da Escola (PME); Escola Ativa; Programa de Gestão e Aprendizagem Escolar (Gestar); Programa de Apoio à Leitura e à Escrita (Praler); Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas (PMFE); Microplanejamento Educacional; Levantamento da Situação Escolar (LSE); Projeto de Adequação do Prédio Escolar (Pape); Espaço Educativo — Construção de Escolas; e Programa de Melhoria da Qualidade do Mobiliário e Equipamento Escolar (PMQE).

material pedagógico e recursos humanos a partir dos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola.

Conforme o Manual de Preenchimento do LSE, existem 05 (cinco) objetivos para o mesmo, sendo esses os seguintes:

- a) *identificar as condições físicas dos prédios escolares e a disponibilidade de mobiliário, equipamento e material pedagógico existente;*
- b) *verificar a situação das escolas frente aos padrões mínimos de funcionamento;*
- c) *estabelecer prioridades de atendimento para as reformas e aquisição de mobiliário e equipamento;*
- d) *subsidiar a elaboração do Microplanejamento;*
- e) *e identificar a situação institucional das escolas.*

É significativo evidenciar que o LSE, como instrumento para a construção de um diagnóstico da rede escolar, foi concebido como um aparelho complementar do Programa de Ações Articuladas (PAR), o qual está dividido em quatro eixos: Gestão Educacional, Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, Práticas Pedagógicas e Avaliação e Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos.

A quarta dimensão do PAR, Avaliação da Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos, objetiva a elaboração de um diagnóstico geral das redes, sejam municipais ou estaduais, nos aspectos de infra-estrutura física e de recursos pedagógicos. Assim sendo, a tomada de consciência da realidade, nessa dimensão, traduz-se em uma importante alavanca para a melhoria da rede física e para a aquisição de novos e melhores recursos pedagógicos e tecnológicos.

Para que os objetivos da quarta dimensão do PAR realmente possam surtir os seus efeitos, é necessário que os dados preliminarmente coletados de forma abrangente possam ser pormenorizados, o que levaria a um conhecimento mais aprofundado de cada uma das escolas em seus aspectos de infra-estrutura e recursos pedagógicos.

Dentre os objetivos do LSE, destaca-se o que se refere ao levantamento como um instrumento para a verificação da situação das escolas em relação aos padrões mínimos de funcionamento. Afinal, o que seriam tais padrões?

Os padrões mínimos de funcionamento da escola (PMFE) de Ensino Fundamental é um trabalho desenvolvido pelo FUNDESCOLA, em relação ao ambiente físico escolar, incluindo espaços educativos, mobiliário e equipamento escolar e material didático e escolar.

O referido trabalho traduz uma das premissas que fundamentam o FUNDESCOLA, ou seja, que o aproveitamento do alunado é influenciado decisivamente pela qualidade espacial das escolas que freqüentam.

Em função desse significativo destaque dado ao espaço escolar, há necessidade de padrões mínimos de funcionamento, para que as escolas possam atingir um patamar de qualidade.

Na verdade, os padrões mínimos de funcionamento da escola incluem um conjunto de necessidades que devem ser verificadas e, por conseguinte, atingidas. Segundo o seu Manual de Implantação:

Os padrões mínimos de funcionamento das escolas expressam a presença de um conjunto de insumos e condições necessárias para a realização das atividades escolares – instalações físicas, equipamentos, recursos pedagógicos, recursos humanos, currículo e gerenciamento. Aparentemente simples, o conceito envolve, na verdade, um amplo conjunto de condições humanas, materiais e organizacionais ou de insumos e processos (PMFE, 2006, p. 05).

A metodologia proposta pelo FUNDESCOLA, objetivando atingir o PMFE, no que tange ao espaço físico em todas as escolas, consiste de 05 (cinco) etapas que devem ser executadas de forma articulada e seqüencial. As etapas são as seguintes (PMFE, 2006, p.18):

- a) *preparação da equipe da estrutura;*
- b) *levantamento e análise da situação das escolas;*
- c) *elaboração e divulgação dos planos setoriais de obras e de aquisições;*
- d) *execução e monitoramento dos planos setoriais de obras e aquisições;*
- e) *avaliação de resultados e replanejamento.*

A primeira etapa consiste na escolha de um técnico que seria responsável pela implantação da metodologia do PMFE. A seguir, deve ocorrer uma divulgação em nível estadual e municipal, objetivando esclarecer o PMFE e capacitar as equipes para a sua implantação.

Na segunda etapa, seria aplicado o LSE (Levantamento da Situação Escolar) em todas as escolas estaduais e municipais, com a posterior organização dos dados coletados e a análise da situação das escolas. Nessa fase verifica-se a situação das escolas em relação ao PMFE, com a conseqüente visualização das escolas em melhor e pior situação.

Pela metodologia dos PMFE, em cada campo, os aspectos levantados durante o LSE são avaliados com uma pontuação. O campo, que compreende um conjunto de aspectos, tem uma pontuação básica mínima a ser atingida (considerada como 100%), logo somente atingem os PMFEs os campos cuja pontuação chega ao valor numérico considerado satisfatório. As pontuações são de dois tipos, a básica, que reflete os PMFEs (listados no LSE), e a adicional, que compreende disponibilidades adicionais existente nas escolas (não listadas no LSE). Nessa situação, muitas escolas podem atingir uma boa colocação nas pontuações adicionais, porém, sem atingir o necessário nas pontuações básicas, ficam em desacordo com os PMFEs.

Na terceira etapa, ocorre a identificação do que precisa ser feito, tanto em obras, como na aquisição de mobiliário e equipamentos, para que as escolas, como um todo, atinjam o PMFE.

A quarta etapa, a da execução das ações, consiste no acompanhamento das demandas, objetivando a qualidade dos trabalhos e o cumprimento dos prazos.

Na quinta e última etapa, é feita uma avaliação dos resultados e um replanejamento, o qual consiste na repetição do processo, de forma a avaliar os ganhos conseguidos e replanejar eventuais ações não executadas.

Constata-se assim, que a metodologia dos PMFEs contribui para a elaboração de um fiel e minucioso diagnóstico da rede de prédios escolares, no planejamento e execução de ações, na avaliação dos resultados e no replanejamento do trabalho. Isso resulta em um ciclo de atividades que não se esgota em si, mas, sim, objetiva a procura de uma escola com espaços físicos de qualidade que certamente contribuirão na melhoria do processo educacional. Apesar da sua significativa importância, o manual existente para a mesma é direcionado apenas às escolas com Ensino Fundamental, não existindo, até o momento (janeiro/2010), um manual direcionado às escolas com Ensino Médio, conforme pesquisas aos *sites* do FNDE e do MEC, bem como através de contato telefônico com o primeiro. É importante salientar que o programa FUNDESCOLA terminou em

junho de 2009, o que talvez explique a não elaboração de uma manual dirigido ao Ensino Médio, até o momento.

Nesse contexto, o LSE cumpre, de forma significativa, o seu papel, o de revelar a escola na sua totalidade, pois, a partir dele, é possível ter-se não apenas um diagnóstico meramente quantitativo, mas também qualitativo, o que certamente contribui para uma real noção da rede de edifícios escolares, que, exposta apenas em números, esconde suas verdadeiras carências e, por que não dizer, também suas possíveis riquezas.

O LSE é composto por cinco blocos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 58
Levantamento da Situação Escolar (LSE)
Organização em Blocos, Títulos e Sub-Títulos

Estruturação do Levantamento da Situação Escolar		
Blocos	Títulos	Sub-Títulos
Bloco I	Cadastro da Escola	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tipo de Situação Levantada ▪ Dados Cadastrais ▪ Serviços Básicos que a Escola Oferece ▪ Etapa de Ensino em Ambiente(s) Inadequado(s)
Bloco II	Material Didático e Escolar, Equipamentos e Mobiliário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Material Escolar (do aluno) ▪ Material Didático (da escola) ▪ Equipamento (exceto de salas de aula) ▪ Mobiliário (exceto de salas de aula)
Bloco III	Características do Prédio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intervenções ▪ Áreas ▪ Serviço de Infra-Estrutura ▪ Situação da Água Distribuída para Consumo ▪ Acessibilidade ▪ Avaliação do Prédio ▪ Entorno da Escola
Bloco IV	Salas de Aula e Turmas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de Salas ▪ Funcionamento ▪ Dimensões ▪ Mobiliário e Equipamento Existente na Sala ▪ Utilização das Salas de Aula
Bloco V	Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relacionamento Institucional entre Unidade Educacional e Secretaria de Educação ▪ Planejamento e Gestão ▪ Recursos Financeiros ▪ Plano de desenvolvimento da Escola – PDE Escola ▪ Escola Ativa ▪ Acesso à Informação ▪ Conhecimento Técnico dos Funcionários da Escola

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

Cada bloco é identificado por um título contemplando dados cadastrais, de recursos didáticos, equipamentos e mobiliário, aspectos referentes ao edifício escolar, elementos sobre as salas de aula e as turmas, bem como informações de caráter institucional.

No primeiro bloco (Bloco I), *Cadastro da Escola*, são coletadas as seguintes informações:

a) TIPO DE SITUAÇÃO LEVANTADA

1. *Prédio Pesquisado* – Unidade da escola que está sendo pesquisada, a *Unidade Principal* (prédio ou complexo de prédios), ou o *Anexo* (prédio que abriga salas de aula, tendo como característica o funcionamento em outro endereço).
2. *Situação quanto à Codificação* – Codificação (código, inexistência do código ou alteração do mesmo) da escola fornecida pelo INEP.
3. Existência (ou não) da Planta Cadastral ou Mapa do distrito/bairro onde a escola se localiza e da documentação comprobatória da dominalidade do prédio/terreno.

b) DADOS CADASTRAIS

1. Nome da Escola, Endereço, Número, Complemento, Bairro, Distrito, Município, Unidade Federativa (UF), Código de Endereçamento Postal (CEP), Código de Discagem Direta à Distância (DDD), Telefone e Fax.
2. *Dependência Administrativa* – Subordinação administrativa da escola, podendo ser: *Federal, Estadual* ou *Municipal*.
3. *Localização* – Zoneamento da escola, se ela está inserida em zona *urbana* ou *rural*. A localização deve estar em acordo com a definição de zoneamento feita pelo IBGE.
4. *Natureza da Ocupação do Prédio* – Corresponde ao tipo de ocupação do prédio da escola, podendo ser *Próprio* (da mantenedora), *Alugado*, *Cedido* ou *Conveniado*. A alternativa *Conveniado* corresponde à escola localizada em prédio onde há um convênio entre a entidade ou pessoa proprietária do imóvel e a mantenedora.
5. *Entidade Proprietária do Imóvel* – Esfera administrativa da entidade proprietária do imóvel, podendo ser *Federal, Estadual, Municipal* ou *Particular*.

6. *Número de Alunos* – Informa, a partir dos números da matrícula inicial, o total de alunos da escola, bem como o total dos matriculados na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Médio Integrado, assim como, Portadores de Necessidades Educacionais Especiais e alunos cegos.
7. *Total de Salas de Aula* – Quantifica o total de Salas de Aula existentes, em uso ou com desvio de uso. Correspondem, respectivamente, às projetadas para sala de aula e às que, embora projetadas para sala de aula, são utilizadas com outros fins.
8. *Unidade Executora* – Entidade representativa, legalmente constituída, da comunidade escolar, podendo ser *Associação de Pais e Mestres, Conselho de Escola, Caixa Escolar*, outro tipo de entidade ou, ainda, inexistente.
9. *Identificação de Outro(s) Estabelecimento(s) que Funciona(m) no Prédio* – Somente deverá ser preenchido, se a escola emprestar ambientes do seu prédio para o desenvolvimento de outras atividades não inerentes a ela.

c) SERVIÇOS BÁSICOS QUE A ESCOLA OFERECE

1. São coletadas informações sobre a oferta de 12 (doze) serviços pela escola e se esses suprem as necessidades da comunidade escolar. Os serviços analisados são *Docência, Promoção de Acesso à Informação, Apoio Educacional, Saúde e Higiene, Promoção da Recreação e Convivência, Suporte Pedagógico à Docência, Administração, Integração com a Comunidade, Alimentação, Manutenção, Conservação e Segurança*.

No segundo bloco (Bloco II), *Material Didático e Escolar, Equipamento e Mobiliário*, são coletadas as seguintes informações:

a) MATERIAL ESCOLAR (do aluno)

1. São informados o número total de alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, bem como a quantidade desses alunos que não dispõem dos materiais, como cadernos, lápis e borracha.

b) MATERIAL DIDÁTICO (da escola)

1. Na determinação das quantidades e das condições de uso do material didático, são utilizados os campos constantes no quadro a seguir.
2. São relacionados 23 (vinte e três) materiais didáticos que deverão ser pesquisados, com suas respectivas instruções para preenchimento.

Quadro 59
 Campo Quantidade para Fins de Avaliação do Material Didático e Escolar,
 Equipamentos, Mobiliário e Componentes Construtivos de Área Molhada
 Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Campo (Quantidade)	Caracterização
Existente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Toda quantidade existente, inclusive os exemplares que não têm condições de uso, nem recuperação.
Condições de Uso	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quantidade de exemplares em boas condições, completos, atuais e que possam ser usados pelos alunos a qualquer momento.
Condições de Recuperação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quantidade de exemplares que apresentam alguns defeitos ou problemas, mas para os quais a manutenção é viável.

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

Notas:

- Caracterização utilizada nos itens 2, 3, 4 do Bloco II, item 6.3 do Bloco III (componentes construtivos da área molhada) e item 4 do Bloco IV.
- No item 6.3 do Bloco III (componentes construtivos da área molhada), o campo Quantidade em Condições de Recuperação não consta como opção.

c) EQUIPAMENTO (exceto de salas de aula)

1. Na determinação das quantidades e das condições de uso dos equipamentos, são utilizados os parâmetros constantes no Quadro 60.
2. São relacionados 25 (vinte e cinco) equipamentos que devem ser pesquisados, com suas respectivas instruções para preenchimento.

d) MOBILIÁRIO (exceto de salas de aula)

1. Na determinação das quantidades e das condições de uso do mobiliário, são utilizados os parâmetros constantes no Quadro 60.
2. São relacionadas 07 (sete) peças de mobiliário que devem ser pesquisadas, com suas respectivas instruções para preenchimento.

No terceiro bloco (Bloco III), *Características do Prédio*, são coletadas as seguintes informações:

a) INTERVENÇÕES

1. São coletadas informações sobre o prédio, como Ano de Construção, *Ano da Última Reforma/Recuperação* e *Ano da Última Ampliação*.

b) ÁREAS

1. São coletadas informações sobre o prédio como *Área do Terreno* (m²), *Área Construída* (m²), *Área Utilizável* (m²) e *Dimensão da Testada do Lote* (m).

c) SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

1. Na determinação da existência e funcionamento dos serviços de infraestrutura, são utilizadas as alternativas constantes no quadro abaixo.

Quadro 60
Alternativas para os Campos de Infra-Estrutura
Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Alternativas	Caracterização
Não Existe	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O serviço não existe na escola.
Funciona	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O serviço existe na escola e está em funcionamento.
Não Funciona	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O serviço existe na escola, mas não funciona.

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

Nota:

- Alternativas utilizadas nos itens 3.1, 3.2 e 3.3 do Bloco III.

2. *Abastecimento de Água* – Na determinação do tipo de sistema de abastecimento de água, são utilizados os campos constantes no quadro abaixo.

Quadro 61
Campo – Abastecimento de Água
Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Campo	Caracterização
Rede Pública	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Fornecimento público de água à rede geral de distribuição na região.</i>
Cacimba/Cisterna/Poço	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Cacimba: poço cavado até um lençol de água; escavação em baixadas úmidas ou no leito de um rio na qual a água se acumula, como num poço.</i> ▪ <i>Cisterna: reservatório de água das chuvas; reservatório subterrâneo de água potável, poço raso.</i> ▪ <i>Poço: cavidade funda, aberta na terra, a fim de atingir o lençol de água mais próximo da superfície; grande buraco, geralmente circular e murado, cavado na terra para acumular água.</i>
Poço Artesiano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Obra de engenharia destinada à captação de água em grande profundidade. Poço ou perfuração de sondagem que atinge um aquífero de onde a água tem pressão suficiente para atingir a superfície e jorrar.</i>
Fonte	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Nascente de água; bica de onde corre água potável para uso doméstico.</i>
Carro-Pipa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Caminhão dotado de grande tanque, ou reservatório, utilizado no transporte de água.</i>

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

3. *Esgoto Sanitário* – Na determinação do tipo de sistema de esgoto sanitário são utilizados os campos constantes no próximo quadro.

Quadro 62
 Campo – Esgoto Sanitário
 Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Campo	Caracterização
Rede Pública	▪ <i>Rede pública coletora de esgoto sanitário.</i>
Fossa Séptica	▪ <i>Aparelho sanitário no qual o trabalho de microorganismos transforma, por fermentação, a matéria orgânica em substâncias minerais.</i>
Fossa Seca	▪ <i>Fossa rudimentar. Simples cavidade subterrânea para o despejo de dejetos.</i>

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

4. *Energia* – Na determinação do tipo de sistema de abastecimento de energia elétrica, são utilizados os campos constantes no quadro abaixo.

Quadro 63
 Campo – Energia
 Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Campo	Caracterização
Rede Pública	▪ <i>Rede pública de energia</i>
Gerador	▪ <i>Fonte de energia independente da rede.</i>
Energia Solar/Eólica	▪ <i>Fonte de energia solar, fotocélulas ou energia eólica, turbinas.</i>

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

5. *Destinação do Lixo da Escola* – Na determinação do tipo de destinação do lixo da escola, são utilizados os campos constantes no próximo quadro.

Quadro 64
 Campo – Destinação do Lixo
 Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Campo	Caracterização
Coleta Periódica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O lixo é regularmente recolhido pelo serviço de limpeza.
Queima	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O lixo recolhido é queimado.
Deposita em Outra Área	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O lixo é jogado em algum lugar.
Recicla	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O lixo é separado e os materiais recicláveis são reaproveitados. A reciclagem deve ser aplicada somente para materiais não reutilizáveis.
Reutiliza	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O lixo é reutilizado. São dadas novas utilidades aos objetos, como fazer uso de rascunho de folhas usadas e reutilizar sucatas nas oficinas de arte.
Enterra	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O lixo é enterrado.

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

6. *Existe Sistema de Proteção Contra Incêndio e Pânico?* As opções para a pergunta são *Sim* e *Não*.

d) SITUAÇÃO DA ÁGUA DISTRIBUÍDA PARA BEBER

1. São coletadas informações sobre a filtragem, ou não, da água, sua suficiência e formas de distribuição (filtragem).

e) ACESSIBILIDADE

1. Quando a resposta for *Sim* em cada um dos cinco primeiros itens, deve ser informado se os mesmos atendem às Normas da ABNT.
2. Cada um dos 09 (nove) itens têm, como alternativas: (a) *Não* e (b) *Sim*. Esses itens contemplam: *Escada, Rampa, Sanitário Adequado a Portadores de Necessidades Especiais, Elevador ou Plataforma Elevatória, Adaptação para PNE Auditivo e Visual, Portas com Largura Superior a 80 cm, Barras de Apoio, Piso Tátil e Rebaixamento das Calçadas.*

f) AVALIAÇÃO DO PRÉDIO

1. *Avaliação dos Aspectos Estruturais e das Instalações*
- Elementos da edificação: (1) *Fundação*; (2) *Estrutura do Prédio*; (3) *Estrutura da Cobertura*; (4) *Instalação Hidráulica*; (5) *Instalação Sanitária*; e (6) *Instalação Elétrica*.

- Na avaliação dos aspectos estruturais e das instalações, são utilizadas as alternativas constantes no quadro abaixo.

Quadro 65
Alternativas para a Avaliação dos Aspectos Estruturais e das Instalações
Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Alternativas	Instrução para Preenchimento
Com Problema Grave	▪ Quando os problemas existentes puderem ser visualmente identificados e for constatado que o elemento da edificação necessita de reparos urgentes, a fim de se evitar a ocorrência de fatos com consequências sérias e/ou trágicas. (São exemplos de problemas graves: estruturas com fissuras ou rachaduras, estrutura de concreto com ferragem exposta, alteração da forma dos componentes estruturais, ferragem de estrutura de concreto ou de componentes das estruturas de aço com ferrugem, afundamento de piso, madeiramento da estrutura de cobertura comprometido e ameaçando desabar, trincas, rompimentos, esmagamentos, vazamentos permanentes com infiltração em paredes, pisos ou tetos, fiação descoberta, ameaça iminente de curto circuito, etc.).
Com Problema	▪ Quando os problemas são visíveis e o reparo é necessário, mas não é urgente, sendo recomendada inspeção mais detalhada para a constatação da real condição do elemento.
Sem Problema	▪ Quando o elemento da edificação apresenta boas condições e não necessita de qualquer tipo de intervenção.

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

2. Avaliação dos Aspectos Gerais

- Na avaliação dos aspectos gerais do edifício, são utilizadas as codificações constantes no quadro abaixo.

Quadro 66
Codificação para Fins de Avaliação do Prédio
Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Código	Caracterização
1	▪ 100% do elemento encontra-se com problema (péssimo).
2	▪ De 76% a 99% do elemento encontra-se com problema.
3	▪ De 51% a 75% do elemento encontra-se com problema.
4	▪ De 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
5	▪ Até 25% do elemento encontra-se com problema.
6	▪ Nenhuma parte do elemento encontra-se com problema (ótimo).

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

Nota:

- Codificação utilizada nos itens 6.2, 6.3, 6.4 do Bloco III e item 5 do Bloco IV.

- Para avaliação dos aspectos gerais do edifício, são verificados os elementos constantes no Quadro 67:

Quadro 67
Elementos para Avaliação dos Aspectos Gerais do
Edifício Escolar
Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Campo	Caracterização
Muros/Fechamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alvenaria ▪ Cerca ▪ Gradil ▪ Outro tipo de material
Pavimentação Externa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cimento ▪ Paralelepípedo ▪ Placa de concreto ▪ Outro tipo de material
Pintura Externa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acrílica ▪ Cal ▪ PVA ▪ Outro tipo de material
Quadras de Esportes Descoberta	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alta resistência ▪ Cimento ▪ Grama ▪ Outro tipo de material
Revestimento Externo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cerâmica ▪ Madeira ▪ Reboco ▪ Outro tipo de material
Telhamento da Cobertura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cerâmica ▪ Palha ▪ Fibrocimento ▪ Outro tipo de material

Fonte:
• LSE (Levantamento da Situação Escolar).

3. Avaliação por Ambiente – Áreas Molhadas

- Na avaliação por ambiente das áreas molhadas, para cada ambiente, deve ser informada a sua quantidade, área, além dos seus elementos (esquadria de janela, esquadria de porta, ferragem, forro, parede, pintura, piso, revestimento e vidro). Cada um dos elementos deve ser codificado tendo por referência os códigos constantes no Quadro 59, à página 279.
- São considerados ambientes com áreas molhadas os descritos no Quadro 68:

Quadro 68
 Caracterização dos Ambientes de Área Molhada
 Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Ambientes	Caracterização
Área de Serviço	▪ Local destinado à lavagem de utensílios e a atividades correlatas.
Cozinha	▪ Local de preparação e distribuição de refeições e merenda.
Fraldário	▪ Local para higienização das crianças, troca e guarda de fraldas e demais materiais de higiene, pré-lavagem de fraldas de pano e eliminação de fezes.
Lactário	▪ Local destinado à higienização, ao preparo e à distribuição das mamadeiras, prevendo técnicas de higiene alimentar, de forma que se ofereça às crianças uma dieta saudável, sem risco de contaminação. Pode ser ou não junto da cozinha.
Sanitário Adaptado	▪ Local para a higiene pessoal dos alunos adaptado aos portadores de necessidades especiais, conforme normas da ABNT.
Sanitário dos Alunos	▪ Local para a higiene pessoal dos alunos.
Sanitário dos Funcionários	▪ Local destinado à higiene pessoal do corpo docente, técnico, administrativo e dos demais funcionários. Pode servir, também, para a troca e guarda de roupas e pertences.
Sanitário Infantil de Uso Exclusivo para Crianças até 6 Anos	▪ Local para a higiene pessoal dos alunos de 0 a 6 anos.
Vestiário dos Alunos	▪ Local destinado à troca e guarda de roupas para a prática de esportes e educação física.

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

- Neste item também são avaliados os componentes construtivos de área molhada (ver Quadro 59, à página 279), devendo cada um deles ser quantificado conforme o Quadro 65, à página 283.

4. Avaliação por Ambiente – Áreas Secas

- Na avaliação por ambiente das áreas secas, para cada ambiente, deverá ser informada a sua identificação de uso, quantidade, área, além dos seus elementos (esquadria de janela, esquadria de porta, ferragem, forro, parede, pintura, piso, revestimento e vidro). Cada um dos elementos deverá ser codificado tendo por referência os códigos constantes no Quadro 66, à página 283.
- São considerados ambientes de áreas secas os constantes no Quadro 69:

Quadro 69
Caracterização dos Ambientes de Área Seca
Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Ambientes	Caracterização
Almoxarifado	▪ Ambiente de guarda e de distribuição de material de consumo e permanente, de material de educação física e de instrumentos de fanfara.
Auditório	▪ Ambiente destinado a reuniões, solenidades e festas da escola e da comunidade.
Biblioteca	▪ Ambiente de consulta, leitura, pesquisa, guarda e empréstimo de livros, revistas, jornais, mapas, etc, bem como ambiente para a realização de trabalhos em grupo. Com acervo mínimo de 4 livros por aluno, presença de um profissional bibliotecário, espaço em metros quadrados que acomode uma turma de quarenta alunos, além das estantes, mesas, cadeiras, escrivaninhas, armários, arquivos, mapoteca, computador, TV, entre outros. Deverá ter um quadro de avisos e um quadro verde, se for viável. Seu horário de funcionamento deverá ser igual ao da escola.
Brinquedoteca	▪ Espaço destinado a atividades pedagógicas, de recreação e de lazer, preparado para estimular a criança a brincar de forma enriquecedora, possibilitando o acesso a uma grande variedade de brinquedos.
Depósito de Material de Limpeza e Manutenção	▪ Ambiente de guarda de material e de equipamentos de limpeza e de manutenção (vassouras, baldes, mangueiras d'água, escovas, sabão e demais produtos, pincéis, tintas e ferramentas utilizadas em pequenos reparos).
Despensa	▪ Ambiente destinado ao armazenamento de alimentos.
Diretoria	▪ Ambiente de trabalho do diretor, a quem cabe a gerência e a coordenação geral das atividades da escola, o atendimento aos alunos, professores, funcionários, pais e membros da comunidade.
Parque Infantil	▪ Área, ao ar livre ou não, com piso parquê, pisos variados, como, por exemplo, grama, terra e cimento. Contendo bancos, casa em miniatura, brinquedos como escorregador, trepa-trepa, balanços, túneis, etc.
Quadra de Esporte Coberta	▪ Local destinado à prática de esportes e/ou recreação.
Recreio Coberto	▪ Ambiente destinado à recreação dos alunos, de realização de atividades relacionadas à educação física, de festas e eventos, até mesmo comunitários.
Refeitório	▪ Ambiente destinado à refeição dos alunos, professores e funcionários.
Sala de Atendimento Pedagógico	▪ Ambiente onde se desenvolvem as atividades de orientação educacional a alunos, atendimentos aos alunos e pais, atendimento psicopedagógico ao aluno, atendimento individual ao professor.
Sala de Ciências/Laboratório	▪ Ambientes onde se realizam experiências e acompanhamentos de demonstrações do professor ou de grupos de alunos nas áreas de ciências físicas, químicas e biológicas; salas de educação para o lar, técnicas agrícolas, artes industriais, etc.
Sala de Coordenação Pedagógica	▪ Ambiente onde o coordenador ou supervisor pedagógico realiza o planejamento, o acompanhamento, a avaliação e o controle das atividades curriculares, bem como a orientação e a assistência ao corpo docente.
Sala de Informática	▪ Ambiente para o ensino e a aprendizagem do uso do computador ou para a utilização desse equipamento em apoio ao desenvolvimento de atividades de qualquer componente curricular.
Sala de Leitura	▪ Ambiente de consulta, leitura, pesquisa, guarda e empréstimo de livros, revistas, jornais, mapas, etc, bem como ambiente para a realização de trabalhos em grupo.
Sala de Multimeios	▪ Ambiente que os professores, em grupo ou individualmente, utilizam para estudo e preparação das aulas e onde são guardados materiais como vídeos, mapas, equipamentos, etc.
Sala de Professores	▪ Ambiente de trabalho e estudo dos professores e de preparação de aulas e de material didático, avaliação de trabalhos e provas dos alunos, guarda de objetos pessoais.
Sala de Recursos Multifuncionais	▪ Espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para realizar o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, em turno inverso à escolarização
Sala de TV e Vídeo	▪ Ambiente destinado ao acompanhamento de programas educativos com apoio de TV e vídeo, à guarda do acervo de vídeos e slides e à realização de palestras e reuniões.
Secretaria	▪ Ambiente de desenvolvimento das atividades administrativas da escola (controle da vida escolar dos alunos, da vida funcional de professores e funcionários, outros controles administrativos e financeiros) e de atendimento ao público.
Solário	▪ Área livre e descoberta para banho de sol
Circulações	▪ Áreas de ligação entre pavilhões ou blocos, corredores internos que ligam salas.
Outras funções	▪ Ambientes onde são realizadas outras funções que não se enquadram entre as já listadas.

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

5. *Ambiente Externo da Escola (área verde)* – São coletadas informações sobre a existência de área verde no terreno da escola, gramado, arborização, horta e qual o estado do jardim (*bom, regular ou ruim*).

g) ENTORNO DA ESCOLA

1. *Quais os Usos Predominantes no Entorno da Escola?* Na determinação dos usos predominantes no entorno da escola, são utilizadas as alternativas constantes no Quadro 70.

Quadro 70
Usos Predominantes no Entorno da Escola
Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Usos	Caracterização
Residencial	▪ A escola é cercada em sua maioria por residências, casas ou edifícios.
Comercial	▪ A escola é cercada em sua maioria por estabelecimentos comerciais, como lojas, padarias ou farmácias, por exemplo.
Industrial	▪ A escola é cercada em sua maioria por indústrias, de autopeças, de alimentos e de confecção, por exemplo.
Institucional	▪ A escola é cercada em sua maioria por instituições, como Universidades, bases militares e órgãos governamentais.
Misto (Residencial/Comercial/Industrial e/ou Institucional)	▪ A escola é cercada por residências, estabelecimentos comerciais, indústrias e instituições.

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

2. *Existem Barreiras Naturais ou Artificiais no Trajeto do Aluno até a Escola?* Consideram-se como barreiras naturais rios, cachoeiras, vales, florestas, matagais, etc. e artificiais, escadarias, barragens, etc.
3. *Existe Transporte Público?* É verificada a existência de transporte público até o local da escola (ônibus, van e/ou embarcação). Para cada um dos meios de transporte, há a alternativa (a) Não e (b) Sim.
4. *Existe Transporte Gratuito?* É verificada a existência de transporte gratuito até o local da escola (ônibus, van e/ou embarcação). Para cada um dos meios de transporte há a alternativa (a) Não e (b) Sim. Caso a resposta seja *Sim*, deve-se informar se o transporte oferecido é suficiente para a demanda apresentada.
5. *O Transporte Trafega por qual Via?* Alternativas: (a) *Rua ou Avenida Pavimentada*; (b) *Estrada de Terra*; (c) *Hidrovia*.
6. *Infra-Estrutura no Acesso à Escola* – São coletadas informações sobre a existência de pavimentação nas ruas do bairro e da escola, de iluminação pública, de calçada do ponto de ônibus até a escola, sobre a ocorrência de alagamentos nos períodos de chuva e se a escola está no nível da rua. Caso a escola não esteja no nível da rua, deve-se informar a existência de rampas e/ou escadas, as primeiras devendo atender às nomatizações da ABNT.

No quarto bloco (Bloco IV), *Salas de Aula e Turmas*, são coletadas as seguintes informações:

a) NÚMERO DA SALA

1. Todas as salas de aula devem ser ordenadas e numeradas, de forma a se contemplar todas as salas a serem levantadas.

b) FUNCIONAMENTO

1. Na avaliação das salas de aula, são utilizadas as alternativas constantes no quadro abaixo:

Quadro 71
Caracterização dos Tipos de Salas de Aula
Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Ambientes	Caracterização
Sala de Aula	▪ Espaço construído ou adaptado para uso permanente em atividades de ensino e de aprendizagem do Ensino Fundamental e Médio.
Sala de Atividades para Crianças de 01 a 06 Anos	▪ Espaço destinado a atividades diversas, organizado de forma estimulante, confortável, aconchegante, segura, adequada à proposta pedagógica da instituição e que permita o desenvolvimento da criança, dando-lhe suporte para a realização de explorações e brincadeiras.
Sala para Repouso – Berçário	▪ Espaço destinado ao repouso, contendo berços ou similares, onde as crianças possam dormir com conforto e segurança. Recomenda-se que sua área permita o espaçamento de, no mínimo, 50 cm entre os berços para facilitar a circulação dos adultos entre aqueles.

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

c) DIMENSÕES

1. São coletadas informações sobre o comprimento (m), a largura (m), a área (m²) e o pé direito (m) das salas de aula.

d) MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS EXISTENTE NA SALA

1. Na determinação das quantidades e das condições das peças de mobiliário e equipamentos existentes na sala de aula, são utilizados os campos constantes no Quadro 59, à página 279.
2. São relacionados 18 (dezoito) peças de mobiliário e equipamentos que devem ser pesquisados, com suas respectivas instruções para preenchimento.

e) SITUAÇÃO DA SALA DE AULA

1. São verificadas as condições em que se encontram diversos elementos da edificação (cada uma das salas de aula). São eles Piso, Parede, Cobertura, Forro, Pintura, Barra de proteção Lavável, Revestimento, Esquadrias e Instalações Elétricas/Iluminação Artificial.

2. Na avaliação da situação das salas de aula são utilizadas as codificações constantes no Quadro 66, à página 283.

f) UTILIZAÇÃO DAS SALAS DE AULA

1. Neste item, são identificados os turno de funcionamento da escola (*manhã, tarde, noite, turno intermediário e turno integral*). Para cada turno existente e por sala, objetivando avaliar a sua utilização, deve se informar a duração do turno, a etapa de ensino, a modalidade de ensino, a forma de organização, a série/ano e o número de alunos.

O quinto bloco (Bloco V), *Institucional*, tem por objetivo analisar a relação das escolas com as Secretarias de Educação por elas responsáveis.

a) RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL ENTRE A UNIDADE EDUCACIONAL E A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1. Neste item, é verificada a presença, ou não, da Secretaria de Educação na escola, qual o propósito da sua participação, se foram oferecidas capacitações, para quem e em quais áreas. No caso de uma resposta afirmativa, é também verificado qual o propósito dessa participação.

b) PLANEJAMENTO E GESTÃO

1. Neste item, é verificada a existência, ou não, do projeto político pedagógico da escola, assim como, no caso de uma resposta afirmativa, é também verificado se os objetivos e metas propostos foram atingidos, quem participou de sua elaboração e se a escola recebe algum tipo de acompanhamento da Secretaria de Educação. Também são objetos de investigação a promoção de reuniões com os professores, o Regimento Escolar, o Conselho Escolar, a participação da comunidade e os programas de que a escola participa.

c) RECURSOS FINANCEIROS

1. São verificados aspectos referentes ao recebimento de recursos financeiros como fonte, montante recebido e como são utilizados os recursos.

- d) PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA – PDE ESCOLA
1. Neste item, é verificada a adoção da metodologia do PDE Escola para o planejamento estratégico.
- e) ESCOLA ATIVA
1. Neste item, é verificada a adoção da estratégia da Escola Ativa.
- f) ACESSO À INFORMAÇÃO
1. São verificados o acesso à TV Escola e à *Internet* Banda Larga.
- g) CONHECIMENTO TÉCNICO DOS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA
1. São verificados o conhecimento dos funcionários da escola com relação a programas computacionais, correio eletrônico e uso da *Internet*. Também são coletadas informações sobre a frequência do acesso à *Internet* por membros da direção, professores e secretários da escola.
- h) VALIDAÇÃO DOS DADOS
1. Neste item, são validados os dados dos responsáveis pelo preenchimento do LSE, devendo constar o CPF, assinatura e data do formulário. O LSE deve ser preenchido pelos seguintes profissionais constantes no quadro abaixo:

Quadro 72
Técnicos Envolvidos no Preenchimento do Levantamento da Situação Escolar (LSE)

Técnicos	Caracterização
Pedagógico/Administrativo	▪ Pedagogo(a) ou técnico(a) da área administrativa da Secretaria de Educação responsável pelo preenchimento do formulário diagnóstico da escola.
Engenharia/Arquitetura/Edificações	▪ Engenheiro(a), arquiteto(a) ou técnico(a) em edificações da Secretaria de Educação ou Prefeitura responsável pelo preenchimento do formulário diagnóstico da escola.
Direção da Escola	▪ Diretor(a) da escola. Caso a escola não tenha diretor(a), ou, no momento do preenchimento do formulário, este(a) não esteja presente, deve-se coletar a assinatura de quem o(a) representou.

Fonte:

- LSE (Levantamento da Situação Escolar).

Considerações

Na análise do LSE, pode-se constatar o quanto a sua proposta de investigação é minuciosa, pois cada escola é estudada de forma detalhada, enfocando-se aspectos capazes de percebê-la em seu todo. O LSE que, em um primeiro momento, mostra-se como um aparelho meramente quantitativo, revela-se

como um valioso instrumento capaz de construir um retrato qualitativo da realidade escolar.

Assim sendo, é inegável a importância do LSE como um significativo mecanismo capaz de produzir o que se pode considerar como o mais fidedigno diagnóstico da rede escolar brasileira.

Ainda que se levante uma quantidade expressiva de subsídios, alguns são merecedores de ressalvas, visto que poderiam ser aperfeiçoados ou complementados.

No Bloco I (Cadastro da Escola), no item *Prédio Pesquisado*, percebe-se a ausência de perguntas mais detalhadas sobre o prédio analisado, como número de pavimentos e tipologia do prédio escolar (prédio único ou dividido em blocos).

No Bloco IV (Salas de Aula e Turmas), no item *Situação da Sala de Aula*, subitem *Esquadrias*, seria importante incluir perguntas referentes à orientação solar, a qual, dependendo do caso, é um importante condicionante para um melhor ou pior conforto térmico, além de abranger informações sobre a existência de elementos como cortinas, persianas, venezianas ou brises (internos ou externos). Salienta-se que, devido ao minucioso levantamento de dados deste Bloco, alguns ambientes poderiam também ser analisados a partir dele, como Laboratórios de Informática, Laboratório de Ciências, Sala de Recursos Multifuncionais e Biblioteca.

Apesar de algumas restrições anteriormente citadas, não se pode deixar de enfatizar o que é, certamente, um dos maiores predicados do LSE, o de ser um provável subsídio de políticas públicas para os edifícios escolares, visto que, ao estabelecer um numeroso e rico quantitativo de dados, é capaz de desvendar carências e mostrar qualidades, as quais podem e devem produzir um planejamento a curto, médio e longo prazos, com capacidade de levar à criação de uma política de estado para os edifícios escolares.

Ao findar esta breve análise do LSE, aprofundamos quanto importante é o seu papel na dinâmica dos edifícios escolares, assim como consideramos que a sua efetiva implementação, como um dispositivo de atualização permanente da realidade escolar, certamente contribuirá, e muito, para a elaboração de um planejamento constante, visando à melhoria concreta da rede de edifícios escolares, com conseqüências muito positivas para a educação brasileira.

Certamente, o avanço desse instrumento de acompanhamento constante e minucioso dos edifícios escolares, representará uma luz nessa *construção*, luz essa

advinda de uma *clarabóia*, denominada LSE, superando o que se observa na análise das gestões estaduais da educação no período 1999-2006.

Concluindo a análise do Levantamento da Situação Escolar (LSE), no próximo e último capítulo, denominado *O Acabamento*, é feito um resgate de todo este estudo, assim como são apresentadas as percepções evidenciadas ao longo deste trabalho.

O ACABAMENTO³⁴

Esta investigação sobre os *Edifícios Escolares da Rede Estadual do Rio Grande do Sul* estudou o reflexo das políticas públicas estaduais no período 1999-2006 e do ordenamento normativo do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul na efetiva melhoria da rede estadual, considerando-se os diagnósticos elaborados a partir dos Microdados do Censo Escolar de igual período.

Neste trabalho, o Edifício Escolar foi considerado não somente pelo prédio em si, mas por todo o seu contexto espacial. Segundo a visão adotada, o Edifício Escolar não representa apenas um prédio ou conjunto de edificações, compreendendo salas de aula, secretaria, sala da direção, sala dos professores, biblioteca, refeitório, cozinha, sanitários, laboratórios e corredores. O edifício escolar também abriga espaços abertos ou parcialmente abertos, cobertos ou não. Esses espaços, geralmente dedicados a atividades de convivência e recreação, são, muitas vezes, os mais negligenciados nos espaços escolares, porém, nem por isso, menos importantes. Entre eles, destacam-se as quadras esportivas, o parque infantil, os jardins e os pátios coberto e descoberto, enfim, inúmeros espaços que, mesmo não se constituindo como parte do corpo da edificação, são vitais em uma escola e, certamente, compõem o conjunto de dependências que o censo comum espera encontrar em um ambiente escolar.

É significativo destacar que a temática *Edifícios Escolares*, objeto de inúmeros estudos, tem sido abordada a partir de diversos aspectos, os quais buscam, ao evidenciar o assunto, torná-lo o centro de debates e discussões que conduzam a uma busca de soluções para os evidentes problemas que acometem este elemento essencial da educação.

Entre as inúmeras constatações sobre a importância da temática, pode-se destacar a afirmação de Mello (1970), que assegura ser o ambiente escolar tão importante quanto às questões didáticas e que este, deveria assegurar, tanto boas condições para as atividades escolares, como bem estar físico e emocional aos seus usuários.

Em outro estudo, Lima (1989) destaca os dividendos políticos que a inauguração de escolas pode trazer para os governantes, secretários de educação e

³⁴ Segundo o Dicionário da Construção: **Acabamento** é o arremate final da estrutura e dos ambientes da casa, feito com os diversos revestimentos de pisos paredes e telhados.

autoridades da área. Por outro lado, diz que os edifícios escolares geralmente ocupam os piores terrenos, restando às crianças uma educação ofertada em locais mal construídos e mal conservados.

Já Ambrogi (2003/2004), destaca a problemática ao constatar que os edifícios escolares públicos, são resultado de soluções paliativas e baratas na tentativa de suprir a falta de vagas.

A importância de escolas ocupando espaços projetados para fins escolares são destaque nos estudos de Frago e Escolano (1998) e Mello (1970). Ainda, quanto ao projeto de espaços escolares, França (1994), destaca que os projetos geralmente são pouco adaptáveis às novas exigências e que, salvo raras exceções, em termos de projeto e mobiliário os edifícios escolares parecem ter parado no tempo.

A necessidade de maiores investimentos é destacada por Buffa e Pinto (2002), os quais asseguram que toda e qualquer melhoria nos edifícios escolares passa pelo equilíbrio entre necessidades e investimentos. Investimentos estes que parecem não acontecer com o devido equilíbrio, pois como assegura Alves (1995), são inúmeros os esforços para diminuir as carências existentes nas escolas, ora uma pintura feita com ajuda da comunidade e patrocinada por alguma festividade, ora uma campanha organizada pelos professores, pais, servidores e alunos.

A importância da colaboração de todos os segmentos envolvidos no processo educacional para a concepção de uma arquitetura escolar é destacada por Azevedo e Bastos (2002), pois assim os edifícios escolares seriam concebidos objetivando atender as reais necessidades de seus usuários, aspecto este considerado de fundamental importância por Moussatche, Alves-Mazzotti e Mazzotti (2002).

Observa-se, portanto, que tão importante como a existência de escolas ocupando espaços projetados para tal, é a disponibilização de recursos compatíveis com as necessidades de ampliação e manutenção dos prédios escolares, assim como, a concepção deste espaço, como resultado da colaboração de todos os segmentos envolvidos no processo educacional, pois um prédio escolar precisa atender às expectativas e necessidades de seus usuários.

Ao finalizar este estudo, algumas percepções evidenciadas ao longo do trabalho necessitam ser retomadas, objetivando responder aos questionamentos levantados no conjunto da investigação.

Primeiramente, faz-se necessário o resgate das hipóteses que nortearam este estudo, as quais asseguram que apesar:

- d) dos diagnósticos obtidos sobre o *Edifício Escolar* através dos *Microdados do Censo Escolar*, estes dados têm pouco ou nada contribuído para a solução das carências existentes na rede estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul que ofertam a Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio);
- e) das exigências normativas do *Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul*, relativas à questão espacial e equipamentos, inúmeros Edifícios Escolares na rede estadual de ensino não se enquadram nas mesmas;
- f) das propostas constantes nos *Programas de Governo* das gestões 1999-2002 e 2003-2006, no Rio Grande do Sul, de suas realizações, das previsões de despesas contidas no Planos Plurianuais 2000/2003 e 2004/2007 e da despesa realizada na construção, manutenção e aparelhamento dos *Edifícios Escolares*, as realizações têm ficado aquém do realmente necessário para que a rede escolar atenda às exigências do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul quanto à questão espacial.

A seguir, destacam-se aspectos contidos no capítulo *A Execução da Obra*, que, a partir do estudo e análise dos diversos instrumentos envolvidos, oferece condições de verificação positiva ou negativa de cada uma das hipóteses e questões levantadas ao longo do estudo.

OS QUESTIONÁRIOS DO CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar, por sua importância, abrangência e regularidade, é o principal instrumento de coleta de dados da Educação Básica, incluindo seus diferentes níveis e modalidades. As informações coletadas servem como referenciais para a construção de um panorama nacional da Educação Básica brasileira, para a formulação de políticas públicas educacionais e para a implementação de inúmeros programas na área da educação.

Não obstante todos esses predicados, a análise dos questionários, a partir dos blocos (1999-2006) e/ou formulários (2007) e questões focados no *Edifício Escolar*, evidencia uma série de problemas, devido a imperfeições na elaboração dos questionários. Tais problemas podem e devem ser solucionados, objetivando

tornar o preenchimento do instrumento mais fácil e objetivo, contribuindo, assim, para a construção de um diagnóstico mais fidedigno.

Os problemas observados nos questionários do Censo Escolar estão vinculados principalmente à inexistência de definições para as opções disponíveis, definições estas inseridas no questionário de 2007, e à necessidade de maiores esclarecimentos e/ou orientações em inúmeras questões. Dentre os problemas detectados, pode-se evidenciar os seguintes: (a) dificuldades no estabelecimento de limites para o zoneamento da escola (urbano ou rural); (b) desconhecimento do projeto original do prédio, principalmente em escolas localizadas em prédios construídos para fins não educacionais; (c) exclusão, em 2007, do levantamento sobre a *Entidade Proprietária do Imóvel* e a *Forma de Ocupação do Prédio*; (d) falha no esclarecimento, em caso de compartilhamento do prédio, sobre a escola que detém a *posse de fato* do prédio escolar; (e) omissão quanto a inúmeras dependências não citadas nos questionários, como, por exemplo, *Pátio Descoberto*, *Sala de Artes*, *Salas Ambiente*, etc.; (f) exclusão da dependência *Pátio Coberto* a partir do Censo de 2001 e, em 2007, das dependências *Almoxarifado*, *Sala da Direção*, *Secretaria*, *Sala de Leitura* (pesquisada conjuntamente com a *Biblioteca*), *Sala de TV/Vídeo*, *Videoteca*, *Depósito de Alimentos*, *Lavanderia*, *Auditório*, *Cantina*, *Refeitório*, *Ginásio de Esportes*, *Quadra de Esportes Coberta* e *Quadra de Esportes Descoberta*; (g) falta de orientação para o preenchimento no caso da existência de ambientes compartilhados; (h) nas questões referentes ao *Abastecimento de Água*, *Energia Elétrica*, *Rede de Esgoto* e *Destinação do Lixo*, a simples possibilidade de marcação de mais de uma opção, sem maiores detalhamentos, tendendo a dificultar a organização dos dados, pois as combinações de respostas nem sempre são as mesmas e; (i) na questão referente às *Salas de Aula Existentes* ou *Utilizadas*, de 1999 a 2006, a conceituação de *Sala Permanente*, como sendo uma sala construída ou adaptada para uso permanente na atividade de ensino-aprendizagem, leva a um desconhecimento das reais necessidades das escolas, pois a adaptação de espaços quase sempre resulta na desativação de alguma dependência que, dependendo do caso, tende a prejudicar o processo educacional.

Em suma, os questionários do Censo Escolar cumprem um papel de inegável importância, não obstante as dificuldades detectadas. Apesar de não incluir um levantamento qualitativo, este instrumento, o Censo Escolar, é uma fonte expressiva de coleta de dados que tem um papel de grande significância para gestores,

pesquisadores e para a sociedade, na elaboração, sugestão e reivindicação de políticas públicas educacionais.

A problemática observada evidencia a necessidade urgente de um aprimoramento desse instrumento, tornando-o mais claro e detalhado em alguns momentos, ampliando o leque de dependências pesquisadas e transformando o seu viés exclusivamente quantitativo em quali-quantitativo. Assim sendo, o surgimento do Levantamento da Situação Escolar (LSE) parece suprir tais necessidades, tornando o Censo Escolar obsoleto nas questões direcionadas ao *Edifício Escolar*. Quem sabe, no futuro, caberá ao LSE a missão de construir o diagnóstico quali-quantitativo dos *Edifícios Escolares* ou, melhor, que o Censo Escolar incorpore o registro de detalhes sistematizados no LSE.

OS MICRODADOS DO CENSO ESCOLAR

Os Microdados do Censo Escolar, utilizados para a elaboração do diagnóstico da rede escolar estadual do Rio Grande do Sul, no período de 1999 a 2006, foram organizados e analisados em 68 (sessenta e oito) tabelas que estão as páginas 355 a 442.

Este diagnóstico traduz aspectos relevantes da rede estadual do Rio Grande do Sul, os quais são, não obstante a possibilidade de algumas inconsistências devido aos problemas observados nos questionários e a diminuição, em 2007, de inúmeras informações coletadas, importante fonte de dados para a elaboração de programas de governo, de estratégias de gestão e de políticas públicas educacionais.

Os dados pesquisados e analisados durante o período abordado revelam que a rede estadual apresenta as seguintes características: (a) preponderância, em 2007, do Ensino Fundamental na matrícula inicial (56,32%); (b) diminuição significativa de estabelecimentos de Ensino Fundamental, devido principalmente ao fechamento, municipalização ou ampliação na oferta de nível de ensino das escolas; (c) aumento no número de escolas de Ensino Fundamental e Médio, devido à ampliação da oferta do Ensino Médio em escolas de Ensino Fundamental; (d) abertura de novas escolas de Ensino Médio; (e) prevalência, em 2007, dos estabelecimentos com oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio (97,69% – 2.750 de 2.815), comparativamente à totalidade dos estabelecimentos estaduais; (f) predomínio, em 2007, dos estabelecimentos de Ensino Fundamental (63,82% – 1.755 de 2.750);

preponderância, em 2007, das escolas com mais de 300 alunos (53,06% – 1.459 de 2.750); localização das escolas na sua ampla maioria, em prédios escolares (2007), em edifícios próprios (2006) e pertencentes à esfera estadual (2006); (g) compartilhamento significativo de prédios, em 2007, pelas escolas de Ensino Médio (8,82% – 09 de 102); (h) prevalência, em 2006, dos maiores índices de percentual de presença para os ambientes classificados como *Administrativos* e de *Serviço*, em detrimento dos *Pedagógicos* e de *Recreação e Convivência*; (i) predomínio, em 2006, dos maiores índices de percentual de presença de dependências existentes nas escolas de Ensino Fundamental e Médio; (j) predomínio, em 2006, dos maiores índices de percentual de presença de dependências existentes nas escolas localizadas na zona urbana; (k) existência, em 2007, ainda que em pequeno número, de estabelecimentos sem sanitários; (l) preponderância, em 2007, de escolas com mais de 06 salas de aula existentes (70,69% – 1.944 de 2.750); (m) índice percentual alto de utilização das salas de aula em relação às existentes em 2007 (97,06% – 26.838 de 27.651); (n) preponderância, em 2007, da *Rede Pública* no abastecimento de água (72,62% – 1.997 de 2.750), no abastecimento de energia elétrica (99,60% – 2.739 de 2.750) e do sistema de *Fossa*, no abastecimento de rede de esgoto (55,35% – 1.522 de 2.750); (o) percentual baixo de *Laboratórios de Informática* nas escolas estaduais em 2007 (41,42% – 1.139 de 2.750); (p) disponibilização do *Acesso à Internet* em mais da metade das escolas em 2007 (55,82% – 1.535 de 2.750) e; (q) percentual baixo, em 2007, de *Dependências e Sanitários adequados aos Portadores de Necessidades Especiais*.

Em suma, constata-se que, não obstante a evolução percentual positiva observada em diversos indicadores no período de 1999 a 2007, a rede estadual ainda apresenta inúmeras deficiências quantitativas, as quais estão traduzidas nos números encontrados neste diagnóstico. Esta situação demonstra a necessidade premente do estabelecimento de uma política educacional direcionada aos edifícios escolares, objetivando a determinação de prioridades, o estabelecimento de metas e estratégias e, acima de tudo, o compromisso de que tais políticas não sejam abandonadas no período do mandatário seguinte, sob pena de os problemas perdurarem *ad eternum*.

Salienta-se, sobremaneira, a necessidade de qualificação dos prédios do Ensino Fundamental, de modo a abrigarem o ensino em tempo integral, que é meta do próximo PNE (CONAE, 2010). Ao mesmo tempo, destaca-se a necessidade de

que o Ensino Médio tenha prédios próprios, mais vagas diurnas e em tempo integral, dispondo de salas-ambiente para os diversos componentes curriculares, espaços amplos para atividades lúdicas e de organização estudantil dos adolescentes.

É incontestável a importância de edifícios próprios destinados ao Ensino Médio, pois as necessidades de espaço e equipamentos de adolescentes são distintas daquelas das crianças, seja em termos de biblioteca e laboratórios, como de instalações para Educação Física, Ciências, Artes e Cultura, ou – evidentemente – pelo tamanho do mobiliário, aparelhos sanitários, etc.

Ademais, constata-se que os dados indicam, não apenas a convivência ou compartilhamento de uma instituição e de prédios e instalações, entre Ensino Fundamental e Ensino Médio, mas principalmente que o Ensino Médio habita as mesmas instalações do Ensino Fundamental à noite, ou seja, além de instalações impróprias não há oferta suficiente no diurno.

O ORDENAMENTO NORMATIVO DO CEED/RS

O estudo do ordenamento normativo do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul foca os Pareceres CEED 1400/02 (*Estabelece normas para oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*) e CEED 580/00 (*Estabelece condições para a oferta de Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino*), a partir das referências direcionadas em suas normatizações para o *Edifício Escolar*.

Constata-se que ambos os Pareceres, diante da dinâmica escolar de uma sociedade em constantes transformações, podem ser considerados obsoletos, visto que apresentam quase uma década de vigência e já eram, de início, limitados na concepção e detalhes dos prédios escolares.

Com relação ao Parecer CEED 1400/02 (*Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*), observa-se pouca clareza no documento, falta de maiores critérios e exigências bem como o tratamento diferenciado para escolas urbanas e rurais.

Quanto às exigências desiguais envolvendo escolas urbanas e rurais, observa-se que as primeiras são mais exigidas, ao passo que as normatizações para as escolas rurais contemplam apenas os anos/séries iniciais, deixando as escolas rurais de Ensino Fundamental com anos/séries finais em um limbo normativo. Em suma, em vez de as escolas rurais serem mais equipadas, porque

distantes de outras instalações e atividades culturais, esportivas e científico-tecnológicas, verifica-se o contrário. Os prédios escolares rurais contribuem para a desigualdade na educação.

A existência de espaços considerados obrigatórios e de espaços apenas recomendados abre um perigoso precedente para que se disponibilizem apenas as dependências consideradas obrigatórias no Parecer, ficando as outras à mercê da vontade política e da disponibilidade de recursos financeiros. Além do que são estes os primeiros ambientes a perderem seus espaços, quando há a necessidade de ampliação do número de salas de aula, sem a contrapartida de uma ampliação física do prédio escolar.

Com relação às dependências consideradas como obrigatórias para as escolas de Ensino Fundamental (1.^a à 4.^a série), localizadas na zona rural, apesar de que o diagnóstico, no que se refere às escolas desse nível de ensino, não as separe em séries iniciais ou finais, verifica-se que os índices percentuais de presença desses ambientes não atingem a totalidade. Conforme o constatado, os percentuais de presença são os seguintes: 98,80% para os *Sanitários* (2007), 98,08% para a *Cozinha* (2007), 87,88% para a *Secretaria* (2006), 42,89% para o *Refeitório* (2006) e 36,71% para a *Sala da Direção* (2006). Portanto, mesmo existindo conforme o Parecer, a possibilidade de compartilhamento entre a *Cozinha* e o *Refeitório* e a *Sala da Direção* e a *Secretaria*, constata-se que as escolas de Ensino Fundamental localizadas na zona rural não se enquadram nessas exigências normativas do Parecer 1400/02 do CEED/RS.

Por outro lado, com relação às escolas de Ensino Fundamental localizadas na zona urbana, observa-se que, entre os ambientes considerados obrigatórios, os índices percentuais de presença, são os seguintes: 99,78% para os *Sanitários* (2007), 98,92% para a *Cozinha* (2007), 95,12% para a *Biblioteca* (2007), 93,38% para a *Sala dos Professores* (2007), 90,31% para a *Secretaria* (2006) e 74,85% para o *Refeitório* (2006). Tais números, ao não atingirem a totalidade, confirmam o observado em relação às escolas rurais, ou seja, que as escolas de Ensino Fundamental da rede estadual não se enquadram totalmente nessas exigências normativas do Parecer 1400/02 do CEED/RS.

Destaca-se também que o documento não determina e nem estabelece prazo de adequação às escolas que já dispõem de autorização para funcionamento e que estão em desacordo com as novas determinações para a realização das alterações

necessárias, visando ao seu enquadramento. Essa omissão contribui para uma maior disparidade na rede que, além das diferenças entre as escolas urbanas e rurais, tende a criar outra, a defasagem entre os estabelecimentos autorizados antes desse Parecer e os permitidos após sua aprovação.

Já em relação ao Parecer CEED 580/00 (*Estabelece condições para a oferta do Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*), constata-se que inúmeros espaços não são exigidos como condição para a oferta do Ensino Médio nas escolas, ainda que possam ser considerados importantes no contexto funcional ou pedagógico da escola. Dentre esses, destacam-se o *Laboratório de Informática*, a *Cozinha* e o *Refeitório*.

Com relação às escolas de Ensino Médio, nas quais se incluem as que ofertam tão somente tal nível de ensino, ou esse concomitantemente com o Ensino Fundamental, observa-se que, entre os ambientes considerados obrigatórios, os índices percentuais de presença, são os seguintes:

- a) Nas escolas com Ensino Fundamental e Médio – 100% para a *Secretaria* (2006), 99,89% para os *Sanitários* (2007), 99,10% para a *Sala dos Professores* (2007), 97,55% para a *Sala da Direção* (2006), 98,88% para a *Biblioteca* (2007) e 89,92% para o *Laboratório de Ciências* (2007).
- b) Nas escolas com Ensino Médio – o 99,06% para a *Secretaria* (2006), 100% para os *Sanitários* (2007), 98,04% para a *Biblioteca* (2007), 98,04% para a *Sala dos Professores* (2007), 89,62% para a *Sala da Direção* (2006), e 77,45% para o *Laboratório de Ciências* (2007).

Observa-se, portanto, que, a exemplo das escolas de Ensino Fundamental, as escolas com oferta de Ensino Médio, nas quais estão inclusas as de Ensino Fundamental e Médio e Ensino Médio, por estarem sob normatização do Parecer 580/00, também não estão enquadradas nessas exigências do referido Parecer. Salienta-se, ainda, que as escolas que não ofertam o Ensino Fundamental concomitantemente estão com índices percentuais menores.

Ao contrário do Parecer direcionado à oferta do Ensino Fundamental, há uma referência bastante clara no que tange às escolas com Ensino Médio já autorizadas e que se encontram em desacordo com a atual normatização. Para essas, foi dado

um prazo até o dia 31/12/2002, para que ocorram as devidas alterações. O que, obviamente, pelas informações oficiais disponíveis no Censo Escolar não foi exigido.

Comparando-se ambos os Pareceres, verifica-se que o destinado ao Ensino Médio apresenta um número maior de exigências, se comparado ao do Ensino Fundamental. Já o próprio Parecer destinado ao Ensino Fundamental também apresenta suas prioridades, no caso, maiores exigências para as escolas localizadas em zona urbana.

Por conseguinte, pode-se afirmar que os Pareceres Normativos CEED 1400/02 (*Estabelece normas para oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul*) e CEED 580/00 (*Estabelece condições para a oferta de Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino*) urgem por atualização, ampliação de exigências, maiores detalhamentos e pelo estabelecimento de um prazo de vigência, evitando assim que os documentos se tornem obsoletos diante da dinâmica do processo educacional.

Ademais, além das normas é preciso que estas sejam exigidas nos processos de autorização de novas escolas e de renovação do credenciamento.

O CRONOGRAMA DA OBRA 1999-2006

Analisando-se o período 1999-2006, o qual compreende os governos Olívio Dutra (1999-2002) e Germano Rigotto (2003-2006), a partir dos *Programas de Governo, Relatórios de Gestão, Planos Plurianuais e Despesa Realizada* com a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares, a partir do *Balanço Geral* da Administração Direta, é possível observar que: (a) ambos os *Programas de Governo* não apresentam propostas específicas para os *Edifícios Escolares*, estando o possível tratamento dado a eles incluso nas propostas direcionadas à área da Educação; (b) os *Relatórios de Gestão* também não evidenciam que houve, em ambos os governos, algum tipo de política específica direcionada aos *Edifícios Escolares*, confirmando-se a situação já prevista nos *Programas de Governo*; (c) Na gestão Olívio Dutra (1999-2002), conforme os documentos analisados, foram realizadas ampliações, construções e reformas em 2.285 escolas, construídas 235 Quadras Esportivas e/ou Ginásios de Esportes, adquiridos dois imóveis para o funcionamento de escolas, repassados R\$ 322,19 milhões para a Gestão Democrática e adquiridos equipamentos e materiais permanentes para 1.922 escolas; (d) na gestão Germano Rigotto (2003-2006), conforme os documentos

analisados, foram realizadas melhorias em 1.097 espaços escolares, disponibilização de tecnologia para o aluno e comunidade em 2.230 escolas, e manutenção e conservação em 2.158, entre outras ações; (e) nos PPAs 200/2003 e 2004/2007, há uma previsão de despesa com a construção, manutenção e aparelhamento de edifícios escolares de R\$ 3,13 bilhões, sendo R\$ 1,44 bilhão para o quadriênio 2000/2003 e R\$ 1,69 bilhão para o quadriênio 2004/2007. Nesses mesmos períodos, a previsão de gastos da Secretaria da Educação é, respectivamente de, R\$ 16,41 bilhões e de R\$ 14,48 bilhões; (f) no período 1999-2006, foram realizadas despesas para *Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares* de R\$ 1,57 bilhão, sendo R\$ 1,02 bilhão no período 1999-2002 e R\$ 547,12 milhões no período 2003-2006; (f) na gestão Olívio Dutra (1999-2002), o conjunto formado pelas despesas com *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (R\$ 460,99 milhões), *Obras e Instalações* (R\$ 271,93 milhões) e *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (R\$ 263,93 milhões), representa 98,06% (R\$ 996,85 milhões) do montante gasto com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*; (g) na gestão Germano Rigotto (2003-2006) o conjunto formado pelas despesas com *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (R\$ 374,66 milhões), *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (R\$ 91,35 milhões) e *Obras e Instalações* (R\$ 64,26 milhões) e representam 96,92% (R\$ 530,28 milhões) do montante gasto com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*; (h) a maior despesa realizada durante o período 1999-2006 refere-se à *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (R\$ 835,65 milhões); (h) analisando-se as despesas realizadas em ambos os períodos, constata-se uma redução com *Aquisição de Imóveis* (74,94%), *Manutenção e Conservação de Bens Imóveis* (18,73%); *Obras e Instalações* (76,37%) e *Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes* (65,39%).

Em suma, verifica-se que ambos os governos não previram ou realizaram políticas específicas direcionadas ao Edifício Escolar, assim como, embora o governo Germano Rigotto tenha previsto uma despesa maior com a construção, manutenção e aparelhamento de Edifícios Escolares no PPA 2004/2007, comparativamente ao PPA 2000/2003, do seu antecessor, Olívio Dutra (1999-2002)

é que realizou a maior despesa com a *Aquisição, Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares*.

Por outro lado, apesar da significativa despesa realizada no período 1999-2006, com a construção e manutenção de *Edifícios Escolares*, constata-se, no diagnóstico elaborado a partir dos Microdados do Censo Escolar de 2007 e referentes a 2006, que inúmeros problemas ainda persistem na rede estadual. Os significativos índices percentuais de *ausência* de diversos ambientes escolares na rede estadual de escolas com oferta de Ensino Fundamental e/ou Médio permitem confirmar tal situação. Destaca-se que 11,96% das escolas não possuem *Biblioteca*, 54,07%, *Laboratório de Ciências*, 33,78%, *Quadras Esportivas*, 87,27%, *Sanitários adaptados aos Portadores de Necessidades Especiais*, 58,58%, *Laboratórios de Informática* e 44,18%, *acesso à Internet*. Portanto, observa-se que o desafio que se configura é enorme, porém não impossível, dependendo muito da implementação de políticas direcionadas ao setor que primem pela adoção de boas estratégias e pelo envolvimento da comunidade escolar e de toda a sociedade, mas, principalmente, pelo compromisso de governantes em dar continuidade a elas, sem as costumeiras interrupções que procuram demonstrar, como afirma Alves (1995), que se está iniciando do zero.

Portanto, ao se resgatar afirmativas como a de Bobbio (2003), para quem a *política* tem uma estreita vinculação com o exercício do poder sobre um determinado grupo dentro de um território, ou ainda Parada (2002), que afirma que *políticas públicas* correspondem ao conjunto de ações e resultados de uma autoridade pública investida de poder público e legitimidade governamental, é possível asseverar, que os *Edifícios Escolares*, muitas vezes, são vistos como ferramentas a serviço da política e das políticas públicas, evidenciando-se como um objeto de barganha política, um personagem dos discursos e programas de governo que tratam da educação e da promessa, ainda que ilusória, de uma escola de qualidade para todos.

Portanto, considerando-se todas as observações efetuadas, é possível afirmar que as três hipóteses lançadas neste estudo foram devidamente comprovadas a partir dos dados inferidos pelos indicadores acima.

Ao finalizar, resgata-se aqui o capítulo denominado *A Clarabóia*, a qual é uma abertura no teto, cuja função é iluminar o interior da construção. Ao se introduzir no contexto deste estudo o Levantamento da Situação Escolar, busca-se ressaltar as possibilidades trazidas com o seu advento. Embora o mesmo ainda se encontre em fase de implementação, o futuro pode reservar aos governantes e aos estudiosos do setor um importante instrumento quali-quantitativo capaz de ser o indutor de políticas públicas realmente eficazes, ou seja, que considerem a sistemática do problema, apresentem estratégias para a sua solução e possam realmente ir à raiz desse. Assim, se implementado e aproveitado com a devida responsabilidade, o LSE, certamente, se pode constituir como um instrumento para gerir políticas públicas, como bem conceituaram Cortesão, Magalhães e Stoer (2002), pois a alimentação constante desse sistema é capaz de subsidiar estratégias de longo prazo, para que se chegue à solução do problema.

Muito embora o LSE represente essa possível mudança, o que se observa nos Questionários do Censo Escolar, devido a aspectos já relatados, não se configura nessa possibilidade, mesmo que, como instrumento instigador e subsidiador de políticas públicas, pelo seu caráter eminentemente quantitativo, o Censo Escolar traduz-se tão somente como um estimulador de políticas *surfadas* ou *pilotadas*, pois o mesmo, por suas deficiências, não consegue chegar à raiz do problema que assola os Edifícios Escolares, levando à produção de políticas que buscam eliminar os sintomas ou conciliar interesses.

Já as normatizações contidas nos Pareceres CEED 1400/02 e 580/00, mesmo fazendo uma série de exigências, também não chegam à base do problema. Parecem tão somente tentar eliminar sintomas e conciliar interesses. Isso se evidencia quando se observa que inúmeras escolas não se enquadram em suas normatizações, verificando-se que não há, por parte desse Conselho, uma efetiva fiscalização, ou, caso essa ocorra, não são tomadas as devidas providências no sentido de se solucionar o problema. Pode-se afirmar que a política do CEED/RS é uma política *pilotada*, pois concilia interesses, tentando ser de longo prazo sem sê-lo e reconhecendo o contexto, porém não o considerando como deveria.

As políticas de governo, observadas no período 1999-2006, não obstante seus projetos, realizações e investimentos, não conseguiram resolver a problemática. Ao que tudo indica, apesar dos esforços, configuraram-se como políticas *surfadas*, pois foram de curto prazo, parecendo estar limitadas ao contexto

e buscando a eliminação dos sintomas. Observa-se que, em ambas as gestões, os *Edifícios Escolares* não são objeto de políticas específicas, ou seja, o tratamento dado a este essencial elemento da educação ficou diluído no contexto das políticas educacionais dos referidos períodos, pois estas pareciam ter como objetivo tão somente à resolução de questões de curto prazo ou, pior, de sintomas com decisões limitadas ao contexto e sem estratégias bem definidas.

Ao se concluir este trabalho, reafirma-se que a temática *Edifícios Escolares* não se esgota neste estudo. É preciso levá-la adiante, aprofundá-la e, certamente, a introdução do LSE representa um importante fator para essa continuidade. Espera-se que o LSE possa representar, em um futuro próximo, a certeza de que os *Edifícios Escolares* já não mais serão o resultado de políticas *surfadas* ou *pilotadas*. Serão o resultado de políticas *geridas*. Talvez a solução não chegue com a rapidez necessária, mas certamente, em algum momento, tome melhor lugar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tabajara Lucas de; RIBES, Eva Lizety. Pesquisa quantitativa ou qualitativa: adjetivação necessária? In: LAMPERT, Ernâni (org.). **A Universidade na Virada do Século XXI: ciência, pesquisa e cidadania**. Porto Alegre: Sulina, 2000 (p. 95 a 106).

ALVES, Nilda Guimarães. **O Espaço Escolar e Suas Marcas: o espaço como dimensão material do currículo**. Niterói: UFF, 1995. Tese (Concurso de Professor Titular em Currículos e Programas), Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 1995.

AMBROGI, Ingrid Hötte. A Arquitetura Escolar Moderna na Cidade de São Paulo e sua Proposta para Pensar o Cotidiano Escolar de 1949 a 1959. **Revista Mackenzie Educação, Arte e História da Cultura**, São Paulo, ano 3/4, n. 3/4, p. 161-169, 2003/2004.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação**. Rio de Janeiro, 2005.

AZEVEDO, Giselle A. N.; BASTOS, Leopoldo Eurico. Qualidade de Vida nas Escolas: produção de uma arquitetura fundamentada na interação usuário-ambiente. IN: RIO, Vicente Del; DUARTE; Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso (org.) **Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002 (p. 153 a 160).

BOBBIO, Norberto. **O filósofo e a política**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003. p. 137-156.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Metodologia do Censo Demográfico 2000. **Série Relatórios Metodológicos**. Volume 25. Rio de Janeiro: 2003.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Diretoria de Programas Especiais. Fundo de Fortalecimento da Escola. **Manual de Instalação e Operação Sistema LSE**. Brasília: 2006.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Diretoria de Programas Especiais. Fundo de Fortalecimento da Escola. **Manual para Adequação de Prédios Escolares**. Brasília: 2006.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Diretoria de Programas Especiais. Fundo de Fortalecimento da Escola. **Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola – Ensino Fundamental**: Manual de Implantação. Brasília: 2006.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Levantamento da Situação Escolar (LSE)**. Brasília: 2008.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Levantamento da Situação Escolar (LSE)**: Instruções de Preenchimento. Brasília: 2008.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Censo Escolar 1999**. Brasília: 1999.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Censo Escolar 2000**. Brasília: 2000.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Censo Escolar 2001**. Brasília: 2001.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Censo Escolar 2002**. Brasília: 2002.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Censo Escolar 2003**. Brasília: 2003.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Censo Escolar 2004**. Brasília: 2004.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Censo Escolar 2005**. Brasília: 2005.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Censo Escolar 2006**. Brasília: 2006.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Microdados Censo Escolar 1999**. Brasília: 1999.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Microdados Censo Escolar 2000**. Brasília: 2000.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Microdados Censo Escolar 2001**. Brasília: 2001.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Microdados Censo Escolar 2002**. Brasília: 2002.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Microdados Censo Escolar 2003**. Brasília: 2003.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Microdados Censo Escolar 2004**. Brasília: 2004.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Microdados Censo Escolar 2005**. Brasília: 2005.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades de Federação. **Microdados Censo Escolar 2006**. Brasília: 2006.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971. São Carlos: Brasília: EdUFScar, INEP, 2002.

COLOMBO, Irineu. Escola para Menores Queiroz Filho: entre escola e prisão (1965-1992). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.) **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez Editora, 2005 (p. 258 a 283)

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Parecer CEE 580/00** (Estabelece condições para a oferta do ensino médio no Sistema Estadual de Ensino). Porto Alegre: 2000.

_____. **Parecer CEE 1400/02** (Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: 2002.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES. **Banco de Teses**. 1987-2006. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

CORREIA, Ana Paula Pupo. *Arquitetura Escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso – Colégio Estadual do Paraná (1943-1953)*. IN: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.) **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez Editora, 2005 (p. 220 a 257)

CORTESÃO, Luiza; MAGALHÃES, Antônio M.; STOER, Stephen R. Mapeando decisões no campo da educação no âmbito do processo da realização das políticas educativas. **Educação, sociedades & culturas**. Porto, Afrontamento, n. 14, 2000. p.45-58.

DICIONÁRIO da Construção Civil. São Paulo: Editora Abril, [199-?].

ENGUITA, Mariano Fernández. **A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERREIRA, Martha Poetsch et al. **Edifícios Escolares em Pelotas**. Pelotas: Gráfica UFPel, [1996?].

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustín. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FRANÇA, Lílian Cristina Monteiro. **Caos-Espaço-Educação**. São Paulo: Annablume, 1994.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, IPEA, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FREYBERGER, Adriana. **A Construção do Ambiente Educativo: uma pesquisa-ação em um Centro de Educação Infantil**. São Paulo: USP, 2005. Tese, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Resumo. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2005115633002010001P6>>.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação**. 14. ed. Porto Alegre: [S.ed.], 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

HOHLFELDT, Antônio (org.). **O Rio Grande da Conciliação**: Administração Germano Rigotto 2003/2006. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. reimp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

INSTITUTO FEDERAL SULRIOGRANDENSE. Coordenadoria de Edificações. **Glossário de Termos da Construção Civil**. Pelotas: [199-?].

KUENZER, Acácia, CALAZANS, Maria Julieta Costa, GARCIA Walter. **Planejamento e Educação no Brasil**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo 37. São Paulo: Autores Associados, 1990.

LIMA, Mayumi Souza. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Livraria Nobel, 1989.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MELLO, Suzy de. **Escolas Elementares**. 2. ed. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1970. Tese a Concurso de Livre Docência, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 1970.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

_____ (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. **Coleção Temas Sociais**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOREIRA, Nanci Saraiva. **Espaços Educativos para a Escola de Ensino Médio**: proposta para as escolas do Estado de São Paulo. São Paulo: USP, 2005. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MOUSSATCHE, Helena; ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; MAZZOTTI, Tarso Bonilha. A arquitetura Escolar como Representação Social da Escola. In: RIO, Vicente Del; DUARTE; Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso (org.) **Projeto do Lugar**: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002 (p. 143 a 152).

OLIVEIRA, Nildo Carlos. O que os Estados estão projetando e construindo. IN: **Revista Projeto. Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho Industrial, Construção**. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., n. 87, 1986 (p. 42 a 47).

PARADA. Eugenio Lahera. **Introducción a las Políticas Públicas**. [S.I.]: Fondo de Cultura Económica, 2002.

PROPOSTA DE GOVERNO. **Proposta de Governo da Frente Popular:** Desenvolvimento de Verdade. Candidatura: Olívio Dutra. Porto Alegre: [S.ed.], 1998.

_____. **Proposta de Governo da Frente Popular:** Qualidade de Vida para Todos. Candidatura: Olívio Dutra. Porto Alegre: [S.ed.], 1998.

_____. **Proposta de Governo da Frente Popular:** Participação Popular, Autonomia e Dignidade – Gestão Democrática do Estado. Candidatura: Olívio Dutra. Porto Alegre: [S.ed.], 1998.

_____. **Diretrizes para o Programa de Governo:** Germano Rigotto. União pelo Rio Grande: PMDB – PSDB – PHS. O Estado a Serviço do Cidadão: Propostas para Debate. Porto Alegre: Instituto Teotônio Vilela, Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2002.

QUADROS, Claudemir de. **As Brizoletas Cobrindo o Rio Grande:** a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs.** Rio de Janeiro: Bloch Editores SA, 1986.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n. 11.945, de 1.º de agosto de 2003.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2004-2007 e dá outras providências. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 2003.

_____. **Lei n.11.180, de 25 de junho de 1998.** Introduce alterações na Lei Complementar n.º 10.336, de 28 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1998.

_____. **Lei n. 10.336, de 28 de dezembro de 1994.** Institui normas para a elaboração e controle dos planos plurianuais, das diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais e dos balanços da administração direta e indireta do Estado. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1994.

_____. **Lei n. 11.365, de 05 de agosto de 1999.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2000/2003 e dá outras providências. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999.

_____. **Lei n. 11.945, de 1.º de agosto de 2003.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2004-2007 e dá outras providências. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 2003.

_____. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2000:** Governador Olívio Dutra. Porto Alegre, 2000. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>

_____. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2001:** Governador Olívio Dutra. Porto Alegre, 2001. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>

_____. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2002:** Governador Olívio Dutra. Porto Alegre, 2002. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>

_____. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2003:** Governador Olívio Dutra. Porto Alegre, 2002. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>

_____. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2004:** Governador Germano Rigotto. Porto Alegre, 2004. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>

_____. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2005:** Governador Germano Rigotto. Porto Alegre, 2005. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>

_____. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2006:** Governador Germano Rigotto. Porto Alegre, 2006. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>.

_____. **Realizações do Governo do Estado – 1999-2002.** Porto Alegre, 2002.

_____. **Relatório de Trabalho:** Projetos e Realizações 2003/2005. Porto Alegre, [2005 ou 2006].

_____. Assessoria de Comunicação Social. **Relatório de Trabalho:** Principais Projetos e Realizações 2003-2004. Porto Alegre, [2004 ou 2005].

_____. Assessoria de Comunicação Social. **Rio Grande do Sul, o Estado que Não Pára de Crescer:** Relatório de Trabalho. Porto Alegre, 2004.

_____. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Plano Plurianual 2000-2003.** Porto Alegre, [1999].

_____. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Plano Plurianual 2004-2007.** Porto Alegre, [2003]. Disponível em:

<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pa i=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=613>.

_____. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Plano Plurianual 2004-2007**. 3. Ver. Porto Alegre, [2003]. Disponível em:

<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pa i=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=613>.

_____. Secretaria da Educação. **Plano de Ação Governamental**. Área: Educação. 2. ed. Porto Alegre: 1992.

_____. Secretaria da Educação. **Relatório do Período 1991-1994**. Porto Alegre, 1994.

_____. Secretaria da Educação. Departamento de Planejamento. **Relatório da Gestão 1999/2002**. Porto Alegre, [2002 ou 2003].

_____. Secretaria da Educação. Secretaria do Interior e Obras. **Projeto Nova Escola**: estamos construindo uma escola pública nova e mais forte. Porto Alegre: [s.d.].

_____. Secretaria da Educação. Secretaria de Obras e Saneamento. **Escola da Democracia**: Solução Arquitetônica para o Novo Projeto Pedagógico da Escola de Ensino Democrático e Popular. Porto Alegre, 2001.

_____. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. **Balanço Geral 1999**. Porto Alegre, 1999. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pa i=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=491>.

_____. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. **Balanço Geral 2000**. Porto Alegre, 2000. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pa i=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=491>.

_____. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. **Balanço Geral 2001**. Porto Alegre, 2001. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pa i=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=491>.

_____. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. **Balanço Geral 2002**. Porto Alegre, 2002. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pa i=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=491>.

_____. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. **Balço Geral 2003**. Porto Alegre, 2003. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=491>.

_____. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. **Balço Geral 2004**. Porto Alegre, 2004. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=491>.

_____. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. **Balço Geral 2005**. Porto Alegre, 2005. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=491>.

_____. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. **Balço Geral 2006**. Porto Alegre, 2006. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=491>.

_____. Secretaria do Planejamento e Gestão. Fundação de Economia e Estatística. **Atualização de Valores**. Disponível em:
< http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php>.

ROCHA, Cristianne Maria Famer. **Desconstruções edificantes**: uma análise da ordenação do espaço como elemento do currículo. Porto Alegre: UFRGS, 2000, 173 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

RODRIGUES, Sul Brasil Pinto. **O Prédio Escolar como Expressão de Projeto Educacional na Cidade do Rio de Janeiro (1930-1990)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Resumo. Disponível em:
<<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=199712631001017001P4>>

_____. **Espaço Escolar e Cidadania Excluída**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano I, n. I, p. 1-15, julho/ 2009. Disponível em:
<http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>.

SALES, Luis Carlos. **O Valor Simbólico do Prédio Escolar**. Teresina: UDUFPI, 2000.

SASTRE, João Róger de Souza. **Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas: um diagnóstico da rede estadual**. Pelotas: UFPel, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2001.

_____. **A Escola na Era do Acesso: um estudo da rede escolar estadual na cidade de Pelotas-RS**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6. 2009. São Leopoldo. *Anais*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2009. p. 634-35.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas escolares. **Revista Projeto: Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho Industrial, Construção**. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., n. 87, 1986 (p. 64 e 65).

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Coordenadorias Regionais de Educação**. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/cres.jsp>>. Acessado em: 01 mar. 2008.

_____. **Relação de Escolas Estaduais**. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca_escolas.jsp>. Acessado em: 01 mar. 2008.

SECRETARIA DA FAZENDA. **Ementário da Despesa**. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_dwn_fin_ementario_desp_atual>.

_____. **Dicionário de Finanças Públicas**. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_finan_estad>.

SISTEMA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS (EDUDATABRASIL). **Estabelecimentos com Ensino Fundamental – Dependência Administrativa: Estadual**. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/Resultado.jsp>>. Acessado em: 29 jan. 2008.

_____. **Estabelecimentos com Ensino Médio – Dependência Administrativa: Estadual**. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/Resultado.jsp>>. Acessado em: 29 jan. 2008.

SOBRINHO, José Amaral; PARENTE, Marta Maria de Alencar. CAIC: Solução ou Problema? **IPEA**, Brasília, jan. 1995. Texto para Discussão n.º 363. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_363.pdf>. Acessado em: 14 fev. 2008.

SOUZA Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado da Eleição 1998**. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/sieeseireweb/seire.jsp?modulo=RE&anoConexao=1998>>. Acessado em: 27 fev. 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado da Eleição 2002**. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/sieeseireweb/seire.jsp?modulo=RE&anoConexao=2002>>. Acessado em: 27 fev. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Faculdade de Educação, Biblioteca Setorial de Educação. **Orientação para elaboração de trabalhos acadêmicos**: teses, dissertações, TCG de Pedagogia, TCE de Especialização. Porto Alegre: 2010.

VIEIRA, Analúcia de Moraes. **Currículo e Arquitetura Escolar**: olhares cruzados na Educação Infantil. São Paulo: USP, 2006. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Resumo. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20061333002010001P6>>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadros

Quadro 12
Ementário das Despesas Realizadas
Unidade Orçamentária: Gabinete e Órgãos Centrais
Período 1999-2006

Composição do Ementário das Despesas Realizadas por Grupo de Despesa Gabinete e Órgãos Centrais							
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
▪ Pessoal (3110)	▪ Pessoal (3110)	▪ Pessoal (3110)	▪ Pessoal (3110)				
▪ Material de Consumo (3120)	▪ Material de Consumo (3120)	▪ Material de Consumo (3120)	▪ Material de Consumo (3120)				
▪ Serviço de Terceiros e Encargos (3130)	▪ Serviço de Terceiros e Encargos (3130)	▪ Serviço de Terceiros e Encargos (3130)	▪ Serviço de Terceiros e Encargos (3130)				
▪ Diversas Despesas de Custeio (3190)	▪ Diversas Despesas de Custeio (3190)	▪ Diversas Despesas de Custeio (3190)	▪ Diversas Despesas de Custeio (3190)				
▪ Transferências Intergovernamentais (3220)	▪ Transferências Intergovernamentais (3220)	▪ Transferências Intergovernamentais (3220)	▪ Transferências Intergovernamentais (3220)				
▪ Transferências a Instituições Privadas (3230)	▪ Transferências a Instituições Privadas (3230)	▪ Transferências a Instituições Privadas (3230)	▪ Transferências a Instituições Privadas (3230)				
	▪ Transferências a Pessoas (3250)	▪ Transferências a Pessoas (3250)	▪ Transferências a Pessoas (3250)				
▪ Diversas Transferências Correntes (3290)	▪ Diversas Transferências Correntes (3290)	▪ Diversas Transferências Correntes (3290)	▪ Diversas Transferências Correntes (3290)				
▪ Obras e Instalações (4110)	▪ Obras e Instalações (4110)	▪ Obras e Instalações (4110)	▪ Obras e Instalações (4110)				
▪ Equipamento e Material Permanente (4120)	▪ Equipamento e Material Permanente (4120)	▪ Equipamento e Material Permanente (4120)	▪ Equipamento e Material Permanente (4120)				
▪ Diversos Investimentos (4190)	▪ Diversos Investimentos (4190)	▪ Diversos Investimentos (4190)	▪ Diversos Investimentos (4190)				
	▪ Aquisição de Imóveis (4210)	▪ Aquisição de Imóveis (4210)					
▪ Concessão de Empréstimos (4270)	▪ Concessão de Empréstimos (4270)		▪ Concessão de Empréstimos (4270)				
▪ Transferências Intergovernamentais (4320)			▪ Transferências Intergovernamentais (4320)				
▪ Transferências a Instituições Privadas (4330)							
				▪ Pessoal e Encargos Sociais	▪ Pessoal e Encargos Sociais	▪ Pessoal e Encargos Sociais	▪ Pessoal e Encargos Sociais
				▪ Outras Despesas Correntes	▪ Outras Despesas Correntes	▪ Outras Despesas Correntes	▪ Outras Despesas Correntes
				▪ Investimentos	▪ Investimentos	▪ Investimentos	▪ Investimentos
				▪ Inversões Financeiras			▪ Inversões Financeiras

Fontes:

▪ Balanço Geral – Exercícios 1999-2006 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Nota:

▪ Nomenclatura obtida a partir do RAFE 042 (Demonstrativo da Despesa Realizada por Grupo de Despesa com Desdobramento das Rubricas).

Quadro 13
Ementário das Despesas Realizadas
Unidade Orçamentária: Gabinete e Órgãos Centrais
(Especificações – Rubrica)

Especificações	Rubrica
Aquisição de Imóveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquisição de Imóveis: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a bens imóveis em geral, já em utilização, excetuando-se os necessários à realização de obras públicas.</i> ▪ Aquisição de Imóveis Necessários à Realização de Obras Públicas: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a aquisições de imóveis considerados necessários à realização de futuras obras públicas.</i>
Locação de Imóveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encargos Contratuais com Locação de Imóveis: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes aos encargos contratuais sobre imóveis locados para uso de órgãos e/ou Entidades da Administração Pública Estadual.</i> ▪ Locação de Imóveis: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes à locação de imóveis para uso de órgãos e/ou Entidades da Administração Pública Estadual.</i>
Conservação de Bens Imóveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conservação de Bens Imóveis: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes à conservação ou adaptação de bens imóveis, próprios ou locados.</i>
Manutenção e Conservação das Escolas Públicas Estaduais⁽¹⁾	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção e Conservação de Escolas Públicas Estaduais: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes às transferências de recursos de que trata o parágrafo 2.º do art. 202 da Constituição Estadual.</i>
Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conservação de Bens Móveis e Equipamentos: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes à conservação ou manutenção de bens móveis e equipamentos.</i>
Equipamento e Material Permanente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenho e Topografia: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a equipamentos, instrumentos, objetos e/ou materiais para desenho e topografia.</i> ▪ Equipamentos de Processamento de Dados e Microfilmagem: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a aquisição de equipamentos de microfilmagem e processamento de dados.</i> ▪ Equipamentos e Material Permanente – Gestão Democrática do Ensino: <i>Rubrica destinada a registrar a despesa com equipamentos e material a conta de recursos atribuídos à gestão democrática das escolas.</i> ▪ Equipamentos Hospitalares e Cirúrgicos: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a equipamentos necessários à formação de conjuntos utilizáveis em enfermarias e blocos cirúrgicos e/ou hospitalares da Administração Pública Estadual.</i> ▪ Equipamentos para Alojamento, Lavanderia, Copa e/ou Cozinha: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes à aquisição de equipamentos para uso em alojamentos, lavanderias, copas e cozinhas.</i> ▪ Equipamentos para Esporte e/ou Recreação: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes à aquisição de artigos para fins didáticos durante ensinamentos práticos de esportes e/ou atividades recreativas.</i> ▪ Instrumentos Musicais: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a todo e qualquer instrumento musical destinado a fins didáticos e/ou apresentações artístico-culturais.</i> ▪ Laboratórios e/ou Gabinetes Médicos ou Odontológicos: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a materiais, objetos e/ou instrumentos manuais necessários à formação do conjunto de trabalho, utilizáveis em laboratórios farmacêuticos, de análise e/ou pesquisas químicas, físicas e/ou biológicas, gabinetes médicos, odontológicos ou para fins didáticos.</i> ▪ Máquina de Escrever, Somar, Calcular, Contabilidade e Reprodução: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a máquinas de escrever, somar, calcular, contabilidade e reprodução, destinadas ao uso da Administração Pública Estadual.</i> ▪ Máquinas, Motores e/ou Aparelhos: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a máquinas e aparelhos de qualquer tipo, seja para produção de bens de consumo final, de consumo intermediário, seja para prestação de serviços, motores elétricos e de explosão, geradores, turbinas, transformadores e caldeiras. Excluem-se aqui, as máquinas, motores e/ou aparelhos que possuam rubrica específica.</i> ▪ Material Bibliográfico, Peças para Coleções de Bibliotecas, Discotecas, Filмотecas e Museus: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a livros técnicos ou científicos, periódicos, mapas, documentos, impressos, repertórios legislativos e outras publicações especializadas, pinacotecas completas, com esculturas, quadros, gravuras, marfins, cerâmicas, objetos históricos e tudo quanto for similar, devendo o objeto ser descrito sucintamente, indicando dimensões e origem, quando adquirido para ampliação e enriquecimento de bibliotecas e museus; materiais para uso em discotecas e filмотecas.</i> ▪ Material Didático: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas com aquisição de materiais duráveis para uso em atividades educacionais.</i> ▪ Mobiliário em Geral: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a móveis construídos em madeira, ferro ou outro material e utensílios de escritório, destinados ao uso de órgãos e/ou Entidades da Administração Pública Estadual.</i> ▪ Oficina, Ajudamento e Campo: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a materiais, objetos e/ou instrumentos manuais necessários à formação do conjunto de trabalho utilizável em oficina, ajudamento e campo.</i> ▪ Segurança e/ou Proteção: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a equipamentos de segurança e/ou proteção.</i> ▪ Som ou Imagem: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a aparelhos, acessórios e/ou instrumentos utilizados para gravação, regravação e reprodução de som e/ou imagem.</i> ▪ Telecomunicações: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a aparelhos, instrumentos elétricos, eletromecânicos e eletrônicos, acessórios e/ou materiais especificamente utilizados nos sistemas de telecomunicações e nos respectivos laboratórios e oficinas de manutenção.</i> ▪ Veículos e/ou Equipamentos para Veículos Rodoviários de Tração Mecânica: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a todo e qualquer veículo rodoviário de tração mecânica e/ou equipamentos que venham a lhe fazer parte integrante, aumentando seu valor e/ou utilidade. Excluem-se, aqui, os veículos rodoviários de tração mecânica que possuam rubrica específica.</i>
Obras e Instalações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de Projetos: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a estudos e/ou projetos de engenharia, inclusive as correlatas, de obras públicas.</i> ▪ Início de Obras Públicas: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a obras públicas iniciadas no exercício, mas não concluídas.</i> ▪ Construção ou Ampliação de Prédios ou Outras Obras Públicas: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes à construção ou ampliação de prédios e/ou obras públicas diversas, programadas para terem início e conclusão dentro do próprio exercício.</i> ▪ Prosseguimento e/ou Conclusão de Obras Públicas: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a investimentos em obras iniciadas em exercícios anteriores.</i> ▪ Instalações, Equipamentos e/ou Materiais Incorporáveis a Imóveis: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a investimentos incorporáveis a imóveis.</i> ▪ Obras – Gestão Democrática do Ensino: <i>Rubrica destinada a registrar a despesa com a realização de obras, a conta de recursos atribuídos a gestão democrática do ensino.</i>
Outros Serviços de Terceiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantamento Prospecção Análise de Dados Geográficos, Topográficos e/ou Aerofotográficos: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a levantamentos, prospecção e/ou análise de dados.</i> ▪ Manutenção de Equipamentos de Processamento de Dados: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes à aquisição de cópias compiladas de programas de computador onde há a contratação de direito de uso e não a propriedade (ex: Windows, Quatro Pro, Access, etc), bem como as decorrentes de contratos de prestação de serviços de processamento de dados.</i> ▪ Serviços Técnicos Profissionais: <i>Rubrica destinada a registrar as despesas referentes a prestação de serviços efetuados por pessoas jurídicas e que exijam qualificação técnica cujo contrato especifique o quantitativo físico de pessoal a ser utilizado.</i>

Fontes:

- Balanço Geral – Exercícios 1999-2006 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Ementário da Despesa – Secretaria da Fazenda – Rio Grande do Sul (http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_download).

Nota:

- Para fins do levantamento das Despesas Realizadas na Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, foram considerados os valores constantes nas rubricas que se enquadraram no objetivo proposto.
- (1) Constituição Estadual
 - Art. 202 - O Estado aplicará, no exercício financeiro, no mínimo, trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.
 - § 1º - A parcela de arrecadação de impostos transferida pelo Estado aos Municípios não é considerada receita do Estado para efeito do cálculo previsto neste artigo.
 - § 2º - Não menos de dez por cento dos recursos destinados ao ensino previstos neste artigo serão aplicados na manutenção e conservação das escolas públicas estaduais, através de transferências trimestrais de verbas às unidades escolares, de forma a criar condições que lhes garantam o funcionamento normal e um padrão mínimo de qualidade.
 - Declarada a inconstitucionalidade do dispositivo na ADIn n.º 820-0, D.J.U., 27/03/07.
 - § 3º - É vedada às escolas públicas a cobrança de taxas ou contribuições a qualquer título.

Quadro 15
Questionários do Censo Escolar, sua organização em Blocos/Formulários (Cadastro) e seus Títulos
Censo Escolar 1999-2007

Estruturação do Questionário		Censo Escolar								
Blocos/ Formulários/ Cadastro	Título do Bloco/Formulário	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Bloco 1	Cadastro da Escola - Identificação Básica da Escola	•	•	•	•	•	•	•	•	
Bloco 2	Caracterização Física da Escola	•	•	•	•	•	•			
	Caracterização Física e Dados Gerais da Escola							•	•	
Bloco 3	Dados Gerais da Escola – Salas de Aula e Pessoal	•	•	•	•	•				
	Dados Gerais da Escola						•			
Bloco 4	Salas de Aula e Recursos Humanos							•	•	
	Educação Infantil e Classe de Alfabetização	•	•							
Bloco 5	Educação Infantil			•	•	•		•	•	
	Salas de Aula e Recursos Humanos						•			
	Ensino Fundamental (1.º grau/ensino regular)	•	•							
Bloco 6	Classe de Alfabetização			•	•	•				
	Educação Infantil						•			
	Ensino Fundamental							•	•	
Bloco 7	Ensino Médio e Médio Profissionalizante (2.º grau/regular)	•	•							
	Ensino Fundamental (1.º grau/ensino regular)			•	•	•				
	Classe de Alfabetização						•			
	Ensino Médio e Médio Integrado							•	•	
Bloco 8	Educação Especial	•	•					•	•	
	Ensino Médio e Médio Profissionalizante (2.º grau/regular)			•	•	•				
	Ensino Fundamental						•			
Bloco 9	Educação de Jovens e Adultos (ensino supletivo)	•	•							
	Curso Normal em Nível Médio			•	•	•				
	Ensino Médio						•			
	Educação de Jovens e Adultos							•	•	
Bloco 10	Educação Especial			•	•	•	•			
	Educação Profissional em Nível Técnico							•	•	
Bloco 11	Educação de Jovens e Adultos (ensino supletivo)			•	•	•				
	Educação de Jovens e Adultos						•			
	Transporte Escolar							•	•	
Bloco 12	Educação Profissional em Nível Técnico			•	•	•	•			
Bloco 13	Transporte Escolar Público						•			
Cadastro	Avaliação do PNAE (Merenda Escolar) 2003						•			
	De Escola									•
	De Turma									•
	De Aluno									•
	De Docente em Regência de Classe e Auxiliar de Educação Infantil									•

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Censos 1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006:
 - Neste período o Censo Escolar está estruturado como um questionário dividido em blocos (cada um com um título) os quais são compostos de perguntas a serem respondidas pelas escolas de Educação Básica das redes federal, estadual, municipal e privada;
 - 1999: 08 blocos; 2000: 08 blocos; 2001: 11 blocos; 2002: 11 blocos; 2003: 11 blocos; 2004: 13 blocos; 2005: 10 blocos; e 2006: 10 blocos.
- Censo 2007:
 - No ano de 2007, o Censo Escolar ganha a denominação de Educacenso, devendo ser respondido pela *Internet*. O questionário está dividido em formulários (cadastros) e Caderno de Instruções.

Quadro 16
Questionários do Censo Escolar e Níveis/Modalidades de Ensino ofertados pela Escola
Censo Escolar 1999-2006

Tópicos Pesquisados			Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Níveis/Modalidades de Ensino	Educação Infantil	Creche	•	•	•	•	•	•	•	•	
		Pré-Escola	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Classes de Alfabetização	Classes de Alfabetização		•	•	•	•	•			
	Ensino Fundamental	1.ª a 4.ª série		•	•	•	•	•			
		5.ª a 8.ª série		•	•	•	•	•			
		Fundamental em oito anos	1.ª a 4.ª série						•	•	•
			5.ª a 8.ª série						•	•	•
		Fundamental em nove anos	Anos iniciais						•		
			Anos finais						•		
	Anos iniciais (1.º ao 5.º) Anos finais (6.º ao 9.º)							•	•		
	Ensino Médio	Médio (2.º grau)		•	•						
Médio (2.º grau) Profissionalizante (em extinção)		•	•								
Médio				•	•	•	•	•			
Médio Profissionalizante				•	•	•					
Médio Integrado com Educação Profissional							•	•			
Curso Normal	Curso Normal em Nível Médio				•	•	•				
Educação de Jovens e Adultos (Supletivo)	Curso presencial com Avaliação no Processo		•	•	•	•	•	•	•		
	Curso preparatório para Exames Supletivos		•	•	•	•	•				
	Curso semipresencial/presença flexível com Avaliação no processo					•	•	•	•		

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2006 – INEP (www.inep.gov.br/basica/cento/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento da pergunta.
 - Censos 1999-2000:
 - Educação Infantil (Creche e Pré-escola).
 - Classes de Alfabetização: conjunto de alunos que são reunidos em sala de aula para aprendizagem da leitura e da escrita, durante um semestre ou um ano letivo, que não sejam alunos iniciando o ensino fundamental (1.ª série / 1.º ano do ciclo).
 - Ensino Fundamental (1.º Grau/Ensino Regular).
 - Ensino Médio (2.º grau) e Médio Profissionalizante (Ensino Regular): corresponde aos cursos organizados com base na Lei n.º 5.692/71, cuja extinção ocorrerá uma vez que os alunos matriculados até 1997 venham a concluí-los.
 - Educação de Jovens e Adultos (Supletivo)
 - Assinalar as formas de ensino supletivo ofertadas pela escola, sendo consideradas: curso presencial com avaliação no processo e curso preparatório para exames
 - Censo 2001:
 - Educação Infantil (Creche e Pré-escola).
 - Classes de Alfabetização: conjunto de alunos que são reunidos em sala de aula para aprendizagem da leitura e da escrita, durante um semestre ou um ano letivo, que não sejam alunos iniciando o ensino fundamental (1.ª série / 1.º ano do ciclo).
 - Ensino Fundamental (1.º Grau/Ensino Regular).
 - Ensino Médio (2.º Grau) e Médio Profissionalizante (Ensino Regular): corresponde aos cursos organizados com base na Lei n.º 5.692/71.
 - Curso Normal em Nível Médio: Previsto no Art.62 da Lei nº 9.394/96, aberto aos concluintes do Ensino Fundamental, com duração mínima de 3.200 horas, distribuídas em quatro anos letivos.
 - Curso Normal em Nível Médio: Previsto no artigo 62 da Lei nº 9.394/96, aberto aos concluintes do ensino fundamental, com duração mínima de 3.200 horas, distribuídas em quatro anos letivos.
 - Educação de Jovens e Adultos (Supletivo)
 - Assinalar as formas de Educação de Jovens e Adultos ofertadas pela escola, sendo consideradas: curso presencial com avaliação no processo, curso preparatório para exames supletivos e curso semipresencial/presença flexível com avaliação no processo.
 - Censos 2002-2003:
 - Educação Infantil (Creche e pré-escola).
 - Classes de Alfabetização: conjunto de alunos que são reunidos em sala de aula para aprendizagem da leitura e da escrita, durante um semestre ou um ano letivo, que não sejam alunos iniciando o ensino fundamental (1.ª série/1.º ano do ciclo).
 - Ensino Fundamental (1.º Grau/Ensino Regular).
 - Ensino Médio (2.º Grau/Ensino Regular) e Médio Profissionalizante: corresponde aos cursos organizados com base na Lei n.º 5.692/71.
 - Curso Normal em Nível Médio: Previsto no artigo 62 da Lei nº 9.394/96, aberto aos concluintes do ensino fundamental, com duração mínima de 3.200 horas, distribuídas em quatro anos letivos.
 - Educação de Jovens e Adultos (Supletivo)
 - Assinalar as formas de Educação de Jovens e Adultos ofertadas pela escola, sendo consideradas: curso presencial com avaliação no processo, curso preparatório para exames supletivos e curso semipresencial/presença flexível com avaliação no processo.
 - Censo 2004:
 - Educação Infantil (Creche e pré-escola).
 - Ensino Fundamental (Ensino Regular).
 - Ensino Médio (inclusive o curso normal e médio profissionalizante).
 - Educação de Jovens e Adultos
 - Assinalar as formas de Educação de Jovens e Adultos ofertadas pela escola, sendo consideradas: curso presencial com avaliação no processo e curso semipresencial/presença flexível com avaliação no processo.
 - Censo 2005:
 - Educação Infantil (Creche e pré-escola).
 - Ensino Fundamental (Regular).
 - Ensino Médio e Médio Integrado (regulamentado pelo decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004).
 - Educação de Jovens e Adultos
 - Assinalar as formas de Educação de Jovens e Adultos ofertadas pela escola, sendo consideradas: curso presencial com avaliação no processo e curso semipresencial/presença flexível com avaliação no processo.
 - Censo 2006:
 - Educação Infantil (Creche e pré-escola).
 - Ensino Fundamental (Regular).
 - Ensino Médio e Médio Integrado (regulamentado pelo decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004).
 - Educação de Jovens e Adultos
 - Assinalar as formas de Educação de Jovens e Adultos ofertadas pela escola, sendo consideradas: curso presencial com avaliação no processo e curso semipresencial/presença flexível com avaliação no processo.

Quadro 16
(continuação)
Questionários do Censo Escolar e Níveis/Modalidades de Ensino oferecidos pela Escola
Censo Escolar 1999-2006

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Níveis/Modalidades de Ensino	Educação Profissional	Nível Técnico								
	Educação Especial	Exclusivamente Educação Especial	•	•						
		Classes Especiais	•	•						
		Integração, com Sala de Recursos	•	•						
		Integração, sem Sala de Recursos	•	•						
		Escola Exclusivamente de Educação Especial			•	•	•	•		
		Escola de Ensino Regular com Classe Especial			•	•	•	•	•	•
		Escola Inclusiva com apoio de Sala de Recursos			•	•	•			
		Escola Inclusiva sem apoio de Sala de Recursos			•	•	•			
		Escola Inclusiva com apoio pedagógico especializado						•		
		Escola Inclusiva sem apoio pedagógico especializado						•		
		Escola de Educação Especial							•	•
		Escola de Ensino Regular com Inclusão							•	•

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2006 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento da pergunta.
 - Censos 1999-2000:
 - Educação Especial
 - Especificar: Exclusivamente educação especial: assinalar se a escola é uma instituição especializada oferecendo exclusivamente ensino para portadores de necessidades especiais; Classes especiais: assinalar se a escola regular oferece sala de aula para portadores de necessidades especiais em ambiente físico adequado, com professor, equipamentos, métodos, técnicas e recursos pedagógicos especializados; Integração, com sala de recursos: assinalar se a escola regular oferece ao educando, portador de necessidades especiais, a possibilidade de integração, em salas de aula comuns junto aos demais educandos, oferecendo, ainda, complementação em salas de recursos providas de material e equipamentos especiais, sob a orientação de professor especializado, para atendimento das necessidades específicas; Integração, sem sala de recursos: assinalar se a escola possui, em salas de aula comuns, educandos portadores de necessidades especiais, totalmente integrados, sem entretanto oferecer qualquer tipo de complementação educacional.
 - Censo 2001:
 - Educação Profissional - Nível Técnico - modalidade da educação desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias da educação que conduz o aluno ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Os cursos de Nível Técnico possuem organização curricular própria e se destinam a proporcionar habilitação profissional aos alunos matriculados ou egressos do nível médio por via regular ou supletiva.
 - Educação Especial
 - Assinalar se a escola for: Exclusivamente de Educação Especial: instituição especializada que oferece educação escolar somente a alunos com necessidades educacionais especiais, em um nível de ensino, com serviços de apoio necessários. Ensino regular com Classe Especial: escola de ensino regular que oferece educação a alunos com necessidades educacionais especiais, em um nível de ensino, em sala de aula destinada exclusivamente a esses alunos. Inclusiva com apoio de sala de recursos: escola de ensino regular que oferece educação a alunos com necessidades educacionais especiais na mesma sala de aula dos demais alunos e realiza atendimento complementar às necessidades especiais em sala de recursos (provida de material e equipamentos adequados) na própria escola ou em outra escola, sob a orientação de professor especializado. Inclusiva sem apoio de sala de recursos: escola de ensino regular que oferece educação a alunos com necessidades educacionais especiais na mesma sala de aula dos demais alunos, mas não oferece atendimento complementar.
 - Censos 2002-2003:
 - Educação Profissional - Nível Técnico - modalidade da educação desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias da educação, que conduz o aluno ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Os cursos de Nível Técnico possuem organização curricular própria e se destinam a proporcionar habilitação profissional aos alunos matriculados ou egressos do nível médio por via regular ou supletiva.
 - Educação Especial
 - Assinalar se a escola for: Exclusivamente de Educação Especial: instituição especializada que oferece educação escolar somente a alunos com necessidades educacionais especiais, em um nível de ensino, com serviços de apoio necessários. Ensino Regular com Classe Especial: escola de ensino regular que oferece educação a alunos com necessidades educacionais especiais, em uma etapa ou modalidade da educação básica, com serviços de apoio necessários. Ensino Regular com Classe Especial: escola de ensino regular que oferece educação a alunos com necessidades educacionais especiais, em uma etapa ou modalidade da educação básica, em sala de aula destinada exclusivamente a esses alunos. Inclusiva com apoio de sala de recursos: escola de ensino regular que oferece educação a alunos com necessidades educacionais especiais na mesma sala de aula dos demais alunos e realiza atendimento complementar às necessidades especiais em sala de recursos (provida de material e equipamentos adequados) na própria escola ou em outra escola, sob a orientação de professor especializado. Inclusiva sem apoio de sala de recursos: escola de ensino regular que oferece educação a alunos com necessidades educacionais especiais na mesma sala de aula dos demais alunos, mas não oferece atendimento complementar.
 - Censo 2004:
 - Educação Profissional – Nível Técnico – modalidade da educação desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias da educação, que conduz o aluno ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Os cursos de Nível Técnico possuem organização curricular própria e se destinam a proporcionar habilitação profissional aos alunos matriculados ou egressos do nível médio por via regular ou supletiva.
 - Educação Especial
 - Assinalar se a escola for: Exclusivamente de Educação Especial: instituição especializada que oferece educação escolar somente a alunos com necessidades educacionais especiais, em uma etapa ou modalidade da educação básica, com serviços de apoio necessários. Ensino Regular com Classe Especial: escola de ensino regular que oferece educação a alunos com necessidades educacionais especiais, em uma etapa ou modalidade da educação básica, em sala de aula destinada exclusivamente a esses alunos. Ensino Regular com Classe Especial: escola de ensino regular que oferece educação a alunos com necessidades educacionais especiais, em uma etapa ou modalidade da educação básica, em sala de aula destinada exclusivamente a esses alunos. Ensino regular com inclusão: escola de ensino regular que oferece educação escolar a alunos com necessidades educacionais especiais em uma etapa ou modalidade da educação básica em classe comum.
 - Censo 2005:
 - Educação Profissional – Nível Técnico – modalidade da educação desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias da educação, que conduz o aluno ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Os cursos de Nível Técnico possuem organização curricular própria e se destinam a proporcionar habilitação profissional aos alunos matriculados ou egressos do nível médio por via regular ou supletiva.
 - Educação Especial
 - Assinalar se a escola é de: Educação especial: instituição especializada que oferece educação escolar somente a alunos com necessidades educacionais especiais, em uma etapa ou modalidade da educação básica, ou instituição especializada que oferece atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, em uma etapa ou modalidade da educação básica, em sala de aula destinada exclusivamente a esses alunos. Ensino regular com inclusão: escola de ensino regular que oferece educação escolar a alunos com necessidades educacionais especiais em uma etapa ou modalidade da educação básica em classe comum.
 - Censo 2006:
 - Educação Profissional – Nível Técnico – modalidade da educação desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias da educação, que conduz o aluno ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Os cursos de Nível Técnico possuem organização curricular própria e se destinam a proporcionar habilitação profissional aos alunos matriculados ou egressos do nível médio por via regular ou supletiva.
 - Educação Especial
 - Assinalar se a escola é de: Educação especial: instituição especializada que oferece educação escolar somente a alunos com necessidades educacionais especiais, em uma etapa ou modalidade da educação básica, ou instituição especializada que oferece atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, em uma etapa ou modalidade da educação básica, em sala de aula destinada exclusivamente a esses alunos. Ensino regular com inclusão: escola de ensino regular que oferece educação escolar a alunos com necessidades educacionais especiais em uma etapa ou modalidade da educação básica em classe comum.

Quadro 17
Questionários do Censo Escolar e Modalidades/Etapas de Ensino
oferecidos pela Escola
Censo Escolar 2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar	
		2007	
Modalidades	Ensino Regular	•	
	Educação Especial	•	
	Educação de Jovens e Adultos	•	
Etapas	Educação Infantil	Creche	•
		Pré-Escola	•
	Ensino Fundamental	8 anos	•
		9 anos	•
	Ensino Médio	Médio	•
		Integrado	•
		Normal/Magistério	•
		Educação Profissional	•
	Educação de Jovens e Adultos	Ensino Fundamental	•
		Ensino Médio	•

Fontes:

- Questionário do Censo Escolar 2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento da pergunta.
 - Censo 2007:
 - Modalidades
 - Ensino Regular:
 - Oferece Educação Infantil, Fundamental, Médio, Educação Profissional
 - Educação Especial
 - Atende exclusivamente alunos com necessidades educacionais especiais, ou conta com salas especiais para esses alunos.
 - Educação de Jovens e Adultos
 - Atende alunos maiores de 14 anos (Fundamental) ou de 17 (Médio), em cursos de menor duração.
 - Etapas
 - Educação Infantil
 - Creche: Atende crianças de 0 a 3 anos.
 - Pré-Escola: Atende crianças de 4 a 6 anos.
 - Ensino Fundamental
 - 8 anos: Segue o regime de oito anos.
 - 9 anos: Adota o regime de nove anos.
 - Ensino Médio
 - Médio: Última etapa da Educação Básica.
 - Médio Integrado: Currículo integra disciplinas de Educação Profissional.
 - Normal/Magistério: Oferece cursos de formação de professores em nível médio.
 - Educação Profissional: Oferece cursos de Educação Profissional. Os alunos podem fazer o curso depois de completar o Médio, ou ao mesmo tempo, em horário diferente.
 - Educação de Jovens e Adultos
 - Ensino Fundamental: Cursos equivalentes ao Ensino Fundamental, com menor duração.
 - Ensino Médio: Cursos equivalentes ao Ensino Médio, com menor duração.

Quadro 18
 Questionários do Censo Escolar, considerando o Zoneamento (Urbano/Rural) da Escola
 Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Localização/Zona da Escola	Urbana	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Rural	•	•	•	•	•	•	•	•	•

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento da pergunta.
 - Censos 1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006:
 - Assinalar se a escola está localizada em zona urbana ou rural do município.
 - Censo 2007:
 - Anote a demarcação definida pelo IBGE para a zona em que se situa a escola.

Quadro 19
 Questionários do Censo Escolar, considerando o Local de Funcionamento da Escola, a Entidade Proprietária do Imóvel, a Forma de Ocupação do Prédio e o Compartilhamento do Prédio com outra Escola
 Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Local de Funcionamento da Escola (assinalar mais de uma opção, se for o caso)	Prédio Escolar	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Casa do Professor	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Galpão/Rancho/Paiol/Barracão	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Salas de Empresa	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Salas em Outra Escola	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Templo/Igreja	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Terra Indígena	•								
	Unidade de Internação						•	•	•	
	Unidade de Internação/Prisional									•
Outros	•	•	•	•	•	•	•	•	•	
Entidade proprietária do Imóvel	Federal	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Estadual	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Municipal	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Particular	•	•	•	•	•	•	•	•	
Forma de ocupação do Prédio	Próprio	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Alugado	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Cedido	•	•	•	•	•	•	•	•	
Prédio compartilhado com outra escola	Sim			•	•	•				
	Sim (código da escola com a qual compartilha)						•	•	•	•
	Não			•	•	•	•	•	•	•

Fontes:

▪ Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

▪ Observações para esclarecimento da pergunta.

▪ Censos 1999-2000:

▪ *Entidade Proprietária do Imóvel*
 ▪ Indicar a esfera administrativa proprietária do prédio onde funciona a escola.

▪ *Forma de Ocupação do Prédio*

▪ *Próprio*: se o prédio é de propriedade da escola;
 ▪ *Alugado*: se o local de funcionamento é de uso da escola por contrato de locação com prazo e preço determinados;
 ▪ *Cedido*: se o prédio foi entregue sem ônus para uso da escola.

▪ Censos 2001-2002-2003:

▪ **ATENÇÃO**: Caso a escola funcione em mais de um imóvel, informar a entidade proprietária e a forma de ocupação do imóvel onde funciona a sede (prédio principal).

▪ *Entidade Proprietária do Imóvel*
 ▪ Indicar a esfera administrativa proprietária do prédio onde funciona a escola.

▪ *Forma de Ocupação do Prédio*

▪ *Próprio*: se o prédio é de propriedade da escola;
 ▪ *Alugado*: se o local de funcionamento é de uso da escola por contrato de locação com prazo e preço determinados;
 ▪ *Cedido*: se o prédio foi entregue sem ônus para uso da escola.

▪ *Prédio compartilhado com outra escola*

▪ Informar se a escola compartilha o prédio com outra escola.

▪ Censos 2004-2005-2006:

▪ **ATENÇÃO**: Caso a escola funcione em mais de um imóvel, informar a entidade proprietária e a forma de ocupação do imóvel onde funciona a sede (prédio principal).

▪ *Entidade Proprietária do Imóvel*
 ▪ Indicar a esfera administrativa proprietária do prédio onde funciona a escola.

▪ *Forma de Ocupação do Prédio*

▪ *Próprio*: se o prédio é de propriedade da escola;
 ▪ *Alugado*: se o local de funcionamento é de uso da escola por contrato de locação com prazo e preço determinados;
 ▪ *Cedido*: se o prédio foi entregue sem ônus para uso da escola.

▪ *Prédio compartilhado com outra Escola*

▪ Informar se a escola compartilha o prédio com outra escola. Caso compartilhe, informe o código da escola com a qual compartilha.

▪ Censo 2007:

▪ *Local de Funcionamento da Escola*

▪ Pode marcar mais de uma alternativa.
 ▪ *Prédio Escolar*: Imóvel destinado a atividades escolares.
 ▪ *Templo/Igreja*: Entidade religiosa cede espaço para a escola.
 ▪ *Salas de Empresa*: Empresa cede espaço para a escola.
 ▪ *Casa do Professor*: Escola funciona na casa de um professor.
 ▪ *Salas em Outra Escola*: Funciona em espaço cedido por outra.
 ▪ *Galpão/Rancho/Paiol/Barracão*: Local improvisado como escola.
 ▪ *Unidade de Internação ou Prisional*: Funciona em instituição destinada a infratores.
 ▪ *Outros*: Nenhuma das alternativas anteriores.

▪ *Prédio Compartilhado com outra Escola*

▪ *Sim*: Outra escola utiliza o mesmo prédio.
 ▪ *Não*: Prédio é exclusivo desta escola.
 ▪ *Código da Escola com a qual Compartilha*
 ▪ Somente para quem compartilha prédio.
 ▪ Anote o código da escola com a qual compartilha o prédio. Pode ser mais de uma.

▪ Não foram coletadas informações sobre a entidade proprietária do imóvel e a forma de ocupação do prédio.

Quadro 20
Questionários do Censo Escolar, considerando as Dependências Existentes na Escola
Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Dependências Existentes na Escola	Almoxarifado			•	•	•	•	•	•	
	Auditório						•	•	•	
	Berçário	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Biblioteca	•	•	•	•	•		•	•	
	Biblioteca/Sala de Leitura									•
	Brinquedoteca						•	•	•	
	Cantina			•	•	•	•	•	•	
	Cozinha	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Dependências e Vias Adequadas a Alunos com Necessidades Especiais						•	•	•	
	Dependências e Vias Adequadas a Alunos com Deficiência ou Mobilidade Reduzida									•
	Dependências e Vias adequadas a Portadores de Necessidades Especiais	•	•	•	•	•				
	Depósito de Alimentos	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Diretoria	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Dormitório	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Fraldário						•	•	•	
	Ginásio de Esportes						•	•	•	
	Laboratório de Ciências	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Laboratório de Informática	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Lactário						•	•	•	
	Lavanderia						•	•	•	
Outros Laboratórios/Oficinas	•	•	•	•	•	•	•	•		
Parque Infantil	•	•	•	•	•	•	•	•	•	
Pátio Coberto	•	•								
Piscina			•	•	•	•	•	•		

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento das perguntas.
 - Censos 1999-2000-2001-2002-2003:
 - Dependências existentes na escola
 - Assinalar as dependências existentes na escola. Não existindo nenhuma dependência, assinalar a quadrícula "Nenhuma das Dependências Relacionadas".
 - Censos 2004-2005-2006:
 - Dependências existentes na escola
 - Assinalar as dependências existentes na escola. Não existindo nenhuma dependência, assinalar a quadrícula "Nenhuma das Dependências Relacionadas".
 - Atenção: A escola deverá verificar se os itens abaixo relacionados foram assinalados em outros anos e não estão sendo assinalados neste ano.
 - Censo 2007:
 - Dependências existentes
 - Marque todas as dependências que existem na sua escola.
 - Diretoria: Sala de trabalho do diretor.
 - Sala de Professores: Local onde os professores podem ficar no intervalo das aulas.
 - Laboratório de Informática: Sala com computadores para uso dos alunos.
 - Laboratórios de Ciências: Espaço para aulas práticas e experimentos.
 - Sala de Recursos para Atendimento Educacional Especializado: Espaço destinado à realização de atendimento educacional especializado, com recursos pedagógicos adequados às necessidades especiais dos alunos.
 - Quadra de Esportes: Espaço para a prática de atividades físicas e jogos coletivos.
 - Cozinha: Local destinado ao preparo da alimentação escolar.
 - Biblioteca/Sala de Leitura: Espaço com livros para consulta ou empréstimo aos alunos.
 - Parque Infantil: Local separado para o recreio das turmas de Educação Infantil.
 - Sanitário Fora do Prédio: Localizado em área externa ao prédio da escola.
 - Sanitário Dentro do Prédio: Localizado em área interna do prédio da escola.
 - Sanitário Adequado a Alunos com Deficiência ou Mobilidade Reduzida: Destinado ao uso de alunos com deficiência ou dificuldade de locomoção. Pode ser exclusivo ou não.
 - Dependências e Vias Adequadas a Alunos com Deficiência ou Mobilidade Reduzida: O espaço da escola é adequado a alunos com deficiência ou dificuldade de locomoção.
 - Nenhuma das Dependências Relacionadas: A escola não conta com nenhum espaço como os que foram descritos.

Quadro 20
(Continuação)
Questionários do Censo Escolar, considerando as Dependências Existentes na Escola
Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Dependências Existentes na Escola	Quadra de Esporte Coberta			•	•	•	•	•	•	
	Quadra de Esporte Descoberta			•	•	•	•	•	•	
	Quadras de Esportes	•	•							•
	Refeitório	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos							•	•	
	Sala de Leitura			•	•	•		•	•	
	Sala de Professores	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Sala de Recursos para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais						•			
	Sala de Recursos para Atendimento Educacional Especializado									•
	Sala para TV/Vídeo	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Sanitário Adequado a Alunos com Necessidades Especiais/Acessibilidade						•	•	•	
	Sanitário Adequado a Alunos com Deficiência ou Mobilidade Reduzida									•
	Sanitário Adequado a Portadores de Necessidades Especiais	•	•	•	•	•				
	Sanitário Adequado à Pré-Escola	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Sanitário Dentro do Prédio	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Sanitário Fora do Prédio	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Secretaria	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Solário						•	•	•	
	Videoteca	•	•	•	•	•	•	•	•	
Nenhuma das Dependências Relacionadas	•	•	•	•	•	•	•	•	•	

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento das perguntas.
 - Censos 1999-2000-2001-2002-2003:
 - Dependências existentes na escola
 - Assinalar as dependências existentes na escola. Não existindo nenhuma dependência, assinalar a quadricula "Nenhuma das Dependências Relacionadas".
 - Censos 2004-2005-2006:
 - Dependências existentes na escola
 - Assinalar as dependências existentes na escola. Não existindo nenhuma dependência, assinalar a quadricula "Nenhuma das Dependências Relacionadas".
 - Atenção: A escola deverá verificar se os itens abaixo relacionados foram assinalados em outros anos e não estão sendo assinalados neste ano.
- Censo 2007:
 - Dependências existentes
 - Marque todas as dependências que existem na sua escola.
 - Diretoria: Sala de trabalho do diretor.
 - Sala de Professores: Local onde os professores podem ficar no intervalo das aulas.
 - Laboratório de Informática: Sala com computadores para uso dos alunos.
 - Laboratórios de Ciências: Espaço para aulas práticas e experimentos.
 - Sala de Recursos para Atendimento Educacional Especializado: Espaço destinado à realização de atendimento educacional especializado, com recursos pedagógicos adequados às necessidades especiais dos alunos.
 - Quadra de Esportes: Espaço para a prática de atividades físicas e jogos coletivos.
 - Cozinha: Local destinado ao preparo da alimentação escolar.
 - Biblioteca/Sala de Leitura: Espaço com livros para consulta ou empréstimo aos alunos.
 - Parque Infantil: Local separado para o recreio das turmas de Educação Infantil.
 - Sanitário Fora do Prédio: Localizado em área externa ao prédio da escola.
 - Sanitário Dentro do Prédio: Localizado em área interna do prédio da escola.
 - Sanitário Adequado a Alunos com Deficiência ou Mobilidade Reduzida: Destinado ao uso de alunos com deficiência ou dificuldade de locomoção. Pode ser exclusivo ou não.
 - Dependências e Vias Adequadas a Alunos com Deficiência ou Mobilidade Reduzida: O espaço da escola é adequado a alunos com deficiência ou dificuldade de locomoção.
 - Nenhuma das Dependências Relacionadas: A escola não conta com nenhum espaço como os que foram descritos.

Quadro 21
 Questionários do Censo Escolar, considerando a existência de Biblioteca e Sala de Leitura na Escola e os Equipamentos e/ou Utensílios Disponíveis
 Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Existência de Biblioteca/Sala de Leitura na Escola	Biblioteca						•			
	Sala de Leitura						•			
A Biblioteca/Sala de Leitura possui	Atlas						•			
	Computador						•			
	Dicionário						•			
	Enciclopédia						•			
	Estante/Armário						•			
	Globo terrestre						•			
	Gramática						•			
	Mapas						•			
	Mesa para leitura						•			
	Obras de literatura						•			
	Obras de literatura infantil e juvenil						•			
	Obras didáticas						•			
	Obras documentárias						•			
	Obras para formação dos professores						•			
Periódicos (revistas e jornais)						•				

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Quadro 22
 Questionários do Censo Escolar, considerando os
 Utensílios de Copa e Cozinha em Uso na Escola
 Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Utensílios de Copa/Cozinha em uso na escola	Balança						•	•	•	
	Filtro	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Fogão a Lenha	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Fogão Doméstico	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Fogão Industrial	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Forno						•	•	•	
	Freezer	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Geladeira	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Liquidificador			•	•	•	•	•	•	

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento das perguntas.
 - Censos 1999-2000-2001-2002-2003:
 - Utensílios de copa/cozinha em uso na escola.
 - Assinalar os utensílios em uso na escola.
 - Censos 2004-2005-2006:
 - A pergunta foi alterada para:
 - Equipamentos de copa/cozinha em uso na escola.
 - Assinalar os equipamentos em uso na escola.
 - Censo 2007
 - Não foram coletadas informações sobre os utensílios de copa e cozinha em uso na escola.

Quadro 23
Questionários do Censo Escolar, considerando os Equipamentos Utilizados na Escola
Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Equipamentos utilizados na escola	Antena Parabólica	•	•	•	•	•	•			•
	Antena Parabólica p/conexão com a Internet						•	•	•	
	Antena Parabólica analógica p/TV							•	•	
	Antena Parabólica digital p/TV							•	•	
	Aparelho de Fax			•	•	•	•	•	•	
	Aparelho de Som	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Aparelho de Televisão	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Aparelho para Deficiência Auditiva	•	•	•	•	•				
	Aparelho para Deficiência Física	•	•	•	•	•				
	Aparelho para Deficiência Visual	•	•	•	•	•				
	Ar-Condicionado em Salas de Aula			•	•	•	•	•	•	
	Bebedouro						•	•	•	
	Data Show							•	•	
	DVD								•	•
	Filmadora						•	•	•	
	Impressora							•	•	•
	Impressora Braille							•	•	•
	Máquina Copiadora			•	•	•	•	•	•	•
	Máquina Fotográfica						•	•	•	
	Mimeógrafo Elétrico			•	•	•				
	Mimeógrafo/Duplicador a Álcool						•	•	•	
	Mimeógrafo/Duplicador Elétrico						•	•	•	
	Retroprojeter	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Ventilador em Salas de Aula			•	•	•	•	•	•	
Vídeocassete	•	•	•	•	•	•	•	•	•	

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento da pergunta.
 - Censo 1999-2000:
 - Equipamentos em uso na escola
 - Informar as quantidades dos equipamentos que a escola possui.
 - Censos 2001-2002-2003:
 - Equipamentos em uso na escola
 - Informar as quantidades dos equipamentos que a escola utiliza.
 - Censos 2004- 2005:
 - A pergunta foi alterada para:
 - Equipamentos em condições de uso na escola.
 - Informar a quantidade de equipamentos que a escola utiliza.
 - Censo 2006:
 - A pergunta foi alterada para:
 - Equipamentos utilizados na escola.
 - Informar a quantidade de equipamentos que a escola utiliza.
 - Censo 2007:
 - A pergunta foi alterada para:
 - Equipamentos existentes na escola.
 - Anote todos os equipamentos que existem na escola.
 - Aparelho de Televisão: Recebe e transmite sons e imagens.
 - Vídeocassete: Reproduz fitas de vídeo.
 - DVD: Reproduz DVD.
 - Antena Parabólica: Recebe sinais de satélites e transmite para a tevê.
 - Copiadora: Reproduz impressões em papel.
 - Retroprojeter: Projeta transparências.
 - Impressora: Imprime a partir de arquivos do computador.
 - Impressora Braille: Imprime documentos em Braille.

Quadro 24
 Questionários do Censo Escolar, considerando os
 Equipamentos de Informática em Uso na Escola
 Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Equipamentos em uso na escola	Microcomputador <i>Pentium</i> ou superior	•	•	•	•	•				
	Microcomputador 486/386	•	•	•	•	•				
	Microcomputador – outros	•	•	•	•	•				
	Impressora	•	•	•	•	•				
As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em uso na escola	Microcomputador tipo PC Processador <i>Pentium</i> , superior ou equivalente						•	•	•	
	Microcomputador tipo PC Processador 486/386						•	•	•	
	Microcomputador – Apple						•	•	•	
	Microcomputador – outros							•	•	
	Data Show						•			
	Impressora						•			
	Impressora Braille						•			

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/cento/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento das perguntas.
 - Censos 1999-2000:
 - Equipamentos em uso na escola.
 - Informar as quantidades dos equipamentos que a escola possui.
 - Censos 2001-2002-2003:
 - Equipamentos em uso na escola.
 - Informar as quantidades dos equipamentos que a escola utiliza.
 - Censos 2004-2005:
 - As tecnologias de informação e comunicação (TIC) em uso na escola.
 - Informar a quantidade de equipamentos de informática que a escola utiliza.
 - Censo 2006:
 - A pergunta foi alterada para:
 - As tecnologias de informação e comunicação (TIC) utilizadas na escola.
 - Informar a quantidade de equipamentos de informática que a escola utiliza.
 - Censo 2007
 - Não foram coletadas informações sobre os equipamentos de informática em uso na escola.

Quadro 25
Questionários do Censo Escolar, considerando os
Equipamentos de Informática Existentes na Escola
Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Os equipamentos de Informática estão interligados em rede local	Sim	•	•							
	Não	•	•							
Os equipamentos de Informática estão interligados em rede local (conexão de 2 ou mais computadores compartilhando os mesmos dados)	Sim			•	•	•	•	•	•	
	Não			•	•	•	•	•	•	
A escola está ligada na Rede Mundial de Informática (Internet)	Sim	•	•	•	•	•				
	Não	•	•	•	•	•				
A linha telefônica é exclusiva para a Internet	Sim	•	•	•	•	•				
	Não	•	•	•	•	•				
Tipo de aplicação da Informática (assinalar mais de uma opção, se for o caso)	Pedagógico	•	•	•	•	•				
	Administrativo	•	•	•	•	•				
Em caso de aplicação pedagógica, informar como estão sendo usados os microcomputadores (assinalar mais de uma opção, se for o caso)	Em laboratórios	•	•	•	•	•				
	Em salas de aula	•	•	•	•	•				
	Outros usos	•	•	•	•	•				
A escola está conectada à Internet	Sim						•			
	Não						•			
Informe o tipo de conexão	Discado (linha telefônica)						•			
	Dedicado (alta velocidade/banda larga)						•			
Velocidade de conexão à Internet	Inferior a 64kbps						•			
	Inferior a 64 Kbps (discada)							•	•	
	De 64 a 128 kbps						•	•	•	
	De 129 a 512 kbps						•	•	•	
	Superior a 512 kbps						•	•	•	
	Sem Conexão						•	•	•	
Uso das tecnologias de informação e comunicação – TIC (assinalar mais de uma opção, se for o caso)	Pedagógico						•			
	Administrativo						•			
Em caso de uso pedagógico, informar onde estão sendo usados os microcomputadores (assinalar mais de uma opção, se for o caso)	Em laboratórios/salas de informática						•			
	Em salas de aula						•			
	Em biblioteca						•			
	Em sala de professores						•			
	Em outros locais						•			
Computadores	Possui									•
	Não Possui									•
Quantidade de Computadores	Na Escola									•
	De Uso Administrativo									•
	Para Uso dos Alunos									•
Acesso à Internet	Sim									•
	Não									•

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento das perguntas.
 - Censos 1999-2000:
 - Somente para as escolas que possuem equipamentos de informática.
 - Censos 2001-2002-2003-2004-2005-2006:
 - Somente para as escolas que utilizam equipamentos de informática.
 - Censo 2007:
 - Computadores
 - Possui: Tem computador.
 - Não Possui: Não tem computador.
 - Somente para escolas que possuem computadores.
 - Quantidade de computadores na escola: Considere todos os computadores existentes na escola, independente de quem os utilize.
 - Quantidade de computadores de uso administrativo: Conte os computadores que são usados pela área administrativa da escola (diretoria, secretaria, etc).
 - Quantidade de computadores para uso dos alunos: Conte os computadores que os alunos têm acesso.
 - Acesso à Internet
 - Sim: Tem acesso à internet.
 - Não: Não tem acesso à internet.

Quadro 25
(continuação)
Questionários do Censo Escolar, considerando os
Equipamentos de Informática Existentes na Escola
Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Informar os usuários de microcomputadores – uso pedagógico (assinalar mais de uma opção, se for o caso)	Crianças de creche						•			
	Crianças de pré-escola						•			
	Alunos de 1.ª a 4.ª série						•			
	Alunos de 5.ª a 8.ª série						•			
	Alunos de nível médio						•			
	Professores						•			
	Outros profissionais						•			
Uso das tecnologias de informação e comunicação - TIC	Por alunos orientados pelos professores							•	•	
	Por alunos em acesso livre							•	•	
	Por professores							•	•	
	Pela área administrativa							•	•	
	Pela comunidade							•	•	
	Outros profissionais							•	•	
Local de uso das TIC	Laboratórios de informática							•	•	
	Salas de aula							•	•	
	Biblioteca							•	•	
	Secretaria							•	•	
	Sala de professores							•	•	
	Outros locais							•	•	
Acesso dos alunos às TIC	De creche							•	•	
	De Pré-escola							•	•	
	De séries/anos iniciais (EF Regular)							•	•	
	De Séries/anos finais (EF Regular)							•	•	
	Do Ensino Médio e Médio Integrado							•	•	
	De Educação Especial							•	•	
	Da Educação de Jovens e Adultos							•	•	
	De Educação Profissional							•	•	

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento das perguntas.
 - Censos 1999-2000:
 - Somente para as escolas que possuem equipamentos de informática.
 - Censos 2001-2002-2003-2004-2005-2006:
 - Somente para as escolas que utilizam equipamentos de informática.
 - Censo 2007:
 - Computadores
 - Possui: Tem computador.
 - Não Possui: Não tem computador.
 - Somente para escolas que possuem computadores.
 - Quantidade de computadores na escola: Considere todos os computadores existentes na escola, independente de quem os utilize.
 - Quantidade de computadores de uso administrativo: Conte os computadores que são usados pela área administrativa da escola (diretoria, secretaria, etc).
 - Quantidade de computadores para uso dos alunos: Conte os computadores que os alunos têm acesso.
 - Acesso à Internet
 - Sim: Tem acesso à internet.
 - Não: Não tem acesso à internet.

Quadro 26
 Questionários do Censo Escolar, considerando as Fontes e Formas de Abastecimento (Energia Elétrica, Água e Esgoto) e a Destinação do Lixo nas Escolas
 Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Abastecimento de Energia Elétrica	Rede Pública	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Gerador Próprio	•	•	•	•	•	•			
	Gerador							•	•	•
	Energia Solar		•	•	•	•	•	•	•	
	Energia Eólica						•	•	•	
	Outros (Energia Alternativa)									•
	Inexistente	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Voltagem	110 volts	•	•	•	•	•	•	•	•
220 volts		•	•	•	•	•	•	•	•	
Abastecimento de Água	Rede Pública	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Poço Artesiano	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Cacimba/Cisterna/Poço	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Caminhão Pipa							•	•	
	Fonte	•	•							
	Fonte/Rio/Igarapé/Riacho/Córrego			•	•	•	•	•	•	•
	Inexistente	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Esgoto Sanitário	Rede Pública	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Fossa	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Inexistente	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Destinação do Lixo	Coleta Periódica			•	•	•	•	•	•	•
	Enterra						•	•	•	•
	Joga em outra área			•	•	•	•	•	•	•
	Queima			•	•	•	•	•	•	•
	Recicla			•	•	•	•	•	•	•
	Reutiliza			•	•	•	•	•	•	
	Outros									•

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento das perguntas.
 - Censos 1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006:
 - Abastecimento de Energia Elétrica, Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário.
 - Indicar as fontes e formas de abastecimento de energia, água e esgoto.
 - Censos 2001-2002-2003-2004-2005-2006:
 - Destinação do Lixo.
 - Informar qual a destinação dada ao lixo produzido na escola.
 - Censo 2007:
 - Abastecimento de Água
 - Pode marcar mais de uma alternativa.
 - Rede Pública: Integrada à rede de abastecimento.
 - Poço Artesiano: Captação de água de lençol subterrâneo.
 - Cacimba/Cisterna/Poço: Reservatório ou cavidade mais ou menos profunda aberta no solo, para dela se tirar água.
 - Fonte/Rio/Igarapé/Córrego: Recolhida diretamente de fonte natural, rio, etc.
 - Inexistente: A escola não tem abastecimento de água.
 - Abastecimento de Energia Elétrica.
 - Pode marcar mais de uma alternativa.
 - Rede Pública: Ligada à rede pública de energia.
 - Gerador: Fonte de energia independente da rede.
 - Outros (Energia Alternativa): Energia eólica, solar, etc.
 - Inexistente: A escola não tem energia.
 - Esgoto Sanitário
 - Rede Pública: Integrada à rede pública de esgoto.
 - Fossa: Usa fossa para colher dejetos.
 - Inexistente: A escola não tem esgoto nem fossa.
 - Destinação do Lixo
 - Pode marcar mais de uma alternativa.
 - Coleta Periódica: Regularmente, o serviço de limpeza passa para recolher o lixo.
 - Queima: Queima o lixo recolhido.
 - Joga em outra Área: O lixo é jogado em algum lugar.
 - Recicla: O lixo é separado e os materiais recicláveis são reaproveitados.
 - Enterra: O lixo é enterrado.
 - Outros: Nenhuma das alternativas acima corresponde a esta escola.

Quadro 27
 Questionários do Censo Escolar, considerando o Número de
 Salas de Aula Existentes e Utilizadas nas Escolas
 Censo Escolar 1999-2007

Tópicos Pesquisados		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de Salas de Aula Existentes	Permanentes	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Provisórias	•	•	•	•	•	•	•	•	
Número de Salas de Aula Utilizadas	No estabelecimento	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Fora do estabelecimento	•	•	•	•	•	•	•	•	
Número de Salas de Aula Existentes na Escola										•
Número de Salas Utilizadas como Salas de Aula (dentro e fora do prédio)										•

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Observações para esclarecimento das perguntas.
- Censos 1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006:
 - Número de Salas de Aula Existentes
 - Informar o total de: Salas de Aula Permanentes: salas de aula construídas ou adaptadas para uso permanente na atividade de ensino/aprendizagem.
 - Salas de Aula Provisórias: salas adaptadas provisoriamente para a atividade de ensino/aprendizagem.
 - Número de Salas de Aula Utilizadas
 - Informar o total de: Salas de Aula Utilizadas no Estabelecimento: salas permanentes ou provisórias, utilizadas no(s) prédio(s) do estabelecimento.
 - Salas de Aula Utilizadas Fora do Estabelecimento: salas alugadas, cedidas por empréstimo, etc.
- Censo 2007:
 - Número de Salas de Aula Existentes na Escola: Conte tanto as salas que foram construídas para esse fim como aquelas adaptadas. Anote apenas as que ficam no prédio da escola.
 - Número de Salas Utilizadas como Salas de Aula (dentro e fora do prédio): Conte as salas que funcionam dentro e fora da escola.

Quadro 47
Propostas na Área da Educação no Período 1999-2002

Propostas Período 1999-2002 Governo Olívio Dutra
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concepção: <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>A política educacional do Governo Popular é o desdobramento na rede pública estadual do projeto de radicalização da democracia, através da participação dos seus usuários na formulação, gestão e fiscalização das políticas públicas para o setor. Trata-se de construir e consolidar na dimensão educacional uma esfera pública de decisão, fortalecendo o controle social do estado, garantindo que a escola estadual seja realmente pública (p. 30).</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dimensões da Democratização da Educação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Democratização da Gestão; ▪ Democratização do Acesso – Escola para Todos; ▪ Democratização do Conhecimento – Aprendizagem para Todos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação e Valorização Profissional dos Trabalhadores em Educação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Política permanente de formação e qualificação dos trabalhadores em educação (congressos, cursos, seminários, etc.); ▪ Formação cotidiana em serviço (assessoria da mantenedora e intercâmbios nacionais e internacionais); ▪ Garantia de condições dignas de trabalho; ▪ Ingresso na carreira exclusivamente por concurso público; ▪ Revogação imediata da lei n.º 11.125 que instituiu o no Plano de Carreira do Magistério e da Lei n.º 11.126; ▪ Reestabelecimento da carreira do magistério (resgate da dignidade, valorização e incentivo à qualificação); ▪ Elaboração, com a participação da categoria, do Plano de Carreira dos funcionários de escolas; ▪ Estabelecimento de um diálogo com o CPERS, objetivando a recuperação salarial da categoria.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Fundamental: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação pública, laica, plural, de qualidade e voltada para as classes trabalhadoras concebida como um direito de todos independente da idade; ▪ Adoção da avaliação emancipatória, contrária a avaliação seletiva considerada como um fator de exclusão; ▪ Avaliação permanente vista como um instrumento de diagnóstico e direcionada a busca de soluções para os problemas da aprendizagem; ▪ Escola de qualidade = a escola comprometida com o sucesso dos alunos; ▪ Aprendizagem em um processo contínuo de avanço e progressão na construção do conhecimento.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação de Jovens e Adultos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de uma rede de EJA objetivando o enfrentamento dos altos índices de analfabetismo e do significativo número de pessoas com pouca escolaridade; ▪ Garantia do acesso à escola pública e de qualidade; ▪ Educação de Jovens e Adultos vista como modalidade do Ensino Fundamental; ▪ Estabelecimento de um conceito de alfabetização que garanta a aprendizagem; ▪ Educação Popular como uma referência ao currículo para EJA; ▪ Organização dos tempos e dos espaços em função das necessidades dos jovens e adultos trabalhadores; ▪ Escolas Abertas direcionadas ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco; ▪ Formação dos professores em conjunto com Universidades, Fundações e com Serviços Sociais; ▪ Criação do Movimento de Alfabetização – MOVA RS – , em parceria com diversos segmentos da sociedade civil; ▪ Garantia de formação nas áreas técnicas conforme as políticas definidas pelo governo da Frente Popular.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Médio: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação das escolas técnicas; ▪ Universalização do Ensino Médio gratuito; ▪ Proposta pedagógica do Ensino Médio tanto na modalidade regular, como na supletiva, objetivando a eliminação da repetência, da evasão e garantindo a continuidade da aprendizagem; ▪ Definição de alternativas para o ensino profissional; ▪ Preservação das escolas técnicas, buscando a incorporação de novas tecnologias e os desafios do desemprego.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação Infantil: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar um Censo objetivando o levantamento da realidade da Educação Infantil no estado; ▪ Buscar fontes alternativas de financiamento para ampliação e qualificação do atendimento direcionado a população infantil; ▪ Viabilizar a absorção gradativa das crianças de 06 no Ensino Fundamental da rede estadual.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação Especial: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferta de Educação Especial tanto em espaços específicos como integrados aos diferentes níveis de ensino; ▪ Ampliação gradativa do atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais; ▪ A integração viabilizará a gradativa adequação dos edifícios escolares, assim como as condições materiais e técnico-pedagógicas necessárias a este alunado; ▪ A integração estimulará o acesso dos Portadores de Necessidades Especiais aos espaços de trabalho; ▪ Necessidade de profissionais da educação com formação específica e continuada.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação Básica no Campo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção coletiva, com a comunidade escolar rural, de políticas específicas que contemplem o mundo do trabalho rural, visando uma ação pedagógica que parta do reconhecimento dos saberes rurais.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Universidade Estadual: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração em médio prazo de um plano para a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; ▪ Abertura de linhas de financiamento para as universidades comunitárias, objetivando o desenvolvimento da pesquisa e novas tecnologias direcionadas ao desenvolvimento estadual e regional; ▪ Ampliação do crédito educativo estadual.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Municipalização, Financiamento e Regime de Colaboração: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Posicionamento <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contrário ao processo de municipalização, o qual é entendido como uma “prefeiturização” da educação; ▪ Pela extinção do FUNDEF e criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica como um todo; ▪ Pela necessidade de uma atuação em regime de colaboração entre as três esferas do Poder Público, objetivando a superação dos graves problemas educacionais; ▪ Contrário ao Regime de Colaboração que “joga” as responsabilidades da educação para Municípios e Estados, sem a associação de uma Reforma Tributária que proporcione a cada esfera do Poder Público o cumprimento de suas atribuições.

Fontes:

- PROPOSTA DE GOVERNO. **Proposta de Governo da Frente Popular:** Qualidade de Vida para Todos. Candidatura: Olívio Dutra. Porto Alegre: [S.ed.], 1998.

Quadro 8
Realizações na Área da Educação
(Realizações do Governo do Estado 1999-2002)

Realizações Período 1999-2002 Governo Olívio Dutra	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento de mais de 35% da receita Líquida de Impostos em educação (o governo anterior só atingiu este percentual no último ano de mandato). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Funcionários de escolas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pagamento das promoções atrasadas desde 1989; ▪ Reajuste salarial de 6%.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicação de R\$ 13,21 bilhões de 1999 a 2001 (o governo anterior investiu R\$ 11,19 bilhões). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ MOVA: 140 mil jovens e adultos alfabetizados ou em alfabetização.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parceria com Municípios: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Transporte Escolar: Repasses de recursos e veículos (no governo anterior não houve repasses); ▪ Salário Educação: Repasse da integralidade do Salário Educação a partir de lei estadual proposta pelo Partido dos Trabalhadores (a lei Federal obriga até 50%) (o governo anterior somente implantou em 1998 e atrasou o 1.º repasse em 06 meses). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Médio: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 185 escolas a mais com a oferta de Ensino Médio; ▪ 39 escolas com o Projeto Alternativo de Ensino Médio; ▪ 95 mil novas vagas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nomeação de 24 mil professores por concurso público. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Obras: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.482 já entregues (974 salas de aula e 47 quadras); ▪ 2.345 em execução (1.713 salas de aula e 466 quadras).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Restabelecimento do Plano de Carreira. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação de 1.365 espaços pedagógicos: mobiliário, acervo de biblioteca, laboratórios de ciências e informática.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pagamento das promoções atrasadas de 1993 a 1999. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Universidade Estadual: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Até 2003, presente em 29 cidades nas 22 regiões do Estado.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reajuste salarial de 14,9% em 2000 e 25% em 2001 e 2002. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Universidade Estadual: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 2002 houve a criação de 21 cursos em 21 municípios; ▪ No primeiro ano houve a oferta de 1.720 vagas.

Fonte:

▪ RIO GRANDE DO SUL. **Realizações do Governo do Estado – 1999-2002**. Porto Alegre, 2002.

Nota:

▪ Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/serv/icos/pg_atualizacao_valores.php).

Quadro 49
Realizações na Área da Educação
(Relatórios da Gestão 1999-2002 – Secretaria da Educação)

Realizações Período 1999-2002 Governo Olívio Dutra	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção dos princípios e diretrizes, legitimados na Constituinte Escolar, pela comunidade escolar, movimentos sociais, populares e sindicais, representantes de instituições públicas, ONGs e universidades. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação da Rede Escolar Livre, em 48 escolas estaduais.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção participativa dos projetos político-pedagógicos, regimentos, planos de estudo e de cursos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modernização administrativa, através da aquisição de equipamentos de informática para as CREs e SE.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação continuada dos educadores, servidores, conselhos escolares, grêmios, equipe diretiva e demais segmentos da comunidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resgate da Carreira dos Educadores.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação do Projeto Alternativo de Ensino Médio. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fim da sobreposição dos níveis.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecimento das 103 Escolas Normais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualização das promoções de 1993 a 1999.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação das 135 Escolas Técnicas Estaduais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualização das promoções atrasadas desde 1989 para os servidores de escolas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção participativa de um novo paradigma de Educação de Jovens e Adultos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção do Plano de Carreira dos Servidores de escolas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação de Núcleos de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reajuste salarial de 14,9 % para os educadores.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de um novo programa para cada disciplina da Educação Básica para os Exames Supletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reajuste de 20% no vale refeição.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA/RS. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reajuste de 14,96% (2000) e 27,94% (2001) para os servidores de escolas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação do paradigma da diferença, da heterogeneidade e da cidadania, como uma Política Pública para as pessoas com necessidades educativas especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de 02 concursos públicos para professores.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relação de intercâmbio com a França, Itália e Inglaterra. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seleção de educadores para Educação Especial, Educação Indígena e EJA através de concurso público.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação do Centro de Apoio Pedagógico para as pessoas com deficiência visual. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de concurso público para servidores.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação do Centro de Apoio aos Surdos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nomeação de 23.989 professores.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconstrução curricular com os povos indígenas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contratação de 4.500 servidores.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração e regularização das escolas indígenas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de um regime de colaboração com a FAMURS e AGM.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação da 1.ª escola de formação de educadores de escolas indígenas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantia de recursos para a merenda municipalizada das escolas estaduais.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação da Escola Estadual de Ensino Médio para Surdos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Subsídio ao transporte escolar dos alunos das escolas estaduais.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação de uma Política de Educação Básica para o campo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação e expansão do programa de alimentação escolar às escolas indígenas e itinerantes.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularização e qualificação do funcionamento das classes de pré-escola na rede estadual. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Introdução de gêneros <i>in natura</i> e de alimentos agroecológicos na merenda escolar.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão do Ensino Médio (autorização de 226 escolas, de 1999 a 2003). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de uma política ambiental.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento na matrícula do Ensino Médio (118.804 novas matrículas). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação da Fundação do Esportes e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicação de R\$ 380,37 milhões em construção, reconstrução, ampliação e reforma de escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação das políticas de esportes e lazer escolar.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicação de R\$ 64,20 milhões na qualificação dos espaços pedagógicos/administrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diálogo permanente com o CPERS/Sindicato.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação da Informática Educativa (laboratório de informática). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção e socialização de materiais pedagógicos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação de Núcleos de Tecnologia Educacional em 20 Coordenadorias Regionais de Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimento de parcerias, circulação de idéias e troca de experiências.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação da Rede/RS nas 30 Coordenadorias Regionais de Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação da Universidade Pública Estadual – UERGS.

Fonte:

▪ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Departamento de Planejamento. **Relatório da Gestão 1999/2002**. Porto Alegre, [2002 ou 2003].

Nota:

Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/site/fee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).

Quadro 50
Realizações na Área da Educação no Período 1999-2002 (Governo Olívio Dutra) para
Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da
Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul

Realizações Período 1999-2002 Governo Olívio Dutra
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1999-2002: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão do Ensino Médio através da autorização de funcionamento de 226 escolas (26 em 2003); ▪ Aplicação de R\$ 380,37 milhões na construção, reconstrução, ampliação e reforma de escolas, através do Orçamento Participativo, Consulta Popular, demandas institucionais e/ou emergenciais; ▪ Aplicação R\$ 64,20 milhões na qualificação dos espaços pedagógicos em todos os níveis e modalidades de ensino, através do Orçamento Participativo, Consulta Popular e/ou demandas institucionais; ▪ Implementação da Informática Educativa (laboratórios de informática) como ferramenta para qualificação da aprendizagem em diversas áreas do conhecimento.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1999: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Repasse de recursos financeiros (Gestão Democrática) a 3015 escolas estaduais – estas despesas objetivam o atendimento necessário à manutenção, aquisição de mobiliário e equipamentos e pequenas obras nas escolas (R\$ 76,43 milhões). ▪ Consulta Popular <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação de 98 escolas (R\$ 15,54 milhões); ▪ Construção de 83 quadras esportivas/ginásios (R\$ 7,09 milhões). ▪ Consulta Popular (Recursos empenhados 1999-2000) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquisição de equipamentos e material permanente para 716 escolas (R\$ 15,26 milhões). ▪ Obras Emergenciais/Institucionais <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção em/de 38 escolas (R\$ 458,23 mil); ▪ Ampliação de 179 escolas (R\$ 35,86 milhões); ▪ Reforma em 234 escolas (R\$ 6,82 milhões); ▪ Construção de 48 quadras esportivas (R\$ 2,88 milhões).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2000: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Repasse de recursos financeiros (Gestão Democrática) a 3034 escolas estaduais – estas despesas objetivam o atendimento necessário à manutenção, aquisição de mobiliário e equipamentos e pequenas obras nas escolas (R\$ 76,98 milhões); ▪ Aquisição de imóveis para o funcionamento de 02 escolas. ▪ Orçamento Participativo <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção em/de 36 escolas (R\$ 9,94 milhões); ▪ Ampliação de 286 escolas (R\$ 39,90 milhões); ▪ Reformas em 29 escolas (R\$ 3,58 milhões); ▪ Construção de 32 quadras esportivas (R\$ 5,01 milhões); ▪ Aquisição de equipamentos e material permanente para 401 escolas (R\$ 15,18 milhões) (Foram beneficiados: 93 Laboratórios de informática, 99 Laboratórios de Ciências, 96 Bibliotecas e 207 ambientes com mobiliário escolar). ▪ Obras Emergenciais/Institucionais <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção em/de 17 escolas (R\$ 1,87 milhões); ▪ Ampliação de 76 escolas (R\$ 6,17 milhões); ▪ Reforma em 283 escolas (R\$ 6,71 milhões).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2001: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Repasse de recursos financeiros (Gestão Democrática) a 3031 escolas estaduais – estas despesas objetivam o atendimento necessário à manutenção, aquisição de mobiliário e equipamentos e pequenas obras nas escolas (R\$ 81,46 milhões). ▪ Orçamento Participativo <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção em/de 108 escolas (R\$ 13,84 milhões); ▪ Ampliação de 171 escolas (R\$ 18,58 milhões); ▪ Reforma em 43 escolas (R\$ 3,80 milhões); ▪ Aquisição de equipamentos e material permanente para 404 escolas (R\$ 15,86 milhões) (Foram beneficiados: 73 Laboratórios de Informática, 85 Laboratórios de Ciências, 65 Bibliotecas, 22 espaços administrativos, 08 Salas de Vídeo, 01 Sala de Integração, 04 Auditórios, 62 Cozinhas, 70 Refeitórios, 200 ambientes com mobiliário escolar e 16 ambientes com equipamento pedagógico). ▪ Obras Emergenciais/Institucionais <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção em/de 24 escolas (R\$ 831,97 mil); ▪ Ampliação de 26 escolas (R\$ 2,72 milhões); ▪ Reforma em 230 escolas (R\$ 3,66 milhões).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2002: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Repasse de recursos financeiros (Gestão Democrática) a 3015 escolas estaduais – estas despesas objetivam o atendimento necessário à manutenção, aquisição de mobiliário e equipamentos e pequenas obras nas escolas (R\$ 87,32 milhões). ▪ Orçamento Participativo <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção em/de 27 escolas (R\$ 5,81 milhões); ▪ Ampliação de 156 escolas (R\$ 23,99 milhões); ▪ Reconstrução de 01 escola (R\$ 431,62 mil); ▪ Reforma em 36 escolas (R\$ 3,62 milhões); ▪ Construção de 72 quadras esportivas (R\$ 9,14 milhões); ▪ Aquisição de equipamentos e material permanente para 401 escolas (R\$ 23,75 milhões) (Foram beneficiados: 129 Laboratórios de Informática, 115 Laboratórios de Ciências, 118 Bibliotecas, 404 Salas de Aula, 21 ambientes com equipamento pedagógico, 127 ambientes com equipamento administrativo e 42 ambientes com outros equipamentos e materiais permanentes). ▪ Obras Emergenciais/Institucionais <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção em/de 21 escolas (R\$ 1,00 milhão); ▪ Ampliação de 09 escolas (R\$ 1,92 milhões); ▪ Reforma em 157 escolas (R\$ 4,88 milhões).

Fontes:

- RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2000:** Governador Olívio Dutra. Porto Alegre, 2000.
Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>
- _____ **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2001:** Governador Olívio Dutra. Porto Alegre, 2001.
Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>
- _____ **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2002:** Governador Olívio Dutra. Porto Alegre, 2002.
Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>
- _____ **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2003:** Governador Olívio Dutra. Porto Alegre, 2002.
Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>
- _____ **Realizações do Governo do Estado – 1999-2002.** Porto Alegre, 2002.
- _____ Secretaria da Educação. Departamento de Planejamento. **Relatório da Gestão 1999/2002.** Porto Alegre, [2002 ou 2003].

Nota:

- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009
(http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).

Quadro 52
Propostas na Área da Educação no Período 2003-2006

Propostas Período 2003-2006 Governo Germano Rigotto
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Fundamental: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da qualidade, visto que o acesso já está praticamente universalizado.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Médio: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento das matrículas no Ensino Médio, através do incremento na oferta de vagas na rede estadual em resposta à demanda da sociedade; ▪ Promoção da qualidade.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação Profissional: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão e diversificação em função das exigências do mercado de trabalho.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação de Jovens e Adultos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação através de programas de alfabetização de adultos e da oferta de cursos adequados de Ensino Fundamental e Médio.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação Especial: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria no atendimento; ▪ Inclusão em classes regulares; ▪ Consolidação de parcerias com instituições como as APAEs.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação Infantil: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão da oferta através do esforço dos Municípios e, quando possível, mediante a disponibilização de assistência técnica e financeira aos municípios mais necessitados.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Superior: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação das oportunidades de acesso, através da consolidação, despartidarização e qualificação da UERGS.

Fontes:

- HOHLFELDT, Antônio (org.). **O Rio Grande da Conciliação**: Administração Germano Rigotto 2003/2006. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.
- PROPOSTA DE GOVERNO. **Diretrizes para o Programa de Governo**: Germano Rigotto. União pelo Rio Grande: PMDB – PSDB – PHS. O Estado a Serviço do Cidadão: Propostas para Debate. Porto Alegre: Instituto Teotônio Vilela, Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2002.

Quadro 53
Realizações na Área da Educação
(Relatório de Trabalho: Principais Projetos e Realizações 2003-2004)

Realizações Período 2003-2004 Governo Germano Rigotto	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O melhor ensino do Brasil: <ul style="list-style-type: none"> ▪ A rede pública estadual é considerada pela UNESCO como a melhor qualidade no Brasil; ▪ O MEC reconheceu que a rede pública do Ensino Médio no RS é a melhor do país; ▪ Adoção de medidas para a melhoria da qualidade (qualificação de 20 mil docentes, contratação de 7,2 mil professores, 7,1 mil servidores e o debate do Plano Estadual de Educação por 60 mil cidadãos e 4,5 mil entidades). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais vagas para a Educação Profissional: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento de 38% na oferta geral da Educação Profissional; ▪ Implantação de 09 novos cursos; ▪ Capacitação de 556 professores; ▪ Envio de 1,5 mil kits de informática doados pela Receita Federal a 36 escolas; ▪ Realização de obras, beneficiando 09 escolas, conserto de maquinários em 06 escolas e aquisição de insumos para 02 escolas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escola Aberta para a Cidadania: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Abertura das escolas aos finais de semana com a oferta de diversas atividades; ▪ Adotada por 150 escolas estaduais em 78 municípios; ▪ Movimento mensal de 90 mil pessoas; ▪ Resultados: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuição do tráfico de drogas nas imediações das escolas em 52%; ▪ Redução do vandalismo e depredação em 90%; ▪ Diminuição da ocorrência de brigas dentro das escolas em 90%; ▪ Queda da indisciplina em 86%; ▪ Diminuição das pichações em 67%; ▪ Redução das ofensas pessoais em 62%. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Jogos Escolares: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação de mais de 370 mil estudantes; ▪ 435 municípios participantes; ▪ 2,5 mil instituições das redes estadual, municipal e federal disputaram a competição.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Retomada da Escola de Tempo Integral: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Abertura das escolas em turno inverso para o atendimento aos alunos; ▪ Existência de 21 Escolas de Tempo Integral em 19 municípios; ▪ Atendimento a 6.500 alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ UERGS: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 4.312 estudantes (3.101 da própria universidade e 1.212 em universidades conveniadas); ▪ Oferta de 21 cursos em 23 unidades e 30 municípios. ▪ 216 professores e 125 funcionários; ▪ Estatuto da Universidade aprovado pela Assembléia Legislativa; ▪ Em 2004 foram realizadas obras de reforma em 20 unidades; ▪ Índice dos professores com mestrado e doutorado é de 80%.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alfabetiza Rio Grande: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 45 mil gaúchos alfabetizados; ▪ Trabalho desenvolvido por mil alfabetizadores em parceria com prefeituras e entidades locais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ FADERS: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento direto a 2 mil PPDs e PPAHs; ▪ Atendimento indireto a 20 mil pessoas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exames Supletivos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Benefício a 221 mil pessoas; ▪ Exames Supletivos adaptados às realidades regionais; ▪ Redução de custos em 70% comparado a 2003. 	

Fonte:

▪ RIO GRANDE DO SUL. Assessoria de Comunicação Social. **Relatório de Trabalho:** Principais Projetos e Realizações 2003-2004. Porto Alegre, [2004 ou 2005].

Quadro 54
Realizações na Área da Educação
 (Rio Grande do Sul, o Estado que Não Pára de Crescer:
 Relatório de Trabalho – Setembro de 2004)

Realizações Período 2003-2004 Governo Germano Rigotto	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rio Grande do Sul, o estado brasileiro com a melhor qualidade de ensino (relatório da UNESCO): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação pública tratada como prioridade; ▪ Atendimento a demanda de novos alunos. ▪ Escola Aberta para Cidadania (parceria com a UNESCO): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferta, aos finais de semana, de atividades educacionais, esportivas e de lazer às comunidades; ▪ Objetiva a inclusão social e a redução da violência; ▪ Mais de 300 mil pessoas atendidas; ▪ 150 escolas integradas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nomeação de professores e servidores na rede estadual: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais de 7.240 professores; ▪ 7.115 servidores.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escola em Tempo Integral: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Adesão de 21 escolas estaduais; ▪ 6,5 mil alunos permanecendo 8,5 horas por dia na escola. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preocupação com a qualificação e o aperfeiçoamento: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais de 4.500 professores capacitados.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alfabetiza Rio Grande: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atração de mais de 47 mil jovens e adultos; ▪ Programa desenvolvido por meio de convênios com 241 prefeituras e 103 entidades. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização do Ensino Profissionalizante: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimentos com recursos do Governo do Estado e do Ministério da Educação; ▪ Programas de capacitação de profissionais, melhoria nas escolas e aquisição de materiais e equipamentos; ▪ Ampliação da oferta em 10%.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano Estadual de Educação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Discutido por mais de 60 mil cidadãos; ▪ Envolvimento de mais de 4.500 entidades. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ UERGS: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de concursos; ▪ Reorganização das estruturas internas; ▪ Índice de professores com mestrado e doutorado passou de 40% para 84%; ▪ Abertura de 06 novos cursos.

Fonte:

- RIO GRANDE DO SUL. Assessoria de Comunicação Social. **Rio Grande do Sul, o Estado que Não Pára de Crescer:** Relatório de Trabalho. Porto Alegre, 2004.

Quadro 55
Realizações na Área da Educação
(Relatório de Trabalho: Projetos e Realizações 2003-2005)

Realizações Período 2003-2005 Governo Germano Rigotto	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Gaúcho é o melhor do Brasil segundo a UNESCO: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Resultado da qualificação dos 90 mil professores estaduais e dos diversos programas implantados como o Escola Aberta para a Cidadania e o Escola em Tempo Integral. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Escola de Tempo Integral: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento a 14 mil estudantes em 23 escolas (2004 e 2005); ▪ Atividades para os alunos por pelo menos 7 horas, oferta de 03 refeições e apoio às tarefas escolares.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escola Aberta: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 150 estabelecimentos em 84 municípios; ▪ Oferta de 1,5 mil oficinas com a participação de 2 mil voluntários; ▪ Redução de até 90% da violência e do uso de drogas em áreas beneficiadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação Profissional: <ul style="list-style-type: none"> ▪ A SUEPRO favorece a inserção do aluno na atividade produtiva, contribuindo para a redução das desigualdades; ▪ Ofertada em 140 escolas, onde estudam 27.766 alunos e atuam 1.148 professores; ▪ A ampliação do número de vagas em cursos técnicos é meta prioritária da atual administração; ▪ Acréscimo de 32% no número de vagas nos 02 primeiros anos do governo.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Saúde Escolar: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Objetivo <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver a qualidade de vida em 258 comunidades escolares; ▪ Beneficiar 200 mil alunos e seus familiares. ▪ Projeto Piloto no município de Porto Alegre com a participação de 10 mil professores e 2 mil funcionários. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alfabetiza Rio Grande: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Abertura do universo da informação e da cultura a 94.543 jovens e adultos em 225 municípios; ▪ Convênio com 365 prefeituras e 166 entidades; ▪ Contrato com 24 universidades, proporcionando a capacitação de 8 mil professores.

Fonte:

- RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Trabalho:** Projetos e Realizações 2003/2005. Porto Alegre, [2005 ou 2006].

Quadro 56
Realizações na Área da Educação
(O Rio Grande da Conciliação: Administração Germano Rigotto 2003/2006)

Realizações Período 2003-2006 Governo Germano Rigotto	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Médio em todos os municípios do estado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção e ampliação da qualificação do Ensino Fundamental.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reorganização da UERGS. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação dos cursos de alfabetização para adultos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de Bibliotecas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação do projeto Escola Aberta em parceria com a UNESCO.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de concursos públicos para professores e servidores. 	

Fontes:

- HOHLFELDT, Antônio (org.). **O Rio Grande da Conciliação:** Administração Germano Rigotto 2003/2006. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.

Quadro 57

Realizações na Área da Educação no Período 2003-2006 (Governo Germano Rigotto) para Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul

Realizações Período 2003-2006 Governo Germano Rigotto
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2003: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso a Educação Básica <ul style="list-style-type: none"> ▪ 92 obras concluídas (R\$ 1,56 milhões); ▪ 172 obras com autorização para início (R\$ 2,86 milhões); ▪ 17 obras em fase de empenho (R\$ 220,49 mil); ▪ 12 obras em execução (R\$ 797,46 mil); ▪ 206 obras em processo licitatório (R\$ 12,25 milhões); ▪ Repasse para aquisição de equipamentos e/ou mobiliário objetivando a expansão do Ensino Médio a 40 escolas (R\$ 1,36 milhões). ▪ Qualificação da Educação Básica <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação de 02 bibliotecas infantis (projeto piloto), aquisição de acervo para 51 escolas de Ensino Médio, aquisição de material didático para 855 escolas de Ensino Médio (Recursos MEC/BID – R\$ 1,64 milhões); ▪ 110 escolas da rede estadual conectadas a <i>Internet</i> de banda larga em parceria com o Governo Federal (GESAC/SEED/MEC); ▪ Repasse de recursos financeiros (Gestão Democrática) a 3041 escolas estaduais (R\$ 85,77 milhões).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2004: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso à Educação Básica <ul style="list-style-type: none"> ▪ 239 espaços escolares ampliados (88 escolas também foram beneficiadas com mobiliário básico); ▪ Implantação de 30 salas para alunos com altas habilidades; ▪ Material pedagógico para 53 salas de recursos; ▪ Manutenção e conservação de espaços escolares (497 prédios beneficiados). ▪ Qualificação da Educação Básica <ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilização de tecnologia para aluno e comunidade em 573 escolas (aquisição de recursos tecnológicos e implantação de <i>kits</i> em laboratórios de informática de 12 escolas); ▪ Repasse de recursos financeiros (Gestão Democrática) a 3041 escolas estaduais; ▪ Qualificação de 437 espaços escolares (qualificação de bibliotecas escolares e aquisição e distribuição de acervo para 1.058 escolas).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2005: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso a Educação Básica <ul style="list-style-type: none"> ▪ 243 escolas com espaços escolares ampliados; ▪ Implantação de 25 salas de recursos para alunos com altas habilidades; ▪ Manutenção e conservação dos espaços escolares (652 prédios beneficiados – atendimento emergencial e institucional em 112 escolas e 540 escolas com reformas asseguradas através de demandas da Consulta Popular). ▪ Qualificação da Educação Básica <ul style="list-style-type: none"> ▪ Repasse de recursos financeiros (Gestão Democrática) a 3002 escolas estaduais; ▪ Disponibilização de tecnologia para aluno e comunidade em 846 escolas (02 escolas com adaptação de salas para laboratórios; equipamentos de informática, mobiliário e outros recursos para 68 escolas; construção de salas para laboratórios em 24 escolas e; 752 escolas receberam recursos tecnológicos como aparelhos de televisão e DVDs, ou de informática); ▪ Qualificação de 350 espaços escolares (221 escolas tiveram melhorias em seus espaços; 20 escolas foram viabilizadas salas para laboratórios de Ciências, bibliotecas e quadras de esporte; 95 escolas estão sendo qualificadas e; estão sendo construídas salas para laboratórios em 14 escolas).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2006 (metas): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso a Educação Básica <ul style="list-style-type: none"> ▪ 192 escolas com espaços escolares ampliados; ▪ Manutenção e conservação dos espaços escolares (1009 prédios beneficiados). ▪ Qualificação da Educação Básica <ul style="list-style-type: none"> ▪ Repasse de recursos financeiros (Gestão Democrática) a 3002 escolas estaduais; ▪ Disponibilização de tecnologia para aluno e comunidade em 847 escolas; ▪ Qualificação de 310 espaços escolares.

Fontes:

- RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2004:** Governador Germano Rigotto. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>
- _____ **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2005:** Governador Germano Rigotto. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>
- _____ **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2006:** Governador Germano Rigotto. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?modo_exibicao=LISTA&cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=483>.

Nota:

- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitfeee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).

APÊNDICE B – Tabelas

Tabela 1
Número de Escolas com Ensino Fundamental da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando Ambientes Existentes (Biblioteca, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Quadra de Esportes), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 2003-2006

Ambientes	Zoneamento		Censo Escolar			
			2003	2004	2005	2006
Biblioteca	Urbana	Número de Escolas	1692	1629	1626	1660
		Percentual	94,54%	92,45%	92,23%	93,47%
	Rural	Número de Escolas	649	741	626	604
		Percentual	58,10%	68,67%	65,48%	66,30%
	Total		2341	2370	2252	2264
Laboratório de Ciências	Urbana	Número de Escolas	1008	1000	1043	1059
		Percentual	56,92%	56,75%	59,16%	59,63%
	Rural	Número de Escolas	123	125	124	123
		Percentual	11,01%	11,58%	12,97%	13,50%
	Total		1131	1125	1167	1182
Sala de TV/ Vídeo	Urbana	Número de Escolas	1059	1093	1107	1171
		Percentual	59,80%	62,03%	62,79%	65,93%
	Rural	Número de Escolas	160	199	191	193
		Percentual	14,32%	18,44%	19,98%	21,19%
	Total		1219	1292	1298	1364
Quadra de Esportes	Urbana	Número de Escolas	1395	1342	1368	1371
		Percentual	78,77%	76,17%	77,60%	77,20%
	Rural	Número de Escolas	390	407	391	376
		Percentual	34,91%	37,72%	40,90%	41,27%
	Total		1785	1749	1759	1747
Escolas com Ensino Fundamental		Zona Urbana	1771	1762	1763	1776
		Zona Rural	1117	1079	956	911
		Total Geral	2888	2841	2719	2687

Fonte:
▪ MEC/INEP (www.edudatabrasil.inep.gov.br/)

Notas:
• O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 2
 Número de Escolas com Ensino Médio da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando Ambientes Existentes (Biblioteca, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Quadra de Esportes), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
 Censo Escolar 2003-2006

Ambientes	Zoneamento		Censo Escolar			
			2003	2004	2005	2006
Biblioteca	Urbana	Número de Escolas	781	765	810	861
		Percentual	97,87%	92,62%	94,41%	95,77%
	Rural	Número de Escolas	37	36	49	58
		Percentual	97,37%	83,72%	96,08%	92,06%
	Total com Biblioteca			818	801	859
Laboratório de Ciências	Urbana	Número de Escolas	674	692	751	794
		Percentual	84,46%	83,78%	87,53%	88,32%
	Rural	Número de Escolas	32	33	42	57
		Percentual	84,21%	76,74%	82,35%	90,48%
	Total			706	725	793
Sala de TV/ Vídeo	Urbana	Número de Escolas	571	610	624	672
		Percentual	71,55%	73,85%	72,73%	74,75%
	Rural	Número de Escolas	16	24	26	32
		Percentual	42,11%	55,81%	50,98%	50,79%
	Total			587	634	650
Quadra de Esportes	Urbana	Número de Escolas	697	678	697	728
		Percentual	87,34%	82,08%	81,24%	80,98%
	Rural	Número de Escolas	27	33	40	51
		Percentual	71,05%	76,74%	78,43%	80,95%
	Total			724	711	737
Escolas com Ensino Médio	Zona Urbana		798	826	858	899
	Zona Rural		38	43	51	63
	Total Geral		836	869	909	962

Fonte:

▪ MEC/INEP (www.edudatabrasil.inep.gov.br/)

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 3
 Número de Escolas com Ensino Fundamental da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando Infra-Estrutura em Informática (Laboratório de Informática, Escola com Microcomputadores e Escola com acesso à *Internet*), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
 Censo Escolar 2003-2006

Informática	Zoneamento		Censo Escolar			
			2003	2004	2005	2006
Laboratório de Informática	Urbana	Número de Escolas	611	1085	702	798
		Percentual	34,50%	61,58%	39,82%	44,93%
	Rural	Número de Escolas	53	165	73	103
		Percentual	4,74%	15,29%	7,64%	11,31%
	Total		664	1250	775	901
	Escola com Microcomputadores	Urbana	Número de Escolas	1638	1657	1702
Percentual			92,49%	94,04%	96,54%	96,79%
Rural		Número de Escolas	392	397	467	531
		Percentual	35,09%	36,79%	48,85%	58,29%
Total		2030	2054	2169	2250	
Escola com acesso à <i>Internet</i>		Urbana	Número de Escolas	245	385	533
	Percentual		13,83%	21,85%	30,23%	-
	Rural	Número de Escolas	07	13	12	-
		Percentual	0,63%	1,20%	1,26%	-
	Total		252	398	545	-
	Escolas com Ensino Fundamental	Zona Urbana		1771	1762	1763
Zona Rural		1117	1079	956	911	
Total Geral		2888	2841	2719	2687	

Fonte:
 MEC/INEP (www.edudatabrasil.inep.gov.br/)

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 4
 Número de Escolas com Ensino Médio da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando Infra-Estrutura em Informática (Laboratório de Informática, Escola com Microcomputadores e Escola com acesso à *Internet*), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
 Censo Escolar 2003-2006

Informática	Zoneamento		Censo Escolar			
			2003	2004	2005	2006
Laboratório de Informática	Urbana	Número de Escolas	472	630	543	615
		Percentual	59,15%	76,27%	63,29%	68,41%
	Rural	Número de Escolas	16	28	22	29
		Percentual	42,11%	65,12%	43,14%	46,03%
	Total		488	658	565	644
	Escola com Microcomputadores	Urbana	Número de Escolas	786	809	849
Percentual			98,50%	97,94%	98,95%	98,78%
Rural		Número de Escolas	34	41	47	60
		Percentual	89,47%	95,35%	92,16%	95,24%
Total		820	850	896	948	
Escola com acesso à <i>Internet</i>		Urbana	Número de Escolas	245	385	533
	Percentual		30,70%	46,61%	62,12%	-
	Rural	Número de Escolas	07	13	12	-
		Percentual	18,42%	30,23%	23,53%	-
	Total		252	398	545	-
	Escolas com Ensino Médio		Zona Urbana	798	826	858
Zona Rural			38	43	51	63
Total Geral			836	869	909	962

Fonte:
 MEC/INEP (www.edudatabrasil.inep.gov.br/)

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 5
Escolas Estaduais, considerando o Zoneamento, Função Original do Prédio e Situação do Prédio quanto à Pertença Rede Estadual de Edifícios Escolares Pelotas – 1994

Aspectos Pesquisados		Escolas Estaduais 50 escolas	
Zoneamento	Urbano	45	90%
	Rural	05	10%
Função original do Prédio	Escolar	40	80%
	Residencial (adaptado)	10	20%
Situação do Prédio quanto à pertença	Propriedade do Mantenedor	36	72%
	Alugado de Particular	12	24%
	Cedido pelo Governo Municipal	01	2%
	Cedido pelo Governo Estadual	01	2%

Fonte:

- FERREIRA, Martha Poetsch, HUCKEMBECK, Inara Baade, PINTO, Maria Laura de Moura, SASTRE, João Róger de Souza. **Edifícios Escolares em Pelotas**. Pelotas: Gráfica UFPel, 1996.

Nota:

- Percentuais sobre o Total Estaduais.

Tabela 6
Escolas Estaduais, considerando o Proprietário do Prédio, o Projeto Original e os Ambientes Existentes
Rede Estadual de Edifícios Escolares
Pelotas (Zona Urbana) – 2000

Aspectos Pesquisados		Ensino Fundamental		Ensino Fundamental e Médio		Ensino Médio		Total	
		32 escolas		12 escolas		02 escolas		46 escolas	
Proprietário do Prédio	Estado (mantenedora)	21	65,63%	11	91,67%	02	100%	34	73,91%
	Particular (alugado)	11	34,37%	01	8,33%	-		12	26,09%
Projeto Original	Escolar	26	81,25%	10	83,33%	01	50%	37	80,44%
	Residencial (adaptado)	06	18,75%	02	16,67%	01	50%	09	19,56%
Ambientes	Direção	32	100%	12	100%	02	100%	46	100%
	Sala dos Professores	30	93,75%	12	100%	02	100%	44	95,65%
	Secretaria	31	96,88%	12	100%	02	100%	45	97,83%
	Biblioteca	32	100%	12	100%	02	100%	46	100%
	Laboratório de Ciências	06	18,75%	10	83,33%	01	50%	17	36,96%
	Laboratório de Informática	02	6,25%	04	33,33%	01	50%	07	15,22%
	Cozinha	32	100%	12	100%	02	100%	46	100%
	Refeitório	25	78,13%	12	100%	01	50%	38	82,61%
	Auditório	03	9,38%	05	41,67%	02	100%	10	21,74%
	Ginásio de Esportes	-	-	03	25%	-	-	03	6,52%
	Pátio Coberto	09	19,57%	08	66,67%	-	-	17	36,96%
Quadra de Esportes	17	53,13%	10	83,33%	02	100%	29	63,04%	
Sala de TV/Vídeo	20	62,50%	10	83,33%	02	100%	32	69,57%	

Fonte:

- SASTRE, João Róger de Souza. **Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas: um diagnóstico da rede estadual**. Pelotas: UFPel, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2001.

Nota:

- Percentuais sobre os totais de escolas por coluna.

Tabela 7
Escolas Estaduais segundo o Nível de Ensino considerando a existência de Laboratórios de Informática e Acesso à *Internet*
Rede Estadual de Edifícios Escolares
Pelotas (Zona Urbana) – 2007

Aspectos Pesquisados	Ensino Fundamental		Ensino Fundamental e Médio		Ensino Médio		Total	
	06	19,35%	09	69,23%	02	100%	17	36,96%
Laboratório de Informática	06	19,35%	09	69,23%	02	100%	17	36,96%
Acesso à <i>Internet</i> (no laboratório)	05	16,17%	08	64,54%	02	100%	15	32,61%

Fonte:

- SASTRE, João Róger de Souza. *A Escola na Era do Acesso: um estudo da rede escolar estadual na cidade de Pelotas-RS*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6. 2009. São Leopoldo. *Anais*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2009. p. 634-35.

Notas:

- Percentuais sobre os totais de escolas por coluna.
- (1) Foram pesquisadas as mesmas 46 escolas da rede estadual já analisadas em *Edifícios Escolares na Cidade de Pelotas: um diagnóstico da rede estadual (2001)*;
- Conforme apurado junto ao NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional da Região Sul), 09 escolas deverão receber laboratórios de informática, sendo 05 escolas de Ensino Fundamental e 04 de Ensino Fundamental e Médio;
- Tal implantação elevará os percentuais de presença de laboratórios de informática de 19,35% para 35,48% nas escolas de Ensino Fundamental, e de 64,54% para 100%, nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Esse acréscimo representa uma elevação dos atuais 36,96% para 56,52% de presença de laboratórios de informática na rede pesquisada.

Tabela 8
Número de Teses sobre Edifícios Escolares no Nível de Doutorado, considerando Expressões Pesquisadas e Instituição de Origem 1987-2006

Nível	Expressões Pesquisadas (Palavras Exatas)	Instituição de Origem	N.º de Teses	%	
Doutorado	Ambiente Escolar Arquitetura Escolar Construção(ões) Escolar(es) Edifício(s) Escolar(es) Espaço Escolar Prédio(s) Escolar(es)	Universidade de São Paulo (USP)	09	37,50%	
		Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	04	16,67%	
		Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	03	12,50%	
		Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	01	33,33%	
		Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	01		
		Universidade Federal da Bahia (UFBA)	01		
		Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	01		
		Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	01		
		Universidade Federal do Ceará (UFC)	01		
		Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	01		
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	01				
Total de Teses			24		100%

Fonte:

- Banco de Teses da Capes (<http://www.capes.gov.br/>).

Nota:

- Percentuais sobre o total de Teses.

Tabela 9
Número de Teses sobre Edifícios Escolares no Nível de Doutorado, considerando Expressões Pesquisadas e Área de Conhecimento 1987-2006

Nível	Expressões Pesquisadas (Palavras Exatas)	Área de Conhecimento (Origem)	N.º de Teses	%
Doutorado	Ambiente Escolar Arquitetura Escolar Construção(ões) Escolar(es) Edifício(s) Escolar(es) Espaço Escolar Prédio(s) Escolar(es)	Educação	11	45,83%
		Arquitetura e Urbanismo	05	20,83%
		Engenharia Civil	02	8,33%
		História	02	8,33%
		Educação Física	01	4,17%
		Engenharia de Produção	01	4,17%
		Geografia	01	4,17%
		Sociologia	01	4,17%
Total de Teses			24	100%

Fonte:

- Banco de Teses da Capes (<http://www.capes.gov.br/>).

Nota:

- Percentuais sobre o total de Teses.

Tabela 10
Questionários do Censo Escolar, considerando os Títulos de seus Blocos/Formulários
(Cadastro) e o Número de Itens Pesquisados
Censo Escolar 1999-2007

Título do Bloco/Formulário	Censo Escolar								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cadastro da Escola – Identificação Básica da Escola	33	34	39	39	39	37	42	42	-
Caracterização Física da Escola	16	16	22	22	22	24	-	-	-
Caracterização Física e Dados Gerais da Escola	-	-	-	-	-	-	22	22	-
Dados Gerais da Escola – Sala de Aula e Pessoal	06	06	06	06	06	-	-	-	-
Dados Gerais da Escola	-	-	-	-	-	12	-	-	-
Salas de Aula e Recursos Humanos	-	-	-	-	-	08	08	08	-
Educação Infantil e Classe de Alfabetização	04	04	-	-	-	-	-	-	-
Classe de Alfabetização	-	-	04	04	04	01	-	-	-
Educação Infantil	-	-	04	04	04	04	04	04	-
Ensino Fundamental (1.º grau/ensino regular)	11	11	15	15	15	-	-	-	-
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	28	26	26	-
Ensino Médio e Médio Profissionalizante (2.º grau/regular)	09	09	12	12	12	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-	15	-	-	-
Ensino Médio e Médio Integrado	-	-	-	-	-	-	13	13	-
Educação Especial	05	05	06	06	06	09	12	12	-
Educação de Jovens e Adultos (ensino supletivo)	03	03	05	06	06	-	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-	08	07	07	-
Curso Normal em Nível Médio	-	-	10	10	10	-	-	-	-
Educação Profissional em Nível Técnico	-	-	04	04	04	06	06	06	-
Transporte Escolar	-	-	-	-	-	-	06	06	-
Transporte Escolar Público	-	-	-	-	-	06	-	-	-
Avaliação do PNAE (Merenda Escolar) 2003	-	-	-	-	-	28	-	-	-

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Censos 1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006:
 - Neste período o Censo Escolar está estruturado como um questionário dividido em blocos (cada um com um título) os quais são compostos de perguntas a serem respondidas pelas escolas de Educação Básica das redes federal, estadual, municipal e privada;
 - 1999: 08 blocos; 2000: 08 blocos; 2001: 11 blocos; 2002: 11 blocos; 2003: 11 blocos; 2004: 13 blocos; 2005: 10 blocos; e 2006: 10 blocos.
- Censo 2007:
 - No ano de 2007, o Censo Escolar ganha a denominação de Educacenso, devendo ser respondido pela *Internet*. O questionário está dividido em formulários (cadastros) e um Caderno de Instruções.

Tabela 10
(Continuação)
Questionários do Censo Escolar, considerando os Títulos de seus Blocos/Formulários
(Cadastro) e o Número de Itens Pesquisados
Censo Escolar 1999-2007

Título do Bloco/Formulário		Censo Escolar								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cadastro de Escola	Identificação	-	-	-	-	-	-	-	-	28
	Caracterização e Infra-Estrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	11
	Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	06
	Recursos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	-	01
	Programas FNDE (Livro Didático e Alimentação Escolar)	-	-	-	-	-	-	-	-	03
	Dados Educacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	08
	Educação de Jovens e Adultos – EJA (Ano Anterior)	-	-	-	-	-	-	-	-	02
Autenticação	-	-	-	-	-	-	-	-	03	
Cadastro de Turma		-	-	-	-	-	-	-	-	06
Cadastro de Aluno	Identificação	-	-	-	-	-	-	-	-	11
	Documento	-	-	-	-	-	-	-	-	14
	Endereço Residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	07
	Dados Variáveis (Início do Ano Corrente)	-	-	-	-	-	-	-	-	10
	Informações do Ano Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	03
Cadastro de Docente em Regência de Classe e Auxiliar de Educação Infantil	Identificação	-	-	-	-	-	-	-	-	12
	Documento	-	-	-	-	-	-	-	-	14
	Endereço Residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	07
	Dados Variáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	03
	Dados de Docência	-	-	-	-	-	-	-	-	03
Total de Itens Pesquisados		87	88	127	128	128	186	146	146	152

Fontes:

- Questionários do Censo Escolar 1999-2007 – INEP (www.inep.gov.br/basica/centso/Escolar/questionarios/).

Notas:

- Censos 1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006:
 - Neste período o Censo Escolar está estruturado como um questionário dividido em blocos (cada um com um título) os quais são compostos de perguntas a serem respondidas pelas escolas de Educação Básica das redes federal, estadual, municipal e privada;
 - 1999: 08 blocos; 2000: 08 blocos; 2001: 11 blocos; 2002: 11 blocos; 2003: 11 blocos; 2004: 13 blocos; 2005: 10 blocos; e 2006: 10 blocos.
- Censo 2007:
 - No ano de 2007, o Censo Escolar ganha a denominação de Educacenso, devendo ser respondido pela *Internet*. O questionário está dividido em formulários (cadastros) e um Caderno de Instruções.

Tabela 11
Matrícula Inicial na Rede Estadual do Rio Grande do Sul,
segundo Níveis e Modalidades de Ensino
Censo Escolar 1999-2007

Níveis e Modalidades de Ensino		Matrícula Inicial								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Creche	Número de Matrículas	75	43	163	153	108	165	170	173	229
	Percentual	0,01%	(*)	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,02%
Pré-Escola	Número de Matrículas	61.974	62.436	62.214	60.407	60.285	60.002	56.910	54.380	36.209
	Percentual	4,38%	4,39%	4,33%	4,17%	4,17%	4,15%	4,06%	3,97%	2,74%
Ensino Fundamental	Número de Matrículas	906.816	888.599	867.926	847.504	822.796	804.141	771.303	748.501	744.522
	Percentual	64,12%	62,53%	60,34%	58,51%	56,94%	55,62%	55,01%	54,66%	56,32%
Ensino Médio	Número de Matrículas	355.080	379.219	389.759	401.674	402.510	418.413	405.225	396.815	381.454
	Percentual	25,11%	26,69%	27,09%	27,73%	27,85%	28,94%	28,90%	28,98%	28,85%
Classe de Alfabetização	Número de Matrículas	-	-	68	03	16	-	-	-	-
	Percentual	-	-	(*)	(*)	(*)	-	-	-	-
Curso Normal	Número de Matrículas	-	-	-	7.948	13.899	-	-	-	-
	Percentual	-	-	-	0,56%	0,96%	-	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos (presencial)	Número de Matrículas	78.734	79.903	87.214	103.858	119.299	135.146	139.153	138.070	123.389
	Percentual	5,57%	5,62%	6,06%	7,17%	8,26%	9,35%	9,92%	10,08%	9,33%
Educação de Jovens e Adultos (preparatório)	Número de Matrículas	7.258	6.718	9.305	-	-	-	-	-	-
	Percentual	0,51%	0,47%	0,65%	-	-	-	-	-	-
Educação Especial	Número de Matrículas	4.298	4.214	4.096	4.268	4.566	4.909	4.695	5.056	4.557
	Percentual	0,30%	0,30%	0,28%	0,29%	0,32%	0,34%	0,34%	0,37%	0,35%
Educação Profissional	Número de Matrículas	-	-	17.762	22.619	21.548	23.025	24.649	26.457	31.634
	Percentual	-	-	1,24%	1,56%	1,49%	1,59%	1,76%	1,93%	2,39%
Total de Matrículas na Rede Estadual		1.414.235	1.421.132	1.438.507	1.448.434	1.445.027	1.445.801	1.402.105	1.369.452	1.321.994

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Nota:

- Percentuais sobre os totais de Matrícula na Rede Estadual por coluna.
- (*) Os percentuais referentes à Classe de Alfabetização nos anos 2001, 2002 e 2003 não foram computados, por apresentarem valores próximos a zero.

Tabela 12
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio), segundo sua Situação (Abertura, Fechamento e/ou Municipalização)
Censo Escolar 1999-2007

Situação	Descrição	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006	2006 2007	1999 2007
Abertura	Ensino Fundamental Rural	40	09	18 ⁽³⁾	03	03	04	02	03	82
	Ensino Fundamental Urbana	15	02	04	01	-	03	01	01	27
	Ensino Fundamental e Médio Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ensino Fundamental e Médio Urbana	02	-	-	-	-	-	-	-	02
	Ensino Médio Rural	-	-	07	01 ⁽⁵⁾	01 ⁽⁷⁾	01	03 ⁽⁸⁾	02	15
	Ensino Médio Urbana	01	02 ⁽¹⁾	11	04	04	03	05 ⁽⁹⁾	04	34
	Total	58	13	40	09	08	11	11	10	160
Fechamento/ Municipalização	Ensino Fundamental Rural	18	16	15	19	42	127	35	38	310
	Ensino Fundamental Urbana	03	02 ⁽²⁾	05 ⁽⁴⁾	01 ⁽⁶⁾	05	02	03	03	24
	Ensino Fundamental e Médio Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ensino Fundamental e Médio Urbana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ensino Médio Rural	-	-	-	-	-	-	02	03	05
	Ensino Médio Urbana	02	-	-	01	-	01	03	06	13
	Total	23	18	20	21	47	130	43	50	352
Saldo	Ensino Fundamental Rural	22 (+)	07 (-)	03 (+)	16 (-)	39 (-)	123 (-)	33 (-)	35 (-)	228 (-)
	Ensino Fundamental Urbana	12 (+)	-	01 (-)	-	05 (-)	01 (+)	02 (-)	02 (-)	03 (+)
	Ensino Fundamental e Médio Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ensino Fundamental e Médio Urbana	02 (+)	-	-	-	-	-	-	-	02 (+)
	Ensino Médio Rural	-	-	07 (+)	01 (+)	01 (+)	01 (+)	01 (+)	01 (-)	10 (+)
	Ensino Médio Urbana	01 (-)	02 (+)	11 (+)	03 (+)	04 (+)	02 (+)	02 (+)	02 (-)	21 (+)
	Total	35 (+)	05 (-)	20 (+)	12 (-)	39 (-)	119 (-)	32 (-)	40 (-)	192 (-)

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- (1) 2000-2001: Reabertura de 01 (uma) Escola de Ensino Médio Urbana.
- (2) 2000-2001: Em 02 (duas) escolas estaduais rurais o Ensino Fundamental não foi mais ofertado.
- (3) 2001-2002: Em 01 (uma) escola estadual rural o Ensino Fundamental passou a ser ofertado.
- (4) 2001-2002: Em 02 (duas) escolas estaduais urbanas o Ensino Fundamental não foi mais ofertado.
- (5) 2002-2003: Em 01 (uma) escola estadual rural o Ensino Médio passou a ser ofertado.
- (6) 2002-2003: Em 01 (uma) escola estadual urbana o Ensino Fundamental não foi mais ofertado.
- (7) 2003-2004: Em 01 (uma) escola estadual rural o Ensino Médio passou a ser ofertado.
- (8) 2005-2006: Em 01 (uma) escola estadual rural o Ensino Médio passou a ser ofertado.
- (9) 2005-2006: Em 01 (uma) escola estadual urbana o Ensino Médio passou a ser ofertado.
- As escolas estaduais abertas, fechadas ou municipalizadas podem ofertar outros níveis e modalidades de ensino conjuntamente.

Tabela 13
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio), segundo as Alterações no Nível de Ensino e Zoneamento Censo Escolar 1999-2007

Alteração (Níveis de Ensino e/ou Zoneamento)		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006	2006 2007	1999 2007
EFR	→ EFU	-	34	17	14	13	13	20	03	114
EFR	→ EFMR	08	01	02	01	05	09	13	03	42
EFR	→ EFMU	01	-	-	03	-	-	01	-	05
EFU	→ EFR	06	38	23	20	15	13	08	16	139
EFU	→ EFMR	-	-	-	01	-	01	-	-	02
EFU	→ EFMU	59	36	22	31	25	27	36	33	269
EFMR	→ EFMU	-	07	02	19	25	04	04	01	62
EFMU	→ EFMR	-	02	03	24	24	03	02	01	59
EFMU	→ EFU	-	-	03	-	01	-	-	-	04
EFMU	→ EMU	-	-	-	-	03	-	01	-	04
EMR	→ EMU	-	-	-	-	01	02	-	-	03
EMU	→ EMR	-	-	-	01	01	-	-	-	02
EMU	→ EFMU	02	-	02	-	-	-	01	01	06
Zoneamento	Rural → Urbano	01	41	19	36	39	19	25	04	184
	Urbano → Rural	06	40	26	46	40	17	10	17	202
Nível de Ensino	Ensino Fundamental (abertura)	02	-	02	-	-	-	01	01	06
	Ensino Fundamental (fechamento)	-	-	-	-	03	-	01	-	04
	Ensino Médio (abertura)	68	37	24	36	30	37	50	36	318
	Ensino Médio (fechamento)	-	-	03	-	01	-	-	-	04

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- EFR: Escola de Ensino Fundamental Rural.
- EFU: Escola de Ensino Fundamental Urbana.
- EFMR: Escola de Ensino Fundamental e Médio Rural.
- EFMU: Escola de Ensino Fundamental e Médio Urbana.
- EMR: Escola de Ensino Médio Rural.
- EMU: Escola de Ensino Médio Urbana.
- As escolas estaduais com alterações de zoneamento e nível de ensino (Fundamental e Médio) podem ofertar outros níveis e modalidades de ensino conjuntamente.
- A mesma escola com zoneamento rural em um Censo, pode constar com zoneamento urbano no Censo seguinte e vice-versa.

Tabela 14
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Nível de Ensino	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ensino Fundamental	Urbana	Número de Escolas	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Percentual	52,79%	51,24%	50,45%	49,70%	49,14%	49,37%	52,06%	53,06%	52,54%
	Rural	Número de Escolas	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Percentual	47,21%	48,76%	49,55%	50,30%	50,86%	50,63%	47,94%	46,94%	47,46%
	Total		2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755
	Percentual		76,59%	74,66%	73,21%	72,17%	70,54%	69,02%	66,31%	64,01%	63,82%
Ensino Fundamental e Médio	Urbana	Número de Escolas	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Percentual	97,91%	96,91%	97,66%	97,31%	96,50%	96,10%	95,16%	94,16%	94,06%
	Rural	Número de Escolas	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Percentual	2,09%	3,09%	2,34%	2,69%	3,50%	3,90%	4,84%	5,84%	5,94%
	Total		575	647	684	707	743	769	806	856	893
	Percentual		19,20%	21,38%	22,59%	23,23%	24,43%	25,62%	27,94%	29,97%	32,47%
Ensino Médio	Urbana	Número de Escolas	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Percentual	95,89%	95,71%	95,83%	88,64%	86,96%	87,00%	88,35%	87,74%	88,24%
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Percentual	4,11%	4,29%	4,17%	11,36%	13,04%	13,00%	11,65%	12,26%	11,76%
	Total		73	70	72	88	92	100	103	106	102
	Percentual		2,44%	2,31%	2,38%	2,89%	3,02%	3,33%	3,57%	3,71%	3,71%
Subtotal	Urbana	Número de Escolas	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Percentual	62,68%	62,21%	62,42%	62,10%	62,11%	62,87%	65,70%	66,99%	67,35%
	Rural	Número de Escolas	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Percentual	37,32%	37,79%	37,58%	37,90%	37,89%	37,13%	34,30%	33,01%	32,65%
	Total		2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750
	Percentual		98,23%	98,35%	98,18%	98,29%	97,99%	97,97%	97,82%	97,69%	97,69%
Outros Níveis e/ou Modalidades de Ensino		Total	53	50	55	52	61	61	63	66	65
		Percentual	1,77%	1,65%	1,82%	1,71%	2,01%	2,03%	2,18%	2,31%	2,31%
Total Geral			2995	3027	3027	3044	3041	3002	2885	2856	2815

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 15
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Número de Alunos	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Até 50	Urbana	Número de Escolas	16	22	19	19	16	13	11	17	12
		Percentual	0,87%	1,19%	1,03%	1,02%	0,87%	0,70%	0,60%	0,91%	0,65%
	Rural	Número de Escolas	604	610	608	604	594	553	442	428	407
		Percentual	55,01%	54,22%	54,43%	53,26%	52,61%	50,64%	45,66%	46,47%	45,32%
	Total	620	632	627	623	610	566	453	445	419	
Percentual	21,07%	21,23%	21,10%	20,82%	20,47%	19,25%	16,05%	15,95%	15,24%		
51 – 100	Urbana	Número de Escolas	30	23	21	18	23	20	26	32	31
		Percentual	1,63%	1,24%	1,13%	0,97%	1,24%	1,08%	1,40%	1,71%	1,67%
	Rural	Número de Escolas	149	159	166	171	189	192	209	199	207
		Percentual	13,57%	14,13%	14,86%	15,08%	16,74%	17,58%	21,59%	21,61%	23,05%
	Total	179	182	187	189	212	212	235	231	238	
Percentual	6,08%	6,11%	6,29%	6,32%	7,12%	7,21%	8,33%	8,28%	8,65%		
101 – 300	Urbana	Número de Escolas	362	360	351	340	334	348	374	397	390
		Percentual	19,63%	19,44%	18,92%	18,30%	18,04%	18,82%	20,17%	21,24%	21,06%
	Rural	Número de Escolas	316	326	310	317	308	297	274	250	244
		Percentual	28,78%	28,98%	27,75%	27,96%	27,28%	27,20%	28,31%	27,14%	27,17%
	Total	678	686	661	657	642	645	648	647	634	
Percentual	23,05%	23,04%	22,24%	21,96%	21,54%	21,93%	22,96%	23,19%	23,05%		
Mais de 300	Urbana	Número de Escolas	1436	1447	1464	1481	1478	1468	1443	1423	1419
		Percentual	77,87%	78,13%	78,92%	79,71%	79,85%	79,40%	77,83%	76,14%	76,62%
	Rural	Número de Escolas	29	30	33	42	38	50	43	44	40
		Percentual	2,64%	2,67%	2,96%	3,70%	3,37%	4,58%	4,44%	4,78%	4,46%
	Total	1465	1477	1497	1523	1516	1518	1486	1467	1459	
Percentual	49,80%	49,62%	50,37%	50,90%	50,87%	51,61%	52,66%	52,58%	53,06%		
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio	Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852	
	Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898	
	Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750	

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 16
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Número de Alunos	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Até 50	Urbana	Número de Escolas	16	22	19	19	16	13	11	16	11
		Percentual	1,32%	1,90%	1,70%	1,74%	1,52%	1,27%	1,11%	1,65%	1,19%
	Rural	Número de Escolas	604	610	608	604	594	553	442	426	405
		Percentual	55,77%	55,35%	55,37%	54,66%	54,45%	52,71%	48,20%	49,65%	48,62%
	Total	Percentual	620	632	627	623	610	566	453	442	416
			27,03%	27,97%	28,30%	28,36%	28,44%	27,31%	23,68%	24,18%	23,70%
51 – 100	Urbana	Número de Escolas	29	23	21	18	22	19	24	23	23
		Percentual	2,39%	1,99%	1,88%	1,65%	2,09%	1,86%	2,41%	2,37%	2,50%
	Rural	Número de Escolas	149	159	166	170	188	189	204	194	206
		Percentual	13,76%	14,43%	15,12%	15,39%	17,23%	18,02%	22,25%	22,61%	24,73%
	Total	Percentual	178	182	187	188	210	208	228	217	229
			7,76%	8,05%	8,44%	8,56%	9,79%	10,04%	11,92%	11,87%	13,05%
101 – 300	Urbana	Número de Escolas	333	325	313	298	292	298	309	320	296
		Percentual	27,50%	28,06%	28,00%	27,29%	27,70%	29,13%	31,02%	32,99%	32,10%
	Rural	Número de Escolas	308	313	306	308	292	285	255	222	212
		Percentual	28,44%	28,40%	27,87%	27,87%	26,76%	27,17%	27,81%	25,87%	25,45%
	Total	Percentual	641	638	619	606	584	583	564	542	508
			27,94%	28,23%	27,93%	27,58%	27,22%	28,14%	29,48%	29,65%	28,95%
Mais de 300	Urbana	Número de Escolas	833	788	765	757	724	693	652	611	592
		Percentual	68,79%	68,05%	68,42%	69,32%	68,69%	67,74%	65,46%	62,99%	64,21%
	Rural	Número de Escolas	22	20	18	23	17	22	16	16	10
		Percentual	2,03%	1,82%	1,64%	2,08%	1,56%	2,10%	1,74%	1,87%	1,20%
	Total	Percentual	855	808	783	780	741	715	668	627	602
			37,27%	35,75%	35,33%	35,50%	34,55%	34,51%	34,92%	34,30%	34,30%
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino

Tabela 17
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Número de Alunos	Zoneamento		Censo Escolar									
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Até 50	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,12%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00%	1,88%
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	01	02
	Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	0,12%	0,22%
51 – 100	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	01	04
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	0,12%	0,48%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	01	04
	Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	0,12%	0,45%
101 – 300	Urbana	Número de Escolas	14	20	24	21	21	26	39	54	70	
		Percentual	2,49%	3,19%	3,59%	3,05%	2,93%	3,52%	5,08%	6,70%	8,33%	
	Rural	Número de Escolas	07	10	04	04	09	08	17	25	26	
		Percentual	58,33%	50,00%	25,00%	21,05%	34,62%	26,67%	43,59%	50,00%	49,06%	
	Total		21	30	28	25	30	34	56	79	96	
	Percentual		3,65%	4,64%	4,09%	3,54%	4,04%	4,42%	6,95%	9,23%	10,75%	
Mais de 300	Urbana	Número de Escolas	549	607	644	667	696	713	728	751	765	
		Percentual	97,51%	96,81%	96,41%	96,95%	97,07%	96,48%	94,92%	93,18%	91,07%	
	Rural	Número de Escolas	05	10	12	15	17	22	22	24	26	
		Percentual	41,67%	50,00%	75,00%	78,95%	65,38%	73,33%	56,41%	48,00%	49,06%	
	Total		554	617	656	682	713	735	750	775	791	
	Percentual		96,35%	95,36%	95,91%	96,46%	95,96%	95,58%	93,05%	90,53%	88,58%	
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840	
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53	
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893	

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 18
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Número de Alunos (Matrícula Inicial), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Número de Alunos	Zoneamento		Censo Escolar									
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Até 50	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	1,08%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	7,69%	8,33%
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	02	01
	Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	1,89%	0,98%
51 – 100	Urbana	Número de Escolas	01	-	-	-	01	01	02	08	04	
		Percentual	1,43%	-	-	-	1,25%	1,15%	2,20%	8,60%	4,44%	
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	01	01	03	05	05	01	
		Percentual	-	-	-	10,00%	8,33%	23,08%	41,67%	38,46%	8,33%	
	Total		01	-	-	01	02	04	07	13	05	
	Percentual		1,37%	-	-	1,14%	2,17%	4,00%	6,80%	12,26%	4,90%	
101 – 300	Urbana	Número de Escolas	15	15	14	21	21	24	26	23	24	
		Percentual	21,43%	22,39%	20,29%	26,92%	26,25%	27,59%	28,57%	24,73%	26,67%	
	Rural	Número de Escolas	01	03	-	05	07	04	02	03	06	
		Percentual	33,33%	100%	-	50,00%	58,34%	30,77%	16,66%	23,08%	50,00%	
	Total		16	18	14	26	28	28	28	26	30	
	Percentual		21,92%	25,71%	19,44%	29,54%	30,44%	28,00%	27,18%	24,53%	29,41%	
Mais de 300	Urbana	Número de Escolas	54	52	55	57	58	62	63	61	62	
		Percentual	77,14%	77,61%	79,71%	73,08%	72,50%	71,26%	69,23%	65,59%	68,89%	
	Rural	Número de Escolas	02	-	03	04	04	06	05	04	04	
		Percentual	66,67%	-	100%	40,00%	33,33%	46,15%	41,67%	30,77%	33,34%	
	Total		56	52	58	61	62	68	68	65	66	
	Percentual		76,71%	74,29%	80,56%	69,32%	67,39%	68,00%	66,02%	61,32%	64,71%	
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90	
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12	
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102	

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 19
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Local de Funcionamento	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Prédio Escolar	Urbana	Número de Escolas	1786	1803	1796	1787	1790	1805	1811	1826	1771
		Percentual	96,86%	97,35%	96,82%	96,18%	96,71%	97,62%	97,68%	97,70%	95,63%
	Rural	Número de Escolas	1063	1111	1070	1073	1065	1045	927	881	844
		Percentual	96,81%	98,75%	95,79%	94,62%	94,33%	95,70%	95,77%	95,66%	93,99%
	Total		2849	2914	2866	2860	2855	2850	2738	2707	2615
Percentual		96,84%	97,88%	96,43%	95,59%	95,81%	96,91%	97,02%	97,02%	95,09%	
Casa do Professor	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	01	01	-	01	-	01	-	-
		Percentual	-	0,09%	0,09%	-	0,09%	-	0,10%	-	-
	Total		-	01	01	-	01	-	01	-	-
Percentual		-	0,03%	0,03%	-	0,04%	-	0,04%	-	-	
Empresa	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Galpão	Urbana	Número de Escolas	01	03	01	02	-	-	-	02	-
		Percentual	0,05%	0,16%	0,05%	0,11%	-	-	-	0,11%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	03	05	04	12	07	13	11
		Percentual	-	-	0,27%	0,44%	0,35%	1,10%	0,72%	1,41%	1,22%
	Total		01	03	04	07	04	12	07	15	11
Percentual		0,03%	0,10%	0,14%	0,24%	0,13%	0,41%	0,25%	0,54%	0,40%	
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) 01 (um) estabelecimento de Ensino Médio Urbano não prestou informações sobre o seu Local de Funcionamento.

Tabela 19
(Continuação)
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Local de Funcionamento	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽³⁾
Templo	Urbana	Número de Escolas	02	02	-	01	-	02	01	01	01
		Percentual	0,11%	0,11%		0,05%		0,11%	0,05%	0,05%	0,05%
	Rural	Número de Escolas	02	05	05	03	04	01	02	03	03
		Percentual	0,18%	0,44%	0,45%	0,26%	0,35%	0,09%	0,21%	0,32%	0,33%
	Total		04	07	05	04	04	03	03	04	04
Percentual		0,14%	0,24%	0,17%	0,13%	0,13%	0,10%	0,11%	0,14%	0,15%	
Unidade de Interação ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	02	05	03	05
		Percentual	-	-	-	-	-	0,11%	0,27%	0,16%	0,27%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	01	01	01
		Percentual	-	-	-	-	-	0,09%	0,10%	0,11%	0,11%
	Total		-	-	-	-	-	03	06	04	06
Percentual		-	-	-	-	-	0,10%	0,21%	0,14%	0,22%	
Outra Escola	Urbana	Número de Escolas	08	08	08	06	05	09	08	13	06
		Percentual	0,43%	0,43%	0,43%	0,32%	0,27%	0,49%	0,43%	0,69%	0,33%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	01	04	02	02	-
		Percentual	-	-	-	-	0,09%	0,37%	0,21%	0,22%	-
	Total		08	08	08	06	06	13	10	15	06
Percentual		0,27%	0,27%	0,27%	0,20%	0,20%	0,44%	0,35%	0,54%	0,22%	
Outros	Urbana	Número de Escolas	17	19	13	12	13	04	07	08	07
		Percentual	0,92%	1,03%	0,70%	0,65%	0,70%	0,21%	0,38%	0,43%	0,38%
	Rural	Número de Escolas	03	04	07	14	15	13	13	05	04
		Percentual	0,28%	0,36%	0,63%	1,24%	1,33%	1,19%	1,34%	0,54%	0,45%
	Total		20	23	20	26	28	17	20	13	11
Percentual		0,68%	0,77%	0,67%	0,87%	0,94%	0,58%	0,71%	0,47%	0,40%	
Misto ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	30	17	37	50	43	27	22	16	61
		Percentual	1,63%	0,92%	2,00%	2,69%	2,32%	1,46%	1,19%	0,86%	3,29%
	Rural	Número de Escolas	30	04	31	39	39	16	15	16	35
		Percentual	2,73%	0,36%	2,77%	3,44%	3,46%	1,46%	1,55%	1,74%	3,90%
	Total		60	21	68	89	82	43	37	32	96
Percentual		2,04%	0,71%	2,29%	2,97%	2,75%	1,46%	1,31%	1,15%	3,49%	
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) O local de funcionamento *Unidade de Interação* foi incluído no questionário do Censo Escolar a partir de 2004.
- (2) Os estabelecimentos que indicaram mais de um tipo de local de funcionamento são considerados como ocupando um prédio de características mistas.
- (3) 01 (um) estabelecimento de Ensino Médio Urbano não prestou informações sobre o seu *Local de Funcionamento*.

Tabela 20
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Local de Funcionamento	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Prédio Escolar	Urbana	Número de Escolas	1176	1128	1085	1055	1032	1006	974	954	894
		Percentual	97,11%	97,41%	97,05%	96,61%	97,91%	98,34%	97,79%	98,35%	96,96%
	Rural	Número de Escolas	1049	1089	1053	1049	1035	1008	879	825	790
		Percentual	96,86%	98,82%	95,90%	94,93%	94,87%	96,09%	95,85%	96,15%	94,84%
	Total		2225	2217	2138	2104	2067	2014	1853	1779	1684
	Percentual		96,99%	98,10%	96,48%	95,77%	96,36%	97,20%	96,86%	97,32%	95,95%
Casa do Professor	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	01	01	-	01	-	01	-	-
		Percentual	-	0,10%	0,09%	-	0,09%	-	0,11%	-	-
	Total		-	01	01	-	01	-	01	-	-
	Percentual		-	0,04%	0,04%	-	0,05%	-	0,05%	-	-
Empresa	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Galpão	Urbana	Número de Escolas	01	03	-	02	-	-	-	02	-
		Percentual	0,08%	0,26%	-	0,18%	-	-	-	0,21%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	03	05	04	12	07	13	11
		Percentual	-	-	0,27%	0,45%	0,37%	1,14%	0,76%	1,52%	1,32%
	Total		01	03	03	07	04	12	07	15	11
	Percentual		0,04%	0,13%	0,14%	0,32%	0,19%	0,58%	0,37%	0,82%	0,63%
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 20
(Continuação)
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Local de Funcionamento	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Templo	Urbana	Número de Escolas	02	02	-	01	-	02	01	01	01
		Percentual	0,17%	0,17%	-	0,10%	-	0,20%	0,10%	0,10%	0,11%
	Rural	Número de Escolas	02	04	05	03	04	01	02	03	03
		Percentual	0,18%	0,36%	0,46%	0,27%	0,37%	0,10%	0,22%	0,35%	0,36%
	Total		04	06	05	04	04	03	03	04	04
	Percentual		0,18%	0,27%	0,23%	0,18%	0,19%	0,14%	0,16%	0,22%	0,23%
Unidade de Interação ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	02	05	01	-
		Percentual	-	-	-	-	-	0,20%	0,50%	0,10%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	01	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	0,10%	0,11%	-	-
	Total		-	-	-	-	-	03	06	01	-
	Percentual		-	-	-	-	-	0,14%	0,31%	0,05%	-
Outra Escola	Urbana	Número de Escolas	03	01	01	02	01	01	01	02	-
		Percentual de Escolas	0,25%	0,09%	0,09%	0,18%	0,10%	0,09%	0,10%	0,21%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		03	01	01	02	01	01	01	02	-
	Percentual		0,13%	0,04%	0,04%	0,09%	0,05%	0,05%	0,05%	0,11%	-
Outros	Urbana	Número de Escolas	16	19	13	12	12	03	05	07	06
		Percentual	1,32%	1,64%	1,16%	1,10%	1,14%	0,29%	0,50%	0,72%	0,65%
	Rural	Número de Escolas	03	04	07	14	14	12	13	05	04
		Percentual	0,28%	0,36%	0,64%	1,27%	1,28%	1,14%	1,42%	0,58%	0,48%
	Total		19	23	20	26	26	15	18	12	10
	Percentual		0,83%	1,02%	0,90%	1,18%	1,21%	0,73%	0,94%	0,66%	0,57%
Misto ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	13	05	19	20	09	09	10	03	21
		Percentual	1,07%	0,43%	1,70%	1,83%	0,85%	0,88%	1,01%	0,31%	2,28%
	Rural	Número de Escolas	29	04	29	34	33	15	14	12	25
		Percentual	2,68%	0,36%	2,64%	3,08%	3,02%	1,43%	1,53%	1,40%	3,00%
	Total		42	09	48	54	42	24	24	15	46
	Percentual		1,83%	0,40%	2,17%	2,46%	1,95%	1,16%	1,26%	0,82%	2,62%
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) O local de funcionamento *Unidade de Interação* foi incluído no questionário do Censo Escolar a partir de 2004.
- (2) Os estabelecimentos que indicaram mais de um tipo de local de funcionamento são considerados como ocupando um prédio de características mistas.

Tabela 21
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Local de Funcionamento	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Prédio Escolar	Urbana	Número de Escolas	545	616	653	666	689	726	757	793	810
		Percentual	96,80%	98,25%	97,75%	96,80%	96,09%	98,24%	98,70%	98,39%	96,43%
	Rural	Número de Escolas	11	19	14	18	25	29	38	45	47
		Percentual	91,67%	95,00%	87,50%	94,74%	96,15%	96,67%	97,44%	90,00%	88,68%
	Total		556	635	667	684	714	755	795	838	857
Percentual		96,70%	98,15%	97,51%	96,75%	96,10%	98,18%	98,64%	97,90%	95,97%	
Casa do Professor	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Empresa	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Galpão	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 21
(Continuação)Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Local de Funcionamento	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Templo	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	01	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	5,00%	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	01	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	0,15%	-	-	-	-	-	-	-	
Unidade de Interação ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	01	05
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	0,12%	0,59%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	01	01
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	2,00%	1,89%
	Total		-	-	-	-	-	-	-	02	06
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	0,23%	0,67%	
Outra Escola	Urbana	Número de Escolas	01	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	0,18%	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		01	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		0,17%	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	01	01	01	01	01
		Percentual	-	-	-	-	0,14%	0,14%	0,13%	0,12%	0,12%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	01	01	01	01	01
Percentual		-	-	-	-	0,13%	0,13%	0,12%	0,12%	0,11%	
Misto ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	17	11	15	22	27	12	09	11	24
		Percentual	3,02%	1,75%	2,25%	3,20%	3,77%	1,62%	1,17%	1,37%	2,86%
	Rural	Número de Escolas	01	-	02	01	01	01	01	04	05
		Percentual	8,33%	-	12,50%	5,26%	3,85%	3,33%	2,56%	8,00%	9,43%
	Total		18	11	17	23	28	13	10	15	29
Percentual		3,13%	1,70%	2,49%	3,25%	3,77%	1,69%	1,24%	1,75%	3,25%	
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) O local de funcionamento *Unidade de Interação* foi incluído no questionário do Censo Escolar a partir de 2004.
- (2) Os estabelecimentos que indicaram mais de um tipo de local de funcionamento são considerados como ocupando um prédio de características mistas.

Tabela 22
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Local de Funcionamento	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Prédio Escolar	Urbana	Número de Escolas	65	59	58	66	69	73	80	79	67
		Percentual	92,86%	88,06%	84,06%	84,61%	86,25%	83,91%	87,91%	84,95%	74,44%
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	06	05	08	10	11	07
		Percentual	100%	100%	100%	60,00%	41,67%	61,54%	83,33%	84,62%	58,33%
	Total		68	62	61	72	74	81	90	90	74
	Percentual		93,15%	88,57%	84,72%	81,82%	80,43%	81,00%	87,38%	84,91%	72,55%
Casa do Professor	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Galpão	Urbana	Número de Escolas	-	-	01	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	1,45%	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	01	-	-	-	-	-	-
	Percentual		-	-	1,39%	-	-	-	-	-	-
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) 01 (um) estabelecimento de Ensino Médio Urbano não prestou informações sobre o seu Local de Funcionamento.

Tabela 22
(Continuação)
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Local de Funcionamento, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Local de Funcionamento	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽³⁾
Templo	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de Interação ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	01	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	1,07%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	01	-
	Percentual		-	-	-	-	-	-	-	0,94%	-
Outra Escola	Urbana	Número de Escolas	04	07	07	04	04	08	07	11	06
		Percentual	5,71%	10,45%	10,14%	5,13%	5,00%	9,19%	7,69%	11,83%	6,67%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	01	04	02	02	-
		Percentual	-	-	-	-	8,33%	30,77%	16,67%	15,38%	-
	Total		04	07	07	04	05	12	09	13	06
	Percentual		5,48%	10,00%	9,72%	4,54%	5,43%	12,00%	8,74%	12,26%	5,88%
Outros	Urbana	Número de Escolas	01	-	-	-	-	-	01	-	-
		Percentual	1,43%	-	-	-	-	-	1,10%	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	01	01	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	8,33%	7,69%	-	-	-
	Total		01	-	-	-	01	01	01	-	-
	Percentual		1,37%	-	-	-	1,09%	1,00%	0,97%	-	-
Misto ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	01	03	08	07	06	03	02	16
		Percentual	-	1,49%	4,35%	10,26%	8,75%	6,90%	3,30%	2,15%	17,78%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	04	05	-	-	-	05
		Percentual	-	-	-	40,00%	41,67%	-	-	-	41,67%
	Total		-	01	03	12	12	06	03	02	21
	Percentual		-	1,43%	4,17%	13,64%	13,05%	6,00%	2,91%	1,89%	20,59%
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) O local de funcionamento *Unidade de Interação* foi incluído no questionário do Censo Escolar a partir de 2004.
- (2) Os estabelecimentos que responderam mais de um tipo de local de funcionamento são considerados como ocupando um prédio de características mistas.
- (3) 01 (um) estabelecimento de Ensino Médio não prestou informações sobre o seu *Local de Funcionamento*.

Tabela 23
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Entidade Proprietária	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Estadual	Urbana	Número de Escolas	1766	1772	1779	1781	1780	1770	1785	1788	-
		Percentual	95,77%	95,68%	95,90%	95,86%	96,16%	95,73%	96,28%	95,67%	-
	Rural	Número de Escolas	1048	1101	1075	1098	1089	1061	947	897	-
		Percentual	95,45%	97,87%	96,24%	96,83%	96,46%	97,17%	97,83%	97,39%	-
	Total		2814	2873	2854	2879	2869	2831	2732	2685	-
	Percentual		95,65%	96,51%	96,03%	96,22%	96,28%	96,26%	96,81%	96,24%	-
Federal	Urbana	Número de Escolas	04	05	04	03	04	06	07	07	-
		Percentual	0,22%	0,27%	0,22%	0,16%	0,22%	0,32%	0,38%	0,37%	-
	Rural	Número de Escolas	24	05	08	07	13	08	04	07	-
		Percentual	2,19%	0,44%	0,72%	0,62%	1,15%	0,73%	0,41%	0,76%	-
	Total		28	10	12	10	17	14	11	14	-
	Percentual		0,95%	0,34%	0,40%	0,34%	0,57%	0,48%	0,39%	0,50%	-
Municipal	Urbana	Número de Escolas	22	28	31	27	24	35	26	39	-
		Percentual	1,19%	1,51%	1,67%	1,45%	1,30%	1,89%	1,40%	2,09%	-
	Rural	Número de Escolas	14	06	13	03	07	08	05	06	-
		Percentual	1,27%	0,53%	1,16%	0,26%	0,62%	0,73%	0,52%	0,65%	-
	Total		36	34	44	30	31	43	31	45	-
	Percentual		1,22%	1,14%	1,48%	1,00%	1,04%	1,46%	1,10%	1,61%	-
Particular	Urbana	Número de Escolas	52	47	41	47	43	38	36	35	-
		Percentual	2,82%	2,54%	2,21%	2,53%	2,32%	2,06%	1,94%	1,87%	-
	Rural	Número de Escolas	12	13	21	26	20	15	12	11	-
		Percentual	1,09%	1,16%	1,88%	2,29%	1,77%	1,37%	1,24%	1,20%	-
	Total		64	60	62	73	63	53	48	46	-
	Percentual		2,18%	2,01%	2,09%	2,44%	2,11%	1,80%	1,70%	1,65%	-
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

- (1) O levantamento sobre a Entidade Proprietária do Imóvel foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 24
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Entidade Proprietária	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Estadual	Urbana	Número de Escolas	1158	1109	1068	1047	1010	976	955	926	-
		Percentual	95,62%	95,77%	95,53%	95,88%	95,82%	95,40%	95,88%	95,46%	-
	Rural	Número de Escolas	1033	1078	1057	1070	1052	1021	899	838	-
		Percentual	95,38%	97,82%	96,27%	96,83%	96,43%	97,33%	98,03%	97,67%	-
	Total		2191	2187	2125	2117	2062	1997	1854	1764	-
	Percentual		95,51%	96,77%	95,89%	96,36%	96,13%	96,38%	96,92%	96,50%	-
Federal	Urbana	Número de Escolas	04	04	03	02	04	05	07	06	-
		Percentual	0,33%	0,35%	0,27%	0,18%	0,38%	0,49%	0,70%	0,62%	-
	Rural	Número de Escolas	24	05	08	07	13	08	04	07	-
		Percentual	2,22%	0,45%	0,73%	0,64%	1,19%	0,76%	0,44%	0,82%	-
	Total		28	09	11	09	17	13	11	13	-
	Percentual		1,22%	0,40%	0,50%	0,41%	0,79%	0,63%	0,57%	0,71%	-
Municipal	Urbana	Número de Escolas	15	15	18	12	10	15	09	15	-
		Percentual	1,24%	1,29%	1,61%	1,10%	0,95%	1,47%	0,91%	1,55%	-
	Rural	Número de Escolas	14	06	13	03	06	06	03	03	-
		Percentual	1,29%	0,55%	1,18%	0,27%	0,55%	0,57%	0,33%	0,35%	-
	Total		29	21	31	15	16	21	12	18	-
	Percentual		1,26%	0,93%	1,40%	0,68%	0,75%	1,01%	0,63%	0,98%	-
Particular	Urbana	Número de Escolas	34	30	29	31	30	27	25	23	-
		Percentual	2,81%	2,59%	2,59%	2,84%	2,85%	2,64%	2,51%	2,37%	-
	Rural	Número de Escolas	12	13	20	25	20	14	11	10	-
		Percentual	1,11%	1,18%	1,82%	2,26%	1,83%	1,34%	1,20%	1,16%	-
	Total		46	43	49	56	50	41	36	33	-
	Percentual		2,01%	1,90%	2,21%	2,55%	2,33%	1,98%	1,88%	1,81%	-
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) O levantamento sobre a Entidade Proprietária do Imóvel foi excluído do Censo Escolar em 2007.

Tabela 25
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Entidade Proprietária	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Estadual	Urbana	Número de Escolas	547	605	652	667	698	719	750	784	-
		Percentual	97,16%	96,49%	97,60%	96,95%	97,35%	97,29%	97,78%	97,27%	-
	Rural	Número de Escolas	12	20	15	18	25	28	38	49	-
		Percentual	100%	100%	93,75%	94,74%	96,15%	93,34%	97,44%	98,00%	-
	Total		559	625	667	685	723	747	788	833	-
	Percentual		97,22%	96,60%	97,51%	96,89%	97,31%	97,14%	97,77%	97,31%	-
Federal	Urbana	Número de Escolas	-	01	01	01	-	01	-	01	-
		Percentual	-	0,16%	0,15%	0,15%	-	0,14%	-	0,12%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	01	01	01	-	01	-	01	-
	Percentual		-	0,15%	0,15%	0,14%	-	0,13%	-	0,11%	-
Municipal	Urbana	Número de Escolas	03	08	07	08	08	11	07	11	-
		Percentual	0,53%	1,28%	1,05%	1,16%	1,12%	1,49%	0,91%	1,37%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	01	01	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	3,85%	3,33%	-	-	-
	Total		03	08	07	08	09	12	07	11	-
	Percentual		0,52%	1,24%	1,02%	1,13%	1,21%	1,56%	0,87%	1,29%	-
Particular	Urbana	Número de Escolas	13	13	08	12	11	08	10	10	-
		Percentual	2,31%	2,07%	1,20%	1,74%	1,53%	1,08%	1,31%	1,24%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	01	01	-	01	01	01	-
		Percentual	-	-	6,25%	5,26%	-	3,33%	2,56%	2,00%	-
	Total		13	13	09	13	11	09	11	11	-
	Percentual		2,26%	2,01%	1,32%	1,84%	1,48%	1,17%	1,36%	1,29%	-
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) O levantamento sobre a *Entidade Proprietária do Imóvel* foi excluído do Censo Escolar em 2007.

Tabela 26
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Entidade Proprietária do Imóvel, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Entidade Proprietária	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Estadual	Urbana	Número de Escolas	61	58	59	67	72	75	80	78	-
		Percentual	87,14%	86,57%	85,51%	85,90%	90,00%	86,21%	87,91%	83,87%	-
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	10	12	12	10	10	-
		Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	92,31%	83,33%	76,92%	-
	Total		64	61	62	77	84	87	90	88	-
	Percentual		87,67%	87,14%	86,11%	87,50%	91,31%	87,00%	87,38%	83,02%	-
Federal	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	Urbana	Número de Escolas	04	05	06	07	06	09	10	13	-
		Percentual	5,72%	7,46%	8,69%	8,97%	7,50%	10,34%	10,99%	13,98%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	02	03	-
		Percentual	-	-	-	-	-	7,69%	16,67%	23,08%	-
	Total		04	05	06	07	06	10	12	16	-
	Percentual		5,48%	7,14%	8,33%	7,95%	6,52%	10,00%	11,65%	15,09%	-
Particular	Urbana	Número de Escolas	05	04	04	04	02	03	01	02	-
		Percentual	7,14%	5,97%	5,80%	5,13%	2,50%	3,45%	1,10%	2,15%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		05	04	04	04	02	03	01	02	-
	Percentual		6,85%	5,72%	5,56%	4,55%	2,17%	3,00%	0,97%	1,89%	-
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) O levantamento sobre a *Entidade Proprietária do Imóvel* foi excluído do Censo Escolar em 2007.

Tabela 27
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) Censo Escolar 1999-2007

Forma de Ocupação	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Próprio	Urbana	Número de Escolas	1709	1748	1750	1748	1763	1762	1762	1770	-
		Percentual	92,68%	94,38%	94,34%	94,08%	95,25%	95,29%	95,04%	94,70%	-
	Rural	Número de Escolas	1065	1101	1073	1083	1074	1040	934	884	-
		Percentual	96,99%	97,87%	96,06%	95,50%	95,13%	95,24%	96,49%	95,98%	-
	Total		2774	2849	2823	2831	2837	2802	2696	2654	-
	Percentual		94,29%	95,70%	94,99%	94,62%	95,20%	95,27%	95,53%	95,13%	-
Alugado	Urbana	Número de Escolas	43	42	38	47	37	36	41	40	-
		Percentual	2,33%	2,27%	2,05%	2,53%	2,00%	1,95%	2,21%	2,14%	-
	Rural	Número de Escolas	05	02	06	05	11	07	03	05	-
		Percentual	0,46%	0,18%	0,54%	0,44%	0,97%	0,64%	0,31%	0,54%	-
	Total		48	44	44	52	48	43	44	45	-
	Percentual		1,63%	1,48%	1,48%	1,74%	1,61%	1,46%	1,56%	1,61%	-
Cedido	Urbana	Número de Escolas	92	62	67	63	51	51	51	59	-
		Percentual	4,99%	3,35%	3,61%	3,39%	2,75%	2,76%	2,75%	3,16%	-
	Rural	Número de Escolas	28	22	38	46	44	45	31	32	-
		Percentual	2,55%	1,95%	3,40%	4,06%	3,90%	4,12%	3,20%	3,48%	-
	Total		120	84	105	109	95	96	82	91	-
	Percentual		4,08%	2,82%	3,53%	3,64%	3,19%	3,27%	2,91%	3,26%	-
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) O levantamento sobre a *Forma de Ocupação do Prédio* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 28
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Forma de Ocupação	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Próprio	Urbana	Número de Escolas	1121	1094	1050	1030	998	971	946	912	-
		Percentual	92,57%	94,47%	93,92%	94,32%	94,69%	94,92%	94,98%	94,02%	-
	Rural	Número de Escolas	1050	1079	1055	1062	1041	1004	888	827	-
		Percentual	96,95%	97,91%	96,08%	96,11%	95,42%	95,71%	96,84%	96,39%	-
	Total		2171	2173	2105	2092	2039	1975	1834	1739	-
	Percentual		94,64%	96,15%	94,99%	95,22%	95,06%	95,32%	95,87%	95,13%	-
Alugado	Urbana	Número de Escolas	28	26	26	30	26	25	25	24	-
		Percentual	2,31%	2,25%	2,32%	2,75%	2,47%	2,44%	2,51%	2,47%	-
	Rural	Número de Escolas	05	02	06	05	11	06	02	04	-
		Percentual	0,46%	0,18%	0,55%	0,45%	1,01%	0,57%	0,22%	0,46%	-
	Total		33	28	32	35	37	31	27	28	-
	Percentual		1,44%	1,24%	1,44%	1,59%	1,72%	1,50%	1,41%	1,53%	-
Cedido	Urbana	Número de Escolas	62	38	42	32	30	27	25	34	-
		Percentual	5,12%	3,28%	3,76%	2,93%	2,84%	2,64%	2,51%	3,51%	-
	Rural	Número de Escolas	28	21	37	38	39	39	27	27	-
		Percentual	2,59%	1,91%	3,37%	3,44%	3,57%	3,72%	2,94%	3,15%	-
	Total		90	59	79	70	69	66	52	61	-
	Percentual		3,92%	2,61%	3,57%	3,19%	3,22%	3,18%	2,72%	3,34%	-
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

- (1) O levantamento sobre a *Forma de Ocupação do Prédio* foi excluído do Censo Escolar em 2007.

Tabela 29
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e
Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Forma de Ocupação	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Próprio	Urbana	Número de Escolas	540	606	650	664	697	722	746	786	-
		Percentual	95,92%	96,65%	97,30%	96,51%	97,22%	97,70%	97,26%	97,52%	-
	Rural	Número de Escolas	12	19	15	18	26	28	38	49	-
		Percentual	100%	95,00%	93,75%	94,74%	100%	93,34%	97,44%	98,00%	-
	Total		552	625	665	682	723	750	784	835	-
	Percentual		96,00%	96,60%	97,22%	96,46%	97,30%	97,53%	97,27%	97,55%	-
Alugado	Urbana	Número de Escolas	11	12	08	13	10	08	14	13	-
		Percentual	1,95%	1,91%	1,20%	1,89%	1,39%	1,08%	1,83%	1,61%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	01	01	-
		Percentual	-	-	-	-	-	3,33%	2,56%	2,00%	-
	Total		11	12	08	13	10	09	15	14	-
	Percentual		1,91%	1,85%	1,17%	1,84%	1,35%	1,17%	1,86%	1,63%	-
Cedido	Urbana	Número de Escolas	12	09	10	11	10	09	07	07	-
		Percentual	2,13%	1,44%	1,50%	1,60%	1,39%	1,22%	0,91%	0,87%	-
	Rural	Número de Escolas	-	01	01	01	-	01	-	-	-
		Percentual	-	5,00%	6,25%	5,26%	-	3,33%	-	-	-
	Total		12	10	11	12	10	10	07	07	-
	Percentual		2,09%	1,55%	1,61%	1,70%	1,35%	1,30%	0,87%	0,82%	-
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) O levantamento sobre a *Forma de Ocupação do Prédio* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 30
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Forma de Ocupação do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Forma de Ocupação	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Próprio	Urbana	Número de Escolas	48	48	50	54	68	69	70	72	-
		Percentual	68,58%	71,64%	72,46%	69,23%	85,00%	79,31%	76,92%	77,42%	-
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	03	07	08	08	08	-
		Percentual	100%	100%	100%	30,00%	58,33%	61,54%	66,67%	61,54%	-
	Total		51	51	53	57	75	77	78	80	-
	Percentual		69,86%	72,86%	73,61%	64,77%	81,52%	77,00%	75,73%	75,47%	-
Alugado	Urbana	Número de Escolas	04	04	04	04	01	03	02	03	-
		Percentual	5,71%	5,97%	5,80%	5,13%	1,25%	3,45%	2,20%	3,23%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		04	04	04	04	01	03	02	03	-
	Percentual		5,48%	5,71%	5,56%	4,55%	1,09%	3,00%	1,94%	2,83%	-
Cedido	Urbana	Número de Escolas	18	15	15	20	11	15	19	18	-
		Percentual	25,71%	22,39%	21,74%	25,64%	13,75%	17,24%	20,88%	19,35%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	07	05	05	04	05	-
		Percentual	-	-	-	70,00%	41,67%	38,46%	33,33%	38,46%	-
	Total		18	15	15	27	16	20	23	23	-
	Percentual		24,66%	21,43%	20,83%	30,68%	17,39%	20,00%	22,33%	21,70%	-
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) O levantamento sobre a *Forma de Ocupação do Prédio* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 31
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Compartilhamento do Prédio	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽¹⁾	2004	2005 ⁽⁴⁾	2006	2007
Urbana	Número de Escolas		-	-	39	63	82	61	65	54	18
		Percentual	-	-	2,10%	3,39%	4,43%	3,30%	3,51%	2,89%	0,97%
	Rural	Número de Escolas	-	-	10	21	22	20	15	14	02
		Percentual	-	-	0,90%	1,85%	1,95%	1,83%	1,55%	1,52%	0,22%
Total		-	-	49	84	104	81	80	68	20	
Percentual		-	-	1,65%	2,81%	3,49%	2,75%	2,83%	2,44%	0,73%	
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- Para o cálculo dos percentuais, não foram descontados os estabelecimentos que não prestaram informações sobre o compartilhamento, ou seja, foram considerados os totais de escolas da rede estadual (zona urbana, zona rural e total geral) para efeito de cálculo dos percentuais.
- (1) Estabelecimentos que não prestaram informações sobre o compartilhamento do prédio:
 - 2002: 84 (oitenta e quatro) (Zona Urbana: 46 – Zona Rural: 38).
 - 2003: 70 (setenta) (Zona Urbana: 48 – Zona Rural: 22).
 - 2005: 96 (noventa e seis) (Zona Urbana: 56 – Zona Rural: 40).

Tabela 32
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Compartilhamento do Prédio	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽¹⁾	2004	2005 ⁽⁴⁾	2006	2007
Urbana	Número de Escolas		-	-	18	31	44	39	39	21	03
	Percentual		-	-	1,61%	2,84%	4,17%	3,81%	3,92%	2,16%	0,33%
Rural	Número de Escolas		-	-	09	14	15	14	10	05	01
	Percentual		-	-	0,82%	1,27%	1,37%	1,33%	1,09%	0,58%	0,12%
Total			-	-	27	45	59	53	49	26	04
Percentual			-	-	1,22%	2,05%	2,75%	2,56%	2,56%	1,42%	0,23%
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- Para o cálculo dos percentuais, não foram descontados os estabelecimentos que não prestaram informações sobre o compartilhamento, ou seja, foram considerados os totais de escolas da rede estadual (zona urbana, zona rural e total geral) para efeito de cálculo dos percentuais.
- (1) Estabelecimentos que não prestaram informações sobre o compartilhamento do prédio:
 - 2002: 64 (sessenta e quatro) (Zona Urbana: 26 – Zona Rural: 38).
 - 2003: 52 (cinquenta e dois) (Zona Urbana: 31 – Zona Rural: 21).
 - 2005: 64 (sessenta e quatro) (Zona Urbana: 28 – Zona Rural: 36).

Tabela 33
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Compartilhamento do Prédio	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽¹⁾	2004	2005 ⁽⁴⁾	2006	2007
Urbana	Número de Escolas		-	-	09	12	13	06	10	15	07
		Percentual	-	-	1,35%	1,74%	1,81%	0,81%	1,30%	1,86%	0,83%
	Rural	Número de Escolas	-	-	01	-	01	-	-	03	-
		Percentual	-	-	6,25%	-	3,85%	-	-	6,00%	-
Total		-	-	10	12	14	06	10	18	07	
Percentual		-	-	1,46%	1,70%	1,88%	0,78%	1,24%	2,10%	0,78%	
Zona Urbana		563	627	668	688	717	739	767	806	840	
Zona Rural		12	20	16	19	26	30	39	50	53	
Total Geral		575	647	684	707	743	769	806	856	893	

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- Para o cálculo dos percentuais, não foram descontados os estabelecimentos que não prestaram informações sobre o compartilhamento, ou seja, foram considerados os totais de escolas da rede estadual (zona urbana, zona rural e total geral) para efeito de cálculo dos percentuais.
- (1) Estabelecimentos que não prestaram informações sobre o compartilhamento do prédio:
 - 2002: 16 (dezesesseis) (Zona Urbana: 16).
 - 2003: 15 (quinze) (Zona Urbana: 15).
 - 2005: 26 (vinte e seis) (Zona Urbana: 23 – Zona Rural: 03).

Tabela 34
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Compartilhamento do Prédio, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Compartilhamento do Prédio	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽¹⁾	2004	2005 ⁽⁴⁾	2006	2007
Urbana	Número de Escolas		-	-	12	20	25	16	16	18	08
	Percentual		-	-	17,39%	25,64%	31,25%	18,39%	17,58%	19,35%	8,89%
Rural	Número de Escolas		-	-	-	07	06	06	05	06	01
	Percentual		-	-	-	70,00%	50,00%	46,15%	41,67%	46,15%	8,33%
Total			-	-	12	27	31	22	21	24	09
Percentual			-	-	16,67%	30,68%	33,70%	22,00%	20,39%	22,64%	8,82%
Zona Urbana			70	67	69	78	80	87	91	93	90
Zona Rural			03	03	03	10	12	13	12	13	12
Total Geral			73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- Para o cálculo dos percentuais, não foram descontados os estabelecimentos que não prestaram informações sobre o compartilhamento, ou seja, foram considerados os totais de escolas da rede estadual (zona urbana, zona rural e total geral) para efeito de cálculo dos percentuais.
- (1) Estabelecimentos que não prestaram informações sobre o compartilhamento do prédio:
 - 2002: 04 (quatro) (Zona Urbana: 04).
 - 2003: 03 (três) (Zona Urbana: 02 – Zona Rural: 01).
 - 2005: 06 (seis) (Zona Urbana: 05 – Zona Rural: 01).

Tabela 35

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Almoxarifado ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	356	921	925	962	1017	1029	-
		Percentual	-	-	19,19%	49,57%	49,97%	52,03%	54,85%	55,06%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	37	181	204	224	208	224	-
		Percentual	-	-	3,31%	15,96%	18,07%	20,51%	21,49%	24,32%	-
	Total		-	-	393	1102	1129	1186	1225	1253	-
	Percentual		-	-	13,22%	36,83%	37,89%	40,33%	43,41%	44,91%	-
Sala da Direção ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	1640	1701	1690	1696	1703	1731	1738	1744	-
		Percentual	88,94%	91,85%	91,11%	91,28%	92,00%	93,62%	93,74%	93,31%	-
	Rural	Número de Escolas	291	430	339	352	353	402	386	373	-
		Percentual	26,50%	38,22%	30,35%	31,04%	31,27%	36,81%	39,88%	40,50%	-
	Total		1931	2131	2029	2048	2056	2133	2124	2117	-
	Percentual		65,64%	71,58%	68,27%	68,45%	68,99%	72,53%	75,27%	75,88%	-
Sala dos Professores	Urbana	Número de Escolas	1686	1709	1728	1734	1742	1744	1757	1763	1783
		Percentual	91,43%	92,28%	93,15%	93,33%	94,11%	94,32%	94,77%	94,33%	96,27%
	Rural	Número de Escolas	369	372	378	411	433	452	449	446	479
		Percentual	33,61%	33,07%	33,84%	36,24%	38,35%	41,39%	46,38%	48,43%	53,34%
	Total		2055	2081	2106	2145	2175	2196	2206	2209	2262
	Percentual		69,85%	69,90%	70,86%	71,69%	72,99%	74,67%	78,17%	79,18%	82,25%
Secretaria ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	1794	1782	1822	1829	1821	1832	1841	1861	-
		Percentual	97,29%	96,22%	98,22%	98,44%	98,38%	99,08%	99,30%	99,57%	-
	Rural	Número de Escolas	954	867	920	947	944	913	820	816	-
		Percentual	86,87%	77,07%	82,36%	83,51%	83,61%	83,61%	84,71%	88,60%	-
	Total		2748	2649	2742	2776	2765	2745	2661	2677	-
	Percentual		93,41%	88,98%	92,26%	92,78%	92,79%	93,34%	94,29%	95,95%	-
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Almoxarifado* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001 e excluída em 2007.
- (2) A dependência *Sala da Direção* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (3) A dependência *Secretaria* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 36

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Almoxarifado ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	135	458	438	452	450	445	-
		Percentual	-	-	12,08%	41,94%	41,56%	44,18%	45,18%	45,88%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	33	167	182	201	183	187	-
		Percentual	-	-	3,01%	15,11%	16,68%	19,16%	19,96%	21,79%	-
	Total		-	-	168	625	620	653	633	632	-
	Percentual		-	-	7,58%	28,45%	28,90%	31,52%	33,09%	34,57%	-
Sala da Direção ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	1033	1027	974	963	942	930	908	872	-
		Percentual	85,30%	88,69%	87,12%	88,17%	89,37%	90,91%	91,16%	89,90%	-
	Rural	Número de Escolas	276	408	321	328	319	364	338	315	-
		Percentual	25,48%	37,02%	29,23%	29,68%	29,24%	34,70%	36,86%	36,71%	-
	Total		1309	1435	1295	1291	1261	1294	1246	1187	-
	Percentual		57,06%	63,50%	58,44%	58,76%	58,79%	62,45%	65,13%	64,93%	-
Sala dos Professores	Urbana	Número de Escolas	1060	1022	1000	980	958	932	912	876	861
		Percentual	87,53%	88,26%	89,45%	89,74%	90,89%	91,10%	91,57%	90,31%	93,38%
	Rural	Número de Escolas	355	351	360	386	396	413	401	389	416
		Percentual	32,78%	31,85%	32,79%	34,93%	36,30%	39,37%	43,73%	45,34%	49,94%
	Total		1415	1373	1360	1366	1354	1345	1313	1265	1277
	Percentual		61,68%	60,75%	61,37%	62,18%	63,12%	64,91%	68,64%	69,20%	72,76%
Secretaria ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	1165	1097	1087	1068	1029	1010	985	962	-
		Percentual	96,20%	94,73%	97,23%	97,80%	97,63%	98,73%	98,90%	90,31%	-
	Rural	Número de Escolas	939	844	902	919	908	871	770	754	-
		Percentual	86,70%	76,59%	82,15%	83,17%	83,23%	83,03%	83,97%	87,88%	-
	Total		2104	1941	1989	1987	1937	1881	1755	1716	-
	Percentual		91,72%	85,88%	89,76%	90,44%	90,30%	90,78%	91,74%	93,87%	-
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Almoxarifado* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001 e excluída em 2007.
- (2) A dependência *Sala da Direção* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (3) A dependência *Secretaria* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 37

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Almoxarifado ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	208	418	446	462	513	530	-
		Percentual	-	-	31,14%	60,76%	62,20%	62,52%	66,88%	65,76%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	03	09	17	15	17	28	-
		Percentual	-	-	18,75%	47,37%	65,38%	50,00%	43,59%	56,00%	-
	Total		-	-	211	427	463	477	530	558	-
	Percentual		-	-	30,85%	60,40%	62,31%	62,03%	65,76%	65,19%	-
Sala da Direção ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	541	608	651	665	690	720	748	788	-
		Percentual	96,09%	96,97%	97,46%	96,66%	96,23%	97,43%	97,52%	97,77%	-
	Rural	Número de Escolas	12	19	15	17	26	29	38	47	-
		Percentual	100%	95,00%	93,75%	89,47%	100%	96,67%	97,44%	94,00%	-
	Total		553	627	666	682	716	749	786	835	-
	Percentual		96,17%	96,91%	97,37%	96,46%	96,37%	97,40%	97,52%	97,55%	-
Sala dos Professores	Urbana	Número de Escolas	559	621	661	682	708	729	758	799	834
		Percentual	99,29%	99,04%	98,95%	99,13%	98,74%	98,65%	98,83%	99,13%	99,29%
	Rural	Número de Escolas	11	18	15	17	26	29	37	46	51
		Percentual	91,67%	90,00%	93,75%	89,47%	100%	96,67%	94,87%	92,00%	96,23%
	Total		570	639	676	699	734	758	795	845	885
	Percentual		99,13%	98,76%	98,83%	98,87%	98,79%	98,57%	98,64%	98,71%	99,10%
Secretaria ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	561	620	667	684	713	736	766	806	-
		Percentual	99,64%	98,88%	99,85%	99,42%	99,44%	99,59%	99,87%	100%	-
	Rural	Número de Escolas	12	20	15	18	26	30	39	50	-
		Percentual	100%	100%	93,75%	94,74%	100%	100%	100%	100%	-
	Total		573	640	682	702	739	766	805	856	-
	Percentual		99,65%	98,92%	99,71%	99,29%	99,46%	99,61%	99,88%	100%	-
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Almoxarifado* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001 e excluída em 2007.
- (2) A dependência *Sala da Direção* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (3) A dependência *Secretaria* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 38

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências Administrativas Existentes no Prédio (Almoxarifado, Sala da Direção, Sala dos Professores e Secretaria), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Almoxarifado ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	13	45	41	48	54	54	-
		Percentual	-	-	18,84%	57,69%	51,25%	55,17%	59,34%	58,06%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	01	05	05	08	08	09	-
		Percentual	-	-	33,33%	50,00%	41,67%	61,54%	66,67%	69,23%	-
	Total		-	-	14	50	46	56	62	63	-
	Percentual		-	-	19,44%	56,82%	50,00%	56,00%	60,19%	59,43%	-
Sala da Direção ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	66	66	65	68	71	81	82	84	-
		Percentual	94,29%	98,51%	94,20%	87,18%	88,75%	81,00%	90,11%	90,32%	-
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	07	08	09	10	11	-
		Percentual	100%	100%	100%	70,00%	66,67%	69,23%	83,33%	84,62%	-
	Total		69	69	68	75	79	90	92	95	-
	Percentual		94,52%	98,57%	94,44%	85,23%	85,87%	90,00%	89,32%	89,62%	-
Sala dos Professores	Urbana	Número de Escolas	67	66	67	72	76	83	87	88	88
		Percentual	95,71%	98,51%	97,10%	92,31%	95,00%	95,40%	95,60%	94,62%	97,78%
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	08	11	10	11	11	12
		Percentual	100%	100%	100%	80,00%	91,67%	76,92%	91,67%	84,62%	100%
	Total		70	69	70	80	87	93	98	99	100
	Percentual		95,89%	98,57%	97,22%	90,91%	94,57%	93,00%	95,15%	93,40%	98,04%
Secretaria ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	68	65	68	77	79	86	90	93	-
		Percentual	97,14%	97,01%	98,55%	98,72%	98,75%	98,85%	98,90%	100%	-
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	10	10	12	11	12	-
		Percentual	100%	100%	100%	100%	83,33%	92,31%	91,67%	92,31%	-
	Total		71	68	71	87	89	98	101	105	-
	Percentual		97,26%	97,14%	98,61%	98,86%	96,74%	98,00%	98,06%	99,06%	-
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Almoxarifado* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001 e excluída em 2007.
- (2) A dependência *Sala da Direção* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (3) A dependência *Secretaria* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 39

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Biblioteca	Urbana	Número de Escolas	1755	1753	1768	1775	1771	1712	1704	1748	1796
		Percentual	95,17%	94,65%	95,31%	95,53%	95,68%	92,59%	91,91%	93,53%	96,98%
	Rural	Número de Escolas	572	589	591	630	660	752	638	614	625
		Percentual	52,09%	52,36%	52,91%	55,56%	58,46%	68,86%	65,91%	66,67%	69,60%
	Total		2327	2342	2359	2405	2431	2464	2342	2362	2421
	Percentual		79,10%	78,67%	79,37%	80,38%	81,58%	83,78%	82,99%	84,66%	88,04%
Laboratório de Ciências	Urbana	Número de Escolas	989	1019	1006	1024	1063	1060	1113	1131	1130
		Percentual	53,63%	55,02%	54,23%	55,11%	57,43%	57,33%	60,03%	60,51%	61,02%
	Rural	Número de Escolas	101	114	99	106	130	132	133	134	133
		Percentual	9,20%	10,13%	8,86%	9,35%	11,51%	12,09%	13,74%	14,55%	14,81%
	Total		1090	1133	1105	1130	1193	1192	1246	1265	1263
	Percentual		37,05%	38,06%	37,18%	37,77%	40,03%	40,53%	44,15%	45,34%	45,93%
Sala de Apoio Pedagógico/ Sala de Recursos ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	238	468	550	499
		Percentual	-	-	-	-	-	12,87%	25,24%	29,43%	26,94%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	19	52	48	43
		Percentual	-	-	-	-	-	1,74%	5,37%	5,21%	4,79%
	Total		-	-	-	-	-	257	520	598	542
	Percentual		-	-	-	-	-	8,74%	18,43%	21,43%	19,71%
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004.

Tabela 39
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sala de Leitura ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	123	128	157	201	173	193	-
		Percentual	-	-	6,63%	6,89%	8,48%	10,87%	9,33%	10,33%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	26	29	37	147	64	50	-
		Percentual	-	-	2,33%	2,56%	3,28%	13,46%	6,61%	5,43%	-
	Total		-	-	149	157	194	348	237	243	-
	Percentual		-	-	5,01%	5,25%	6,51%	11,83%	8,40%	8,71%	-
Sala de TV/Vídeo ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	1039	961	1032	1085	1098	1146	1158	1224	-
		Percentual	56,34%	51,89%	55,63%	58,40%	59,32%	61,98%	62,46%	65,49%	-
	Rural	Número de Escolas	142	148	156	151	175	206	196	200	-
		Percentual	12,93%	13,16%	13,97%	13,32%	15,50%	18,86%	20,25%	21,72%	-
	Total		1181	1109	1188	1236	1273	1352	1354	1424	-
	Percentual		40,14%	37,25%	39,97%	41,31%	42,72%	45,97%	47,98%	51,04%	-
Videoteca ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	222	158	195	195	200	206	207	234	-
		Percentual	12,04%	8,53%	10,51%	10,50%	10,80%	11,14%	11,17%	12,52%	-
	Rural	Número de Escolas	20	16	18	18	18	17	13	16	-
		Percentual	1,82%	1,42%	1,61%	1,59%	1,59%	1,56%	1,34%	1,74%	-
	Total		242	174	213	213	218	223	220	250	-
	Percentual		8,23%	5,84%	7,17%	7,12%	7,32%	7,58%	7,80%	8,96%	-
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Sala de Leitura* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001 e, em 2007, foi computada conjuntamente com a *Biblioteca*.
- (2) A dependência *Sala de TV/Vídeo* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (3) A dependência *Videoteca* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 40
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Biblioteca	Urbana	Número de Escolas	1126	1067	1045	1030	991	947	894	887	877
		Percentual	92,98%	92,14%	93,47%	94,32%	94,02%	92,57%	89,76%	91,44%	95,12%
	Rural	Número de Escolas	560	566	572	603	623	716	589	556	561
		Percentual	51,71%	51,36%	52,09%	54,57%	57,10%	68,26%	64,23%	64,80%	67,35%
	Total		1686	1633	1617	1633	1614	1663	1483	1443	1438
	Percentual		73,50%	72,26%	72,97%	74,33%	75,24%	80,26%	77,52%	78,94%	81,94%
Laboratório de Ciências	Urbana	Número de Escolas	462	425	395	389	389	368	362	337	307
		Percentual	38,15%	36,70%	35,33%	35,62%	36,91%	35,97%	36,35%	34,74%	33,30%
	Rural	Número de Escolas	88	92	81	83	99	99	91	77	74
		Percentual	8,13%	8,35%	7,38%	7,51%	9,07%	9,44%	9,92%	8,97%	8,88%
	Total		550	517	476	472	488	467	453	414	381
	Percentual⁽³⁾		23,98%	22,88%	21,48%	21,48%	22,75%	22,54%	23,68%	22,65%	21,71%
Sala de Apoio Pedagógico/ Sala de Recursos ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	114	212	231	210
		Percentual	-	-	-	-	-	11,14%	21,29%	23,81%	22,78%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	16	37	29	28
		Percentual	-	-	-	-	-	1,53%	4,03%	3,38%	3,36%
	Total		-	-	-	-	-	130	249	260	238
	Percentual		-	-	-	-	-	6,27%	13,02%	14,22%	13,56%
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004.

Tabela 40
(Continuação)
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sala de Leitura ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	50	47	50	79	56	48	-
		Percentual	-	-	4,47%	4,30%	4,74%	7,72%	5,62%	4,95%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	25	29	34	139	59	45	-
		Percentual	-	-	2,28%	2,62%	3,12%	13,25%	6,43%	5,24%	-
	Total		-	-	75	76	84	218	115	93	-
	Percentual		-	-	3,38%	3,45%	3,92%	10,52%	6,01%	5,09%	-
Sala de TV/Vídeo ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	590	527	528	553	537	536	534	552	-
		Percentual	48,72%	45,51%	47,23%	50,64%	50,95%	52,39%	53,61%	56,91%	-
	Rural	Número de Escolas	131	139	143	139	150	182	170	168	-
		Percentual	12,10%	12,61%	13,02%	12,58%	13,75%	17,35%	18,54%	19,58%	-
	Total		721	666	671	692	687	718	704	720	-
	Percentual		31,43%	29,47%	30,28%	31,50%	32,03%	34,65%	36,80%	39,39%	-
Videoteca ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	94	48	65	61	63	65	57	70	-
		Percentual	7,76%	4,15%	5,81%	5,59%	5,98%	6,35%	5,72%	7,22%	-
	Rural	Número de Escolas	19	14	17	17	12	13	09	09	-
		Percentual	1,75%	1,27%	1,55%	1,54%	1,10%	1,24%	0,98%	1,05%	-
	Total		113	62	82	78	75	78	66	79	-
	Percentual		4,93%	2,74%	3,70%	3,55%	3,50%	3,76%	3,45%	4,32%	-
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Sala de Leitura* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001 e, em 2007, foi computada conjuntamente com a *Biblioteca*.
- (2) A dependência *Sala de TV/Vídeo* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (3) A dependência *Videoteca* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 41

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Biblioteca	Urbana	Número de Escolas	559	619	656	671	701	682	681	773	831
		Percentual	99,29%	98,72%	98,20%	97,53%	97,77%	92,29%	88,79%	95,91%	98,93%
	Rural	Número de Escolas	12	20	16	18	26	25	33	46	52
		Percentual	100%	100%	100%	94,74%	100%	83,33%	84,62%	92,00%	98,11%
	Total		571	639	672	689	727	707	714	819	883
	Percentual		99,30%	98,76%	98,25%	97,45%	97,85%	91,94%	88,59%	95,68%	98,88%
Laboratório de Ciências	Urbana	Número de Escolas	481	544	569	587	620	632	732	722	755
		Percentual	85,44%	86,76%	85,18%	85,32%	86,47%	85,52%	95,44%	89,58%	94,02%
	Rural	Número de Escolas	12	19	15	17	23	26	37	45	48
		Percentual	100%	95,00%	93,75%	89,47%	88,46%	86,67%	94,87%	90,00%	90,57%
	Total		493	563	584	604	643	658	769	767	803
	Percentual		85,74%	87,02%	85,38%	85,43%	86,54%	85,57%	95,41%	89,60%	89,92%
Sala de Apoio Pedagógico/ Sala de Recursos ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	123	242	297	272
		Percentual	-	-	-	-	-	16,64%	31,55%	36,85%	32,38%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	03	12	16	13
		Percentual	-	-	-	-	-	10,00%	30,77%	32,00%	24,53%
	Total		-	-	-	-	-	126	254	313	285
	Percentual		-	-	-	-	-	16,38%	31,51%	36,57%	31,91%
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004.

Tabela 41
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sala de Leitura ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	66	74	101	117	109	136	-
		Percentual	-	-	9,88%	10,76%	14,09%	15,83%	14,21%	16,87%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	03	06	04	03	-
		Percentual	-	-	-	-	11,54%	20,00%	10,26%	6,00%	-
	Total		-	-	66	74	104	123	113	139	-
	Percentual		-	-	9,65%	10,47%	14,00%	15,99%	14,02%	16,24%	-
Sala de TV/Vídeo ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	402	395	461	484	513	557	573	619	-
		Percentual	71,40%	63,00%	69,01%	70,35%	71,55%	75,37%	74,71%	76,80%	-
	Rural	Número de Escolas	08	06	10	07	19	17	21	25	-
		Percentual	66,67%	30,00%	62,50%	36,84%	73,08%	56,67%	53,85%	50,00%	-
	Total		410	401	471	491	532	574	594	644	-
	Percentual		71,30%	61,98%	68,86%	69,45%	71,60%	74,64%	73,70%	75,23%	-
Videoteca ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	115	100	117	118	126	128	138	155	-
		Percentual	20,43%	15,95%	17,51%	17,15%	17,57%	17,32%	17,99%	19,23%	-
	Rural	Número de Escolas	01	02	01	-	06	04	04	05	-
		Percentual	8,33%	10,00%	6,25%	-	23,08%	13,33%	10,26%	10,00%	-
	Total		116	102	118	118	132	132	142	160	-
	Percentual		20,17%	15,77%	17,25%	16,69%	17,77%	17,17%	17,62%	18,69%	-
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Sala de Leitura* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001 e, em 2007, foi computada conjuntamente com a *Biblioteca*.
- (2) A dependência *Sala de TV/Vídeo* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (3) A dependência *Videoteca* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 42

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Biblioteca	Urbana	Número de Escolas	67	67	67	74	79	83	78	88	88
		Percentual	95,71%	100%	97,10%	94,87%	98,75%	95,40%	85,71%	94,62%	97,78%
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	09	11	11	12	12	12
		Percentual	100%	100%	100%	90,00%	91,67%	84,62%	100%	92,31%	100%
	Total		70	70	70	83	90	94	90	100	100
Percentual		95,89%	100%	97,22%	94,32%	97,83%	94,00%	87,38%	94,34%	98,04%	
Laboratório de Ciências	Urbana	Número de Escolas	46	50	42	48	54	60	70	72	68
		Percentual	65,71%	74,63%	60,87%	61,54%	67,50%	68,97%	76,92%	77,42%	75,56%
	Rural	Número de Escolas	01	03	03	06	08	07	09	12	11
		Percentual	33,33%	100%	100%	60,00%	66,67%	53,85%	75,00%	92,31%	91,67%
	Total		47	53	45	54	62	67	79	84	79
Percentual		64,38%	75,71%	62,50%	61,36%	67,39%	67,00%	76,70%	79,25%	77,45%	
Sala de Apoio Pedagógico/ Sala de Recursos ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	14	22	17
		Percentual	-	-	-	-	-	1,15%	15,38%	23,66%	18,89%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	03	03	02
		Percentual	-	-	-	-	-	-	25,00%	23,08%	16,67%
	Total		-	-	-	-	-	01	17	25	19
Percentual		-	-	-	-	-	1,00%	16,50%	23,58%	18,63%	
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004.

Tabela 42
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências Pedagógicas Existentes no Prédio (Biblioteca, Sala de Leitura e Sala de Apoio Pedagógico/Sala de Recursos, Laboratório de Ciências, Sala de TV/Vídeo e Videoteca), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sala de Leitura ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	07	07	06	05	08	09	-
		Percentual	-	-	10,14%	8,97%	7,50%	5,75%	8,79%	9,68%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	01	-	-	02	01	02	-
		Percentual	-	-	33,33%	-	-	15,38%	8,33%	15,38%	-
	Total		-	-	08	07	06	07	09	11	-
	Percentual		-	-	11,11%	7,95%	6,52%	7,00%	8,74%	10,38%	-
Sala de TV/Vídeo ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	47	39	43	48	48	53	51	53	-
		Percentual	67,14%	58,21%	62,32%	61,54%	60,00%	60,92%	56,04%	56,99%	-
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	05	06	07	05	07	-
		Percentual	100%	100%	100%	50,00%	50,00%	53,85%	41,67%	53,85%	-
	Total		50	42	46	53	54	60	56	60	-
	Percentual		68,49%	60,00%	63,89%	60,23%	58,70%	60,00%	54,37%	56,60%	-
Videoteca ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	13	10	13	16	11	13	12	09	-
		Percentual	18,57%	14,93%	18,84%	20,51%	13,75%	14,94%	13,19%	9,68%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	01	-	-	-	02	-
		Percentual	-	-	-	10,00%	-	-	-	15,38%	-
	Total		13	10	13	17	11	13	12	11	-
	Percentual		17,81%	14,29%	18,06%	19,32%	11,96%	13,00%	11,65%	10,38%	-
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Sala de Leitura* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001 e, em 2007, foi computada conjuntamente com a *Biblioteca*.
- (2) A dependência *Sala de TV/Vídeo* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (3) A dependência *Videoteca* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 43
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cozinha	Urbana	Número de Escolas	1799	1790	1802	1804	1800	1782	1786	1789	1812
		Percentual	97,56%	96,65%	97,14%	97,09%	97,24%	96,38%	96,33%	95,72%	97,84%
	Rural	Número de Escolas	1043	1064	1055	1082	1089	1045	930	886	880
		Percentual	94,99%	94,58%	94,45%	95,41%	96,46%	95,70%	96,07%	96,20%	98,00%
	Total		2842	2854	2857	2886	2889	2827	2716	2675	2692
	Percentual		96,60%	95,87%	96,13%	96,46%	96,95%	96,12%	96,24%	95,88%	97,89%
Depósito de Alimentos ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	1142	1168	1186	1205	1212	1087	1113	1131	-
		Percentual	61,93%	63,07%	63,94%	64,85%	65,48%	58,79%	60,03%	60,51%	-
	Rural	Número de Escolas	265	280	252	262	285	247	236	211	-
		Percentual	24,13%	24,89%	22,56%	23,10%	25,24%	22,62%	24,38%	22,91%	-
	Total		1407	1448	1438	1467	1497	1334	1349	1342	-
	Percentual		47,82%	48,64%	48,38%	49,03%	50,23%	45,36%	47,80%	48,10%	-
Lavanderia ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	124	146	158	-
		Percentual	-	-	-	-	-	6,71%	7,87%	8,45%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	55	57	62	-
		Percentual	-	-	-	-	-	5,04%	5,89%	6,73%	-
	Total		-	-	-	-	-	179	203	220	-
	Percentual		-	-	-	-	-	6,09%	7,19%	7,89%	-
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Depósito de Alimentos* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (2) A dependência *Lavanderia* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004 e excluída em 2007.

Tabela 43
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sanitários	Urbana	Número de Escolas	1807	1801	1826	1815	1845	1845	1853	1863	1849
		Percentual	97,99%	97,25%	98,44%	97,69%	99,68%	99,78%	99,95%	99,68%	99,84%
	Rural	Número de Escolas	1048	1082	1063	1090	1106	1084	960	905	888
		Percentual	95,45%	96,18%	95,17%	96,12%	97,96%	99,27%	99,17%	98,26%	98,89%
	Total		2855	2883	2889	2905	2951	2929	2813	2768	2737
	Percentual		97,04%	96,84%	97,21%	97,09%	99,03%	99,59%	99,68%	99,21%	99,53%
Sanitário dentro do Prédio	Urbana	Número de Escolas	1765	1748	1783	1771	1821	1830	1841	1852	1833
		Percentual	95,72%	94,38%	96,12%	95,32%	98,38%	98,97%	99,30%	99,09%	98,97%
	Rural	Número de Escolas	940	961	944	971	1012	1000	906	849	834
		Percentual	85,61%	85,42%	84,51%	85,63%	89,64%	91,58%	93,60%	92,18%	92,87%
	Total		2705	2709	2727	2742	2833	2830	2747	2701	2667
	Percentual		91,94%	91,00%	91,76%	91,64%	95,07%	96,23%	97,34%	96,81%	96,98%
Sanitário fora do Prédio	Urbana	Número de Escolas	236	307	273	281	272	256	280	287	306
		Percentual	12,80%	16,58%	14,72%	15,12%	14,69%	13,85%	15,10%	15,36%	16,52%
	Rural	Número de Escolas	180	207	191	198	175	166	121	122	121
		Percentual	16,39%	18,40%	17,10%	17,46%	15,50%	15,20%	12,50%	13,25%	13,47%
	Total		416	514	464	479	447	422	401	409	427
	Percentual		14,14%	17,27%	15,61%	16,01%	15,00%	14,35%	14,21%	14,66%	15,53%
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 44
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cozinha	Urbana	Número de Escolas	1186	1126	1091	1064	1028	991	961	933	912
		Percentual	97,94%	97,24%	97,58%	97,44%	97,53%	96,87%	96,49%	96,19%	98,92%
	Rural	Número de Escolas	1029	1042	1036	1053	1053	1006	884	827	817
		Percentual	95,01%	94,56%	94,35%	95,29%	96,52%	95,90%	96,40%	96,39%	98,08%
	Total		2215	2168	2127	2117	2081	1997	1845	1760	1729
	Percentual		96,56%	95,93%	95,98%	96,36%	97,02%	96,38%	96,45%	96,28%	98,52%
Depósito de Alimentos ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	737	719	682	689	659	572	578	561	-
		Percentual	60,86%	62,09%	61,00%	63,10%	62,52%	55,91%	58,03%	57,84%	-
	Rural	Número de Escolas	251	263	241	247	259	220	207	183	-
		Percentual	23,18%	23,87%	21,95%	22,35%	23,74%	20,97%	22,57%	21,33%	-
	Total		988	982	923	936	918	792	785	744	-
	Percentual		43,07%	43,45%	41,65%	42,60%	42,80%	38,22%	41,04%	40,70%	-
Lavanderia ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	61	62	62	-
		Percentual	-	-	-	-	-	5,96%	6,22%	6,39%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	47	49	49	-
		Percentual	-	-	-	-	-	4,48%	5,34%	5,71%	-
	Total		-	-	-	-	-	108	111	111	-
	Percentual		-	-	-	-	-	5,21%	5,80%	6,07%	-
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Depósito de Alimentos* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (2) A dependência *Lavanderia* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004 e excluída em 2007.

Tabela 44
(Continuação)
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sanitários	Urbana	Número de Escolas	1186	1130	1099	1064	1050	1023	995	965	920
		Percentual	97,94%	97,58%	98,30%	97,44%	99,62%	100%	99,90%	99,48%	99,78%
	Rural	Número de Escolas	1033	1060	1044	1062	1069	1049	909	843	823
		Percentual	85,30%	91,54%	93,38%	96,11%	97,98%	100%	99,13%	98,25%	98,80%
	Total		2219	2190	2143	2126	2119	2072	1904	1808	1743
	Percentual		96,73%	96,90%	96,71%	96,77%	98,79%	100%	99,53%	98,91%	99,32%
Sanitário dentro do Prédio	Urbana	Número de Escolas	1148	1087	1061	1025	1028	1004	983	954	906
		Percentual	94,80%	93,87%	94,90%	93,86%	97,53%	98,14%	98,69%	98,35%	98,26%
	Rural	Número de Escolas	925	939	925	943	975	958	855	787	770
		Percentual	85,41%	85,21%	84,24%	85,34%	89,37%	91,33%	93,24%	91,72%	92,44%
	Total		2073	2026	1986	1968	2003	1962	1838	1741	1676
	Percentual		90,37%	89,65%	89,62%	89,58%	93,38%	94,69%	96,08%	95,24%	95,50%
Sanitário fora do Prédio	Urbana	Número de Escolas	145	180	158	153	137	123	135	137	136
		Percentual	11,97%	15,54%	14,13%	14,01%	13,00%	12,02%	13,55%	14,12%	14,75%
	Rural	Número de Escolas	177	203	187	192	171	157	112	114	110
		Percentual	16,34%	18,42%	17,03%	17,38%	15,67%	14,97%	12,21%	13,29%	13,21%
	Total		322	383	345	345	308	280	247	251	246
	Percentual		14,04%	16,95%	15,57%	15,70%	14,36%	13,51%	12,91%	13,73%	14,02%
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 45

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cozinha	Urbana	Número de Escolas	557	609	656	678	709	721	753	790	832
		Percentual	98,93%	97,13%	98,20%	98,55%	98,88%	97,56%	98,17%	98,01%	99,05%
	Rural	Número de Escolas	11	19	16	19	26	28	36	48	52
		Percentual	91,67%	95,00%	100%	100%	100%	93,33%	92,31%	96,00%	98,11%
	Total		568	628	672	697	735	749	789	838	884
	Percentual		98,78%	97,06%	98,25%	98,59%	98,92%	97,40%	97,89%	97,90%	98,99%
Depósito de Alimentos ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	396	442	498	508	544	510	527	562	-
		Percentual	70,34%	70,49%	74,55%	73,84%	75,87%	69,01%	68,71%	69,73%	-
	Rural	Número de Escolas	11	14	08	11	20	19	23	23	-
		Percentual	91,67%	70,00%	50,00%	57,89%	76,92%	63,33%	58,97%	46,00%	-
	Total		407	456	506	519	564	529	550	585	-
	Percentual		70,78%	70,48%	73,98%	73,41%	75,91%	68,79%	68,24%	68,34%	-
Lavanderia ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	57	76	86	-
		Percentual	-	-	-	-	-	7,71%	9,91%	10,67%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	03	04	09	-
		Percentual	-	-	-	-	-	10,00%	10,26%	18,00%	-
	Total		-	-	-	-	-	60	80	95	-
	Percentual		-	-	-	-	-	7,80%	9,93%	11,10%	-
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Depósito de Alimentos* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (2) A dependência *Lavanderia* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004 e excluída em 2007.

Tabela 45
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sanitários	Urbana	Número de Escolas	555	605	658	677	716	739	767	806	839
		Percentual	98,58%	96,49%	98,50%	98,40%	99,86%	100%	100%	100%	99,88%
	Rural	Número de Escolas	12	19	16	19	26	29	39	49	53
		Percentual	100%	95,00%	100%	100%	100%	96,67%	100%	98,00%	100%
	Total		567	624	674	696	742	768	806	855	892
Percentual		98,61%	96,45%	98,54%	98,44%	99,87%	99,87%	100%	99,88%	99,89%	
Sanitário dentro do Prédio	Urbana	Número de Escolas	552	595	653	672	714	739	767	806	839
		Percentual	98,05%	94,90%	97,75%	67,67%	99,58%	100%	100%	100%	99,88%
	Rural	Número de Escolas	12	19	16	19	26	30	39	49	52
		Percentual	100%	95,00%	100%	100%	100%	100%	100%	98,00%	98,11%
	Total		564	614	669	691	740	769	806	855	891
Percentual		98,09%	94,90%	97,81%	97,74%	99,60%	100%	100%	99,88%	99,78%	
Sanitário fora do Prédio	Urbana	Número de Escolas	75	111	103	113	123	116	126	132	150
		Percentual	13,32%	17,70%	15,42%	16,42%	17,15%	15,70%	16,43%	16,38%	17,86%
	Rural	Número de Escolas	03	03	04	04	02	06	06	08	10
		Percentual	25,00%	15,00%	25,00%	21,05%	7,69%	20,00%	15,38%	16,00%	18,87%
	Total		78	114	107	117	125	122	132	140	160
Percentual		13,57%	17,62%	15,64%	16,55%	16,82%	15,86%	16,38%	16,36%	17,92%	
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 46
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cozinha	Urbana	Número de Escolas	56	55	55	62	63	70	72	66	68
		Percentual	80,00%	82,09%	79,71%	79,49%	78,75%	80,46%	79,12%	70,97%	75,56%
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	10	10	11	10	11	11
		Percentual	100%	100%	100%	100%	83,33%	84,62%	83,33%	84,62%	91,67%
	Total		59	58	58	72	73	81	82	77	79
	Percentual		80,82%	82,86%	80,56%	81,82%	79,35%	81,00%	79,61%	72,64%	77,45%
Depósito de Alimentos ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	09	07	06	08	09	05	08	08	-
		Percentual	12,86%	10,45%	8,70%	10,26%	11,25%	5,75%	8,79%	8,60%	-
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	04	06	08	06	05	-
		Percentual	100%	100%	100%	40,00%	50,00%	61,54%	50,00%	38,46%	-
	Total		12	10	09	12	15	13	14	13	-
	Percentual		16,44%	14,29%	12,50%	13,64%	16,30%	13,00%	13,59%	12,26%	-
Lavanderia ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	06	08	10	-
		Percentual	-	-	-	-	-	6,90%	8,79%	10,75%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	05	04	04	-
		Percentual	-	-	-	-	-	38,46%	33,33%	30,77%	-
	Total		-	-	-	-	-	11	12	14	-
	Percentual		-	-	-	-	-	11,00%	11,65%	13,21%	-
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Depósito de Alimentos* foi excluída do Censo Escolar em 2007.
- (2) A dependência *Lavanderia* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004 e excluída em 2007.

Tabela 46
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências de Serviço Existentes no Prédio (Cozinha, Depósito de Alimentos, Lavanderia e Sanitários), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sanitários	Urbana	Número de Escolas	66	66	69	74	79	87	91	92	90
		Percentual	94,29%	98,51%	100%	94,87%	98,75%	100%	100%	98,92%	100%
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	09	11	12	12	13	12
		Percentual	100%	100%	100%	90,00%	91,67%	92,31%	100%	100%	100%
	Total		69	69	72	83	90	99	103	105	102
	Percentual		94,52%	98,57%	100%	94,32%	97,83%	99,00%	100%	99,06%	100%
Sanitário dentro do Prédio	Urbana	Número de Escolas	65	66	69	74	79	87	91	92	88
		Percentual	92,86%	98,51%	100%	94,87%	98,75%	100%	100%	98,92%	97,78%
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	09	11	12	12	13	12
		Percentual	100%	100%	100%	90,00%	91,67%	92,31%	100%	100%	92,31%
	Total		68	69	72	83	90	99	103	105	100
	Percentual		93,15%	98,57%	100%	94,32%	97,83%	99,00%	100%	99,06%	98,04%
Sanitário fora do Prédio	Urbana	Número de Escolas	16	17	12	15	12	17	19	18	20
		Percentual	22,86%	25,37%	17,39%	19,23%	15,00%	19,54%	20,88%	19,35%	22,22%
	Rural	Número de Escolas	-	01	-	02	02	03	03	-	01
		Percentual	-	33,33%	-	20,00%	16,67%	23,08%	25,00%	-	8,33%
	Total		16	17	12	17	14	20	22	18	21
	Percentual		21,92%	24,29%	16,67%	19,32%	15,22%	20,00%	21,36%	16,98%	20,59%
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 47

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Auditório ⁽⁴⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	335	360	376	-
		Percentual	-	-	-	-	-	18,12%	19,42%	20,12%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	26	25	28	-
		Percentual	-	-	-	-	-	2,38%	2,58%	3,04%	-
	Total		-	-	-	-	-	361	385	404	-
Percentual		-	-	-	-	-	12,27%	13,64%	14,48%	-	
Cantina ⁽⁵⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	356	377	411	431	436	444	-
		Percentual	-	-	19,19%	20,29%	22,20%	23,31%	23,52%	23,76%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	37	29	48	50	40	34	-
		Percentual	-	-	3,31%	2,56%	4,25%	4,58%	4,13%	3,69%	-
	Total		-	-	393	406	459	481	476	478	-
Percentual		-	-	13,22%	13,57%	15,40%	16,35%	16,87%	17,13%	-	
Parque Infantil ⁽⁶⁾	Urbana	Número de Escolas	936	1020	1054	1102	1110	1044	1062	1053	1138
		Percentual ⁽¹⁾	52,76%	57,14%	59,01%	61,91%	62,68%	59,25%	60,24%	59,29%	64,59%
	Rural	Número de Escolas	223	264	347	363	391	360	344	333	374
		Percentual ⁽²⁾	20,37%	23,53%	31,15%	32,30%	35,00%	33,36%	35,98%	36,67%	42,21%
	Total		1159	1284	1401	1465	1501	1404	1406	1386	1512
Percentual⁽³⁾		40,40%	44,17%	48,31%	50,45%	51,97%	49,42%	51,71%	51,64%	57,10%	
Pátio Coberto ⁽⁷⁾	Urbana	Número de Escolas	494	510	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	26,79%	27,54%	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	77	66	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	7,01%	5,87%	-	-	-	-	-	-	-
	Total		571	576	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		19,41%	19,35%	-	-	-	-	-	-	-	
Refeitório ⁽⁸⁾	Urbana	Número de Escolas	1249	1236	1319	1355	1386	1389	1422	1445	-
		Percentual	67,73%	66,74%	71,11%	72,93%	74,88%	75,12%	76,69%	77,31%	-
	Rural	Número de Escolas	342	358	392	418	440	472	426	414	-
		Percentual	31,15%	31,82%	35,09%	36,86%	38,97%	43,22%	44,01%	44,95%	-
	Total		1591	1594	1711	1773	1826	1861	1848	1859	-
Percentual		54,08%	53,54%	57,57%	59,26%	61,28%	63,28%	65,49%	66,63%	-	
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- Percentuais (por coluna) sobre o Total de Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio:
 - (1) Zona Urbana – Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio;
 - (2) Zona Rural – Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio;
 - (3) Rede Estadual – Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio.
- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (4) A dependência *Auditório* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004 e excluída em 2007.
- (5) A dependência *Cantina* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001 e excluída em 2007.
- (6) Nos totais da dependência *Parque Infantil* não foram computadas as escolas de Ensino Médio.
- (7) A dependência *Pátio Coberto* foi excluída do Censo Escolar a partir de 2001.
- (8) A dependência *Refeitório* foi excluída do Censo Escolar em 2007.

Tabela 47
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ginásio de Esportes ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	310	320	317	-
		Percentual	-	-	-	-	-	16,77%	17,26%	16,96%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	15	20	18	-
		Percentual	-	-	-	-	-	1,37%	2,07%	1,95%	-
	Total		-	-	-	-	-	325	340	335	-
	Percentual		-	-	-	-	-	11,05%	12,05%	12,01%	-
Quadra de Esportes	Urbana	Número de Escolas	1214	1246	1422	1424	1446	1397	1422	1424	1446
		Percentual	65,84%	67,28%	76,66%	76,64%	78,12%	75,55%	76,70%	76,19%	78,08%
	Rural	Número de Escolas	297	329	372	374	401	414	399	386	375
		Percentual	27,05%	29,24%	33,30%	32,98%	35,52%	37,91%	41,22%	41,91%	41,76%
	Total		1511	1575	1794	1798	1847	1811	1821	1810	1821
	Percentual		51,36%	52,91%	60,36%	60,09%	61,98%	61,58%	64,53%	64,87%	66,22%
Quadra de Esportes Coberta ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	362	402	488	342	338	330	-
		Percentual	-	-	19,51%	21,64%	26,36%	18,50%	18,23%	17,66%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	30	28	46	36	34	28	-
		Percentual	-	-	2,69%	2,47%	4,07%	3,30%	3,51%	3,04%	-
	Total		-	-	392	430	534	378	372	358	-
	Percentual		-	-	13,19%	14,37%	17,92%	12,85%	13,18%	12,83%	-
Quadra de Esportes Descoberta ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	1239	1227	1200	1219	1240	1250	-
		Percentual	-	-	66,79%	66,04%	64,83%	65,93%	66,88%	66,88%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	353	356	368	387	371	366	-
		Percentual	-	-	31,60%	31,39%	32,60%	35,44%	38,33%	39,74%	-
	Total		-	-	1592	1583	1568	1606	1611	1616	-
	Percentual		-	-	53,57%	52,91%	52,62%	54,61%	57,09%	57,92%	-
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Ginásio de Esportes* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004.
- (2) De 2001 a 2006, a dependência *Quadra de Esportes*, foi incluída no Censo Escolar dividida em *Coberta* e *Descoberta*.

Tabela 48

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Auditório ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	89	93	93	-
		Percentual	-	-	-	-	-	8,70%	9,34%	9,59%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	16	13	12	-
		Percentual	-	-	-	-	-	1,53%	1,42%	1,40%	-
	Total		-	-	-	-	-	105	106	105	-
Percentual		-	-	-	-	-	5,07%	5,54%	5,74%	-	
Cantina ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	135	124	124	138	117	102	-
		Percentual	-	-	12,08%	11,36%	11,76%	13,49%	11,75%	10,52%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	33	26	35	39	33	26	-
		Percentual	-	-	3,01%	2,35%	3,21%	3,72%	3,60%	3,03%	-
	Total		-	-	168	150	159	177	150	128	-
Percentual		-	-	7,58%	6,83%	7,41%	8,54%	7,84%	7,00%	-	
Parque Infantil	Urbana	Número de Escolas	603	633	649	660	653	591	568	555	584
		Percentual	49,79%	54,66%	58,05%	60,44%	61,95%	57,77%	57,03%	57,22%	63,34%
	Rural	Número de Escolas	219	257	339	354	375	347	330	310	345
		Percentual	20,22%	23,32%	30,87%	32,04%	34,37%	33,08%	35,99%	36,13%	41,42%
	Total		822	890	988	1014	1028	938	898	865	929
Percentual		35,83%	39,38%	44,58%	46,15%	47,93%	45,27%	46,94%	47,32%	52,93%	
Pátio Coberto ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	272	269	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	22,46%	23,23%	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	76	64	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	7,02%	5,81%	-	-	-	-	-	-	-
	Total		348	333	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		15,17%	14,73%	-	-	-	-	-	-	-	
Refeitório	Urbana	Número de Escolas	785	735	753	766	759	742	734	726	-
		Percentual	64,82%	63,47%	67,35%	70,15%	72,01%	72,53%	73,69%	74,85%	-
	Rural	Número de Escolas	330	341	378	397	413	439	387	368	-
		Percentual	30,47%	30,94%	34,43%	35,93%	37,86%	41,85%	42,20%	42,89%	-
	Total		1115	1076	1131	1163	1172	1181	1121	1094	-
Percentual		48,61%	47,61%	51,04%	52,94%	54,64%	57,00%	58,60%	59,85%	-	
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Auditório* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004.
- (2) A dependência *Cantina* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001.
- (3) A dependência *Pátio Coberto* foi excluída do Censo Escolar a partir de 2001.

Tabela 48
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ginásio de Esportes ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	85	84	75	-
		Percentual	-	-	-	-	-	8,31%	8,43%	7,73%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	11	13	12	-
		Percentual	-	-	-	-	-	1,05%	1,42%	1,40%	-
	Total		-	-	-	-	-	96	97	87	-
Percentual		-	-	-	-	-	4,63%	5,07%	4,76%	-	
Quadra de Esportes	Urbana	Número de Escolas	726	715	791	769	754	719	725	696	660
		Percentual	59,95%	61,74%	70,75%	70,42%	71,54%	70,28%	72,79%	71,75%	71,58%
	Rural	Número de Escolas	288	315	357	355	370	381	359	335	322
		Percentual	26,59%	28,58%	32,51%	32,13%	33,91%	36,32%	39,15%	39,04%	38,66%
	Total		1014	1030	1148	1124	1124	1100	1084	1031	982
Percentual		44,20%	45,58%	51,81%	51,16%	52,40%	53,09%	56,66%	56,40%	55,95%	
Quadra de Esportes Coberta ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	144	143	171	120	120	107	-
		Percentual	-	-	12,88%	13,10%	16,22%	11,73%	12,05%	11,03%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	25	22	36	29	27	22	-
		Percentual	-	-	2,28%	1,99%	3,30%	2,76%	2,94%	2,56%	-
	Total		-	-	169	165	207	149	147	129	-
Percentual		-	-	7,63%	7,51%	9,65%	7,19%	7,68%	7,06%	-	
Quadra de Esportes Descoberta ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	703	689	651	644	644	630	-
		Percentual	-	-	62,88%	63,10%	61,76%	62,95%	64,66%	64,95%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	341	342	342	360	337	319	-
		Percentual	-	-	31,06%	30,95%	31,35%	34,32%	36,75%	37,18%	-
	Total		-	-	1044	1031	993	1004	981	949	-
Percentual		-	-	47,11%	46,93%	46,29%	48,46%	51,28%	51,91%	-	
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

- (1) A dependência *Ginásio de Esportes* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004.

- (2) De 2001 a 2006, a dependência *Quadra de Esportes*, foi incluída no Censo Escolar dividida em *Coberta* e *Descoberta*.

Tabela 49

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Auditório ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	219	239	253	-
		Percentual	-	-	-	-	-	29,63%	31,16%	31,39%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	05	06	10	-
		Percentual	-	-	-	-	-	16,67%	15,38%	20,00%	-
	Total		-	-	-	-	-	224	245	263	-
Percentual		-	-	-	-	-	29,13%	30,40%	30,72%	-	
Cantina ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	208	242	276	274	299	321	-
		Percentual	-	-	31,14%	35,17%	38,49%	37,08%	38,98%	39,83%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	03	02	12	08	06	07	-
		Percentual	-	-	18,75%	10,53%	46,15%	26,67%	15,38%	14,00%	-
	Total		-	-	211	244	288	282	305	328	-
Percentual		-	-	30,85%	34,51%	38,76%	36,67%	37,84%	38,32%	-	
Parque Infantil	Urbana	Número de Escolas	333	387	405	442	457	453	494	498	554
		Percentual	59,15%	61,72%	60,63%	64,24%	63,74%	61,30%	64,41%	61,79%	65,95%
	Rural	Número de Escolas	04	07	08	09	16	13	14	23	29
		Percentual	33,33%	35,00%	50,00%	47,37%	61,54%	43,33%	35,91%	46,00%	54,72%
	Total		337	394	413	451	473	466	508	521	583
Percentual		58,61%	60,90%	60,38%	63,79%	63,66%	60,60%	63,03%	60,86%	65,29%	
Pátio Coberto ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	207	230	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	36,77%	36,68%	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	01	02	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	8,33%	10,00%	-	-	-	-	-	-	-
	Total		208	232	-	-	-	-	-	-	-
Percentual⁽³⁾		36,17%	35,86%	-	-	-	-	-	-	-	
Refeitório	Urbana	Número de Escolas	454	492	558	576	612	627	668	702	-
		Percentual	80,64%	78,47%	83,53%	83,72%	85,36%	84,84%	87,09%	87,10%	-
	Rural	Número de Escolas	09	14	11	15	20	25	30	38	-
		Percentual	75,00%	70,00%	68,75%	78,95%	76,92%	83,33%	76,92%	76,00%	-
	Total		463	506	569	591	632	652	698	740	-
Percentual		80,52%	78,21%	83,19%	83,59%	85,06%	84,79%	86,60%	86,45%	-	
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Auditório* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004.
- (2) A dependência *Cantina* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001.
- (3) A dependência *Pátio Coberto* foi excluída do Censo Escolar a partir de 2001.

Tabela 49
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ginásio de Esportes ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	208	215	224	-
		Percentual	-	-	-	-	-	28,15%	28,03%	27,79%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	03	05	04	-
		Percentual	-	-	-	-	-	10,00%	12,82%	8,00%	-
	Total		-	-	-	-	-	211	220	228	-
	Percentual		-	-	-	-	-	27,44%	27,30%	26,64%	-
Quadra de Esportes	Urbana	Número de Escolas	448	493	587	605	637	623	643	675	726
		Percentual	79,57%	78,63%	87,87%	87,94%	88,84%	84,30%	83,83%	83,75%	86,43%
	Rural	Número de Escolas	07	12	12	13	24	26	32	40	43
		Percentual	58,33%	60,00%	75,00%	68,42%	92,31%	86,67%	82,05%	80,00%	81,13%
	Total		455	505	599	618	661	649	675	715	769
	Percentual		79,13%	78,05%	87,57%	87,41%	88,96%	84,40%	83,75%	83,53%	86,11%
Quadra de Esportes Coberta ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	207	245	293	208	199	206	-
		Percentual	-	-	30,99%	35,61%	40,86%	28,15%	25,95%	25,56%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	03	04	09	06	06	05	-
		Percentual	-	-	18,75%	21,05%	34,62%	20,00%	15,38%	10,00%	-
	Total		-	-	210	249	302	214	205	211	-
	Percentual		-	-	30,70%	35,22%	40,65%	27,83%	25,43%	24,65%	-
Quadra de Esportes Descoberta ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	499	496	507	526	552	579	-
		Percentual	-	-	74,70%	72,09%	70,71%	71,18%	71,97%	71,84%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	11	10	20	21	27	37	-
		Percentual	-	-	68,75%	52,63%	76,92%	70,00%	69,23%	74,00%	-
	Total		-	-	510	506	527	547	579	616	-
	Percentual		-	-	74,56%	71,57%	70,93%	71,13%	71,84%	71,96%	-
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Ginásio de Esportes* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004.
- (2) De 2001 a 2006, a dependência *Quadra de Esportes*, foi incluída no Censo Escolar dividida em *Coberta* e *Descoberta*.

Tabela 50

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Parque Infantil, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Auditório ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	27	28	30	-
		Percentual	-	-	-	-	-	31,03%	30,77%	32,26%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	05	06	06	-
		Percentual	-	-	-	-	-	38,46%	50,00%	46,15%	-
	Total		-	-	-	-	-	32	34	36	-
Percentual		-	-	-	-	-	32,00%	33,01%	33,96%	-	
Cantina ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	13	11	11	19	20	21	-
		Percentual	-	-	18,84%	14,10%	13,75%	21,84%	21,98%	22,58%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	01	01	01	03	01	01	-
		Percentual	-	-	33,33%	10,00%	8,33%	23,08%	8,33%	7,69%	-
	Total		-	-	14	12	12	22	21	22	-
Percentual		-	-	19,44%	13,64%	13,04%	22,00%	20,39%	20,75%	-	
Parque Infantil ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pátio Coberto ⁽⁴⁾	Urbana	Número de Escolas	15	11	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	21,43%	16,42%	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		15	11	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		20,55%	15,71%	-	-	-	-	-	-	-	
Refeitório	Urbana	Número de Escolas	10	09	08	13	15	20	20	17	-
		Percentual	14,29%	13,43%	11,59%	16,67%	18,75%	22,99%	21,98%	18,28%	-
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	06	07	08	09	08	-
		Percentual	100%	100%	100%	60,00%	58,33%	61,54%	75,00%	61,54%	-
	Total		13	12	11	19	22	28	29	25	-
Percentual		17,81%	17,14%	15,28%	21,59%	23,91%	28,00%	28,16%	23,58%	-	
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Auditório* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004.
- (2) A dependência *Cantina* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2001.
- (3) A dependência *Parque Infantil* foi excluída do levantamento das escolas de Ensino Médio.
- (4) A dependência *Pátio Coberto* foi excluída do Censo Escolar a partir de 2001.

Tabela 50
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e as Dependências de Convivência e Recreação Existentes no Prédio (Auditório, Cantina, Pátio Coberto, Refeitório, Ginásio de Esportes, Quadra de Esportes, Quadra de Esportes Coberta e Quadra de Esportes Descoberta), segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Dependências Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ginásio de Esportes ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	17	21	18	-
		Percentual	-	-	-	-	-	19,54%	23,08%	19,35%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	02	02	-
		Percentual	-	-	-	-	-	7,69%	16,67%	15,38%	-
	Total		-	-	-	-	-	18	23	20	-
	Percentual		-	-	-	-	-	18,00%	22,33%	18,87%	-
Quadra de Esportes	Urbana	Número de Escolas	40	38	44	50	55	55	54	53	60
		Percentual	57,14%	56,72%	63,77%	64,10%	68,75%	63,22%	59,34%	56,99%	66,67%
	Rural	Número de Escolas	02	02	03	06	07	07	08	11	10
		Percentual	66,67%	66,67%	100%	60,00%	58,33%	53,85%	66,67%	84,62%	83,33%
	Total		42	40	47	56	62	62	62	64	70
	Percentual		57,53%	57,14%	65,28%	63,64%	67,39%	62,00%	60,19%	60,38%	68,63%
Quadra de Esportes Coberta ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	11	14	24	14	19	17	-
		Percentual	-	-	15,94%	17,95%	30,00%	16,09%	20,88%	18,28%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	02	02	01	01	01	01	-
		Percentual	-	-	66,67%	20,00%	8,33%	7,69%	8,33%	7,69%	-
	Total		-	-	13	16	25	15	20	18	-
	Percentual		-	-	18,06%	18,18%	27,17%	15,00%	19,42%	16,98%	-
Quadra de Esportes Descoberta ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	37	42	42	49	44	41	-
		Percentual	-	-	53,62%	53,85%	52,50%	56,32%	48,35%	44,09%	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	01	04	06	06	07	10	-
		Percentual	-	-	33,33%	40,00%	50,00%	46,15%	58,33%	76,92%	-
	Total		-	-	38	46	48	55	51	51	-
	Percentual		-	-	52,78%	52,27%	52,17%	55,00%	49,51%	48,11%	-
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A dependência *Ginásio de Esportes* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004.
- (2) De 2001 a 2006, a dependência *Quadra de Esportes*, foi incluída no Censo Escolar dividida em *Coberta* e *Descoberta*.

Tabela 51
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Número de Salas de Aula Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Até 01	Urbana	Número de Escolas	02	04	04	04	04	01	02	04	04
		Percentual	0,11%	0,22%	0,22%	0,21%	0,22%	0,06%	0,11%	0,22%	0,22%
	Rural	Número de Escolas	90	105	101	92	86	70	53	53	46
		Percentual	8,20%	9,33%	9,04%	8,11%	7,62%	6,41%	5,48%	5,75%	5,12%
	Total		92	109	105	96	90	71	55	57	50
	Percentual		3,13%	3,66%	3,53%	3,21%	3,02%	2,41%	1,95%	2,04%	1,82%
02 – 05	Urbana	Número de Escolas	180	189	166	154	140	143	138	152	140
		Percentual	9,76%	10,21%	8,95%	8,29%	7,56%	7,73%	7,44%	8,13%	7,56%
	Rural	Número de Escolas	805	820	800	804	796	777	670	641	616
		Percentual	73,31%	72,89%	71,62%	70,90%	70,51%	71,15%	69,21%	69,60%	68,60%
	Total		985	1009	966	958	936	920	808	793	756
	Percentual		33,48%	33,89%	32,50%	32,02%	31,41%	31,28%	28,63%	28,42%	27,49%
06 – 10	Urbana	Número de Escolas	666	667	676	656	651	640	644	657	651
		Percentual	36,12%	36,01%	36,44%	35,31%	35,17%	34,61%	34,74%	35,15%	35,15%
	Rural	Número de Escolas	182	184	201	223	214	217	221	204	216
		Percentual	16,58%	16,36%	18,00%	19,67%	18,95%	19,87%	22,83%	22,15%	24,05%
	Total		848	851	877	879	865	857	865	861	867
	Percentual		28,82%	28,59%	29,51%	29,38%	29,03%	29,14%	30,65%	30,86%	31,53%
Mais de 10	Urbana	Número de Escolas	996	992	1009	1044	1056	1065	1070	1056	1057
		Percentual	54,01%	53,56%	54,39%	56,19%	57,05%	57,60%	57,71%	56,50%	57,07%
	Rural	Número de Escolas	21	16	15	15	33	28	24	23	20
		Percentual	1,91%	1,42%	1,34%	1,32%	2,92%	2,57%	2,48%	2,50%	2,23%
	Total		1017	1008	1024	1059	1089	1093	1094	1079	1077
	Percentual		34,57%	33,86%	34,46%	35,39%	36,54%	37,17%	38,77%	38,68%	39,16%
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 52
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Número de Salas de Aula Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Até 01	Urbana	Número de Escolas	02	04	04	04	04	01	02	04	04
		Percentual	0,16%	0,35%	0,36%	0,37%	0,38%	0,10%	0,20%	0,41%	0,43%
	Rural	Número de Escolas	90	105	101	92	86	70	53	52	45
		Percentual	8,31%	9,53%	9,20%	8,33%	7,88%	6,67%	5,78%	6,06%	5,40%
	Total		92	109	105	96	90	71	55	56	49
Percentual		4,01%	4,82%	4,74%	4,37%	4,20%	3,43%	2,87%	3,06%	2,79%	
02 – 05	Urbana	Número de Escolas	171	177	153	143	132	134	125	132	114
		Percentual	14,12%	15,28%	13,68%	13,10%	12,52%	13,10%	12,55%	13,61%	12,36%
	Rural	Número de Escolas	804	818	800	801	793	774	666	636	612
		Percentual	74,24%	74,23%	72,86%	72,49%	72,69%	73,79%	72,63%	74,12%	73,47%
	Total		975	995	953	944	925	908	791	768	726
Percentual⁽⁵⁾		42,50%	44,03%	43,00%	42,97%	43,12%	43,82%	41,35%	42,01%	41,37%	
06 – 10	Urbana	Número de Escolas	546	528	528	510	495	481	468	458	445
		Percentual	45,09%	45,60%	47,23%	46,70%	46,97%	47,02%	46,99%	47,22%	48,26%
	Rural	Número de Escolas	172	170	190	207	204	196	192	166	173
		Percentual	15,88%	15,42%	17,30%	18,73%	18,70%	18,68%	20,94%	19,35%	20,77%
	Total		718	698	718	717	699	677	660	624	618
Percentual		31,30%	30,88%	32,40%	32,63%	32,59%	32,67%	34,50%	34,14%	35,21%	
Mais de 10	Urbana	Número de Escolas	492	449	433	435	423	407	401	376	359
		Percentual	40,63%	38,77%	38,73%	39,83%	40,13%	39,78%	40,26%	38,76%	38,94%
	Rural	Número de Escolas	17	09	07	05	08	09	06	04	03
		Percentual	1,57%	0,82%	0,64%	0,45%	0,73%	0,86%	0,65%	0,47%	0,36%
	Total		509	458	440	440	431	416	407	380	362
Percentual		22,19%	20,27%	19,86%	20,03%	20,09%	20,08%	21,28%	20,79%	20,63%	
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 53
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Número de Salas de Aula Existentes	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Até 01	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-
02 – 05	Urbana	Número de Escolas	-	04	06	04	03	03	04	09	13
		Percentual	-	0,64%	0,90%	0,58%	0,42%	0,41%	0,52%	1,12%	1,55%
	Rural	Número de Escolas	01	02	-	-	-	01	01	02	02
		Percentual	8,33%	10,00%	-	-	-	3,33%	2,56%	4,00%	3,77%
	Total		01	06	06	04	03	04	05	11	15
	Percentual		0,17%	0,93%	0,88%	0,56%	0,40%	0,52%	0,62%	1,28%	1,68%
06 – 10	Urbana	Número de Escolas	96	114	124	118	124	121	138	162	175
		Percentual	17,05%	18,18%	18,56%	17,15%	17,29%	16,37%	17,99%	20,10%	20,83%
	Rural	Número de Escolas	08	13	09	12	05	15	22	31	35
		Percentual	66,67%	65,00%	56,25%	63,16%	19,23%	50,00%	56,41%	62,00%	66,04%
	Total		104	127	133	130	129	136	160	193	210
	Percentual		18,09%	19,63%	19,44%	18,39%	17,36%	17,69%	19,85%	22,55%	23,52%
Mais de 10	Urbana	Número de Escolas	467	509	538	566	590	615	625	635	652
		Percentual	82,95%	81,18%	80,54%	82,27%	82,29%	83,22%	81,49%	78,78%	77,62%
	Rural	Número de Escolas	03	05	07	07	21	14	16	17	16
		Percentual	25,00%	25,00%	43,75%	36,84%	80,77%	46,67%	41,03%	34,00%	30,19%
	Total		470	514	545	573	611	629	641	652	668
	Percentual		81,74%	79,44%	79,68%	81,05%	82,24%	81,79%	79,53%	76,17%	74,80%
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 54
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Número Total de Salas de Aula Existentes, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Número de Salas de Aula Existentes	Zoneamento		Censo Escolar									
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Até 01	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	7,69%	8,33%
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	01	01
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	0,94%	0,98%	
02 – 05	Urbana	Número de Escolas	09	08	07	07	05	06	09	11	13	
		Percentual	12,86%	11,94%	10,15%	8,97%	6,25%	6,90%	9,89%	11,83%	14,44%	
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	03	03	02	03	03	02	
		Percentual	-	-	-	30,00%	25,00%	15,39%	25,00%	23,08%	16,67%	
	Total		09	08	07	10	08	08	12	14	15	
Percentual		12,33%	11,43%	9,72%	11,36%	8,69%	8,00%	11,65%	13,21%	14,71%		
06 – 10	Urbana	Número de Escolas	24	25	24	28	32	38	38	37	31	
		Percentual	34,28%	37,31%	34,78%	35,90%	40,00%	43,68%	41,76%	39,78%	34,45%	
	Rural	Número de Escolas	02	01	02	04	05	06	07	07	08	
		Percentual	66,67%	33,33%	66,67%	40,00%	41,67%	46,15%	58,33%	53,85%	66,67%	
	Total		26	26	26	32	37	44	45	44	39	
Percentual		35,62%	37,14%	36,11%	36,36%	40,22%	44,00%	43,69%	41,51%	38,23%		
Mais de 10	Urbana	Número de Escolas	37	34	38	43	43	43	44	45	46	
		Percentual	52,86%	50,75%	55,07%	55,13%	53,75%	49,42%	48,35%	48,39%	51,11%	
	Rural	Número de Escolas	01	02	01	03	04	05	02	02	01	
		Percentual	33,33%	66,67%	33,33%	30,00%	33,33%	38,46%	16,67%	15,38%	8,33%	
	Total		38	36	39	46	47	48	46	47	47	
Percentual		52,05%	51,43%	54,17%	52,28%	51,09%	48,00%	44,66%	44,34%	46,08%		
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90	
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12	
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102	

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 55
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Salas de Aula Existentes e Utilizadas	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Salas Existentes	Urbana	Número de Escolas	22670	22394	22762	23239	23453	23586	23641	23647	23681
		Percentual	84,55%	84,31%	84,37%	83,94%	83,53%	83,86%	84,88%	85,51%	85,64%
	Rural	Número de Escolas	4142	4169	4216	4447	4625	4541	4210	4008	3970
		Percentual	15,45%	15,69%	15,63%	16,06%	16,47%	16,14%	15,12%	14,49%	14,36%
	Total de Salas		26812	26563	26978	27686	28078	28127	27851	27655	27651
Salas Utilizadas	Urbana	Número de Escolas	20867	20855	22315	22707	22866	23047	23081	23083	23123
		Percentual	85,50%	85,06%	84,74%	84,41%	83,90%	84,20%	85,27%	85,91%	86,16%
	Rural	Número de Escolas	3538	3662	4017	4195	4389	4326	3987	3787	3715
		Percentual	14,50%	14,94%	15,26%	15,59%	16,10%	15,80%	14,73%	14,09%	13,84%
	Total de Salas		24405	24517	26332	26902	27255	27373	27068	26870	26838
Percentual de Salas Utilizadas nas Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	92,05%	93,13%	98,04%	97,71%	97,50%	97,71%	97,63%	97,61%	97,64%
		Zona Rural	85,42%	87,84%	95,28%	94,33%	94,90%	95,27%	94,70%	94,49%	93,58%
		Total Geral	91,02%	92,30%	97,61%	97,17%	97,07%	97,32%	97,19%	97,16%	97,06%

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 56
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Salas de Aula Existentes e Utilizadas	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Salas Existentes	Urbana	Número de Escolas	12656	11635	11405	11285	10945	10568	10215	9864	9437
		Percentual	76,01%	74,67%	74,04%	73,13%	72,66%	72,25%	73,40%	74,22%	73,73%
	Rural	Número de Escolas	3995	3946	3999	4146	4119	4058	3702	3426	3362
		Percentual	23,99%	25,33%	25,96%	26,87%	27,34%	27,75%	26,60%	25,78%	26,27%
	Total de Salas		16651	15581	15404	15431	15064	14626	13917	13290	12799
	Salas Utilizadas	Urbana	Número de Escolas	11436	10725	11106	10962	10599	10251	9911	9572
Percentual			77,01%	75,64%	74,51%	73,70%	73,12%	72,66%	73,86%	74,79%	74,61%
Rural		Número de Escolas	3414	3454	3800	3911	3896	3858	3508	3227	3143
		Percentual	22,99%	24,36%	25,49%	26,30%	26,88%	27,34%	26,14%	25,21%	25,39%
Total de Salas		14850	14179	14906	14873	14495	14109	13419	12799	12381	
Percentual de Salas Utilizadas nas Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	90,36%	92,18%	97,38%	97,14%	96,84%	97,00%	97,02%	97,04%	97,89%
		Zona Rural	85,46%	87,53%	95,02%	94,33%	94,59%	95,07%	94,76%	94,19%	93,49%
		Total Geral	89,18%	91,00%	96,77%	96,38%	96,22%	96,47%	96,42%	96,31%	96,73%

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 57
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Salas de Aula Existentes e Utilizadas	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Salas Existentes	Urbana	Número de Escolas	9092	9835	10438	10877	11404	11829	12232	12586	13017
		Percentual	98,69%	98,11%	98,22%	98,05%	96,60%	97,09%	96,75%	96,28%	96,15%
	Rural	Número de Escolas	121	189	189	216	401	354	411	486	521
		Percentual	1,31%	1,89%	1,78%	1,95%	3,40%	2,91%	3,25%	3,72%	3,85%
	Total de Salas		9213	10024	10627	11093	11805	12183	12643	13072	13538
Salas Utilizadas	Urbana	Número de Escolas	8578	9304	10312	10714	11218	11646	12010	12361	12699
		Percentual	98,79%	98,16%	98,20%	98,02%	96,57%	97,11%	96,84%	96,29%	96,21%
	Rural	Número de Escolas	105	174	189	216	399	346	392	476	500
		Percentual	1,21%	1,84%	1,80%	1,98%	3,43%	2,89%	3,16%	3,71%	3,79%
	Total de Salas		8683	9478	10501	10930	11617	11992	12402	12837	13199
Percentual de Salas Utilizadas nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	94,35%	94,60%	98,79%	98,50%	98,37%	98,45%	98,19%	98,21%	97,56%
		Zona Rural	86,78%	92,06%	100%	100%	99,50%	97,74%	95,38%	97,94%	95,97%
		Total Geral	94,25%	94,55%	98,81%	98,53%	98,41%	98,43%	98,09%	98,20%	97,50%

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 58
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e o Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Salas de Aula Existentes e Utilizadas	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Salas Existentes	Urbana	Número de Escolas	922	924	919	1077	1104	1189	1194	1197	1227
		Percentual	97,26%	96,45%	97,04%	92,69%	91,32%	90,21%	92,49%	92,58%	93,38%
	Rural	Número de Escolas	26	34	28	85	105	129	97	96	87
		Percentual	2,74%	3,55%	2,96%	7,31%	8,68%	9,79%	7,51%	7,42%	6,62%
	Total de Salas		948	958	947	1162	1209	1318	1291	1293	1314
Salas Utilizadas	Urbana	Número de Escolas	853	826	897	1031	1049	1150	1160	1150	1186
		Percentual	97,82%	96,05%	96,97%	93,81%	91,78%	90,41%	93,02%	93,19%	94,28%
	Rural	Número de Escolas	19	34	28	68	94	122	87	84	72
		Percentual	2,18%	3,95%	3,03%	6,19%	8,22%	9,59%	6,98%	6,81%	5,72%
	Total de Salas		872	860	925	1099	1143	1272	1247	1234	1258
Percentual de Salas Utilizadas nas Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	92,52%	89,39%	97,61%	95,73%	95,02%	96,72%	97,15%	96,07%	96,66%
		Zona Rural	73,08%	100%	100%	80,00%	89,52%	94,57%	89,69%	87,50%	82,76%
		Total Geral	91,98%	89,77%	97,68%	94,58%	94,54%	96,51%	96,59%	95,44%	95,74%

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 59
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Água	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 ⁽¹⁾	2006 ⁽¹⁾	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	1634	1647	1696	1714	1705	1737	1770	1773	1762
		Percentual	88,61%	88,93%	91,43%	92,25%	92,11%	93,94%	95,47%	94,87%	95,14%
	Rural	Número de Escolas	207	259	230	255	279	279	274	266	235
		Percentual	18,85%	23,02%	20,59%	22,49%	24,71%	25,55%	28,31%	28,88%	26,17%
Total		Número de Escolas	1841	1906	1926	1969	1984	2016	2044	2039	1997
		Percentual	62,58%	64,02%	64,80%	65,81%	66,58%	68,55%	72,43%	73,08%	72,62%
Cacimba/Cisterna	Urbana	Número de Escolas	09	04	04	03	01	-	01	01	-
		Percentual	0,49%	0,22%	0,22%	0,16%	0,06%	-	0,05%	0,05%	-
	Rural	Número de Escolas	184	154	179	158	159	145	102	97	90
		Percentual	16,76%	13,69%	16,02%	13,93%	14,08%	13,28%	10,54%	10,53%	10,02%
Total		Número de Escolas	193	158	183	161	160	145	103	98	90
		Percentual	6,56%	5,31%	6,16%	5,38%	5,37%	4,93%	3,65%	3,51%	3,27%
Fonte	Urbana	Número de Escolas	08	06	05	06	02	03	02	02	01
		Percentual	0,43%	0,32%	0,27%	0,32%	0,11%	0,16%	0,11%	0,11%	0,05%
	Rural	Número de Escolas	111	102	69	62	60	45	38	31	32
		Percentual	10,11%	9,07%	6,18%	5,47%	5,32%	4,12%	3,93%	3,36%	3,56%
Total		Número de Escolas	119	108	74	68	62	48	40	33	33
		Percentual	4,04%	3,63%	2,49%	2,27%	2,08%	1,63%	1,42%	1,18%	1,20%
Poço Artesiano	Urbana	Número de Escolas	79	74	83	73	78	60	47	55	50
		Percentual	4,28%	4,00%	4,47%	3,93%	4,21%	3,25%	2,54%	2,94%	2,70%
	Rural	Número de Escolas	512	529	596	605	588	577	508	466	473
		Percentual	46,63%	47,02%	53,36%	53,35%	52,08%	52,84%	52,48%	50,60%	52,67%
Total		Número de Escolas	591	603	679	678	666	637	555	521	523
		Percentual	20,09%	20,26%	22,85%	22,66%	22,35%	21,66%	19,67%	18,68%	19,02%
Misto ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	110	115	65	62	62	49	34	38	39
		Percentual	5,97%	6,21%	3,50%	3,34%	3,35%	2,65%	1,83%	2,03%	2,11%
	Rural	Número de Escolas	79	75	37	44	39	43	43	57	66
		Percentual	7,19%	6,67%	3,31%	3,88%	3,46%	3,94%	4,44%	6,19%	7,36%
Total		Número de Escolas	189	190	102	106	101	92	77	95	105
		Percentual	6,42%	6,38%	3,43%	3,54%	3,39%	3,13%	2,73%	3,41%	3,82%
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	04	06	02	-	03	-	-	-	-
		Percentual	0,22%	0,32%	0,11%	-	0,16%	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	05	06	06	10	04	03	01	02	02
		Percentual	0,46%	0,53%	0,54%	0,88%	0,35%	0,27%	0,10%	0,22%	0,22%
Total		Número de Escolas	09	12	08	10	07	03	01	02	02
		Percentual	0,31%	0,40%	0,27%	0,34%	0,23%	0,10%	0,03%	0,07%	0,07%
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- Para o cálculo dos percentuais, não foram descontados os estabelecimentos que não prestaram informações sobre a infra-estrutura de abastecimento de água, ou seja, foram considerados os totais de escolas da rede estadual (Zona Urbana, Zona Rural e Total Geral) para efeito de cálculo dos percentuais.
- (1) Estabelecimentos não prestaram informações sobre a infra-estrutura de abastecimento de água.
 - 2005: 02 (dois) (Zona Rural: 02).
 - 2006: 02 (dois) (Zona Rural: 02).
- (2) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de abastecimento de água são considerados como tendo um sistema misto de abastecimento.

Tabela 60
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Água	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 ⁽¹⁾	2006 ⁽¹⁾	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	1075	1029	1018	1009	979	961	955	926	892
		Percentual	88,77%	88,86%	91,05%	92,40%	92,88%	93,94%	95,88%	95,46%	96,75%
	Rural	Número de Escolas	200	249	223	243	252	262	257	249	214
		Percentual	18,47%	22,60%	20,31%	21,99%	23,10%	24,98%	28,03%	29,02%	25,69%
	Total		1275	1278	1241	1252	1231	1223	1212	1175	1106
Percentual		55,58%	56,55%	56,00%	56,99%	57,39%	59,03%	63,36%	64,28%	63,02%	
Cacimba/Cisterna	Urbana	Número de Escolas	07	03	03	03	01	-	-	-	-
		Percentual	0,58%	0,26%	0,27%	0,28%	0,09%	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	183	152	178	156	159	142	95	89	83
		Percentual	16,90%	13,79%	16,21%	14,12%	14,57%	13,54%	10,36%	10,37%	9,97%
	Total		190	155	181	159	160	142	95	89	83
Percentual		8,28%	6,86%	8,17%	7,24%	7,46%	6,85%	4,97%	4,87%	4,73%	
Fonte	Urbana	Número de Escolas	08	06	05	06	02	03	02	02	01
		Percentual	0,66%	0,52%	0,45%	0,55%	0,19%	0,29%	0,20%	0,21%	0,11%
	Rural	Número de Escolas	111	102	69	62	60	45	37	30	32
		Percentual	10,25%	9,26%	6,28%	5,61%	5,50%	4,29%	4,03%	3,50%	3,84%
	Total		119	108	74	68	62	48	39	32	33
Percentual		5,19%	4,78%	3,34%	3,09%	2,89%	2,32%	2,04%	1,75%	1,88%	
Poço Artesiano	Urbana	Número de Escolas	62	56	60	46	40	34	26	25	18
		Percentual	5,12%	4,84%	5,37%	4,21%	3,80%	3,32%	2,61%	2,58%	1,95%
	Rural	Número de Escolas	508	521	586	593	578	557	486	436	444
		Percentual	46,90%	47,28%	53,37%	53,67%	52,98%	53,10%	53,00%	50,82%	53,30%
	Total		570	577	646	639	618	591	512	461	462
Percentual⁽³⁾		24,85%	25,53%	29,15%	29,08%	28,81%	28,52%	26,76%	25,22%	26,33%	
Misto ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	57	59	30	28	30	25	13	17	11
		Percentual	4,71%	5,09%	2,68%	2,56%	2,85%	2,45%	1,31%	1,75%	1,19%
	Rural	Número de Escolas	76	72	36	41	38	40	39	50	58
		Percentual	7,02%	6,53%	3,28%	3,71%	3,48%	3,81%	4,25%	5,83%	6,96%
	Total		133	131	66	69	68	65	52	67	69
Percentual		5,80%	5,79%	2,98%	3,14%	3,17%	3,14%	2,72%	3,66%	3,93%	
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	02	05	02	-	02	-	-	-	-
		Percentual	0,16%	0,43%	0,18%	-	0,19%	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	05	06	06	10	04	03	01	02	02
		Percentual	0,46%	0,54%	0,55%	0,90%	0,37%	0,28%	0,11%	0,23%	0,24%
	Total		07	11	08	10	06	03	01	02	02
Percentual		0,30%	0,49%	0,36%	0,46%	0,28%	0,14%	0,05%	0,11%	0,11%	
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- Para o cálculo dos percentuais, não foram descontados os estabelecimentos que não prestaram informações sobre a infra-estrutura de abastecimento de água, ou seja, foram considerados os totais de escolas da rede estadual (Zona Urbana, Zona Rural e Total Geral) para efeito de cálculo dos percentuais.
- (1) Estabelecimentos não prestaram informações sobre a infra-estrutura de abastecimento de água.
 - 2005: 02 (dois) (Zona Rural: 02).
 - 2006: 02 (dois) (Zona Rural: 02).
- (2) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de abastecimento de água são considerados como tendo um sistema misto de abastecimento.

Tabela 61
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Água	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	494	558	613	631	652	695	729	761	787
		Percentual	87,74%	89,00%	91,77%	91,71%	90,93%	94,04%	95,04%	94,42%	93,69%
	Rural	Número de Escolas	06	10	06	07	24	12	11	15	18
		Percentual	50,00%	50,00%	37,50%	36,84%	92,31%	40,00%	28,21%	30,00%	33,96%
Total		500	568	619	638	676	707	740	776	805	
		Percentual	86,96%	87,79%	90,50%	90,24%	90,98%	91,94%	91,81%	90,65%	90,15%
Cacimba/Cisterna	Urbana	Número de Escolas	02	01	01	-	-	-	01	01	-
		Percentual	0,36%	0,16%	0,15%	-	-	-	0,13%	0,12%	-
	Rural	Número de Escolas	01	02	01	02	-	03	06	06	05
		Percentual	8,33%	10,00%	6,25%	10,53%	-	10,00%	15,39%	12,00%	9,44%
Total		03	03	02	02	-	03	07	07	05	
		Percentual	0,52%	0,46%	0,29%	0,28%	-	0,39%	0,87%	0,82%	0,56%
Fonte	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	01	01	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	2,56%	2,00%	-
Total		-	-	-	-	-	-	01	01	-	
		Percentual	-	-	-	-	-	0,12%	0,12%	-	
Poço Artesiano	Urbana	Número de Escolas	16	15	22	26	35	22	20	25	28
		Percentual	2,84%	2,39%	3,29%	3,78%	4,88%	2,98%	2,61%	3,10%	3,33%
	Rural	Número de Escolas	03	07	08	08	02	14	18	24	24
		Percentual	25,00%	35,00%	50,00%	42,10%	7,69%	46,67%	46,15%	48,00%	45,28%
Total		19	22	30	34	37	36	38	49	52	
		Percentual	3,30%	3,40%	4,39%	4,81%	4,98%	4,68%	4,72%	5,72%	5,82%
Misto ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	49	52	32	31	29	22	17	19	25
		Percentual	8,70%	8,29%	4,79%	4,51%	4,05%	2,98%	2,22%	2,36%	2,98%
	Rural	Número de Escolas	02	01	01	02	-	01	03	04	06
		Percentual	16,67%	5,00%	6,25%	10,53%	-	3,33%	7,69%	8,00%	11,32%
Total		51	53	33	33	29	23	20	23	31	
		Percentual	8,87%	8,19%	4,82%	4,67%	3,90%	2,99%	2,48%	2,69%	3,47%
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	02	01	-	-	01	-	-	-	-
		Percentual	0,36%	0,16%	-	-	0,14%	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		02	01	-	-	01	-	-	-	-	
		Percentual	0,35%	0,16%	-	-	0,14%	-	-	-	
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de abastecimento de água, são considerados como tendo um sistema misto de abastecimento.

Tabela 62

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Água, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Água	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	65	60	65	74	74	81	86	86	83
		Percentual	92,86%	89,55%	94,20%	94,87%	92,50%	93,10%	94,50%	92,47%	92,22%
	Rural	Número de Escolas	01	-	01	05	03	05	06	02	03
		Percentual	33,33%	-	33,33%	50,00%	25,00%	38,46%	50,00%	15,38%	25,00%
Total		66	60	66	79	77	86	92	88	86	
Percentual		90,41%	85,71%	91,66%	89,77%	83,69%	86,00%	89,32%	83,02%	84,32%	
Cacimba/Cisterna	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	01	02	02
		Percentual	-	-	-	-	-	-	8,33%	15,38%	16,67%
Total		-	-	-	-	-	-	01	02	02	
Percentual		-	-	-	-	-	-	0,98%	1,88%	1,96%	
Fonte	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Poço Artesiano	Urbana	Número de Escolas	01	03	01	01	03	04	01	05	04
		Percentual	1,43%	4,48%	1,45%	1,28%	3,75%	4,60%	1,10%	5,38%	4,45%
	Rural	Número de Escolas	01	01	02	04	08	06	04	06	05
		Percentual	33,33%	33,33%	66,67%	40,00%	66,67%	46,15%	33,34%	46,16%	41,66%
Total		02	04	03	05	11	10	05	11	09	
Percentual		2,74%	5,71%	4,17%	5,68%	11,96%	10,00%	4,85%	10,38%	8,82%	
Misto ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	04	04	03	03	03	02	04	02	03
		Percentual	5,71%	5,97%	4,35%	3,85%	3,75%	2,30%	4,40%	2,15%	3,33%
	Rural	Número de Escolas	01	02	-	01	01	02	01	03	02
		Percentual	33,33%	66,67%	-	10,00%	8,33%	15,39%	8,33%	23,08%	16,67%
Total		05	06	03	04	04	04	05	05	05	
Percentual		6,85%	8,58%	4,17%	4,55%	4,35%	4,00%	4,85%	4,72%	4,90%	
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escolas de Ensino Médio	Zona Urbana		70	67	69	78	80	87	91	93	90
	Zona Rural		03	03	03	10	12	13	12	13	12
	Total Geral		73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de abastecimento de água, são considerados como tendo um sistema misto de abastecimento.

Tabela 63
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	1840	1842	1851	1852	1845	1845	1853	1867	1850
		Percentual	99,78%	99,46%	99,79%	99,68%	99,68%	99,79%	99,95%	99,89%	99,89%
	Rural	Número de Escolas	1095	1097	1093	1106	1108	1072	953	915	889
		Percentual	99,73%	97,51%	97,85%	97,53%	98,14%	98,17%	98,45%	99,34%	99,00%
Total		Número de Escolas	2935	2939	2944	2958	2953	2917	2806	2782	2739
		Percentual	99,76%	98,72%	99,06%	98,86%	99,09%	99,18%	99,43%	99,71%	99,60%
Energia Eólica ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	0,09%	-	-	-
Total		Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	0,03%	-	-	-
Energia Solar ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	01	-	01	-	-	-
		Percentual	-	-	-	0,05%	-	0,05%	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	03	06	07	04	06	02	-
		Percentual	-	-	0,27%	0,53%	0,62%	0,37%	0,62%	0,22%	-
Total		Número de Escolas	-	-	03	07	07	05	06	02	-
		Percentual	-	-	0,10%	0,23%	0,24%	0,17%	0,21%	0,07%	-
Gerador Próprio	Urbana	Número de Escolas	-	01	-	-	01	01	-	-	-
		Percentual	-	0,05%	-	-	0,05%	0,05%	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	02	02	01	02	-	01	02	01	02
		Percentual	0,18%	0,18%	0,09%	0,18%	-	0,09%	0,21%	0,11%	0,22%
Total		Número de Escolas	02	03	01	02	01	02	02	01	02
		Percentual	0,07%	0,10%	0,03%	0,07%	0,03%	0,07%	0,07%	0,04%	0,07%
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

- (1) A *Energia Eólica* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004 e excluída em 2007.

- (2) A *Energia Solar* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2000 e excluída em 2007.

Tabela 63
(Continuação)
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Misto ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	04	04	03	05	05	02	01	02	02
		Percentual	0,22%	0,22%	0,16%	0,27%	0,27%	0,11%	0,05%	0,11%	0,11%
	Rural	Número de Escolas	01	-	-	-	-	04	02	01	02
		Percentual	0,09%	-	-	-	-	0,37%	0,21%	0,11%	0,22%
	Total		05	04	03	05	05	06	03	03	04
Percentual		0,17%	0,14%	0,10%	0,17%	0,17%	0,21%	0,11%	0,11%	0,15%	
Outros/Energia Alternativa ⁽⁴⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	02
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	0,22%
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	02
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	0,07%	
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	-	05	01	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	0,27%	0,05%	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	26	20	20	14	10	05	02	03
		Percentual	-	2,31%	1,79%	1,76%	1,24%	0,91%	0,51%	0,22%	0,34%
	Total		-	31	21	20	14	10	05	02	03
Percentual		-	1,04%	0,71%	0,67%	0,47%	0,34%	0,18%	0,07%	0,11%	
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (3) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de abastecimento de energia elétrica são considerados como tendo um sistema misto de abastecimento.
- (4) A opção *Outros (Energia Alternativa)* foi incluída no Censo Escolar em 2007.

Tabela 64
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	1208	1148	1116	1087	1050	1022	995	970	922
		Percentual	99,75%	99,14%	99,82%	99,54%	99,62%	99,90%	99,90%	100%	100%
	Rural	Número de Escolas	1080	1074	1074	1077	1070	1030	904	853	826
		Percentual	99,72%	97,46%	97,82%	97,47%	98,08%	98,19%	98,58%	99,42%	99,16%
	Total		2288	2222	2190	2164	2120	2052	1899	1823	1748
Percentual		99,74%	98,32%	98,83%	98,50%	98,83%	99,03%	99,27%	99,73%	99,60%	
Energia Eólica ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	0,10%	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	01	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	0,05%	-	-	-	
Energia Solar ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	01	-	01	-	-	-
		Percentual	-	-	-	0,09%	-	0,10%	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	03	06	07	04	06	02	-
		Percentual	-	-	0,27%	0,54%	0,64%	0,38%	0,65%	0,23%	-
	Total		-	-	03	07	07	05	06	02	-
Percentual		-	-	0,14%	0,32%	0,33%	0,24%	0,31%	0,11%	-	
Gerador Próprio	Urbana	Número de Escolas	-	01	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	0,09%	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	02	02	01	02	-	01	02	01	02
		Percentual	0,19%	0,18%	0,09%	0,18%	-	0,10%	0,22%	0,12%	0,24%
	Total		02	03	01	02	-	01	02	01	02
Percentual		0,09%	0,13%	0,04%	0,09%	-	0,05%	0,11%	0,05%	0,12%	
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A *Energia Eólica* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004 e excluída em 2007.
- (2) A *Energia Solar* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2000 e excluída em 2007.

Tabela 64
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Misto ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	03	04	01	04	04	-	01	-	-
		Percentual	0,25%	0,34%	0,09%	0,37%	0,38%	-	0,10%	-	-
	Rural	Número de Escolas	01	-	-	-	-	03	-	-	-
		Percentual	0,09%	-	-	-	-	0,28%	-	-	-
	Total		04	04	01	04	04	03	01	-	-
Percentual		0,17%	0,18%	0,04%	0,18%	0,19%	0,15%	0,05%	-	-	
Outros/Energia Alternativa ⁽⁴⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	02
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	0,24%
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	02
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	0,12%	
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	-	05	01	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	0,43%	0,09%	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	26	20	20	14	10	05	02	03
		Percentual	-	2,36%	1,82%	1,81%	1,28%	0,95%	0,55%	0,23%	0,36%
	Total		-	31	21	20	14	10	05	02	03
Percentual		-	1,37%	0,95%	0,91%	0,65%	0,48%	0,26%	0,11%	0,16%	
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (3) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de abastecimento de energia elétrica são considerados como tendo um sistema misto de abastecimento.
- (4) A opção *Outros (Energia Alternativa)* foi incluída no Censo Escolar em 2007.

Tabela 65

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	562	627	666	687	715	737	767	806	840
		Percentual	99,82%	100%	99,70%	99,85%	99,72%	99,72%	100%	100%	100%
	Rural	Número de Escolas	12	20	16	19	26	29	37	49	51
		Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	96,67%	94,87%	98,00%	96,23%
	Total		574	647	682	706	741	766	804	855	891
Percentual		99,83%	100%	99,71%	99,86%	99,72%	99,61%	99,75%	99,88%	99,78%	
Energia Eólica ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Energia Solar ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Gerador Próprio	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	01	01	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	0,14%	0,14%	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	01	01	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	0,14%	0,13%	-	-	-	
Escolas de Ensino Fundamental e Médio	Zona Urbana		563	627	668	688	717	739	767	806	840
	Zona Rural		12	20	16	19	26	30	39	50	53
	Total Geral		575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A *Energia Eólica* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004 e excluída em 2007.
- (2) A *Energia Solar* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2000 e excluída em 2007.

Tabela 65
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Misto ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	01	-	02	01	01	01	-	-	-
		Percentual	0,18%	-	0,30%	0,15%	0,14%	0,14%	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	02	01	02
		Percentual	-	-	-	-	-	3,33%	5,13%	2,00%	3,77%
	Total		01	-	02	01	01	02	02	01	02
Percentual		0,17%	-	0,29%	0,14%	0,14%	0,26%	0,25%	0,12%	0,22%	
Outros/Energia Alternativa ⁽⁴⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (3) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de abastecimento de energia elétrica são considerados como tendo um sistema misto de abastecimento.
- (4) A opção *Outros (Energia Alternativa)* foi incluída no Censo Escolar em 2007.

Tabela 66

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	70	67	69	78	80	86	91	91	88
		Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	98,85%	100%	97,85%	97,78%
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total		73	70	72	88	92	99	103	104	100	
Percentual		100%	100%	100%	100%	100%	99,00%	100%	98,11%	98,04%	
Energia Eólica ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Energia Solar ⁽²⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Gerador Próprio	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escolas de Ensino Médio	Zona Urbana		70	67	69	78	80	87	91	93	90
	Zona Rural		03	03	03	10	12	13	12	13	12
	Total Geral		73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) A *Energia Eólica* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2004 e excluída em 2007.
- (2) A *Energia Solar* foi incluída no Censo Escolar a partir de 2000 e excluída em 2007.

Tabela 66
(Continuação)

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Abastecimento de Energia Elétrica	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Misto ⁽³⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	-	02	02
		Percentual	-	-	-	-	-	1,15%	-	2,15%	2,22%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	01	-	02	02
Percentual		-	-	-	-	-	1,00%	-	1,89%	1,96%	
Outros/Energia Alternativa ⁽⁴⁾	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (3) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de abastecimento de energia elétrica são considerados como tendo um sistema misto de abastecimento.
- (4) A opção *Outros (Energia Alternativa)* foi incluída no Censo Escolar em 2007.

Tabela 67
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Rede de Esgoto	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	1003	1036	1036	1092	1101	1095	1132	1156	1121
		Percentual	54,39%	55,94%	55,85%	58,77%	59,48%	59,22%	61,06%	61,85%	60,53%
	Rural	Número de Escolas	31	40	22	24	40	43	44	32	28
		Percentual	2,82%	3,56%	1,97%	2,12%	3,54%	3,94%	4,55%	3,47%	3,12%
	Total		1034	1076	1058	1116	1141	1138	1176	1188	1149
	Percentual		35,15%	36,14%	35,60%	37,30%	38,29%	38,70%	41,67%	42,58%	41,78%
Fossa	Urbana	Número de Escolas	762	740	750	713	696	708	671	671	668
		Percentual	41,32%	39,96%	40,43%	38,38%	37,60%	38,29%	36,19%	35,90%	36,07%
	Rural	Número de Escolas	1056	1076	1060	1082	1062	1026	910	877	854
		Percentual	96,18%	95,64%	94,90%	95,41%	94,06%	93,96%	94,01%	95,22%	95,10%
	Total		1818	1816	1810	1795	1758	1734	1581	1548	1522
	Percentual		61,79%	61,00%	60,90%	59,99%	58,99%	58,96%	56,03%	55,48%	55,35%
Misto ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	64	65	61	47	50	41	49	39	58
		Percentual	3,47%	3,51%	3,29%	2,53%	2,70%	2,22%	2,64%	2,09%	3,13%
	Rural	Número de Escolas	03	03	01	05	03	02	01	03	06
		Percentual	0,27%	0,27%	0,09%	0,44%	0,27%	0,18%	0,10%	0,33%	0,67%
	Total		67	68	62	52	53	43	50	42	64
	Percentual		2,28%	2,29%	2,09%	1,74%	1,78%	1,46%	1,77%	1,51%	2,33%
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	15	11	08	06	04	05	02	03	05
		Percentual	0,82%	0,59%	0,43%	0,32%	0,22%	0,27%	0,11%	0,16%	0,27%
	Rural	Número de Escolas	08	06	34	23	24	21	13	09	10
		Percentual	0,73%	0,53%	3,04%	2,03%	2,13%	1,92%	1,34%	0,98%	1,11%
	Total		23	17	42	29	28	26	15	12	15
	Percentual		0,78%	0,57%	1,41%	0,97%	0,94%	0,88%	0,53%	0,43%	0,54%
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de coleta de esgoto são considerados como tendo um sistema misto de coleta.

Tabela 68
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Rede de Esgoto	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	673	663	647	677	681	651	657	648	620
		Percentual	55,57%	57,25%	57,87%	62,00%	64,61%	63,64%	65,96%	66,81%	67,24%
	Rural	Número de Escolas	28	36	20	21	27	35	33	24	21
		Percentual	2,58%	3,27%	1,82%	1,90%	2,48%	3,34%	3,60%	2,80%	2,52%
	Total		701	699	667	698	708	686	690	672	641
Percentual		30,56%	30,93%	30,10%	31,77%	33,01%	33,11%	36,07%	36,76%	36,52%	
Fossa	Urbana	Número de Escolas	487	446	425	392	350	348	314	302	274
		Percentual	40,21%	38,52%	38,01%	35,90%	33,21%	34,02%	31,53%	31,13%	29,72%
	Rural	Número de Escolas	1044	1057	1044	1057	1039	993	871	823	796
		Percentual	96,40%	95,92%	95,08%	95,66%	95,23%	94,66%	94,98%	95,92%	95,56%
	Total		1531	1503	1469	1449	1389	1341	1185	1125	1070
Percentual		66,74%	66,50%	66,29%	65,95%	64,76%	64,72%	61,94%	61,54%	60,97%	
Misto ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	41	39	38	20	20	21	24	19	27
		Percentual	3,39%	3,37%	3,40%	1,83%	1,90%	2,05%	2,41%	1,96%	2,93%
	Rural	Número de Escolas	03	03	01	05	02	01	01	03	06
		Percentual	0,28%	0,27%	0,09%	0,45%	0,18%	0,09%	0,11%	0,35%	0,72%
	Total		44	42	39	25	22	22	25	22	33
Percentual		1,92%	1,86%	1,76%	1,14%	1,02%	1,06%	1,31%	1,21%	1,88%	
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	10	10	08	03	03	03	01	01	01
		Percentual	0,83%	0,86%	0,72%	0,27%	0,28%	0,29%	0,10%	0,10%	0,11%
	Rural	Número de Escolas	08	06	33	22	23	20	12	08	10
		Percentual	0,74%	0,54%	3,01%	1,99%	2,11%	1,91%	1,31%	0,93%	1,20%
	Total		18	16	41	25	26	23	13	09	11
Percentual		0,78%	0,71%	1,85%	1,14%	1,21%	1,11%	0,68%	0,49%	0,63%	
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

- (1) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de coleta de esgoto são considerados como tendo um sistema misto de coleta.

Tabela 69

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Rede de Esgoto	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	287	336	345	366	370	393	422	452	448
		Percentual	50,98%	53,59%	51,65%	53,20%	51,60%	53,18%	55,02%	56,08%	53,33%
	Rural	Número de Escolas	02	03	01	02	11	06	07	05	05
		Percentual	16,67%	15,00%	6,25%	10,53%	42,30%	20,00%	17,95%	10,00%	9,43%
	Total		289	339	346	368	381	399	429	457	453
Percentual		50,26%	52,40%	50,58%	52,05%	51,28%	51,89%	53,23%	53,39%	50,73%	
Fossa	Urbana	Número de Escolas	249	266	301	294	318	327	322	333	359
		Percentual	44,23%	42,42%	45,06%	42,73%	44,35%	44,25%	41,98%	41,32%	42,74%
	Rural	Número de Escolas	10	17	14	16	14	24	32	45	48
		Percentual	83,33%	85,00%	87,50%	84,21%	53,85%	80,00%	82,05%	90,00%	90,57%
	Total		259	283	315	310	332	351	354	378	407
Percentual		45,04%	43,74%	46,05%	43,85%	44,68%	45,64%	43,92%	44,16%	45,58%	
Misto ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	23	24	22	25	29	18	23	20	31
		Percentual	4,08%	3,83%	3,29%	3,63%	4,05%	2,44%	3,00%	2,48%	3,69%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	01	-	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	3,85%	-	-	-	-
	Total		23	24	22	25	30	18	23	20	31
Percentual		4,00%	3,71%	3,22%	3,54%	4,04%	2,34%	2,85%	2,33%	3,47%	
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	04	01	-	03	-	01	-	01	02
		Percentual	0,71%	0,16%	-	0,44%	-	0,13%	-	0,12%	0,24%
	Rural	Número de Escolas	-	-	01	01	-	-	-	-	-
		Percentual	-	-	6,25%	5,26%	-	-	-	-	-
	Total		04	01	01	04	-	01	-	01	02
Percentual		0,70%	0,15%	0,15%	0,56%	-	0,13%	-	0,12%	0,22%	
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de coleta de esgoto são considerados como tendo um sistema misto de coleta.

Tabela 70

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Abastecimento de Rede de Esgoto, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Rede de Esgoto	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Rede Pública	Urbana	Número de Escolas	43	37	44	49	50	51	53	56	53
		Percentual	61,43%	55,22%	63,77%	62,82%	62,50%	58,62%	58,24%	60,21%	58,89%
	Rural	Número de Escolas	01	01	01	01	02	02	04	03	02
		Percentual	33,33%	33,33%	33,33%	10,00%	16,67%	15,39%	33,33%	23,08%	16,67%
	Total		44	38	45	50	52	53	57	59	55
Percentual		60,27%	54,28%	62,50%	56,82%	56,52%	53,00%	55,34%	55,66%	53,92%	
Fossa	Urbana	Número de Escolas	26	28	24	27	28	33	35	36	35
		Percentual	37,14%	41,79%	34,78%	34,62%	35,00%	37,93%	38,46%	38,71%	38,89%
	Rural	Número de Escolas	02	02	02	09	09	09	07	09	10
		Percentual	66,67%	66,67%	66,67%	90,00%	75,00%	69,23%	58,34%	69,23%	83,33%
	Total		28	30	26	36	37	42	42	45	45
Percentual		38,36%	42,86%	36,11%	40,91%	40,22%	42,00%	40,78%	42,45%	44,12%	
Misto ⁽¹⁾	Urbana	Número de Escolas	-	02	01	02	01	02	02	-	-
		Percentual	-	2,99%	1,45%	2,56%	1,25%	2,30%	2,20%	-	-
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	01	-	-	-
		Percentual	-	-	-	-	-	7,69%	-	-	-
	Total		-	02	01	02	01	03	02	-	-
Percentual		-	2,86%	1,39%	2,27%	1,09%	3,00%	1,94%	-	-	
Inexistente	Urbana	Número de Escolas	01	-	-	-	01	01	01	01	02
		Percentual	1,43%	-	-	-	1,25%	1,15%	1,10%	1,08%	2,22%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	01	01	01	01	-
		Percentual	-	-	-	-	8,33%	7,69%	8,33%	7,69%	-
	Total		01	-	-	-	02	02	02	02	02
Percentual		1,37%	-	-	-	2,17%	2,00%	1,94%	1,89%	1,96%	
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- (1) Os estabelecimentos que possuem mais de um tipo de sistema de coleta de esgoto são considerados como tendo um sistema misto de coleta.

Tabela 71

Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural) Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Acessibilidade	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Dependências Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais	Urbana	Número de Escolas	50	74	93	143	189	254	289	331	421
		Percentual	2,71%	4,00%	5,01%	7,70%	10,21%	13,74%	15,59%	17,71%	22,73%
	Rural	Número de Escolas	03	03	03	23	42	52	56	72	91
		Percentual	0,27%	0,27%	0,27%	2,03%	3,72%	4,76%	5,79%	7,82%	10,13%
	Total		53	77	96	166	231	306	345	403	512
	Percentual		1,80%	2,59%	3,23%	5,55%	7,75%	10,40%	12,23%	14,44%	18,62%
Sanitário para Portadores de Necessidades Especiais	Urbana	Número de Escolas	30	27	33	71	114	135	179	229	282
		Percentual	1,63%	1,46%	1,78%	3,82%	6,16%	7,30%	9,65%	12,25%	15,23%
	Rural	Número de Escolas	08	02	-	12	22	28	40	45	68
		Percentual	0,73%	0,18%	-	1,06%	1,95%	2,56%	4,13%	4,89%	7,57%
	Total		38	29	33	83	136	163	219	274	350
	Percentual		1,29%	0,97%	1,11%	2,77%	4,56%	5,54%	7,76%	9,82%	12,73%
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio	Zona Urbana		1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
	Zona Rural		1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
	Total Geral		2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 72
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Acessibilidade	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Dependências Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais	Urbana	Número de Escolas	19	32	44	72	95	125	134	136	158
		Percentual	1,57%	2,76%	3,94%	6,59%	9,01%	12,22%	13,45%	14,02%	17,14%
	Rural	Número de Escolas	03	02	03	21	36	48	47	53	65
		Percentual	0,28%	0,18%	0,27%	1,90%	3,30%	4,58%	5,13%	6,18%	7,80%
	Total		22	34	47	93	131	173	181	189	223
	Percentual		0,96%	1,50%	2,12%	4,23%	6,11%	8,35%	9,46%	10,34%	12,71%
Sanitário para Portadores de Necessidades Especiais	Urbana	Número de Escolas	20	10	15	38	63	77	91	112	118
		Percentual	1,65%	0,86%	1,34%	3,48%	5,98%	7,53%	9,14%	11,55%	12,80%
	Rural	Número de Escolas	08	02	-	11	19	25	35	33	46
		Percentual	0,74%	0,18%	-	1,00%	1,74%	2,38%	3,82%	3,85%	5,52%
	Total		28	12	15	49	82	102	126	145	164
	Percentual		1,22%	0,53%	0,68%	2,23%	3,82%	4,92%	6,59%	7,93%	9,34%
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 73
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Acessibilidade	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Dependências Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais	Urbana	Número de Escolas	28	38	47	67	89	119	146	179	244
		Percentual	4,97%	6,06%	7,04%	9,74%	12,41%	16,10%	19,04%	22,21%	29,05%
	Rural	Número de Escolas	-	01	-	02	03	04	09	16	21
		Percentual	-	5,00%	-	10,53%	11,54%	13,33%	23,08%	32,00%	39,62%
	Total		28	39	47	69	92	123	155	195	265
	Percentual		4,87%	6,03%	6,87%	9,76%	12,38%	15,99%	19,23%	22,90%	29,68%
Sanitário para Portadores de Necessidades Especiais	Urbana	Número de Escolas	08	14	15	31	45	52	80	100	143
		Percentual	1,42%	2,23%	2,25%	4,51%	6,28%	7,04%	10,43%	12,41%	17,02%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	01	03	03	05	09	16
		Percentual	-	-	-	5,26%	11,54%	10,00%	12,82%	18,00%	30,19%
	Total		08	14	15	32	48	55	85	109	159
	Percentual		1,39%	2,16%	2,19%	4,53%	6,46%	7,15%	10,55%	12,73%	17,81%
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 74
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Acessibilidade, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Acessibilidade	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Dependências Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais	Urbana	Número de Escolas	03	04	02	04	05	10	09	16	19
		Percentual	4,29%	5,97%	2,90%	5,13%	6,25%	11,49%	9,89%	17,20%	21,11%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	03	-	-	03	05
		Percentual	-	-	-	-	25,00%	-	-	23,08%	41,67%
	Total		03	04	02	04	08	10	09	19	24
	Percentual		4,11%	5,71%	2,78%	4,55%	8,70%	10,00%	8,74%	17,92%	23,53%
Sanitário para Portadores de Necessidades Especiais	Urbana	Número de Escolas	02	03	03	02	06	06	08	17	21
		Percentual	2,86%	4,48%	4,35%	2,56%	7,50%	6,90%	8,79%	18,28%	23,33%
	Rural	Número de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	03	06
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	23,08%	50,00%
	Total		02	03	03	02	06	06	08	20	27
	Percentual		2,74%	4,29%	4,17%	2,27%	6,52%	6,00%	7,77%	18,87%	26,47%
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.

Tabela 75
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental, Fundamental e Médio e Médio) e a Infra-Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Informática	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999 ⁽¹⁾	2000 ⁽¹⁾	2001 ⁽¹⁾	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Laboratório de Informática	Urbana	Número de Escolas	256	369	503	580	654	1146	758	857	1008
		Percentual	13,88%	19,92%	27,12%	31,22%	35,33%	61,98%	40,89%	45,85%	54,43%
	Rural	Número de Escolas	12	15	31	44	61	171	79	109	131
		Percentual	1,09%	1,33%	2,78%	3,88%	5,40%	15,66%	8,16%	11,83%	14,59%
	Total		268	384	534	624	715	1317	837	966	1139
	Percentual		9,11%	12,90%	17,97%	20,86%	23,99%	44,78%	29,66%	34,62%	41,42%
Acesso a Internet na Escola	Urbana	Número de Escolas	24	71	193	251	368	646	922	1287	1410
		Percentual	1,30%	3,83%	10,40%	13,51%	19,88%	34,94%	49,73%	68,86%	76,13%
	Rural	Número de Escolas	-	-	05	06	19	33	52	461	125
		Percentual	-	-	0,45%	0,53%	1,68%	3,02%	5,37%	50,05%	13,92%
	Total		24	71	198	257	387	679	974	1748	1535
	Percentual		0,82%	2,38%	6,66%	8,59%	12,99%	23,09%	34,51%	62,65%	55,82%
Escolas de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e Médio		Zona Urbana	1844	1852	1855	1858	1851	1849	1854	1869	1852
		Zona Rural	1098	1125	1117	1134	1129	1092	968	921	898
		Total Geral	2942	2977	2972	2992	2980	2941	2822	2790	2750

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- Para o cálculo dos percentuais, não foram descontados os estabelecimentos que não prestaram informações sobre sua conexão à Internet, ou seja, foram considerados os totais de escolas da rede estadual (Zona Urbana, Zona Rural e Total Geral) para efeito de cálculo dos percentuais.
- (1) Estabelecimentos que não prestaram informações sobre sua conexão à Internet.
 - 1999: 07 (sete) (Zona Urbana: 05 – Zona Rural: 02).
 - 2000: 478 (quatrocentos e setenta e oito) (Zona Urbana: 132 – Zona Rural: 346).
 - 2001: 1064 (um mil e sessenta e quatro) (Zona Urbana: 240 – Zona Rural: 824).
 - 2002: 939 (novecentos e trinta e nove) (Zona Urbana: 172 – Zona Rural: 767).
 - 2003: 865 (oitocentos e sessenta e cinco) (Zona Urbana: 138 – Zona Rural: 727).
 - 2007: 224 (duzentos e vinte e quatro) (Zona Urbana: 75 – Zona Rural: 149).

Tabela 76
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental) e a Infra-Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Informática	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999 ⁽¹⁾	2000 ⁽¹⁾	2001 ⁽¹⁾	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Laboratório de Informática	Urbana	Número de Escolas	77	119	146	175	188	516	215	242	297
		Percentual	6,36%	10,28%	13,06%	16,03%	17,84%	50,44%	21,59%	24,95%	32,21%
	Rural	Número de Escolas	10	12	25	31	40	143	57	80	98
		Percentual	0,92%	1,09%	2,28%	2,81%	3,67%	13,63%	6,22%	9,32%	11,76%
	Total		87	131	171	206	228	659	272	322	395
	Percentual		3,79%	5,80%	7,72%	9,38%	10,63%	31,81%	14,22%	17,61%	22,51%
Acesso a Internet na Escola	Urbana	Número de Escolas	05	19	66	90	129	261	383	591	630
		Percentual	0,41%	1,64%	5,90%	8,24%	12,24%	25,51%	38,45%	60,93%	68,33%
	Rural	Número de Escolas	-	-	03	04	06	20	40	437	100
		Percentual	-	-	0,27%	0,36%	0,55%	1,91%	4,36%	50,93%	12,00%
	Total		05	19	69	94	135	281	423	1028	730
	Percentual		0,22%	0,84%	3,11%	4,28%	6,29%	13,56%	22,11%	56,24%	41,60%
Escolas de Ensino Fundamental		Zona Urbana	1211	1158	1118	1092	1054	1023	996	970	922
		Zona Rural	1083	1102	1098	1105	1091	1049	917	858	833
		Total Geral	2294	2260	2216	2197	2145	2072	1913	1828	1755

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- Para o cálculo dos percentuais, não foram descontados os estabelecimentos que não prestaram informações sobre sua conexão à Internet, ou seja, foram considerados os totais de escolas da rede estadual (Zona Urbana, Zona Rural e Total Geral) para efeito de cálculo dos percentuais.
- (1) Estabelecimentos que não prestaram informações sobre sua conexão à Internet.
 - 1999: 05 (cinco) (Zona Urbana: 03 – Zona Rural: 02).
 - 2000: 461 (quatrocentos e sessenta e um) (Zona Urbana: 117 – Zona Rural: 344).
 - 2001: 1043 (um mil e quarenta e três) (Zona Urbana: 221 – Zona Rural: 822).
 - 2002: 912 (novecentos e doze) (Zona Urbana: 150 – Zona Rural: 762).
 - 2003: 849 (oitocentos e quarenta e nove) (Zona Urbana: 125 – Zona Rural: 724).
 - 2007: 187 (cento e oitenta e sete) (Zona Urbana: 42 – Zona Rural: 145).

Tabela 77
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Fundamental e Médio) e a Infra-Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Informática	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999 ⁽¹⁾	2000 ⁽¹⁾	2001 ⁽¹⁾	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Laboratório de Informática	Urbana	Número de Escolas	150	220	316	362	418	569	487	556	647
		Percentual	26,64%	35,09%	47,31%	52,62%	58,30%	77,00%	63,49%	68,98%	77,02%
	Rural	Número de Escolas	01	02	05	10	18	22	16	23	27
		Percentual	8,33%	10,00%	31,25%	52,63%	69,23%	73,33%	41,03%	46,00%	50,94%
	Total		151	222	321	372	436	591	503	579	674
	Percentual		26,26%	34,31%	46,93%	52,62%	58,68%	76,85%	62,41%	67,64%	75,48%
Acesso a Internet na Escola	Urbana	Número de Escolas	10	35	101	126	206	337	479	623	705
		Percentual	1,78%	5,58%	15,12%	18,31%	28,73%	45,60%	62,45%	77,30%	83,93%
	Rural	Número de Escolas	-	-	01	-	10	08	07	17	20
		Percentual	-	-	6,25%	-	38,46%	26,67%	17,95%	34,00%	37,74%
	Total		10	35	102	126	216	345	486	640	725
	Percentual		1,74%	5,41%	14,91%	17,82%	29,07%	44,86%	60,30%	74,77%	81,19%
Escolas de Ensino Fundamental e Médio		Zona Urbana	563	627	668	688	717	739	767	806	840
		Zona Rural	12	20	16	19	26	30	39	50	53
		Total Geral	575	647	684	707	743	769	806	856	893

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- Para o cálculo dos percentuais, não foram descontados os estabelecimentos que não prestaram informações sobre sua conexão à Internet, ou seja, foram considerados os totais de escolas da rede estadual (Zona Urbana, Zona Rural e Total Geral) para efeito de cálculo dos percentuais.
- (1) Estabelecimentos que não prestaram informações sobre sua conexão à Internet.
 - 1999: 02 (dois) (Zona Urbana: 02).
 - 2000: 16 (dezesesseis) (Zona Urbana: 14 – Zona Rural: 02).
 - 2001: 18 (dezoito) (Zona Urbana: 16 – Zona Rural: 02).
 - 2002: 18 (dezoito) (Zona Urbana: 16 – Zona Rural: 02).
 - 2003: 09 (nove) (Zona Urbana: 09).
 - 2007: 29 (vinte e nove) (Zona Urbana: 28 – Zona Rural: 01).

Tabela 78
Escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, considerando o Nível de Ensino (Médio) e a Infra-Estrutura de Informática, segundo o Zoneamento (Urbano/Rural)
Censo Escolar 1999-2007

Infra-Estrutura de Informática	Zoneamento		Censo Escolar								
			1999	2000 ⁽¹⁾	2001 ⁽¹⁾	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Laboratório de Informática	Urbana	Número de Escolas	29	30	41	43	48	61	56	59	64
		Percentual	41,43%	44,78%	59,42%	55,13%	60,00%	70,12%	61,54%	63,44%	71,11%
	Rural	Número de Escolas	01	01	01	03	03	06	06	06	06
		Percentual	33,33%	33,33%	33,33%	30,00%	25,00%	46,15%	50,00%	46,15%	50,00%
	Total		30	31	42	46	51	67	62	65	70
	Percentual		41,10%	44,29%	58,33%	52,27%	55,43%	67,00%	60,19%	61,32%	68,63%
Acesso a Internet na Escola	Urbana	Número de Escolas	09	17	26	35	33	48	60	73	75
		Percentual	12,86%	25,37%	37,68%	44,87%	41,25%	55,17%	65,93%	78,49%	83,33%
	Rural	Número de Escolas	-	-	01	02	03	05	05	07	05
		Percentual	-	-	3,33%	20,00%	25,00%	38,46%	41,67%	53,85%	41,67%
	Total		09	17	27	37	36	53	65	80	80
	Percentual		12,33%	24,29%	37,50%	42,05%	39,13%	53,00%	63,11%	75,47%	78,43%
Escolas de Ensino Médio		Zona Urbana	70	67	69	78	80	87	91	93	90
		Zona Rural	03	03	03	10	12	13	12	13	12
		Total Geral	73	70	72	88	92	100	103	106	102

Fontes:

- Microdados Censo Escolar 1999-2007 (MEC/INEP – SE/RS).

Notas:

- O número de escolas estaduais com Ensino Fundamental e/ou Médio não exclui a possibilidade de coexistirem, nas mesmas, outros níveis e modalidades de ensino.
- Para o cálculo dos percentuais, não foram descontados os estabelecimentos que não prestaram informações sobre sua conexão à Internet, ou seja, foram considerados os totais de escolas da rede estadual (Zona Urbana, Zona Rural e Total Geral) para efeito de cálculo dos percentuais.
- (1) Estabelecimentos que não prestaram informações sobre sua conexão à Internet.
 - 2000: 01 (um) (Zona Urbana: 01).
 - 2001: 03 (três) (Zona Urbana: 03).
 - 2002: 09 (nove) (Zona Urbana: 06 – Zona Rural: 03).
 - 2003: 07 (sete) (Zona Urbana: 04 – Zona Rural: 03).
 - 2007: 08 (oito) (Zona Urbana: 05 – Zona Rural: 03).

Tabela 79
Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2000-2003
da Secretaria de Educação – SE

Fonte	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
Tesouro	7.915.657.874,68	906.518.249,35	8.822.176.124,03
Convênios	97.338.337,35	64.187.109,55	161.525.446,90
Operações de Crédito	1.080.636,55	12.562.399,91	13.643.036,46
Total Geral	8.014.076.848,58	983.267.758,81	8.997.344.607,39

Fonte:

- Plano Plurianual 2000-2003 – Secretaria de Coordenação e Planejamento – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/conten/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- Conforme o Dicionário de Finanças Públicas disponível em <http://www.sefaz.rs.gov.br/ASP/Download/pdf/DicionarioFinancasPublicas.pdf>.
 - Convênio: Instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de programas de trabalho ou de eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.*
 - Despesa Corrente: São gastos que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos realizados pelo Governo.*
 - Despesa de Capital: É um gasto realizado para a compra de um bem que irá aumentar o patrimônio da empresa, em virtude de sua utilidade para a produção de outros bens. Abrangem, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. O aumento patrimonial decorre da despesa capital.*
 - Operação de Crédito: Levantamento de empréstimo pelas entidades da administração pública, com o objetivo de financiar seus projetos e/ou atividades, podendo ser interna ou externa.*

Tabela 80

Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2000-2003 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo a Diretriz Construção Coletiva da Escola Democrático-Popular em Todos os Níveis e Modalidades de Ensino, pelo Programa Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental e suas Metas

Diretriz	Programas/Metas	Outras Despesas Correntes	Despesa Capital	Total	
CONSTRUÇÃO COLETIVA DA ESCOLA DEMOCRÁTICO-POPULAR EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO	Programa: ACESSO, MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL Benefícios: Democratização da gestão, do acesso à Escola e ao conhecimento..	758.765.712,52	407.776.041,32	1.166.541.753,84	
	Objetivo: Democratização do acesso ao Ensino Fundamental, garantindo uma educação pública, plural e de qualidade. Meta: Construir, reconstruir, ampliar e equipar Escolas do Ensino Fundamental (Regular, Profissionalizantes, Especiais e Centros de Educação de Jovens e Adultos) conforme demandas da sociedade gaúcha. Quantidade: 30. Unidade: Delegacias.	0,00	189.111.396,46	189.111.396,46	
	Meta: Adaptar as Salas de Integração de Recursos – SDRs para integração de crianças e jovens Portadores de Necessidades Educativas Especiais – PNEE na Rede Estadual de Ensino e no mundo do trabalho Quantidade: 467. Unidade: Salas	10.806.365,51	2.161.273,10	12.967.638,61 ⁽¹⁾	
	Meta: Conservar e manter em condições de uso os prédios escolares. Quantidade: 2939. Unidade: Escolas de Ensino Fundamental.	243.143.224,02	21.612.731,02 ⁽¹⁾	264.755.955,04	
	Objetivo: Otimização e qualificação dos serviços do espaço físico e dos recursos materiais da Rede Estadual de Ensino. Meta: Adequar, gradativamente, os prédios escolares para facilitação do acesso aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais. Quantidade: 2939. Unidade: Escolas.	0,00	5.403.182,76	5.403.182,76	
	Objetivo: Criação de mecanismos de participação da comunidade escolar, com vistas à redefinição de critérios de repasse de recursos as escolas. Meta: Manter e redefinir, coletivamente, os critérios de repasse de recursos às Unidades de Ensino. Quantidade: 2.939. Unidade: Escolas.	415.042.241,49	160.850.589,37	575.892.830,86	
Subtotal no Programa Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental		Previsão de Despesa	668.991.831,02	379.139.172,71	1.048.131.003,73
		Percentual⁽²⁾	88,17%	92,98%	89,85%

Fonte:

- Plano Plurianual 2000-2003 – Secretaria de Coordenação e Planejamento – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (1) Valor proveniente de convênios.
- (2) Percentuais calculados sobre a Previsão de Despesa do Programa Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental.
- Conforme o Dicionário de Finanças Públicas disponível em <http://www.sefaz.rs.gov.br/ASP/Download/pdf/DicionarioFinancasPublicas.pdf>.
 - Convênio: Instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de programas de trabalho ou de eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
 - Despesa Corrente: São gastos que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos realizados pelo Governo.
 - Despesa de Capital: É um gasto realizado para a compra de um bem que irá aumentar o patrimônio da empresa, em virtude de sua utilidade para a produção de outros bens. Abrangem, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. O aumento patrimonial decorre da despesa capital.

Tabela 81

Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2000-2003 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo a Diretriz Construção Coletiva da Escola Democrático-Popular em Todos os Níveis e Modalidades de Ensino, pelo Programa Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas e de Lazer das Comunidades Escolares e suas Metas

Diretriz	Programas/Metas	Outras Despesas Correntes	Despesa Capital	Total	
CONSTRUÇÃO COLETIVA DA ESCOLA DEMOCRÁTICO-POPULAR EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO	Programa: MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE LAZER DAS COMUNIDADES ESCOLARES. Benefícios: Desenvolvimento de valores como participação, socialização, equilíbrio emocional e espírito de fraternidade entre os jovens e adultos.	9.833.792,62	91.583.947,71	101.417.740,33	
	Objetivo: Estimular a práticas esportivas, recreativas e de lazer, em especial às comunidades escolares, às periferias urbanas e rurais, valorizando o interior e considerando: condições sócio-econômicas, situações de risco social e biológico, porte de deficiências e superdotes, questões de gênero, etnia e ecologia. Meta: Adquirir equipamentos de lazer para as Escolas. Quantidade: 600. Unidades: kits.	0,00	16.209.548,27	16.209.548,27	
	Meta: Construir quadras poliesportivas e equipamentos de lazer nas Escolas, como iluminação própria para uso noturno abertas à utilização pública. Quantidade: 600 Unidade: Quadras Esportivas.	0,00	64.838.193,07	64.838.193,07	
Subtotal no Programa Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas, Recreativas e de Lazer das Comunidades Escolares		Previsão de Despesa	0,00	81.047.741,34	81.047.741,34
		Percentual⁽¹⁾	-	88,50%	79,91%

Fonte:

Plano Plurianual 2000-2003 – Secretaria de Coordenação e Planejamento – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (1) Percentuais calculados sobre a Previsão de Despesa do Programa Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas, Recreativas e de Lazer das Comunidades Escolares.
- Conforme o Dicionário de Finanças Públicas disponível em <http://www.sefaz.rs.gov.br/ASP/Download/pdf/DicionarioFinancasPublicas.pdf>.
 - Convênio: Instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de programas de trabalho ou de eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
 - Despesa Corrente: São gastos que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos realizados pelo Governo.
 - Despesa de Capital: É um gasto realizado para a compra de um bem que irá aumentar o patrimônio da empresa, em virtude de sua utilidade para a produção de outros bens. Abrange, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. O aumento patrimonial decorre da despesa capital.

Tabela 82

Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2000-2003 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo a Diretriz Construção Coletiva da Escola Democrático-Popular em Todos os Níveis e Modalidades de Ensino, pelo Programa Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Médio e suas Metas

Diretriz	Programas/Metas	Outras Despesas Correntes	Despesa Capital	Total	
CONSTRUÇÃO COLETIVA DA ESCOLA DEMOCRÁTICO-POPULAR EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO	Programa: ACESSO, MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ENSINO MÉDIO. Benefícios: Expansão, qualificação e reconstrução curricular.	1.329.728.679,43	148.270.358,96	1.477.999.038,39	
	Objetivo: Universalização gradativa do Ensino Médio, inserindo-o de forma crítica e qualificada às transformações pedagógicas e científico-tecnológicas. Meta: Criar, construir, ampliar e transformar escolas de ensino médio em regiões com maior demanda reprimida. Quantidade: 140. Unidade: Escolas.	121.571.612,01	46.334.993,72	167.906.605,73	
	Meta: Ampliar em regiões estratégicas, conforme as vocações regionais, e qualificar, gradativamente, os espaços físicos e os equipamentos das escolas técnicas estaduais. Quantidade: 22. Unidade: COREDES.	0,00	27.015.913,78	27.015.913,78	
	Meta: Conservar e manter em condições de uso os prédios escolares. Quantidade: 619. Unidade: Escolas.	8.104.774,13	0,00	8.104.774,13	
	Meta: Adquirir materiais, mobiliário, equipamentos para bibliotecas, laboratórios de Ciências Físicas e Biológicas e oficinas. Quantidade: 150. Unidade: Escolas.	0,00	13.507.956,89	13.507.956,89	
	Meta: Qualificar e expandir os espaços de informática na educação. Quantidade: 22. Unidade: COREDES.	540.318,28	8.104.774,13 21.612.731,02 ⁽¹⁾	30.257.823,43	
	Objetivo: Otimização e qualificação dos serviços do espaço físico e dos recursos materiais da Rede Estadual de Ensino (SE/DE's e secretarias das Unidades de Ensino) Meta: Adequar, gradativamente, os prédios escolares para facilitação do acesso aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais. Quantidade: 619. Unidade: Escolas.	0,00	2.701.591,38	2.701.591,38	
	Objetivo: Criação de mecanismos de participação da comunidade escolar, com vistas à redefinição de critérios de repasse de recursos às escolas. Meta: Manter e redefinir, coletivamente, os critérios de repasse de recursos às Unidades de Ensino.. Quantidade: 619. Unidade: Escolas.	38.902.915,84	25.831.536,12	64.734.451,96	
Subtotal no Programa Acesso e Qualificação do Ensino Médio		Previsão de Despesa	169.119.620,26	145.109.497,04	314.229.117,30
		Percentual⁽²⁾	12,72%	97,87%	21,26%

Fonte:

Plano Plurianual 2000-2003 – Secretaria de Coordenação e Planejamento – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (1) Valor proveniente de convênios.
- (2) Percentuais calculados sobre a Previsão de Despesa do Programa Acesso e Qualificação do Ensino Médio.
- Conforme o Dicionário de Finanças Públicas disponível em <http://www.sefaz.rs.gov.br/ASP/Download/pdf/DicionarioFinancasPublicas.pdf>.
- Convênio:** Instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de programas de trabalho ou de eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
- Despesa Corrente:** São gastos que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos realizados pelo Governo.
- Despesa de Capital:** É um gasto realizado para a compra de um bem que irá aumentar o patrimônio da empresa, em virtude de sua utilidade para a produção de outros bens. Abrange, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. O aumento patrimonial decorre da despesa capital.

Tabela 83

Previsão de Despesas Totais no Plano Plurianual 2000-2003 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo a Diretriz Construção Coletiva da Escola Democrático-Popular em Todos os Níveis e Modalidades de Ensino, pelos Programas Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental, Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas e de Lazer das Comunidades Escolares e Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Médio

Programa		Previsão de Despesa
Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental	Previsão de Despesa	1.048.131.003,73
	Percentual ⁽¹⁾	58,82%
Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas e de Lazer das Comunidades Escolares	Previsão de Despesa	81.047.741,34
	Percentual ⁽¹⁾	10,10%
Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Médio	Previsão de Despesa	314.229.117,30
	Percentual ⁽¹⁾	31,08 %
Total	Previsão de Despesa	1.443.407.862,37
	Percentual ⁽²⁾	16,04%
	Percentual ⁽³⁾	2,80%
Previsão de Despesa da Secretaria da Educação		8.997.344.607,39
Previsão de Despesa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul		51.570.821.671,68

Fonte:

- Plano Plurianual 2000-2003 – Secretaria de Coordenação e Planejamento – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- Percentuais:
 - (1) Percentuais calculados sobre o valor referente ao somatório das despesas previstas nos programas Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental, Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas e de Lazer das Comunidades Escolares e Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Médio;
 - (2) Percentual calculado sobre o valor referente a Previsão de Despesa da Secretaria da Educação.
 - (3) Percentual calculado sobre o valor referente a Previsão de Despesa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Conforme o Dicionário de Finanças Públicas disponível em <http://www.ssfaz.rs.gov.br/ASP/Download/pdf/DicionarioFinancasPublicas.pdf>.
 - Convênio: Instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de programas de trabalho ou de eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
 - Despesa Corrente: São gastos que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos realizados pelo Governo.
 - Despesa de Capital: É um gasto realizado para a compra de um bem que irá aumentar o patrimônio da empresa, em virtude de sua utilidade para a produção de outros bens. Abrange, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. O aumento patrimonial decorre da despesa capital.

Tabela 84
Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2004-2007
da Secretaria de Educação – SE

Fonte	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
Tesouro	3.132.610.168,77	1.182.036.861,27	4.314.647.030,04
Convênios com a União	147.418.236,72	5.965.841,02	153.384.077,74
Total Geral	3.280.028.405,49	1.188.002.702,29	4.468.031.107,78

Fonte:

- Plano Plurianual 2004-2007 – 3.ª Revisão – Secretaria de Coordenação e Planejamento – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/site/fee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- Conforme o Dicionário de Finanças Públicas disponível em <http://www.sefaz.rs.gov.br/ASP/Download/pdf/DicionarioFinancasPublicas.pdf>.
 - Convênio: instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de programas de trabalho ou de eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.*
 - Despesa Corrente: São gastos que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos realizados pelo Governo.*
 - Despesa de Capital: É um gasto realizado para a compra de um bem que irá aumentar o patrimônio da empresa, em virtude de sua utilidade para a produção de outros bens. Abrangem, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. O aumento patrimonial decorre da despesa capital.*

Tabela 85

Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2004-2007 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo o Programa Acesso à Educação Básica e suas Ações

Programa	Informações do Programa/Ação	Outras Despesas Correntes	Despesa Capital	Total	
ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA	<p>Justificativa: Na busca em assegurar o preceito constitucional da educação como direito de todos e no cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tem o Estado o dever de garantir o acesso ao ensino público em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, independentemente de idade, atendendo aos princípios de igualdade, solidariedade, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.</p> <p>Objetivo: Estabelecer parcerias no atendimento à Educação Infantil, assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio.</p> <p>Público-Alvo: Educando na faixa escolarizável ou aquele que não teve acesso na idade própria.</p> <p>Indicadores: <u>Matrículas na Educação Infantil da rede estadual</u> Unidade de Medida: Alunos Índice Recente: 60.560 - Índice Desejado: 60.560 <u>Proporcionalidade de matrículas no Ensino Fundamental entre as redes estadual e municipal</u> Unidade de Medida: % Índice Recente: 55,02% - Índice Desejado: 50% <u>Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio no RS</u> Unidade de Medida: % Índice Recente: 45,30% - Índice Desejado: 60%</p>	1.512.022.030,67	373.054.228,23	1.885.076.258,90	
	<p>Ação: AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES.</p> <p>Situação: Em andamento.</p> <p>Descrição: Realização de obras e aquisição de materiais e equipamentos para possibilitar o atendimento da demanda e a expansão no Ensino Médio.</p> <p>Finalidade: Atender a demanda escolar.</p> <p>Meta: Quantidade: 530. Unidade de Medida: Escola. Produto: Espaços escolares ampliados. Local: Estado.</p>	22.474.990,39	268.018.286,96	290.493.277,35	
	<p>Ação: AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES NA REGIÃO DO VALE DO TAQUARI.</p> <p>Situação: Nova.</p> <p>Descrição: Realização de obras e aquisição de materiais e equipamentos para possibilitar o atendimento da demanda e a expansão no Ensino Médio.</p> <p>Finalidade: Atender a demanda escolar.</p> <p>Meta: Quantidade: 35. Unidade de Medida: Escola. Produto: Espaços escolares ampliados. Local: Vale do Taquari.</p>	1.696.225,72	20.616.789,95	22.313.015,67	
	<p>Ação: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES.</p> <p>Situação: Em andamento.</p> <p>Descrição: Realização de obras e reformas nas escolas estaduais, visando à conservação/recuperação no estado de depreciação natural dos prédios; oferta de condições favoráveis e segurança à comunidade escolar; adaptação dos espaços para atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.</p> <p>Finalidade: Oferecer condições adequadas ao uso dos espaços escolares.</p> <p>Meta: Quantidade: 5435. Unidade de Medida: Escola. Produto: Prédio escolar em condições de uso. Local: Estado.</p>	245.276.282,42	74.617.637,27	319.893.919,69	
	<p>Ação: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES NA REGIÃO DO VALE DO TAQUARI.</p> <p>Situação: Nova.</p> <p>Descrição: Realização de obras e reformas nas escolas estaduais, visando à conservação/recuperação de depreciação natural dos prédios; oferecer condições favoráveis e segurança à Comunidade Escolar; adaptação dos espaços para atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.</p> <p>Finalidade: Oferecer condições adequadas ao uso dos espaços escolares.</p> <p>Meta: Quantidade: 128. Unidade de Medida: Escola. Produto: Prédio escolar em condições de uso. Local: Vale do Taquari.</p>	5.642.541,05	1.866.690,70	7.509.231,75	
Subtotal no Programa Acesso a Educação Básica		Previsão de Despesa	275.090.039,58	365.119.404,88	640.209.444,46
		Percentual⁽¹⁾	18,19%	97,87%	33,96%

Fonte:

Plano Plurianual 2004-2007 – 3.ª Revisão – Secretaria de Coordenação e Planejamento – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pi/conten/servicos/pg_atualizacao_valores.php).

(1) Percentuais calculados sobre a Previsão de Despesa do Programa Acesso a Educação Básica.

Conforme o Dicionário de Finanças Públicas disponível em <http://www.sefaz.rs.gov.br/ASP/Download/pdf/DicionarioFinancasPublicas.pdf>.

Despesa Corrente: São gastos que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos realizados pelo Governo.

Despesa de Capital: É um gasto realizado para a compra de um bem que irá aumentar o patrimônio da empresa, em virtude de sua utilidade para a produção de outros bens. Abrange, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. O aumento patrimonial decorre da despesa capital.

Tabela 86

Previsão de Despesas no Plano Plurianual 2004-2007 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação, segundo o Programa Qualificação da Educação Básica e suas Ações

Diretriz	Informações do Programa/Ação	Outras Despesas Correntes	Despesa Capital	Total	
QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	<p>Justificativa: Na oferta da Educação Básica é dever do Estado garantir padrões mínimos de qualidade do ensino, disponibilizando insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo educacional, que levem o aluno ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, respeitando as diferentes etapas de construção do conhecimento na compreensão dos avanços e transformação da sociedade.</p> <p>Objetivo: Oferecer uma educação básica de qualidade, fortalecendo o interesse do aluno e a participação da comunidade escolar num processo educacional integrado ao desenvolvimento sócio-cultural regional.</p> <p>Público-Alvo: Aluno e comunidade escolar da rede pública estadual.</p> <p>Indicadores: <u>Aproveitamento</u> Unidade de Medida: A definir Índice Recente: 0 - Índice Desejado: 0 <u>Taxa de abandono do Ensino Fundamental na rede estadual</u> Unidade de Medida: % Índice Recente: 5,2% - Índice Desejado: 4% <u>Taxa de abandono do Ensino Médio na rede estadual</u> Unidade de Medida: % Índice Recente: 15,3% - Índice Desejado: 11% <u>Taxa de distorção idade/série no Ensino Fundamental na rede pública</u> Unidade de Medida: % Índice Recente: 27,9% - Índice Desejado: 20% <u>Taxa de distorção idade/série no Ensino Médio na rede pública</u> Unidade de Medida: % Índice Recente: 44,3% - Índice Desejado: 25% <u>Taxa de reprovação do Ensino Fundamental na rede estadual</u> Unidade de Medida: % Índice Recente: 15,6% - Índice Desejado: 10% <u>Taxa de reprovação do Ensino Médio na rede estadual</u> Unidade de Medida: % Índice Recente: 17,3% - Índice Desejado: 12%</p>	775.048.714,45	549.506.289,21	1.324.555.003,66	
	<p>Ação: A TECNOLOGIA E A INFORMATIZAÇÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL.</p> <p>Situação: Em andamento.</p> <p>Descrição: Disponibilização de recursos tecnológicos e de informática para o aluno e a comunidade escolar, através da implementação dos Núcleos de Tecnologia Educacional, divulgação de experiências e trabalhos, integração de Universidades no aproveitamento de estagiários, instalação de redes de comunicação nas escolas e CREs, visando a qualificar a gestão e o processo educacional.</p> <p>Finalidade: Oportunizar a utilização das informações e do conhecimento concebidos pela sociedade no desenvolvimento do processo educacional, bem como dar agilidade nas informações, subsidiando decisões de gestão.</p> <p>Meta: Quantidade: 2565. Unidade de Medida: Escola. Produto: Escolas com disponibilização de tecnologia para aluno e comunidade escolar. Local: Estado.</p>	71.707.292,47	151.173.078,89	222.880.371,36	
	<p>Ação: AUTONOMIA FINANCEIRA E PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS</p> <p>Situação: Em andamento.</p> <p>Descrição: Suprimento de recursos às escolas da rede estadual para custear despesas do cotidiano escolar decorrentes de ações na manutenção e desenvolvimento do ensino e execução dos seus projetos político-pedagógicos, com o acompanhamento e avaliação das CREs e SE.</p> <p>Finalidade: Oportunizar a autonomia na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas estaduais em atendimento à Lei 10.576/95, alterada pela Lei 11.695/01.</p> <p>Meta: Quantidade: 2.565. Unidade de Medida: Escola. Produto: Gestão democrática nas escolas da rede estadual implementada. Local: Estado.</p>	383.731.817,31	107.487.280,04	491.219.097,35	
	<p>Ação: QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS.</p> <p>Situação: Em andamento.</p> <p>Descrição: Realização de obras e aquisição de materiais e equipamentos para as bibliotecas escolares, os laboratórios de ciências e informática, salas de multimídia, ambientes para educação especial, educação infantil, educação física e recreação, tornando atrativo e em condições favoráveis o processo ensino-aprendizagem nas escolas.</p> <p>Finalidade: Atingir os padrões de variedade e quantidade mínima, por aluno, de espaços físicos, materiais e equipamentos indispensáveis ao processo educacional, atendendo normatizações do CEED.</p> <p>Meta: Quantidade: 740. Unidade de Medida: Escola. Produto: Espaços escolares qualificados. Local: Estado.</p>	59.408.316,28	278.250.132,93	337.658.449,21	
Subtotal no Programa Qualificação da Educação Básica		Previsão de Despesa	514.847.426,06	536.910.491,86	1.051.757.917,92
		Percentual	66,43%	97,71%	79,40%

Fonte:

Plano Plurianual 2004-2007 – 3.ª Revisão – Secretaria de Coordenação e Planejamento – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pl/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (1) Percentuais calculados sobre a Previsão de Despesa do Programa Qualificação da Educação Básica.
- Conforme o Dicionário de Finanças Públicas disponível em <http://www.sefaz.rs.gov.br/ASP/Download/pdf/DicionarioFinancasPublicas.pdf>.
- Despesa Corrente: São gastos que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos realizados pelo Governo.
- Despesa de Capital: É um gasto realizado para a compra de um bem que irá aumentar o patrimônio da empresa, em virtude de sua utilidade para a produção de outros bens. Abrange, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. O aumento patrimonial decorre da despesa capital.

Tabela 87
Previsão de Despesas Totais no Plano Plurianual 2004-2007 para a Construção, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo os Programas Acesso à Educação Básica e Qualificação da Educação Básica

Programa		Previsão de Despesa
Acesso à Educação Básica	Previsão de Despesa	640.209.444,46
	Percentual ⁽¹⁾	37,84%
Qualificação da Educação Básica	Previsão de Despesa	1.051.757.917,92
	Percentual ⁽¹⁾	62,16%
Total	Previsão de Despesa	1.691.967.362,38
	Percentual ⁽²⁾	37,87%
	Percentual ⁽³⁾	4,67%
Previsão de Despesa da Secretaria da Educação		4.468.031.107,77
Previsão de Despesa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul		36.258.924.591,88

Fonte:

- Plano Plurianual 2004-2007 – 3.ª Revisão – Secretaria de Coordenação e Planejamento – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- Percentuais:
 - (1) Percentuais calculados sobre o valor referente ao somatório das despesas previstas nos programas Acesso à Educação Básica e Qualificação da Educação Básica;
 - (2) Percentual calculado sobre o valor referente a Previsão de Despesa da Secretaria da Educação.
 - (3) Percentual calculado sobre o valor referente a Previsão de Despesa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Conforme o Dicionário de Finanças Públicas disponível em <http://www.sefaz.rs.gov.br/ASP/Download/pdf/DicionarioFinancasPublicas.pdf>.
 - Despesa Corrente: São gastos que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos realizados pelo Governo.
 - Despesa de Capital: É um gasto realizado para a compra de um bem que irá aumentar o patrimônio da empresa, em virtude de sua utilidade para a produção de outros bens. Abrangem, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. O aumento patrimonial decorre da despesa capital.

Tabela 88
Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais
Balço Geral 1999

Especificações			Despesa Realizada								
			Ensino Fundamental	Ensino Médio	Assistência a Educandos	Educação da Criança de 0 a 6 anos	Educação Especial	Educação Física e Desportos	Ensino Supletivo	Total	
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	3.087.577,56	187.448,24	-	-	-	10.713,50	177.416,79	3.463.156,09	
		Percentual	1,97%	1,31%	-	-	-	0,09%	11,43%	1,85%	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	80.407.418,95	7.141.980,56	1.946.513,97	13.676,81	323.242,52	626.500,26	1.374.183,11	91.833.516,18	
		Percentual	51,57%	50,00%	100%	100%	60,95%	4,98%	88,57%	49,14%	
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	72.485.074,42	6.953.510,82	-	-	207.122,67	11.945.800,73	-	91.591.508,64	
		Percentual	46,46%	48,69%	-	-	39,05%	94,93%	-	49,01%	
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	1.367,68	-	-	-	-	-	-	1.367,68	
		Percentual	(*)	-	-	-	-	-	-	(*)	
	Subtotal	Despesa Realizada	155.981.438,61	14.282.939,62	1.946.513,97	13.676,81	530.365,19	12.583.014,49	1.551.599,90	186.889.548,59	
		Percentual	77,26%	68,92%	100%	62,50%	20,12%	99,30%	69,64%	77,19%	
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	10.157,54	-	-	-	-	-	-	10.157,54	
		Percentual	0,02%	-	-	-	-	-	-	0,02%	
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	45.902.289,93	6.442.175,40	-	8.206,08	2.105.643,06	89.546,61	676.336,81	55.224.197,89	
		Percentual	97,98%	100%	-	100%	100%	100%	100%	99,98%	
	Subtotal	Despesa Realizada	45.912.447,47	6.442.175,40	-	8.206,08	2.105.643,06	89.546,61	676.336,81	55.234.355,43	
		Percentual	22,74%	31,08%	-	37,50%	79,88%	0,70%	30,36%	22,81%	
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul			201.893.886,08	20.725.115,02	1.946.513,97	21.882,89	2.636.008,25	12.672.561,10	2.227.936,71	242.123.904,02	
										Percentual ⁽¹⁾	10,54%
										Percentual ⁽²⁾	6,05%
										Percentual ⁽³⁾	1,31%
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais								2.297.092.790,89			
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação								4.000.575.341,35			
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)								18.458.806.962,67			

- Fonte:**
- Balço Geral – Exercício de 1999 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Notas:**
- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
 - Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
 - (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
 - Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 89
Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação,
Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela
Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais
Balço Geral 2000

Especificações			Despesa Realizada					
			Ensino Fundamental	Ensino Médio	Desporto de Rendimento	Ensino Infantil	Total	
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	1.501.437,54	506.221,68	-	-	2.007.659,22	
		Percentual	0,96%	1,80%	-	-	1,09%	
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	3.465.406,38	168.884,68	15.459,39	-	3.649.750,45	
		Percentual	2,23%	0,60%	3,64%	-	1,98%	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	83.827.044,48	7.879.534,14	310.640,08	12.397,27	92.029.615,97	
		Percentual	53,84%	28,05%	73,05%	100%	49,95%	
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	66.913.409,53	19.536.640,67	99.126,06	-	86.549.176,26	
		Percentual	42,97%	69,55%	23,31%	-	46,98%	
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	-	-	-	-	-	
		Percentual	-	-	-	-	-	
	Subtotal	Despesa Realizada	155.707.297,93	28.091.281,17	425.225,53	12.397,27	184.236.201,90	
		Percentual	70,11%	71,30%	84,67%	62,50%	70,32%	
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	3.299,12	-	-	-	3.299,12	
		Percentual	(*)	-	-	-	(*)	
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	66.371.800,81	11.304.757,13	77.018,65	7.438,36	77.761.014,95	
		Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	
	Subtotal	Despesa Realizada	66.375.099,93	11.304.757,13	77.018,65	7.438,36	77.764.314,07	
		Percentual	29,89%	28,70%	15,33%	37,50%	29,68%	
Despesa Total para Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul			222.082.397,86	39.396.038,30	502.244,18	19.835,63	262.000.515,97	
							Percentual ⁽¹⁾	10,66%
							Percentual ⁽²⁾	6,26%
			Percentual ⁽³⁾				1,35%	
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais					2.457.565.367,55			
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação					4.186.094.689,82			
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)					19.410.856.645,39			

Fonte:

Balço Geral – Exercício de 2000 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/site/fee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 90
Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e
Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação,
segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais
Balço Geral 2001

Especificações			Despesa Realizada							
			Ensino Fundamental	Ensino Médio	Desporto de Rendimento	Ensino Infantil	Prevenção e Conservação Ambiental	Total		
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	3.425.739,99	372.160,78	-	-	-	3.797.900,77		
		Percentual	1,50%	1,01%	-	-	-	1,44%		
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	3.403.067,31	154.749,74	976,92	-	-	3.558.793,97		
		Percentual	1,49%	0,42%	0,71%	-	-	1,34%		
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	185.602.783,47	12.546.058,72	125.065,80	13.956,03	-	199.114.803,02		
		Percentual	81,48%	34,18%	90,78%	100,00%	-	74,92%		
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	35.363.181,78	23.641.562,21	11.722,62	-	-	59.016.466,61		
		Percentual	15,53%	64,39%	8,51%	-	-	22,30%		
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	-	-	-	-	-	-		
		Percentual	-	-	-	-	-	-		
	Subtotal	Despesa Realizada	227.794.772,55	36.714.531,45	137.765,34	13.956,03	-	264.661.025,37		
		Percentual	69,25%	71,09%	39,57%	67,57%	-	69,47%		
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	5.861,53	-	-	-	-	5.861,53		
		Percentual	0,01%	-	-	-	-	0,01%		
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	101.122.149,26	14.932.622,16	210.365,74	6.698,89	47.746,37	116.319.582,42		
		Percentual	99,99%	100%	100%	100%	100%	99,99%		
	Subtotal	Despesa Realizada	101.128.010,79	14.932.622,16	210.365,74	6.698,89	47.746,37	116.325.443,95		
		Percentual	30,75%	28,91%	60,43%	32,43%	100%	30,53%		
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul			328.922.783,34	51.647.153,61	348.131,08	20.654,92	47.746,37	380.986.469,32		
									Percentual ⁽¹⁾	14,31%
									Percentual ⁽²⁾	8,70%
									Percentual ⁽³⁾	1,97%
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais							2.662.372.745,56			
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação							4.377.292.338,64			
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)							19.339.664.973,65			

Fonte:

Balço Geral – Exercício de 2001 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 91
Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação,
Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do
Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária
Gabinete e Órgãos Centrais
Balanco Geral 2002

Especificações			Despesa Realizada				
			Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Infantil	Total	
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	-	-	-	-	
		Percentual	-	-	-	-	
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	3.062.647,94	137.501,58	-	3.200.149,52	
		Percentual	3,78%	0,42%	-	2,74%	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	56.108.033,35	19.313.850,77	3.412.264,93	78.834.149,05	
		Percentual	69,24%	59,69%	100,00%	67,49%	
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	21.864.710,28	12.905.951,03	-	34.770.661,31	
		Percentual	26,98%	39,89%	-	29,77%	
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	-	-	-	-	
		Percentual	-	-	-	-	
	Subtotal	Despesa Realizada	81.035.391,57	32.357.303,38	3.412.264,93	116.804.959,88	
		Percentual	89,71%	87,18%	85,48%	88,87%	
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	3.018,12	-	-	3.018,12	
		Percentual	0,03%	-	-	0,02%	
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	9.288.927,58	4.756.139,07	579.437,28	14.624.503,93	
		Percentual	99,97%	100%	100%	99,98%	
	Subtotal	Despesa Realizada	9.291.945,70	4.756.139,07	579.437,28	14.627.522,05	
		Percentual	10,29%	12,82%	14,52%	11,13%	
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul			90.327.337,27	37.113.442,45	3.991.702,21	131.432.481,93	
						Percentual ⁽¹⁾	5,50%
						Percentual ⁽²⁾	3,42%
						Percentual ⁽³⁾	0,76%
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais				2.391.532.706,90			
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação				3.848.022.649,43			
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)				17.326.460.375,67			

Fonte:

- Balanco Geral – Exercício de 2002 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pi/contem/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 92
Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação,
Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do
Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária
Gabinete e Órgãos Centrais
Balanco Geral 2003

Especificações			Despesa Realizada				
			Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Infantil	Total	
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	-	-	-	-	
		Percentual	-	-	-	-	
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	3.213.695,04	94.042,18	-	3.307.737,22	
		Percentual	5,83%	0,50%	-	4,29%	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	47.801.021,99	17.135.733,29	3.040.402,11	67.977.157,39	
		Percentual	86,66%	90,46%	100,00%	88,12%	
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	4.143.488,05	1.712.836,54	-	5.856.324,59	
		Percentual	7,51%	9,04%	-	7,59%	
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	-	-	-	-	
		Percentual	-	-	-	-	
	Subtotal	Despesa Realizada	55.158.205,08	18.942.612,01	3.040.402,11	77.141.219,20	
		Percentual	87,69%	81,99%	85,53%	86,14%	
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	2.066,24	-	-	2.066,24	
		Percentual	0,03%	-	-	0,02%	
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	7.738.016,86	4.162.089,08	514.385,07	12.414.491,01	
		Percentual	99,97%	100%	100%	99,98%	
	Subtotal	Despesa Realizada	7.740.083,10	4.162.089,08	514.385,07	12.416.557,25	
		Percentual	12,31%	18,01%	14,47%	13,86%	
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul			62.898.288,18	23.104.701,09	3.554.787,18	89.557.776,45	
						Percentual ⁽¹⁾	4,43%
						Percentual ⁽²⁾	2,43%
			Percentual ⁽³⁾			0,52%	
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais				2.022.727.008,06			
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação				3.683.652.645,08			
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)				17.339.016.770,62			

Fonte:

Balanco Geral – Exercício de 2003 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFF 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/site/ee/pi/contem/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 93

Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais
Balço Geral 2004

Especificações			Despesa Realizada								
			Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Especial	Ensino Infantil	Formação de Recursos Humanos	Normatização e Fiscalização	Total		
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	257.271,43	167.349,31	-	-	-	-	424.620,74		
		Percentual	0,28%	0,70%	-	-	-	-	0,34%		
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	2.913.285,99	733.281,24	-	-	-	-	3.646.567,23		
		Percentual	3,18%	3,06%	-	-	-	-	2,96%		
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	73.577.122,61	21.072.874,52	1.060,61	3.300.318,57	557.081,15	4.015.092,78	102.523.550,24		
		Percentual	80,37%	87,83%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	83,07%		
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	14.808.503,68	2.018.553,52	-	-	-	-	16.827.057,20		
		Percentual	16,17%	8,41%	-	-	-	-	13,63%		
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	-	-	-	-	-	-	-		
		Percentual	-	-	-	-	-	-	-		
	Subtotal	Despesa Realizada	91.556.183,71	23.992.058,59	1.060,61	3.300.318,57	557.081,15	4.015.092,78	123.421.795,41		
		Percentual	87,55%	54,61%	0,42%	85,59%	100%	100%	78,52%		
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	19.532,10	-	15.522,38	-	-	-	35.054,48		
		Percentual	0,15%	-	6,20%	-	-	-	0,10%		
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	12.998.491,27	19.939.742,92	234.682,95	555.834,04	-	-	33.728.751,18		
		Percentual	99,85%	100%	93,80%	100%	-	-	99,90%		
	Subtotal	Despesa Realizada	13.018.023,37	19.939.742,92	250.205,33	555.834,04	-	-	33.763.805,66		
		Percentual	12,45%	45,39%	99,58%	14,41%	-	-	21,48%		
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul			104.574.207,08	43.931.801,51	251.265,94	3.856.152,61	557.081,15	4.015.092,78	157.185.601,07		
										Percentual ⁽¹⁾	8,23%
										Percentual ⁽²⁾	4,47%
										Percentual ⁽³⁾	0,99%
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais							1.910.024.728,52				
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação							3.512.853.064,79				
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)							15.931.327.942,29				

- Fonte:
- Balço Geral – Exercício de 2004 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Notas:
- Valores obtidos a partir do RAFF 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
 - Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pi/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
 - (¹) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
 - Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 94

Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais
Balço Geral 2005

Especificações			Despesa Realizada							Total	
			Ensino Fundamental	Ensino Médio	Difusão Cultural	Educação Especial	Educação Infantil	Normatização e Fiscalização	Tecnologia da Informação		
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	60.153,53	465.200,94	-	-	-	-	-	525.354,47	
		Percentual	0,09%	1,17%	-	-	-	-	-	0,46%	
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	2.951.076,63	1.158.750,93	-	-	-	-	-	4.109.827,56	
		Percentual	4,50%	2,91%	-	-	-	-	-	3,60%	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	56.947.537,71	22.957.398,22	-	-	3.255.868,76	5.288.401,81	3.825,46	88.453.031,96	
		Percentual	86,79%	57,66%	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	77,61%	
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	5.555.198,42	15.233.234,64	-	-	-	-	-	20.788.433,06	
		Percentual	8,47%	38,26%	-	-	-	-	-	18,24%	
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	102.455,84	-	-	-	-	-	-	102.455,84	
		Percentual	0,15%	-	-	-	-	-	-	0,09%	
	Subtotal	Despesa Realizada	65.616.422,13	39.814.584,73	-	-	3.255.868,76	5.288.401,81	3.825,46	113.979.102,89	
		Percentual	85,51%	81,15%	-	-	85,80%	100%	4,28%	84,08%	
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	12.090,86	-	-	18.474,83	-	-	-	30.565,69	
		Percentual	0,11%	-	-	4,94%	-	-	-	0,14%	
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	11.103.545,52	9.249.971,42	209.139,05	355.744,42	538.865,79	-	85.551,91	21.542.818,11	
		Percentual	99,89%	100%	100%	95,06%	100%	-	100%	99,86%	
	Subtotal	Despesa Realizada	11.115.636,38	9.249.971,42	209.139,05	374.219,25	538.865,79	-	85.551,91	21.573.383,80	
		Percentual	14,49%	18,85%	100%	100%	14,20%	-	95,72%	15,92%	
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul			76.732.058,51	49.064.556,15	209.139,05	374.219,25	3.794.734,55	5.288.401,81	89.377,37	135.552.486,69	
										Percentual ⁽¹⁾	7,09%
										Percentual ⁽²⁾	3,85%
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais								1.911.048.448,12			
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação								3.520.777.955,58			
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)								18.107.595.204,31			

- Fonte:**
- Balço Geral – Exercício de 2005 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Notas:**
- Valores obtidos a partir do RAFF 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
 - Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitfee/pi/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
 - (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
 - Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 95

Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais
Balço Geral 2006

Especificações			Despesa Realizada							Total	
			Ensino Fundamental	Ensino Médio	Difusão Cultural	Educação Especial	Educação Infantil	Normatização e Fiscalização	Tecnologia da Informação		
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	64.643,43	440.735,31	-	-	-	-	-	505.378,74	
		Percentual	0,07%	1,07%	-	-	-	-	-	0,36%	
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	3.027.008,53	1.036.380,99	-	-	-	-	-	4.063.389,52	
		Percentual	3,28%	2,53%	-	-	-	-	-	2,88%	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	81.453.065,93	26.527.357,39	-	-	2.612.720,03	5.107.031,05	5.644,40	115.705.818,80	
		Percentual	88,25%	64,63%	-	-	100,00%	100,00%	6,91%	81,98%	
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	7.751.624,43	13.039.618,24	-	-	-	-	-	20.791.242,67	
		Percentual	8,40%	31,77%	-	-	-	-	-	14,73%	
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	-	-	-	-	-	-	76.091,81	76.091,81	
		Percentual	-	-	-	-	-	-	93,09%	0,05%	
	Subtotal	Despesa Realizada	92.296.342,32	41.044.091,93	-	-	2.612.720,03	5.107.031,05	81.736,21	141.141.921,54	
		Percentual	86,61%	85,67%	-	-	85,85%	100%	4,80%	85,63%	
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	14.807,83	-	-	-	-	-	-	14.807,83	
		Percentual	0,10%	-	-	-	-	-	-	0,06%	
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	14.255.467,44	6.864.812,41	382.037,37	114.978,43	430.487,46	-	1.620.025,25	23.667.808,36	
		Percentual	99,90%	100%	100%	100%	100%	-	100%	99,94%	
	Subtotal	Despesa Realizada	14.270.275,27	6.864.812,41	382.037,37	114.978,43	430.487,46	-	1.620.025,25	23.682.616,19	
		Percentual	13,39%	14,33%	100%	100%	14,15%	-	95,20%	14,37%	
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul			106.566.617,59	47.908.904,34	382.037,37	114.978,43	3.043.207,49	5.107.031,05	1.701.761,46	164.824.537,73	
										Percentual ⁽¹⁾	8,15%
										Percentual ⁽²⁾	4,38%
							Percentual ⁽³⁾	0,87%			
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais								2.021.694.816,68			
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação								3.762.798.408,39			
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)								19.029.953.051,49			

- Fonte:**
- Balço Geral – Exercício de 2006 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Notas:**
- Valores obtidos a partir do RAFF 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
 - Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pi/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
 - (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
 - Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 96
Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação,
Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do
Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação,
segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais
Gestão 1999-2002

Especificações			Despesa Realizada				
			Ensino Fundamental	Ensino Médio	Outras Especificações	Total	
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	4.927.177,53	878.382,46	-	5.805.559,99	
		Percentual	0,79%	0,79%	-	0,77%	
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	13.018.699,19	648.584,24	204.566,60	13.871.850,03	
		Percentual	2,10%	0,58%	0,99%	1,85%	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	405.945.280,25	46.881.424,19	8.158.440,78	460.985.145,22	
		Percentual	65,42%	42,07%	39,55%	61,25%	
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	196.626.376,01	63.037.664,73	12.263.772,08	271.927.812,82	
		Percentual	31,69%	56,56%	59,46%	36,13%	
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	1.367,68	-	-	1.367,68	
		Percentual	(*)	-	-	(*)	
	Subtotal	Despesa Realizada	620.518.900,66	111.446.055,62	20.626.779,46	752.591.735,74	
		Percentual	73,59%	74,86%	84,41%	74,03%	
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	22.336,31	-	-	22.336,31	
		Percentual	0,01%	-	-	0,01%	
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	222.685.167,58	37.435.693,76	3.808.437,85	263.929.299,19	
		Percentual	99,99%	100%	100%	99,99%	
	Subtotal	Despesa Realizada	222.707.503,89	37.435.693,76	3.808.437,85	263.951.635,50	
		Percentual	26,41%	25,14%	15,59%	25,97%	
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul			843.226.404,55	148.881.749,38	24.435.217,31	1.016.543.371,24	
						Percentual ⁽¹⁾	10,36%
						Percentual ⁽²⁾	6,19%
						Percentual ⁽³⁾	1,36%
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais					9.808.563.610,90		
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação					16.411.985.019,24		
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)					74.535.788.957,38		

Fontes:

- Balanco Geral – Exercícios 1999-2002 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pl/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 97
Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação, segundo a Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais Gestão 2003-2006

Especificações			Despesa Realizada				
			Ensino Fundamental	Ensino Médio	Outras Especificações	Total	
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	382.068,39	1.073.285,56	-	1.455.353,95	
		Percentual	0,13%	0,87%	-	0,32%	
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	12.105.066,19	3.022.455,34	-	15.127.521,53	
		Percentual	3,97%	2,44%	-	3,32%	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	259.778.748,24	87.693.363,42	27.187.446,73	374.659.558,39	
		Percentual	85,28%	70,84%	99,72%	82,22%	
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	32.258.814,58	32.004.242,94	-	64.263.057,52	
		Percentual	10,59%	25,85%	-	14,10%	
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	102.455,84	-	76.091,81	178.547,65	
		Percentual	0,03%	-	0,28%	0,04%	
	Subtotal	Despesa Realizada	304.627.153,24	123.793.347,26	27.263.538,54	455.684.039,04	
		Percentual	86,84%	75,48%	84,30%	83,29%	
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	48.497,03	-	33.997,21	82.494,24	
		Percentual	0,11%	-	0,67%	0,09%	
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	46.095.521,09	40.216.615,83	5.041.731,74	91.353.868,66	
		Percentual	99,89%	100%	99,33%	99,91%	
	Subtotal	Despesa Realizada	46.144.018,12	40.216.615,83	5.075.728,95	91.436.362,90	
		Percentual	13,16%	24,52%	15,70%	16,71%	
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul			350.771.171,36	164.009.963,09	32.339.267,49	547.120.401,94	
						Percentual ⁽¹⁾	6,96%
						Percentual ⁽²⁾	3,78%
						Percentual ⁽³⁾	0,78%
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais					7.865.495.001,38		
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação					14.480.082.073,84		
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)					70.407.892.968,71		

Fontes:

▪ Balanço Geral – Exercícios 2003-2006 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pl/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 98
Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação,
Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela
Secretaria da Educação
Gestão 1999-2002

Especificações			Despesa Realizada				
			1999	2000	2001	2002	Total
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	-	2.007.659,22	3.797.900,77	-	5.805.559,99
		Percentual	-	1,09%	1,44%	-	0,77%
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	3.463.156,09	3.649.750,45	3.558.793,97	3.200.149,52	13.871.850,03
		Percentual	1,85%	1,98%	1,34%	2,74%	1,85%
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	91.833.516,18	92.029.615,97	198.287.864,02	78.834.149,05	460.985.145,22
		Percentual	49,14%	49,95%	74,92%	67,49%	61,25%
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	91.591.508,64	86.549.176,26	59.016.466,61	34.770.661,31	271.927.812,82
		Percentual	49,01%	46,98%	22,30%	29,77%	36,13%
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	1.367,68	-	-	-	1.367,68
		Percentual	(*)	-	-	-	(*)
	Subtotal	Despesa Realizada	186.889.548,59	184.236.201,90	264.661.025,37	116.804.959,88	752.591.735,74
		Percentual	77,19%	70,32%	69,47%	88,87%	74,03%
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	10.157,54	3.299,12	5.861,53	3.018,12	22.336,31
		Percentual	0,02%	(*)	0,01%	0,02%	0,01%
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	55.224.197,89	77.761.014,95	116.319.582,42	14.624.503,93	263.929.299,19
		Percentual	99,98%	100%	99,99%	99,98%	99,99%
	Subtotal	Despesa Realizada	55.234.355,43	77.764.314,07	116.325.443,95	14.627.522,05	263.951.635,50
		Percentual	22,81%	29,68%	30,53%	11,13%	25,97%
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul	Despesa Realizada	Despesa Realizada	262.000.515,97	380.986.469,32	131.432.481,93	1.016.543.371,24	
	Percentual ⁽¹⁾	Percentual	10,66%	14,31%	5,50%	10,36%	
	Percentual ⁽²⁾	Despesa Realizada	6,26%	8,70%	3,42%	6,19%	
	Percentual ⁽³⁾	Percentual	1,35%	1,97%	0,76%	1,36%	
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais			2.297.092.790,89	2.457.565.367,55	2.662.372.745,56	2.391.532.706,90	9.808.563.610,90
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação			4.000.575.341,35	4.186.094.689,82	4.377.292.338,64	3.848.022.649,43	16.411.985.019,24
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)			18.458.806.962,67	19.410.856.645,39	19.339.664.973,65	17.326.460.375,67	74.535.788.957,38

Fontes:

- Balanço Geral – Exercícios 1999-2002 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sistema/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 99
Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação,
Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela
Secretaria da Educação
Gestão 2003-2006

Especificações			Despesa Realizada				
			2003	2004	2005	2006	Total
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	-	424.620,74	525.354,47	505.378,74	1.455.353,95
		Percentual	-	0,34%	0,46%	0,36%	0,32%
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	3.307.737,22	3.646.567,23	4.109.827,56	4.063.389,52	15.127.521,53
		Percentual	4,29%	2,96%	3,60%	2,88%	3,32%
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	67.977.157,39	102.523.550,24	88.453.031,96	115.705.818,80	374.659.558,39
		Percentual	88,12%	83,07%	77,61%	81,98%	82,22%
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	5.856.324,59	16.827.057,20	20.788.433,06	20.791.242,67	64.263.057,52
		Percentual	7,59%	13,63%	18,24%	14,73%	14,10%
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	-	-	102.455,84	76.091,81	178.547,65
		Percentual	-	-	0,09%	0,05%	0,04%
	Subtotal	Despesa Realizada	77.141.219,20	123.421.795,41	113.979.102,89	141.141.921,54	455.684.039,04
		Percentual	86,14%	78,52%	84,08%	85,63%	83,29%
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	2.066,24	35.054,48	30.565,69	14.807,83	82.494,24
		Percentual	0,02%	0,10%	0,14%	0,06%	0,09%
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	12.414.491,01	33.728.751,18	21.542.818,11	23.667.808,36	91.353.868,66
		Percentual	99,98%	99,90%	99,86%	99,94%	99,91%
	Subtotal	Despesa Realizada	12.416.557,25	33.763.805,66	21.573.383,80	23.682.616,19	91.436.362,90
		Percentual	13,86%	21,48%	15,92%	14,37%	16,71%
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul	Despesa Realizada	89.557.776,45	157.185.601,07	135.552.486,69	164.824.537,73	547.120.401,94	
	Percentual ⁽¹⁾	4,43%	8,23%	7,09%	8,15%	6,96%	
	Percentual ⁽²⁾	2,43%	4,47%	3,85%	4,38%	3,78%	
	Percentual ⁽³⁾	0,52%	0,99%	0,75%	0,87%	0,78%	
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais			2.022.727.008,06	1.910.024.728,52	1.911.048.448,12	2.021.694.816,68	7.865.495.001,38
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação			3.683.652.645,08	3.512.853.064,79	3.520.777.955,58	3.762.798.408,39	14.480.082.073,84
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta)			17.339.016.770,62	15.931.327.942,29	18.107.595.204,31	19.029.953.051,49	70.407.892.968,71

Fontes:

- Balanço Geral – Exercícios 2003-2006 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/site/feep/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 100
Despesas Realizadas para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Educação Gestões 1999-2002 e 2003-2006

Especificações			Despesa Realizada		
			1999-2002	2003-2006	1999-2006
Prédios	Aquisição de Imóveis	Despesa Realizada	5.805.559,99	1.455.353,95	7.260.913,94
		Percentual	0,77%	0,32%	0,60%
	Locação de Imóveis	Despesa Realizada	13.871.850,03	15.127.521,53	28.999.371,56
		Percentual	1,85%	3,32%	2,40%
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Despesa Realizada	460.985.145,22	374.659.558,39	835.644.703,61
		Percentual	61,25%	82,22%	69,16%
	Obras e Instalações	Despesa Realizada	271.927.812,82	64.263.057,52	336.190.870,34
		Percentual	36,13%	14,10%	27,82%
	Outros Serviços de Terceiros	Despesa Realizada	1.367,68	178.547,65	179.915,33
		Percentual	(*)	0,04%	0,02%
	Subtotal	Despesa Realizada	752.591.735,74	455.684.039,04	1.208.275.774,78
		Percentual	74,03%	83,29%	77,27%
Equipamentos e Materiais Permanentes	Conservação de Bens Móveis e Equipamentos	Despesa Realizada	22.336,31	82.494,24	104.830,55
		Percentual	0,01%	0,09%	0,03%
	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Despesa Realizada	263.929.299,19	91.353.868,66	355.283.167,85
		Percentual	99,99%	99,91%	99,97%
	Subtotal	Despesa Realizada	263.951.635,50	91.436.362,90	355.387.998,40
		Percentual	25,97%	16,71%	22,73%
Despesa Total para a Aquisição e Locação de Imóveis, Construção, Ampliação, Manutenção e Aparelhamento da Rede Estadual de Edifícios Escolares do Rio Grande do Sul	Despesa Realizada	1.016.543.371,24	547.120.401,94	1.563.663.773,18	
	Percentual ⁽¹⁾	10,36%	6,96%	8,85%	
	Percentual ⁽²⁾	6,19%	3,78%	5,06%	
	Percentual ⁽³⁾	1,36%	0,78%	1,08%	
Despesa Realizada Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais			9.808.563.610,90	7.865.495.001,38	17.674.058.612,28
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação			16.411.985.019,24	14.480.082.073,84	30.892.067.093,08
Despesa Realizada Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul			74.535.788.957,38	70.407.892.968,71	144.943.681.926,09

Fontes:

- Balanço Geral – Exercícios 1999-2006 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sistefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais (por coluna) sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Do Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Do Total da Secretaria da Educação.
 - (3) Do Total do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 101
Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias
Balço Geral 1999

Unidade Orçamentária			Despesa Realizada	
Gabinete e Órgãos Centrais	Especificações	Administração Geral	Despesa Realizada	129.959.327,11
			Percentual	5,66%
		Assistência a Educandos	Despesa Realizada	36.192.210,17
			Percentual	1,58%
		Educação da Criança de 0 a 6 Anos	Despesa Realizada	21.882,89
			Percentual	(*)
		Educação Especial	Despesa Realizada	7.260.380,38
			Percentual	0,32%
		Educação Física e Desportos	Despesa Realizada	13.998.800,83
			Percentual	0,61%
		Ensino Fundamental	Despesa Realizada	1.819.182.665,73
			Percentual	79,19%
		Ensino Médio	Despesa Realizada	261.280.863,69
			Percentual	11,37%
Ensino Superior	Despesa Realizada	15.352.306,30		
	Percentual	0,67%		
Ensino Supletivo	Despesa Realizada	13.790.541,57		
	Percentual	0,60%		
Proteção ao Meio Ambiente	Despesa Realizada	53.812,22		
	Percentual	(*)		
Gabinete e Órgãos Centrais			Despesa Realizada	2.297.092.790,89
			Percentual	57,42%
Encargos Gerais da Secretaria da Educação			Despesa Realizada	1.666.853.686,06
			Percentual	41,66%
Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no RS			Despesa Realizada	7.883.636,30
			Percentual	0,20%
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC			Despesa Realizada	19.247.621,77
			Percentual	0,48%
Superintendência da Educação Profissional do Estado RS – SUEPRO			Despesa Realizada	9.497.606,33
			Percentual	0,24%
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação				4.000.575.341,35

Fonte:

▪ Balço Geral – Exercícios 1999 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Descobrimento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/site/fee/pt/content/servicos/ig_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.

Tabela 102
Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias
Balço Geral 2000

Unidade Orçamentária			Despesa Realizada	
Gabinete e Órgãos Centrais	Especificações	Administração Geral	Despesa Realizada	125.587.554,53
			Percentual	5,11%
		Desporto de Rendimento	Despesa Realizada	3.265.622,21
			Percentual	0,13%
		Ensino Fundamental	Despesa Realizada	2.028.612.897,21
			Percentual	82,55%
		Ensino Infantil	Despesa Realizada	19.835,63
			Percentual	(*)
		Ensino Médio	Despesa Realizada	294.627.643,71
			Percentual	11,99%
		Ensino Superior	Despesa Realizada	5.449.581,72
			Percentual	0,22%
		Prevenção e Conservação Ambiental	Despesa Realizada	2.232,54
			Percentual	(*)
Gabinete e Órgãos Centrais			Despesa Realizada	2.457.565.367,55
			Percentual	58,71%
Encargos Gerais da Secretaria da Educação			Despesa Realizada	1.687.553.918,69
			Percentual	40,31%
Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no RS			Despesa Realizada	8.030.282,16
			Percentual	0,19%
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC			Despesa Realizada	21.615.836,98
			Percentual	0,52%
Superintendência da Educação Profissional do Estado RS – SUEPRO			Despesa Realizada	11.329.284,44
			Percentual	0,27%
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação				4.186.094.689,82

Fonte:

- Balço Geral – Exercícios 2000 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAPE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Total da Secretaria da Educação.

Tabela 103
Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias
Balço Geral 2001

Unidade Orçamentária			Despesa Realizada	
Gabinete e Órgãos Centrais	Especificações	Administração Geral	Despesa Realizada	129.678.460,36
			Percentual	4,87%
		Desporto de Rendimento	Despesa Realizada	3.376.189,58
			Percentual	0,13%
		Ensino Fundamental	Despesa Realizada	2.234.684.033,27
			Percentual	83,94%
		Ensino Infantil	Despesa Realizada	39.329,95
			Percentual	(*)
		Ensino Médio	Despesa Realizada	294.245.852,62
			Percentual	11,05%
		Ensino Superior	Despesa Realizada	111.499,37
			Percentual	(*)
		Prevenção e Conservação Ambiental	Despesa Realizada	237.380,41
			Percentual	0,01%
Gabinete e Órgãos Centrais			Despesa Realizada	2.662.372.745,56
			Percentual	60,82%
Encargos Gerais da Secretaria da Educação			Despesa Realizada	1.675.155.626,27
			Percentual	38,27%
Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no RS			Despesa Realizada	8.045.408,34
			Percentual	0,18%
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC			Despesa Realizada	20.038.082,91
			Percentual	0,46%
Superintendência da Educação Profissional do Estado RS – SUEPRO			Despesa Realizada	6.444.590,93
			Percentual	0,15%
Universidade Estadual do RS			Despesa Realizada	5.235.884,63
			Percentual	0,12%
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação				4.377.292.338,64

Fonte:

▪ Balço Geral – Exercícios 2001 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/site/feepj/conten/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Total da Secretaria da Educação.

Tabela 104
Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias
Balço Geral 2002

Unidade Orçamentária			Despesa Realizada	
Gabinete e Órgãos Centrais	Especificações	Administração Geral	Despesa Realizada	115.542.138,42
			Percentual	4,83%
		Desporto de Rendimento	Despesa Realizada	1.516.605,17
			Percentual	0,06%
		Ensino Fundamental	Despesa Realizada	1.980.300.706,95
			Percentual	82,81%
		Ensino Infantil	Despesa Realizada	4.017.815,01
			Percentual	0,17%
		Ensino Médio	Despesa Realizada	281.580.050,26
			Percentual	11,77%
		Ensino Superior	Despesa Realizada	8.436.867,94
			Percentual	0,35%
		Prevenção e Conservação Ambiental	Despesa Realizada	138.523,15
			Percentual	0,01%
Gabinete e Órgãos Centrais			Despesa Realizada	2.391.532.706,90
			Percentual	62,15%
Encargos Gerais da Secretaria da Educação			Despesa Realizada	1.408.895.568,10
			Percentual	36,61%
Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPD e PPAH no RS			Despesa Realizada	8.034.347,63
			Percentual	0,21%
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC			Despesa Realizada	15.637.970,23
			Percentual	0,41%
Superintendência da Educação Profissional do Estado RS – SUEPRO			Despesa Realizada	7.110.882,71
			Percentual	0,18%
Universidade Estadual do RS			Despesa Realizada	16.811.173,86
			Percentual	0,44%
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação				3.848.022.649,43

Fonte:

- Balço Geral – Exercícios 2002 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Total da Secretaria da Educação.

Tabela 105
Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias
Balanco Geral 2003

Unidade Orçamentária			Despesa Realizada	
Gabinete e Órgãos Centrais	Especificações	Administração Geral	Despesa Realizada	145.690.685,10
			Percentual	7,20%
		Ensino Fundamental	Despesa Realizada	1.617.364.769,03
			Percentual	79,96%
		Ensino Infantil	Despesa Realizada	3.564.944,96
			Percentual	0,18%
		Ensino Médio	Despesa Realizada	249.917.167,85
			Percentual	12,35%
		Ensino Superior	Despesa Realizada	6.189.441,12
			Percentual	0,31%
Gabinete e Órgãos Centrais			Despesa Realizada	2.022.727.008,06
			Percentual	54,91%
Encargos Gerais da Secretaria da Educação			Despesa Realizada	1.655.493.211,10
			Percentual	44,94%
Superintendência da Educação Profissional do Estado RS – SUEPRO			Despesa Realizada	5.432.425,92
			Percentual	0,15%
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação				3.683.652.645,08

Fonte:

- Balanço Geral – Exercícios 2003 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Total da Secretaria da Educação.

Tabela 106
Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias
Balço Geral 2004

Unidade Orçamentária			Despesa Realizada	
Gabinete e Órgãos Centrais	Especificações	Administração Geral	Despesa Realizada	141.244.989,71
			Percentual	7,39%
		Alimentação e Nutrição	Despesa Realizada	22.788.743,45
			Percentual	1,19%
		Assistência à Criança e ao Adolescente	Despesa Realizada	2.976.712,62
			Percentual	0,16%
		Educação de Jovens e Adultos	Despesa Realizada	13.177.432,68
			Percentual	0,69%
		Educação Especial	Despesa Realizada	3.159.004,73
			Percentual	0,17%
		Ensino Fundamental	Despesa Realizada	1.429.496.470,48
			Percentual	74,84%
		Ensino Infantil	Despesa Realizada	3.870.951,46
			Percentual	0,20%
Ensino Médio	Despesa Realizada	287.210.939,65		
	Percentual	15,04%		
Formação de Recursos Humanos	Despesa Realizada	2.084.390,96		
	Percentual	0,11%		
Normatização e Fiscalização	Despesa Realizada	4.015.092,78		
	Percentual	0,21%		
Gabinete e Órgãos Centrais			Despesa Realizada	1.910.024.728,52
			Percentual	54,37%
Encargos Gerais da Secretaria da Educação			Despesa Realizada	1.586.210.752,53
			Percentual	45,16%
Superintendência da Educação Profissional do Estado RS – SUEPRO			Despesa Realizada	16.617.583,74
			Percentual	0,47%
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação				3.512.853.064,79

Fonte:

- Balço Geral – Exercícios 2004 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAPE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Total da Secretaria da Educação.

Tabela 107
Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias
Balauço Geral 2005

Unidade Orçamentária			Despesa Realizada	
Gabinete e Órgãos Centrais	Especificações	Administração Geral	Despesa Realizada	134.781.869,75
			Percentual	7,05%
		Alimentação e Nutrição	Despesa Realizada	28.617.734,52
			Percentual	1,50%
		Assistência à Criança e ao Adolescente	Despesa Realizada	2.804.200,42
			Percentual	0,15%
		Difusão Cultural	Despesa Realizada	209.139,05
			Percentual	0,01%
		Educação de Jovens e Adultos	Despesa Realizada	12.592.350,25
			Percentual	0,66%
		Educação Especial	Despesa Realizada	5.366.880,78
			Percentual	0,28%
		Educação Infantil	Despesa Realizada	3.807.477,19
			Percentual	0,20%
		Ensino Fundamental	Despesa Realizada	1.400.977.700,18
			Percentual	73,31%
		Ensino Médio	Despesa Realizada	306.089.020,45
			Percentual	16,02%
		Formação de Recursos Humanos	Despesa Realizada	3.021.665,25
	Percentual	0,16%		
Normatização e Fiscalização	Despesa Realizada	5.288.401,81		
	Percentual	0,27%		
Tecnologia da Informação	Despesa Realizada	7.492.008,47		
	Percentual	0,39%		
Gabinete e Órgãos Centrais			Despesa Realizada	1.911.048.448,12
			Percentual	54,28%
Encargos Gerais da Secretaria da Educação			Despesa Realizada	1.591.698.917,48
			Percentual	45,21%
Superintendência da Educação Profissional do Estado RS – SUEPRO			Despesa Realizada	18.030.589,98
			Percentual	0,51%
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação				3.520.777.955,58

Fonte:

- Balauço Geral – Exercícios 2005 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Total da Secretaria de Educação.

Tabela 108
Despesas Realizadas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, segundo as Unidades Orçamentárias
Balanço Geral 2006

Unidade Orçamentária			Despesa Realizada	
Gabinete e Órgãos Centrais	Especificações	Administração Geral	Despesa Realizada	584.749.483,73
			Percentual	28,92%
		Alimentação e Nutrição	Despesa Realizada	31.325.028,82
			Percentual	1,55%
		Assistência à Criança e ao Adolescente	Despesa Realizada	2.678.020,88
			Percentual	0,13%
		Difusão Cultural	Despesa Realizada	382.037,37
			Percentual	0,02%
		Educação de Jovens e Adultos	Despesa Realizada	10.890.747,90
			Percentual	0,54%
		Educação Especial	Despesa Realizada	7.255.574,81
			Percentual	0,36%
		Educação Infantil	Despesa Realizada	7.714.003,12
			Percentual	0,38%
Ensino Fundamental	Despesa Realizada	1.094.423.188,81		
	Percentual	54,14%		
Ensino Médio	Despesa Realizada	260.213.077,13		
	Percentual	12,87%		
Formação de Recursos Humanos	Despesa Realizada	3.357.863,09		
	Percentual	0,17%		
Normatização e Fiscalização	Despesa Realizada	5.111.120,06		
	Percentual	0,25%		
Tecnologia da Informação	Despesa Realizada	13.594.670,96		
	Percentual	0,67%		
Gabinete e Órgãos Centrais			Despesa Realizada	2.021.694.816,68
			Percentual	53,73%
Encargos Gerais da Secretaria da Educação			Despesa Realizada	1.721.893.238,28
			Percentual	45,76%
Superintendência da Educação Profissional do Estado RS – SUEPRO			Despesa Realizada	19.210.353,43
			Percentual	0,51%
Despesa Realizada Total da Secretaria da Educação				3.762.798.408,39

Fonte:

- Balanço Geral – Exercícios 2006 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

- Valores obtidos a partir do RAFE 008 (Demonstração da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades com Desdobramento dos Elementos, Subelementos e Rubricas por Unidade Orçamentária).
- Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de 01/09/2009 (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).
- (*) Os percentuais não foram computados por apresentarem valores próximos a zero.
- Percentuais sobre as Despesas Realizadas:
 - (1) Total da Unidade Orçamentária Gabinete e Órgãos Centrais.
 - (2) Total da Secretaria da Educação.